

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

1/01. 31/32
bibRIA
1965/1966

VOLUME XXXI

AVEIRO

1965

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

ANTIGO DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

bibRIA

ANO XXXI...

DECORRERAM trinta anos!

Quem desde o começo nos tem acompanhado, avaliando o nosso esforço e ajudando-nos a vencer dificuldades, sabe que à frente dos primeiros dez volumes figuraram palavras dos Directores do Arquivo, a traduzir a sua satisfação pelo êxito conseguido, ou certo desânimo ante a incompreensão de não poucas pessoas, de cuja situação tudo esperariam, menos o desinteresse por uma publicação periódica que é verdadeiro arauto do passado e do presente da região em que todos nascemos e vivemos.

Sabem também esses nossos amigos que o vol. XI (1945) abriu com um preâmbulo do ilustre escritor e pensador Dr. FÁDELINO DE FIGUEIREDO, não aveirense, mas ligado por sólida amizade a um dos Directores; e que a seguir, durante caloteze anos, isto é, desde 1946 a 1959, nada disse a Direcção acerca do que se ia realizando e se tinha em mente realizar: a obra falava por si, mostrando que as promessas feitas no início da empresa haviam produzido os seus frutos, com maior ou menor brilhantismo.

Não ignoram também o que se afirmou na altura da comemoração do 15.º ano (Julho de 1950), em que a Direcção e muitos dos seus colaboradores se reuniram em almoço de confraternização, e não esquecem que, por ocasião da homenagem prestada ao Arquivo pela Câmara Municipal de Aveiro, da presidência do Dr. Alberto Souto (1960), aproveitou a Direcção o ensejo, agradecendo essa manifestação de apreço, para se declarar cada vez mais devotada ao cumprimento do programa estabelecido em 1935.

Decorridos agora mais quatro anos (1961 a 1964) e atingido o 30.º na vida da publicação, cumpre-nos simplesmente elevar o nosso pensamento para os estimados colaboradores já desaparecidos; recordar em especial os nomes de JOAQUIM SOARES DE SOUSA BAPTISTA,

já falecido, e do Dr. AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA, colaboradores e dedicados beneméritos desta Revista; agradecer publicamente às Ex.^{mas} Câmara Municipal e Junta Distrital de Aveiro os subsídios que ultimamente nos têm concedido, e colocar de novo perante os olhos dos nossos assinantes e amigos as sugestivas palavras finais do artigo Fecundidade das Relíquias, que o pensador ilustre e saudoso aveirense Dr. JAMES DE MAGALHÃES LIMA escreveu em Fevereiro de 1935 para abertura do primeiro fascículo do nosso Arquivo:

«... E, pois que a sua dedicação (dos Directores) é nobre e para vencer necessita um cerrado feixe de diversas e complexas forças, por suas virtudes obriga a coadjuvação de todos quantos amam a pátria, a pátria pequenina, a do seu torrão, como a maior, a que se expandiu e enraizou por todas as latitudes. Essa coadjuvação devemos por honra própria. Não hesilemos em cumprir, e a fidelidade nos será paga copiosamente, identificando-nos com a dignidade dos iniciadores e sacerdotes e apóstolos, que nos convidam a orar em seus altares.»

Pela parte que aos Directores do Arquivo respeita, também eles continuarão, como até aqui, procurando cumprir.

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

JAIME DE MAGALHÃES LIMA

PENSADOR DE RAIZ POÉTICA

ENSAIO ⁽¹⁾

AOS DRS.

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

fundadores do

Arquivo do Distrito de Aveiro

bibRIA

PREFÁCIO

HÁ um exílio geográfico — traduzido na lonjura a que nos encontramos da própria pátria, motivado por cominação de certa política vigente —, e um exílio que não é menos angustioso que esse, o de nos sentirmos sós na própria pátria, vítimas da indiferença ou do silêncio daqueles que não nos querem compreender, ou vítimas, ainda, da ingratidão que levanta muralhas à nossa volta, apesar de bem merecermos dos nossos cidadãos pela obra que realizámos.

Não nos lamentemos, porém. A hora reparadora, ainda que post mortem, há-de chegar. O tempo é galant' uomo, e ele se encarregará de atribuir o prémio aos desprezados de agora.

(¹) A coincidir com a evocação feita a JAIME DE MAGALHÃES LIMA, inicia-se este volume com valiosa colaboração do Dr. CRUZ MALPIQUE, distinto professor do Liceu de Alexandre Herculano, do Porto, que nos ofereceu, para ser publicado no *Arquivo*, um extenso ensaio, que muito agradecemos, sobre aquele escritor aveirense. Aqui se inserem os primeiros capítulos, a que se seguirão todos os demais, de acordo com o espaço de que formos dispondo.

(A Direcção do A. D. A.)

Parece-nos que JAIME DE MAGALHÃES LIMA não teve, em sua vida, e em função da obra que publicou, a aura que bem merecia. Sofreu, um tanto, o segundo exílio atrás referido.

Seja, pois, o presente ensaio o começo de uma reparadora e ampla paga a quem a deveria ter enquanto neste mundo viveu.

* * *

Citando um jornalista inglês, dizia JAIME DE MAGALHÃES LIMA: «Escrever a tanto por linha nada importa. Contanto que se escreva por linha .. recta».

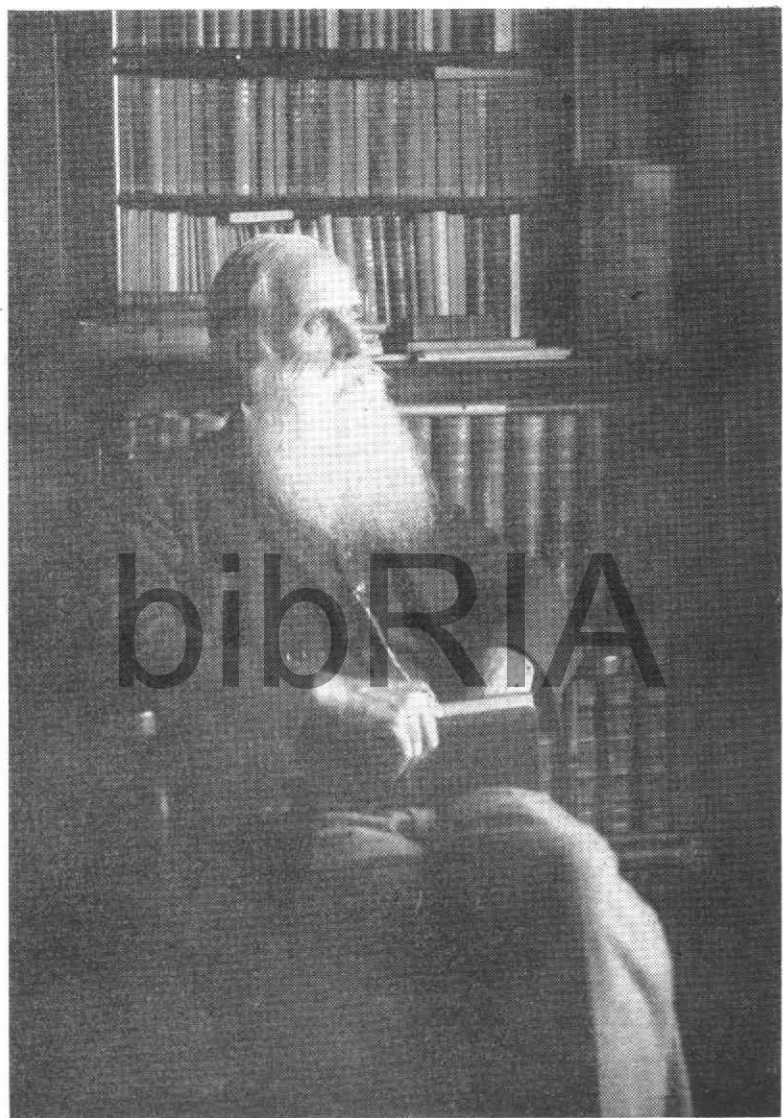
Ignoramos se ele alguma vez escreveu a tanto por linha. Talvez não. O que com certeza fez foi escrever sempre por linha... recta.

Ao longo de toda a sua obra — que não é muito extensa, mas que é densa — respiramos a presença de um espírito que primou pela isenção, pela dignificação do homem, pelo amor do belo, pela simplicidade, pela coerência, pela fina cortesia, sem lisonjas que o diminuíssem. Foi rara avis numa época em que não faltaram indivíduos a dizer que o carácter era a coisa com a qual ou sem a qual se ficava tal e qual... Nessa filosofia da desfaçatez não embarcou ele. Foi homem que pertenceu à fina flor dos homens da sua época. Lê-lo é, ainda agora — e supomos que sempre o será —, receber tonificante banho moral. MAGALHÃES LIMA é um esquecido, em benefício de trifulhas que desacreditam a humanidade. Mas a trifulhice é dos signos de agora. Esperemos que o grande esquecido passe a fazer parte dos viáticos de que todos nós precisamos para a caminhada do nascimento à morte.

* * *

A fisionomia de JAIME DE MAGALHÃES LIMA deixa transparecer algo de nórdica. Isso não o espantaria, porque estava um tanto no segredo da sua ascendência. Ele próprio escreveu:

«Nasci em Aveiro [no dia 15 de Outubro de 1859], no centro desta região, [...] filho dum pai nascido em Eixo, terra à beira do Vouga e pertencendo ao coração desta região. Em Eixo habitaram e se multiplicaram os meus antepassados, no correr de cerca de três séculos, querendo a tradição que o meu quarto avô fosse estrangeiro, sem todavia lhe designar a nacionalidade. Teria sido esse homem, e isso leva a crer que veio de fora, teria sido ele que fundou e exerceu na vila a indústria de artefactos de cobre, que se propagou e prosperou, e que os filhos e netos continuaram até meado do século XIX. Este meu quarto avô foi povoador notabilíssimo; teve filhos sem conta e parece que só em um dia casou cinco filhas, o que me instituiu parente declarado de metade da freguesia, que tem apenas cerca de duas mil almas. Mas meu avô paterno não se con-



JAIME DE MAGALHÃES LIMA
no seu gabinete de trabalho

tentou com as raparigas da vizinhança e foi casar a Vagos, a três léguas da sua casa, mas sempre à beira de águas do Vouga; e casou com uma mulher que lhe trazia um abastado dote de sangue francês, manifesto, de inoculação recente, e ainda agora patente em parentes meus, cuja face estampada numa gazeta parisiense poderia passar pela máscara da gente que habita as terras mais retintamente gaullesas. Depois, ampliando a confusão, meu pai casou no Rio de Janeiro com mulher brasileira, mas filha dum português naturalizado brasileiro, o qual era de Avintes, e por isso mesclando com uma pequena inoculação que não era temperada com águas do Vouga, mas destilada das torrentes do Douro» (1).

* * *

São do seu testamento, feito em 13 de Dezembro de 1927, estas suas últimas vontades:

«Desejo ser sepultado no cemitério do lugar em que falecer e instantemente rogo, a quem do meu funeral houver de ter a caridade de cuidar, que este seja humilíssimo, em caixão sem o mínimo adorno, acompanhado de um só sacerdote da Igreja Católica, à qual pertença, e dado o meu corpo à terra, de modo que esta o consuma o mais rapidamente possível. Aos meus parentes e amigos peço que, por minha morte, não usem o mais pequeno sinal de luto, nem em si, nem em casa, e antes tudo e todos continuem como se eu vivo fosse e com eles estivesse, e contente. A morte não é pena: é uma glorificação na saudade. Oxalá a merecesse daqueles que eu amei e me amaram, e aos quais, pelo seu amor, beijo as mãos» (2).

Humilde na morte, como o fora na vida. Só nos surpreende que não tenha manifestado o desejo de se mandar envolver num hábito de franciscano. Não sendo católico — sendo todavia franciscano de coração — JAIME CORTESÃO foi à cova envolvido, por determinação sua, em hábito franciscano. JAIME DE MAGALHÃES LIMA, com maioria de razão o deveria ter feito, tanta a sua religiosa simpatia pela figura do Poverello.

(1) Os povos do baixo Vouga, em *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. II, págs. 293-294.

(2) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, pág. 56, Aveiro, 1936.

Em 17 de Junho de 1934, na quinta de S. Francisco, foi JAIME DE MAGALHÃES LIMA alvo de pública manifestação de Eixo e de Aveiro. A Faculdade de Letras de Lisboa fez-se representar pelo Doutor João da Silva Correia, e a de Coimbra pelo Doutor Joaquim de Carvalho, tendo ambos os Professores levantado um hino de louvor ao preclaro ancião.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA faleceu na madrugada de 26 de Fevereiro de 1936.

O ESCRITOR

PODERIA aqui ser largamente exemplificado o estilo de JAIME DE MAGALHÃES LIMA. Uma das singularidades desse estilo, para além da densidade psicológica que é chamado a exprimir, é o amplo uso da copulativa *e*, à maneira bíblica, o que lhe dá toada inconfundível. Bastaria a página seguinte—de excelsa beleza—para nos pôr diante dos olhos a seara de *ee* em que é farto:

«A única espécie de naturalista com que o nosso temperamento [*de portugueses*] se compadece é o caçador.

Esse observa, e *conhece*, o correr das estações e as intempéries, e a doçura do sol do outono e a rispidez dos frios e das neves de Janeiro, e a violência do vento e a escabrosidade dos montes, e o deslizar manso das águas rumorosas, que se precipitam do açude; sentir a verdura dos campos e quis saber e sabe por prolongada familiaridade, a espécie de cada erva que os cobre, e considera e não esquece o florir do cômodo e a sua selva, e a diferente sombra do soute, do pinhal e da devesa, e o ar vivo da cumeada e a frescura do vale e o seu repouso; e sabe de certeza, os hábitos e os passos dos animais, e o voo das aves, e onde moram suas camas e ninhos e sustento, e a sua astúcia e cautela e artes de defesa, e os seus inimigos e os seus companheiros, onde dormem, onde se acoitam, onde pastam e onde criam e onde combatem e se devoram; quando acordam e quando velam, quando vão a prover-se de sustento e quando descem a procurar a nascente e a saciar-se, e quando recolhem aos poisos ensombrados. E ao fim do dia penoso e afadigado, o caçador foi pernoitar na choça montesina e aquecer-se à lareira, a contar as aventuras que correrá. Entretanto, aprendeu quem é que ali habita, e acercou-se do lume, ombro a ombro, com aquela gente, escutou-lhe a fala e a confissão da sua alma e crenças e tradições e canseiras; partilhou com ávida delícia do caldo e da broa da sua malga; bebeu do seu vinho, ali mesmo espumado do seu tonel e adormeceu feliz nos lençóis de estopa da enxerga de faixas de palha do centeio criado entre os fraguados, e grato abençoou o divino socorro da generosidade hospitaleira que a um canto da cozinha defumada lhe aconchegou o leito. E, depois, quando o caçador volta à cidade, é encanto ouvir-lhe a narração pitoresca, e com o seu sal, dos trabalhos e das glórias da afanosa jornada; o tumulto e a agi-

tação da perspectiva, onde a vida se move impetuosa e virgem, e o palpar da gândara e da floresta, então cantam em coro, quando os não excedem em largueza e acentuação, com os feitos e a destreza jactanciosa do aventureiro desvanecido das maravilhas da sua arma certa e das proezas vertiginosas dos seus lebreiros, e da sagacidade genial dos seus podengos.

Na verdade, o caçador é, sem dar por isso nem o querer, um grande naturalista de vastíssimo e variado saber» (1).

Fartura de *ee* copulativos... Mas, apesar de tudo, não se viu que a famosa página transcrita ficasse diminuída na sua beleza formal, antes dessas copulativas tirou sainete *sui generis*.

Se MAGALHÃES LIMA emprega copiosamente os *ee* bíblicos, foge, em compensação, à *suinização* da linguagem, salvo seja!, que resulta do abuso do indefinido *um* a que são atreitos muitos dos nossos escritores, na peugada da prosa francesa, na qual o *un*, *une*, e os outros membros da família constituem praga...

Na fobia aos indefinidos *um*, *uma*, e respectivos plurais, deu MAGALHÃES LIMA a nota bem nítida de intimidade com os nossos clássicos (MANUEL BERNARDES, por exemplo), que timbravam em evitar o *grunhido*, com o empenho com que o diabo evita a cruz...

Se, acaso, fizemos bem a contagem, em todo o trecho reproduzido o indefinido *um* só uma vez aparece. Mas já, por exemplo, AQUILINO, de trato íntimo com os clássicos, não conseguiu libertar-se da pécha gaulesa do indefinido. E pena é, porque, se a sua prosa é bela, mais bela ficaria ainda, sem a presença descautelada dessa palavrinha que muito deixa a desejar, no respeitante à eufonia.

Páginas soberbas de antologia as seguintes:

«Para nós como para todas as nações que história tenham, há uma história urbana que se declama nos palácios e nas praças e nas arcadas, ostentosa, heróica, ávida de mando e de bens, orgulhosa e brilhante, militarista, alternando com os combates a ociosidade esplêndida; e há uma história rural, selvática, que se avista das mãmoas, e dos outeiros e se espraia nos vales, erradia e muda, acolhendo-se nos casais dispersos da campina e nos degraus ciclóticos dos montes, laboriosa, pacífica, humilde e tímida, pobre, apenas ávida de liberdade e tranquilidade. Há uma história culta, hierárquica, individualista e individualizada, fabricada pelos génios singulares, passageira, entre relâmpagos e eclipses, desapiedada,

(1) *Dificuldades étnicas e históricas da insinuação do nacionalismo na arte portuguesa contemporânea*, págs. 10-12, Coimbra, 1931. A dificuldade da escolha dos trechos de toada bíblica está apenas na abundância. Algumas páginas mais adiante, no mesmo livro (pág. 22), vem, por exemplo, este pequenino passo: «...por mais que construa e teça e forge e informe e palre e pinte...»

ambiciosa e astuta, com sepulcros faustosos e arcos de triunfo; e há uma história bárbara, rude, anárquica, generosa e compassiva, gregal, obra de multidões inominadas, que acabam na vala comum e em campa rasa, palpitação de instintos, modulação da vida, feita de simpatias ardentes subconscientes. Há uma história de alfange e penacho, pomposa e caserneira, meditada e gerada no propósito reflectido, jurídica, majestática, familiar dos tribunais e das magistraturas, uma história que passou e que está escrita; e há uma história de leiva e enxada, parca, andrajosa, aquecida ao lar das cabanas, consuetudinária, submissa, ingénua, tremendo da toga e refugiando se na experiência dos homens-bons, uma história analfabeta, uma história perpétuamente actual, que se vive.

Noventa por cento da história escrita pelos profissionais da arte, e falada e celebrada pelo entusiasmo popular, é a narrativa ora apaixonada, ora cínica, e sempre intencionalmente dramática dos feitos e acção dos bandos e capitães de armas que combateram em conquistas e alargaram o império militar e político; é uma história do domínio da terra e dos homens, registo das glórias e das calamidades que as espadas prodigalizaram enquanto apresavam e arrecadavam, história invariavelmente proclamada por estridentes clarins de fama, quer a fama sirva batalhadores guerreiros doutras eras, que do combate fizeram seu officio e acrescentamento de bens, quer aproveite às legiões mercantis do nosso tempo, que da astúcia fizeram instrumento de riqueza e espoliação. Há, todavia, uma outra história não apregoada nem escrita, mas sentida, mansa e vivida com uma constância inflexível, a história que preenche os minguados dez por cento que sobejam da que se lhe antepôs e que sendo a última em riqueza é a primeira em volume, história do labor das energias espontâneas, instintivas, criando e multiplicando aquilo que se tornara objecto das disputas, ambições e delapidações — *quid sunt magna regna nisi magna latrocinia?* (SANTO AGOSTINHO) — vitórias, enganos e glórias de que faz seu sustento a história oligárquica, tão ávida de pompas e louvores quanto a história gregal é desprendida de aplausos. Porque a história oligárquica é brilhante e clamorosa, caso de excepção e até de milagre, facilmente se apossa da imaginação do vulgo e o cativa; e porque a história gregal é obscura e prefere o silêncio e em silêncio consuma a heroicidade, só agora ao cabo de longos séculos de experiência e meditação revelou a sua majestade e nos domina a consciência. O pão que nos sustenta, o manto que nos cobre, o lume que nos aquece, a justiça que nos nobilita, o affecto que nos entenece, e a piedade que nos comove, e a religião que nos exalta, serão as seivas da história da grei; e da apreensão desse pão e desse manto e da submissão das almas fez texto uma outra história, e da crueldade que esses despojos foram arrancados destilou a honra das suas façanhas, e da soberba e do orgulho em que tais arrebatamentos cristalizaram fez virtude e dignidade — sem embargo, acontecendo que esta última história não passa de acidente

da primeira, e, o mais das vezes, de acidente doloroso. Antepor esta última história à primeira como contendo em si o significado da vida da grei corresponderá à confusão que explique o crescimento da árvore e a sua forma pelo vendaval que a açoitou e a fez vergar por um momento, e por isso trocar o conhecimento do gérmen e da raiz que a criou e lhe deu o carácter e lhe alenta a vitalidade» (1).

Páginas soberbas chamámos nós às que aí ficam. Não há sombra de exagero no adjectivo. JAIME DE MAGALHÃES LIMA caiu no esquecimento, sem haver motivo para isso. Sem motivo, dizemos, porque belíssimos são os temas por ele versados, e não sabemos de quem maior musicalidade pusesse na frase. Para os paladares literários de requinte, o autor das *Vozes do meu lar* é primeiro entre os primeiros. Como, porém, estamos a viver no signo do plebeísmo literário, os plebeus do espírito vão às fontes turvas, as únicas que dizem com o seu gosto pervertido. E não há volta a dar-lhe...

* * *

A obra literária de JAIME DE MAGALHÃES LIMA é a de um aristocrata do espírito e, por isso mesmo, numa terra de plebeus mentais, nunca foi — não podia ser — um escritor popular. Poucos o leram. Alguns o leram, página aqui, página além, enfasiadamente, porque aquilo desdizia do paladar vulgar de LINEU. Saboreá-lo em profundidade foi prazer reservado a quem tem o gosto da fala discreta, mansinha, de toada poética, de ritmo musical, fruto de meditação recolhida. E daí a razão por que os seus livros não tiveram renovadas edições, e a única que tiveram se vendeu quase que ao desbarato em alfarrabistas. Para mais, JAIME DE MAGALHÃES LIMA não pediu aos amigos, não mendigou aos jornalistas, o clangor da propaganda. Discretamente sentiu, com muita arte escreveu, discretamente publicou, nenhum réclamo fez de si próprio (era o pudor em pessoa), a ninguém pediu que lho fizessem — por uma atitude dessas desdizer dos severos preceitos da sua deontologia de escritor. Tudo fez — e muito bem fez — num clima de modéstia, num discreto silêncio. Diz-se que a excessiva modéstia é uma variante da vaidade. Se o é, o autor da *Via redentora* foi vaidoso. Vaidoso de o não ser... Transitou pelo mundo com passinho miúdo. Não calçou os coturnos que alçam no conceito da multidão ignara. Tinha bojo para Amazonas, se o quisesse aparentar. Nunca passou de riacho que passa anónimo e pedindo desculpa da sua existência.

(1) Alberto Sampaio e o significado dos seus estudos na interpretação da História nacional, págs. 35-37, Guimarães, 1924.

Tinha grandes barbas por fora, barbas fluviais que lhe corriam pelo peito, assim à maneira das de LEONARDO. Grandes barbas por fora — mas não por dentro. Por dentro, era um menino, de ingenuidade angélica. A saúde exterior desse homem era igual à saúde interior. Alma boa num corpo bom. Fez poesia em prosa, ao contrário de muitos que fazem prosa em «poesia». A euritmia era-lhe tão familiar na prosa como o respirar no peito. Era consubstancial com a sua alma de artista nato. A música do estilo de MAGALHÃES LIMA é música tangida quase em surdina, de violino celestial, fora do estrepitoso de que usam e abusam alguns escritores para que se apercebam da sua existência. Todo o seu vocabulário transpira beleza calma, e com ele construiu o escritor frases que são lindíssimos versos — lindíssimos pela musicalidade e, outrossim, pela riqueza psicológica, pela doce ternura, pela palpitante humanidade, pelo bucolismo que toca a sua maioria. Ninguém sentiu mais profundamente a paisagem, ninguém com maior perfeição a traduziu na palavra colorida; mas de um colorido sem berros, antes suavíssimo, como se houvéssemos de dizer que a paisagem ele a pintava à imagem e semelhança da sua alma docemente franciscana.

bib*RIA

JAIME DE MAGALHÃES LIMA foi — e é — na nossa panorâmica literária pouco mais que um desconhecido. Os que dele falam, pouco mais lhe conhecem que as veneráveis barbas. Não o lêem. Não o meditam. Não lhe saboreiam a excelsa beleza de linguagem. Ignoram-lhe o rico conteúdo do pensamento, a meditação de toada e travor poéticos. Há quem verseje e esteja ultra-longe da poesia. JAIME DE MAGALHÃES LIMA não versejou: fez sempre poesia da melhor. Toda a sua literatura ressumbra poesia. Está ali uma alma que se soube analisar em profundidade; uma alma super-sensível que vibrou poeticamente diante das paisagens telúricas e perante as situações humanas. Foi tudo: pensador, ensaísta, crítico, psicólogo, místico — e sempre poeta. Sempre um homem anti-multitudinário, um recolhido (não dizemos encolhido), um inimigo da balbúrdia, um delicado de maneiras e de ideias, um revolucionário discreto. Passou pelo mundo, e os seus contemporâneos quase não deram pela sua presença. Foram fúteis demais para lhe acusarem o toque. É que JAIME DE MAGALHÃES LIMA não escreveu para fúteis — sujeitos e sujeitas que atravancam as ruas e as praças, e que coçam esquinas e cadeiras de cafés. Pensou e escreveu para gente cerebralizada. Mas será que neste recanto do planeta onde vegetamos haverá gente em abundância bastante para saborear o autor da *Língua portuguesa e seus mistérios*?

* * *

Diz-se que Deus escreve direito por linhas tortas. Escreverá. Vai nesse dito paradoxal algum tanto de metafísica que a nós, limitados de espírito, não nos é dado entender. O que muito bem entendemos é que os homens não podem escrever por linhas sinuosas ou por vias oblíquas. Se interpretarmos a linha sinuosa ou a linha oblíqua como caminhos atentatórios da dignidade humana, como linhas que despromovem o homem, descendo-o abaixo de si próprio, quando o indicado seria que o promovêssemos de *humanus* a *humanior*, de homem a mais homem, teremos de concluir que JAIME DE MAGALHÃES LIMA foi sempre escritor que lançou o seu pensamento por linha recta — fugindo ao sinuoso e ao sofisticado, que se afasta da vertical para se inclinar especiosamente em direcção a alvos inconfessáveis.

AMOROSO DOS LIVROS

O grande viático para JAIME DE MAGALHÃES LIMA foram os livros. «Não há neste mundo coisa alguma de mais suavidade para a minha vida do que os livros. Consoladores, mansos companheiros, é alegria tê-los a meu lado, folheá-los, manuseá-los simplesmente; são necessidade para o espírito e direi, quase necessidade para os meus sentidos» ⁽¹⁾.

Considerava diminuída a casa que os não tivesse. Fatigava-se nos dias em que não tomasse contacto com os seus «mansos companheiros». E não era homem de um só livro. Em vez de um, queria muitos, diversos, *de rebus pluribus*. Queria-os de arte, de ciência, de filosofia, de história, de ficção. Tanto os rigorosamente objectivos como os de imaginação. Tinha, todavia, particular simpatia por esta última espécie de literatura:

«Toda a literatura muito imprópriamente chamada de imaginação, poesia, drama, romance, é dos meus prazeres favoritos. Não desprezo o conhecimento das coisas; a observação científica, a descoberta das leis da matéria, e a filosófica, a relação dos mundos que se movem no espaço têm, além de utilidade e poesia, encantos mágicos, subtil e poderosa força de atracção. Mas, de todas as coisas cognoscíveis, a mais vasta e cativante é certamente a alma humana; e esta revela-se nas relações dos homens com a Natureza e entre si, essência e base do romance e do drama, e na contemplação dos céus e anseio por uma existência divina, despreendimento terreno e purificação da alma, que são poesia» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ *Vozes do meu lar*, pág. 21, edição de 1902.

⁽²⁾ *Vozes do meu lar*, pág. 58.

Da leitura tirava os mais inefáveis prazeres. Mercê dela, trazia o mundo a domicílio, fazia, do passado, presente, entrava no segredo de todas as ideias e de todos os homens, os do seu tempo e os de antanho, os que com ele faziam coro e os que dele discordavam.

Dando a nota da modéstia, não gostava dos livros espectaculares, exibicionistas. «Há um sabor de intimidade nas coisas pequeninas que luxo algum pode compensar; como quem fala baixo e diz segredos insinuantes, consoladores, temendo, corrompidos, perder-lhes todo o perfume, se o vulgo os afronta irreverente. A ostentação, ainda a ostentação da sadia beleza e força salutar, envolve quebra de pudor.

Para serem companheiros do coração, os livros hão-de ocultar-se, como tudo que é amado do coração; irão connosco, unidos ao corpo, sem que olhares profanos os insultem com escárnio ou indiferença. [...]. Quero aos livros, bons e pequeninos, como às violetas do meu jardim» (1).

E de facto os livros de sua autoria eram, por via de regra, de pequenino formato.

* * *

Em *Dichtung und Wahrheit*, GOETHE dá a leitura a sós como pobre processo de substituição da conversa. «Toda a influência que o homem exerce sobre o homem dimana da sua personalidade».

Importaria, porém, que o nosso interlocutor fosse realmente uma personalidade bem marcada, de inteligência lépida, de vontade bem vertebrada, de grande ascendente moral e até físico. Quando, porém, esses dons andam ausentes em parte incerta, melhor nos parece ler um autor do que conversar, ou conviver, com ele. E, por vezes, dá-se, efectivamente, esta singularidade: o escritor, pelo seu estilo, pelo seu jeito afirmativo, pela sua argumentação persuasiva, ser muito mais sugestivo e insinuante do que convivido e conversado em carne e osso. De facto, há aí escritores de extraordinária ressonância nos seus leitores, mas que logo a perdem, tão depressa descem à intimidade com esses mesmos leitores. Muito bem dotados para comunicar ideias e sentimentos por escrito, carecem do poder de comunicabilidade oral. São péssimos conversadores. Sabem monologar, talvez; não sabem colloquiar. São tímidos falando, eles que são heróicos escrevendo. Conversados, constituem decepção. Melhor fora, pois, não os ter tratado de perto. Se a distância os prestigiava, a proximidade os diminuiu. Nem sempre as personalidades são monolíticas. Antes tem uma face particular quando escrevem, e outra quando convivem.

GOETHE via na convivência um processo de superação de si

(1) *Vozes do meu lar*, pág. 73.

próprio. Recolhido, não poderia dar a justa medida dos seus méritos. Precisava de se comparar, de discutir, de contrastar ideias, de verificar até que ponto seria igual, inferior ou superior aos outros. Fora da socialização seria um homem artificial, em vez de um homem natural.

MAGALHÃES LIMA foi essencialmente um ensimesmado.

O ESTETA DA LÍNGUA

JAIME DE MAGALHÃES LIMA escreveu admiravelmente a língua nacional, usando de estilo muito pessoal, sem filiação de nosso conhecimento, e que com ele morreu. De uma só vez, foi escritor de estirpe culta e de amorosa atenção à linguagem popular. A linguagem culta, pelo que tem de rígida e muito cingida a preceituários um tanto nados e criados no signo do *ne varietur*, não lhe despertava a mesma simpatia que a linguagem do povo — feita de espontaneidade, do bravio, da singeleza, da incontinente alegria, da fuga a regras absolutas. Ao que a linguagem culta tem de solene, de ritual, de empertigada, de sacerdotal, preferia ele o falar do povo, descontraído, desinibido, corajoso (sem o saber) contra as regras de uma gramática feita e refeita por eruditos, desatentos da prosódia popular.

À «gramática culta, expressa, limitada, decretada de uma vez para sempre com todas as suas regras e excepções» ⁽¹⁾, substituiu ele, com particular simpatia, a gramática popular, vaga, fugidia, sujeita a permanente devir, arredia de sistemáticas anquilosadas, viva, flagrante, à mercê das prementes necessidades de expressão do dia a dia e das situações psicológicas em que o homem se encontra.

A gramática culta dava-a MAGALHÃES LIMA como gramática pobre, por esta não registar um mundo de belezas rítmicas e formais de que o povo é portador, e que só o ouvido apurado é capaz de aprender. A gramática erudita apenas dá um paradigma de linguagem, que promove a unívoco, indo assim contra a realidade linguística do país. Essa gramática peca pelo que faz pressupor de uniforme, quando, afinal, se alguma coisa existe de proteiforme é a língua falada. Sobretudo a falada pelo povo, que muitíssimo tem de pessoal, ao ponto de se poder afirmar que cada homem tem a sua específica gramática, visto que desde a fonética à sintaxe, não lhe faltam formas peculiares para dar escoante ao seu mundo interior. Se a gramática académica é a negação da liberdade e da individualidade, a gramática popular é a imagem da fluidez, porque fluida é a própria vida, e a linguagem é expressão da vida humana.

(1) *A língua portuguesa e seus mistérios*, pág. 11, Lisboa, 1923.

Povo e gente culta falam linguagens diferentes, porque enquanto os eruditos se coíbem de inovações, teimando no *statu quo*, o povo não cura dessa coisa mínima e vai aonde lhe pede a gana, sem requerer licença ao mais pintado dos gramáticos de polpa. GIL VICENTE, que foi porta-voz do povo do seu tempo, não pediu licença a eruditos para traduzir os anseios desse mesmo povo — e por isso mesmo ainda não morreu. Outros autores houve — um SÁ DE MIRANDA, por exemplo — que subiram nos coturnos graves do falar culto, e o resultado é que estão mortos de há muito. O próprio CAMÕES não teve guarida na alma popular. Não escreveu na linguagem que a essa alma era — e é — peculiar. A si próprio se está passando certificado de óbito (ou de indiferença), junto das camadas populares, aquele dos autores cuja linguagem se divorcia da gramática popular. Se SHAKESPEARE e CERVANTES tiraram credenciais para a posteridade, isso se deve em larga parte à circunstância de não serem homens de muitas e variadas leituras, tendo-se inspirado sobretudo na tradição oral, contra a obsessiva presença de textos literários de origem culta. Evitaram a linguagem erudita, trocando-a habitualmente pela popular.

O ideal, porém, seria, talvez, o escritor que conciliasse a gramática culta com a popular, — da primeira tirando o gosto da «ordem, da lucidez, e regularidade da cadência, e juntando-lhe, da outra, o impulso e o vigor das forças virgens»⁽¹⁾.

MAGALHÃES LIMA apetecia que a linguagem não se bloqueasse nas gramáticas sábias; apetecia para ela um clima de liberdade criadora, vivendo e modificando-se no signo da espontaneidade, fora do preceito duramente cristalizado. Em vez de uma linguagem imperativa, cesariana, de cariz intolerante, despótico, queria uma outra em atitude bem alertada para a vida de insustável fluxo, de permanente vibração, no polo oposto do marasmo a que certa gramática académica pretende reduzir a linguagem, desligando-a da vida, que é *ferret opus*.

As gramáticas que aí correm com chancela oficial estão muito longe de dar a exacta expressão da linguagem *vivida* (não dizemos apenas falada) dia a dia. Com razão escreveu MAGALHÃES LIMA:

«Uma gramática, se o entendimento e a ciência dos homens chegar a altura de a organizar e possuir completa, terá de ser uma reedificação muito mais extensa e complexa do que os modestos compêndios de leis e conselhos a que costumamos dar aquele nome, com grande desvanecimento no feito e convencidos de que ali tocamos superdelicadezas transcendentais. Desde que da concepção meramente architectónica — de pedra aparelhada, em cantaria — passamos a linguagem à concepção musical, de um poder etéreo, uma gramática terá, por força, de alargar-se em

(1) J. DE M. LIMA, *Ibidem*, pág. 15.

vastos capítulos que hoje ignora ou apenas aponta numa coincidência ultra-sumária; terá de cuidar da intonação, e dos sinais de duração, e da escala e da cadência, e da modulação, e da tonalidade, e da melodia, e do andamento—o andamento, um valor primacial, talvez a suprema determinante na caracterização do estilo!—e até mesmo não será alheia a questões de harmonia e de contraponto, e tudo o mais, que muito é e difícilimo, que na música não podemos deixar de considerar. Muito teremos que caminhar. Algum dia virá em que o ensino da linguagem nas escolas começará pela educação prévia do ouvido e pelo conhecimento dos elementos de música, reservando para segundo lugar os exercícios de análise, em que costumamos apressar-nos e esmerar-nos. A arte de dizer, empiricamente transmitida, precederá a arte de compor o que os outros disseram na espontaneidade dos seus impulsos» (1).

A língua não é apenas a palavra escrita ou impressa. É primordialmente a maneira específica como se diz, como se fala, como a modulamos em função do nosso mundo interior. A palavra ganha vida na tonalidade, na fisionomia, na gesticulação, nos movimentos corporais de quem a diz como meio de expressão de algo inefável que a mesma palavra—apenas escrita ou impressa—não consegue transmitir. Uma coisa é ler os sermões de VIEIRA, e coisa muito diferente seria ouvi-los, proferidos de viva voz, pelo autor, da altura do púlpito, aos fiéis que os escutavam. VIEIRA deve ter enriquecido extraordinariamente os seus sermões vivendo-os na voz, na máscara fisionómica, na geometria barroca dos gestos de mão, nas atitudes somáticas.

As mesmas palavras, lidas podem ser frias. Mas, se oradas, podem ser cálidas. Se lidas, talvez sejam anódinas, mas, discursadas, talvez ganhem agressividade, império, inflexibilidade, positivismo, sargentismo, caserneirismo, e outros *ismos* esmagadores.

A música da língua diz muito. Quase tudo. Em terra estranha, o pior que nos pode acontecer é a falta irreparável de não ouvirmos a celestial música da língua que mamámos com o leite materno. O exílio é cruciante, não tanto por nele se passarem, por vezes, as passas do Algarve, em dificuldades materiais, mas sobretudo por não escutarmos diariamente a língua pátria, de música cujas razões só o coração conhece.

A tal propósito, deixou JAIME DE MAGALHÃES LIMA página famosa:

«Jamais esqueci a função de saudade que me acometeu, não obstante o estouvamento próprio da mocidade, quando, muito novo ainda, acordei pela primeira vez em terras de Espanha e

(1) *Ibidem*, págs. 40-41.

ouvi falar, em volta de mim, uma linguagem que não era a minha. Foi como uma súbita orfandade, e ainda agora, volvidos quarenta anos sobre essa dor, não posso pensar nessa madrugada sem que a mágoa se me renove, porventura num vago temor de que semelhante condenação se repita.»

E, dizendo isto, acrescenta:

«Estou persuadido de que a maior crueldade do exílio será a saudade dessa música, cujo silêncio forma o vácuo do ambiente, destituído da simpatia que a música nos segreda e pela qual, inconsoláveis, suspiramos, por mais acendrada e solícita que seja a piedade dos estranhos que nos acolham e confortem. O grande liberal Manuel José Mendes Leite, que me honrou com a sua amizade, havia sofrido as torturas da emigração de Lobios e o barracão de Plymouth, e emigrou pela segunda vez no tempo dos Cabrais. Mais do que uma vez me repetiu, esse ilustre companheiro de José Estêvão, que na primeira emigração havia suportado todos os rigores pacientemente, sem a menor perda de contentamento, embora tivesse de queimar com uma brasa os parasitas que lhe cobriam o corpo, porque tirá-los um a um era demasiado longo; e na segunda emigração, que passou em Paris, com abundância de recursos e em excelente sociedade, finava-se de saudades» ⁽¹⁾.

MAGALHÃES LIMA interpreta o caso, sugerindo que, da segunda vez, o seu amigo, com o rodar dos anos, ganhara mais perfeito sentimento da linguagem vernácula, da sua música específica, da alma. No primeiro exílio — homem muito moço — a música da língua ainda o não havia penetrado em profundidade.

Dar ou não dar música a uma língua — mesmo quando estrangeira — eis o problema. MAGALHÃES LIMA confessa ter aprendido o inglês sòzinho, dizendo que não o lia — limitando-se a vê-lo. Se lhe falavam o inglês, tinha enorme dificuldade em o entender. Pois pronunciando o inglês dos textos a um amigo que falava o inglês a primor, dizia-lhe o amigo que, embora «não pronunciando eu correctamente uma só palavra — nem uma só!», «parecia-lhe ouvir o mais genuíno inglês».

Comenta MAGALHÃES LIMA: «Cantava-o bem, sem o dizer. Outra não podia ser a explicação de semelhante anomalia» ⁽²⁾.

E precisamente porque muito do significado profundo de uma língua vai na musicalidade das suas palavras e da frase ou período formados por essas palavras, é que a tradução não é fácil tarefa. Só os primários ou os ingênuos supõem que esse aspecto não conta. MAGALHÃES LIMA chegava a enunciar a tese de que «não há traduções possíveis; as línguas são intraduzíveis; as do

⁽¹⁾ *Ibidem*, págs. 43-44.

⁽²⁾ *Ibidem*, pág. 46.

cafre como as do grego. Será tão fácil a transposição de língua para língua como a tradução de BEETHOVEN em CHOPIN, ou de WAGNER em VERDI. Haverá, quando muito, interpretações; e, se são bem feitas, não será coisa pouca a inspiração de quem as fez» (1).

Deixemos as traduções a quem não pode saborear as línguas no original. Mas quando depararmos um tradutor que consiga transmutar a bela música do original na correspondente música da tradução, devemos-lhe parabéns, porque realizou trabalho de maravilha.

Traduções perfeitas são tão raras como as esmeraldas azuis. É que, como disse o frade, «cada língua tem seus mistérios, como suas propriedades; e são suas propriedades seus mistérios». Cada língua tem seu bilhete de identidade muito especial, peculiaríssima, e por isso mesmo com seu quê de intransmissível. Toda a tradução é fatalmente traição, fraude inconsciente se quiserem, equivalência quando muito aproximada, e nunca, por nunca, identidade inteirinha, do ponto de vista da musicalidade da frase, entre o texto a traduzir e o texto traduzido. MAGALHÃES LIMA chama, por exemplo, a atenção para os dois versos seguintes de VIRGÍLIO:

*Et jam summa procul villarum culmina fumant
Majoresque cadunt altis de montibus umbrae.*

Na versão francesa de NISARD, faz-se-lhe esta correspondência:

«Déjà les toits des hameaux fument au loin, et les ombres grandissantes tombent des hautes montagnes.»

Na tradução de LIMA LEITÃO, os mesmos dois versos são assim apresentados:

*Já fumam dos casais ao longe os tectos.
Dos altos montes sombras mores caem.*

Nenhuma destas traduções — nem a francesa, nem a portuguesa — dá a doce música do original. E sem a musicalidade do original logo aqueles dois factos — o fumo dos lares que trespassa os telhados das casas e suavemente se espalha nos ares, e as sombras que com pés de lã vêm descendo a montanha — perdem o delicado sentimento que os caracteriza. Quanto ao segundo verso, na tradução portuguesa, aquelas sombras que caem, como cairia o estuque de um tecto, é particularmente infeliz (2).

(1) *Ibidem*, pág. 52.

(2.) A tradução que MAGALHÃES LIMA dá, em *Rogações de eremita*, pág. 63, parece-nos perfeita: «Começam a fumar ao longe os tectos dos vilares e lá dos montes altos vem crescendo as sombras que se alastram sobre a terra».

A tradução de uma língua noutra não é simples obra de razão — mas também, e não de somenos valor, obra de coração, obra de afinado ouvido musical, cântico de peito, e não apenas teorema racional.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA afirmava que «não há línguas belas nem feias; o que há, e nos confunde e precipita nessa distinção bizantina, são línguas sinceras ou falsas, e as falsas mostrarão toda a fealdade própria da deformação, do constrangimento e da mentira. A língua é invariavelmente bela, se traduz sem impostura, da qual a preciosidade é um requinte cómico, o carácter e o tempo de quem a usa; se acode à necessidade de expressão, satisfazendo-a pelos recursos naturais no estado virgem. E, inversamente, a língua desafina, soa mal e é feia, quando, ocultando ou atraídoando, por preocupação de perfeição e vaidade, os impulsos do génio que a criou, tenta apropriar-se da expressão alheia, como aconteceu com a nossa língua, quando o latinismo lhe estrangulou o crescimento espontâneo e tanto corrigiu como estragou; ou quando se mascarou com os francesismos do século XVIII, de que, por desgraça, nunca até hoje nos isentámos completamente, sempre mais ou menos intoxicados e empalidecidos de tal moléstia» ⁽¹⁾.

O que MAGALHÃES LIMA preconiza é o cantar nativo a dizer com a idiossincrasia de cada povo. Se um povo é estruturalmente lírico, como lhe poderão ir bem as injunções arbitrárias do vocabulário abstracto, racionalista, filosófico doutra língua, que é o dum povo com manifestas propensões para a syntaxe das puras ideias? As línguas, como expressão espontânea da psique dum povo, constituem indício seguro da sua capacidade ou incapacidade para o jogo das ideias abstractas, da sua inclinação ou repulsa pelas ideias carregadas de afectividade, da sua simpatia pelas demonstrações *more geometrico* ou pelos saltos lépidos da intuição ao âmago das coisas. A língua portuguesa não superabunda em vocabulário abstracto? Tanto basta para concluirmos que não nos é peculiar a tineta filosófica. Já o outro disse que somos a terra mais antifilosófica do planeta. Do planeta e arredores... E não será isso a clara prova de que jamais — depois de ter longa história — marcaremos lugar de relevo na especulação filosófica? Iremos dizer mal da nossa língua, lá porque ela é pobre de dicionário filosófico? Mas, se não temos *tête philosophique* — não é essa a nossa risca específica no espectro da cultura —, como lamentar-nos da ausência de expressão formal daquilo que não somos capazes de criar? A língua portuguesa não mente à nossa psique. E porque não cinca a exprimi-la, não teremos motivos — assim o deixa entender MAGALHÃES LIMA — para lhe chamar pobre, ou

(1) *Ibidem*, pág. 76.

feia, ou enfunada, em relação à francesa, ou à inglesa. Ajusta-se-nos — é quanto basta para a podermos considerar bela. Tudo vai de ser usada com sinceridade. Se não somos áticos de pensamento, como o seremos de linguagem? Se propendemos para o barroquismo nas «ideias» e nos sentimentos, como exigir de nós que a mais curta distância entre dois pontos seja a muito euclidiana linha recta? Se, de nossa natureza, somos nebulosos, como querer uma língua de contornos nítidos em vez de enevoados? Se a sobriedade, a concisão, não constituem o nosso forte, antes propendemos para a prolixidade, como pedir à nossa língua a clareza meridiana da língua francesa, língua de um povo que tudo quer ver e exprimir com transparência? Lembremos o caso daquele alemão que do seu compatriota KANT dizia: para o entender, preciso que mo traduzam primeiro em francês...

Pela palavra falada, mais do que pela escrita, tinha MAGALHÃES LIMA viva simpatia. É que só falada a palavra ganha a autêntica música que nela está latente. E da música da palavra fazia ele questão. Não concebia a prosa sem harmonia, sob pena de essa mesma prosa se estar negando. Autêntico prosador não é — mas simples sapateiro da escrita — aquele dos escritores que descarta a harmonia orquestral da sua prosa, que deve ser veladamente poética.

bib* * *

JAIME DE MAGALHÃES LIMA não sofria de narcisismo quanto ao estilo. A probidade foi, em tudo, o seu lema. Quis a palavra na situação ancilar do pensamento, e nunca — por nunca! — o pensamento enfeudado a brincos de palavra. E quando tinha dúvidas sobre a rigorosa equação que devia estabelecer-se entre a ideia e a palavra, esta retratando fielmente aquela, pedia o conselho dos experimentados, para, depois, o seguir como norma. Seja ele a fazer-nos a sua confissão:

«Por sorte da versatilidade da minha vida, achei-me publicista sem conhecer bem língua alguma; porventura a língua materna seria aquela que mais imperdoavelmente ignorava. Humildemente, para me precaver contra erros mais graves, tinha de invocar bastas vezes o auxílio de amigos menos desacautelados; e quando imprimia *O sonho de perfeição*, teve ALBERTO SAMPAIO a generosidade de lhe fazer a primeira revisão de provas. Então vi, não sem pasmo, até onde iam o seu poder de exame e os seus escrúpulos de exactidão; qualificativos inúteis e falsos, frases redundantes ou mal cabidas, repetições desnecessárias e embaraçosas, todo o material impróprio, sobejo ou inarmónico ALBERTO SAMPAIO procurou varrer do meu pobre romance, com um esmero que

era a um tempo a demonstração da sua técnica e a expressão da delicadeza do seu carácter. Se há indulgência que me tolere uma tal aproximação, parafraseando o que GORKI disse de KOROLENKO, por minha vez assegurei que «se não escrevo melhor, a culpa não foi de ALBERTO SAMPAIO» ⁽¹⁾.

Pois aprendeu a lição a primor. Se há aí escritor nos segredos da língua vernácula, expressando à maravilha o multivariado mundo objectivo e subjectivo, esse escritor é JAIME DE MAGALHÃES LIMA. E não presumia de ter tirado de si próprio toda a técnica de bem escrever. Submissamente recebeu ensino de quem lho podia dar e a ele se ajeitou, sem, todavia, anular a sua específica personalidade. Nessa oportuna lição aprendeu «que a lealdade e a obediência estrita da palavra ao pensamento será, afinal, a mais eficaz das leis da gramática, o mais seguro viático do vigor da linguagem e o filtro mais fiel da sua beleza».

* * *

É jeito dos escritores moços—novatos ficaria melhor—darem prioridade à música da frase sobre o pensamento. Com efeito, a puberdade literária julga, em muitos casos, suprir a penúria de ideias com o estreloçado da adjectivação, com os bonitinhos do estilo. *Nous vous connaissons, beaux masques!*

Mas será que a música da frase deva ser deitada às ortigas, por amor do pensamento? Parece-nos que não. Só música—não. Pensamento à toa—sem levar em conta a beleza formal da expressão—também não tem o nosso beneplácito. As duas coisas conciliadas isso nos parece óptimo. As ideias em nada ficam diminuídas—antes pelo contrário—se forem expostas com beleza formal.

Pois bem. Julgamos acertar, dizendo que JAIME DE MAGALHÃES LIMA foi escritor que nunca descurou a conciliação do fundo com a forma. Com afinadíssimo sentido musical, sintonizou invariavelmente a verdade das ideias com a beleza da respectiva expressão. Nunca, porém, seja dito em abono da probidade, se atreveu a praticar a fraude de, por amor de um adjectivo bem soante, deixar ir a verdade água abaixo...—jeito a que, aliás, os portugueses são muito inclinados. A honradez literária—de que possuía agudo sentido—nunca lhe permitiria irregularidades dessa espécie.

(¹) Na conferência que, em 1925, fez sobre *Alberto Sampaio e o significado dos seus estudos na interpretação da história nacional*.

* * *

Ler, todo o alfabeto lê. Só o não fazem os analfabetos — é evidente. O que, porém, nem todos os alfabetos conseguem é ler em profundidade, com voz musical, que leve aos ouvidos dos que escutam, a emoção subjacente às frases impressas ou manuscritas.

Para a personagem shakespeariana, ser ou não ser é que era o problema. Para que um autor impresso se valorize, lê-lo ou não lê-lo em voz de toada bem humana, é que é o importante. A frase impressa é como se estivesse adormecida ou morta. Acorrá-la ou criar-lhe clima de ressurreição é obra de quem a lê com vibração, com sentimento profundo. O mais é paisagem.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA tinha em alta conta (pois como não havia de ter, se era afinadíssima sensibilidade artística?) a frase declamada com verdade e arte. Quando a leitura é feita nessas condições — com verdade e arte — automaticamente fascina os ouvintes. É ele quem, a propósito, evoca o seguinte caso da sua vida escolar:

«No correr de 1872 — tinha eu doze anos — frequentava a aula do que naquele tempo se chamava «Português, 2.^o ano», e com a «Retórica» rematava então o que nos liceus se aprendia da língua e da literatura pátria.

Este 2.^o ano de português compreendia o ensino da leitura; e, um dia, foi chamado à lição, para tal efeito, um dos nossos companheiros, a quem o professor, homem inteligente e bom, mandou ler duas breves passagens do *Camões*, de GARRETT, a segunda das quais terminava pelo lamento do Poeta mendigando, no seu desolado

«... Dai, portugueses,
Dai esmola a Camões!»

Mal o aluno começou a ler, logo na aula se fez um silêncio profundo, vencidos todos nós por uma subtil e rápida emoção que instantaneamente se nos comunicava e nos dominava, só por virtude da voz que ali ouviamos e era um brando eco de amargura. E, quando a leitura findou, o professor, não menos embaraçado que os discípulos — éramos uns quatorze ou quinze —, murmurou breves e confusas palavras de louvor, e, ferido em seu coração como os demais, a breve trecho dava por concluído o trabalho e mandou-nos embora.

É que nessa curta leitura, ingénua e trémula, um lampejo de elevada arte havia passado; aquele chão asfaltado, entre as quatro paredes nuas — só tinham dependurado um mapa de Portugal — transformou-se milagrosamente no tablado esplêndido onde assistimos à evocação real de um grande drama. Tão profundamente

se me gravou na memória, que ainda hoje [1931] o recorde bastas vezes e lhe sinto o sabor de iniciação perdurável do que é e do que vale a arte da leitura, tão singela e tão pouco abundada de cuidados e louvores. Aquele foi o meu baptismo no mistério desse divino poder. Um moço, tão moço que nem sequer suspeitava a riqueza que Deus lhe dera, me administrou esse sacramento e na sua candura me entranhou no sangue a sensibilidade à sua graça» (1).

Só os primários consideram coisa somenos a boa, a comunicativa, a ressonante, a profunda leitura em voz alta. Certos autores morrem nas folhas impressas, precisamente porque não têm quem lhes viva as páginas em boa dicção. Uma perfeita leitura em voz alta, com seus altos e baixos, com suas específicas modulações, com seus silêncios — há silêncios eloquentíssimos! — multiplica o valor duma página, o valor dum diálogo ou duma cena. BERNARDO SHAW (citado, aliás, por MAGALHÃES LIMA) tinha razão quando, certo dia, perguntando-lhe alguém se ficara satisfeito com a interpretação de um papel em peça dele, respondeu, referindo-se à actriz que o interpretou:

«Não, não o interpreta como eu o escrevi. Interpreta-o como eu queria tê-lo escrito.»

Quer dizer: a actriz como que recriou a peça de SHAW. O que na peça se encontrava apenas sugerido ou como que adormecido, ela lhe deu corpo, alma e vida.

Grande pode ser o valor de um poeta, de um novelista, de um romancista e, sobretudo, de um escritor de teatro. Mas logo de grande passará ao grau superlativo, se tiver algum excelso artista a interpretá-lo em voz alta, capaz de despertar profunda ressonância na alma dos ouvintes. Mas também logo esse grande escritor descerá abaixo de si próprio, se tiver a interpretá-lo algum frio declamador. O perfeito declamador não deixa uma sílaba ao acaso, nem sequer uma pausa, uma vírgula, um gesto, uma expressão fisionómica. Nele, corpo e alma são solidários para dar expressão aliciante às ideias, aos sentimentos, às volições.

Páginas impressas são obra fria, enquanto a voz as não inflama. O melhor teste para as provar é a vocalidade. A vocalidade que procura viver ou recriar um mundo de ideias, sentimentos e volições como que congelados na palavra escrita.

(*Continua*)

CRUZ MALPIQUE

(1) *Labor*, Aveiro, Outubro de 1931, págs. 369-370.

MAPA TURÍSTICO DO DISTRITO DE AVEIRO

ESTENDE-SE o Distrito de Aveiro por 2.757 quilómetros quadrados de superfície, onde uma população de 500.000 habitantes (números redondos) se entrega às mais variadas actividades, que vão desde a pesca e a pastorícia ao exercício da indústria transformadora mais evoluída.

Administrativamente, dezanove concelhos nele se inscrevem: — de Norte a Sul, *Castelo de Paiva, Espinho, Feira, Arouca, São João da Madeira, Vale de Cambra, Ovar, Oliveira de Azeméis, Estarreja, Murtosa, Sever do Vouga, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo, Águeda, Vagos, Oliveira do Bairro, Anadia, Mealhada*, num total de cerca de duzentas freguesias.

Já noutro lugar tivemos ocasião de acentuar (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*) — e agora vem a propósito repetir — «se a Portugal se pode chamar, aliás com inteira propriedade, *país de anfiteatro*, no Distrito de Aveiro, mais do que em nenhuma outra das grandes divisões administrativas portuguesas, essa disposição natural facilmente se verifica.

A sua extrema Leste atinge nos concelhos de Arouca, Vale de Cambra, Sever do Vouga e Águeda, cotas de nível que por mais de 1000 metros se avaliam; menos elevada mas ainda caracteristicamente montanhosa, levanta-se a Sudeste a floresta sagrada do Buçaco; em suave pendor, todas essas altitudes se escalonam depois, caminho do Atlântico, onde acabam por espalhar-se em linha de sessenta quilómetros aproximadamente de extensão. Todo o limite ocidental do Distrito é assim constituído por areais, que o sol e o oceano doiram.

Ao Norte, o rio Douro limita a circunscrição administrativa em grande parte; e quando este curso de água, balisa natural, inflête declaradamente a Noroeste, o Distrito desce, acompanhando por momentos a linha dum afluente, para a breve trecho a deixar, partindo então em rápida perpendicular em direcção ao Atlântico.

A Sul, a linha sinuosa que o separa do Distrito de Coimbra obedece ainda ao mesmo princípio geral que se surpreende na constituição desse grande rectângulo administrativo, e envolve os cursos de água locais, voltados todos ao centro do Distrito — à *Ria de Aveiro*; completa-se o anfiteatro, a concha natural erguida em volta da laguna».

«Dispõe o Distrito de Aveiro de rede hidráulica natural bem equilibrada, constituída principalmente pelo rio Vouga e seus afluentes, dos quais apresentam maior importância o Caima, o Ul, o Antuã, o Águeda, e o Cértoma. Um valioso afluente do Douro, a Nordeste do Distrito — o rio Paiva — irriga e enriquece a zona de Arouca e de Castelo de Paiva.

Os numerosos braços da Ria (que na orientação Norte-Sul, ou seja Ovar-Mira, mede aproximadamente 47 quilómetros) permitem o estabelecimento de fáceis e económicas comunicações na zona baixa do Distrito; uma rede de boas estradas consideravelmente desenvolvida, a linha férrea Porto-Lisboa que o atravessa de Norte a Sul, e a linha do Vale do Vouga, com os seus dois ramais, servindo comodamente inúmeras localidades, completam-se em sistema local de viação acelerada.»

As excelentes condições actuais da Barra, o consequente desenvolvimento do tráfego marítimo, quer o piscatório — costeiro ou do largo — quer o meramente comercial, de importação e de exportação, contribuem poderosamente para conferir ao Distrito posição inconfundível e colocá-lo vantajosamente entre as demais circunscrições suas congéneres; sobretudo, quando considerado em seu conjunto, que é, na verdade, de privilegiada e invulgar contextura, tendo o Homem sabido compreender e aproveitar — completando mesmo — o que pela Natureza tão generosamente lhe foi oferecido.

A singular paisagem da Ria, que DANTIN CERECEDA, no *Resumen Fisiográfico de la Península Ibérica*, não hesita em enaltecer ao máximo, dizendo com propriedade que «no tiene semejanza en todo el litoral ibérico», constitui elemento que a todos os restantes — naturais e humanos — sobreleva em importância turística, criando paisagem inconfundível, facilitando comunicações de singular pitoresco, distribuindo riqueza, espiritualizando a própria vida em horizontes de sonho e de beleza sem par: a Ria é o ponto de confluência de todo o Distrito, que das alturas de Arouca, Vale de Cambra, Sever do Vouga, Águeda e Buçaco, nela vem espalhar-se, emoldurando-a com o azul-violáceo das suas seranias a que os pontos brancos das capelinhas de seculares devoções marcam a altura, olhados cá de baixo, da vastidão da laguna incomparável.

Da evolução e vida da laguna, em transformação constante pela acção do Homem e pelos agentes naturais, depende o futuro de toda esta encantadora região, estuante de actividade e inconfundível no seu pitoresco e na sua marcada Etnografia.

Praias de excelentes condições turísticas (Espinho, Fura-douro, Torreira, São Jacinto, Barra e Costa-Nova), *estâncias termais e de repouso* cujo nome constantemente se associa ao de Portugal quando se procura despertar no estrangeiro gosto e curiosidade por uma viagem ao nosso país (Curia, Luso-Buçaco; neste último, *um dos mais belos e grandiosos monumentos de Portugal e do Mundo*, no dizer experimentado de AFRÂNIO PEIXOTO), constituem, *no seu conjunto*, características turísticas não reunidas em qualquer outro Distrito de Portugal.

Também o peregrino da Arte e da História encontra sem dificuldade profusão de santuários de emoção por todo o Distrito de Aveiro: o memorável *Castelo da Feira*, que viu nascer Portugal e que de todos os demais se diferencia pela sua arquitectura e altaneiro perfil; o *Convento de Arouca* — mausoleu da santa Rainha D. Mafalda e museu onde peças únicas de ourivesaria medieval se conservam; o incipiente mas desde já promotor *Museu regional de Ovar*, privilegiada zona do Distrito onde o trabalho rural e as lides marítimas se interpenetram, criando-lhe peculiar feição etnográfica; o preciosíssimo *Museu de Arte, de Aveiro*, com magnífica pintura primitiva, riquíssimos paramentos antigos, a igreja de Jesus transbordante de luxuriante talha dourada, que o precioso túmulo da Infanta avizinha, solenizando-a ainda mais; o *panteão dos Lemos, Renascença, na Trofa*; o suntuoso *túmulo do Bispo D. Manuel de Moura Manuel, na Vista-Alegre*, delicado trabalho de cinzel, do escultor francês CLAUDE DE LAPRADE; o recentíssimo *Museu de cristais antigos e porcelanas*, único entre nós, na *Vista-Alegre* também, sugestão eloquente para a criação de tantos outros que as indústrias portuguesas de mais antigas tradições bem podiam organizar; o *Museu de Etnografia marítima e regional, de Ílhavo*, tão frequentado e exaltado por etnógrafos estrangeiros e nacionais interessados na documentação da vida do marítimo e do pescador; o da *Guerra Peninsular, no Buçaco*, evocador de gloriosas acções militares locais, decisivas para a manutenção da integridade nacional então fortemente ameaçada; e *tudo isso*, mar e céu, serra e campo, Etnografia e História, tudo isso harmoniosamente se conjuga para dar ao mais belo mapa turístico português relevo e colorido enfeitantes, a um tempo vivo cartaz e expressivo documentário.

Assim o compreendeu e procurou realizar o diligente editor duma conhecida e prestimosa série de mapas concelhos, lançando a sugestiva estampa que acompanha as presentes linhas e que nos pareceu de utilidade arquivar também na nossa revista, tanto mais que, a enriquecê-la e a valorizá-la, nela se inclui a colecção dos brasões de armas concelhos, conjunto este que, devido à sua grande variedade cromática, se não apresentava muito compatível, em regime de exclusivo, com os limitados orçamentos de publicações de reduzida tiragem, como a nossa é.



*

Realizou-se não há muito — Outubro de 1964 — o 1.º Congresso Nacional de Turismo.

Temos presente, além dos relatos vindos à Imprensa de então, a colecção das próprias comunicações levadas às diferentes secções do Congresso. Ávidamente as percorremos, na fundada esperança de nelas encontrar arauto, das novas gerações, que a tão importante mobilização dos valores turísticos nacionais tivesse levado, com o natural entusiasmo inerente à defesa duma realidade a todos permanentemente patente, a reivindicação das atenções oficiais para este singularíssimo Distrito de Aveiro; patriótica e aliciante tarefa que a própria Natureza e a singela orgânica geo-humana, desartificial e corrente, da circunscrição, a todos amplamente facilitam sempre.

Lamentavelmente, illusória foi a nossa esperança.

Do Minho ao Algarve se apresentaram e defenderam regiões turísticas, ou que o pretendem ser, debatendo-se teses de interesse geral e muitas outras quase só de restrito, conquanto bem intencionado, bairrismo. Para a própria capital do País (!) se entendeu necessário chamar, e muito bem, a atenção de quem se propunha reorganizar o turismo nacional dando-lhe nova forma e criando-lhe mais compensadores resultados, materiais e culturais.

Do Distrito de Aveiro ninguém se ocupou.

Uma rápida e fugidia alusão, na comunicação da Direcção da Casa das Beiras, às praias da «costa atlântica compreendida na Beira Litoral, como a Figueira da Foz, Mira, Torreira, Furdouro, Costa Nova, Espinho e outras de igual valor turístico» assim estranhamente seriadas, e a comunicação mais de feição minero-medicinal do que turística, das termas de Luso, constituem, que saibamos, toda a presença do Distrito de Aveiro no 1.º Congresso Nacional de Turismo.

Havemos de convir que é pouco.

Nem organismos oficiais, que às actividades turísticas não é razoável permanecerem indiferentes (e tantos e tão variados, quer em hierarquia quer em sector, o Distrito agrupa!), nem representantes individuais daquele tão proclamado e vivo *aveirismo* que em tempos não muito distantes galhardamente se apresentava, vigilante e entusiasta, onde quer que preciso se tornasse, em inteligente defesa de Aveiro: quer fosse a cidade, a região, ou o Distrito.

Não é desejo nosso fazer citações pessoais, nem isso preciso se torna, tão de ordem geral são estas singelas considerações; mas ao espírito de quantos, porventura, as lerem, irresistivelmente ocorrerá a lembrança de alguém que ao número dos vivos não pertence já mas cuja presença — com procuração ou sem ela —

não teria faltado a uma reunião de tão transcendente importância distrital, se em seu tempo ela houvesse tido lugar. Da sua palavra privilegiada, da sua lucidíssima argumentação e do conhecimento profundo que de todos os problemas do Distrito possuía, mais algumas brilhantes páginas teríamos hoje para acrescentar a tantas outras que a grande paixão da sua vida — o *Distrito de Aveiro* — nos legou, e que uma antologia aveirense do mais elevado nível, que já vai tardando, deverá recolher, para espiritual regalo e ensinamento de quantos a esta região sem par se encontram de alguma forma ligados.

Ele era, na verdade, o maior de todos os da sua geração.

Pelo que ao turismo do Distrito respeita — sua evolução, sua futura orientação — confiemos ainda em que à ingratidão e ao esquecimento dos Homens a própria Natureza se sobreporá, aliante e vitoriosa sempre; tem o Tempo como seu mais forte aliado; e é nela, afinal, que a História, a Arte, a Etnografia, o Folclore, o Pitoresco — *fontes vivas do melhor turismo* — se enquadram e também se compreendem e se explicam.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

bibRIA

O PORTO DE AVEIRO

SEU MOVIMENTO E PROGRESSO (*)

I—OBRAS A REALIZAR NO PORTO DE AVEIRO

É bem sabido que, pela sua situação geográfica e recursos naturais, o porto de Aveiro terá, num futuro que se não afigura longínquo, um relevante papel a desempenhar no conjunto portuário nacional e, sobretudo, como complementar do de Leixões, pois este não poderá bastar a todas as solicitações do *hinterland* noroeste, mesmo ampliado como se prevê, por ser de admitir que brevemente atinja a sua saturação. Restará, assim, a possibilidade de se recorrer ao de Aveiro, para o que há que conjugar esforços no sentido de preparar este com o fim de suprir a insuficiência que se prevê para aquele.

E há que trabalhar com tempo de maneira a preparar o futuro e acorrer para já às necessidades, a fim de dar cumprimento às solicitações que a todo o momento lhe são feitas.

Para tal se prevê um certo número de trabalhos que, em resumo, poderão ser enunciados da seguinte maneira e de acordo com o parecer da administração portuária:

- Construção de obras acostáveis;
- Regularização e dragagem de canais;
- Provavelmente, dragagens na barra;
- Construção de docas secas;
- Construção de terraplenos e de arruamentos de acessos e de serviço;
- Aquisição de equipamento terrestre e marítimo necessário ao bom funcionamento dos serviços;

(*) O presente artigo é formado por extractos do discurso que o autor proferiu na Assembleia Nacional, em sua sessão de 2 de Dezembro de 1964, na discussão da proposta da lei relativa ao *Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967*.

O PORTO DE AVEIRO

Ampliação do porto de pesca costeira;
Continuação da execução dos planos de arranjo e expansão dos portos bacalhoeiro e industrial.

É certo também que estas obras, em parte, estão dependentes das conclusões que hão-de resultar do ensaio em modelo reduzido em estudo no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Quanto à barra, desde que se concluíram em 1958 as obras dos molhes exteriores, já apresenta fundos e características de molde a permitir a sua utilização por navios que os canais e instalações interiores podem aceitar presentemente, mas necessário se torna, para uma manutenção e até melhoria de tais fundos, uma dragagem com uma unidade apropriada como complemento indispensável dos molhes construídos.

Os canais interiores e bacias de manobra estão naturalmente dependentes da orientação a ser dada pelo modelo reduzido, embora se continuem a fazer as dragagens que vão sendo aconselhadas.

II—O PORTO BACALHOEIRO

O porto bacalhoeiro, já muito aceitável quanto à utilização da frota de pesca local, tem sido progressivamente melhorado, mas ainda muito há a fazer para seu completo apetrechamento. A justificar uma atenção muito particular para a actividade desenvolvida neste sector do porto, poderei citar que o bacalhau fresco entrado em 1953 atingiu 21 625 t, no valor de 86 499 contos, e nos últimos três anos as seguintes cifras:

Anos	Toneladas	Valor em contos
1961	22 157	88 628
1962	23 066	92 264
1963	25 961	103 844

Estes valores dizem bem do rendimento estável de tal riqueza, para o que tem contribuído essencialmente a acção dos armadores e o número de barcos que constituem a frota bacalhoeira do porto, num total de 27 unidades no último ano.

III—O PORTO COMERCIAL

O porto comercial apresenta já em construção o primeiro troço de 180 m de cais comercial, que se espera estar concluído num prazo curto, se bem que já muito atrasado em relação ao previsto de início. E é precisamente deste cais, que no futuro

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

se prevê atinja 320 m, e do conjunto do porto comercial, que o virá a englobar, que depende o dar-se escoamento ao tráfego de mercadorias que a todo o momento afluam ao porto, e que já através dele se movimentam, embora em condições de mero improviso. Nestas circunstâncias, a fim de superar a falta de condições primárias deste porto, resolveu a Junta Autónoma, numa acertada medida de não perder posição, aproveitar provisoriamente as instalações do porto bacalhoeiro, provendo-o de apetrechamento mecânico, sem prejuízo da sua utilização futura já no local próprio. Conseguiu-se assim um movimento que poderá apreciar-se nos seguintes dados estatísticos referentes aos últimos dez anos:

Anos	Toneladas	Valor em contos
1954	5 826	8 178
1955	8 646	12 171
1956	6 932	15 039
1957	9 134	14 595
1958	26 791	87 475
1959	46 778	99 091
1960	51 150	103 749
1961	58 180	125 238
1962	63 995	115 867
1963	71 830	149 520

Poderia ainda acrescentar que até 31 de Outubro do corrente ano movimentaram-se já 83 793 t de mercadorias, no valor de 154 925 contos, o que denota um aumento de cerca de 20 por cento em relação ao total de 1963.

Da análise destes números resulta que a actividade do porto de Aveiro teve um surto de extraordinário desenvolvimento no período decorrido de 1954 a 1963, pois se inicialmente não tinha significado aparente, por não ir além de 5 826 t em 1954, atingiu a cifra de 71 830 t em 1963. E se, até à conclusão da 2.^a fase das obras exteriores do porto, o movimento nunca atingiu mais que as 9 134 t, em 1958 esse valor elevou-se a 26 791 t, para daí em diante continuar a crescer até atingir no ano findo a cifra de 71 830 t, correspondente ao valor de 149 520 contos. Verifica-se ainda que em 1963 foram movimentadas, em relação a 1962, mais 4 330 t importadas e mais 20 724 t exportadas, o que evidencia bem uma extraordinária melhoria internacional em prejuízo do movimento interno, e que é paradigma de tendência exportadora do porto. Estão ainda de acordo com esta tendência as numerosas consultas feitas pelas agências de navegação e de importadores e exportadores sobre as possibilidades e facilidades portuárias e ainda pelos ensaios já efectuados.

O PORTO DE AVEIRO

Desta breve apreciação se conclui facilmente que houve aumento crescente das quantidades e valores das mercadorias movimentadas, apesar das precárias condições de utilização, que são, como já disse, de mero recurso. No entanto, são variadíssimos os produtos já exportados provenientes das indústrias em que é rica a região, como sejam madeiras, pasta de papel proveniente da fábrica de celulose de Cacia, produtos cerâmicos, o sal, os produtos metalúrgicos, o vinho, isto só para citar alguns entre tantos, além dos diferentes produtos importados e necessários à laboração das indústrias em que o distrito é rico, e da pesca.

IV—NECESSIDADE DE DOCAS SECAS

Outra aspiração de longa data é a existência de uma doca seca (das duas previstas), cujo projecto já deveria ter sido concluído há dois anos e que só agora foi iniciado, tudo levando a crer que tão cedo não poderão os usuários do porto dispor de uma das grandes obras fundamentais das suas instalações.

V—O PORTO INDUSTRIAL

Merece ainda menção especial o seu porto industrial, situado numa zona que se prevê no plano director para a instalação de indústrias de interesse portuário, onde presentemente já existe uma grande unidade armazenadora e distribuidora de combustíveis líquidos da Sacor e onde igualmente se iniciaram recentemente obras provisórias para armazenamento de vinhos com vista à exportação para o ultramar, a acrescentar àquelas que se prevê virem a ser estabelecidas, pois sabe-se da sua constante solicitação.

Ligado intimamente a esta zona, e naturalmente motivado pelas condições já criadas quanto a acessos à ria, há a considerar o valor da indústria de construção naval de grande envergadura que constitui os estaleiros de S. Jacinto, onde se têm construído barcos de ferro de razoável tonelagem.

VI—A PESCA DA SARDINHA E DE ARRASTO COSTEIRO

Paralelamente ao desenvolvimento do porto bacalhoeiro há ainda a anotar a realidade que representam, numa afirmação de valorização económica e social, as actividades de pesca da sardinha e arrasto costeiro, igualmente com instalação no seu porto e lota, que num dia de feliz acontecimento para a cidade de Aveiro foram inauguradas por S. Ex.^a o Chefe do Estado.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Em virtude de presentemente as actividades destas pescas serem consideráveis e evoluírem em ritmo de acentuado desenvolvimento, não desmerecendo até em relação à bacalhoeira, tem-se verificado que as instalações já são insuficientes para o movimento que têm.

A fim de se ajuizar da importância que representa este sector, ligada à vida portuária, com os inerentes reflexos no fomento das mais variadas fontes de riqueza comerciais e industriais da cidade e região, bastará dizer que o valor comparativo do pescado vendido pelas traineiras e arrasto costeiro nos quatro últimos anos é o seguinte:

1960	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	26 218 861\$00
1961	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	29 353 200\$00
1962	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	24 636 461\$00
1963	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	31 279 415\$00

correspondendo à laboração de traineiras e barcos de arrasto costeiro, que em 1963 atingiram os números, respectivamente, de 23 e 28 unidades.

VII — CONSEQUÊNCIAS DAS OBRAS

Uma vez executadas tais obras, ficaria então o porto de Aveiro preparado para as múltiplas funções de porto comercial, industrial, de pesca longínqua e de pesca costeira e do alto, servindo uma região de elevado potencial económico, de harmonia com o desenvolvimento comercial e industrial da mesma, e, ao mesmo tempo, pelas possibilidades de complemento ou alternância com o de Leixões, uma vasta zona de influência, sobretudo do Norte e interior do País.

Aveiro, Dezembro de 1964

ARTUR ALVES MOREIRA

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO FAROL DA BARRA DE AVEIRO

EM 1855 estava-se construindo um farol no Cabo Mondego para salvaguarda da navegação, mas o litoral compreendido entre este Cabo e a foz do rio Douro continuava sem qualquer outro farol que de noite servisse de guia aos navios.

Impunha-se por isso, a construção de novo farol próximo da barra de Aveiro, aberta em 1808.

Nestas circunstâncias, o notável ministro das Obras Públicas, engenheiro António Maria de Fontes Pereira de Melo, publicou em 28 de Janeiro de 1856 a seguinte portaria:

«Posto que se deva em breve estabelecer no Cabo do Mondego um farol sobre a torre que para esse fim se construe, ficará ainda existindo entre este farol e o da Senhora da Luz, na foz do Douro, uma distância de mais de vinte léguas na qual se não descobre um único sinal que indique aos marítimos vindos de portos distantes a sua aproximação à terra, e que sirva de guia à navegação costeira, e tornando-se este objecto digno da mais séria atenção, em vista dos prejuízos que podem resultar à humanidade e ao comércio pelo risco a que, em tais circunstâncias, se acham expostas as embarcações: Há por bem sua majestade el-rei ordenar que o director das obras públicas do distrito de Aveiro, de combinação com o capitão daquele porto, e com o director-maquinista dos faróis do reino, trate de escolher o local nas proximidades da barra que for mais próprio para a construção de um farol,—devendo o mesmo director, apenas se ache determinado o dito ponto, proceder, de acordo com o referido maquinista, à confecção do projecto e orçamento da respectiva torre com a altura conveniente para que a luz seja vista a dezoito ou vinte milhas de distância.

Sua majestade manda, por esta ocasião, prevenir o sobredito funcionário de que se encomendará em França, para ser estabelecido no mencionado local, um farol lenticular de segunda ordem, do sistema de mr. Fresnel, e semelhante ao que se destina para

o Cabo Mondego, cujo desenho se lhe envia, com a diferença, porém, de ser girante para o distinguir dos faróis que ficam ao norte e ao sul daquele porto.

E tornando-se indispensável, para que possa efectuar-se a dita encomenda, saber qual será a grandeza do sector alumiado, a altura da luz sobre a base da torre, e a altura desta base sobre o nível do praiamar ordinário, cumpre que semelhantes esclarecimentos sejam prestados ao governo com a maior brevidade possível, a fim de se expedirem as precisas ordens para a construção do aparelho e da respectiva lanterna.

Finalmente deverá o dito director ter em vista, que, para diminuir o custo da torre, e em atenção à falta de cantaria na localidade, será esta construção feita em alvenaria de pedra, ou tijolo e forrada de ladrilho branco para servir também de sinal aos marítimos durante o dia.

O que se lhe comunica para seu conhecimento e execução na parte que lhe respeita.

Paço, em 28 de Janeiro de 1856. = *António Maria de Fontes Pereira de Melo*. = Para o director das obras públicas do distrito de Aveiro.»

Esta portaria deu resultado apenas para a determinação do local em que devia ser construído o farol.

A comissão nomeada especialmente para este fim deu o seu parecer em 11 de Julho de 1858.

No entanto, os naufrágios iam-se sucedendo entre o Cabo Mondego e a Foz do Douro, por falta de sinalização luminosa nesta parte da costa marítima.

Em 1862, o grande e ilustre parlamentar aveirense José Estêvão pediu na câmara dos deputados a construção do farol.

Depois, a Câmara Municipal de Aveiro, presidida por Manuel Firmino de Almeida Maia, apresentou ao rei D. Luís, uma exposição e petição datada de 15 de Setembro de 1863, cujo teor era:

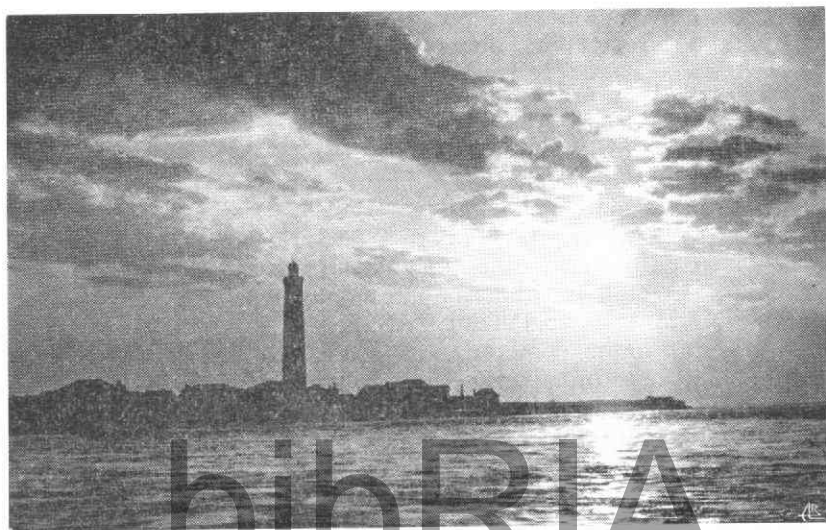
«Senhor!

A Câmara Municipal do concelho de Aveiro, atendendo às vantagens que deve trazer para a navegação costeira a colocação de um farol ao sul da barra do porto desta cidade, a fim de que possam evitar-se os naufrágios que tão frequentes se têm tornado nestes últimos tempos, no extenso litoral entre o Cabo Mondego e a Foz do Douro, vem respeitosamente representar ao governo de Vossa Majestade a urgente necessidade de se proceder quanto antes à realização de tão útil melhoramento.

Ninguém pode duvidar Senhor! que numa costa tão extensa como accidentada, em que as restingas ou cabedelos se formam por a violência das correntes, cuja direcção varia diáriamente, um farol evita que os navios, se singram próximos da terra, se enganem no

FAROL DA BARRA DE AVEIRO

rumo, vencendo as dificuldades da navegação sem correrem o risco de naufragar nos bancos de areia, às vezes em noites bonançosas, como infelizmente tem sucedido entre nós. Assim, compenetrada esta municipalidade das conveniências da colocação de um farol ao sul da barra desta cidade, vem impetrar de Vossa Majestade



O farol de Aveiro ao pôr do sol.
Ao fundo, o molhe da margem esquerda do canal da barra

a graça de ordenar seja construído o mesmo farol no indicado ponto, como as públicas necessidades aconselham.

Aveiro, 15 de Setembro de 1863.

E. R. M.

Manuel Firmino de Almeida Maia

Bazílio Mateus de Lima

João José da Costa Azevedo

Manuel Ventura da Silva

João Marques Mostardinha

Jerónimo de Carvalho Saldanha»

Não tardou a resposta à representação da Câmara Municipal de Aveiro, pois o duque de Loulé presidente do governo e ministro do reino, publicou na folha oficial a seguinte portaria, passados poucos dias:

«Manda Sua Majestade el-rei que o director das obras públicas do distrito de Aveiro trate de confeccionar e remeter quanto antes a este ministério o projecto e orçamento de um farol para ser colo-

cado próximo à barra de Aveiro, tendo em vista na elaboração daquele trabalho técnico as indicações constantes da portaria de 28 de Janeiro de 1856, excepto na parte que respeita ao local para a colocação do farol, que deverá ser o que se acha indicado no parecer dado em 11 de Julho de 1858 pela comissão especial para semelhante fim nomeada.

Paço, em 26 de Setembro de 1863. — *Duque de Loulé*.

Para o director das obras públicas do distrito de Aveiro.»

Este director era então Silvério Augusto Pereira da Silva.

Se foi rápida a resposta do governo, foi no entanto, demorada a elaboração do projecto que afinal foi feito pela Direcção Geral dos correios, telégrafos e faróis, sob a direcção do engenheiro Paulo Benjamin Cabral.

Ficou concluído o projecto em 5 de Maio de 1884, e por portaria de 26 de Julho do mesmo ano, foi incumbido da execução da obra, o director das obras públicas do distrito de Aveiro, engenheiro Silvério Augusto Pereira da Silva.

As obras foram começadas na primeira quinzena do mês de Março de 1885 e terminadas na segunda quinzena de Junho de 1893.

O farol, formado por uma torre, foi inaugurado em fins de 1893, e o seu custo foi de 51.265\$755 réis. Ficou situado na margem esquerda do canal da barra e perto do mar. As suas coordenadas geográficas, então calculadas, são:

Latitude N. 40° 35' 20",2

Longitude E. do Observatório de Lisboa 0° 78' 46",4

ou Longitude W. de Greenwich 8° 39' 8",5.

A luz ficou a 58 metros acima do nível médio do mar, e alcança vinte milhas.

A torre do farol foi construída no areal sobre estacaria com grade de madeira à altura das mais baixas águas.

«Foram cravadas 97 estacas com 8^m,5 de comprimento e 0^m,26 de diâmetro na cabeça, serradas a 2^m,05 abaixo do nível médio do mar, sendo as cabeças das estacas envolvidas em beton de argamassa de pozzolana.»⁽¹⁾

Esta importante construção foi começada pelo coronel-engenheiro Silvério Augusto Pereira da Silva, continuada pelo engenheiro Figueiredo Silva, e concluída pelo engenheiro José Maria de Melo de Matos. O farol de Aveiro ainda se encontra neste ano de 1965 em perfeito estado de conservação.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

⁽¹⁾ ADOLFO LOUREIRO, *Porto de Aveiro*, separata de *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas adjacentes*, pág. 77. Lisboa, 1904.

AROUCA NA IDADE MÉDIA PRÉ-NACIONAL

(Continuação do vol. XXX, pág. 256)

REALMENTE, como temos afirmado, trata-se de uma edificação nova em local diferente do de São Pedro — ou, por outra, num local que não pode ser o do mosteiro anterior e agora substituído, pois é o da vila de Arouca dos nossos dias: é que certas concessões que se fazem ao novo mosteiro, neste local, indicam que nele o templo não existia anteriormente. De facto, entre tudo o que ao mosteiro doam os fundadores, estão os «*XII^m passales pro corpora sepeliendo et LXX II^o passales pro tolerantia fratrum monachi vel sororum*» obrigatórios ou canónicos. Ora estes passais constituíam uma pequena cerca, como era costume e o temos bem expresso noutros documentos de fundação ⁽¹⁾, e tão claramente que não falta quem expressamente o afirme (não o fazendo nós aqui por nós próprio para não sermos suspeito): «*dextros ou passales, uma pequena cerca, em redor do edifício religioso, correspondente ao adro actual*» ⁽²⁾.

Parece, pois, bem claro: a primitiva igreja, o primitivo mosteiro, evidentemente que tinha já os seus «passales»: para que iam agora os fundadores dar-lhos, se o templo fosse o mesmo ou sua ampliação, se fosse o mesmo o local? É certo que a ampliação pode ter ocupado o adro antigo, mas nem assim é possível admitir o lugar de hoje.

Com os «passales», os fundadores dão ao mosteiro «*singnos libros calices et corone et omnis ornamentis ecclesie et ornamenta*

⁽¹⁾ «*in circuitum ipsa ecclesia pro sepultura corpora... et pro tolerancia fratrum*»: PMH Dipl. et Ch. n. 5. Aqueles 12 e 72 passais, com as referidas finalidades, são citados nas fundações novas, como a da igreja de Soalhães e a da de Lordosa, etc.: Ib. nn. 8 e 9.

⁽²⁾ Mons. M. DE OLIVEIRA, *As Paróq. Rur. Port.* p. 101.

domorum quantum ibidem habuimus» (o que mais nos aclara a ideia de inteira novidade no local, entendendo-se bem que não se iria retirar da primeira igreja o seu dote em sinos, livros, cálices, coroas e ornamentos, tanto mais que era conveniente a sua conservação para continuar no serviço paroquial que indubitavelmente devia ter — ao que não iria servir o novo templo do convento); e, além disso, doa-se-lhe a igreja de S. João de Losim (Penafiel) e toda a «*villa Sancti Petri*» em cujos limites o mosteiro existia.

Sobre a igreja de Losim e sua posse por Ansuri Godesteiz e «domna» Eileuva, há um documento que nos informa que eles a haviam obtido de um presbítero Adulfo, seu possessor, o qual devia estar ligado à «gens» daqueles «domnos» e, pois, a eles por laços de natureza servil, embora ténue. Esse presbítero confessava ter assassinado certo individuo por mal dos seus pecados e tentação do demónio («*per meo peccato et insidiis diaboli*»), e, não tendo podido remir toda a multa judicial e vendo-se arrastado ao suplicio («*adduxerunt me pro ad morte*»), veio pedir aos seus «domnos» referidos lhe valessem com os seus bens («*liberassent me de ipso homicidio*»): «*et veni ante domino meo Ansuri Gudesteiz et uxor sua Eileuva et rogavi homines bonus (de Arouca) ut fabulassent ad illo... et dedissem ego ad ille domino Ansuri omnia mea hereditate*», e, como ele o tivesse libertado, deu-lhes a dita sua igreja: «*concederem vobis ecclesia mea domino Ansuri et uxori vestre Eileuva*»⁽¹⁾.

Por aqui se pode ainda deduzir a alteza de estirpe destes «domnos».

Visto que tratamos de origens do mosteiro, especialmente para nos servirem na determinação das da actual vila de Arouca, poderia parecer dispensável aludir aqui a certas questões; mas, como temos essa vila por um resultado do mesmo mosteiro, não é indiferente que o conheçamos em seus inícios o melhor possível. Para diante, é tempo e assunto que já nos não interessa aqui. Assim, teremos de abordar o carácter inicial do convento: se sòmente de frades se *duplex* (dois sexos).

Um Autor medievista muito conceituado escreveu, não há muito, que o mosteiro de Arouca «parece que foi dúplice entre 1114 e 1154 e depois mudou para freiras»⁽²⁾; e pouco tempo depois alegava, em concordância com isso, que «primitivamente fora de homens» e «passou para monjas de S. Bento na segunda metade do século XII»⁽³⁾, o que já não é bem a mesma coisa e, apesar de

(1) PMH Dipl. et Ch. n. 53.

(2) Mons. M. DE OLIVEIRA, *As Paróq.* p. 184. A notícia é dada aqui em parte por intermédio de VITERBO, mas também pelos *Dipl. et Ch.*, inclusive o de 951, que fala de monjas no mosteiro. Distracção ou confusão?

(3) Mons. M. DE OLIVEIRA, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, in *Rev. Port. de Hist.*, t. V, vol. II, p. 348.

o não ser, nem por isso se desfez o engano ⁽¹⁾. São muitos os documentos que provam que o mosteiro de Arouca foi dúplice pelo menos até aos inícios nacionais, e não apenas de homens.

O primeiro é precisamente a escritura dos próprios fundadores, em 951: «*pro tolerantia fratrum monachi vel sororum*» ⁽²⁾. O mosteiro, quando se lavrou essa escritura, estava perfeito e tanto que é entregue por ela à regência do abade Ermenegildo: «*tibi Ermigildo abbati*. Iriam os seus próprios instituidores falar de monjas nele, sem existirem? E que realmente existiam provam-no outros documentos.

Além de correr nos autores que a própria «domna» Eileuva neste seu mosteiro se recolheu, os fundadores parecem aludir à vida religiosa que, sem herdeiros e temendo o dia de juízo, se propõem aí seguir ambos, se é que já a não seguiam, mal acabado o mosteiro: «*Habitantium atque orantium concedimus nos famulos Dei Ansur et Eileuva ad ipsum locum sanctum*». A ele interessava a comunidade masculina; a ela, naturalmente, que houvesse a feminina, e esta mantinha-se ainda já entrado o século XII, pois que em 1114 é feita uma doação «*altari quod est constructum in valle Arauca*», constando de bens em Moldes e outros lugares, «*ad fratres aut sorores qui ibi habitantes fuerint*» ⁽³⁾.

E não são apenas estas as notícias da duplicidade de convento em Arouca antes do século XII: em 1104, outra doação é feita «*ad Sancto Petro de Arauca... ut habeant inde servi Dei vel ancillas Christi*» ⁽⁴⁾; e em 1105, outra «*ad ipsum locum Santi Petri ad fratribus vel sororibus*» ⁽⁵⁾. Por muito menos provas, não faltaram cronistas que afirmaram que «indícios há de ser mosteiro ao princípio dos que antigamente se chamavam dúplices, em que viviam frades e freiras em aposentos separados, achando-se todos em a igreja em alguns dias solenes» ⁽⁶⁾. De modo que não se percebe

⁽¹⁾ Esse engano patenteia-se no que a seguir expõe o texto. Apesar da reconhecida autoridade deste historiógrafo, sucede com ele o que com todos acontece, embora muitos se esqueçam disso relativamente aos mais e os qualifiquem ou tratem pouco justamente. É o caso do nosso art. «São João de Tarouca» na *Gr. Encicl. Port. e Bras.* xxvii pp. 497-507, que o Autor em questão encara como «artigo confuso mas com informações aproveitáveis»: *Rev. Port. de Hist.* v, t. II, p. 327, pequeno estudo sobre a introdução da ordem de Cister entre nós considerado pelo Dr. RUI DE AZEVEDO como possuidor de «bastante clareza e objectividade» (*DMP Doc. Rég.* I, t. II, p. 750). Podendo dar exemplos do contrário, e aqui fica um, não comentaremos o nosso «confuso» e a sua «clareza». Pode ser que um dia nos ocupemos, ao desenfado, destas atitudes de superioridade tomadas por certos grandes da investigação connosco, mostrando os seus constantes erros, — o que, de resto, já nos levou a dois trabalhos, de 30 e 260 págs. aproximadamente, a saber, *Vinte Opiniões Ilustres e Ainda Ponte de Lima Altomedieval*.

⁽²⁾ *PMH Dipl. et Ch.* n. 63.

⁽³⁾ *DMP Doc. Part.* III n. 479.

⁽⁴⁾ *Ib.* n. 177.

⁽⁵⁾ *Ib.* n. 178.

⁽⁶⁾ Frei A. BRANDÃO, *Crón. de D. Sancho II e D. Af. III*, p. 205.

bem como é que em notícia dada com «bastante clareza e objectividade», qualidades que não costumamos ter⁽¹⁾, se diz que este mosteiro foi inicialmente só de homens. É que, enfim, em documento de 1060, da própria *domina* desse mosteiro (D. Toda Godesteiz), da estirpe dos fundadores, ela própria diz que «*priores nostros domno Ansuri et domna Eileuva edificarunt illa ecclesia pro remedio animas suas pro ad monacos et fratribus et sorores habitantibus*»⁽²⁾.

E outras deposições neste sentido há com documentos do século XI, como já vimos.

Tais os inícios mistos daquele que veio a ser o riquíssimo «mosteiro das donas de Arouca», taxado em 1320 em nove mil libras, quando as outras grandes abadias cistercienses, tais as de Salzedas e S. João de Tarouca, mosteiros opulentos, pouco passavam da terça parte⁽³⁾. Esta riqueza excepcional (pelo menos à escala portuguesa), se bem que tendo existido verdadeiramente só desde o domínio de D. Toda Viegas (a *domina* que obteve a eliminação da comunidade masculina e havia feito numerosas aquisições pessoais, que depois ficaram ao cenóbio) e sobretudo de D. Mafalda, não pode deixar de ser encarada como um dos factores do aparecimento de uma povoação ou burgo junto do mosteiro: o seu embrião pré-nacional, certamente mais mesquinho que o mesmo mosteiro (que então era pouco importante e até bastante obscuro, apenas começando a sobressair desde os meados do século XI, como veremos), foi avultando naturalmente com o próprio cenóbio: ao princípio, um ténue agregado de moradas de servos monásticos, entre os quais deveriam contar-se muitos mouros cativos (o Vale de Arouca foi repetidas vezes invadido por muçulmanos e, apesar das destruições, nem sempre poderiam ter levado a melhor, e, sobretudo, os servos envolviam-se nas doações de terras, quando não se faziam só de pessoas); a pouco e pouco, enquanto a liberdade popular se ia firmando e avultando, gente rural iria para ali habitar, cultivando nos arredores por conta do senhorio monástico, e outra se estabeleceria, contando com a beneficência do convento, pelo menos em ocasiões de penúria ou de calamidade; finalmente, com liberdade mais acentuada, gente dos officios e mesteres, de comércio e indústria rudimentares, mas nem por isso menos importantes — e todos acolhendo-se aos privilégios da sombra conventual, às imunidades concedidas ao povo habitante pela existência de um couto sobre o mosteiro.

Deste couto ocupar-nos-emos, visto que foi importante como

(1) PMH Dipl. et Ch. n. 423. Ver uma das notas anteriores.

(2) PMH Dipl. et Ch. n. 423.

(3) Catálogo das Igrejas, em FORTUNATO DE ALMEIDA, *Hist. da Igreja em Port.* II p. 688.

factor na formação da vila actual, quando versarmos o domínio do cenóbio.

Para a melhor compreensão da origem e época de formação da vila de Arouca, cumpre notar que o convento não passou, durante o primeiro século da sua existência no lugar definitivo, de um cenóbio obscuro, como a maior parte dos nossos mosteiros pré-nacionais, o que se revela na pouquidão extrema de notícias que dele ocorrem, em contraste com elas muito mais frequentes e importantes desde os meados do século XI, em que se devia ter adoptado a regra beneditina, com forte repercussão na vida agrícola ou no mais frutuoso aproveitamento, tanto das «villas» que ele possuía, como nas de possesores individuais, nobres ou gente plebeia, livre ou quase livre. Isso também não pode deixar de ser apreciado num trabalho de averiguação das origens da vila de Arouca e desde que tempo, aproximadamente, é possível considerá-las. Não pode surpreender-nos a obscuridade do mosteiro durante o século seguinte à doação dos «domnos» de 951, seus fundadores: além da relativa pouqueza de possessões (não conhecemos senão as dádivas daqueles «domnos» e algumas aquisições pelo abade a quem eles confiaram a regência do convento, e certamente que pouco mais devia ter obtido), há o repetido assolamento do Vale de Arouca, com certos despovoamentos e ruínas que a ele próprio o não de ter atingido, sabido que a sua vizinha igreja de Santa Maria de Moldes chegou a ser «destruída» ⁽¹⁾, numa dessas ocasiões. Teimavam as populações em reagrupar-se e regressar das fugas, juntando-se às que permaneciam, repovoando, por legítimo reapossamento e em presúria, por vezes arbitrária, as «villas» taladas e, em alguns casos, semi-ermas; mas compreende-se que o mosteiro, como qualquer outra instituição similar, não podia verdadeiramente erguer-se ou alcançar vulto e notabilidade em circunstâncias tão incertas e inquietas. E, no entanto, era o valor das riquezas e a boa população do Vale do Arda superior, certamente, o que mais atraía sobre ele os invasores. Todavia, mal refeita a anterior situação, eis que «*venerunt sarraceni et cecidit ipso territorio in herematione*», e, isto repetido (pelo menos três vezes durante o século X), compreende-se que não podia consentir decidido progresso nas povoações e nas instituições. Em 1001, fez-se a última repovoação no vale do Arda superior ⁽²⁾ (o que dá toda a verosimilhança a uma expulsão dos Mouros dominando em *Portucale* cidade, desde a submissão a Almançor poucos anos antes, empresa cristã a que os nobiliários medievos ligam a famosa linhagem de Egas Moniz, o aio, que teve bens, com sua estirpe, neste vale) e parece que desde então

(1) Veremos o significado desta «destruição» ao tratarmos das paróquias primitivas.

(2) *PMH Dipl. et Ch.* n. 746.

não voltou a haver despovoamento, embora pudessem dar-se algumas inquietações até à tomada de Montemor e, anos depois, à de Conímbrã. Em 1057, as fortalezas de Viseu e Lameco estavam em poder dos cristãos (a de Conímbrã em 1064), e é deste período em diante, a Beira já segura em mãos daqueles, que o mosteiro de Arouca começa a revelar importância, garantindo que só desde então é que o pequeno burgo se foi verdadeiramente formando à sua sombra, sob a égide de um domínio senhorial a um tempo monástico (o cenóbio era dono da «villa» desde a doação de 951) e secular (a posse do mesmo cenóbio por grandes senhores laicos, como teremos de ver).

Tendo-se formado assim a povoação que é a actual vila de Arouca, levanta-se naturalmente o outro problema: saber como é que, não sendo Arouca, naqueles tempos, o nome de qualquer povoação, mas um corónimo (designação de todo o vale, correspondendo a uma circunscrição administrativa, a Terra de Arouca, e a um território sem papel na administração, o que é tudo indubitável, como teremos de ver), quando muito, na aplicação a um local certo, a designação do morro do «castro» entre Conguste, Nogueiró e Várzea, e da «cidadelha» a par (recordação da velha *Araducca*), esse nome passou a dar-se à povoação ou burgo aparecido gradual e vagarosamente à sombra do mosteiro de S. Pedro de Arouca.

Embora o tenhamos dito já suficientes vezes, reparemos nestes exemplos expressivos (jamais um em contrário) de que Arouca é designação que nunca se dá a uma povoação, mas a um território, a uma «terra», a um vale, unicamente:

— 1060: «*monasterio in valle Arauca... in villa que dicent Sancto Petro Assistorio*» ⁽¹⁾;

— 1064: «*baselica esse dinoscitur in territorio Arauca in villa prenominata Sancto Petro*» ⁽²⁾;

— 1067: «*baselica fundata est in territorio Arauca... in villa que vocitant Sancto Petro... ad monasterio Sancti Petri*» ⁽³⁾;

— 1081: «*dividet cum termino de Sancto Petro... per termino de Sancto Petro unde primum incoavimus*» ⁽⁴⁾;

— 1083: «*ferit (Romariz) in termino de Sancto Petro*» ou «*iuxta termino de Sancto Petro*» ⁽⁵⁾;

— 1085: «*baselica fundata est in territorio Arauca... discurrante per ea ribulo Alarda et Badoco loco predicto Sancto Petro*» (uma das indicações mais claras de que, referindo-se nitidamente a um local restrito, o da «basélica», e tanto que diz passar «por

⁽¹⁾ Ib. n. 423.

⁽²⁾ Ib. n. 438.

⁽³⁾ Ib. n. 457.

⁽⁴⁾ Ib. n. 600.

⁽⁵⁾ Ib. nn. 614 e 619.

ela» o rio de duplo nome Arda-Boco, isso não impede que logo se denomine São Pedro o dito local, por ser o do mosteiro, do que se vê que o lugar tem o nome deste e não ainda o da «terra», Arouca — o mesmo se dando com a povoação, se a havia); «*Villa Bona que est termino de Sancto Petro... petras que stant in termino de illo monasterio Sancti Petri*»; «*inter villa Romariz et monasterio Sancti Petri... usque ferit in illo termino de Sancto Petro*»; «*carral que ducit de villa Sancti Petri de Arauca*» ⁽¹⁾;

— 1086: «*dividit ipso casale cum termino de Sancto Petro... et inde per termino de Sancto Petro unde primitus incoavimus*» ⁽²⁾;

— 1100: «*ecclesia fundata est in valle Arauca... in villa que vocitant Sancto Petro*»; «*in villa (por «valle») Arauca inter duos montes Fuste et serra Sicca in villa que vocitant Sancto Petro*» ⁽³⁾;

1101: «*testavit ad monasterio Sancti Petri de Arauca*» ⁽⁴⁾;

1104: «*ad Sancto Petro de Arauca*» ⁽⁵⁾.

Deve notar-se o facto sintomático: somente com o século XII, tendo o mosteiro, pelo domínio laical que o protegia com influências e riquezas, adquirido cada vez mais importância, existindo a paz no vale desde longos decénios, com todas as consequências naturais já descritas, começa o nome Arouca a aparecer, cada vez mais frequentemente, agregado ao do mosteiro ou do lugar, S. Pedro de Arouca. Tudo nos indica que a designação coronímica, avultando já a povoação junto do cenóbio, estava a toponimizar-se nela, e tanto assim que ainda não surge a denominação simples de hoje, mas a completa, São Pedro de Arouca, que não era só a do mosteiro; até que em 1105 parece revelar-se-nos o primeiro caso (ainda assim algo incerto) da designação já toponímica Arouca para o lugar actual, ou, mais exactamente, ele e sua vizinhança imediata. De facto, naquele ano é feita ao cenóbio uma doação «*in honorem Sancti Petri apostoli cujus basilica fundata est in territorio Lamicense in valle Arauka... ad ipsum locum sancti Petri ad fratribus vel sororibus*», e constante de bens que são descritos sob as rubricas (que um espírito atento distingue) «*in Molnes*» e «*hic in Arauka*», o bastante para se estabelecer a diferença entre Moldes, que coronimicamente era em Arouca (território, vale, «terra»), e Arouca, que tem pois um sentido já um tanto restrito (e dizemos um tanto porque a doação não se refere exactamente ao lugar da actual vila, mas ao sítio de Vila Boa, perto dela). Assim, sob a rubrica «*in Molnes*», são colocados Friães (a «*villa Froilanes*»), um casal chamado de Lever, outro dito de «*domna Eileuva*», a própria igreja de Santo Estêvão; e sob a rubrica «*in Arauka*» o local de Vila Boa. Para melhor realce,

(1) Ib. nn. 634, 635, 636 e 646.

(2) Ib. n. 653.

(3) Ib. nn. 929 e 931.

(4) DMP Doc. Part. III n. 14.

(5) Ib. n. 177.

há aí terceira: «*in Trepezo*» (embora esta «villa» apareça frequentemente dita «*in Arauca*» ou semelhante), e convém transcrever o trecho que distingue os três núcleos, Moldes, Arouca, Tropeço: «*in Molnes kasal de Lever... kasal de domna Eileuva... Sancto Stephano... terras de Frogianes et de Villa Bona hic in Arauka... et in Trepezo*» (1).

Esta restrição do corónimo Arouca é certamente ainda muito ténue: não se fala de uma povoação, mas de Vila Boa, que nem hoje o é, mas simples sítio; e, além disso, ainda anos depois (1114), a «villa» Castro, que nem sequer se incluía na de São Pedro, se diz «*in Arauca*» (2), precisamente como em 1105 Vila Boa, onde, porém, o advérbio «*hic*» deve ter uma significação toponimizante à custa da designação do mosteiro.

Perante isto, que é incontestável, ou muito nos enganamos, que significado devemos dar a uma designação como «Vermudo *de Arauca*», de uma testemunha de uma doação feita em 1073 ao mosteiro pelo prócer de Moldes D. Gavino Froilaz e sua esposa D. Oneca Ermiges (3)? Em 1077, temos designações de naturalidade ou residência de «domnos» e possesores do Vale de Arouca, como o nosso já conhecido «domno» Ero: «*Onegildus de Romariz test. Erus Zacarias de Romariz test. Gatón. Osoyro de Moldes test.*», na doação do futuro bispo D. Crescónio de bens em Romariz (Pousada) (4). É clara a alusão a uma povoação ou pelo menos «villa» bem determinada, e daí o mesmo para aquele caso de Arouca, dir-se-á. Cumpre, porém, vincar diferenças: entre estes topónimos, só Arouca teve e tinha a função corónímica, para todo o território. Todavia, não restará dúvida que Arouca é, ligado àquele nome pessoal, um nome de lugar; mas estará certa a data? O ano de 1073 parece muito prematuro quanto àqueles esposos e suas doações — sendo antes a época de aquisição de muitos haveres que fizeram e de que posteriormente não faltam exemplos. Ponhamos, porém, todas estas dúvidas de parte: 1073 pode, pois, ser um ano em que já no local do mosteiro se ia, uma vez por outra, aplicando a designação da «terra», ou, melhor, a do mosteiro, «*Sancto Petro de Arauca*», em redução para o burgo incipiente, Arouca. De resto, a circunstância de o local da actual vila e seus arredores (Vilar, Vila Boa, etc.) já estar constituindo uma espécie de núcleo populacional à parte do de Moldes, pelo menos, explica que um indivíduo apareça a chamar-se então *de Arauca*, como outros *de Moldes* ou *de Romariz*, núcleos constituídos por várias «villas», *per se* ou não, como aquele. O facto é que este caso vem a ser único, e o que pode indicar é a época em que principiou a toponimizar-se aí o corónimo.

(1) Ib. n. 178.

(2) Ib. n. 411.

(3) Ib. n. 505.

(4) Ib. n. 546.

Assim se entende com facilidade como o burgo recebeu o nome Arouca: teve primeiro o do cenóbio, São Pedro de Arouca, por se situar no território, vale, «terra» de Arouca, não porque aí se chamasse Arouca (simplesmente São Pedro, como a aldeia ao nascente, de que era preciso distinguir, o que não pouco deve ter contribuído para a redução toponímica, naturalmente pela perda da parte hagiográfica, até porque o hagiónimo era já, desde muito antes, topónimo para local diverso, o dessa aldeia), e a pouco e pouco, hoje mais, amanhã menos frequentemente, depois com frequência renovada, reduziu-se a simplesmente Arouca.

Não faltam exemplos de casos absolutamente análogos, como é o do mosteiro de *Salzeda*: tendo existido primeiro num local deste nome, a alguma distância do da nova fundação no século XII, a qual foi feita num sítio chamado Argeriz, e tendo sido para aqui mudado, com o nome que tinha, Santa Maria de Salzeda, começou a chamar-se assim ao lugar e, tendo-se formado à sombra do cenóbio, ficou-lhe o nome Salzeda (hoje Salzedas), o que é indubitável⁽¹⁾. Com o mosteiro de S. João de Tarouca, temos muito parecido: o mosteiro nomeou-se de Tarouca, não porque existisse no lugar deste nome (a vila de Tarouca fica-lhe distante alguns quilómetros e está separada topograficamente), mas na Terra de Tarouca; simplesmente, não se reduziu o nome São João de Tarouca, dado ao burgo aí formado, a Tarouca, porque, como é óbvio, já havia povoação deste nome⁽²⁾. No entanto, a tendência para a simplificação é tão poderosa que o nome vulgar, não podendo ser Tarouca, pela confusão com a vila deste nome, seu legítimo, é geralmente (embora não oficial) São João. Nem vamos tão longe: não havia Vila Meã perto do *burgo* de Arouca e não se passou a dizer, para distinção de outros lugares do nome, Vila Meã do *Burgo*, até que se reduziu a *Burgo*, de modo que hoje nem Vila Meã é lembrada?

Parece-nos o *quantum satis*, na questão dúplice de origem e nome Arouca da vila actual,

(¹) Ver o nosso estudo *As Orig. nas Igr. da Dioc. Lamec.* pp. 75-81, 92-99, e 114-119, e os nossos arts. na *Gr. Encicl. Port. e Bras.* xxvi pp. 837-847, xxvii pp. 497-507, e xxx pp. 741-752.

(²) Ver o nosso art. «Tarouca» na citada *Encicl.*, xxx, pp. 741-752.

PARTE III

MOSTEIROS, TEMPLOS E SEUS DONOS

(VIDA RELIGIOSA)

I

O DOMÍNIO NO MOSTEIRO DE S. PEDRO DE AROUCA

Não é nosso intento proceder a um estudo monográfico, portanto com a devida atenção ou demora e relativa minuciosidade, acerca de Arouca monástica. Tratar-se-ia de um volume muito mais extenso que o deste trabalho, o qual já o é bem mais do que de princípio supuséramos. O regime de *Eigenklöster* que vigora ali, com a sua particularidade tão curiosa de sucessão, por escolha do dono anterior ou, como dizem os documentos, *unus ad alios*, exigiria uma atenção que não podemos prestar-lhe agora e uma soma de conhecimentos que muito duvidamos possuir. Ainda bem que apenas nos interessa aqui verificar a circunstância como factor da origem da vila de Arouca, qual temos feito com outros. Não se espere nem se exija, pois, muito mais que isto.

Na pretensão de buscar as origens da actual vila de Arouca e de saber as razões do seu nome, vimos que o primitivo mosteiro foi fundado pelos esposos (e não irmãos) Loderigo e Vândilo, «domnos» no Vale de Rio Moldes, num período comum aos séculos IX e X, fundação essa abaixo do «mons Amula» e na igreja de S. Pedro, que se ergueu onde ainda hoje há a povoação deste mesmo nome.

Apesar de não se costumar fazer afirmação tal, pelo menos claramente, a verdade é que do facto ficou alguma vaga recordação através dos tempos, pois que só assim pode explicar-se esta informação de um antiquário muito famoso e que residiu longos anos nas proximidades (Fermado): «Dizem outros, e na minha opinião com mais sólidos fundamentos ⁽¹⁾, que a primitiva vila

⁽¹⁾ Refere-se às duas opiniões de a primitiva Arouca ter sido em São Pedro ou em Vila Meã (Burgo). Já sabemos que as únicas razões da solução do problema deste modo são que um topónimo é Burgo (e daí julgar-se ter sido a própria Arouca, que era burgo) e o outro é São Pedro (e daí a mesma ideia, por se tratar do orago da igreja da vila, depois mudado). O que nos interessa é a persuasão de a vila não ter sido onde é.

de Arouca foi onde hoje é a capela e aldeia de São Pedro. É certíssimo que, pelo menos, foi aqui a primitiva matriz de Arouca». E noutro passo, ajunta: «A igreja de S. Pedro, sendo pequena para a freguesia, foi mudada para a vila (...). Esta nova matriz, cujo orago continuou a ser S. Pedro, era pegada ao coro das freiras. Tinha da parte de fora, sobre cachorros de pedra, na parede do coro antigo das freiras, quatro caixões de pedra e neles sepultados D. Ansur, D. Eleva, sua mulher, e os dois irmãos Vandilo e Frederico (*sic*), ou como outros dizem Vandilo e Loderigo, filhos do fidalgo de Moldes» (1).

Tudo nos indica que esta notícia foi extraída, em parte, de outra obra (o autor não costumava citar as fontes), talvez ainda não publicada ao tempo, pois existia em manuscrito (do séc. XVIII), na qual se lê: «A igreja do mosteiro era paroquial até o ano de 1742, em que determinaram servisse à freguesia a capela de S. Bartolomeu» (por isso hoje o orago paroquial). «É a igreja (do mosteiro) de uma só nave; a outra igreja velha era de três naves, com galilé ou adro, em que eram sepultados os moradores do aro desta vila, em que havia quatro mausoléus de pedra, ou caixões, que diziam ser de D. Elvira (*sic*), de Vandila (*sic*) e de Frederico (*sic*), ambos filhos do fidalgo de Moldes» (2).

Diziam serem deles, mas nada o prova, embora possível, visto que essa igreja, cuja estrutura de três naves concorda com o «bom estudo» com que foi fundada (3) e cujo cemitério, no adro, concorda, igualmente, com a doação dos fundadores para esse fim (4), foi obra de «domno» Ansur e «domna» Eleuva, que ao mosteiro se recolheram e nele devem ter sido sepultados; e visto que também nada impede que para esta nova fundação se houvessem transportado os moimentos de «domno» Loderigo e «domna» Vândilo da igreja primitiva, em São Pedro.

Numa publicação moderna, revelam-se as mesmas ideias, acrescentadas: «Em 1220 efectuou-se a demolição da igreja matriz de S. Pedro. Como se encostava ao mosteiro e, por isso, embaçava as obras da sua ampliação, para a destruir licença obtiveram as freiras, com o comprometimento de cederem a igreja conventual para o serviço da paróquia. Aquela igreja tinha três naves e galilé; no seu exterior ficavam os túmulos de Vandilo e Loderigo, de Ansur e D. Eleva, obras de granito, assentes em cachorros» (5).

(1) PINHO LEAL, *Port. Ant. e Mod.* 1 pp. 238 Z e 238 AA.

(2) D. JOAQUIM DE AZEVEDO, *Hist. Eccl. de Lamego*, p. 127 (1878).

(3) «construxerunt illum per bonum studium»: *PMH Dipl. et Ch.* n. 781. No entanto, não sabemos em que se baseia o informe de três naves num templo demolido há mais de sete séculos.

(4) «Xm pasales pro corpora sepeliendo»: *PMH Dipl. et Ch.* n. 63. Já sabemos que este uso era comum e encontra-se nos dotes das igrejas fundadas naquela época.

(5) *Gr. Encicl. Port. e Bras.* III p. 282.

Revela-se a aceitação de informes que nada prova, e nisto deve haver bastante confusão de templos. Visto que a primitiva igreja existia em São Pedro e continuou aqui a ser paroquial, como era já no século IX, natural seria que já do XII para o XIII estivesse abandonada do referido serviço. É que do século XIII para o XIV exercia-se essa função na igreja do convento e nada diz que um século antes assim não fosse já, não sendo crível juntas do mosteiro duas igrejas (embora mais tarde se usasse haver outra para o serviço do povo). O templo demolido em 1220 era certamente o que os «domnos» Ansur e Eileuva haviam erigido cerca de 950, tanto mais que «se encostava ao mosteiro». Possivelmente, pois, única; e, insuficiente ou destruída a igreja primitiva em São Pedro (com recordação numa capela), veio a fundar-se para serviço do povo a igreja de S. Bartolomeu.

1. Os primeiros «dominos»: Ansur Gudesteiz & «domna» Eileuva.

Já pudemos ver que o cenóbio veio a ser mudado para o local da actual vila pelos «domnos» Ansur Gudesteiz e Eileuva, sua esposa, os quais fizeram novas edificações. Foram naturalmente os primeiros «dominos» do mosteiro, que nos aparece como uma instituição nitidamente particular, e tão nitidamente, talvez por especial documentação, como nenhum no País. Sucedia muitas vezes que os fundadores libertavam os conventos do domínio da sua estirpe ou outra; mas aqui não se revela o facto e, por isso, o domínio no de Arouca tem um carácter de certo modo excepcional que nos leva a dedicar-lhe um capítulo neste estudo.

Um dos principais motivos da mudança pode ter sido a «ruína» padecida, em razão de uma invasão sarracena, no primeiro mosteiro, depois de 925, mas assaz bastante antes de 950, e com a qual a igreja de Santa Maria de Moldes foi «destruída» (e tê-lo-iam sido outras ou muito arruinadas, citando o documento desta notícia apenas aquela porque só a ela tem em vista para as suas finalidades) e o território de Arouca sofreu sensível despovoação⁽¹⁾. Desse modo, tendo de proceder-se a reerecções ou profunda reparação ou pelo menos a uma difícil restauração das funções religiosas anteriores, os novos fundadores (já donos do primeiro mosteiro pela compra feita aos herdeiros dos «domnos», Loderigo e Vândilo), teriam naturalmente por melhor, «*per bonum studium*», proceder à edificação mais a ocidente, ou por melhoria de condições naturais ou simplesmente porque os fundadores possuiriam mais perto de si o seu mosteiro, se é certo que eles viviam em Vila Meã (Burgo actual)⁽²⁾.

(¹) PMH Dipl. et Ch. n. 746.

(²) PINHO LEAL, como de costume, sem citar as fontes, refere-se à doação de 951, por eles, ao seu mosteiro, e diz que «pouco depois desta doação, os Mouros invadiram o Vale de Arouca e, talando os seus campos

Por escritura de 7 de Setembro de 951, dando por perfeito o mosteiro com seu templo, ao mesmo tempo que os dotam da maneira que já vimos, entregam-no em mãos do abade Ermenegildo, com determinadas liberdades e também condições: «*tibi Ermigildo abbati ut habeas et possideas in vila tua edifies et plantes et ganes et teneas eum... et quantum ibidem ganare vel augmentare potueris cum Dei adiutorio relinquo omnia ad ipsius loci sancti... at vero obito tuo licitam habeas tu faciendi inde quod volueris tam propinquis nostris quam extraneis cui fuerit voluntas tua relinquo istum testamentum et omnia qui inventa fuerint in manus tuas*» (1).

Quer dizer: os «domnos» do mosteiro cedem-no ao referido abade, incitam-no a enriquecê-lo e de toda a maneira melhorá-lo, e dão-lhe a faculdade de o legar, com tudo o que na ocasião lhe pertencer, a quem ele quizer, seja ou não pessoa da linhagem dos fundadores. E tudo isto o abade cumpriu, como passamos a ver.

Antes, porém, convém notar que a vida religiosa devia ser bastante intensa no vale do Arda (de acordo com a doação de Ordonho II, de 925, sobre o progresso da religião na diocese de Lameco e a abundância de clero nela) (2), pois que a escritura é confirmada por dois abades («*Manilani abba*» e «*Guimarigus abba*»), e nós sabemos que outros mosteiros existiam neste vale no século XI, podendo e devendo ser anteriores (S. Salvador de Várzea, S. João de Sela), e testemunhada por um diácono («*Adaulfus potonus*») e por três presbíteros (Beika, Nuno e Hlderico, que foi benfeitor do mosteiro de S. Salvador, como veremos adiante).

e saqueando e cativando os seus moradores, arrasaram a vila (*sic*); mas foi reedificada logo que os Árabes a abandonaram»: *Port. Ant. e Mod.* t. p. 238 EE. Quando muito, e sem tal nome, o que havia era «villa» rústica; e resta saber como é que os Mouros viveram nela arrasada. Dos esposos fundadores, diz: «Este D. Ansur e sua mulher viviam em Vila Meã do Burgo. Já se vê que Vila Meã do Burgo, hoje simplesmente Burgo, é muito antiga» (um equívoco, porque o topónimo indica a «villa» agrária, e a povoação propriamente dita pode ser posterior); «mas também a primeira vez que a vejo mencionada é nesta doação, em que os doadores declararam a sua residência»: *Ib.* p. 238 EE. Refere-se à doação ao abade Ermenegildo pelos fundadores, de 951, a qual não fala, nem por sombras, em Vila Meã. No entanto, o continuador, Abade de Miragaia, diz o mesmo: «Sabemos que na era 958 de César (920 da era de Jesus Cristo) eram senhores do Vale de Arouca D. Ansur Godesteiz e sua mulher D. Eleva, que reedificaram e ampliaram o convento de Arouca, dando-o com muitas rendas e senhorios ao abade Ermenegildo, por escritura feita a 12 de Abril da era 999 de César, ou 961 de Jesus Cristo, na qual escritura se declara que os doadores viviam em Vila Meã do Burgo»: *Ib.* XI p. 793. Ora a escritura não é de 12 de Abril de 961, mas de 7 de Setembro de 951, nem nela se faz qualquer referência a morada desses «domnos», e muito menos a Vila Meã. P. LEAL e o seu continuador nada transcrevem do documento, nem dizem de onde sabem isso. Teria havido realmente nova doação ao dito abade, confirmando e ampliando a de dez anos antes? É para crer.

(1) *PMH Dipl. et Ch.* n. 63.

(2) *Doc. em LÓPEZ FERREIRO, Hist. de Sant.* II Ap. n. 37.

Do próprio abade Ermenegildo conhecemos uma doação que nos mostra como ele cumpriu as condições da entrega que lhe haviam feito os «domnos» fundadores quanto ao aumento de haveres e ao legado da instituição a outros «domnos». Trata-se de um documento que foi publicado com a data de 1054, visivelmente errada (por assim estar na cópia, pois não há original): «Era M^a XC^a, II^a.». Atendendo a tratar-se daquele abade e como não podemos considerar totalmente inexacta aquela data, entendemos que nela está C por X: «Era M^a. XX^a. II^a.», isto é, ano de 984, que convém perfeitamente ao tempo das pessoas, ao contexto e ao conteúdo.

Começa o «*indignus Ermegildus abba*» por doar ao seu mosteiro de S. Pedro e S. Paulo e de S. Cosme e S. Damião «*et comitum eius*», dos quais a «*baselica fundata est territorio Arauca in villa que vocitant Sancto Petro*», todas as aquisições que havia feito durante a sua regência: «*villas quas ganavi et comparavi in valle de Arauca id est* (e não «*et*» ou mesmo «*et in*» como se lê na cópia) «*villa de Villar cum suis aieptionibus*» (o lugar de Vilar, actual freguesia de Arouca) «*villa Cartamiri*» (já sabemos que de Pernouzela a Ferral) «*et Fonte Coperta cum aiectionibus suis*» (sítio próximo de Vilar, como já vimos) «*villa Froilanes et Riu de Moldes*» (na actual freguesia de Moldes) «*Novales quomodo iacet de illo vallado de Villa Bona*» (sítio entre o de Vila Boa e o de Vilar, como vimos também).

Até meados do século XI, não temos notícia de mais haveres do mosteiro além dos das doações dos fundadores e do primeiro abade — as de 951 e 984. As razões já foram apontadas: as tribulações do vale sob os invasores muçulmanos. Sobre as aquisições do dito abade, nada nos obriga a crer que as «villas» por ele citadas como tal fossem totalmente obtidas: uma ou outra, de reduzida área (Vilar e Fonte Coberta, por exemplo), podiam tê-lo sido, e dizemos podiam porque se situam dentro da «villa» maior (a «*villa de Sancto Petro*» limitada então pelas de Castro, Cartamil, Rio Moldes e Romariz) e esta fora doada pelos fundadores. Terá de concluir-se que nem todos os prédios dentro dela eram desses «domnos», mas de outros possesores, de modo que o abade Ermenegildo interessar-se-ia naturalmente em completar a posse, por aquisições suas. Outras «villas», mencionadas entre as suas obtenções, sabemos, positivamente, por escrituras posteriores, que não é possível considerá-las no total, não só pela extensão, mas porque aparecem possuídas por muitos outros (como Moldes e Friães). A «*villa Sancti Petri*» é que devia ter-se completado na posse monástica por esse meio.

Seguidamente, o abade refere-se à doação de 951 que lhe haviam feito os fundadores, pois que repete as disposições dela: terem-lhe entregue o mosteiro, não só para enriquecê-lo, mas com a liberdade de o poder deixar a quem lhe parecesse, na linhagem deles ou fora dela: «*et tenuimus ipso monasterio pro testamento*

quod a nobis fecit domno Ansuri et domna Eileuva ut tenuessemus eum in vita nostra et post vero obitum nostrum relinquessemus eum in manus cui voluissemus nos». Era o perfeito estabelecimento de um regime dominial sobre o cenóbio e seu convento, o qual domínio se manteve durante alguns séculos.

2. Os «dominos» do século X: «domna» Eileuva (a segunda); seu filho Absalon Froilazi; «domna» Guntina.

No gozo dessa faculdade, o abade lega-o, naquela data (984), a uma sobrinha dos fundadores, «domna» Guntina (o que concorda com a declaração deles de não terem havido filhos): *«placuit mihi pro bona pacis voluntas ut facerem vobis domna Guntina textum scripture firmitatis de ipso loco sancto quod superius resonat cum quanto in se obtinet et ad prestitum hominis est sicut illum ad nobis dedit vestros tios domno Ansuri et domna Eileuva et quantum nos ibidem ganamus usque ad obitum nostrum habeatis et possideatis dum vita vixeritis»* ⁽¹⁾.

Nas subscrições desta entrega, continua a verificar-se a intensidade de vida eclesiástica e, portanto, religiosa no Vale de Arouca, pelo número e diferente qualidade dos clérigos confirmantes e testemunhantes: um abade, que não é o do mosteiro de S. Pedro («Ariani abbas»), uns quatro presbíteros (um deles, ainda, o Ilderico ou Elderico de 951, ao que tudo indica, e os outros, Goimiro, Alvito e Astulfo) e uns sete diáconos.

Desde a entrega do cenóbio ao abade Ermenegildo, em 951, até esta altura (984), chamada de «domna» Guntina ao seu domínio, teria estado o mosteiro sem um «domno» laico? Não o podemos crer: além de lhe ser conveniente a protecção de uma estirpe nesses tempos perturbados, tanto por invasores mouriscos como pelas ambições de cristãos, não se vê a razão de só em data tão adiantada o abade ter chamado alguém ao domínio, até porque ele não se confessava em transe de morte. E vamos ver que, realmente, antes daquela *domina* outros «domnos» seculares teve o cenóbio.

O que convém desde já notar é a particularidade que este domínio apresenta: não porque o mosteiro fosse «próprio» de determinada estirpe, que tivesse a sua posse por direitos de naturalidade ou herança, senão que por vontade do seu superior monástico, embora facultada pelos fundadores. E veremos que, falecido aquele abade, que tais poderes possuía de nomear *dominos* para o mosteiro, passou este com «domna» Guntina à estirpe dos fundadores, para não mais sair dela até ao século XII, porque um «domno» vinha sempre a escolher outro na sua linhagem a fim de lhe suceder nessa situação e nos poderes de transferência dominial.

⁽¹⁾ PMH Dipl. et Ch. n. 392.

A chamada de «domna» Guntina, sobrinha dos fundadores, para o domínio já não era a primeira realizada pelo abade Ermenegildo: o facto deve-se simplesmente à morte do «domno» ou «domna» anterior, pelo que o espaço de tempo 951-984 não foi adomínical, como par ceria se um documento muito posterior, mas historiando o domínio desde início, nos não informasse de outros donos laicos.

Efectivamente, em 1060, a então «domna» do mosteiro, Toda Gudesteiz, também da linhagem dos fundadores, diz possuí-lo «*sicut illo ganarunt priores nostros domno Ansur et domna Eileuva* (refere-se à aquisição do primeiro mosteiro por estes senhores e sua substituição pelo novo) *et edificarunt illa ecclesia pro remedio animas suas pro ad monacos et fratribus et sorores habitantibus* (referência clara a uma fundação que nada tem de comum com a primeira, pelos «domnos» Leoderigo e Vândilo) *sicut illo tenuerunt et sicut illo dederunt Absalon* ⁽¹⁾ *et mater eius Eileuva et Ermegildus abba ad domna Guntina pro testamentum firmitatis*» ⁽²⁾.

Deste documento, conhecem-se três versões, e em duas delas houve depravações do texto neste último passo, com sintaxe desfeita, o que não acontece ali, motivo por que o preferimos, além de conforme às circunstâncias e razões por que não podemos supor que entre 951 e 984 não tivesse havido no mosteiro domínio secular. Até o próprio nome do abade sofreu alteração numa delas (Ermeneger, que outra emenda para Ermegildo). E como surgiram na versão íntegra os nomes daqueles novos «domnos», mãe e filho, se eles, realmente, não tivessem dominado ali? Mesmo assim, porém, não há exacção perfeita, porque se dá ali a entender que «domno» Absalon e sua mãe, «domna» Eileuva (já se vê que nada tem com a esposa de «domno» Ansur e com este fundadora, pois que não tiveram filhos), deram, juntamente com o dito abade, o mosteiro a «domna» Guntina. Ora no diploma de 984, em que o mesmo abade entrega a esta dona o domínio, não se fala daqueles «domnos», e, assim, o que aquilo quer dizer é que ambos foram chamados ao domínio pelo abade Ermenegildo.

A questão é saber agora se o exerceram conjuntamente ou se no exercício se sucederam, pela mesma via. Supomos que houve sucessão, à morte de «domna» Eileuva, pois que o filho ainda em fins do século x, sendo já *domina* do mosteiro «domna» Guntina, é vivo, como veremos.

Quem é, pois, a sucessora dos primeiros «domnos», Ansur e Eileuva? Temos por indubitável que se trata da esposa de Froila Absalóniz, dos quais falámos ao tratar de alguns possesores do vale de Arouca. Estes tinham o seu paço ou morada no Vale de

⁽¹⁾ Na publicação vem *Ansalon*. Supomos errado, má leitura de *Ausalon*, isto é, *Ausalon* ou *Absalon* (antropónimo então usado: *DMP Doc. Part. III n. 5, 1101*).

⁽²⁾ *PMH Dipl. et Ch. n. 423*.

Moldes, onde um século depois a lembrava na «villa» Rio de Mol-des o chamado «casal de domna Eileuva» ⁽¹⁾. Quatro documentos relacionam estes esposos com a vizinha Alvarenga, do outro lado do Paiva, por várias aquisições, em cujos documentos se observa que eram pessoas de alta estirpe, a que até andavam ligados por laços de algum modo servis certos possesores, que os chamam seus «domnos». Em 925, seu marido Froila Avsaloniz obtém certos bens «*in villa que vocitant Alvarenga subtus monte Geronzo discur-rente ribulo Pavia*»—doação a eles feita de casa, vinha e pomar ⁽²⁾; em 933, já é feita a ambos, «*vobis Froila et uxor tua Eileuva*», uma venda de casas, lagar, pomares e terras «*in villa que dicent Alva-renga sum sub Sancta Cruce*» ⁽³⁾, sem que a menção dos dois aqui queira significar que, tratando-se de um só deles, o outro não esteja interessado ou compreendido, como era do direito daquela época; em 938, aparece, aí mesmo, só ela, na doação que lhe é feita por uma possesora de algum laço servil com a «domna» (deve ser o caso de 925, com ele), pois diz «*vobis domna nostra Eileuva*» ⁽⁴⁾; finalmente, em 952, um ano depois da entrega do mosteiro de Arouca perfeito ao abade Ermenegildo pelos funda-dores, igualmente se vendem aí mesmo a Froila e sua mulher Eileuva certos bens em vários «*loci*» ou «*villas in villa*» Alva-renga ⁽⁵⁾.

Quando se deu a sucessão desta «domna» Eileuva no domínio do mosteiro? Dizemos sucessão porque não pomos dúvida de que, apesar da entrega de 951 àquele abade para regência, etc., pelos fundadores, estes foram os «domnos» em sua vida ou, pelo menos, até um deles (se já falecido o outro), como veremos acontecia no século seguinte, renunciar e deixar ao mesmo abade a faculdade concedida de escolher «*dominus*» ou «*domina*» (faculdade que, apesar dos termos da entrega de 951, devia apenas tornar-se efectiva depois dos fundadores falecidos ou renunciantes). Ao próprio abade fora dado o poder suficiente para escolher quem lhe aprovesse e, assim, por tempo que ele determinasse, o que deixa compreender que «domno» Absalon não tivesse sido *domino* toda a vida; e pudera ter havido um convénio pacífico, para a chamada final de «domna» Guntina. De resto, devia tratar-se de parentes próximos. As primeiras escolhas pelo abade é que talvez se expli-quem pelo receio de vexações sobre um mosteiro desvalido, que principiava a sua existência. O mesmo viria a dar-se, como pen-samos e veremos, nos finais do século XI, quando o dono do mos-teiro era novamente o abade dele. Não deve ter ocorrido aquele

(1) Ib. nn. 779, 931, etc. DMP Doc. Part. III n. 178.

(2) PMH Dipl. et Ch. n. 30.

(3) Ib. n. 38.

(4) Ib. n. 48.

(5) Ib. n. 64.

facto até 956, pois que nesta data ainda «domna» Eileuva (aquela segunda) aparece casada com Froila Absalóniz e é certo que o nome deste não surge entre os «domnos» do mosteiro, mas só o dela. Portanto, chamada depois de viúva; mas não sabemos se era da linhagem dos fundadores, — devendo, porém, sê-lo, não só por uma atenção do abade com aqueles mesmos ou respeito pela sua memória, mas ainda porque mais tarde chama uma sua sobrinha.

Sendo assim, falecendo ou renunciando «domna» Eileuva, o domínio é entregue a seu filho Absalon Froilázi, como se vê da escritura de 1060. Este continuaria na casa de Moldes de seus pais, perto do mosteiro, e ainda é vivo em 989, tempo em que já era «domina» do mosteiro outra senhora, o que mostra que ele renunciou ou foi privado do domínio, possivelmente o primeiro caso. Naquele ano, «*Vimaredus abba una cum consensum fratribus et sororibus nostris de monasterio Sancti Migaeli*», da banda do norte da Serra Seca ⁽¹⁾, troca com ele e sua mulher, «domna» Égilo, certos bens: os frades, que viviam longe de Moldes, recebem dos dois esposos o que estes têm perto daquele mosteiro («*in villa Barrius*», Bairros, Castelo de Paiva) e cedem-lhes o que têm («*in Sisonzini*», dividindo «*per lombas de Rompesakus et inde in arca que fuit de N... et inde in villar de Eigumediade*» ⁽²⁾ et inde ad illa Frecta et feret in Pelago Negro» ⁽³⁾). Não pode oferecer dúvidas tratar-se de área da actual freguesia de Moldes, bastando falar-se da Freita e no Pego Negro, que outros documentos aqui indicam ⁽⁴⁾. Ora isto não representa pouco na convicção de se

⁽¹⁾ Convém aqui certas considerações acerca deste mosteiro e do de Santa Maria da Ermida de Riba Paiva. O Dr. RUI DE AZEVEDO diz que o chamado «eremitério de D. Roberto» é «o cenóbio de S. Miguel de Riba Paiva», a que respeita a troca de 989 do texto: *DMP Doc. Rég. 1*, t. II, p. 533, Ref. 95, obs. No entanto, emendou *Ib.* p. 981, tendo concluído que «a ermida de Santa Maria e S. Miguel de Riba de Paiva» da carta régia de 1145 nada tem com «a igreja de S. Miguel de Riba Paiva», porque se trata do «convento de Santa Maria da Ermida de D. Roberte» (concelho de Castro Daire). A razão da emenda foi ter procedido a consultas para satisfazer um pedido do cônego D. Norbert Backmund (mosteiro premonstratense de Windberg) acerca da ermida de Santa Maria de Riba Paiva, e daí resultou a conclusão de que não se tratava senão do lugar da Ermida (Castro Daire) e não de Real (Castelo de Paiva), o que serviu de base ao opúsculo do dito cônego *Les Origines de l'Ordre de Prémontré au Portugal* (Porto, 1959), no Bolet. Cultur. da C. M. do Porto, xxii, fasc. 3-4. Isto informa-se em 1962; mas, caso curioso, a identificação assim informada já nós a publicáramos em 1953 na *Gr. Encicl. Port. e Bras.* xxv pp. 513-514. Era muito fácil sabê-lo; mas não conviria.

⁽²⁾ Dir-se-ia «villar de Eigu media de...», de texto depravado.

⁽³⁾ *PMH Dipl. et Ch.* n. 157.

⁽⁴⁾ «*in villa Ribulo Mollides in loco que vocitant ad Pelago Negro*»; *Ib.* n. 457. Não há pois qualquer incerteza, pela menção da Freita com esta (pois que a Freita era um ponto de Fuste sobre Moldes, como os documentos com que estudámos aquela «villa» mostram, embora depois a designação se estendesse para ocidente); e lembramo-lo porque aparece outro Pego Negro, mas longe, para lá da Freita: «*ad illa aqua de Paratella de Pelago*

tratar de «domno» Absalon que teve o domínio de S. Pedro de Arouca, e de, sendo ele, como tudo indica (nome, época, locais, propriedades e até alteza de estirpe), ter já abandonado ou ter cessado o seu período de governador, ou por sua vontade ou pela do abade Ermenegildo, que tinha a este respeito latos poderes.

A substituição fora feita, como já sabemos, por «domna» Guntina, durante cuja governação o abade Ermenegildo chegou ao fim da vida. Desde então, o mosteiro pode dizer-se «próprio» na *gens* dos fundadores, porque aquela dona era sobrinha deles e no domínio se foram sucedendo sempre pessoas da estirpe — um mosteiro «próprio» de uma natureza um tanto diferente do comum, visto que o domínio transitava a quem o «domno» anterior chamasse a ele, mas nem por isso menos «próprio» (*Eigenklöster*).

3. O «domínio» no século XI: «domna» Tuta Gudesteiz e Froila Gudesteiz.

Quando o facto ocorreu não sabemos, mas é certo que a sucessão de «domna» Guntina, por vontade desta, se fez em «domna» Toda Gudesteiz, a qual se declara da estirpe dos fundadores, portanto parente daquela: «*priores nostros domno Ansuri et domna Eileura*», informa ela em documento de 1060, de que já nos temos servido e mais nos serviremos, principiando por registar a sua própria declaração de sucessão: «*relinquit eum domna Guntina per scriptura firmitatis ad mihi Toda*»⁽¹⁾. Outro diploma, de 1092, informa-nos que «domna» Guntina era avó de «domna» Toda: «*domno Ermegildo abbate ad obitum suum relinquit eum* (monasterium) *in manus de domna Guntina deovota* (recolhida

Nigro, sito «*inter Fermedo et Parada*» (São Miguel do Mato): DMP Doc. Part. III n. 430. Quanto aos topónimos *Sisonzini*, *Rompesakus* e «*villar de Eigumediade*» (*sic*), não lhe sabemos de representação hoje em Moldes. *Eigumediade* talvez seja forma deturpada de um nome pessoal com seu patronímico, indicação do possessor do local ou organizador do «villar»; mas não conseguimos descobrir quais. Quanto a «*villa Sisonzini*», cremos que o topónimo se explica pelo nome pessoal **Siso(n)*, no diminutivo, **Sisoncinus*, tema germânico **sisi-* («que possivelmente se deve aproximar do antigo alto-alemão **sisus*, canto fúnebre, e que primitivamente talvez significasse encantamento»: J. M. PIEL, *Os Nom. Germ. na Topon. Port.*, p. 270, onde indica muitos nomes com esse tema, entre os quais *Sisila*, que é outro hipocorístico, de **Sisa*, de que **Siso(n)* é próximo vizinho). Aquela «vill» **Sisoncini* deve reputar-se uma pequena propriedade organizada no tempo da presúria de Afonso III (depois de 868), pois que, pelo nulo vestígio que dela ficou, é lícito deduzir que não era de grande importância e, portanto, não uma das grandes «villas» das épocas anteriores, tendo sido durante as calamidades do século X muito atingida, até que a última a aniquilou. Ainda a temos referida em 989, mas tão ténueamente que não volta a haver menção.

⁽¹⁾ PMH Dipl. et Ch. n. 423.

pois, no mosteiro) *et domna Guntina reliquit eum in manus de sua nepla domna Tuta prolix Gudesteiz et domna Tuta reliquit eum in manu de... Froila Gudesteiz per scriptura firmitatis et conceptionis*»⁽¹⁾.

Essa escritura é o documento de 1060, e aqui temos o sucessor de «domna» Toda: seu sobrinho Froila Gudesteiz.

De facto, naquele ano, era D. Toda Gudesteiz assaz idosa, pelo menos o bastante para ter-se a si própria como incapaz de exercer o domínio e governação do cenóbio, «*senectute ignorancie delicto*»; pelo que, obtido o consentimento da estirpe, «*pro consensu de gens nostra*» (não se fala no abade do mosteiro, que já se vê, existia, o que mostra que a situação de proeminência que aí tivera o abade Ermenegildo era excepcional, resultado de especiais poderes conferidos pelos fundadores, e, por outro lado, manifesta-se a plena «propriedade» da igreja e mosteiro na linhagem destes, embora não directa), lega-o a seu referido sobrinho: «*ego famula Dei Tuda*» («Tuda Gudesteiz» na epígrafe) *facio ad tibi sobriño meo Froila Gudesteiz textum et scriptum firmitatis et serie benefactis de mcnasterio meo que habeo in vale de Arauca... in villa que dicent Sancto Petro assistorio*» (não se alude a qualquer povoação neste local da vila dos nossos dias), e isso sob condição de ele cuidar dela na velhice e de a socorrer depois da morte: «*ad tibi sobriño meo Froila... pro que contines me in mea senectute de vito et de vestito et de modulatura... et post obitum vero meo habeas cura de anima mea in missas et in votibus et in oratione et in recitatione*». E acrescenta o que mais importa para o estudo do domínio: «*de isto die habeas tu Froila isto... et omnis posteritas tua a cuiu tu illo relinqueris*»⁽²⁾, — o que quer dizer que o novo «dominus» pode deixar o mosteiro a quem ele quizer dentro da linhagem e, mais precisamente, da sua descendência, regime de sucessão que era, pois, o que temos observado desde a morte do abade Ermenegildo (que em sua vida fazia as escolhas).

Sabe-se que o novo «domno», Froila Gudesteiz, com sua esposa «domna» Sisilde (Sesilli), cumpriu estas disposições em dois filhos, o que revela a primeira partição do domínio, como veremos.

Antes disso, convém dar alguma atenção mais à cessão de 1060 por «domna» Toda. A escritura diz-se feita «*in presentia Garsea Monionis*», que há-de ser o tenente da Terra de Arouca então (da estirpe dos Gascos), «*et sub Dei gratia Sisnandus episcopus*» (bispo de Portugal, Porto), mas só aquele prócer subscreve e, com ele, vários clérigos (pelo menos uns quatro presbíteros) e muitos «domnos», não do mosteiro, mas do Vale de Arouca, que era viveiro deles (designados noutras escrituras locais por «*filii benenatorum*», o que hoje, em nosso entender, diríamos filhos-

(¹) Ib. n. 781.

(²) Ib. n. 423.

-de-algo): «domno» Principi, «domno» Fortes (1), «domno» Ero (2), «domno» Riquili. Aqui temos novos e influentes possesores do vale do Arda superior.

4. Os «dominos» fradados: Adefonso Froilazi e Gutino Froilazi, abade e prior.

Froila Gudesteiz legou o mosteiro a dois dos seus filhos: Afonso Froilaz e Gudino Froilaz, e em 1092 o primeiro, sendo já frade, certamente, no cenóbio, deixou a sua metade ao segundo, que ficou, pois, «domno» único: «*ego Adefonso do tibi fratri meo Gudino illa mea ratione medietate integra de ipso monasterio sicut illo dederunt ipsos nostros antecessores unus ad alios et sicut relinquit illum nobis pater noster dom Froila*» (3). Aqui se manifesta claramente o regime de sucessão: não só porque antes se haviam escolhido os sucessivos *dominos* desde a morte do abade Ermene-gildo (fins do século x), mas principalmente pela indicação expressa de que eles se nomeavam sucessivamente, isto é, «*unus ad alios*», uns aos outros.

Aquele «domno», já, como dissemos, fradado, visto que já não usa o nome secular, mas «frater Adefonso», precisa deste modo a sua cessão, deixando ao «domno» agora único a plena faculdade sempre possuída pelos governadores passados: «*ego do tibi illa mea ratione de ipso monasterio ita ut tu illum integrum possideas*» (vê-se que cada qual possuía metade, o que de resto está expresso nas palavras «*medietate integra*» de Frei Afonso, no século Afonso Froilaz) *cum omni suo testamento* (isto é, com todos os haveres que haviam sido testados ao cenóbio) *et suo adpreditu per testimonium bonum et per vitam sanctam in vita tua et ad obitum tuum sicut antecessores nostri fecerunt cui tu volueris in servitio Dei des illum*.

Continua, pois, o regime sucessório anterior: há agora um «domno» único e, caso de ponderar, esse novo «domno» é, como seu irmão, um indivíduo na ordem sacerdotal: o presbítero Gudino. De facto, «frater Adefonso confesso», cedendo da sua metade no mosteiro e seus haveres, havidos «*ex patri meo Froila Gudesteiz... et de matre mea Sesilli id est in villa Losidi... prope ripa Tamega*» (doação, como vimos, dos primeiros «domnos» e fundadores, em 951)... *in villa Sala... hic in Arauca villa que vocitant Villar*

(1) Deve tratar-se de um possessor de «villa» em Moldes, pai de Alvito Fortes que antes de 1073 a possuía: «*hic in Molnes... medietate de villa de Alvitu Fortes*»: Ib. n. 505.

(2) Por certo o pai de D. Gontina Eres, que anos depois manda em Arouca, além de dominar o mosteiro.

(3) PMH Dipl. et Ch. n. 781. Na Gr. Encicl. Port. e Bras. III p. 280, citando-se precisamente este documento, chama-se-lhe «doação de Afonso Goesteiz», aliás Godesteiz; mas nele não se lhe dá qualquer patronímico e este, sendo ele filho de Froila, devia ser Froilaz — e assim o temos noutra escritura, Ib. n. 831.

(este «*hic in Arauca*» não significa necessariamente a povoação do nome, porque os lugares nomeados existiam noutras circunstâncias e só este é sítio «*in Arauca*»)... *do tibi fratri meo Gudino*» ou «*tibi Gudino presbitero*»⁽¹⁾.

O «*frater Adefonsus*», Afonso Froilaz, deve ter sido casado, pois que cita um filho seu, «*filio meo Ero*»; e, quanto ao presbítero Gudino, pode muito bem tratar-se, e assim o cremos, do próprio abade (às vezes chamado prior) do mosteiro, neste e tempos seguintes. Deste modo, caindo o domínio em mãos de monge e superior do convento, como que se regressou ao caso do abade Ermenegildo, até pela própria faculdade de o abade Gudino chamar ao governo secular quem ele entendesse. Assim sucedeu, e sem dúvida dentro da estirpe, como estava condicionado, nas últimas nomeações, quer tácita quer expressamente.

Mas como entender esta sucessão familiar se os dois «domnos» e sobretudo aquele agora único haviam entrado à ordem sacerdotal ou monacal e aparece depois uma «domna», Guntina Eres, que, com os seus co-herdeiros, manifestara certa hostilidade ao mosteiro? Supomos que a «domna» era filha de Ero Zacarias, de quem já falámos e que sabemos ter sido um dos muitos *filiu bene natorum* de Arouca: «*in terra de Arauca quinta integra que fuit de domno Ero patre de domna Guntina Eriz*»⁽²⁾. Não pode ser filha de um dos mandantes da Terra de Santa Maria, Ero Teles, de 1026⁽³⁾, demasiado anterior, e não falamos pois neste porque certa notícia, aliás falsa, relaciona aquela «domna» com aquela «terra» (Cucujães). Parece-nos incrível que se trate de uma neta de Afonso Froilaz, filha de seu filho referido, Ero. Na cessão de domínio que Afonso Froilaz fez a seu irmão Gudino, a situação dele é ressalvada quanto a bens pelo pai, caso esse mesmo filho entre em religião no mosteiro⁽⁴⁾.

Pomos aquela opinião quase sem reserva, ainda pelo facto de em 1091 a mesma «domna», com seus co-herdeiros, ter condu-

(1) Ib., ib.

(2) Doc. in Fr. A. MEIRELES, *Mem. do Most. de Paço de Sousa*, Pr. n. 24, pp. 152-153.

(3) *PMH Dipl. et Ch.* n. 261: «*domnos que abitanter erant in cassa de Sancta Maria de Civitate Tedon Galindici et Fredenando Gundissalbic et Ero Tellici*».

(4) «*Et tamen ratione servata si filio meo Ero in servitio Dei sub sancta regula... in ipso monasterio in qualibet loco in servitio Dei permanerit si necessitatem corporis de vestimenta aut aliqua necessitate habuerit... accipiat ipso meo filio Ero in vita sua fructum de illas hereditates supranominatas et post obitum suum... ad ipsum monasterium sint deservendas*»: *PMH Dipl. et Ch.* n. 781. A situação deste filho de «domno» Afonso parece bastante singular, e as condições de usufruição dos bens apresentam-no como um tutelado do mosteiro ou, pelo menos, do tio «frater», se muito nos não enganamos. Seja como for, não é em indivíduo em tal situação que devemos procurar os pais de «domna» Guntina e a ligação desta à estirpe dominadora do cenóbio.

zido uma acesa questão contra o mosteiro, pela posse total da igreja de Santo Estêvão de Moldes: «*in presencia Sisnandus alvazir et vigarii sui Cidi Fredariz... orta fuit intentio inter domna Guntina prolis Erizi et heredibus suis id sunt Gavino Froilaz Loveredo Zaniz et suo iermano Osorio presbitero et sua iermana Columba Zaniz omnes isti contra Adefonso frater et suo iermano Gudino presbitero*»⁽¹⁾. Sendo ela da estirpe, como explicar que a «domna» reclamasse metade da igreja, em seu nome e nos dos restantes possuidores (com ela) da outra metade, contra o mosteiro? Poderia fazê-lo talvez independentemente de este ser do padroado da sua própria estirpe e de estar representado pelos dois irmãos. As situações pessoais eram diferentes e tratava-se de bens próprios ou reclamados como tais, o que já não podia suceder com o mosteiro, regulado por um domínio secular ou de carácter laico, é certo, mas que não constituía possessão própria do «domno» chamado ao governo. A nossa forte dúvida, porém, mantém-se.

No ano seguinte, Afonso Froilaz cede a sua metade no domínio do cenóbio a seu irmão Gudino Froilaz. Mas atente-se no notável facto de, precisamente durante o domínio do primeiro, aparecerem sucessivamente no mosteiro dois abades dos mesmos nomes: Afonso e Gudino. Em 1077, a primeira doação de Crescónio Mogueimes (futuro bispo de Coimbra D. Crescónio) é feita aí «*vobis Adefonsus abba et fratribus tuis... in monasterio de Sancto Petro*»⁽²⁾; mas já em 1081 é feita uma venda «*ibi Gudino abba et fratribus tuis de Sancto Petro de Arauca*»⁽³⁾. Por outro lado, os dois irmãos Afonso Froilaz e Gudino Froilaz «domnos» do cenóbio são clérigos e nele «fratres»; pelo que poucas dúvidas ou nenhuma nos deverão restar de que os abades são eles. Ressalvamos, porém, um quanto de incerteza que ainda se mantém no nosso espírito, mas que não sabemos resolver satisfatoriamente, perante os documentos e as circunstâncias.

5. O «domínio» do século XI para o XII: «domna» Guntina Erizi.

Durante mais ou menos um quarto de século, o domínio secular do cenóbio transformara-se por completo em razão da entrada dos «domnos» em ordem monástica nele mesmo, onde

(¹) Ib. n. 746. O facto de aparecerem herdeiros de um «domno» Ero (a dona), de um «domno» Froila (Gavino Froilaz) e de um «domno» Zani (Zari) na igreja de Moldes talvez signifique que, sendo co-herdeiros nela, se trata de pessoas da mesma estirpe ou pelo menos parentes muito próximos. Gavino Froilaz parece-nos ainda meio irmão dos dois Froilaz do cenóbio, filho de uma segunda esposa de «domno» Froila Gudesteiz, «domna» Olfvia (Alfbia): Ib. n. 505, de 1073, o que mostra que os dois Froilaz do mosteiro podiam ser bastante idosos em fins do século XI.

(²) Ib. n. 546.

(³) Ib. n. 600.

ficaram a acumulá-lo ao governo interno. A situação devia ter inconvenientes em mosteiro longamente governado por senhores laicos (quando muito donas «Deovotas»), sobretudo nos seus negócios externos; e porque, numa «terra» onde a grande nobreza pululava e tinha tanta influência que a própria administração civil, como veremos, se fragmentou, o mosteiro ficaria exposto a violências da parte dos mesmos (é exemplo a grande questão de 1091 e as anteriores sobre a posse da igreja de Moldes), compreende-se a vantagem do regresso a um domínio puramente secular. A adversária de ontem, D. Gudina Eres, que foi mandante da «terra» e esposa do alto prócer também aí imperante (Egas Ermiges), veio a ser a escolhida, para o que também deveria ter contribuído algum parentesco com a estirpe dos «domnos» sucessivos. Assim o fizera mais de um século antes o abade Ermenegildo. Gutino Froilaz ou Gudino «abba» dedicar-se-ia, desde então, não aos negócios externos do cenóbio, mas ao regime interno, à regra monástica (cerca de 1095).

A relativa obscuridade e consequente confusão que reina sobre o domínio desta abadia no último quartel do século XI leva-nos a tentar uma explicação.

Como vimos, tendo Froila Gudesteiz falecido, o regime de *Eigenklöster* continuou ali, apesar da divisão pelos filhos, a qual lhe não tirava o carácter de «própria». Não sabemos ao certo se ambos haviam já entrado em ordem sacerdotal ou monástica, mas Afonso Froilaz, pelo menos, parece ter sido um leigo, que tudo indica se matrimoniou e, tendo enviuvido, se acolheu ao seu cenóbio, de que se tornou facilmente o abade. Já seu irmão Gudino Froilaz parece ter sido, desde logo, um clérigo, surgindo como presbítero, o que não sabemos se significará, neste caso, a sua existência no século, entrando depois no seu mosteiro, à governação do qual se referem os títulos de abade e prior com que também surge. Sabemos que ficou senhor único da abadia pela cessão que lhe fez da sua metade o irmão. A hipótese de que estes *dominos* monásticos não terão sido os que com aqueles nomes e títulos nos aparecem na vida regular no mosteiro afigura-se-nos insustentável.

Ora num ambiente de *nobiles* ou *maiores* como o dos vales de Arouca e Moldes, vindo já de grande antiguidade ⁽¹⁾, tudo nos

(¹) Encontrámos já, e comentámo-las, as referências documentais do século XI aos «*multi viri et femine nobiles*» ou «*maiores de Arauca*» e Moldes: *PMH Dipl. et Ch.* n. 898. Mas é evidente que a sua existência vem de muitos séculos antes. As leis visigóticas do século VII, que não se pode dizer reprimam factos novos, mostram a sua existência em cada *territorium iudicis* ou *territorium civitatis* (depois da Reconquista, a «terra», como veremos) e a sua influência relativamente ao *iudex territorii* e respectivo *comes civitatis* (e Arouca foi um desses *territoria*, uma dessas *civitates*): «*si nobiles fuerint fortasse personae quos iudex distringere aut separare non possit*» e «*si minores loci personae sunt...*» etc., são expressões bem reveladoras da existência de *maiores* e *minores*, ou *nobiles* e *innobiles*, já em épocas pré-arábicas: Fori

leva a admitir que ambiciosos da mesma estirpe ou de outra se erguessem contra a função dominical exercida pelos próprios que detinham o governo regular, o que, praticamente, corresponderia a não haver domínio laico. Regressara-se a mais de um século antes, tempo do abade Ermenegildo, o primeiro da casa. Eles mesmos, seus abades, deveriam sentir a fraqueza da situação perante a nobreza ambiciosa que ali proliferava, — tão ambiciosa que a solução da administração da «terra» repartida por dois ou, mais frequentemente, três, chegou a impor-se. O domínio do mosteiro devia ter sido objecto de iguais ambições, porque aquela situação sòmente poderia fomentá-las.

Assim, os pretendentes aproveitariam todas as ocasiões e servir-se-iam de todos os pretextos para fazerem sentir no mosteiro o peso do seu valimento e quanto seria mais vantajoso para ele gozar da sua protecção que viver sob a sua indiferença e, o que mais seria, sofrendo os seus vexames e perseguições. A acesa e sempre renovada questão conduzida contra a abadia por D. Gontina Eres sobre a igreja de Moldes, precisamente naquele tempo, em que o domínio secular não existia, por se confundir com o abaciado, deverá, porventura, explicar-se à luz daquele conspecto.

Trata-se de uma dona assaz influente, pela própria linhagem, da nobreza dos ditos vales, e, sobretudo, pelo seu casamento com o então e largos anos mais alto prócer de Ribadouro, que governou muitas «terras» desta região e não apenas a de Arouca, Egas Ermiges; e tão ambiciosa que veio a alcançar aquilo que nos parece não se encontrar vez alguma senão aqui, e só com ela: uma dona como mandante ou tenente de «terra», — e isso já depois de falecido o marido e por duas vezes, uma de pouca duração (não revelará isto uma luta de ambições, até pelo carácter efémero de quase todos os mandantes ao tempo?) e outra, iniciado o século XII, muito mais duradoura e igualmente estável. Os factos poderão mostrar a verosimilhança da nossa hipótese sobre a razão por que, de perseguidora e vexadora do mosteiro, ela passa ao avatar de sua protectora ou patrona (*domina*).

Ela, que pretendia senhoriar toda a igreja de Moldes (cuja metade era do mosteiro), em completo regime de *Eigenkirche*, exclusivo seu, tudo faria por dominar o mosteiro nas mesmas condições (*Eigenklöster*). E alcançou-o, porque, não muito depois da sua obstinada e longa questão sobre a igreja de Moldes, pleito que ela, para mais, perdeu, facto que a não deve ter feito desistir

Judicum, Liv. III, tít. IV, 1 — *PMH Leg. et Cons.* p. 43. Tudo o que sabemos e o mais a expor nos autorizam considerar Arouca em tal caso e tais épocas, — a suévica, com a sua vasta *parochia* e ainda *civitas*, a visigótica, com a sua subdivisão paroquial e o mesmo governo condal e judicial. Na Reconquista e inícios nacionais, o facto não é menos saliente, e revela um poder e influência de «nobres» e «maiores» que torna inteiramente verosímil a explicação dada no texto.

das suas ambições, muito pelo contrário, nos surge como patrona, e patrona única, apesar de um documento aparentar divisão com os dois Froilaz. Ora um destes havia dado ao outro a sua metade alguns anos antes e Gudino Froilaz ficara *dominus* único, além de abade, a dupla qualidade que singulariza a situação.

O domínio em mãos do próprio abade do mosteiro deixava este, como supomos, exposto às vexações dos grandes senhores seculares, especialmente com a morte esperada do que parece ter sido seu grande protector, o bispo de Coimbra, D. Crescónio, então ocorrida. O comportamento da dona com ele e a própria verificação dessa invalidez, derivada da singularidade das condições do duplo regime (que repetimos, já nem existia verdadeiramente), devem ter conduzido o convento à convicção de que era necessário regressar a um padroado e domínio secular nítido, — a escolher, pois, aquele prócer de quem mais se temesse e que, por isso, se pudesse transformar em melhor protector naquelas circunstâncias, isto é, mesmo sob os riscos de certos inconvenientes. Supomos que uma idêntica situação e semelhantes finalidades haviam levado, mais de um século antes, o abade Ermenegildo a escolher para a sua abadia *dominus*, — o que não era legar o mosteiro segundo as cláusulas da doação que lhe haviam feito os fundadores —, preferentemente da estirpe de «domnos» Ansur e Eileuva, que, se não deixaram filhos, tinham parentes poderosos. Assim se explica a escolha de «domna» Eileuva (não aquela) e de seu filho Absalon Froilaz, nesse tempo.

A designada, no final do século XI, foi D. Gontina Eres, a vexadora anterior. Não devia ela ter sentido, apesar de tudo, grande simpatia pela comunidade, regida ainda pelo adversário de ontem, o qual deveria ter escolhido um *dominus* mais por temor que por conveniência, ou pelo menos não isento daquele. É que, sendo ela tão opulenta de haveres e restando tantas doações daquele tempo ao cenóbio, não se conhece dádiva alguma dela a este. Compensá-lo-ia, porém, largamente a sucessora no domínio, sua filha D. Toda Viegas.

Muito notável, a este propósito, o facto de ser de 1096 um pacto concertado entre os dois irmãos Froilaz, Afonso e Gudino abade, e D. Guntina e seus co-herdeiros (que não sabemos se são os mesmos da questão de 1091, nada indicando que o fossem, antes os filhos dela, pois que já em 1096 estava viúva e devia ter havido partilha de bens entre ela e eles): «*Guntina Eriz in mea voce et de meos heredes plazum ligale et scripture firmitatis a tibi Adefonso Froilazi et Gudino Froilazi et ad tuos heredes*», a qual convenção, cujo carácter e referência ao mosteiro parecem indicar que era tudo uma só família, embora parecendo existir duas partes distintas, tem por finalidade que nunca o domínio do mesmo saia dela e se divida, devendo manter-se em unidade, sem contestações: «*plazum ligale... pro parte de ipso monasterio de Sancto Petro de Arauca quod non mittamus illum in contentione unus ad*

alios non per scriptos anteriores nec posteriores nec per potestates nec per qualicumque vocem de nullo homine inmittente per quem illum monasterium sedeat divisum sed semper in unitatem coniunctum» (1).

Não cremos que isto signifique um domínio múltiplo, por várias razões: a inconveniência de administração de vários; o próprio sentido do texto, além do da unidade, garantia de segurança de domínio num só a ele chamado (entende-se que por Godino Froilaz, não como abade, mas como «domno» que ficara em 1092 único), sem que outros da estirpe (entre os dela se escolhiam) pudessem reclamar divisão ou menos ainda totalidade; o facto de, posteriormente, como antes, à parte o caso da divisão feita por Froila Gudesteiz nos dois filhos, o domínio aparecer sempre em mãos de um só *dominus* ou uma só *domina*. E esta passa a ser agora, na verdade, unicamente «domna» Guntina Eres.

Aquele *plazum* deve ter sido uma espécie de extorsão de parte da referida dona: tendo ela recebido o domínio, convinha-lhe uma escritura que o garantisse em suas mãos indiviso, contra aqueles que se sentissem com direitos a possuí-lo. Tinha-o ela agora, tê-lo-ia assim enquanto fosse de sua vontade. Isto mais nos faz crer que o antecedente principal da entrega do domínio a ela por Gutino Froilaz deve ter sido o receio.

Desta senhora, que era viúva de D. Egas Ermiges, tio paterno do ínclito Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques, ocorre no cronista beneditino português uma notícia singular: pretendendo ela o mosteiro de Arouca para nele recolher as filhas, em troca do de Cucujães, intentou que os monges lho largassem, o que ela obteve por sentença de 1091, dada por D. Egas Ermiges, senhor da Terra de Sousa, e pelos abades dos mosteiros de Rendufe e de Pendorada (2). Que valor dar a isto?

A dona não precisava de expulsar os monges para recolhimento das filhas, visto que o mosteiro tinha comunidade dos dois sexos; além disso, e seja como for, os monges continuaram no mosteiro, em plena posse e toda a evidência, nos anos seguintes, governados pelo abade ou prior Godino Froilaz. Pura invenção do cronista, que até o teor e a redacção denunciam.

De D. Gontina Eres, teremos de falar mais, quando tratarmos da administração da «terra» (3). Como *domina*, já nos não inte-

(1) *PMH Dipl. et Ch.* n. 831.

(2) Frei LEÃO DE S. TOMÁS, *Benedict Lusit.* II p. 142.

(3) Previnamos, porém, desde já, que esta dona nada tem com outra que parece do mesmo nome e que as linhagens medievais dão como filha de um D. Ero Mendes, «o que fez Santa Ovaia», e esposa de um D. Pêro Afonso «de Durães» (ou Dorraes?), «que fez Manhente»: *PMH Script.* p. 170 (Liv. Velho I p. 72, ed. Bibl.). Daquela D. Ero Mendes «vêm os de Molles» (Ib. p. 66, onde, porém, se lhe chama Evo Martins). Todas estas terras são de entre Douro e Minho, embora *Molles* pudesse recordar Molnes, Mol-des, de Arouca. O mesmo daquela D. Gontina Eres se diz in *PMH Script.* p. 359 (Nóbil. Tít. 56). A de Arouca, porém, é também referida, e bem

ressa, especialmente porque não temos notícias do seu domínio. Este, posteriormente, está em D. Toda Viegas, a qual supomos ter sido sua filha. Esta nova «domna» deve colocar-se, incontavelmente, entre os grandes obreiros da grandeza do mosteiro de Arouca: não só lhe transferiu as abundantes e vastas aquisições de bens, sobretudo feitas por ela (em geral, acompanhada de seu filho, D. Mónio Rodrigues) em Terra de Arouca, como obteve de D. Afonso Henriques um couto para o cenóbio, com cessão dos direitos régios na área coutada.

(*Continua*)

A. DE ALMEIDA FERNANDES

bibRIA

distinta daquela: «Dom Egas Gosendes que se chamou... de Baião foi casado com dona Usco Viegas filha de dom Egas Ermiges o Bravo e de dona Gontina Eres que fez o mosteiro de Fréixe» (ao que logo se segue, no entanto, uma série de filhos absurda, gente anterior aos pais: *PMH Script*, p. 331 (Nob. Tít. 40). Veremos que aquele seu genro, com a esposa, foi tenente de Arouca nos últimos anos do século XI, o que já indica que a dona é a que interessa neste estudo; e que ela era filha de um «domno» Ero daqui, muito diferente do «de Molles», vê-se da doação que, com seu marido, D. Egas Ermiges (que veremos ter sido também tenente de Arouca como ela o veio a ser) fez ao mosteiro de Paço de Sousa em 1096: «*in terra de Aroca quinta integra que fuit de domno Ero pater de domna Guntina Eris*» (doc. nas *Memór. do Most. de P. de Sousa*, de Fr. A. MEIRELES, Pr. n. 24). Tudo nos indica, pois, «domno» Ero Zacarias, neto paterno de outro «domno» Ero, um dos grandes de Arouca na primeira metade do século XI.

A ESCOLA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE AVEIRO

QUANDO em 1893 o então Ministro das Obras Públicas da Monarquia, Dr. Bernardino Machado, se deslocou a esta cidade, com o fim de inaugurar o farol da Barra, a Direcção da Fábrica de Porcelanas da Vista-Alegre, do vizinho concelho de Ílhavo, convidou Sua Excelência a inaugurar a exposição de desenhos da Escola Privativa da referida fábrica.

Encantado com o que viu e apreciou, teve o Ministro a seguinte exclamação: «Isto não devia limitar-se somente à fábrica, mas, pelo menos, a todo o Distrito».

Foi-lhe então respeitosamente sugerido pelo professor de desenho — Francisco da Silva Rocha — que tudo dependia de Sua Excelência, porquanto era sabido que as Escolas Técnicas estavam integradas no Ministério das Obras Públicas.

Estudado o assunto, foi criada, por Portaria de 28 de Outubro de 1893, a Escola Técnica de Aveiro com a designação de *Escola de Desenho Industrial*.

A sua primeira sede foi no Asilo-Escola desta cidade, e as suas aulas apenas funcionavam à noite.

No entanto, a frequência continuava a ser constituída quase exclusivamente por operários da Fábrica da Vista-Alegre, cuja direcção, além de dotar a Escola com todos os modelos e restante material necessário ao seu bom funcionamento, ainda mandava todas as noites, a expensas suas, um carro que conduzia os alunos e esperava por eles até ao fim das aulas.

Sucedeu isto durante vários anos, e era necessário que assim fosse, para sustentar a frequência e justificar a criação da Escola, porque, nesse tempo, poucos rapazes de Aveiro se matriculavam neste estabelecimento de ensino.

Na época própria, foram indicados para fazer parte do júri dos primeiros exames, juntamente com o engenheiro António Arroio, então inspector do Ensino Técnico e artista de grandes méritos, que presidia, o professor da Universidade de Coimbra e Director da Escola Industrial de Brotero, António Augusto Gonçalves, artista que reconstituiu a Sé Velha de Coimbra e fundou o Museu

de Machado de Castro, e o holandês Vancriken, professor do Ensino Técnico e também artista notável.

Todos estes distintos mestres foram unânimes em considerar a Escola de Aveiro muito apta para preparar alunos de desenho e, pelos seus relatórios, foi, por assim dizer, confirmada como grande formadora de desenhadores para a Arte.

Mais tarde, foram criadas as Oficinas de Pintura Cerâmica, de Modelação e de Talha, as quais começaram a funcionar nas próprias oficinas do Asilo-Distrital.

Desta forma, a Escola, que nessa altura tinha mais intuitos de formação artística do que propriamente técnico-industrial, começou a preparar aqueles pintores cerâmicos e entalhadores que tanto vieram enriquecer o património artístico não apenas desta cidade e sua região, mas até do próprio país.

Muitos alunos aqui apuraram o seu gosto pela arte e esse gosto transmitiu-se, mais tarde, às delicadas pinturas que tanta graça e encanto dão às finas porcelanas da Vista-Alegre, tão apreciadas por nacionais e estrangeiros, e as tornam dignas de serem de dádiva gentil a Diplomatas, a Príncipes e a Rainhas.

Mas não foi só a porcelana que serviu de suporte à sua arte. Por todo o lado, nas oficinas de pintura cerâmica, esta Escola tem feito sentir a sua presença e a influência do seu ensino. Aqui, na própria cidade, situa-se a Fábrica Aleluia, cujos produtos, que tanto se apreciam pelo primor dos seus motivos decorativos, são modelados e pintados, com fino gosto, pelos que foram ou ainda são alunos desta Escola.

No respeitante à outra Oficina, pode-se afirmar que, com a criação desta Escola, reviveu a arte de entalhar em madeira, que tão belos trabalhos tinha produzido em tempos recuados, como pode ser observado na obra de talha da maior parte dos templos de Aveiro, particularmente na Igreja de Jesus, anexa ao Museu — antigo convento de dominicanas —, onde floresceram as virtudes da Princesa, infanta de Portugal e Santa de todo o mundo.

Pelo Decreto n.º 615, de 30 de Junho de 1914, foi criado o Curso Elementar de Comércio, posto a funcionar no mesmo ano, com grande afluência de alunos. A Escola passou então a designar-se *Escola Industrial e Comercial de Fernando Caldeira*.

A maior parte dos comerciantes locais aqui vieram colher conhecimentos que os ajudassem a gerir as suas casas. E a influência da Escola nestes foi tão grande, que o comércio começou a desenvolver-se, de forma a atingir o incremento de que a cidade, já hoje, se pode orgulhar.

Forçoso será dizer que os conhecimentos eram transmitidos aos alunos em aulas e oficinas sem as mínimas condições pedagógicas. Salas acanhadas, em que nunca penetrava uma pequena réstia de sol e em que o ar era tão pouco, que, muitas vezes, se tornava necessário dar a aula com as portas abertas, pois as janelas, de velhas que estavam, já nem sequer consentiam que

se lhes tocasse. Chegou mesmo, no antigo edifício desta Escola (Casas do Despacho da Misericórdia), a ser ministrado o ensino da disciplina de Desenho num velho e desconfortável casarão, muito frio e escuro, onde a luz do sol, nesta cidade tão clara e brilhante, quase não entrava e onde os alunos, para fazerem os seus trabalhos, muitos deles já reveladores de futuros artistas, tinham de recorrer sempre à amarelada e baça luz artificial.

Este ambiente, tristonho e doentio, em que os alunos trabalhavam, levou uma personagem ilustre que visitou a Escola a deixar escrito o seguinte comentário: — «Na verdade, é maravilha que a Direcção e o Professorado tenham obtido os resultados que os trabalhos dos alunos documentam e é de entristecer que esse magnífico esforço se desenvolva nestas instalações tão acanhadas, tão lóbregas, tão faltas de luz. Chego a temer que nos trabalhos dos alunos de Desenho passe para o papel a luz dos olhos à míngua de luz natural e se transforme aquela oficina de beleza e arte numa fábrica de fazer ceguinhos, a ritmo acelerado».

É óbvio que instalações escolares desta natureza não atraíam a frequência; e, além disso, o aspecto exterior do edifício, de paredes carcomidas e vidros estilhaçados, fazia com que muitos pais, desconhecedores da carinhosa, cuidada e proficiente forma como se preparavam os alunos, afastassem os seus filhos deste estabelecimento, embora soubessem que era o ensino profissional o que mais convinha àqueles que haviam de continuar a sua vida de industriais ou comerciantes.

Em 1948 pôde a Direcção da Escola alugar um edifício — pequeno, mas cheio de ar e de luz — onde ficou instalado o Ciclo Preparatório, e em 1952 foi-lhe dada a oportunidade de fazer a transferência para o antigo edifício do Liceu, onde, com um certo à-vontade, se alcançou uma frequência que atingiu 820 alunos.

Contribuiu para o grande aumento de frequência, que em 1949 era de 300 alunos, em primeiro lugar, o reconhecimento, por parte do público, da seriedade e do valor do ensino, nesta Escola; e em segundo, a melhoria de instalações escolares, principalmente depois que se passou para o edifício do antigo Liceu, o qual, pelas suas proporções e beleza, ainda hoje se impõe.

Evidentemente, tanto um como outro destes factores só foram possíveis devido ao grande interesse que o Ensino Técnico Profissional tem merecido, nos últimos anos, aos poderes públicos, muito principalmente depois da promulgação do Decreto n.º 37 029, de 25 de Agosto de 1948—Reforma do Ensino Técnico Profissional.

Devido a estas razões e também à forma como a Direcção da Escola orientou o ensino, não apenas para uma boa instrução, mas ainda para uma educação perfeita e integral, notou-se que este estabelecimento de ensino se começou a impor, pouco a pouco, à consideração de toda a gente, que agora o olha com mais carinho, respeito e admiração.

Em 25 de Agosto de 1948, foi publicado o Decreto n.º 37 028, que aprovava o programa de construções de muitas escolas novas e de melhoramentos em outras.

Desde então, todos os anos têm sido inscritas no Orçamento do Estado consideráveis verbas para o desenvolvimento do Ensino Técnico, o qual começa já a estender-se, felizmente, a muitas cidades e vilas do País. Por toda a parte, os antiquados casarões onde se ministrava este ensino estão a ser substituídos por edifícios modernos e majestosos, onde sabe bem trabalhar e estudar.

Em 1956, chegou a vez de Aveiro e todos os professores e alunos se sentiram orgulhosos e felizes ao entrar na Escola e ver os largos e airosos corredores, ladeados por amplas salas de aula, cheias de ar e luz; o admirável gabinete de Química e a aconchegada Biblioteca, onde apetece ficar a ler os livros e revistas culturais e técnicas que, já hoje, enchem todas as suas estantes; o grandioso e acolhedor Refeitório, servido por uma cozinha dotada com todos os requisitos modernos e higiénicos e no qual, por uma pequena quantia, ou até de graça, podem tomar uma refeição quente e bem preparada todos aqueles que moram longe da Escola; as espaçosas e modernas Oficinas, apetrechadas com todas as máquinas necessárias à formação de bons técnicos e artífices; e o belo, alegre e grandioso Ginásio, preparado com todos os equipamentos adequados ao desenvolvimento físico da Mocidade.

Nesta ampla e airosa Escola se acolhe, agora, uma frequência de 2.080 alunos, à qual é ministrado o ensino por 60 professores e 20 mestres, nos seguintes cursos, além do Ciclo Preparatório:

— Geral do Comércio, Formação Feminina, Serralheiro, Montador Electricista, Carpinteiro-Marceneiro e Ceramista e ainda as Secções Preparatórias para os Institutos Comerciais e para os Institutos Industriais.

NOTA — A Escola funcionou, primeiramente, no edifício do Asilo Distrital. Em seguida, esteve instalada no edifício onde hoje se encontra a Capitania do Porto, à entrada da Avenida do Dr. Lourenço Peixinho. Mais tarde, transferiu-se para as Casas do Despacho da Misericórdia, em frente à Praça da República. Quando o Liceu foi transferido para as novas instalações, no Bairro do dr. Álvaro Sampaio, a Escola foi ocupar o velho edifício, junto da Câmara Municipal. Só em 1956 foi construída a nova Escola Industrial e Comercial de Aveiro, junto à Avenida de Salazar, um pouco ao sul do novo edifício do Liceu Nacional de Aveiro.

AMADEU EURÍPEDES CACHIM

ÍNDICE, POR AUTORES, DE TODA A COLABORAÇÃO CONTIDA NOS VOLUMES XXVI A XXX DO «ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO»

1960-1964

CONSTITUEM hoje em dia os índices indispensável meio de trabalho na investigação bibliográfica e desnecessário se torna encarecer os inestimáveis serviços por eles prestados, poupando tempo de buscas, averbando bibliografia a cada autor, agrupando assuntos, tudo consoante a especial orgânica e fim que à respectiva elaboração presidir.

Assumem particular interesse os índices das Revistas, devido à avultada variedade de colaboração nelas inserta, cujos temas, por vezes, não chegam a ser tratados em volume bibliograficamente independente.

Pela terceira vez — e oxalá não seja esta a última — apresentamos a quem, porventura, haja de compulsar o Arquivo do Distrito de Aveiro, índice dos últimos volumes publicados à data: desta feita, os de 1960 a 1964. Já anteriormente havíamos proporcionado ao leitor o índice global dos primeiros quinze volumes e o dos dez imediatos.

Fica assim indiciado o conjunto de 30 volumes, que tantos são também os anos de vida que a Revista até ao presente atingiu.

Infelizmente, são apenas onomásticos os nossos índices, como sempre se tem frizado, em virtude de não dispormos do tempo indispensável à elaboração de índices ideográficos exaustivos, cuja falta, no entanto, se vai tornando cada vez mais sensível, tão numerosos são já os volumes publicados, os assuntos abordados, e os documentos transcritos. Diremos apenas que de bom grado veríamos algum

dos nossos dedicados colaboradores, ou alguma Biblioteca, tomar para si essa utilíssima iniciativa, cujo resultado o Arquivo acolheria, iubiloso, nas suas próprias páginas.

Não é, pois, o presente índice — mais uma vez o declaramos — aquele que, por todas as razões, maior satisfação nos proporcionaria; o índice ideográfico, a ser possível fazer-se, constituiria o mais proveitoso e eloquente complemento ao nosso labor editorial de 30 anos; todavia, terá o índice simplesmente onomástico, mesmo limitado como é, o apreciável valor de recensar a presença dedicada dos prezados colaboradores que nos tem acompanhado na cruzada regional a que inteiramente nos devotámos, e que prosseguirá enquanto as dificuldades editoriais da actualidade, a cada momento agravadas, o consentirem.

Memorando do Passado quanto se nos torna possível e registando do Presente o que de maior interesse se nos afigura, procuramos proporcionar às gerações de Amanhã elementos seguros para a melhor compreensão e apreço da privilegiada região que é o Distrito de Aveiro, berço de nossos Maiores e nosso.

Esse o nosso programa desde a primeira hora; essa a justificação para quanto no presente índice fica registado e que aos seus distintos autores uma vez mais se agradece.

Aveiro, Janeiro de 1965.

bibRIA

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

ÍNDICE, POR AUTORES, DOS VOLS. XXVI A XXX

ALMEIDA FERNANDES (A. de)

Arouca na Idade-Média pré-nacional — XXX, 28, 90, 168, 248

ALMEIDA E SILVA (D. José Pais de)

Amigo (Um) sempre presente — XXVIII, 138

BARBOSA (Aires)

Antimoria — XXVI, 20

BORRALHA (Conde da)

Apontamentos sobre Águeda — XXIX, 287

BOTELHO (Afonso)

Também era poeta — XXVIII, 148

CARDOSO (António Pereira)

Celestino Gomes há 40 anos — XXVIII, 56

CARVALHO (Domitila de)

Outono — XXIX, 160

CASTRO (Augusto de)

Mais perto de nós — XXVIII, 84

CERQUEIRA (Eduardo)

1 — *Camilo e José Estêvão* — XXIX, 81

2 — *José Estêvão apreciado por seu filho — Dois discursos do Dr. Luís de Magalhães* — XXVIII, 258

3 — *Para a história do porto de Aveiro — Uma carta do engenheiro Von Hafe para Homem Cristo* — XXVI, 159

4 — *Três cartas de reconciliação com Homem Cristo* — XXX, 161

CÉRTIMA (António de)

Notas para o perfil interior de J. C. C. G. — XXVIII, 140

COELHO DE MAGALHÃES (Carlos Vidal)

Antiga (A) vila de Eixo — Apontamentos para uma monografia — XXVI, 243

COIMBRA (Manuel Martins de Almeida)

Reflexões históricas sobre a Barra de Aveiro — XXIX, 103

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- CORREIA (Fernando da Silva)
Vida (A) ardente de João Carlos Celestino Gomes (Apontamentos para uma biografia) — XXVIII, 17
- CORREIA (Maximino)
Alguns passos da vida académica do D. João Carlos Celestino Gomes — XXVIII, 65
- CORTEZ PINTO (Américo)
João Carlos — XXVIII, 132
- COSTA (Eduardo)
 1 — *Memórias paroquiais do séc. XVIII — XXVII, 306*
 2 — *Vereador (Um) da Câmara de Estarreja processado no séc. XVIII — XXVII, 68*
- COSTA PINTO (Cândido)
Em louvor de João Carlos — XXVIII, 153
- COSTA-SACADURA
Em memória de Celestino Gomes — XXVIII, 99
- CRAVEIRO (Cândido)
Artista (O) João Carlos — XXVIII, 52
- CUNHA SERRA (Pedro)
Topónimos do distrito de Aveiro — XXVI, 190
- DACIANO (Bertino)
Antiga (A) fonte do Carrapichel (1696) na Vista Alegre — XXIX, 295
- DUARTE (Aires)
Celestino Gomes — XXVIII, 156
- FERREIRA NEVES (Francisco)
 1 — *Baptismo e morte de José Estêvão — XXVIII, 243*
 2 — *Carta de brasão de António da Rocha de Resende — XXVII, 155*
 3 — *Dionísio de Moura Coutinho, Cavaleiro da Ordem de Cristo — XXVII, 238*
 4 — *Documentos para a história da actual Praça do Marquês de Pombal, em Aveiro — XXVI, 230*
 5 — *Estatutos (Os) da Irmandade da Senhora da Graça, de Aveiro — XXVI, 83*
 6 — *Panorama social de Aveiro em 1842 — XXIX, 31*
 7 — *Parecer (Um) de Ramalho Ortigão acerca da abertura da Praça do Marquês de Pombal, em Aveiro — XXVI, 313*
 8 — *Reflexões (As) históricas sobre a Barra de Aveiro de Almeida Coimbra e as obras de Luís Gomes — XXIX, 94*
 9 — *Sebastião de Carvalho é Lima, aveirense notável — XXVII, 159*
 10 — *Título (O) de Duque de Aveiro em Espanha, na 1.ª metade do século XX — XXIX, 241*

ÍNDICE

- 11 — Visconde (O) de Almeida João Carlos do Amaral Osório e Sousa
(1822-1890) — *Notas genealógicas e biográficas* — XXX, 206
- FRANCO (Evaristo)
João Carlos Celestino Gomes — *O artista, o escritor e o médico* —
XXVIII, 95
- FREIRE (Natércia)
João Carlos ou o caos harmonioso — XXVIII, 115
- GOMES (João Carlos Celestino Pereira)
1 — *Excertos de obras suas e de entrevistas concedidas* — XXVIII, 7, 15, 37,
43, 44, 77, 227 a 240
2 — *Excertos dos inéditos de João Carlos* — XXVIII:
— *Almanaque* — 239
— *Espectáculo* — 237
— *Gênese* — 236
— *Papagaio* — 238
— *Regresso do Filho Pródigo* — 238
— do romance inacabado: *Signo da Balança* — 227
— *Soneto da Lembrança* — 236
— *Soneto da Saudade* — 235
— *Testamento* — 240
- GOMES (Silvina Valente Celestino)
Páginas dum diário — XXVIII, 180
- LEITE PINTO (Francisco de Paula)
Celestino Gomes — XXVIII, 82
- LINO ANTÓNIO
João Carlos — XXVIII, 59
- MACEDO (Roberto Eduardo da Costa)
Meu (O) varino — XXIX, 270
- MADUREIRA (António)
João, querido amigo — XXVIII, 130
- MAGALHÃES LIMA (Jaime de)
Culto (O) da flor e os jardins da Inglaterra — XXX, 3
- MAGANO (Fernando)
Impressão cordial — XXVIII, 39
- MARQUES (Alfredo)
Surrealismo (O) no espírito de João Carlos — XXVIII, 122
- MARQUES GOMES (João Augusto)
Justa homenagem — XXIX, 267

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

MONTEIRO (Daniel de Sttau)

Médico (O) e o artista — XXVIII, 85

MOREIRA DAS NEVES

Sinfonia muito incompleta — XXVIII, 127

MOIRA (Frederico de)

Contributos para uma interpretação da obra de João Carlos — XXVIII, 101

OLIVEIRA (Mário de)

João Carlos e o estilo — XXVIII, 150

OULMONT (Charles)

Excerto do Prefácio ao Catálogo da Exposição de João Carlos no S. N. I. em 1949 — XXVIII, 77

PAMPLONA (Fernando de)

Artista (Um) de raça, uma arte de sonho — XXVIII, 136

PINTO (Alexandre A. N.)

No mês dos crisântemos. Pagela de saudade — XXVIII, 61

PIRES DE LIMA (Jorge Hugo)

Distrito (O) de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício — XXVI, 130, 204, 291, XXVII, 49, XXIX, 41, 119, 315, XXX, 70, 131, 223, 257

POMBAE (Armando)

Luz (Uma) que se extinguiu — XXVIII, 119

RAMALHEIRA (Guilhermino)

João Carlos, na sua infância e mocidade — XXVIII, 47

RAMALHO ORTIGÃO

Parecer acerca da projectada destruição do convento das Carmelitas de Aveiro — XXVI, 313

RESENDE (P.^o João Vieira)

1 — *Contrato (Um) de aforamento em 1759* — XXVI, 120

2 — *Emprazamentos, feitos pelo mosteiro de Lorvão, das quintas do Viso e do Solposto, situadas na sua vila de Esgueira* — XXIX, 272

ROCHA MADAHIL (António Gomes da)

1 — *Apointamentos para a história das relações de José Estêvão com Ilhavo* — XXVIII, 277

2 — *Bibliografia de João Carlos Celestino Gomes* — XXVIII, 191

3 — *Cartas da Infanta Santa Joana e documentos avulsos dos arquivos portugueses a ela respeitantes* — XXVII, 3, 138

4 — (Comentário à publicação): CARLOS ALBERTO REZENDE DOS SANTOS CARDOSO, *Subsidios para uma monografia histórica e descritiva da freguesia de Avanca*, Porto, 1961.

INDICE

- 5 — Documentos do Mosteiro de Pedroso — Subsídios para o anunciado trabalho do Doutor Arlindo de Sousa — «Vocabulário de Entre Douro e Vouga» — XXIX, 303
- 6 — Exposição de trabalhos seus (de João Carlos Celestino Gomes) — XXVIII, 203
- 7 — João Carlos, desenhador de ex-libris — XXVIII, 158
- 8 — Livro dos títulos do Convento de São Domingos da cidade de Aveiro (Séculos XV a XVIII) — XXVII, 81, 198
- 9 — No XXV aniversário do «Arquivo do Distrito de Aveiro» — XXVI, 3
- 10 — Nota bibliográfica complementar (ao «Perfil de dois ilhavenses — Os irmãos Ançãs» — do Dr. João Jardim de Vilhena) — XXVI, 118
- 11 — Notas à edição quinhentista do poema ANTIMORIA — XXVI, 9
- 12 — Notícia do «Estro de Bingre» — XXIX, 161
- 13 — Suas raízes familiares (de João Carlos Celestino Gomes) em Cultura e Arte — XXVIII, 208

SALGUEIRO (D. Manuel Trindade)
Riqueza (A) maior — XXVIII, 9

SANTOS (José Rodrigues dos)
Na Vida e na Quimera — XXVIII, 145

SELVAGEM (Carlos)
João Carlos Celestino Gomes, médico, pintor de arte, poeta, novelista, cronista — XXVIII, 142

SERPA (Alberto de)
Memória — XXVIII, 100

SIMÕES JÚNIOR (Manuel Rodrigues)
1 — Mosteiro de Arouca — Privilégios da Abadessa — XXVII, 293
2 — Regulamento (Um) de polícia rural — XXVI, 126

SOARES DA GRAÇA (Serafim Gabriel)
1 — Antiga (A) vila de Asseguins — Uma eleição de juiz nos meados do século XVIII — XXX, 126
2 — Memorialista (Um) aguedense do século XVIII — XXVII, 135

SOUSA (Arlindo de)
1 — Concelho (O) de Espinho — Notas do seu passado medieval (séculos IX-XVI) — XXIX, 3
2 — Onomástica pré-romana: o nome Aveiro — XXVII, 241

TAVARES (José Pereira)
1 — Alguns aspectos e episódios da época das lutas liberais no distrito de Aveiro — XXVI, 163
2 — Aveiro e o 1.º centenário do nascimento de José Estêvão — XXVIII, 247
3 — «Aveiro-sem» — XXIX, 27
4 — Caminho-de-ferro (O) de Lisboa ao Porto e a musa popular — XXX, 241

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 5 — (Comentário bibliográfico a dois volumes da Colecção de Clássicos Sá da Costa: *Obras portuguesas*, de ANDRÉ DE RESENDE, e *Crátilo*, de PLATÃO)
- 6 — (Comentário bibliográfico a dois volumes da Colecção de Clássicos Sá da Costa: *Sonetos*, de ANTERO DE QUENTAL e *Peregrinação*, de FERNÃO MENDES PINTO)
- 7 — *Crítica humorística a factos e acontecimentos de Aveiro* — XXVI, 154
- 8 — *General (O) Joaquim da Costa Cascais e o monumento comemorativo da Batalha do Buçaco* — *Cartas de Costa Cascais ao Dr. Simões de Castro* XXVII, 161
- 9 — *Literatos do distrito. V — Fernando Caldeira* — XXX, 81
- 10 — *Manifestações teatrais em Aveiro antes da construção do «Teatro Aveirense»* — XXVII, 309
- 11 — *Primeiro centenário do falecimento de José Estêvão* — XXVIII, 291
- 12 — *Primeiro centenário do falecimento do Marquês de Pombal — Homenagem de Aveiro* — XXIX, 263
- 13 — *Tradução do poema ANTIMORIA e dalguns epigramas de AIRES BARBOSA* — XXVI, 9

TAVARES DE ALMEIDA (A.)

Memento — XXVIII, 50

TELES (Américo)

«Presépio» (O) — XXVIII, 125

VEIGA DE MACEDO (Henrique)

Em memória do Dr. João Carlos Celestino Gomes — XXVIII, 81

VILHENA (João Jardim de)

Apointamentos para o perfil de dois ilhavenses — XXVI, 110

XAVIER COUTINHO (Bernardo)

Para a história do Pinheiro da Bemposta — Apointamentos genealógicos da família do capitão-mor da Bemposta — XXX, 47

*

Redacção: artigos não assinados

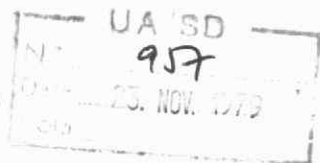
Bibliografia — XXVI, 320; XXVII, 315, 316, 317, 318, 319; XXVIII, 320; XXIX, 322; XXX, 317, 318, 319

EX-VOTO — XXVIII, 3

Hino a José Estêvão — XXVIII, 318

No 1.º centenário do falecimento de José Estêvão Coelho de Magalhães — XXVIII, 241

Nota à gravura da estátua de José Estêvão erigida em Lisboa — XXVIII, 299





UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

REUNIÃO EM AVEIRO DOS CONSERVADORES DOS MUSEUS E DOS PALÁCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

A 5.^a Reunião anual dos Conservadores efectuou-se no Museu de Aveiro, de 2 a 5 de Outubro de 1964, sob a presidência do Dr. João Couto.

A Comissão organizadora foi constituída pelos Senhores:

Dr. João Alexandre Ferreira de Almeida, Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e Presidente da Comissão Nacional Portuguesa do I. C. O. M.

Dr. João Rodrigues da Silva Couto, antigo Director do Museu Nacional de Arte Antiga e Presidente honorário das Reuniões de Conservadores dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais.

Prof. Dr. Mário Tavares Chicó, Prof. de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Director do Museu Regional de Évora.

Prof. Luís Reis Santos, Director do Museu Machado de Castro e Prof. de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Dr. Manuel de Figueiredo, Director do Museu Nacional de Soares dos Reis.

Dr.^a Maria José de Mendonça, Directora do Museu Nacional dos Coches.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Dr. Fernando Augusto de Barros Russell Cortez, Director do Museu de Grão Vasco.

Dr. António Manuel Gonçalves, Director do Museu de Aveiro.

Foi proposto um temário fundamental, confiando-se a missão de relator, para cada assunto, a conservadores experimentados:

I — a) MUSEUS REGIONAIS

Relatora: Dr.^a Maria Emília Amaral Teixeira,
Directora do Museu Regional de Al-
berto Sampaio (Guimarães).

b) MUSEUS PARTICULARES

Relatora: Dr.^a Maria Teresa Gomes Ferreira,
Conservadora-Chefe do Museu da
Fundação Gulbenkian.

II — CONSERVAÇÃO

Relator: Pintor Abel de Moura, Director-int.^o
do Museu Nacional de Arte Antiga.

III — INVENTÁRIO, tabelas e CATÁLOGOS

Relatora: Dr.^a Maria Alice Mourisca Beaumont,
Conservadora do Museu-Biblioteca
Condes de Castro Guimarães (Cascais).

IV — EXTENSÃO CULTURAL:

a) EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Relatora: Cons.^a Julieta Ferrão, Conservadora-
-Chefe dos Museus Municipais de
Lisboa.

b) SERVIÇO ESCOLAR

Relator: Dr. Flório Teles de Meneses Vascon-
celos, conservador-adjunto dos Museus
e dos Palácios e Monumentos Nacio-
nais, assistente da Faculdade de Le-
tras da Universidade do Porto.

Começou a Reunião na tarde de sexta-feira, dia 2, com uma sessão solene na Sala de Conferências do Museu, com a presença

de meia centena de participantes de todos os pontos do país, ao lado das responsáveis autoridades locais e das mais destacadas figuras do meio cultural aveirense. Presidiu o Governador Civil de Aveiro, Dr. Manuel Ferreira Santos Lousada, ladeado pelos Vice-Presidentes da Junta Distrital e da Câmara Municipal de Aveiro, respectivamente, Dr. Paulo Catarino e Dr. Artur Alves Moreira, pelo Dr. José Pereira Tavares, antigo Director do Museu de Aveiro, e pelo Dr. João Couto, Presidente da Reunião, Dr.^a Maria Teresa Gomes Ferreira, Conservadora-Chefe do Museu da Fundação Gulbenkian (em representação do seu Presidente, Doutor José de Azeredo Perdigão), Dr. Orlando de Oliveira, Presidente da Comissão Municipal de Cultura, e pelo Director do Museu aveirense, a este cabendo proferir as primeiras palavras:

Senhor Governador Civil

Agradeço a V. Ex.^a, como legítimo e ilustre representante do Governo, a honra de presidir a esta Reunião nacional.

Senhor Dr. João Couto, Presidente desta V Reunião dos Conservadores dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais,

Digníssimas Autoridades,
Caríssimos Colegas,
Meus Amigos

Sugeridas em Bragança, há 23 anos, as reuniões periódicas do pessoal dos museus, pelo nosso Mestre — o querido Dr. João Couto — veio a I a concretizar-se em Viseu, no ano henriquino, graças ao denodo do Dr. Russell Cortez, director do Museu de Grão Vasco. Seguiu-se depois: a reunião de Lisboa em 1961, no Museu Nacional de Arte Antiga; a do Porto, a III, faz dois anos, no Museu Nacional de Soares dos Reis; a de Coimbra, no ano passado, no Museu Machado de Castro.

Cabe agora realizar-se a V Reunião, nesta Aveiro, aquela mesma consciente e progressiva urbe que nos mesmos anos de 1882 e de 1895 em que se efectuaram em Lisboa (no Museu das Janelas Verdes) as Exposições retrospectivas de Arte Ornamental, soube emparceirar aqui em opulentas Exposições distritais (a de 1895: nesta «casa de Santa Joana Princesa»), animadas já e organizadas pelo notável erudito aveirense que veio a fazer este Museu, João Augusto Marques Gomes.

Sabemos como após a instituição do Museu Nacional de Arte Antiga no Palácio das Janelas Verdes, em Maio de 1911, simultânea com a criação do Museu Nacional de Arte Contemporânea, logo em Agosto se criava por singular decreto o Museu de Aveiro. Do escol de aveirenses cujo zelo abriu caminho e redundou nesta precedência nacional que ora só temos de exaltar, queremos distinguir o Dr. Joaquim de Mello Freitas, esclarecido autor do decisivo opúsculo *Feixe de motivos por que na parte nobre do convento de Jesus d'Aveiro se deve instalar um museu distrital ou municipal*.

Em Julho de 1912 já o Museu se integrava nos quadros do Estado, submetido à Circunscrição de Arte e Arqueologia de Coimbra, onde superintendia Mestre António Augusto Gonçalves.

E como trabalhou Marques Gomes, tão abnegada, tão laboriosamente! Zeloso organizador e sacrificado primeiro director do Museu de Aveiro: só temos a obrigação, *agora e sempre*, de o admirar e engrandecer.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Este recinto de convívio cultural, em que vamos agora trabalhar, honra a sua memória. A Sala *Marques Gomes*, homenageando o notável Me tre aveirógrafo, mobilou-se graças a uma compreensiva doação da Fundação Calouste Gulbenkian.

Senhora Dr.^a Maria Teresa Gomes Ferreira, Ilustre representante do Ex.^{mo} Senhor Presidente da Fundação Gulbenkian

O Museu de Aveiro e o seu director que tantas atenções e apoio devem à benemérita instituição saudam esta na pessoa de V. Ex.^a, Senhora Conservadora-Chefe do Serviço de Museu da Gulbenkian, prei-



Sessão de abertura, presidida pelo Governador Civil de Aveiro, no momento em que falava o Dr. António Gonçalves

teando o seu M. I. Presidente, velho Amigo de Aveiro, Senhor Doutor Azeredo Perdigão que não pôde vir aqui, nesta ocasião, por se encontrar na República Arménia da U. R. S. S.

A uma sugestão que expendemos em conversa amena, de há uns largos meses, decidiu o Senhor Dr. David Cristo retomar o estro de escultor e moldou este medalhão *in memoriam* de João Augusto Marques Gomes.

Agradeço-lhe reconhecidamente, bom Amigo! Não esqueceremos tão significativa empresa artística, com o timbre da dedicação aveirista, a consagrar um dos maiores desta terra. Bem haja!

REUNIÃO EM AVEIRO DOS CONSERVADORES

Minhas Senhoras e meus Senhores

Faz hoje exactamente meio século que alguém exarou no *livro de visitantes* desta «casa», em firme caligrafia, estes belos considerandos:

«Num país onde os museus regionais constituem, infelizmente, uma excepção, é ela sempre de louvar. Por isso felicito o organizador do Museu de Aveiro que com desvelado amor logrou reunir este pequenino núcleo de velhas coisas, umas tão cativantes pelo que de estético encerram e outras tão sugestivas pela melancolia que se desprende do passado longínquo, mesmo quando esse passado nos deu só uma arte impura, ou grosseira...»

Esse alguém foi Augusto Gil, sim, o mesmo que, passada uma década, como primeiro Director-Geral das Belas-Artes, a insistentes rogos de exoneração do então director Dr. José Pereira Tavares — que graças a Deus aqui está connosco e a quem presto cordeal homenagem — convenceu o Dr. Alberto Souto a assumir a responsabilidade directiva deste Museu. No muito da vida toda que deu à *sua* Aveiro, aqui consumiu trinta e três anos como director.

O bronze de uma memória simples lembra-o à entrada da *Galeria de Aveiro* — o núcleo etnológico-distrital, concretização actual e possível de um seu velho sonho.

Para aqui vim há bons cinco anos, sempre acarinhado por este saudoso Amigo, cabendo-me afeioar o alargamento e emprender a renovação do Museu. Ele preparara as edificações para o arranjo que lhe imprimi, cuidando como Presidente da Câmara Municipal dos arruamentos e jardins que o cercam, decidindo a independência urbanística que está a usufruir.

O tempo talvez pareça pouco, mas foi o suficiente para me identificar apaixonada e totalmente ao estabelecimento, na senda dos dedicados antecessores que o conservaram e valorizaram o melhor que souberam e como puderam.

E caríssimos Colegas,

Não faço mais do que irmanar-me ao esforço comum: todos andamos empenhados na salvaguarda, ciente e consciente, do património artístico nacional, a cada um de nós confiado. E tantas insuficiências sofremos e quantas incompreensões suportamos!

No panorama internacional dos museus, não constitui novidade serem apontados, actualmente, como modelares ou excepcionais alguns dos organismos portugueses.

Prossigamos, pois, a tarefa de os dignificar cada vez mais. — A eles nos doámos inteiramente, quase sem condições.

Cumpr-me ainda, Amigos, dizer-vos agora quão estimáveis são os meus conterrâneos aveirenses. Porque o conservador do Museu é compreendido e acarinhado por esta boa gente — a minha gente — porque a cidade quer bem a quem olha pelo seu maior *tesouro* histórico-artístico e religioso, garanto-vos, Prezados Colegas:

Aveiro acolhe-vos desvanecida, serena e carinhosamente. Os aveirenses só querem que vivais boas horas nesta encantadora terra. E esta *casa... é a vossa casa*.

O Dr. João Couto congratulou-se com a efectivação de mais esta Reunião nacional dos Conservadores e por a mesma se efectivar no renovado Museu de Aveiro, declarando esperar que, como aconteceu com as outras, dela resultasse um maior prestígio e uma mais viva consciência profissional.

O Chefe do Distrito, Dr. Manuel Lousada, encerrou a sessão com uma auspiciosa saudação aos Conservadores que vieram participar nesta Reunião, cuja presença considerou muito honrosa, tanto mais que exprimia o reconhecimento implícito do valor do património artístico aveirense.

Na demorada visita que os participantes efectuaram em seguida, ao Museu de Aveiro, tiveram ocasião de nele apreciar já os últimos arranjos da zona regional (no 2.º andar da ala nova) — *Galeria de Aveiro* — sobretudo das secções de Arqueologia e Cerâmica ⁽¹⁾. No final, na «Sala dos Primitivos», deu o Coral da

(1) Da renovação do Museu de Aveiro, empreendida nos últimos anos, convém apontar:

Além das iniciais alterações cometidas em salas de exposição permanente, o director do Museu (em exercício desde 1 de Maio de 1959) reajustou a Sala I de Pintura e programou e realizou a primeira secção (*suile*) de «Arte Sacra Barroca», inaugurada pelo Chefe do Estado em 6 de Julho de 1959.

Em Julho de 1960 empreendeu a remodelação total da Secção de Pintura, alojando provisoriamente as tábuas quatrocentistas e quinhentistas na saleta contígua à Cela de Santa Joana (enquanto, nesse ano, se promovia a beneficiação de mais alguns painéis, dos chamados «primitivos», na Oficina de Restauro de Lisboa). A sala I foi destinada então a Sala de Exposições Temporárias e, quando vaga destes certames, abrigava um conjunto de aquarelas e outras pinturas de motivos aveirenses. Modificou a sala II, imprimindo-lhe o arranjo que conserva ainda, reunindo uma específica iconografia mariana de telas e cobres, bem documentadora da pintura setecentista em Portugal. Na sala III aplicou-se a compartimentação (ainda existente) em duas sóbrias galerias, expondo-se na primeira a «iconografia régia brigantina» que o Museu guarda.

Desde Dezembro de 1960 a Agosto de 1962 decorreram as grandes obras de revestimento interior da ala norte-poente, efectivadas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, consoante a programação fundamental do director do Museu (pessoalmente fornecida à secção de Coimbra do Serviço de Monumentos Nacionais, no começo de 1960) e cuja concretização, implicada à da remodelação de todo o estabelecimento, acompanhou assiduamente, e dia-a-dia nos complexos acabamentos, a partir de Outubro de 1961. Coube-lhe a definição geral da circulação e o reajuste das secções de exposição e de arrecadação — considerados em relação à utente ala nova — e, em geral, dos serviços técnicos e administrativos. Na zona tradicional, após a recomposição das paredes, em ordem à instalação de enormes janelões, promoveu — na primavera de 1962 — a completa reinstalação dos salões da Escultura de pedra, à entrada do Museu, incluindo o das Carruagens com o patamar anexo da escadaria nobre, esta também renovada na apresentação (concluída em Maio de 1963, com a colocação dos painelamentos beneficiados na Oficina de Restauro de Têxteis de Lisboa). Limpas as salas de Pintura do andar cimeiro, e pintadas no tom apropriado, definiu-se a arrumação e a ordenação dos quadros que persistem em toda a secção (aberta ao público em 8 de Agosto de 1962): a sala I (sala nobre, consagrada aos chamados «primitivos») expõe tábuas dos sécs. xv a xvii; o 2.º compartimento da sala III e as salas IV e V: Pintura Barroca. Aliás a sala I só no decorrer desta Reunião aveirense dos Conservadores atingiu o nível esperado, quando nela se expôs a tábua quatrocentista que representa «São Domingos», própria do antigo mosteiro de Jesus e criteriosamente recuperada (limpas as camadas repintadas que escondiam o original) na Ofi-

REUNIÃO EM AVEIRO DOS CONSERVADORES

Fábrica Aleluia (tão competente e zelosamente regido por Carlos Aleluia) uma audição memorável que a todos sobremaneira encantou.

Realizou-se à noite a primeira sessão de trabalhos, presidida pelo Prof. Luís Reis Santos, director do Museu Machado de Castro (Coimbra), ladeado pelo Prof. António Vitor Guerra, director

cina de Restauro de Lisboa. Assim se completou, em número de sete painéis, o conjunto (dos próprios do antigo cenóbio dominicano) de pintura do século xv no Museu de Aveiro, o mais importante no país depois do da Sala Nuno Gonçalves, do Museu Nacional de Arte Antiga.

O arranjo do Salão de Artes Decorativas (larga quadra onde se abre a Cella de Santa Joana), sempre repleto de inúmeras espécies (há várias décadas), auferiu uma necessária compartimentação de volumes e espaços, a servir o excepcional recheio que ora se patenteia, evidenciando-se o isolamento enquadrante da porta joanina da Cella da Princesa. No outro sector que congrega grandes peças imobiliárias, efectivou-se em fins de Novembro de 1963 (quase ano e meio após o arranjo geral do Salão) o aproveitamento expositivo do antigo armário-farmácia conventual, colocando-se jaras e vasos cerâmicos nas prateleiras superiores, proporcionada e decorativamente, funcionalizando as vitrinas inferiores para expor Porcelana oriental e europeia e Torêntica. A saleta de Artefactos Conventuais, contígua, reúne singulares espécimes artístico-etnográficos e, à direita da Cella da Princesa, instalou-se em Agosto de 1962 a Sala de Santa Joana, onde se apresentam iconografia e mss. pertinentes.

Nos amplos recintos da ala nova firmou-se (já no verão de 1962), no primeiro andar, o arranjo básico dos vários salões ou *suites* de Arte Sacra Barroca, com sóbria compartimentação, distribuindo-se e colocando-se altares e outras peças de talha e escultura, sobretudo dos sécs. xvii e xviii, que, conjugados aos recintos monumentais, tornaram o Museu de Aveiro o evidente «museu nacional do barroco» e ainda autêntico «museu do barroco nacional». Nesses salões (onde a combinação decorativa assume simplicidade museográfica, sem pretensões de «reconstituições de época») foi inserida, na primeira quinzena de Outubro de 1963, a propositada decoração pictural, com uma série de tábuas setecentistas (com moldura própria) que pertenceram ao antigo convento olisiponense de Santa Joana, cuja vinda de Lisboa (do Museu Nacional de Arte Antiga) se promoveu. E no fim de Maio de 1964 foi colocada no último salão — só por si uma singular «mostra» de meia centena de esculturas barrocas — uma vitrina de pequenas esculturas de barristas aveirenses dos sécs. xviii e xix. O arranjo da saleta «Ecce Homo», contígua à capela do Senhor dos Passos, solucionou-se em Setembro de 1962, quando se reajustou também o arranjo da maior parte dos recintos da zona monumental.

No segundo andar da ala nova instalou-se a GALERIA DE AVEIRO, aprontando-se no mesmo Setembro de 62 a Sala de Iconografia de Notáveis Aveirenses, a Galeria de Pinturas e a Sala «Beira-Mar». A secção de Arqueologia e a de Cerâmica puderam ultimar-se em Setembro de 1964, embora em Junho deste mesmo ano já estivesse concluído o arranjo satisfatório da escada que liga os dois andares da ala nova.

Sobre a última fase das obras que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais efectuou no verão de 1963 (já executada conforme a programação que o director do Museu escalonou, rigorosa e expressamente, pelo of.º n.º 50/62, dirigido em 23 de Novembro de 1962 à Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes) — de protecção à capela de N.ª S.ª do Rosário e reajustamento da colocação do túmulo quatrocentista de D. João de Albuquerque, do arranjo geral das dependências contíguas à capela-mór

do Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz), e pela Senhora D. Julieta Ferrão, Conservadora-Chefe dos Museus Municipais de Lisboa, a qual começou com a leitura, pelo director do Museu aveirense, da fraternal mensagem luso-brasileira do Director da Directoria do Património Histórico e Artístico Nacional do Brasil, Dr. Rodrigo de Mello Franco Andrade:

«Por intermédio do querido amigo António Manuel Gonçalves, que os hospeda em seu belo Museu de Aveiro, saúdo calorosamente os Colegas Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais de Portugal, na oportunidade de sua quinta reunião, formulando votos pelo bom êxito dos trabalhos que empreenderão em torno de um sugestivo temário fundamental. Pesaroso de não me poder beneficiar assistindo às suas sessões, conforto-me com a vinda ao Brasil, durante as semanas que precederam a reunião de Aveiro, da eminente Directora do Museu Nacional dos Coches, Dona Maria José de Mendonça, cuja presença gratíssima entre os Conservadores e no seio dos museus brasileiros representou como que a realização, extremamente proveitosa, de imprevistas sessões preliminares dessa memorável reunião, estendida à outra banda do Atlântico.

Em nome dos servidores neste país da mesma grande causa comum, peço ao mestre preclaro Dr. João Couto, Presidente honorário de todos nós, que queira aceitar e transmitir aos ilustres colegas portugueses a expressão de nossa afectuosa solidariedade.

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1964.»

A comunicação da Dr.^a Maria José de Mendonça a esta Reunião versou sobre *O Programa de remodelação e ampliação do Museu Nacional dos Coches*.

da igreja de Jesus, da reparação geral dos telhados, do reboco das paredes e revisão do piso do claustro e da aplicação de uma bancada de cantaria na Cozinha conventual — empreendeu a «reconstituição» museológica, total, desta, em fins de Novembro do mesmo ano. Foi também durante este mês que culminou a arrumação geral da arrecadação A, ainda presentemente a melhor do país entre os estabelecimentos oficiais congêneres, e construída segundo o plano do director do estabelecimento (esboçado em 1960) e aprontada no verão de 1961. Aliás, foi na primavera de 1962 que, num exaustivo trabalho de várias semanas, se reviu, seleccionou, extraiu ou dispôs e arrumou o recheio considerável da arrecadação B (alfobre de numerosíssimas peças hoje expostas ou devidamente arrecadadas na A).

Além da ordenação e arrumação dos arquivos de inventário (cadastro e fotográfico) e da arrumação dos códices iluminados e outros mss. e livros impressos da antiga livreria conventual, arrumou-se a Biblioteca privativa do Museu que se tem acrescentado desde 1959, com centenas de espécies, encorporadas por aquisição, permuta e oferta, valorizando-se como livreria especializada de Museologia, Arqueologia, Etnografia, Geologia, História Geral e de Portugal (particularmente quanto a historiografia dos Descobrimentos), História da Arte (com saliente enriquecimento da historiografia da Arte em Portugal), Iconologia e Iconografia, Numismática e, sobretudo, de Aveirografia. Além de um armário de *reservados*, instalou-se na Biblioteca, em Fevereiro de 1963, um amplo mostruário de luminuras e códices musicais iluminados e de encadernações barrocas. Está a organizar-se o Gabinete de Estampas e a remodelar-se a secção de Numismática e Medalhística.

O *fumoir* ou sala de recepção do Museu, no topo da escadaria nobre,

Ouvinda a comunicação da conservadora da Casa-Museu Leal da Câmara (Rinchoa, Sintra), Snr.^a D. Júlia Leal da Câmara — *Casas de Artistas e Casas-Museus* — foi a mesma apreciada pelo Dr. Russell Cortez e pelo Prof. Reis-Santos. O director do Museu de Aveiro considerou a fundamentada aspiração que Ovar acalenta de possuir a Casa-Museu Júlio Dinis, alojada evidentemente na própria casa em que escreveu belas páginas de *As Pupilas do Senhor Reitor* e cuja acção traduz o localismo vareiro, como sabemos. Referiu ainda que, dada a inviabilidade de uma Casa-Museu Eça de Queirós, por alteração irreparável da casa de Verdemilho que foi do Cons.^o Joaquim José de Queirós, seu avô, sublinhou quanto merecia alojar-se a Casa-Museu de José Estêvão no famoso «palheiro» da Costa Nova, significativa mansão intelectual da geração de 1870.

O Senhor Dr. Carlos de Azevedo leu depois a lição sobre *Organização de um museu* que o Prof. Scarlat Lambrino derá em 1955 ao Estágio de Conservadores, num pequeno curso de *Museologia e Numismática*, homenagem a que se associou toda a assembleia, tendo encarecido a personalidade e a obra do Mestre europeu de Epigrafia Romana, recentemente falecido, os Snrs. Drs. João Couto e Russell Cortez. Nesta sessão foi votada, por aclamação, uma expressiva moção de homenagem ao Senhor Dr. João de Almeida, Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e Presidente efectivo destas Reuniões.

Na manhã de sábado, efectuou-se a proveitosa visita a alguns monumentos da cidade: capela do Senhor das Barrocas, capela e cruzeiro de Nossa Senhora da Alegria, igreja do antigo convento do Carmo, igreja de Nossa Senhora da Apresentação, esta paróquia da Vera-Cruz, onde o pároco, P.^e Manuel Fernandes, nos recebeu como já o fizera nas Barrocas e em N.^a S.^a da Alegria,

constituído totalmente por mobiliário e objectos decorativos da doação Nascimento Leitão, aprontou-se em fins de Novembro de 1963. É a ampla Sala *Marques Gomes*, renovada para Sala de Conferências e de convívio cultural do Museu em Abril de 1962, pôde ultimar-se na manhã de 2 de Outubro de 1964.

Quanto à iluminação eléctrica, além destas duas salas, escadaria nobre, salões de Escultura coimbrã e capela do Senhor dos Passos, cuidou-se da montagem dos projectores que iluminam o coro inferior da igreja de Jesus — sala do Túmulo de Santa Joana Princesa. Conforme programação sugerida directamente: toda a ala nova está apta desde o começo de 1962 a receber os necessários projectores e lâmpadas que a iluminem, dependendo porém de outros factores e possibilidades tornar-se exequível a abertura nocturna desses recintos, prevista para os meses de verão.

Desnecessário é acrescentar mais sobre tão complexo e inesgotável trabalho, senão que: se remodelou o Museu português com maior área de exposição e arrecadação (até este momento) logo depois do das Janelas Verdes (pois abrange mais de sessenta salas e recintos), quando exteriormente era valorizado com um amplo jardim e auferia conveniente cintura urbanística, formando as edificações um austero, isolado, monumental e equilibrado conjunto arquitectónico.

e ainda a igreja da Misericórdia e a das Carmelitas (esta, anexo do Museu). Ao almoço, efectuado no antigo refeitório conventual do Mosteiro de Jesus e oferecido pela Câmara Municipal de Aveiro, presidiu o seu então Vice-Presidente (e actualmente Presidente), Snr. Dr. Alves Moreira que dirigiu uma calorosa saudação aos participantes, em nome dos quais agradeceram o Dr. João Couto e o Dr. Russell Cortez.

Foi o director do Museu de Grão Vasco que presidiu à segunda sessão de trabalhos, consagrada ao tema *MUSEUS PARTICULARES*, e ladeado pelas Conservadoras do Museu Gulbenkian, Dr.^{as} Maria Teresa Gomes Ferreira e Maria Helena Maia e Melo. Apresentou a primeira uma pertinentíssima comunicação sobre *O Serviço de Museu da Fundação Calouste Gulbenkian*, evidenciando o competente labor exercido e em curso no serviço de que é Conservadora-Chefe, instalado no Palácio Pombal de Oeiras. A respeito do que se promoveu e vem zelando pela *Conservação dos Têxteis do Museu Gulbenkian*, falou depois outra sua conservadora, a Dr.^a Glória Riso Guerreiro. Por proposta do Dr. Russell Cortez foi aprovada por unanimidade uma moção ao Doutor Azeredo Perdigão, Presidente da Fundação, manifestando o apreço pela obra realizada no domínio da museografia, como nos foi dado conhecer através das comunicações apresentadas pelas conservadoras do Serviço de Museu.

Ao fim dessa tarde encetou-se a terceira sessão de trabalhos — consagrada ao tema *MUSEUS REGIONAIS* — sob a presidência da Dr.^a Maria Emilia Amaral Teixeira, directora do Museu Regional de Alberto Sampaio (Guimarães), ladeada por António Montez, director do Museu de José Malhoa (Caldas da Rainha), e pelo Dr. Abel Montenegro Flório, director do Museu Regional de Lamego, tendo a Dr.^a Irisalva Nóbrega Moita, conservadora dos Museus Municipais de Lisboa, abordado *Alguns problemas pertinentes aos Museus Regionais de Portugal*, detendo-se justificada e particularmente sobre a criação de um Museu arqueológico em Serpa, regionalmente representativo da margem esquerda do Guadiana. Aberto interessante debate, nele intervieram os Snrs. Dr. Russell Cortez, Prof. Reis-Santos, Dr. Bairrão Oleiro e Eng.^o Santos Simões. Citou o Dr. Gonçalves o animoso movimento que se verifica em Ilhavo para a construção de um edifício condigno do seu singular Museu Etnográfico-Marítimo Municipal. Na sequência dos discutidos problemas genéricos da criação e conservação de museus, considerou então o Dr. João Couto as *Novas perspectivas do movimento museológico português*, acerca das quais se pronunciaram a Dr.^a Maria Emilia Teixeira e o Dr. Russell Cortez. E, asado o momento, deu o director do Museu de Aveiro conhecimento da posição oficiosa que assumira, meses antes, perante a alvitrada criação de outro museu de história e etnografia em Aveiro. Leu o extracto da acta da reunião, promovida para o efeito pela Junta Distrital, referente à sua inter-

REUNIÃO EM AVEIRO DOS CONSERVADORES

venção, e lembrou os oito museus existentes no distrito ⁽¹⁾, acertando no final a noção e âmbito *Do Museu Regional*.

De acordo com a *agenda* da Reunião, efectuou-se a quarta sessão na noite daquele sábado; a ela presidiu o Dr. Manuel de Figueiredo, director do Museu Nacional de Soares dos Reis, ladeado pelo Prof. Robert Smith, da Universidade americana de Pennsylvania (Filadélfia), e pelo Prof. Doutor José António Ferreira de Almeida, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi muito grato à assembleia ouvir e apreciar as involvidáveis lições então proferidas. A primeira foi a do Rev.^o Dr. Domingos Pinho Brandão — *A talha dourada em Aveiro — Subsídios para o seu estudo* — contributo notável, recheado de documentadas e esclarecedoras informações do labor artístico dos entalhadores, escultores e douradores que enobreceram os monumentos da cidade e do seu termo; com outros colegas, coube ao director do Museu aveirense agradecer e relevar a importância deste trabalho. Seguiu-se a pertinente exposição do Arq.^o Octávio Lixa Filgueiras acerca de *Museologia naval*, referida especialmente ao caso português. Sobre intervenções do Dr. João Couto e Prof. Reis-Santos, apresentou o Eng.^o João Miguel dos Santos Simões, organizador do Museu de Azulejo (anexo à igreja da Madre de Deus, em Lisboa), uma densa notícia a respeito do *Museu de Molinologia*, projectado para breve no termo de Lisboa.

A manhã do dia 4 começou com a participação dos conservadores na missa dominical da igreja de Jesus, celebrada pelo capelão da Real Irmandade de Santa Joana, Padre Manuel Caetano Fidalgo, que na homilia aludiu à Arte como caminho para o Dogma. A igreja de Santo António, do antigo convento franciscano, e a capela geminada da Ordem Terceira de S. Francisco foram depois percorridas atentamente. Estas visitas aos monumentos citadinos foram muito proveitosas e deram motivo a uma das moções finais (elaboradas aliás pela Comissão que a assembleia designou, constituída pelos Snrs. Dr. Carlos de Azevedo, Eng.^o Santos Simões e pelo Dr. Acácio de Azevedo, Conservador do Paço dos Duques de Guimarães):

«Os conservadores reunidos em Aveiro manifestam o seu entusiasmo pelos monumentos visitados nesta cidade, por ocasião da sua 5.^a Reunião. Não podem deixar de manifestar as apreensões que os preocupam perante a má conservação que alguns dos monumentos revelam e o seu pesar por certos restauros e arranjos que prejudicam gravemente o aspecto de igrejas e capelas. Resolvem por unanimidade

(1) Museu de Aveiro; Museu de Arte Sacra de Arouca; Museu Histórico-Militar do Bussaco (museu monográfico da Guerra Peninsular); Museu Municipal de Ílhavo (museu etnográfico-marítimo); Museu da Vista Alegre (museu da produção da fábrica: vidros e porcelanas); Museu Etnológico e Arqueológico de Cucujães; Museu de Santa Maria de Lamas, da Feira; Museu de Ovar.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

chamar a atenção das autoridades competentes, muito particularmente para:

1 — *Igreja do Senhor das Barrocas*: onde as fendas na estrutura ameaçam seriamente a cúpula; onde é necessário e urgente tratar ou substituir as telas aplicadas na talha da capela-mór; onde é necessário limpar outras telas e proceder a um arranjo condigno, renovando vasos, castiçais, esculturas e outros objectos.

2 — *Cruzeiro quinhentista da Capela de Nossa Senhora da Alegria*: que requer uma zona de protecção, o seu restauro e conservação, evitando que se autorizem construções modernas, nem mesmo simples postes de cimento, etc.

3 — *Igreja das Carmelitas* (= de *S. João Evangelista*): onde é urgentíssimo proceder ao arranjo integral do respectivo tecto, beneficiando e fixando as telas que ainda restam de uma lamentável destruição; restaurar a riquíssima talha.

4 — *Igrejas de Santo António e São Francisco*: impõe-se a reparação urgente da sacristia de Santo António (notável pelo mobiliário, talha, pintura e azulejos) que se encontra em péssimo estado; cuidar da reintegração e douramento da talha dos altares da igreja de Santo António; zelar pela conservação do singular conjunto da igreja de S. Francisco.»

Pouco depois do meio-dia (de domingo) ainda funcionou a quinta sessão de trabalhos cujo tema predominante foi a CONSERVAÇÃO, sendo presidida pelo Conservador Abel de Moura, director interino do Museu Nacional de Arte Antiga, ladeado pelo Dr. J. M. Bairrão Oleiro, director do Museu Monográfico de Conimbriga e do Museu Regional D. Lopo de Almeida (Abrantes), e pelo Dr. Carlos da Silva Lopes, conservador do Museu Nacional de Soares dos Reis. A Senhora D. Maria José Taxinha, chefe da Oficina de Texteis do Instituto de Restauro de Lisboa, teve elucidativas *Considerações sobre a Conferência de Delft (1964)*, especializada reunião internacional em que participou alguns meses antes. A Snr.^a Dr.^a Maria da Glória Pires Firmino efectuou depois a anunciada comunicação sobre *O Museu dos C. T. T. em organização*, do qual é conservadora-chefe, acompanhando-a de um filme-documentário do maior interesse.

À tarde, depois de breve excursão à Costa Nova do Prado, dirigiu-se o cortejo de automóveis para Ílhavo, onde os participantes visitaram o novo Museu ⁽¹⁾ e a capela da Vista Alegre,

⁽¹⁾ Inaugurado pelo Chefe do Estado no dia 18 de Junho de 1964.

Desde a fundação da Fábrica da Vista Alegre que houve a preocupação de arquivar modelos, formas, primeiras peças de industriosas fornadas e notáveis porcelanas artísticas, podendo dizer-se que a ideia de constituir o Museu data de há um século. Embora no último quartel oitocentista se lhe procurasse dar corpo, o certo é que as colecções se organizaram há cinquenta anos, esboçando-se um inventário em 1920.

Foi o saudoso Dr. Vasco Valente quem organizou criteriosamente as vitrinas que permaneceram na sala de recepção do palácio durante quase dois decénios; foi ainda o primeiro director e organizador do Museu Nacional de Soares dos Reis quem ordenou a maior parte do velho «Museu», na dependência contígua à sacristia da capela da Vista Alegre.

Numa ala de um só piso, recolhida à direita da fachada do templo, e

sendo-lhes oferecido um beberete no palácio, pelo Conselho de Administração da Fábrica, em nome do qual o Snr. Eng.^o Álvaro Leite Ferreira Pinto, seu Vice-Presidente, proferiu breve saudação:

«Tem a Vista Alegre hoje a grande alegria e honra de receber em sua casa os Conservadores dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais que quizeram visitar o seu novo Museu.

Em nome da sua Administração e do seu Presidente que, por estar fora, não lhes pôde vir desejar as boas vindas, recaiu em mim esse honroso encargo.

E creiam V.^{as} Ex.^{as} que é com verdadeiro prazer que o faço porque V.^{as} Ex.^{as} têm, hoje mais do que nunca, nas suas mãos a conservação e estudo do património artístico de Portugal e estiveram sempre prontos a aconselhar e facilitar à Vista Alegre o seu progresso nesse sector. Vemos em V.^{as} Ex.^{as} amigos com que contaremos sempre e que poderão também sempre contar com a Vista Alegre.

Tem esta feito esforços para progredir sob o ponto de vista artístico? Julgamos, ousadamente talvez, que sim.

Se bem que os desejos dos responsáveis vão sempre muito além dos resultados práticos obtidos, lembrem-se V.^{as} Ex.^{as} que a Vista Alegre é sobretudo uma indústria na qual existe uma Secção Artística, digamos uma manufatura, com antigas e gloriosas tradições que, apesar dos tempos, se mantêm.

E para a manter a Fábrica dispendeu e dispende um grande esforço, não só financeiro, mas também de selecção, de orientação, de ensino na sua Escola de Desenho e Pintura que — é bom que se saiba — tem fornecido ótimos artífices a outras fábricas cerâmicas portuguesas, fábricas brasileiras e até aos Estados Unidos da América do Norte.

Sentimos contudo, às vezes, um certo desânimo pela incompreensão que continuamos a notar de uma parte do público pelos modelos contemporâneos que temos lançado. São esses maus? Não o cremos, dada a opinião de vários artistas e até de fabricantes estrangeiros que os têm visto e louvado.

Há, parece-nos, uma certa falta de explicação para com o grande público sobre a evolução da cerâmica contemporânea — a necessidade de termos umas formas que rimem com o nosso modo de viver actual.

E nisto podem V.^{as} Ex.^{as} ajudar imenso: nas exposições, com conferências, etc., etc., e fazendo pressão para que se possa fundar em Portugal uma Escola séria, controlada por artistas conhecidos, de Desenho Industrial.

antecedida de amplo jardim, está o edifício do novo Museu, de sóbria arquitectura, afeiçãoado pelo Arq.^o Luís Benavente aos recintos da antiga Oficina de Pintura.

No arranjo inicial expuseram-se ao longo de cinco salas, em cinquenta vitrinas, cerca de 1.700 peças, umas 500 de vidro e cristal e quase 1.200 de faiança e porcelana. À esquerda da sala de entrada, na II sala, reuniu-se temporariamente um excepcional conjunto de peças antigas da Vista Alegre, pertencentes aos societários da Fábrica. Em seis vitrinas da I sala reuniram-se 230 peças de vidro e cristal, do fabrico vítreo mantido até 1880. Na sala-arrecadação de estudo, agora franquçada, expõe-se um molde do cantil fabricado especialmente para os soldados seus operários, que constituíam o Batalhão Nacional da Vista Alegre, organizado por ocasião da revolução da Maria da Fonte. Nas vitrinas desta sala e nas salas I, III e IV estão dispostas e ajustadas tanto quanto possível a uma ordenação cronológica, cerca de um milhar de peças cerâmicas, desde as faianças primitivas e preciosas porcelanas do fabrico inicial até às mais recentes produções.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Penso, com Raymond Levy e muitos outros, que o bom gosto é lucrativo.

Meus Senhores! Não me alongo mais. A Vista Alegre que pôs à vossa disposição o seu novo Museu estará sempre ao dispor de V.^{as} Ex.^{as} para estudos que queiram fazer e conta com o vosso muito saber para progredir artisticamente.

Muito obrigado!

Antes de terminar, não posso calar uma palavra de reconhecimento especial para alguns amigos de sempre que nos quiseram honrar com a sua presença nesta visita, como o Dr. João Couto, velho e consideradíssimo Amigo desta Fábrica que há tantos anos a tem acarinhado.

E que neste momento haja uma palavra de saudade para Vasco Valente que quis a esta Fábrica como se sua fosse e a todos os que também já nos deixaram e, cá dentro, contribuíram para: manter, continuar e fazer progredir a sua missão de espalhar beleza.

Finalmente: um agradecimento ao Conservador do Museu da Vista Alegre, o Dr. António Gonçalves.

V.^{as} Ex.^{as} conhecem-no e sabem o seu valor. Sem ele o Museu da Vista Alegre teria muito menos possibilidade de se manter vivo e dinâmico como tanto desejamos.

E, para isso, contamos ele e a Vista Alegre com a colaboração de V.^{as} Ex.^{as} e com o interesse, que nos penhora, da benemérita Fundação Gulbenkian, através do interesse pessoal do seu eminente Presidente Doutor Azeredo Perdigão, a quem peço a V.^{as} Ex.^{as} para apresentar as nossas melhores saudações.

Mais uma vez: obrigado!

Em nome das quase sessenta conservadores e museólogos ali presentes, coube ao Dr. João Couto pronunciar algumas palavras congratulatórias por tão afável recepção.

Realizou-se à noite a anunciada sessão pública desta Reunião. A vasta sala de convívio cultural do Museu de Aveiro encheu-se de interessada assistência que ouviu o antigo director do Museu Nacional de Arte Antiga, Dr. João Couto, fazer a *Evocação dos pioneiros e museólogos que ergueram os museus do centro do país*, discreateando saudosamente sobre as figuras de António Augusto Gonçalves, «Quim» Martins, Joaquim de Vasconcelos, D. Manuel Correia de Bastos Pina, José de Figueiredo, Almeida Moreira e outros, salientando ainda a figura e a obra de MARQUES GOMES e a dos seus sucessores na direcção da galeria aveirense.

Na manhã de 5 de Outubro, a Comissão Municipal de Turismo ofereceu um belo passeio na Ria, organizado pelo seu Presidente, Carlos Alberto Soares Machado, e acompanhado e guiado pelo aveirógrafo Eduardo Ala Cerqueira.

A última sessão de trabalhos foi presidida pelo Prof. Doutor Luís de Pina, director do Museu Maximiano de Lemos da Faculdade de Medicina do Porto, ladeado pelo Doutor D. Fernando de Almeida, director do Museu Regional Francisco Tavares de Proença Jr. (Castelo Branco), pelo Dr. Flório de Vasconcelos, assistente da Faculdade de Letras portuense, e pelo Arq.^o Octávio Lixa Filgueiras, Prof. da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Disertou o Prof. Doutor Luís de Pina pertinentemente acerca da

REUNIÃO EM AVEIRO DOS CONSERVADORES

Cooperação dos Serviços Museológicos de Arte na organização dos Museus didáticos de História da Ciência, seguindo-se o Doutor D. Fernando de Almeida que, após ter referido como foi investido na direcção do Museu de Castelo Branco e como este vai ser instalado no antigo Paço Episcopal, falou Sobre restauros e reconstruções de monumentos, apresentando elucidativos exemplos.



Recepção na Vista Alegre, quando agradecia o Dr. João Couto

Dentro do tema de INVENTÁRIO, tabelas e CATÁLOGOS, anunciou o director do Museu aveirense que, na publicação das *Actas da Reunião*, incluiria o inédito e sumário *Roteiro do Museu de Aveiro* que o Dr. Alberto Souto elaborou nos fins de 1957, para um projectado «Roteiro dos Museus Portugueses» da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. O Dr. João Couto associou-se então a esta homenagem à memória do grande aveirense, proferindo palavras de afectuosa evocação, exaltando quem tão dedicada e esforçadamente dirigira o Museu de Aveiro ao longo

de mais de trinta anos, dedicação e esforço iguais ao amor que sempre consagrou à sua terra.

E, orientado pelo Dr. Flório de Vasconcelos, tratou-se do oportuníssimo tema da EXTENSÃO CULTURAL dos museus. O conservador do Museu dos C. T. T., Dr. António Cabaça Baptista, versou *O Museu e a Escola*, relacionando-o com o museu técnico onde exerceu, apresentando sobre o mesmo um expressivo documentário cinematográfico. Além do trabalho lido pelo Dr. João Couto, sobre *As vantagens e a expansão do Serviço Infantil dos Museus*, reveste-se ainda de flagrante interesse o que trouxe à Reunião a orientadora do Serviço de Iniciação Artística Escolar, no Museu das Janelas Verdes, Snr.^a D. Madalena Cabral: *Serviços Educativos nos Museus*.

Finalmente, na sessão de encerramento, discutiu-se o local da VI Reunião, aventando-se Évora ou Beja ou Setúbal, tendo ainda sido proposto Sintra—além da viabilidade de outra sequente em Guimarães—prevalecendo, no entanto, a sua possível realização no Funchal, por iniciativa da Junta distrital madeirense.

bibRIA

A. M. G.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA

PENSADOR DE RAIZ POÉTICA

(Continuado de pág. 25)

FINA SENSIBILIDADE POÉTICA

JAIME DE MAGALHÃES LIMA foi, acima de tudo, pensador de raiz poética. A poesia estava-lhe no sangue. E, fora de si próprio, agradavam-lhe particularmente as situações poéticas. Aquilo que, para espíritos apertadamente utilitaristas, eram coisas supérfluas, ele as tinha por necessárias. Necessárias à sua psicologia de contemplativo. Um pôr de sol, com orgias de luz espectacular, trazia-lhe inefável prazer. Mirar uma flor nos seus variados matizes era festa para seus olhos de artista. Ver correr as águas, em atitude de pura gratuidade, considerar o céu estrelado, ouvir a música da chuva, tactear frutos, surpreender ritmos, tudo isso, e muito mais, que, segundo um grosseiro pragmatismo, não passa de chocolate lírico, muito abaixo do bife em sangue, ele o considerava indispensável à sua sensibilidade poética.

O estritamente utilitário não satisfazia as necessidades espirituais do autor do *Reino da saudade*, que na poesia das coisas e das criaturas encontrava o alimento que mais lhe convinha. De útil o *quantum satis*. De poético o máximo. Queria poesia para os olhos, para os ouvidos, para o olfacto, para o gosto, para todos os sentidos, afinal. Sobretudo para o espírito. A boa música o fazia subir da terra ao céu. Os belos espectáculos o embalsavam. E as coisas de fora ganhavam aos seus sentidos excelsa beleza, porque a paisagem é um estado de alma — e a dele era sobretudo poética: destingia poesia sobre as coisas e as criaturas. Da sua vida fez poesia, e da poesia fez vida. Se o poético é o supérfluo, JAIME DE MAGALHÃES LIMA fez do supérfluo o que de mais essencial existia para a sua vida. O lucro positivo e tangível não foi o seu norte. Muito menos uma obsessão. *Vade mecum* da sua existência foi, sim, a poesia, como quem diz a beleza esparsa no mundo — e, também, a beleza criada pelos homens no verso, na música, na cor, no volume, no movimento.

A sensibilidade poética de JAIME LIMA levava-o a sentir a dor nas rosas que murcham e se esfolham, nos astros expostos «que desmaiam no frio alvor de brancas madrugadas», «na haste quebrada entre iras das rajadas, na inquietação das águas despeñando-se nos alcantis rasgados pelas neves» (1). O poeta transfere a sua aguda sensibilidade até para onde ela não existe, nem pode existir.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA, como pensador de raiz poética que realmente foi, teve grande simpatia pelo romantismo. Sonhar — no sentido de fantasiar com entusiasmo — foi uma das riscas específicas do seu perfil psicológico. Sempre considerou o romantismo como dos melhores elixires da vida. O romantismo, negando os excessos de timidez, os exageros da prudência, propelindo para o «impossível», recomendando a audácia, faz que muitas coisas tidas como irrealizáveis venham a ser, amanhã, uma bem concreta realidade. O mundo é dos Quixotes — dos Quixotes e não dos Sanchos. Aqueles e não estes é que promovem o avanço da civilização. O romantismo renasce na cinza das suas desilusões, mas, como JAIME LIMA dá a entender, a soma das desilusões que o romantismo padece é menor que a soma de iniciativas afortunadas que promove. Ele, mais do que o prudencismo patológico, é o responsável do progresso.

Pensador de raiz poética, propendeu naturalmente para a intuição bergsoniana. A razão, segundo ele, demonstrava os palpites da intuição — não a supria.

Em seu ver, a razão seria, um tanto, da qualidade de anular o sentimento.

Engano.

A razão não anula a vida afectiva. Não pretende tal estupidéz. Como disse Madame DU DEFFAND, «si elle arrêtaît les mouvements de notre âme [*entenda-se vida afectiva*], elle serait cent fois plus contraire à notre bonheur que les passions ne peuvent l'être».

Não. O papel da razão não é anular a afectividade, mas antes estruturá-la, canalizá-la, sublimá-la. Mal nos vai quando as paixões são deixadas à solta, fora do comando da razão!

FRANCISCANO

JAIME DE MAGALHÃES LIMA primou pela sensibilidade franciscana. Não foi por acaso que baptizou com o nome de *Quinta de S. Francisco* a sua quinta de Eixo, onde franciscanamente viveu. De S. Francisco escreveu formosa biografia (1908), e já

(1) *Rogações de eremita*, pág. 16, edição de 1910.

póstumamente os seus amigos lhe publicaram *Divagações de um Terceiro, S. Francisco de Assis e a civilização que ele concebeu e professou* ⁽¹⁾, o que tudo denuncia o seu cáldio franciscanismo. Dele a confissão seguinte:

«Não ficarei talvez muito longe da verdade dizendo que, mal o Santo se me revelou na sua auréola, logo me tornou em um culto quotidiano a v.são. Hoje lhe peço conselho, amanhã lhe soffro a severidade, depois me enleva na sua alegria e me mostra o mundo na sua luz, e eis que me extasia na sua beleza, e agora me enternece e move a piedade, e afinal e sempre, por infinitos modos me exalta e manda, e me convence e esclarece, e é meu companheiro no alarido como no silêncio, e é guia, mestre e sacerdote, intérprete constante da divindade e insinuando-a em o nosso ser, para este a conceber e receber purificado por magia e arte daquele peregrino medianeiro enviado dos céus» ⁽²⁾.

Para JAIME DE MAGALHÃES LIMA, os outros santos não seriam santos integrais. Santo integral só o de Assis. Os outros reflectem aspectos da vida. «S. Francisco contém, em si, e em toda a emanção da sua alma, o cálice total da vida. S. Francisco encontra-se, e fala-nos, e vence-nos na estrela como na treva, na rosa como no mármore, no anjo como no verme, na miséria como na glória, na queda como no voo, na voz como no silêncio, e em Deus e na terra e na luz e em toda a vibração que nos acorde o corpo como em todo o bafejo que nos envolva o coração. Em toda a forma e em todo o ser criado, e em toda a atitude da carne e em todo o dardejar do espírito, mora e é visível e ouve-se e é amada uma partícula de S. Francisco; porque, realmente, por toda a forma criada e por todo o ser sentido, S. Francisco comunhou da eternidade divina e reviveu-a, e enquanto por ela foi possuído e a possuiu, nela reside, e aí o encontraremos indefinidamente, enquanto no espaço houver uma consciência» ⁽³⁾.

A santidade franciscana é doce, é suave, é indulgente, carregada de humanidade, essencialmente fraternal, feita de irresistível simpatia, de atracção e nunca de repulsão, ao contrário — bem ao contrário — de muitas das santidades ácidas nossas conhecidas. A santidade franciscana não aparta, aproxima; afaga, não repele; irmana, em vez de desconjuntar; leva a amar a natureza, em vez de a detestar; chama «irmão» ao corpo, não o insulta; é suavidade austera; alegria sem desmandos; mais mundo de perdão que pelourinho de réprobos; não faz que nos envergonhemos da vida, quer que a amemos como dádiva divina; o seu amor é universal, não põe fronteiras; é bálsamo e não angústia.

⁽¹⁾ Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1957.

⁽²⁾ *Ilustração moderna*, Porto, Dezembro de 1927, pág. 426.

⁽³⁾ *Ibidem*, pág. 427.

Santos, muitos os chamados. Eleito — o que se chama eleito na totalidade, sem reservas de qualquer espécie — só o de Assis, que a todos suplantou por um somatório de qualidades que apenas, em parte, se encontram nos outros santos.

Pela bondade, pela ternura que lhe merecia o seu semelhante, pelo calor poético com que olhava e escutava a natureza, pela fraternidade humaníssima que se respira nas páginas que nos deixou, JAIME DE MAGALHÃES LIMA foi, na verdade, um franciscano.

A civilização preconizada pelo autor do *Reino da saudade* — ou ele não fosse um franciscano *sui generis!* — não podia deixar de ser a do respeito pela pessoa humana. Civilização que não equivalha a uma integral promoção do homem, tudo será, menos o que diz ser. O que ela é, bem feitas as contas, é barbárie. E, evidentemente, a barbárie não podia ter a simpatia dum franciscano. Entre o servir e o escravizar; entre a cobiça parasitária e a isenção generosa; entre o servir o próximo como a nós próprios, ou cair no egoísmo feroz; entre tudo fazermos por não sermos pesados aos outros, ou explorá-los sem dó nem piedade, JAIME LIMA tomava sempre partido pela generosidade, contra o egoísmo — sobretudo quando este é da qualidade de deitarmos fogo ao prédio do vizinho, para fritarmos o nosso ovo...

VOLUPTUOSO DO SILÊNCIO

JAIME DE MAGALHÃES LIMA foi um voluptuoso do silêncio, e, por isso mesmo, teria dificuldade em ser orador. Não trocava as horas de silenciosa meditação pela balbúrdia multitudinária. Para nos encontrarmos em toda a verdade, precisamos do isolamento. Convivendo, *representamos*, tomamos atitudes hipócritas, deixamos de ser quem somos. A tal propósito deixou ele considerações de excelsa beleza. Transcrevemos um trecho dessas considerações, pelo qual o leitor poderá entre-adivinhar o resto:

«Onde começa a assistência e a ostentação e a provocação, onde a Verónica desenrola o sudário, e junta a multidão e clama, aí decai e não raro termina de todo a sinceridade, aí sucumbe a coragem de sermos o que somos, em perfeita nudez, como Deus nos criou e não outros, esmaltados e compostos; aí diluimos o ser próprio na vibração estranha que ele solicita, aí se apaga e quebra a nossa iniciativa responsável; ensinaram-na a mentir e domesticaram-na os contágios das multidões irresponsáveis, nos quais ela voluntariamente se corrompe, enquanto se esforça por se conformar com eles e de facto se conforma. Mal pressentimos que nos responde a voz ou o olhar dos homens, um murmúrio da sua boca

ou um gesto da sua face, logo ao poder dos outros e à sua natureza se afeiçoou a nossa voz e o nosso gesto. Do assistente fazemos espelho, espelho tanto mais perigoso quanto mais lapidado e mais brilhante, claro e pronto em nos mandar o reflexo, no qual nos vemos e inconscientemente nos mudamos. E será desse reflexo que nós tiramos aquela espécie de perversão mortal que consiste em somente considerar e só amar e servir a imagem que o espelho fabrica, por amor dela mutilando e deturpando a nossa substância própria, tanto quanto necessário for para que o espelho nos lisonjeie, pintando-nos imagens que nos sorriam à vaidade e a aplaudam» (1).

Estas considerações não as faz qualquer. São de fino psicólogo introspectivo e extrospectivo. E porque o autor da *Via redentora* pretendia acima de tudo ser sincero consigo mesmo — maneira de o ser com toda a gente, segundo o dito da personagem shakespeariana — fugiria, assim o supomos, do *bavardage*, da tagarelice vistosa e narcisina. Perfilhava ALFREDO DE VIGNY — que aliás cita — quando este dizia que só o silêncio é grande e tudo mais fraqueza. Deve ter tido orgias de silêncio esse homem de riquíssima vida interior. Diálogos os teve, de certo, mas principalmente consigo, na deambulação por montes e vales, numa vida de contemplativo, mirando a nuvem que passa, a silhueta da serra na lonjura, a fronde da árvore acolhedora, ouvindo o murmurar das águas, o ciciar da seara, o ramalhar da floresta, o chilreio da passerada; assistindo, extasiado, a um nascer ou a um pôr de sol.

Tinha tanta simpatia pelo silêncio como aversão pelo barulho, imundície auditiva.

CONTEMPLATIVO INCORRIGÍVEL

JAIME LIMA foi espírito essencialmente bucólico. Ninguém mais do que ele se enamorou dos campos, da paisagem próxima e da vislumbração na distância. Ninguém teve mais acendrado culto pelas árvores — árvores que muita vez plantou e a cujo crescimento assistiu com desvelado amor. As sementeiras moviam-no à ternura. A mão do semeador inspirou-lhe poemas. Foi homem enamorado da simplicidade rústica — ele que foi, afinal, aristocrata de pensamento e coração. E por ser enamorado das coisas simples, tradicionais, a que seus olhos, desde tamanino, se tinham habituado, mal tolerava, ou o fazia com doce resmungo, as novidades trazidas por certa civilização apertadamente material. Uma

(1) *Cismas de rebeldes*, in *Seara Nova*, Lisboa, 3-IX-1931, pág. 307.

espécie de RUSKIN trazido da nevoenta Inglaterra para o luminoso Portugal. Atenção à seguinte página de antologia, que corrobora o nosso dito — o de que foi homem um tanto contrário a inovações que lhe pareceram de fealdade execrável:

«Muito novo parti para longes terras. E do barco que, deslizando sobre as águas, me afastava do ninho tão amado, vi confundidos em névoa os campos verdejantes. Depois sumiu-se a casaria que os esmalta como no prado os malmequeres. Por fim, no derradeiro adeus que se alongou, baptizando em saudade eterna o coração, vi a torre da igreja, aquela que nos breves anos já vividos me anunciou a luz e a noite, a alvorada, o crepúsculo e o meio dia, as penas e alegrias, esperanças, luto, glórias do meu casal e dos meus vizinhos. Nos meus olhos levei aquela imagem; e se mais me pesava o apartamento, nas horas de alegria e de fadiga, as lágrimas rolavam copiosas ao rever na lembrança amargurada a torre branca a que rendia culto. Ouvi-lhe muita vez na exaltação a voz de bronze; de longe obedeci ao eco poderoso que, por divino poder, transpunha os mares e me acalmava com ternura o peito aceso em iras vãs, loucas pelejas, árduo cansaço.

Quando voltei, de longe vim espreitando o reaparecer da igreja e dos ciprestes que a cercavam. Queria vê-los na alvacenta névoa em que os deixara; queria vê-los sob o cândido manto transparente que ao romper do sol os protegia.

Mas, no mesmo lugar em que os buscava, rolavam nuvens negras; antes de ver as torres, descobri colunas estranhas que vomitavam pesados fumos negros. E soube então que a minha pobre aldeia, tão linda outrora em seu enfeite de louros e carvalhos, jazia agora feia e denegrada, sob o império de monstros chamados oficinas, que usurparam o singelo abrigo e tranquilo da forja onde a charrua e a enxada se batiam. Mais altas do que as torres das igrejas, as fauces gigantescas, alongando-se erguidas, serpentes a cuspir babas venenosas, soltavam na atmosfera, como blasfémia mandada do azul dos céus, o hálito empestado da ruína, tumulto e podridão. A febre de queimar, revolver e macerar aquilo que em beleza desigualável o Senhor criou, foi mais activa do que a sede de contemplar e a oração. A violência, o estrépito e a luta baniram para o ermo o repouso, a paz e o silêncio. Os homens desvairados quiseram antes entregar a terra aos fogos infernais da sua indústria do que comungar absortos em serena visão de paraísos.

Debalde esperei a aurora e o pôr do sol. Não mais ouvi a voz piedosa que da torre da igreja abençoava a alegria e a dor. Voa perdida entre os rumores contínuos das fornalhas, onde se atormentam e destroem vidas, que nasceram sagradas pela luz» (1).

(1) *Via redentora*, págs. 149-151, Coimbra, 1905.

Fôssemos a aceitar as preferências desta alma bucólica, enamorada da paisagem como Deus a criou, cativada da tosca arquitectura da capelinha aldeã, e o aproveitamento das riquezas em favor do homem nunca chegaria a ser uma realidade. Não pode o homem passar a vida a olhar os lírios do campo. De certo a contemplação dos lírios do campo traz consigo prazeres inefáveis a quem tenha olhos de alma para os apreciar. Sem dúvida. Mas o homem não é só espírito. É outrossim corpo e, na medida em que se melhorarem as condições da vida material do homem, estaremos propiciando um avanço no progresso espiritual. A vida activa tem que ir de par — senão à frente — da vida contemplativa.

Quase toda a obra literária de JAIME LIMA bem se pode dizer que é a dum contemplativo.

Aliás, estava-se negando a si próprio, quando dava a entender que a pura contemplação não move montanhas. Para ele, como para toda a gente, a crença avalia-se pelos frutos que dá, pela acção que promove, de contrário não é crença no dinâmico sentido da palavra. Que o diga o próprio escritor:

«A crença que não conduz imediatamente ao movimento, que não tenta exprimir-se impetuosamente, na transformação das coisas e na alteração das relações do homem com todo o universo, não é na realidade a fé. Enquanto hesita, transige, dobra e cede, a si mesma se vai negando de continuo. A aspiração que se confessa vencida e abdica, duvida, por esse facto, da própria força da verdade» (1).

Os melhores crentes foram os que saíram da pura vida contemplativa — a olhar para a igreja e para os ciprestes e para os lírios do campo — e se meteram pelos trilhos da vida activa, prospectiva, incontentadicha do que está, aspirando a outras perspectivas, a um tipo de homem cada vez mais dignificado, física, moral e intelectualmente. O crente, para ser digno da nossa consideração, há-de ajustar lé com cré. Se condena a opulência paredes meias com a miséria e, todavia, não renuncia à sua afrontosa opulência — onde a sinceridade da sua crença? Se condena certa moda de vestuário e, todavia, teme que o ridicularizem, por não andar à moda, — onde a sinceridade da sua crença? Se diz ter coração compassivo diante do infortúnio alheio, e não abdica das suas comodidades, — onde a sinceridade da sua crença? Mas fizesse ele por dar o exemplo de ajustar a letra à caneta, pondo em prática bem efectiva, bem comunicativa, as suas convicções, e então verificaria que o seu exemplo frutificaria, muito provavelmente, em actos iguais aos seus. A sua crença — trans-

(1) *Ibidem*, pág. 154.

formada em acção — seria fatalmente aliciante. O crente que o é de verdade, que não é mero contemplativo, não pergunta a si próprio que decepções podem provir do *fiat* da sua crença. Mete-se a caminho, aconteça o que acontecer. A andorinha que em si própria sente a primavera, não espera pelas suas vizinhas para levantar voo. Levanta, e as outras, possivelmente contagiadas pelo exemplo da que tomou a iniciativa, atrás dela se vão também. O gomo não espera que outro gomo rebente, para que ele abra, com a sua exuberância, a primavera. O crente — que o é de verdade e não ficticiamente — não hesita na obediência aos imperativos que lhe gritam de dentro. Em formosíssima linguagem, diz JAIME DE MAGALHÃES LIMA: [Esse crente], «com um passo igual, sereno e firme, semeia; e, em vez de temer que o grão apodreça ou nasça mal, vê com uma certeza inabalável, como a consciência que o determina, uma crescida seara, brotando das sementes que por suas mãos lançou à terra, regando-as com o suor do seu rosto e transfundindo nelas o seu sangue» ⁽¹⁾.

Quand même. Não há que negar. JAIME foi, acima de tudo, um contemplativo, de cepa franciscana, e não um intervencionista de larga projecção. Comproveu-se, por demasia, a olhar, misticamente, a paisagem. Deixou-nos prosa da mais bela, da mais suave, da mais aristocrática que encontrar-se pode na história da nossa literatura. O que lhe faltou em *vis polemica*, sobrou-lhe em candura, em bondade de trato, em méritos de prosa eurrítmica, em excelsa beleza de intenções.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA foi, primordialmente, um amoroso da natureza, e sobretudo daquela em que nasceu, cresceu e... apareceu. Ambições não teve. Riquezas não o tentaram. Fácilmente renunciaria a alguns dos bens que possuía e que outros cobiçavam. Tolstoianamente, desdenhava de grandezas espalhafatosas, de grandes palácios, de ouros, de coisas preciosas, de vastos domínios. «Por grande que seja a casa — dizia —, o nosso corpo aproveita e habita um pequenino espaço, quanto basta para o sustento e para descanso, os poucos palmos de cama e do lugar onde o alimento se prepara. O mais redundante em ostentação, só útil à vaidade» ⁽²⁾.

De criados um lhe bastava. Pão — o *quantum satis* — numa pequena arca lhe cabia. Na superabundância via fonte de fastio, estímulo de bocejo, uma raiz de tédio. Quem muito possui, vive atormentado pelo muito que tem a guardar, a defender, a ocultar. Dos bens do mundo ele se desprenderia sem mágoa. Mas grandíssimo desgosto teria se houvesse de separar-se «do campo estreito, bravio, quase inculto, em que adoro a flor e tenho a árvore. Então,

⁽¹⁾ *Ibidem*, pág. 156.

⁽²⁾ *Ibidem*, pág. 175.

escurece-se de pavor o meu espírito, temendo uma indigência que é de morte.

Porquê? Receio a fome, porventura é dali que tiro o pão? Pasta ali o rebanho ou cresce o linho que me agasalha e veste? Não. Nesse retalho pedregoso, áspero, entregue só à lei da natureza, tenho apenas o manto, com que na calma me protegem benéficos loureiros, e os tirsos que, exauridos de suco pela abelha voraz, cedo emurhecem. Todavia, o coração que não se prende em pedras preciosas, nem em polidos mármore de templos suntuosos, enraizou-se no lugar tão pobre por onde a multidão passa indiferente.

Se penso em me privar desse recanto, no qual oiço à terra os seus segredos, a avareza, num último reduto, defende-se e domina-me» (1).

Tirassem-lhe tudo — que ele não sofreria com o furto. Mas grande mágoa teria, se lhe furtassem a terra que desde sempre se habituara a contemplar e que na sua mudez lhe fazia as mais inefáveis confidências. Foi poeta de alto abaixo, e de baixo acima, poeta bucólico, tirando do *humus*, da árvore, da nuvem, da lonjura, do sol, do luar, da chuva, o seu alimento espiritual. Nutria-se da contemplação como o sibarita da mesa se nutre dos petiscos que lhe levam às papilas a mais deliciosa euforia.

Deambular pela paisagem além, subindo a serra, calcorreando a planura, deitando olhos e ouvidos poéticos às águas murmurantes, seguindo a doce vadiagem da nuvem, contemplando o ermo e os oásis, captando o ciciar da seara, recolhendo na alma o ramalhar do pinhal, tudo isso constituía para ele extraordinário prazer. Nessas andanças de contemplativo, sentia abrir-se-lhe «o reino da quietação, da paz e da beleza». «Quanto mais longe o ruído, mais me possui a unção estranha que o silêncio infiltra». Nessas deambulações encontrava a ingenuidade e a singeleza — e coisas tais, colhidas na doce contemplação, entre céu e terra, longe do tumulto dos homens, não as trocava por nada deste mundo. Contemplativo incorrigível!

Da contemplação da natureza, da intimidade com esta, tirou forças que nenhuma outra fonte lhe poderia dar. Criar o roble, a flor e o pão foi seu prazer sem par. E ao morrer, poderia dizer, como certa personagem sua: «Deixa-me ver as oliveiras. Quis-lhes muito!» E os seus olhos levaram para o túmulo a imagem dessas folhas suavíssimas que no Calvário abrigaram o Salvador» (2). E logo a seguir:

«Aprendi cedo a ler nesse grande livro, traçado com roseiras nos penhascos onde ao fogo da aurora a charrua o estampa, entre

(1) *Ibidem*, págs. 176-177.

(2) *Ibidem*, pág. 205.

fumos de louvor à claridade e o coro angélico das manhãs suaves. Conheci o desbravar da gândara; senti o esforçado carinho que amassa o trigo, e o labor sem desânimo que pôs a semente na profundidade lenta; senti o apontar das hastes tenras; saciei de frescura a terra adusta; cravei no cerne resinoso o machado; juntei no pinheiral a fogueira alegre.

... No momento em que o amor da terra nos visita, nesse mesmo instante surgem forças que ignoradas definhavam em nosso sangue. Hoje dá-nos poder de criar o lírio; já nos deixa amanhã erguer a enxada; breve nos promete avigorar os ombros, capazes de arrastarem o madeiro, que acende o lar e ilumina a noite fria.

Quando dentro da alma a voz da terra nos grita: — «Vai, confia, não minto, espera e crê», o corpo rejuvenesce; e o milagre resgata o paraíso da ventura» ⁽¹⁾.

* * *

JAIME DE MAGALHÃES LIMA, nas suas deambulações de contemplativo, não passava indiferente à pessoa humana, e tanto mais se comovia quanto mais humilde esta era. Gostava de tomar contacto directo com as realidades humanas, para bem se aperceber de quanto devia ao seu semelhante. Só se compreende e sente — sobretudo sente — aquilo que apreciamos de perto. O que longe está, indiferente nos é, a bem dizer. As distâncias anulam ou esbatem sentimentos. EÇA DE QUEIROZ deixou página famosa e bem humorada a esse respeito. Oíçamos, porém, o depoimento de JAIME LIMA:

«Se eu compro uns sapatos fabricados a trinta léguas de distância da minha casa e por trabalhadores mais do que anónimos para mim, pura força mecânica como o vapor ou a água; se visto uma camisa fiada, tecida, talhada e cosida, ainda mais longe, entre a palidez doentia, e não raro faminta, das legiões de costureiras arregimentadas sob a disciplina cruel do capital e suas «leis de bronze» — que sei ou pode interessar-me da sorte feliz ou desditosa de quem me calça e agasalha?!... «Mal que não se vê, não se sente». O coração não se alimenta de abstracções; para se comover e determinar um procedimento caridoso, exige a proximidade, o contacto imediato daquilo e daqueles que lhe hão-de inspirar a simpatia ou despertar a repulsão. Se o tamanqueiro é o meu vizinho e lhe conheço os filhos andrajosos, se da minha janela oiço o bater do tear e vejo o desconforto da tecedeira que o lança, então tudo mudou do que era na torrente das coisas e das quantidades e das cifras que em absoluto ignoram as pessoas

(¹) *Ibidem*, págs. 205-206.

e as suas mágoas, alegrias e necessidades. Só naquela apertada vizinhança da aldeia me penetrará, iluminará e decidirá a consciência do esforço e penas do trabalho de quem me calça e de quem me veste e de quem me sustenta, que sangue e que suor o alimentaram, quantas agruras custou e quanto lhe devo; e só quando o souber conhecerei positivamente e para todos os efeitos o valor mercantil que me cumpre retribuir, a obrigação económica que tenho a satisfazer, simultâneamente sentindo o que o meu coração deve a tal comércio, — o que será mais alguma coisa do que a mera paga em numerário, e muito diferente» (1).

JAIME LIMA foi, efectivamente, um contemplativo, mas não se desligava do dito terenciano do *homo sum...* Nada do que é humano lhe era indiferente, e sobretudo daquilo que caía sob a alçada dos seus olhos aprofundadores. A vida na aldeia — foi um aldeão de alta estirpe — fê-lo, sentimentalmente, mais homem. O amor do próximo, que ele franciscanamente praticou, veio-lhe, em boa parte, da circunstância de viver na estreiteza aldeã.

Contemplativo o autor da *Via redentora* e dos *Apóstolos da terra* e de tantas outras obras literárias escritas com invulgar mestria, que muito difícil será a qualquer ultrapassá-lo em beleza formal e interior. Contemplativo, sem dúvida. Mas a paisagem *tout court*, desligada da presença humana, depressa o cansava. Confessando-se, dizia:

«Onde falta o homem e a sua voz, o nosso espírito esmorece; onde a aldeia e a estrada e a ermida não marcaram o chão e onde o rumor da gente afadigada não se ouviu, uma estranha ansiedade nos oprime. Só a floresta e as águas, com a multidão das suas formas e o tumulto dos seus brados e murmúrios, poderão comunicar partículas dessa intensidade de vida que unicamente no coração reside e do coração dimana, e permanece no lugar onde ele palpitou. Mas nem as águas no seu delírio nem as árvores na sua pujança alcançarão suprir a presença da alma humana. [...] Afinal, acabaremos talvez propensos a crer que o infinito cósmico é mesquinho perante o coração humano.

...WORDSWORTH, o poeta que tanto quis à natureza e desse acrisolado afecto viveu, achou que o homem, na sua divina essência, era «mil vezes mais belo do que a terra que ele habita» (2).

A simples paisagem telúrica, sem a presença humana ou algo de arte, de técnica, de trabalho que denunciasses essa presença, não lhe alimentava inteiramente o coração.

(1) *A Águia*, vol. XX, 2.^a série, pág. 26, Porto, 1921.

(2) *A Águia*, vol. XX, págs. 21-22, Porto, 1921.

AMOROSO DA ÁRVORE

A sensibilidade artística de JAIME DE MAGALHÃES LIMA não via as flores apenas como valores objectivos. A todas — mais ou menos — ligava coeficientes de subjectividade, pormenores de ordem sentimental, certa biografia histórico-geográfica. Julgo que era BERTRAND RUSSELL, o famoso matemático e filósofo, quem dizia que o *pêssego* lhe sabia melhor, pela mera circunstância de lhe conhecer a origem: fruto da Pérsia — o *persicus*. Anàlogamente JAIME LIMA, associando às flores certas vivências pessoais, maior apreço tinha por elas. É ouvi-lo:

«As flores não têm para mim vida simples. Não são unicamente criações da Natureza dispersas pela terra; têm ao mesmo tempo vida histórica, o tempo e o lugar onde as encontrei, as pessoas que as cultivam, a hora do seu aparecimento e as circunstâncias em que se associaram ao meu espírito, às minhas alegrias ou mágoas. São relações, companheiros de estrada» (1).

Ele assim o dizia, a propósito dos lilases, cuja terra de origem é desconhecida dos botânicos, sabendo-se apenas que vieram da Pérsia para a Europa no século XVI, e à Pérsia teriam talvez chegado, trazidos da China.

Cada flor — das da sua intimidade — tinha, para ele, específica história emocional. Deliciosas, por exemplo, as palavras seguintes, relativas ao craveiro:

«É, no viver da terra, como os animais domésticos. Não se afasta da habitação. Quando não habita quase no interior, ao abrigo dos alpendres ou aninhado ao canto da janela, está próximo, sob o muro do poço. Não vai além deste curto espaço, continuamente frequentado pelas crianças, pelos servos e pela dona de casa, na faina doméstica. Ouve o latir dos cães, o canto do canário e da rola em alegre cativoiro, a voz pedinte do gato; recebe a cada instante cuidados de mãos de anéis, é respeitado de humildes e soberbos» (2).

E depois de dizer estes pormenores encantadores, assim lhe continua a biografia de flor espartana, sóbria, resistente, capaz de resistir a privações e provações:

Não é «nem inútil, nem guloso, nem amigo do luxo. Robusto, a vida familiar e doméstica não o perverteu, adoecendo-lhe a sen-

(1) *Vozes do meu lar*, pág. 13, edição de 1902.

(2) *Ibidem*, pág. 47.

sibilidade; revestido de uma couraça metálica, sob o véu azul e prata que o cobre, suporta sede, sol e frio, sem desfalecimento. Uma simples mão cheia de terra o alimenta durante anos; despreza a abundância, prefere a sobriedade, aproxima-se da indigência com ousada firmeza. Visita miseros tugúrios, o mais rude leito lhe convém; basta-lhe para pousar a concavidade de um pedaço abandonado da louça da cozinha, só quanto lhe suporte a magra terra que o sustenta».

Estas considerações sobre a flor espartana, que, em todo o caso, o não é tanto como a açucena, que até na áspera serra ostenta a sua graça, são de excepcional beleza. São bem de um poeta de raiz virgiliana. Dir-se-ia que o craveiro despertou o seu interesse por ser como que uma planta de fisionomia franciscana — alegre e austera ao mesmo tempo; sóbria e humilde pelo *habitat*.

O cravo vermelho — planta incendiária na cor — é como que a flor da paixão. Um dia, porém, o nosso poeta encontrou um cravo branco. Ficou seduzido por aquela pureza nívea e vestalina. Recolheu-o na sua morada. Longas horas o adorou e interrogou, «temendo que, súbitamente transmutado, recuperasse a cor, — tinto de sangue». Assim, porém, não aconteceu. E do facto tirou o poeta excelso prazer — ouvindo ao cravo branco confissões religiosas, que só ele soube interpretar...

A sensibilidade do poeta vai ao ponto de rezar esta *salve*, rainha, à... violeta:

«Ave! Flor da humildade! Cheia de graça, o Senhor está contigo, o Senhor que nos dá a paz; és bendita entre as flores; bendito é o fruto do teu seio, teu casto perfume e doce cor, tristeza indulgente, virtude sem orgulho, singela isenção de passageiros brilhos. Roga a Deus por nós, na vida e na morte; santifica-nos, concede-nos o espírito de que és na terra fiel mensageira. Escudo do coração, defende-o de ambições más, da vaidade e do ódio. Afeiçoa-nos à tua imagem; dá-nos com a tua alma a vida eterna, a vida do eterno amor» (1).

Isto é poesia de toada franciscana. Não soubéssemos nós que o autor da *Via redentora* era alma essencialmente religiosa, vendo Deus transmutado na obra de sua Criação, e teríamos de considerar aquela *Ave, violeta*, como pura e ridícula literatice.

A rosa entouou, outrossim, o nosso virgiliano poeta todo um hino de amor — «flor da graça», de uma graça agora erguida em todo o seu esplendor, e logo murcha e frustre. A rosa dura um dia e não mais. No mesmo dia — talvez no espaço de uma breve manhã — a rosa é púbere e logo a própria velhice. Um sopro da

(1) *Vozes do meu lar*, pág. 76.

natureza lhe empresta as belas cores da adolescência e logo outro a faz decair em triste senectude.

Alma tão enamorada da paisagem — os seus olhos comiam a proximidade e as lonjuras da paisagem, traduzida nos mil acidentes do planeta — o autor dos *Apóstolos da terra* só a tinha por completa quando nela medrava a árvore. Dele as palavras seguintes, de poético louvor:

«Toda a grandeza física, toda a energia hercúlea, e toda a violência caridosa, os angélicos voos de bondade, na árvore se reuniram e identificam, conjugados no mesmo arrojo olímpico e benéfico. A habitação, a sombra, a chama, a flor e o fruto; a força gigantesca que, induzindo a raiz na penedia, a desagrega como a ferro e fogo; a graça ardente e alada de folhagem, vivendo à beira de água e namorando-a; o ataúde, o berço e a nau ligeira, que corre sobre os mares de pólo a pólo e liga continentes afastados, para ensinar aos homens mútuo amor e os desprender de ódios de raça e instintos de combate; harmonia de desenho e forma e cor nos troncos e nos lenhos de veias caprichosas enlaçadas — os ínfimos modos de existência terrena e anseio eterno, todos nos dá a bênção do arvoredo. A desgraça começa onde ele é raro; e onde totalmente se perdeu, vem a miséria dos gelos boreais ou de desertos de arcias requemadas» (1).

O poeta, que na floresta vê, com seus olhos penetrantes, todo um viveiro de ninfas, tem por crime dos crimes o deitar abaixo as frondosas árvores. O lenhador é para ele um ser desalmado, um bruto, uma sensibilidade ausente. RONSARD, numa das suas elegias — «Contre les bucherons de la forest de Gastine» — tem para o carrasco da floresta estas palavras ameaçadoras:

*Escoute Bucheron, arreste un peu le bras;
Ne vois-tu pas le sang lequél degoute à force
Des Nymphes qui vivoient dessous la dure escorce?
Sacrilege meurdrier, si on pend un voleur
Pour piller un butin de bien peu de valeur
Combien de feux, de fers, de morts, et de détresses
Merites-tu, meschant, pour tuer nos Déesses?*

Se a Árvore tivesse fala, poderia dizer ao Homem:

Não me cortes, se de mim não tiveres premente necessidade. Eu sou um ser vivo — e tudo que vivo é, vivo deseja continuar.

Mas ouve bem: sou tua amiga, e se de mim precisares para te aqueceres — poda-me alguns ramos e deita-os no lume, porque

(1) *Apóstolos da terra*, pág. 159, edição de 1906.

a minha carne gostarei eu de ver transformada em calor que seja calor para o teu corpo, e em luz que seja festa para os teus olhos.

Ouve bem: sou tua amiga, e se precisares que pela tua vida eu dê a minha, não ta regatearei, porque o homem é o rei da criação, e por ele, em seu benefício, para levantamento da sua dignidade, tudo se deve fazer.

Tudo eu te dou para teu benefício: a trave para o teu tecto; a tábua para a tua mesa, para as tuas portas, e para as tuas janelas, para o teu berço quando nasceres, para o teu caixão quando morreres; os frutos para teu regalo; a sombra para teu refrigério.

* * *

A cidade cometeu crime de lesa-árvore. Fez casas sobre casas, e esqueceu-se de plantar árvores, árvores que nas ruas, nos jardins e em amplos parques sejam os pulmões da cidade. A árvorezinha de ramagem aparada como cabelo de recruta, que tal é a planta estilizada que aí aparece em muitas cidades, não resolve o problema da purificação do ar necessário para as grandes aglomerações humanas. Civilizar uma árvore é coisa supinamente ridícula. A árvore, na cidade e em toda a parte, quer-se como Deus a deitou ao mundo, e há-de permitir-se-lhe que cresça sem conta, peso, nem medida. Se por urbanização se entende guerra ao campo, importa fazer urgentemente uma revolução no sentido da desurbanização. Reservem-se os cursos de geometria pura para dentro das escolas. As cidades devem ter a sombrear os seus planos rigidamente geométricos magníficos renques de árvores. O que não for isso é transformá-las em sanatórios voltados do avesso.

É essencial criar entre os homens o culto da árvore. Só não ama a árvore aquele que a si próprio não tem amor. A árvore leva boa parte da nossa saúde a domicílio. Machadadas estamos dando em nós, quando as vibramos nessas médicas de clínica preventiva e gratuita.

A todo aquele que encontrasse uma árvore, devia esta poder dizer:

Trata-me bem. Olha que sou para ti o calor quando tens frio, a frescura quando tens calor, a caridade do estômago quando tens fome. Mas sou mais alguma coisa, ó tu que me contempas: sou o travejamento da tua casa, a mesa em que comes, a cama onde dormes, a cadeira em que te sentas, a moldura dos teus quadros íntimos, o cabo da tua enxada e do teu martelo, o berço dos teus filhos, a porta e as janelas da tua morada, e serei, até, quando fores a enterrar, o teu caixão.

Não te digo que me poupes, quando de mim precisares, para tua real utilidade. Bem sabes da simpatia que tenho por ti. Mas

não me maltrates sem razão. Sou inerte, e torpe crueza seria abusares da minha indefesa situação.

Não podemos deixar de sentir respeito quase religioso pela árvore. É que ela constitui para o homem um dos mais valiosos presentes da natureza. Sem a presença da árvore na superfície telúrica, talvez o homem não pudesse existir.

Associados à árvore não andam apenas os interesses materiais, andam até interesses espirituais. De madeira era a Cruz em que Cristo foi pregado. Foi a árvore da Cruz que fez, simbolicamente, entrar o mundo num novo ciclo de vida espiritual.

Em latim da Igreja se diz:

*Beata crux cujus brachis
Soecli propendit pretium,
Statera facta corporis
Proedamque tulit tartari.*

O crux ave, spes unica

O que, em má prosa às tiras, se pode assim traduzir:

*Cruz feliz, dos ramos da qual
Pende a salvação do mundo,
És a balança onde foi pesado o corpo
Que roubou ao Inferno a sua presa.*

* * *

O portuguesinho valente sempre teve grande queda para o arboricídio. E daí—e desde recuadas datas—as autoridades competentes terem decretado fortes penalidades contra os arboricidas. Uma lei de D. Sancho I diz: «Qui pino taliare inforquem-no». Nada menos!

Em relação às árvores de Campo de Ourique, determinava D. Dinis: «aqueles que hi acharem que talharem árvore por pé, que leve dele, por cada árvore, nove libras; e se a não talharem por pé e talharem algum ramo mais que aquele que é conteúdo na postura que os conselhos puseram e que lhes eu outorguei, que pague por cada ramo três libras, assim como se usa em Évora e em outras vilas do Alentejo».

Portugal não sofreu de abundância de matas. Nas cortes de 1498, os povos de Elvas lamentavam-se ao rei por «o termo ser mui destruído de matas». Resultado dessa insuficiência: «os lavradores não podem achar onde colher madeira para suas lavoiras, nem os carvoeiros isso mesmo podem achar onde fazer carvão».

Para obviar à falta de matas — tão essenciais à vida económica do país — publicou o rei, em 1565, um alvará em que dizia:

«Manda el-rei nosso senhor aos oficiais das câmaras de todas as cidades, vilas e lugares de seus reinos, que façam semear e criar pinhais nos montes baldios nos termos dos ditos lugares que para isso forem convenientes, e os façam defender e guardar em maneira que se possam bem criar; e que nos lugares que não forem para pinhais façam plantar castanheiros, carvalhos e outras quaisquer que nas ditas terras se puderem criar; e que nas terras onde não houver baldios, ou que não forem tais em que se possam criar as ditas árvores em abundância, ou que se não possam bem guardar, constrenjam os donos das terras, herdades, quintas e propriedades que cada um de seu tiver, nas partes em que menos ocupem as ditas terras, que façam plantar as ditas árvores, fazendo disso posturas e vereações, em que declarem quantas árvores há de plantar cada morador e o tempo em que as há-de plantar.»

Cheio de boas intenções o alvará — mas parece que não foi cumprido.

As Ordenações filipinas (1603) voltam, mais ou menos, à mesma política de arborização. Baldadamente. Os brutinhos a nada se moviam.

Em 1851, no *introduction* de um seu *Projecto de decreto*, referia-se HERCULANO à repugnância portuguesa pela arborização, «que é um dos erros mais comuns, e que é necessário combater energicamente». Segundo o mesmo autor — informa ANTÓNIO SÉRGIO —, «o nosso homem do Sul tem ódio, literalmente ódio, não só às selvas, mas até à árvore solitária». Sente o Castelhana o mesmo ódio, graças à ideia de que o arvoredor serve de abrigo à passadeira, que lhe cai nas eiras a roubar o trigo; «se tiveres árvores tens pássaros», diz ali um provérbio: foi com o fim de se libertar dos pássaros que em grande parte ele destruiu as matas — as quais, aliás, nunca deveriam ter sido densas, por efeito do clima ⁽¹⁾.

* * *

As matas, se não existissem, deviam inventar-se. Sem elas, adeus humidade! e, portanto, clima propício à vida. Aridez e esterilidade ganham campo nos lugares circunvizinhos donde as matas desapareceram. Fugidas as matas, fogem as fontes e desertam os rios.

(¹) *História de Portugal*, vol. 1, *Introdução geográfica*, pág. 71, Lisboa, 1941.

Encostas sem matas, são terrenos para as tropelias das chuvas torrenciais, que num ápice escavam montes e montanhas, reduzindo-os a puros esqueletos. Sem matas nas encostas, as enxurradas descem em galopada infrene, e em breve tempo asso-reiam vales e costas, dando margem a trágicas inundações.

As matas são focos de higiene natural: limpam miasmas, criam a frescura retemperadora, purificam o ar, chupam o anidrido carbónico, enriquecem de oxigénio a atmosfera.

Com matas, temos caça. Sem elas, a mesma caça se ausenta para parte incerta. Com matas, há estrumes naturais, aqueles que a química telúrica fabrica das folhas e outros resíduos vegetais. Repetimos: As matas se não existissem, deviam inventar-se. Deus as inventou. Não estrague o homem aquilo que Deus criou.

* * *

«Amo as minhas árvores: tenho-lhes composto elegias, sonetos e odes; não possuo uma só que não tenha sido cultivada por minhas próprias mãos, e à qual não tenha libertado do verme ligado à sua raiz, ou da lagarta colada às suas folhas; conheço-as todas pelos seus nomes, como minhas filhas; são a minha família; não tenho outra, e espero morrer a seu lado.»

Assim disse CHATEAUBRIAND das árvores de Vallée-aux-Loups. Sem exagero de maior, poderia HERCULANO assim falar das árvores de Vale de Lobos, para onde se retirou com o propósito de «ensinar as oliveiras a dar azeitona»..., segundo a graciosa frase de alguém. E palavras semelhantes as poderia dizer JAIME DE MAGALHÃES LIMA, tanto ele amou as árvores de toda a parte, sobretudo as da sua Quinta de S. Francisco, em Eixo.

Bem virgiliana a página que nos deu, relativa à semente. É longa, mas vale a pena transcrevê-la:

«Um poeta falou do «sono triste e longo da semente».

Mas a semente dorme? Porventura não há na terra mais aturada vigília do que a sua. Ao abandono, fria, numa inércia apenas aparente, palpita de aspirações anos inteiros, preparando as forças que despertarão quando as tocarem beijos do sol e afa-dos dos orvalhos.

O vulgo imagina a semente pronta a germinar desde o momento em que se desprende da planta mãe. Engana-se. Algumas vezes, pode germinar imediatamente ao cair no solo; outras, porém, e são numerosíssimas, demanda meses, anos, para ser capaz de ressurgir à luz a forma que a gerou. Há sementes que amadurecem no Outono, e nenhuma arte poderá fazê-las germinar

antes de Abril; outras querem espaço ainda maior. Diz-se até que para certa espécie das euforbiáceas a gestação sob a terra dura nove anos.

Tem vida breve a semente do choupo e do salgueiro; se não cai na humidade, morre em poucos dias. A semente do carvalho, tão robusto, não vive mais que um ano. Talvez a duração dependa da vitalidade e se lhe oponha; as de mais intenso germinar durarão menos. Querem alguns que as oleaginosas não resistem como aquelas cujas principais reservas de alimento são formadas de amido. O trigo chegaria a dez anos, quando muito; nas leguminosas haveria casos de se prolongar o poder germinativo durante algumas décadas.

Em qualquer caso, a semente não dorme. Vive de contínuo. Enquanto espera a hora de expandir-se, fermentam-lhe no seio constantemente as forças que preparam a renovação da planta. Se no momento próprio não encontra luz do Sol, água fecundante, terra generosa, morre. Mas jamais adormece, enquanto vive. O seu labor não cessa. Na fria imobilidade em que a julgamos, revolve os seus elementos. E espera, espera, às vezes, aí!, em vão!

Quando teria sido para cada uma o instante de mais intensa aspiração? Quando com mais frenesi terá apetecido o bafejo dos astros e do ar? E quando, condenada por um destino adverso, terá desfalecido, deixando mirrar em pó estéril essa obra que um sonho de amor verificou, paciente, tenaz, através de movimentos subteis, imperceptíveis?» (1).

Soberbíssima página! Só podia sair da fina sensibilidade dum poeta!

JAIME DE MAGALHÃES LIMA foi um amoroso da árvore. Não tinha relutância de maior em lhe atribuir uma alma — naturalmente a sua própria alma de homem. A paisagem, dizia o outro, é um estado de alma. Da paisagem faz parte a árvore, emprestando-lhe extraordinária beleza. A alma do contemplador da paisagem e da árvore que nela vive transfunde-se nessa mesma paisagem — nos múltiplos aspectos em que esta se desdobra.

Metendo a sua própria alma na árvore, JAIME LIMA doer-se-ia de arrancar a árvore, de a podar, de a oprimir, e pouco faltaria que não sofresse por a saber exposta às duras inclemências do tempo, à canícula do estio, às enxurradas da inverneira, aos gelos impiedosos. Ele quem dizia:

«Em todo o orbe a terra é a mesma divindade, em todo o orbe mantém e nos revela os seus misteriosos poderes de insinuação de uma alma, irmã da alma humana em doçura, em

(1) *Via redentora*, pág. 57, edição de 1905.

caridade, em conforto, e porventura em sonhos, em ilusões e em mágoas» (1).

A árvore enchia-lhe a imaginação. Dava-lhe a flor e o fruto, a sombra, a festa para os olhos, e, por isso mesmo, e por outros inefáveis, mal se poderia resignar a deitá-la por terra, a reduzi-la a lenha. Representaria para ele vivo sofrimento o ter de a queimar. Na fogueira que com ela fizesse, ele próprio se sentiria atormentado na sua aguda sensibilidade.

(*Continua*)

CRUZ MALPIQUE

bibRIA

(1) *Ilustração moderna*, Porto, Janeiro de 1930, pág. 50.

O INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA E SENHOR DE AVEIRO, NA LITERATURA

QUEM visita Aveiro, nunca deixa de percorrer e apreciar o aprazível parque criado pelo Dr. Lourenço Peixinho quando presidente da Câmara, e designado, a partir de 1928, por Parque do Infante D. Pedro, como homenagem à memória desse português ilustre, a quem D. João I, em data ainda não determinada, entregou o senhorio desta hoje milenária povoação, e o qual, regente do Reino durante a menoridade de D. Afonso V, seu sobrinho, prestou a Aveiro grandes serviços, por exemplo o do prosseguimento da construção das muralhas, iniciada por D. João I, das quais actualmente só existem uns pequenos restos junto da parte anexa ao antigo edificio do Liceu, onde hoje se acha instalada a Secção Feminina.

Aveiro deve, pois, veneração a este ínclito filho do Mestre de Avis, que foi, no dizer de OLIVEIRA MARTINS, «contemplativo, cavalheiroso, prudente e sábio». Viajou largamente, de 1425 a 1428, visitando a Itália, a Espanha, a França, a Inglaterra, a Flandres e a Hungria, ao serviço de cujo imperador — o imperador Sigismundo — combateu contra os Turcos. Correu as «sete partidas do Mundo», e as suas viagens tornaram-se populares ⁽¹⁾. Como escritor, deve-se-lhe um tratado de moral — «O Livro da Virtuosa Benfeitoria» —, que atesta a sua cultura e o vigor da sua inteligência.

(1) Eis o título de um folheto da chamada «literatura de cordel», que teve larga difusão e muitas edições, já em Espanhol, já em Português: «*Acto do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do Mundo, feito por Gomes de Santo Estêvão, hum dos doze que forão em sua companhia*». É o título da edição de 1794. A primeira edição portuguesa parece ser de 1544.

* * *

Por sugestão do nosso camarada ROCHA MADAHIL, aqui evocamos essa notabilíssima figura nacional, que se menciona como autor nos manuais de Literatura Portuguesa, e foi citado ou entrou como motivo em produções literárias.

Até há pouco, só era do nosso conhecimento o seguinte:

I — No «Cancioneiro Geral», de GARCIA DE RESENDE (1516), a poesia de LUÍS DE AZEVEDO, companheiro do Infante D. Pedro em Alfarrobeira, intitulada — «*À morte do Ifante D. Pedro que morreu na Alfarrobeira, e vão em nome do Ifante*» —, na qual há alusão às suas viagens e se vinca a sua inteireza de carácter e bem assim a sua generosidade a favor dos que o serviam e incensavam, e a ingratidão e traição de que foi vítima. Consta de catorze oitavas em verso de redondilha-maior e termina por uma quadra. Eis alguns dos passos mais acessíveis ao comum dos leitores:

1 — *«Pola morte de mim só
e dalguns vossos parentes,
vós outros que sois presentes
todos deveis filhar dâ.
Os que tinheis em mim nó
e folgais com minha morte
antre todos lançai sorte
qual será mais cedo pó*

2 — *E do mal que me fizestes
então sereis lá lembrados
e daquestes meus criados
que matastes e prendestes.*

4 — *Eu críei um grão alieza
um só rei e seu irmão;
sempre lhe beijei a mão
e resguardei sa realza.
Fui eu frol da gentileza
e na minha mocidade
usei sempre da verdade
e amei muito franqueza.*

6 — *Não há reinos em Cristãos
que em todos não andasse
e que sempre não achasse
nos reis deles doces mãos.*



Gravura de cerca de 1817 reproduzindo o único retrato que se conhecia do Infante e que existia, à data, no Mosteiro da Batalha, donde depois desapareceu.

Faz parte da colecção de «Retratos e Elogios dos Varões e Donas que ilustraram a Nação Portuguesa»... e dela provém a sua restante iconografia não fantasiada.

(Col. Rocha Madalril)

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

*Fidalgos e cidadãos
me serviam lealmente
e agora, cruelmente,
me mataram meus irmãos*

Cabo — *Todos fostes mui ingratos
e de pouco conhecer;
bem quisestes parecer
os do tempo de Pilatos.»*

II — A referência que ao mesmo fez SÁ DE MIRANDA, na sua carta dirigida a D. João III («Rei de muitos reis»):

*«Da mesma casa real
em verdade um grande Ifante,
tratado por manhas mal,
bradava por campo igual
e inimigos claros diante.*

*Enfim, vendo a astúcia e arte
quanto que pode, chamou
um leal Conde à de parte ⁽¹⁾;
só com ele se apartou,
foi viver à melhor parte,
onde tudo é certo e claro,
onde são sempre umas leis.
Príncipe no mundo raro!
Sobre tanto desamparo,
foram três seus filhos reis» ⁽²⁾.*

III — Dois epitáfios da autoria do poeta ANTÓNIO FERREIRA, publicados nos *Poemas Lusitanos*:

I

*«Filho segundo de El-rei João Primeiro,
tio e sogro de El-rei Afonso Quinto,
vês-me um prêmio do amor tão verdadeiro,
de pó coberto, do meu sangue tinto.*

⁽¹⁾ *Leal Conde* — o Conde de Avranches, que com ele morreu em Alfarrobeira.

⁽²⁾ D. Pedro, rei de Aragão; D. João, rei de Chipre; D. Isabel, mulher de D. Afonso v.

O INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA

*De ingratos morto, e em morte prisioneiro,
lê minha triste história, que não minto.
A fama dá de mim fé verdadeira.
Do injusto e cruel ódio Alfarrobeira.*

II

*Passa, amigo; não saibas a ventura
cruel que a um triste Infante aconteceu,
a quem inda a piadosa sepultura
por lágrimas de tantos se vendeu.
Meus ossos estiveram em prisão dura,
'lé que meu neto e vingador nasceu ⁽¹⁾.
Contra mim se quebraram sangue e leis.
Aqui estou, filho, sogro e pai de reis» ⁽²⁾.*

IV—As ligeiras evocações de CAMÕES, no Canto IV, 50 de «Os Lusíadas» («Inclita geração, altos Infantes») e no Canto VIII, 37:

*«Olha cá dous Infantes, Pedro e Henrique,
progénie generosa de Joane:
aquele faz que fama ilustre fique
dele em Germânia, com que a morte engane.»*

V—A fugacíssima e algo jocosa citação de D. FRANCISCO MANUEL DE MELO (Séc. XVII), na Carta XI, inserta na Segunda Parte de «As Segundas Três Musas do Melodino»:

*«Não sendo o Infante D. Pedro,
das partidas nunca trato,
ou que, de muito partido,
do partir não faço caso.»*

VI—A poesia de CORREIA GARÇÃO (Séc. XVIII), intitulada — «Fala do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, aos Portugueses, querendo-lhe levantar uma estátua pelo seu bom governo, o que ele não consentiu».

Desta Fala, fundada em um passo da «Crónica de El-rei

(¹) D. João II, que submeteu a nobreza.

(²) Filho de D. João I, sogro de D. Afonso V, pai dos reis citados na nota (²) da página anterior.

D. Afonso v», de RUI DE PINA ⁽¹⁾, e constante de setenta e quatro versos, transcrevemos o que segue:

*«Não, lusitano povo, eu não consinto
que estátua ao meu nome se dedique;
o amor da Pátria, o zelo da Justiça,
não sede de mandar ou da vanglória,
me fez tomar as rédeas do governo.
Se fui clemente, justiceiro ou pio,
obrei o que devia. É mui pesada
a sujeição do ceptro; e quem domina
não tem a seu arbitrio as leis sagradas:
fiel executor, deve cumpri-las,
mas não pode alterá-las. É o trono
cadeira da Justiça; quem se assenta
em tão alto lugar fica sujeito
à mais severa lei; perde a vontade.*

*A fama illustre
deve durar na tradição, intacta,
sem a nota de frágil. Fora imprópria
a glória que me dais, se nessa estátua
descobrissem os séculos futuros
as marcas horrendas da vanglória.
Vós mesmos, vossos filhos, vossos netos,
de tão clara doutrina convencidos,
ou do tempo melhor aconselhados,
a mesma estátua, que quereis, atentos
agradecidos, hoje levantar-me,
amanhã se veria derribada
em pedaços fazer, com paus e pedras
os olhos lhe tirarem; que a Fortuna,
ligada coa Inveja e coa Soberba,
não deixa durar muito os elogios.»*

(¹) Pertence ao Cap. LII e é deste teor a parte que aqui nos interessa:

«... E os cidadãos de Lisboa... lhe quiseram ordenar uma estátua de pedra sobre a porta dos Estaus que o Infante novamente mandou fazer; e, perguntando-lhe em que forma a haveria por melhor que estivesse, o Infante, com o rosto carregado de tristeza e pensamento, o desviou e defendeu, dizendo-lhes, como verdadeira profecia de sua fim:

— Se a minha imagem ali estivesse esculpida, ainda virão dias que em galardão dessa mercê que vos fiz e doutras muitas que com a graça de Deus espero de vos fazer, vossos filhos a derribariam e com as pedras lhe quebrariam os olhos. E, portanto, Deus por isso me dê hum galardão, cá de vós, enfim, não espero outro senão este que digo, e porventura outro pior.»

VII — Conhecíamos também — «O Conde de Abranches» —, pertencente ao vol. II de «O Romanceiro Português» (1845), de INÁCIO PIZARRO DE MORAIS SARMENTO ⁽¹⁾, romance de que vamos dar duas amostras, a primeira das quais abre o Canto I e a segunda se lê no fim do Canto II:

«Nos paços ducaes pouzava
Em Coimbra, o nobre Infante,
Que Dom Pedro se chamava;
Duque, e senhor mui prestante:
Filho de João primeiro,
Irmão d'El Rei Dom Duarte,
Por completo cavalleiro
Respeitado em toda a parte:
Do mundo tinha corrido
Os reynos mais principais;
A cercos tinha assistido,
Muitas batalhas campais:
Teve em paz, como regente,
Todo o imperio portuguez;
E salto, justo, e prudente,
Em seu bról todo o bem fez:
Affonso quinto educára
Para ser um grande rey;
O seu valor lhe inspirara,
Seu amor á pátria, á ley.
Apenas viu que podia
Seus reynos bem governar,
Sem demorar um só dia,
Foi a regencia abdicar.
Não augmentou seu estado,
Nem quiz outro galarção
Mais do que, ter conservado
Sempre feliz a nação.
Não carece mais riqueza,
Maior estado, ou poder;
A sua maior grandeza
Da honra fez depender.
Porem El Rey escolheu
Maneira de premia-lo;
Dona Isabel lhe requereu,
Tio, e sógro quiz chama-lo.

(1) É curioso notar que na lista dos subscritores do «Romanceiro», apenas ao vol. II, figura o nome do Dr. Luís Cipriano Coelho de Magalhães, pai de José Estêvão.

*

*Nos campos d'Alfarrobeira
Os dois reaes se avistaram,
E dos tigres á maneira,
Batalha horrivel traváram:
Eram todos portuguezes!
Todos parentes! irmaons!
E as lanças rompem arnezes!
Sam fratricidas as maons!*

*Guerras civis instigadas
Por ambição infernal,
Bellas folhas lem manchadas
Da história de Portugal!
Ah! não celebrem teus cantos
Guerras civis, trovador!
Triste a victoria, só prantos
Colhe em fructo o vencedor.*

*Agüda flecha arremessa
Contra o Infante occulta mã.
A armadura lhe atravessa,
Atravessa o coração.
No mais forte da peleja
Andava o conde envolvido;
Salvar o Infante dezeja,
Porem não tinha podido:
Inutil foi seu cuidado,
Já lhe não pode valer;
De vencer estava cansado;
O que lhe resta? morrer.*

*«Irmão d'armas! companheiro!
Eu vou seguir tua sorte;
Holocáusto derradeiro
Eu te offereço em minha morte!»
E ao Infante abraçava,
Sem os golpes evitar;
E aos contrarios bradava:
Fartar! rapazes! fartar!»*

VIII — Segue-se a alusão ao Infante, na poesia *Nossa Senhora do Pranto*, inserta no vol. II do «Cancioneiro» de JOÃO DE LEMOS (1867), na qual o poeta, seguindo o que lera na *História de S. Domingos*, de Frei LUÍS DE SOUSA (Segunda Parte, Livro III, capí-

tulo III) acerca da miraculosa aparição da Virgem a um entrevado, de nome Afonso Domingues, refere que o Senhor de Aveiro lançou a primeira pedra do convento de frades dominicanos, primeiramente designado por *de Nossa Senhora do Pranto*; a seguir, *da Piedade*; e, finalmente *da Misericórdia*, situado junto da chamada *Porta do Sol*.

Eis o final da citada poesia:

*«Por villa d'Aveiro em fóra
Aonde vai o Infante agora
Com toda a gente melhor?
Tão galhardo e feiticeiro
Não viu a villa d'Aveiro
Nem Infante, nem Senhor!
A Porta do Sol passara...
Mas ei-lo que logo pára,
E pára tudo ao redor.*

*Foi-se a cumprir o mandado
Da Virgem, lá desenhado
Do entrevado pela mão;
E pelas suas o Infante
Lança a pedra que ao diante,
Sustenta o templo Christão;
Depois n'um altar que erguia,
A primeira missa ouvia
Com piedoso coração.*

*Faltava o nome; qual deve
Dos passos que a Virgem teve
Ao mosteiro o nome dar?
Aquelle em que viu sentida
Sem vida a fonte da vida
Nos seus braços reclinar:
E do caso com espanto
Nossa Senhora do Pranto
Se começou a chamar.»*

IX — Não nos escapou a referência que TEÓFILO BRAGA faz a D. Pedro na «*Visão dos Tempos*», ao tratar largamente do Infante D. Henrique ⁽¹⁾:

*«Do Mestrado de Cristo às terras, longe
dos ruídos da Corte se retira
o inclito Infante D. Henrique. Sofre*

⁽¹⁾ «*O Mar Tenebroso*» — Canto III — O cartel do Infante, no vol. IV dessa obra.

*em silêncio os pesares, o remorso
pela morte do Duque de Coimbra,
desventuroso irmão, que uma palavra
sua, a tempo, salvara contra a intriga
da treta impulação — que conspirava
contra a coroa do sobrinho e genro!»*

X — A FERNANDO PESSOA mereceu o Infante D. Pedro figurar no capítulo III («As Quinas») da Primeira Parte da «Mensagem», juntamente com D. Duarte, D. Fernando e D. João, e com D. Sebastião:

«D. Pedro, Regente de Portugal

*Claro em pensar, e claro no sentir,
É claro no querer;
Indiferente ao que ha em conseguir
Que seja só obter;
Duplices dono, sem me dividir,
De dever e de ser —*

*Não me podia a Sorte dar guarida
Por não ser eu dos seus.
Assim vivi, assim morri, a vida,
Calmo sob mudos céus,
Fiel à palavra dada e à vida tida.
Tudo o mais é com Deus!»*

XI — Finalmente, não nos podia ser alheio o drama lírico de ALEXANDRE HERCULANO — «Os Infantes em Ceuta» — incluído no volume das *Poesias*, nem a peça de MARCELINO MESQUITA — «O Regente» — (1897), de que o Infante D. Pedro é protagonista ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ A mais antiga referência literária feita ao mártir de Alfarrobeira foi, porém, a de seu filho D. Pedro, «Condestável de Portugal», na «*Tragedia de la Insigne Reina Doña Isabel*», produção em prosa e verso que ficou em manuscrito, somente publicado por D. CAROLINA MICHAËLIS em 1899 e, em 2.^a edição, em 1922. Eis alguns passos da última edição:

«Cierto, loado fue con grand maravilla e servido de los pequeños, e con grand amor e acatamento honrado por los mayores, e avido en grande e alta reputacion cerca de los doctos e peritos ombres.»

(Foi) «Aquel que con tanta reverencia e lealtad, con tanto acatamiento, con tanta humanitad, despues puesto con las sus proprias manos al su pequeño rey Alfonso en la real silla, por nueve años lo crio, en tanta alteza, entre tantas e buenas doctrinas, quantos oy en dia en la su celsa e real magestad resplandeseen. Aquel que regió los

* * *

Com a sua sugestão, veio ROCHA MADAHIL aumentar os nossos conhecimentos, pois cedeu-nos, para estudo, três raríssimas espécies bibliográficas que desconhecíamos e nos habilitam a encarar aquela figura histórica como interveniente em outras peças teatrais: «*O Duque de Coimbra*», tragédia em 5 actos, de HENRIQUE JOSÉ DE CASTRO — 1790 [manuscrito] ⁽¹⁾; «*O Pajem de Alfaro-beira*», drama em 3 actos e 5 quadros, de FRANCISCO MANUEL TRINDADE — 1853 ⁽²⁾; e «*O Duque de Coimbra*», drama em 5 actos, de ANTÓNIO PEREIRA FÉRREA ARAGÃO — 1854 ⁽³⁾.

Além disso, tornou-nos conhecido um invulgaríssimo folheto, datado de 1844, primeira versão do já citado drama lírico de HERCULANO, que só agora verificámos haver sido simplesmente referido por INOCÊNCIO no seu «*Dicionário Bibliográfico Português*» (1.^a ed. — 1858), e mais tarde tratado com largo desenvol-

reynos de los Portugueses por tantos tiempos con tanta sabieza, con tanta justicia e clemencia.»

«Aquel que era regla de los principes e doctrina de los virtuosos, espejo e miralle de los bien acostumbrados.»

«... a fortuna e los crueles tados no fueron contentos de aqueste tan claro principe aver fecho morir cruamente... Antes agora augmenta los males de la miserable familia» (págs. 68-70).

*«Con tanta crueza
ferio nuestra casa la ciega fortuna
que ya no confio ayuda ninguna
salvo de dios e de tu dulceza.»*

*Ferio nuestra casa, mi padre matando,
principe claro, mejor de los buenos,
mis nobles hermanos e mi desterrando
injustos sieteños poco mas o menos;
ferio nuestro vando,
a unos con plagas, a otros con muerte.»* (Pág. 107)

⁽¹⁾ Este manuscrito, citado por INOCÊNCIO («*Dicionário Bibliográfico Português*», vol. III), foi pertença do historiador AFONSO DE DORNELAS e adquirido depois em leilão por A. DA ROCHA MADAHIL.

O autor (1764-1829), natural de Beja, era doutor em Teologia. Escreveu várias peças, algumas das quais foram publicadas, além doutros trabalhos de carácter teológico, uns tornados públicos, outros inéditos.

⁽²⁾ Acerca deste autor, lê-se na «*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*»:

«Dramaturgo da primeira metade do século XIX. Dos seus trabalhos, apenas se publicou o drama em 4 actos — «*A Orfã ou As Duas Amigas*», Bragança, 1851». — Vê-se que o autor do artigo desconhecia o drama aqui citado.

⁽³⁾ O autor (1801-1857) era natural do concelho de Trancoso. — Foi escritor «mais notado pelas suas excentricidades que pelo seu valor literário» («*Grande Enciclopédia*»). Para o teatro, escreveu várias peças, mas só duas, que não esta, foram representadas.

vimento na continuação de BRITO ARANHA e GOMES DE BRITO (tomo XXI, 1914).

No frontispício desta versão, informa-se que o drama foi «composto expressamente para ser cantado na Academia Filarmonica de Lisboa em a noite de 28 de Março de 1844, aniversário da sua instalação» ⁽¹⁾ e que a música era do «Sr. A. L. Miró» ⁽²⁾.

A mais do que se lê no texto inserto nas *Poesias*, traz este folheto os nomes dos intérpretes (4 homens e 3 senhoras); os nomes de 30 senhoras e 25 cavalheiros que entraram nos coros; e os de duas senhoras que acompanharam com harpa certos coros femininos. Além disso, a rubrica da Cena I é muito mais desenvolvida ⁽³⁾. No resto, são pequenas as diferenças ⁽⁴⁾.

Como é muito simples o papel do Infante D. Pedro neste «drama lírico», vejamos somente o entrecho da peça, para seguidamente estudarmos a intervenção do Infante nas quatro restantes produções dramáticas.

O drama passa-se em Ceuta, em 1415, após a capitulação da cidade, e nele entram D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique; Gulnar, filha do váli Bensalá; Lobna e Haleva, escravas, um pajem e um sobrerrola, além de coros de cavaleiros portugueses, de cavaleiros mouros, de escravos e eunucos.

D. Pedro e D. Henrique apaixonam-se pelas escravas de Gulnar, que, desejosa de se vingar da perda de Ceuta, as leva a atrair à torre de Fez os dois enamorados.

Sabedor disso, D. Duarte proíbe, em nome do Rei, que os irmãos saiam de Ceuta; mas eles, a despeito de terem prometido obedecer, partem occultamente para o local onde deveriam ser imolados às ordens de Gulnar.

⁽¹⁾ Dia, igualmente, em que A. HERCULANO completava 34 anos.

⁽²⁾ ANTÓNIO LUÍS MIRÓ, nascido em Granada em 1805 e falecido em Pernambuco em 1853, era filho de um músico espanhol que se estabelecera em Portugal após a Guerra Peninsular.

⁽³⁾ Eis a rubrica: — «Cena I (Sala de armas do alcácer de Ceuta. Troféus de alfanges, saios de malha, arcos de frechas, zargunchos, etc. Várias destas armas tombadas pelo chão: armaduras portuguesas penduradas pelas paredes e postas em cima dos mainéis de duas janelas laterais e sobre alguns dos troféus árabes. As paredes, apaineladas com molduras de arabescos; e os painéis, em branco, com inscrições em caracteres árabicos, sulcadas de golpes de espada). — Coro de cavaleiros, dividido em dois grupos, um de velhos, outro de mancebos: aqueles despendurando armaduras, limpando-as, ou tornando-as a pendurar; estes folgando e rindo, arrancando-se mutuamente um turbante despedaçado e atirando-o depois uns aos outros com a ponta do pé. O príncipe D. Duarte e os infantes D. Pedro e D. Henrique entram em cena agitados e gesticulando, como ao concluir de questão violenta. D. Duarte pára, cruza os braços e contempla por um instante os cavaleiros, que ficam imóveis. Os Infantes afastam-se para um lado, falando a sós com a mesma agitação e volvendo de quando em quando os olhos para o Príncipe».

⁽⁴⁾ Na revista *Labor* relativa ao mês de Maio deste ano (págs. 428 a 432), tratamos mais desenvolvidamente este assunto.

O INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA

As escravas, porém, enamoradas dos Infantes, procuram salvá-los, mas tudo parece dispor-se para a sua perdição.

Chega inopinadamente D. Duarte, com gente de armas, e con-



Reprodução reduzida da capa da 1.ª edição do drama de Alexandre Herculano.

(Col. Rocha Madalil)

segue salvar os irmãos, a quem perdoa a desobediência. E o perdão estende-se igualmente, com a liberdade, a Gulnar e aos cavaleiros mouros, e D. Duarte determina que as escravas venham, sob a sua permanente protecção, para Portugal.

* * *

O que em Portugal se passou desde o falecimento de D. Duarte, em 1438, até a trágica batalha de Alfarrobeira (1449) constitui o drama do Duque de Coimbra e Senhor de Aveiro.

Cinco fases se podem observar nessa época da nossa História. A primeira (1438-1439) é a da luta pelo exercício da regência, visto ser D. Afonso v ainda criança. Defrontam-se a rainha viúva, D. Leonor de Aragão, apoiada principalmente pelo Conde de Barcelos, pelo Conde de Ourém e pelo Arcebispo de Lisboa, e o Infante D. Pedro, que tem o apoio do povo e de seus irmãos D. Henrique e D. João.

A segunda fase estende-se desde Dezembro de 1439, em que D. Pedro, eleito regente pelas cortes de Lisboa, começa a exercer sòzinho o poder, até a retirada da rainha D. Leonor para Castela, em Dezembro de 1440.

Segue-se a terceira fase—regência, mais tranquila, de D. Pedro, até que o Rei, já casado com D. Isabel, filha do Regente, atinge a maioridade — 14 anos (Janeiro de 1446).

A quarta fase vai desde essa data, em que o moço Rei encarrega o tio e sogro de continuar o exercício do governo, até que, movido pelas ferozes intrigas dos que o cercavam, resolve retirar-lhe o mandato (inícios de 1448).

A última fase é o final do drama. D. Pedro vive em Coimbra, onde sofre os maiores vexames. Por fim, resolve dirigir-se, com considerável força de armas, ao encontro do Rei, a fim de justificar a sua atitude para com os seus inimigos e pedir justiça. Segue-o o Conde de Avranches, D. Álvaro Vaz de Almada, seu fidelíssimo companheiro de armas, que jurara morrer a seu lado e que afinal com ele vem a encontrar a morte em Alfarrobeira (20 de Maio de 1449).

Olhadas em conjunto as quatro peças dramáticas atrás citadas—a de HENRIQUE JOSÉ DE CASTRO, a de FRANCISCO MANUEL DA TRINDADE, a de FÉRREA ARAGÃO e a de MARCELINO MESQUITA —, reconhece-se que as três primeiras se passam em 1449, ou seja à volta do final do drama do Infante D. Pedro, e que a de MARCELINO MESQUITA decorre desde 1440, ano em que D. Pedro começa a exercer a regência depois da retirada da Rainha viúva para Castela, até o fatídico desfecho de 1449.

A fonte histórica que os quatro dramaturgos seguem é a «Crónica de D. Afonso v», de RUI DE PINA.

Vejamos agora a estrutura de cada uma dessas peças e em que grau é nelas respeitada ou modificada a verdade histórica.

A mais simples de todas é «O Duque de Coimbra» (tragédia, em 5 actos), de HENRIQUE JOSÉ DE CASTRO, escrita em 1790 e

O INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA

que ficou inédita. Foi redigida em verso branco, decassílabo, e tem um total de 1829 versos (310 no 1.º acto, 418 no 2.º, 285 no 3.º, 416 no 4.º e 400 no 5.º). A acção, decorrendo «em Santarém, no palácio de El-rei», é por isso bastante frouxa, já pela



Tomada de Ceuta (3.º e 4.º Acto)

*Após a tomada de Ceuta, D. João I arma seus filhos cavaleiros.
Interpretação em desenho e litografia de C. Legrand, do meado
do século XIX. Reprodução reduzida.*

(Col. Rocha Madalil)

falta de qualquer episódio alheio ao assunto principal, já porque, no final, o lance de Alfarrobeira é simplesmente referido, sem sequer ter a substituí-lo uma cena emocional, capaz de prender a atenção do espectador. As figuras que, sem quaisquer comparsas, intervêm são: dum lado, D. Afonso V e D. Isabel, rainha, e o Infante D. Pedro e o Conde de «Abranches»; do outro, os

seguintes inimigos de D. Pedro, que junto do Monarca, facilmente suggestionável, tecem as conhecidas intrigas: D. Vasco, grão-marchal do Reino; D. Maria, dama da corte, e D. «Barredo» (1).

Vejamos o final da peça. Vai o leitor conhecer as três últimas cenas do 5.º acto, que imediatamente se seguem àquela em que a Rainha, defendendo D. Pedro, seu pai, leva Afonso v a compreender a attitude do antigo Regente e a manifestar o desejo de o receber e abraçar:

«SCENA 5.ª

Os mesmos, e D. Barredo

D. Barr. Emfim chegámos
Ao maior dos delictos.

D. Aff. Que te assusta?

D. Barr. Tremo de horror, e até dize-lo tremo!

Vem armado D. Pedro, e já seguido

De immenso Povo, as Guardas do Palacio

Combate e fere.

D. Izab. Justos Céos!

D. Aff. Que escuto!

D. Barr. Vossas Ordens Reaes há pouco fomos

Executar fieis; porem D. Pedro,

Recuzando entregar as armas, corre,

E unido com D. Alvaro, e outros muitos,

Que armados o cercavão, se encaminhão

Ao Palacio furiosos, e debalde

As Regias Guardas reprimir procurão,

Da multidão confuza, e armada, os passos.

Já corre o sangue, já se avistão mortos:

Já moribundos de huma, e de outra parte

No furor do combate atropellados

A vida acabão.

D. Aff. Que ouço!

D. Izab. Ah, D. Barredo;

Meo Pay hé vivo, ou morto? Céos valei-me!

D. Barr. Para nossa desgraça ainda vive.

(1) Em RUI DE PINA e em todos os historiadores, *Berredo*, acerca de quem OLIVEIRA MARTINS escreveu: «Esse Berredo era o confidente do Rei, e a propósito de despachar os negócios da cúria, propinava ao rapaz (*o Rei*), em doses graduadas mas progressivas, o veneno do ódio a D. Pedro, ao mesmo tempo que para com este era mel, com olhares ternos e palavras doces» (In «Os Filhos de D. João I», cap. «Alfarrobeira»).

O INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA

D. Izab. Para nossa desgraça! Impio, tirano!
Assim te atreves a fallar do justo,
Do innocente D. Pedro, e á minha vista!
Aqui tendes, Espozo, os bons Ministros,
Fieis amigos, que chamaes sinceros,
Que ao seo arbitrio em tudo vos governão
Mas vós choraes! Emmudeceis! Já ferem
O vosso coração as minhas queixas?
Pavorozos remorsos já combatem
O vosso afflicto peito? Emfim vencesteis
Faze-lo criminozo. Agora tendes
Justos motivos de lhe dar a morte:
Com vosco fá-lo, e não com meo Espozo,
Que tem sido por vós sempre enganado.
Hide, tiranos, derramar seo sangue,
Hide ve-lo correr, fartai-vos delle,
Daquelle sangue, que innocente, e puro,
Até a mesma terra compassiva,
Recebe agora no seo seio. Eu tremo!
Ah meo Pay, em que abismos horrorozos
Vos foi lançar a natural deffeza!
Vallei-lhe, Grande Deos, se ainda é vivo,
E se he morto, deixai que ao menos possa
Com meo pranto regar seo corpo frio,
Seo palido semblante em sangue tinto.
A Deos amado Espozo: e tu infame,
Tu Ministro da morte, treme e teme,
Da Divina Justiça a mão pezada,
Que aos impios não perdoa.

SCENA 6.^a

D. Barredo e D. Affonço

D. Aff. Atende, espera.

D. Barr. Desculpai-lhe, Senhor, a paixão cega.
He filha, a seo Pay ama, e a natureza
Justamente lhe excita estes transportes.
Não póde ver seo Pay ser desgraçado,
Muito mais conhecendo o seo delicto.
Mas sem demora vamos, evitemos
As funestas desgraças, que se pódem
Talvez seguir.

D. Aff. O seo delicto hé grande;
Mas tu foste... Sim, vamos; pois agora
Só hé tempo de vêr se inda posso...
Mas D. Vasco apressado a nós caminha!

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

E em meo afflito peito agora sinto
Cruéis pressagios de maior desgraça.
Quizéra o Céu!... D. Vasco...

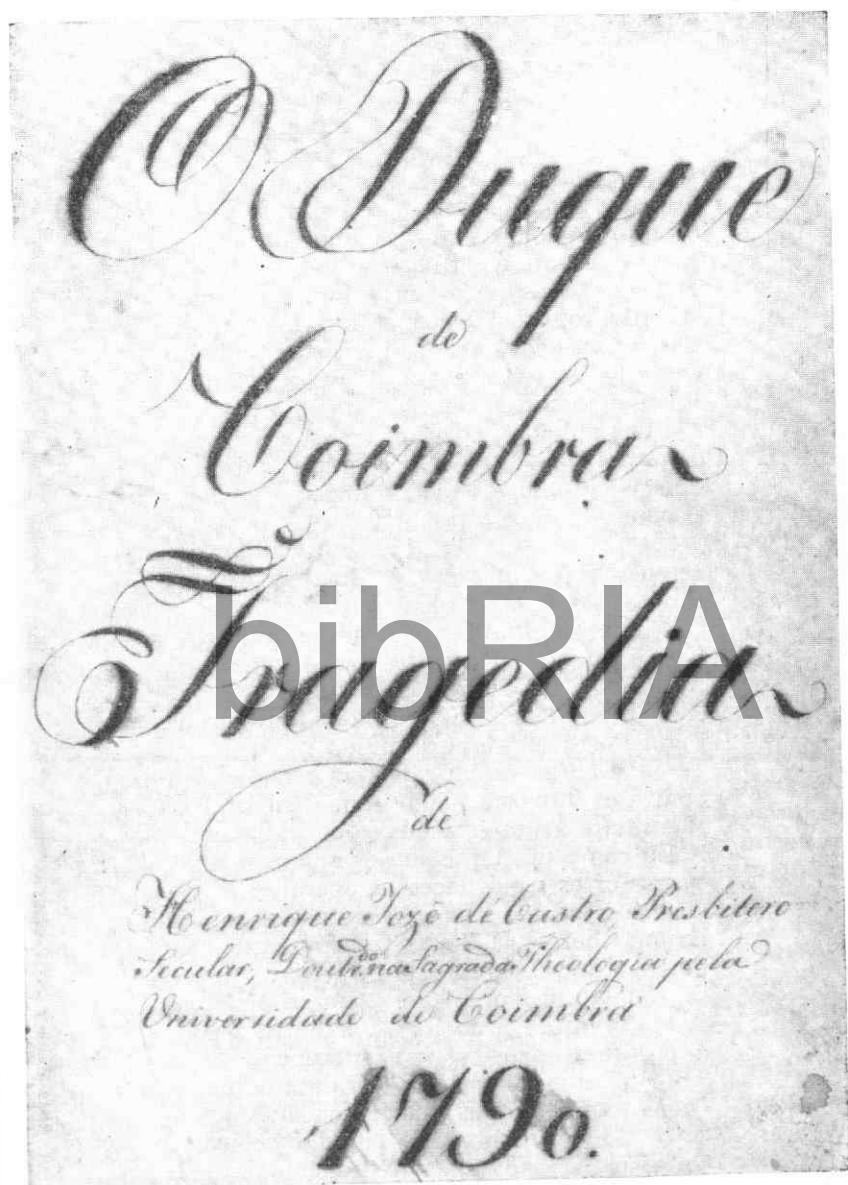
SCENA 7.^a

Os mesmos, e D. Vasco

D. Vasc. Já vencidos,
E mortos ficão vossos inimigos.

D. Aff. D. Alvaro, e D. Pedro?

D. Vasc. Já tiverão
De seo crime o castigo; mas castigo
Muito menor, do que o delicto horrendo,
Que os impios commetterão. Quando irado,
Na força do combate, hia D. Pedro,
D. Pedro, cujo nome esquecer deve
Todo o bom Cidadão, só por tal crime;
Quando furiozo vai levando a morte
A quantos querem impedir-lhe os passos
Para o Palácio: quando a espada tinha
De fieis Cidadoens lavada em sangue,
Que fumega, e goteja até aos côpos;
Aguda lança lhe traspassa o peito,
O traidor peito, infame, aonde coube
O impio intento de pegar nas armas
Contra o seo Soberano. Não se sabe
Até agora, qual foi o bom vassallo
De cuja mão, o Deos Omnipotente
Se quíz servir; porem só vimos que elle
Hé ferido no peito, e ao mesmo tempo,
Da mão largando a espada ensanguentada,
Grita, treme, vaccilla, cáhe, e morre.
D. Alvaro, que tinha prometido
Juntamente morrer, o amigo vendo
Morto, e banhado no seo proprio sangue,
Que da longa ferida inda corria
Fervendo em borbotoens entre a robusta
Astea da lança, e entre os quebrados ossos,
Corre furiozo a procurar a morte
Por entre a multidão de armado Povo.
Por onde quer que vai, feroz combate,
Uns matando, cruel, outros ferindo,
Até que, enfim, cançado, e quaze exangue
Pelas muitas feridas, perde as forças;
E entre os frouxos suspiros, que arrancava
Do fundo d'alma, e que erão signaes certos



Reprodução do rosto do manuscrito de Henrique José de Castro.

(Col. Rocha Madahil)

Dos remorsos crueis, que o combatião,
Sem vida fica o lacerado corpo.
Treme de horror o Povo Luzitano,
Que em tão grande delicto imaginando,
Córre furiozo contra os que insensatos
Os dois traidores deffender quizerão;
Mas debalde, fiel, ainda procura
Vingar o seo Monarcha, porque huns mortos
Ficarão no combate, outros fugirão,
Talves que até de si horrorizados,
Temendo, mais que a morte, hum nome infame.

D. Aff. D. Alvaro, e D. Pedro, emfim, morrerão.
Raros prodigios entre os homens grandes,
Que os Céos á Terra poucas vezes mandão
Entre espessos de Seculos immensos.

D. Barr. Vós afflicto meo Rey!

D. Vasc. E eternizando
Com vossos elogios tão sublimes
O nome de hum traidor?

D. Aff. De hum traidor, dizes?

Se eu não te conhecera, e não tivesse
Provas tão certas da leal verdade,
Com que sempre te ornou teu peito illustre;
E se eu mesmo não visse, que sinceros
Accuzaveis D. Pedro, persuadidos
Que em verdade, era Reo de enormes crimes,
Veria Portugal, veria o Mundo
Té onde chega de vingança austéra
Contra os impios armado hum Real Braço.
Mas se até agóra errasteis, como humanos,
E Eu como tal, tambem por algum tempo
Vossos erros segui, fazei-lhe agora
Justiça igual aos seus merecimentos.
Emfim, morreo D. Pedro, e nelle perde
Portugal hum Heróe, Eu um Vassallo
De todos o melhor. Viveo sem crime,
Sendo sempre fiel ao Rey, e á Patria;
E por querer mostrar sua innocencia,
Acabou como hum Réo. Oh alma nobre,
Digna, por certo, de melhor ventura!
Quem podéra encobrir da fama aos olhos,
Ou desculpar, ao menos, teo delicto,
Delicto horrendo, com que vai manchar-se
A brilhante carreira de teus dias.
Mas em vão meo amor trabalharia
Por mostrar-te innocente ao Mundo inteiro,
Se as Naçoens mais incultas reconhecem,
Que hum Vassallo, que intenta á força de armas,

Ao Monarcha mostrar sua innocencia,
Já não hé innocente, mas culpado.
E se hum Deos, sempre Justo, até castiga
Este crime em D. Pedro, veja o Mundo,
Se impune ficar póde, quem se atreve,
Sacrilego, a tocar o Sacro Sello
Do Supremo Podêr, que aos Reys hé dado.

F I M »

* * *

O drama — *«O Pajem de Alfaroqueira — Casamento e mortalha no céu se talha»* —, de FRANCISCO MANUEL TRINDADE, foi, como o autor diz em nota final, representado no Teatro de Bragança, no dia 8 de Junho de 1854. É uma peça em 3 actos e 5 quadros e filia-se na corrente do drama romântico lançada por GARRETT e HERCULANO ⁽¹⁾ e seguida por MENDES LEAL, ERNESTO BIESTER, COSTA CASCAIS, etc.

Não se passa em um só lugar: o 1.º acto decorre nos jardins dos Paços de Santa Clara, junto da Fonte das Lágrimas; o 1.º quadro do 2.º acto, num subterrâneo do convento de Santa Clara e o 2.º na antecâmara de D. Beatriz, filha do Duque de Coimbra, nos seus Paços; finalmente, o 3.º acto no interior dos Paços Ducaes (1.º quadro) e numa sala donde se avista a cidade (2.º quadro).

É protagonista um negro, chamado Hamedy, dedicado pajem do Infante D. Pedro, que se enamora de D. Beatriz, aliás apaixonada por seu primo D. Fernando de Arraiolos. Outro par de enamorados — D. Isabel, filha de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa e fidalgo inimigo do Infante D. Pedro, e D. Jaime, filho deste — dá vida à peça, em que ainda intervêm o Infante D. Pedro e «D. Álvaro d'Abrances»; D. Afonso de Ourém, irmão de D. Fernando de Arraiolos; Álvaro Afonso, padre; e, como simples comparsas, damas e embaçados, que actuam no 1.º acto.

Contrariamente ao que acontece nas restantes peças, não figuram nesta D. Afonso e nem a rainha D. Isabel.

Há três mortes em cena: D. Pedro de Noronha morre às mãos de Hamedy, na altura em que pretende levar consigo a filha (final do 1.º quadro do 2.º acto); D. Afonso de Ourém é morto pelo irmão, D. Fernando de Arraiolos, quando, após Alfaroqueira, pretende incendiar o palácio do Duque de Coimbra (fim da penúltima cena do 3.º acto); e Hamedy, no final da peça, suicida-se, por ver aniquilados todos os seus sonhos.

(1) Na peça, geralmente desconhecida, intitulada «O Fronteiro d'Africa», publicada no Rio de Janeiro em 1862.

Para elucidação do leitor, transcreve-se a 3.^a cena do 1.^o acto:

«SCENA III

O Infante — *vestido para baile; D. Alvaro d'Abranches, — com as suas armas.*

D. Alvaro d'Abranches — O que eu tenho que vos dizer é na verdade terrível, Senhor Infante; por isso vos chamei a este sitio solitario, e triste. Eis alli a Fonte das lagrimas! como é lugubre o murmurio d'esta fonte... (*lendo a inscripção*) 1355... ha quasi um seculo, foi aqui o leito de morte, onde cahiu desamparada uma victima formosa, e innocente! — ha quasi cem annos; e uma nodoa de sangue parece reverbêra ainda junto d'aquella pedra tumular.

O Infante — Comprehando, de que quereis fallar-me, Conde.

D. Alvaro d'Abranches — Ignez foi aqui assassinada a golpes de punhal; e os assassinos forão acolher-se sob o manto real d'Affonso 4.^o

O Infante — Conde! fostes meu companheiro d'armas nas guerras de moiros, e castelhanos, accaso não vos dei eu já mais uma prova de coragem? — Por mais terrível que seja o que tendes para me dizer, fallae, D. Alvaro! fallae sem rodeios, que eu não tremo! — Eu vos suppunha em Ceuta e estaes aqui: fallaes-me d'uma intriga, d'um assassinio, d'um rei... que quer isto dizer? — Vindes de Ceuta, meu Conde?

D. Alvaro... — Venho do Conselho do rei.

O Infante — Vindes de Santarem!... Mas porque tendes vestidas as armas aqui, em minha Casa, e quando se tracta d'um baile?

D. Alvaro... — Fui com ellas ao Conselho, e não as despirei mais. Vêde, Senhor Infante: a minha fronte cobriu-se de rugas á força de lhe pezar um capacete;—vós o sabeis; tenho consumido a vida assim: já agora estes vestidos de ferro serão a minha mortalha.

O Infante — Haveis-me dito assaz, Conde D. Alvaro: o resto, adi-vinha-m'o o coração.

D. Alvaro... — Ainda bem, que me poupaes a pena de dizer-vo-lo.

O Infante (*com anxiedade*) — Fui condemnado, Conde? (*D. Alvaro aperta-lhe a mão em silêncio.* — — *A musica dos barcos,*

O INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA

que passaram, ouve-se longinqua; os sons que expiram tornam esta scena mais triste ainda).

D. Alvaro...—Senhor Infante D. Pedro!—Senhor Duque de Coimbra! erguei a fronte, activa, e magestosa, como deve erguel-a um innocente!—(*O Infante enxuga uma lagrima*). Erguei-a, Senhor, que sois filho de D. João 1.^o de Portugal, e uma lagrima vossa deve pesar terrivelmente sobre as cinzas do rei cavalleiro.

O Infante—Posso eu dar-te um rosto sereno?—Ai Conde! pensaes vós que uma accusação menos enorme não faça desbotar as faces do innocente?—

D. Alvaro...—Não vos peço um rosto sereno, senhor; mas quizera que essa palidez fosse o reflexo da indignação; pedia-vos que não suffocasseis os brios de cavalleiro, e que uma lagrima vossa não fosse vista, porque não podesse traduzir-se a vossa dor por um remorso.

O Infante—Mas que fará o mal-aventurado, vergando ao peso d'uma calunnia, de que não pode desaffrontar-se?—Que fará senão chorar, embora seja o seu pranto de desespero, ou de dor?—

D. Alvaro...—E vós não podeis desaffrontar-vos, Senhor Infante? Contaes apenas 55 anos d'idade; outros tantos como eu: acho-vos robusto como na tomada de Ceuta. Nós ambos estamos ainda assaz fortes para suster uma espada, e esporrear um ginete: e um cavalleiro de esporas douradas bem pode reptar um rei.

O Infante—Que dizeis, Conde?

D. Alvaro...—Que devemos apellar para o Juizo de Deos, Senhor Duque! eu reptei a tres e tres os do Conselho; os cobardes forão acolher-se aos pés do throno; e o rei negou-me campo para combater.

O Infante—E o Rei protegeu-os? Afonso 5.^o não vos ouviu?—

D. Alvaro...—Não; que o vociferar dos validos suffocou os brados do soldado, que tomava voz por seu irmão.—Vós haveis-me dado este nome, senhor!—(*O Infante estende-lhe uma mão*). A espada do cavalleiro não é a arma do valido: affeito a enroscar-se nas trevas da intriga, como o reptil, que se esconde, para morder a seu salvo, evita o combate franco, e leal do campo cerrado. Oh! mas o cobarde, que não tem pulso para um ferro, tem as faces para uma bofetada.

O Infante — Conde D. Alvaro!

D. Alvaro... — Perdoae! Tracta-se de vosso irmão, o Senhor Duque de Bragança; de seu filho, o Conde d'Ourem, e do Arcebispo de Lisboa, que é ainda vosso parente.

O Infante — Tomar armas contra o Rei!... Pensaes bem nisso, Conde? —

D. Alvaro... — A severidade dos vossos princípios vos arroja ao cadafalso. Affonso 5.^o crê-vos o assassino do Senhor Rei D. Duarte, e quer vingar seu pae.

O Infante — Possa eu dormir sem um remorso, seja embora no fundo d'um tumulto! Pode acaso o cadafalso infamar um innocente? — Não, Conde: a nodoa de revel não manchará o meu brasão, que hei-de legal-o a meus filhos sem um ferrete. — Basta! por Deus, basta: não me desperteis na alma um pensamento de sangue! — D. Alvaro, não serei eu que acenda o facho d'uma guerra civil: eu não chamarei esse flagelo sobre a minha patria querida! —

D. Alvaro... — Senhor!

O Infante — Conde d'Abranches! Basta! Que a muita afeição, que me vós tendes, vos não faça traidor á patria, e ao rei! — (*D. Alvaro cde n'um meditar profundo* —.....—) Pensastes que o gêlo dos 50 annos me tem extinctos os brios? Enganastes-vos. — Quizera desaffrontar-me: — anhele-o como o viajante no arido deserto desejára uma bilha d'agua. Mas o cavalleiro de cans alvissimas não soffre a ideia d'uma perfidia; e o pae repelle um pensamento de parrecida.

D. Alvaro... — Senhor Infante, que me fazeis soffrer horriavelmente! —

O Infante — Vós de certo esquecestes que Afonso v é meu sobrinho, e o esposo de minha filha! — Pobre Izabel! como ella tem soffrido! como ella se terá arrastado por mim aos pés do Rei!... (*enxugando uma lagrima*).

D. Alvaro... — Uma palavra ainda, Senhor! — Sabeis que as vossas palavras me tem varado o coração com o gêlo mortifero d'um punhal? — Sabeis que essa nodoa de revel, que vos faz horror, a tenho eu estampada nas rugas da minha fronte! —

O Infante — Que dizeis, Conde?

O INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA

D. Alvaro... — Que o Rei me prohibiu vir para vós, e eu furtei-lhe a minha espada, para vol-a vir offerecer.

O Infante — Desgraça!

O PAGEM D' ALFARROBEIRA

CASAMENTO E MORTALHA DO CÃO SE TALHA.

DRAMA

EM 3 ACTOS E 5 QUADROS

POR

FRANCISCO MANOEL TRINDADE.



TYPOGRAFIA DE BRAGANÇA.

1853.

Reprodução reduzida do rosto do drama
de Francisco Manuel Trindade.

(Col. Rocha Madalil)

D. Alvaro... (*com a expressão do desespero, que da alma apenas lhe reassume nos labios*) — Que vos afflige? — Lastimaes o termo fatal da minha vida de gloria, e combates? — Pranteaes a lealdade, a crença, a fé, que eu hei perdido?

O Infante — Calla-te, por Deus!

D. Alvaro... — Tranquillisae-vos, que a vida do desertor corre por conta do Rei!

O Infante (*agitado*) — D. Alvaro de Abranches!

D. Alvaro... — Esse nome, se não se riscar da memoria dos homens, talvez soará muito mal na posteridade. O nome d'um desleal! Oh! mas vós, Senhor Infante, tambem me fareis Justiça!... (*Ha um segundo de silencio, durante o qual os dois amigos se estreitam as mãos, fixando-se; e uma grossa lagrima rôla pela face de D. Alvaro, e brilha sobre o seu longo bigode*).

O Infante (*profundamente comovido*) — Uma lagrima, D. Alvaro!...

D. Alvaro... — (*Enxugando-a prestes*) — Uma só senhor Infante!

O Infante — Mas uma lagrima só é demais nos olhos do cavalleiro, que talvez conta os combates pelos annos da sua vida! — Alvaro d'Abranches! tu és o modello dos amigos: a posteridade fará justiça á tua memoria! — D. Alvaro, queres tu seguir-me? — Queres partilhar o meu destino? —

D. Alvaro... — Nascemos ambos no mesmo dia, sob a mesma estrella: succamos o mesmo leite: juntos saudámos o alvorecer da vida, e juntos partillámos o amargo della. Não deverá ser tambem uma mesma a morte d'ambos?

O Infante — Da-me o ultimo abraço d'irmão! Depois eu abraçarei meus filhos: e nós ambos hiremos a dar ao Rei estas vidas que são d'elle (*abraçam-se*).

D. Alvaro... — Este não será o ultimo, que sobre o leito da morte eu hei-de ainda abraçar-vos.

O Infante — Meu irmão! a tua lagrima caiu aqui... guardo-a no fundo do coração. Possa eu um dia accrescentar por timbre no teu escudo, meu Conde, essa tua lagrima d'oiro! (*Aper-tam-se ainda as mãos, e o Infante sêe*).

D. Alvaro... — Ai! temo que o pranto vertido não será jamais o timbre do valente! As suas lagrimas perdem-se em campo esteril, que ninguem tem a poesia do coração d'um soldado!... (*Segue o Infante*). »

* * *

O drama de FÉRREA ARAGÃO — «*O Duque de Coimbra*» — passa-se em Lisboa (Actos 1.º, 2.º e 5.º), junto da igreja da Batalha (3.º acto) e em Alfarozeira (4.º acto). Personagens principais: D. Afonso v, rainha D. Isabel; Duque de Coimbra e Conde de Abranches; D. Álvaro de Castro, camareiro-mor, grande amigo do Duque de Coimbra; Vasco Fernandes, marechal; Conde de Ourém, Conde de Barcelos, D. Pedro de Noronha, conhecidos inimigos do Duque; *D. James* (D. Jaime), filho deste, e D. Elvira, dama do Paço; Álvaro Afonso, padre, além de figuras menos importantes e de comparsas.

Os amores de D. James e de D. Elvira, que, disfarçada em pajem, vai a Coimbra em missão secreta da Rainha, constituem o enredo lírico da composição.

O autor, contra a História, faz que D. James morra em Alfarozeira, nos braços da amada, em circunstâncias constantes do final do 4.º acto, de que a seguir se reproduzem as derradeiras cenas:

bibRIA

«SCENA VII
Um Ajudante de campo e os ditos»

Ajudante — Senhor duque, a vossa presença no campo da batalha torna-se neste momento indispensável! Vosso filho e o Conde de Abranches estão em grande perigo! O nosso exercito foi derrotado! D. James foi já ferido mortalmente, e o conde recebeu no peito um golpe de lança! (*Espanto geral*).

Duque (arrancando arrebatadamente o braço ferido do peito, e desembainhando a espada). — Meu filho e o conde de Abranches feridos! e eu aqui feito um covarde! Acompanhai-me! (*Todo o Estado Maior o acompanha*).

SCENA VIII

Theofilo e o Official ferido

Theofilo — Minha querida esposa! meus innocentes filhos! já talvez me não tornareis a ver! Estamos vencidos (*chora*).

Official — Estou perdido! não posso fugir! (*levanta-se com grande custo, e retira-se pela parte opposta ao campo do combate*).

SCENA IX

Um soldado ferido, apoiando-se na lança, e Theofilo

Theofilo — Chegai-vos para aqui, camarada. Então que temos de novo no campo de batalha? Vindes ferido?!

Soldado — É verdade. Atravessaram-me a barriga desta perna com uma lança, mas, graças a Santo Amaro, não me offenderam os ossos...

Theofilo — Então ganharemos a victoria?

Soldado — Está quasi perdida!

Theofilo — Como assim? perdida!

Soldado — Sim, quasi perdida, meu camarada! Já nos restam poucos soldados, não obstante a grande quantidade que desertaram das fileiras de el-rei para as nossas. No primeiro ataque fomos muito felizes. O conde de Abranches parecia um terrivel leão! por toda a parte levava diante de si o terror e o espanto; porém desgraçadamente foi ferido! Esta desgraça desanimou os nossos soldados. O nosso querido D. James já a estas horas estará talvez morto...

Theofilo (*levantando-se trémulo, encostado á lança*) — Que me dizeis? D. James morto... D. Elvira!... (*chora*) infeliz menina!

Soldado — Pois conhece-a, camarada?

Theofilo — Oh! se conheço! é um anjo com a figura de homem...

Soldado — Um anjo! por isso D. James, quasi expirando, proferiu esse nome! Fez-me correr as lagrimas... quiz-lhe salvar a vida á custa da minha, mas não pude; fui muito tarde... estava já coberto de golpes.

Theofilo — D. James! desditosa Elvira! que será feito della (*chora*).

SCENA X

Tropa em desordem, alguma della com as lanças quebradas, sem elmo, cheia de sangue e poeira, atravessa rapidamente a scena. Theofilo, sentado, dando signaes de grandes dores na perna ferida, e o soldado.

O INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA

Soldados (fugindo em multidão) — Fugamos! estamos perdidos!

Outros — Já tudo foi passado á espada! fugamos! (após estes passam outros muitos, soltando vozes de susto, etc. Deve tudo indicar os restos de um exercito destroçado e posto em fuga).



*Reprodução reduzida do rosto do drama
de António Pereira Férrea Aragão.*

(Col. Rocha Madahil)

Officiaes — Morreu o duque! está tudo perdido! (Tudo é desordem e confusão. A scena fica vazia. Theofilo e o soldado retiram-se com muito custo).

SCENA XI

Estado Maior e alguns Soldados, transportando nos braços o Duque, morto, que conduzem para a barraca. Signaes de pranto no rosto de todos. Apparece o Conde de Abranches, desorientado e cheio de sangue, com a farda rasgada, e ligaduras á roda do peito.

C. de Abranches—D. Pedro... o duque...! o meu querido amigo!... onde está elle?... quero vê-lo!... (*O Estado Maior faz-lhe barreira para não ver o cadaver, o Conde faz todos os esforços*) Quero vê-lo morto, ou vivo!... Vós choraes!... aonde está elle? (*Rompe a fileira, e dando com a vista no cadaver, estaca espavorido, levando a mão aos olhos*) Ah!! assassinado o duque de Coimbra! Eis a recompensa de tuas grandes virtudes, e do bem que fizeste a esta ingrata patria! Só eu, infeliz de mim, não pude achar a morte no campo da batalha... Estou cançado! já não posso brandir esta espada, e vender cara a minha vida! Pois bem... amigo illustre, eu te acompanho á eternidade... (*vai a cravar a espada no peito, os officiaes suspendem-lhe o braço; lança mão ás ataduras que lhe ligam o peito, e é também impedido*). E o meu juramento?!

SCENA XII

D. James, amparado por dois Officiaes, e os Ditos.

D. James (*semi-morto*) — Meu pai!... Elvira!... Eu mor... ro... sem... vos... dar... o ulti... mo... adeus... (*fica desfallecido*).

D. Elvira (*dentro*). — Quero vê-lo... deixai-me...

D. James (*despertando*) — Esta voz!... é ella... Elvira!... Elvira!...

SCENA XIII

D. Elvira, sem elmo e desgrehada, e os ditos.

D. Elvira (*correndo a abraçar D. James*) — D. James! meu esposo... oh! quasi morto!... meu Deus!

D. James—El... vi... ra... és... tú... que... ri... da... es... po... sa... Adeus... eu morro... vinga a morte... de... quem... tan... to... te... ama... va... (*Cae morto. Neste momento chega Tropa inimiga, o Estado Maior desembainha as espadas para defender os cadaveres do Duque e de D. James. D. Elvira enrista a lança e accomette o inimigo. O Conde de Abranches lança-se ao inimigo com a espada desembainhada, e depois de lan-*

O INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA

çar alguns por terra, tem elle a mesma sorte. Já prostrado, e em quanto o inimigo o fere, lhe diz)

Conde de Abranches — Fartar, rapazes!!!

Fim do 4.º acto.»

O 5.º acto, como se disse, passa-se no palácio, em Lisboa. Os traidores são desmascarados perante o Rei, graças à intervenção da rainha D. Isabel, D. Elvira, D. Alvaro de Castro e Álvaro Afonso.

* * *

Já experimentado em teatro de carácter histórico, em que se estreara, ainda estudante, com o drama em 5 actos, em verso, denominado «Leonor Teles» (1879), que desde logo o apontou como notável dramaturgo, MARCELINO MESQUITA pôs em cena, em 1897, a «tragédia histórica» de — «O Regente» —, na qual teve a preocupação de seguir rigorosamente a lição do cronista RUI DE PINA, abstando-se de architectar quaisquer enredos estranhos ao assunto. Como já acontecera com a «Leonor Teles», esta peça foi desempenhada por grandes actores — Brasão, João e Augusto Rosa, Ferreira da Silva, Chaby Pinheiro, etc. —, que lhe deram o maior relevo ⁽¹⁾. Além das figuras históricas já apontadas, outras intervêm, como a rainha D. Leonor de Aragão, viúva de D. Duarte, que aliás só entra numa rápida cena; LUÍS DE AZEVEDO, autor da poesia do «Cancioneiro Geral» de GARCIA DE RESENDE, de que atrás ficaram transcritos uns passos, e outras de menor importância, num total de dezanove; mas no elenco vê-se numerosa comparsaria de «fidalgos, damas, pajens, populares, judeus, frades, besteiros, escudeiros e arautos».

Divide-se o drama, que decorre, como já ficou dito, de 1440 a 1449, em 5 actos, compostos de vários quadros: 1.º acto, 3 quadros (Largo da Sé, Saleta do Paço, Largo da Sé); 2.º acto, 2 quadros (Saleta do Paço, Casa do Duque de Bragança); 3.º acto, 2 quadros (Saleta do Paço, Salão do Paço); 4.º acto, 2 quadros (Castelo de D. Pedro, em Coimbra; saleta do Paço); 5.º acto, 3 quadros (Salão de D. Pedro, em Coimbra; igreja de S. Tiago, em Coimbra; Alfarozeira).

Para exemplificação, escolhemos o quadro IV (início do 2.º acto), em que aparece, ao lado das figuras de D. Pedro e do Conde de Avranches, o asqueroso *Berredo*, com o seu torpe bifrontismo:

«*Berrêdo* — Que figura tem o cavalleiro?

(1) Sobre MARCELINO MESQUITA leia-se o notável estudo que FIDELINO DE FIGUEIREDO redigiu após o falecimento do dramaturgo, em 1919, e se encontra no volume III dos seus *Estudos de Literatura*.

Pagem — Nobre de sua pessoa e grande ar de comando.

Berrêdo — E procura o Infante?

Pagem — Assim o diz... e que vem d'Africa.

Berrêdo — D'Africa?... Mandai-o entrar (*Sahe o Pagem*). D'Africa.

Almada (*Entrando*) — Gastei menos tempo a atravessar o estreito.

Berrêdo — Ah! Sr. Conde de Avranches, desculpai. Ordens do Infante. Quem suspeitava que fosseis...?

Almada — Eu mesmo. Que Deus vos guarde. O Infante?

Berrêdo — Em seus apozentos.

Almada — Não é aqui seu despacho?

Berrêdo — Aqui é... Quereis que o avise?

Almada — ... Não; esperal-o-hei. Vós que sois seu particular, dizei-me presto o que se ha passado, que em Africa mal chegam rumores de verdade. O príncipe é regente ainda?

Berrêdo — Sim, meu Senhôr.

Almada — El-Rei deu-lhe de novo o cargo?

Berrêdo — No mesmo dia e hora em que lh'o pediu.

Almada — Porque o pediu, então?

Berrêdo — El-Rei chegára á idade propria...

Almada — Então para que lh'o entregou de novo?

Berrêdo — (*Velhacamente confidencial*) — Foi um remorso, senhor!

Almada — Hein? E eu sei quem lh'o fez sentir. O duque, o filho, o arcebispo? Santa gente!

Berrêdo — Assim foi, meu senhôr. Persuadiram El-Rei que o sr. Infante lhe não entregaria o reino.

Almada — Já percebi. E, como?

Berrêdo — Com bastas razões, calumpniasas...

Ô INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA

Almada — Por S. Miguel! e elle?

Berrêdo — Elle lhes desfez as intrigas, entregando-o no dia proprio, com as maiores mostras de respeito.

Almada — E, El-Rei...

Berrêdo — El-Rei é muito novo. Custa mais a dirigir um reino do que uma çaçada.

Almada — E foi pôr-se a mandar falcões pela serra de Cintra, sem vêr que anda nas garras d'outros...

Berrêdo — Que o não largam, lisongeando-lhe os instinctos de monteadôr intrepido. Assim têm suas graças e o affastam das coisas sérias e graves!

Almada — E a D. Pedro muito estima El-Rei?

Berrêdo — Senhôr, não. Antes parece que mais por fôrça do que por vontade o tem em seu lugar.

Almada — Mas respeita-o?

Berrêdo — Ah! sim; que por suas qualidades e superior espirito o principe se impõe.

Almada — Seria mostrar receio de taes inimigos o não acceitar de novo a regencia. Fez bem o Infante.

Berrêdo — A luta tem sido cruel.

Almada — Desde que parti?

Berrêdo — Quando partistes?

Almada — Logo que a Rainha fugiu para Hespanha, e fomos apanhar em seu fôjo o conde de Barcellos, que «valentemente» se entregou.

Berrêdo — Pois bem... A Rainha fugiu depois para o Crato. O Infante cercou-a. Fugiu para Castella. O conde de Barcellos ameaçou de uma grande derrota, lançou-se nos braços de D. Pedro, que para lhe pagar a rebeldia, lhe deu Bragança de que o fez duque.

Avranches — Ora ahi está uma vingança de tôlo.

Berrêdo — A regencia estabeleceu-se. A Rainha trama em Hespanha a guerra contra nós. Veem embaixadôres, e, aos ultimos,

D. Pedro, aborrecido, despede-os dizendo-lhes que podiam ir começar a guerra quando lhes apetecesse.

Avranches — E o Barcellos?

Berrêdo — Alliado com elles.

Avradches — Era de vêr.

Berrêdo — Mas não vieram.

Avranches — Pudera!

Berrêdo — D. Pedro governava como um grande principe. O rei, pequeno, sempre rodeado por elles. Sugeriram-lhe o odio contra o Infante, attribuindo-lhe os desastres da mãe. O rei não o ama. Lisongeiam-lhe a vaidade sem escrupulos e em tanta intriga o enredaram que o levaram a pedir a regencia. El-Rei porém viu bem um momento. Cazou publicamente com D. Izabel e o casamento lançou o terrôr no arraial contrário (*D. Alvaro passeia exaltado: Berrêdo, velhacamente, observa-o*). A intriga rebentou então terrivel. Chegou até á calumnia. Espalhou-se na cidade que matára a rainha e seus irmãos... que lhe faziam estorvo...

Avranches — Quem? Esmagal-os-hei.

Berrêdo — Contra a propria Rainha, meu senhôr, inventam-se amôres.

Avranches — Por deus! e sabe-o o Infante?

Berrêdo — Não, meu senhôr. Elle não acreditaria nunca que a ambição e o odio do duque fossem até ahi.

Avranches — E, sabe-o El-Rei?

Berrêdo — Não, meu senhôr; espalhou-se... pelo povo. Um dia ou outro sabel-o-ha El-Rei. E toda a sua má vontade accumulada contra o Infante rebentará em seu desfavôr.

Avranches — Mas eu cheguei. Estou aqui. Elle está só, o principe?

Berrêdo — Só. A sua altiva consciencia não vê as pequenas misérias... perde-se sorrindo desdenhoso.

Avranches — Não é mau juntar á consciencia a força de uma espada. Nós veremos. (*Um pagem entra*)

Berrêdo — Eis o principe. (*D. Pedro entra*)

D. Pedro — D. Alvaro!

Avranches — Meu senhor. (*Abraçam-se*)

D. Pedro — Quando chegastes?...

Avranches — Agora, meu senhor.

D. Pedro — E viestes?

Avranches — De longada. Desembarquei no Restello. Cavalguei e vim vêr-vos.

D. Pedro — Ceuta está socegada?

Avranches — Não tanto. Não é porém guerra que vos dê cuidado. Outras me disseram haver por cá. Por essas vim.

D. Pedro — Por mim viestes?

Avranches — Por vós.

D. Pedro — Boa lembrança a de vossa amizade. Necessitava ter-vos junto a mim. O desanimo entrou em meu espirito: o cansaço da lucta mesquinha, o aborrecimento da vida! Bem vindo sejaes. Aconselhar-me-heis e em vós descançará minh'alma de tantas privações e desgostos!

Avranches — Descançai vós, trabalharei eu.

D. Pedro — Berrêdo, fazei entrar, para a sala grande, a deputação dos homens bons da cidade, que me procura. (*Berrêdo sahe*) Sabeis o que elles me querem? Pedir-me licença para me levantar uma estatua, em frente á porta dos Estâus.

Avranches — Ides concedel-a?

D. Pedro — Não; vou recuzal-a.

Avranches — Recuzal-a?

D. Pedro — Não conheceis o povo? — É para lhe poupar o trabalho de a quebrar mais tarde. Vinde. (*Sahem*)» ⁽¹⁾.

(¹) Ao projecto da erecção da estátua há igualmente referência na peça de HENRIQUE JOSÉ DE CASTRO (confidência de D. Pedro à filha, na cena 3.^a do 2.^o acto) e na de FRANCISCO MANUEL TRINDADE (confidência do mesmo ao pajem Hamedy, na cena 7.^a do 1.^o acto).

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

E já agora, e para fecho das transcrições, o final da peça.
É em Alfarozeira, após a morte do Infante D. Pedro:

«(Entra Alvaro Vaz, sem capacete, rasgado, cheio de sangue;
seguem-no o pagem e guerreiros)

Avranches — Está morto? (Ante o cadaver) Oh meu senhor, oh
mais alto príncipe da terra! que viva eu, para que os meus
olhos vos vejam assim, misera materia, forma mais nobre,
corpo da maior alma que teve Portugal! (Ajoelha e beija-o)
Vede-o, homens d'armas, espelho da lealdade, honra da caval-
laria, morto pela intriga, pela cobardia, pela ambição vil!
Que a terra inteira agonize n'esta morte! se envergonhe o céu!
e que este dia maldito fique enegrecendo de eterna vergonha
a memoria do rei! Devemos-lhe o sangue, senhores, ide vin-
gar-lhe a morte! (Sahe de tropel. Ao pagem) Dá-me pão
e vinho. (Ao largo) Eh! Eh! esperai, esperai! (O pagem traz
pão e vinho, que elle come e bebe ás guinadas, olhando a peleja,
cujo ruido se aproxima: alguns soldados veem fugindo. Setas
passam no ar) Eh! cães! quem é que foge aqui? Para a
frente! (Os soldados voltam) Alli, alli é que se morre!
O pendão do rei! Ah! (Pega na espada e vae a sahir)

D. Jayme (Entrando) — Senhor conde, vão chegar aqui, o que
farão de meu pai?

Avranches — Fica. Defende-o. (Sahe. D. Jayme tira a espada e
colloca-se aos pés do cadaver. O ruido está no auge. Ouvem-se
gritos de S. Jorge, choque de armas, vozes de commando. Alvaro
Vaz entra seguido de perto pelos inimigos, cambaleante, arras-
tando a espada. D. Jayme sustem a turba)

Avranches — Não posso mais: velho corpo, pedes descanso e tu
minh'alma já tardas! (Cahe de joelhos e cahe-lhe a espada.
A multidão atira-se a elle) É vingar, rapazes! É faltar,
vilanagem! (Matam-no. Entra o Rei, o Duque, o Arcebispo,
o Conde, Berrêdo, fidalgos).

Rei — Poupai-os. Quero os traidores! (Vendo D. Jayme) Pren-
dei-o, aquelle. (Prendem-no)

Ourém — Estão mortos.

Rei — A justiça de Deus arrancou-os das minhas mãos.

Duque — Mas fazei, agora que sois, enfim, rei, a justiça da terra.
Que os seus cadaveres fiquem inseultos, como é de lei para
os traidores, pasto dos corvos e dos lobos!

Ô INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA

Rei — Assim se faça. Toquem ao saque. (*As trombetas tocam ao saque. A comitiva sahe*)

Avranches (*Levantando meio corpo, moribundo*) — A justiça de Deus!
Ó Duque! que elle faça cahir o nosso sangue sobre a tua cabeça
e a de teus filhos!

(*Cae, junto de D. Pedro. O panno desce lentamente*).

F I M »

O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra e Senhor de Aveiro, foi, como se vê, largamente tratado em autores portugueses e figura com excepcional relevo na nossa literatura dramática ⁽¹⁾.

Poderá haver divergências de pareceres a seu respeito; mas será impossível apagar os depoimentos que, a partir de RUI DE PINA, nos foram transmitidos por historiadores e historiógrafos conscienciosos, — abonatórios da integridade de carácter desse membro da «Ínclita Geração», que, como Santa Joana, sua neta, para sempre ficará ligado à cidade de Aveiro, de que foi donatário.

26-IV-1965

JOSÉ TAVARES

(1) Por dramaturgos e comediógrafos espanhóis dos séculos XVI-XVII e XVII — LOPE DE VEGA, VELEZ DE GUEVARA, TIRSO DE MOLINA, CALDERÓN, etc. — foram tratados assuntos portugueses, especialmente pelo primeiro.

Na comédia de TIRSO DE MOLINA — «*El Vergonzoso en Palacio*» —, decorrida «en Avero y sus cercanias», figura o Infante D. Pedro, por sinal disfarçado em pastor, de nome *Lauro*...

Sobre as viagens do Infante D. Pedro há os seguintes recentes trabalhos:

The Four Dromedaries of the Infante Dom Pedro. — One of Guillaume Apollinaire's Sources — pelo Prof. FRANCIS M. ROGERS. Angra do Heroísmo, 1957.

The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal — por FRANCIS M. ROGERS. 1961 (424 págs.).

Gómez de Santisteban — «*Libro del Infante Don Pedro de Portugal*» — Publicado segundo as mais antigas edições por FRANCIS M. ROGERS. 1962.

A Visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens — por FRANCISCO LEITE DE FARIA. Lisboa, 1964.

A PARTICIPAÇÃO DE AVEIRO NO FESTIVAL DE JOÃO DE DEUS EM 8 DE MARÇO DE 1895

A setenta anos de distância de um acontecimento raras testemunhas sobrevivem e muito improvável se torna já que essas poucas dele guardem memória fiel e pormenorizada. Por maioria de razão, algum sucinto relato de qualquer episódio que marginalmente se lhe ligue ou constitua uma simples e diminuta parcela do conjunto, embora ainda susceptível de alguma acção por depoimento pessoal de partícipe ou mero espectador, retoma foros de novidade ressurgida. Os pequenos factos desvanecem-se, perdem-se como a agulha no palheiro. Na retentiva quase só se conservam os culminantes, embora erguidos à custa daqueles, como de longe se vê a duna e não cada um dos grãos de areia.

Ora, de sobejo se conhece o acontecimento de projecção nacional — porventura a mais expressiva homenagem que alguma vez se prestou em Portugal a um poeta vivo — em que esta breve nota, com apenas o intuito de situar-se no domínio das pretéritas curiosidades locais, pretende memorar a quota parte que nele teve a gente de Aveiro, nada, de adopção, ou apenas residente por essa data.

Como no copioso registo que em letra de forma se consagrou a esse facto de tão ampla repercussão, em que agora atentamos fugazmente, se explanou, «na sua emoção sincera, a mocidade das Escolas, à qual JOÃO DE DEUS dedicou a nova edição do *Campo de Flores* procurou ensejo para glorificar a obra do poeta com uma apoteose, escolhendo o seu sexagésimo quinto aniversário natalício, em 8 de Março de 1895» ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ O *Festival de João de Deus*, pág. 8 — No livro lê-se maio, mas por flagrante lapso.

AVEIRO NO FESTIVAL DE JOÃO DE DEUS

Todo o país, numa unanimidade «sem dissidentes» — se a redundância não é demasia — se associou a essa jornada de glorificação, desde a juventude estudantil dos cursos superiores e dos liceus e do elemento operário até às mais representativas figuras nacionais da vida social e política, das artes, da ciência e da literatura, e ao próprio monarca, louvando quer o poeta quer o autor da *Cartilha Maternal*.

Aveiro, como invariavelmente sucedeu em circunstâncias similares, marcou também neste ensejo a sua presença — e isso é que está esquecido, e agora se relembra, se não surge como inteira novidade para os leitores de hoje.

Aliás, a cidade de algum modo se encontrava, desde há bastante tempo, ligada à obra de apostolização do ensino das primeiras letras, pois certo é, que, como testifica o *Dicionário Bibliográfico Português*, «o sr. João de Deus, escrevera a respeito do seu método em vários periódicos e especialmente no *Districto de Aveiro*» (1).

A assinalar, porém, a grande consagração pública desse «homem tão poético como os poemas», como na altura escreveram EÇA DE QUEIRÓS — que nele via encarnada a alma poética do povo português — dois periódicos aveirenses lhe dedicaram números especiais: — *O Campeão das Províncias* e *A Vitalidade*.

O primeiro, além de notícias dispersas, ocupa toda a sua primeira página — do enorme formato com que então se apresentava — com colaboração do seu redactor principal, o arguto e discutido José Eduardo de ALMEIDA VILHENA; do jovem estudaute José Maria de Vilhena BARBOSA DE MAGALHÃES — que viria a ser um eminente catedrático de Direito, académico e homem público e uma das insígnis figuras aveirenses deste século —; de J. A. de ALMEIDA AZEVEDO, D. MARIA AUGUSTA DE CASTRO, dr. JOAQUIM DE MELO FREITAS — uma voz de Aveiro, que nunca faltava onde a sua terra houvesse de pronunciar-se —; DUARTE MENDES DA COSTA; RANGEL DE QUADROS — operoso e prestante aveirógrafo —; FRANCISCO DE MAGALHÃES e FIRMINO DE VILHENA — redactores permanentes do jornal e o segundo seu futuro director —; Padre MOISÉS NORA, ELÍSIO DE LIMA, HENRIQUE MARINHO e CARLOS DE PINA MACHADO.

Um dos colaboradores desse número de consagração julgamos dever relevar, nesta época de prosaísmo em que vivemos — o visconde de Alenquer, ao tempo governador civil. Cultivava as musas com felicidade e inspiração e sem quebra do prestígio e da austeridade que ao tempo se requeriam, invioláveis, para o desempenho da suprema magistratura distrital. Aliás, outros

(1) Tomo x, pág. 235.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

vates, e de altos merecimentos, como Fernando Caldeira, Luís de Magalhães e Augusto Gil exerceram com impecável dignidade a chefia administrativa do distrito.

Transcreveremos dessa já pouco conhecida edição do decano dos periódicos aveirenses o mimoso poema escrito para a circuns-tância pelo VISCONDE DE ALENQUER, de cujo estro ficou rastro noutras publicações aveirenses:

NA CORBEILLE DA NOIVA

Casou há dias a gentil Lucinda,
E que linda
E que linda ia a morgada.
Jamais noiva se vira tão formosa;
Tão garbosa
Tão garbosa e festejada.

Jamais, jamais se vira um tal encanto;
Ouro tanto
Ouro tanto em desposada.
Topázios e rubis eram sem conto,
(Era um conto
Era um conto só de fada).

Veludos raros, sedas de mil cores,
E labores
E labores de princesas,
Pérolas finas, lindas cachemiras,
E safiras
E safiras e turquesas.

O pai brocados deu, custosas rendas.
Eram prendas
Eram prendas sem igual.
A mãe mais *previdente* deu à filha
A Cartilha
A Cartilha Maternal.

Este exemplar do *Campeão das Províncias*, aliás sem número nem data, e provavelmente saído em 9, insere ainda uma breve notícia das homenagens. Dela extractamos um parágrafo apenas, pois inclui uma quadra de JOÃO DE DEUS, alusiva à festa de que era o orago, e não vemos recolhida: «Na véspera, num lance mais desafogado, disse para a esposa: «*Será uma grande festa, | Uma festa singular; | Mas se eu escape desta | Tenho muito que contar*».

Na precisa data das festas efectuadas em Lisboa, e, assim, do sexagésimo quinto aniversário natalício do preiteado poeta, *A Vitalidade* ⁽¹⁾ foi integralmente dedicada «ao eminente lírico João de Deus». Ele próprio, como refere desvanecidamente a

(1) N.º 32, Ano I.

redacção, «teve a amabilidade de nos oferecer a bela poesia subordinação ao título 8-3-95»: *Esta festividade | É feita ao pobre velho! | Fâ-la a Mocidade... | Que será sempre espelho | Da generosidade.*

É extensa e selecta a lista dos colaboradores do excelente número comemorativo, organizado por Acácio Rosa, então director daquele hebdomadário aveirense, que se serviu das suas numerosas relações nos meios literários para mais o valorizar.

Inclui alguns escritores espanhóis como RAMON CAMPOAMOR — com uma poesia inédita, embora não propositadamente escrita —, LUIS VIDART e MANUEL DEL PALÁCIO, os três membros da Real Academia Espanhola, ANTÓNIO MUÑOZ DE RIVERA, FERNANDO ANTON (pai e filho), e FRANCISCO FRANCO e LOZANO, e ainda o General RIVA PALÁCIO, então ministro do México em Portugal.

Entre os autores nacionais que acederam a colaborar nesse número destacam-se TEÓFILO BRAGA, TRINDADE COELHO, FERNANDES COSTA e TOMAZ RIBEIRO, com uma pequena carta. Poderão ainda sumariar-se o famoso orador sagrado Padre FRANCISCO J. PATRÍCIO, SEBASTIÃO e JAIME DE MAGALHÃES LIMA, ILDEFONSO MARQUES MANO, MANUEL DUARTE DE ALMEIDA, JOAQUIM DE MELO FREITAS, ALFREDO ALVES, ANDRÉ DOS REIS, JOSÉ MARIA DE MELO DE MATOS, JOSÉ PEREIRA DIAS, CARLOS DE LEMOS, DINIS GOMES, MARQUES MACHADO, JÚLIO CATARINO — estes três últimos ilhavenses —, JOÃO SARAIVA, BARÃO DE CADORO, RENATO FRANCO, OLIVEIRA ALVARENGA e outros mais que subscrevem as produções com pseudónimos ou apenas com iniciais. Num destes últimos parece poder identificar-se, sem excessiva ousadia, o Dr. ANTÓNIO EMÍLIO DE ALMEIDA AZEVEDO.

Julgamos de algum interesse transcrever o pequeno trecho do contista de «*Os Meus Amores*», que na boca de seu filho — o futuro jornalista, diplomata e homem público HENRIQUE TRINDADE COELHO — põe, sintética e ingénua, mas expressiva, a apreciação de JOÃO DE DEUS como pedagogo e como lírico:

«Diz o meu pequeno que o método de João de Deus *não se aprende*:

«—No método de João de Deus — explicou-me ele uma vez — as sílabas é que vêm ter com a gente; assim, zás, do papel para os olhos!

«Como poeta, o meu pequeno definiu-mo também um dia a seu modo: lendo na «Cartilha Maternal» o *Hino de Amor*, perguntou-me no fim:

«—Ó papá, mas ele é *de Deus* por ser de Deus, ou por fazer versos assim?»

TRINDADE COELHO, como é de supor, deixou sem resposta a interrogação do pequeno, que na realidade era de ficar em inquietante perplexidade.

Talvez merecesse a pena, nesta evocação, trasladar alguns passos de outros artigos ou alguma pequena poesia. Limitar-nos-emos, todavia, a mais dois extractos.

O primeiro é da carta endereçada pelo BARÃO DE CADORO, homem do mundo, delapidador de fortunas, literato por diletantismo, ao «Meu casto João de Deus»:

«Há vinte e... anos, estava você encostado a uma ombreira da Casa Havaneza, em Lisboa, e entregue a um dos seus ditosos silêncios, sonhando de olhos abertos, fazendo poesia mental. Mateus de Magalhães ⁽¹⁾, cuja recente morte se deplora, e eu, de quem você provavelmente já não se lembra, fomos despertá-lo desse *kef* tão meridional, seduzindo-o para o levar a S. Carlos à apresentação de umas deliciosas bailarinas de Viena.

«— Elas *roçam* o português? — Preguntou você.

«— Uma *roça*. As outras, além da sua língua dispoem de compreensível francês. — Respondemos nós.

«— Pois apesar disso, não vos acompanharei às austriacas.

«Encarecemos-lhes os méritos, entre os quais sobressaia o da facilidade do trato.

«Que não, que não ia. — Respondeu você obstinadamente.

«Mas porquê? — Perguntamos-lhe nós já irritados.

«— Porque um poeta deve cheirar a versos e o meu fato cheira a benzina.

«Mandámo-lo ao diabo e fomos tratar das nossas vidas. Nem a sobrecasaca nem as calças que você trazia acabavam de chegar do Poole; tinham, porém, tão bom aspecto como as nossas. De onde em breve concluímos, que a recusa de você lhe vinha de ser casto.

«Tão casto como o D. Sebastião, que o Luis de Magalhães, irmão do Mateus, canta num soberbo poema...»

E, depois desta, com seu sabor anedótico, precedamos de duas palavras a segunda das transcrições, colhida de um ou outro dos jornais apontados, pois em ambos poderemos topá-la integralmente.

Na ocasião da homenagem recebeu o poeta numerosas lembranças. Desde as mensagens em pergaminho, encerradas em pastas mais ou menos luxuosas, a «um volume do *Campo de Flores*, todo escrito à mão, imitando letra de imprensa, com uma perfeição, que revela uma paciência beneditina», de retratos, canetas, livros diversos, etc. até às flores, uma imensidade de flores, toda a sorte de brindes entrou na casa do admirado lírico.

(¹) Filho natural de José Estêvão.

AVEIRO NO FESTIVAL DE JOÃO DE DEUS

A academia de Aveiro enviou também uma mensagem, de que foi portadora uma comissão delegada dos estudantes do liceu. Compunham-na o Padre João Simões da Costa, Aníbal Pereira Peixoto Beleza, António Pereira da Cunha e Costa, Artur Soares de Sousa, Domingos Rodrigues da Silva Pufelin, Francisco dos Santos Vítor e António Roque Ferreira. Esse grupo de rapazes, que não passaria despercebido em Lisboa ⁽¹⁾, levava representação exuberantemente conferida pela gente de Aveiro, pois foi acompanhada até à estação do caminho de ferro «pela fanfarra da secção Barbosa de Magalhães do Asilo-Escola Distrital, e pelos académicos e povo, dando muitos vivas» ⁽²⁾. O documento que lhes fora confiado tinha o seguinte texto:

«Senhor! A academia de Aveiro vem também associar-se à homenagem que hoje vos presta o país inteiro. Saúda em vós o grande poeta do povo e das crianças, o grande apóstolo da educação, a primeira glória da literatura nacional neste século. Aceitai, pois, este modesto preito de corações que vos pertencem.»

Não se limitou, porém, Aveiro à comparação desta deputação da sua academia e à entrega da saudação. Uma outra lembrança de acentuada originalidade e de mais característico sabor local foi remetida a JOÃO DE DEUS, presumivelmente por iniciativa do então comissário de polícia, o dr. Eugénio de Albuquerque Sanches da Gama. Nem só o governador civil se entregava ao convívio das musas nesse período de tão invejável tranquilidade. Também a polícia cívica, e por todo um septénio, pôde ser dirigida por um vate que ganhara notoriedade especialmente pelos seus poemas satíricos, hoje ainda amiúde recordados pelo seu malicioso humorismo.

Da «deliciosa lembrança», que assim a qualificava um daqueles jornais, se fará ideia pelas três estrofes — essas com certeza da autoria de SANCHES DA GAMA — que foram transmitidas a JOÃO DE DEUS pelo telégrafo:

«Flores e festas e hinos
Numa harmonia discreta,
As bênçãos dos pequeninos,
Tudo merece o poeta.

O Comte e outros de nome
Polpudos positivistas,
Dizem que isso dá nas vistas
Mas nada disso se come.

(¹) *O Século*, de 11-III-1895, noticia o seu regresso a Aveiro.

(²) *Campeão das Províncias*, n.º citado.

Por isso estes figurões
Seguros nesta defeza
Lhe enviam, com mil perdões,
Ovos moles e mexilhões,
Puxavante e sobremesa.»

Assinavam, além do autor, Fernandes Tomás, Jorge e Francisco Couceiro — que vieram ambos a ser ministros já no regime republicano —, António Pereira, Padre Manuel Rodrigues Vieira, João Romão, Gonçalo Calheiros, Joaquim Fontes & Comp.^a, Fortunato Almeida, António Augusto Duarte Silva e Joaquim de Melo Freitas.

* * *

Reparar-se-á, porventura, na omissão do *Povo de Aveiro*, sabida como geralmente é a admiração entusiástica de HOMEM CRISTO por JOÃO DE DEUS e pelo seu método de leitura, de cuja adopção foi um dos mais fêrvidos e lúcidos paladinos, quer na Imprensa, quer na acção prática. Acontece porém, que o famoso semanário nada disse sobre o «Festival» pela poderosíssima razão de nessa altura ter a publicação interrompida.

E já que num conglomerar de miugalhas nos vimos entre-tendo, a concluir esta notícia evocativa recordaremos apenas mais dois factos.

Notaremos, em primeiro lugar a circunstância de, na sessão do Teatro Avenida em que, no dia 7 de Maio, os estudantes de Lisboa saudaram os seus colegas de Coimbra, dois dos oradores da academia conimbricense serem da região de Aveiro: o então «novato» de medicina António de Abreu Egas Moniz e André João dos Reis, à data quartanista de direito, e que, como já referimos, dera a sua colaboração ao citado número de *A Vitalidade*.

Remataremos, recordando brevemente a forma como «a mocidade ilhavense também se quis associar às festas de glorificação do grande poeta e do grande benemérito das crianças» (1).

Três dias embandeiraram as fachadas a Associação dos Bombeiros, as escolas e a «Troupe Recreativa Ilhavense», em cuja sede se realizou uma sessão solene. Presidiu o dr. Marques de Moura, secretariado pelo dr. Eduardo de Moura e por Mário Duarte, na ocasião administrador do concelho de Ílhavo. Além deste e do presidente, usaram da palavra Diniz Gomes, Manuel Ferreira da Cunha, Acácio Rosa, M. Marques Machado, Júlio L. Catarino,

(1) O *Festival de João de Deus*, pág. 414.

AVEIRO NO FESTIVAL DE JOÃO DE DEUS

que deu esclarecedoras e laudatórias explicações sobre o método de JOÃO DE DEUS, e o dr. Joaquim de Melo Freitas, e recitou uma poesia alusiva à celebração Álvaro Quaresma.

O relato a que me reporto acrescenta ainda que «abrilhantou a festa uma orquestra da Vista Alegre, regida pelo hábil rabequista José da Silva», que a filarmónica da fábrica de porcelanas percorrera já as ruas da vila e a «Troupe» se fizera representar no cortejo de Lisboa pelo professor Filipe de Oliveira.

O semanário ilhavense *Os Sucessos* dedicou também a JOÃO DE DEUS o seu número 295, de 9 de Março, o que, aliás sucedeu com outros periódicos do distrito, como *A Opinião* (n.º 320), de 17 do referido mês, de Oliveira de Azeméis.

EDUARDO CERQUEIRA



bibRIA



UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

CASTILHO E BULHÃO PATO PERANTE A MEMÓRIA DE JOSÉ ESTÊVÃO

EM Novembro de 1962, por ocasião da celebração do primeiro centenário do falecimento de José Estêvão, a Ex.^{ma} Família do grande Aveirense, associando-se às manifestações, reuniu em túmulo colocado no centro da capela-jazigo os restos mortais de José Estêvão e de D. Rita Miranda, sua Esposa, e na frontaria da capela, ao lado esquerdo da entrada, fixou a seguinte inscrição:

Capella mandada fazer no anno de 1864 por Dona Rita de Moura Miranda de Magalhães para jazigo perpetuo de seu marido José Estevão Coelho de Magalhães, de sua filha Dona Joanna Ignez de Miranda Coelho de Magalhães, de seu sogro Luiz Cypriano Coelho de Magalhães e bem assim para os futuros finados da mesma familia e para si mesma. Orae por elles.

Texto de A. F. de Castilho — 1866.

— 1962 —

Nada sabíamos então acerca da história desta prosa de CASTILHO, redigida em 1866 e só utilizada quase cem anos depois.

Recentemente, tendo adquirido dois raros folhetos referentes ao grande tribuno, tudo se aclarou. Ambos eles data-

dos de 1866, aqui os reproduzimos integralmente, acompanhados de notas esclarecedoras:

I

A questão litteraria | a proposito do jazigo | de | José Estevão | Carta dos Senhores | A. F. de Castilho | e | J. A. de Freitas Oliveira | Lisboa | Typographia da Gazeta de Portugal | Travessa da Parreirinha, 26 | MDCCCLXVI (1)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Antonio Feliciano de Castilho:

Quando morreu José Estevão extraiu-se-lhe do peito o coração por ordem da sua viúva, que o mandou fechar em uma urna, para assim conservar junto de si o thesouro dos seus affectos, e o symbolo da sua sempre viva saudade.

Fechado o cofre, que encerra o mais portuguez coração do nosso tempo, quiz ainda a possuidora d'aquella augusta reliquia que no marmore da urna se gravassem algumas palavras, que fossem, por assim dizer, o epitaphio d'aquelle sepulcro, e pediu-me que lh'as escrevesse.

Não aceitei o encargo, por que, graças a Deus, tenho a fortuna de conhecer até onde chegam as minhas forças, o que não deixa de ser merecimento n'estes tempos que vamos atravessando. Declinei pois de mim tão honrosa tarefa, mas fui, para realizar o piedoso desejo de minha boa tia e amiga, bater ás portas de v. ex.^a

Era preciso escrever no marmore d'aquella urna. «Aqui dentro está o coração do *deus da eloquencia*, do *rei da tribuna*,» dirigime ao grande sacerdote do parnaso portuguez, ao *príncipe da lyra*.

(1) Contrariamente ao anunciado no título deste opúsculo, a carta que primeiro nele figura é a de FREITAS OLIVEIRA, autor de — *José Estêvão — Esboço Historico* —, publicado no ano seguinte ao do falecimento do célebre orador, isto é, em 1863.

FREITAS OLIVEIRA, além de pedir a CASTILHO, em nome da viúva de José Estêvão, o texto para a inscrição que deveria figurar na respectiva capela-jazigo do cemitério de Aveiro, juntava-se aos que defendiam CASTILHO dos ataques de que estava sendo alvo após a publicação do opúsculo de ANTERO intitulado *Bom senso e bom gosto* (1865), provocado pela carta que CASTILHO dirigira ao editor do «Poema da Mocidade» de MANUEL PINHEIRO CHAGAS, em Setembro daquele ano.

Estas cartas de FREITAS OLIVEIRA e de CASTILHO, relativas essencialmente a um problema do jazigo de José Estêvão, figuram afinal, mais por palavras do primeiro que do segundo, na colecção dos folhetos que constituem a acirradíssima polémica conhecida por *Bom-senso e Bom-gosto*, em que durante os anos de 1865 e 1866, principalmente, se pronunciaram, pró e contra CASTILHO, mais de sessenta escritores.

Que acertei na escolha dizem-no os quatro versos em que v. ex.^a definiu a grandeza, as virtudes, os amores todos nobilissimos que fizeram pulsar aquelle coração, que tantas vezes foi o coração da patria:

Viuvas a eloquencia, a patria, a esposa,
choram pela alma egregia aos ceus volvida.
Ganhou a eternidade em curta vida.
Aqui d'amar seu coração repousa.

Agora que se concluiu no cemiterio d'Aveiro a capella que ha de encerrar para sempre as cinzas de José Estevão, de seu pae, o venerando Luiz Cypriano, e de sua filha Joanninha, anjo que levou para o ceo nas azas candidas todas as alegrias em que banhára a alma do pae nos seis mezes em que viveu na terra, pedem-me que sollicite de v. ex.^a a inscripção que ha de indicar ás gerações futuras o logar aonde repousam aquelles cadaveres, um dos quaes é propriedade nacional e reliquia consagrada pela saudade de todo um povo.

Não parecerá a muitos opportuna a occasião, para eu obter de v. ex.^a alguns versos, que assumpto tão grandiozo de certo ha de inspirar a poeta tão sublime; e haverá até quem tenha por grande temeridade o meu pedido.

Ir atacar assim de frente a *escola coimbrã* e as *academias do norte*! E isto no momento critico em que todos os bacamartes d'*Alemanha* estão assestados contra a pacifica e burgueza Lisboa, e contra todos os *vadios do Gremio* e do *Marrare*!

Depois que lá das bandas da Serra nos veio, com os bons queijos das ovelhas lanzudas, a nova poesia de mais lanzudos poetas, parecerá realmente incrivel que haja ainda um homem tão baldo de *bom senso* e de *bom gosto*, tão refractario ao *ideal*, e tão pouco admirador das bellezas da *symbolica*, que vá pedir a v. ex.^a versos que celebrem uma das maiores glorias da nossa terra, d'esta terra a que ainda suas senhorias illustrissimas *fazem o favor de chamar Portugal*.

Não sei se realmente faço bem em me dirigir a v. ex.^a, e se não seria mais prudente ir bater ás portas da *escola do norte*. O meu desejo é que os que viverem d'aqui a dois ou três séculos possam ler sobre o tumulo de José Estevão o que elle foi para a sua patria e para os seus contemporaneos; e, como para esse tempo talvez se não fülle já por cá a nossa lingua, e possa acontecer que a dos *coimbrões* que agora elles só entendem, se falle então, não seria mau ir desde já prevenindo esta hypothese.

Mas emfim, eu tenho a infelicidade de ser muito pouco original; pareço-me com toda a gente, e, como toda a gente, teimo em admirar, considerar e respeitar a v. ex.^a como ao primeiro e mais portuguez poeta do nosso tempo. Como porém tambem tenho desejos de seguir os exemplos dos grandes mestres do *saber viver*, e não gosto de ir contra a moda do nosso tempo, em que se

adora a Deus por que é bom, e ao diabo por que não é de todo mau, peço a v. ex.^a que me mande os versos, mas guarde profundo segredo do meu pedido; por que, se isto se soubesse lá em Coimbra, começavam logo a esvoaçar os estorninhos pelos salgueiraes do Mondego, e ia ali uma sanzala capaz de aturdir um surdo, e de fazer *levantar a cabeça de cima do seu trabalho* a algum *allemão* lá dos sitios.

Elles nunca me viram em Tibur, e bem sabem que tudo isso que para ali tenho rabiscado na imprensa, tem sido tanto á pressa, que nunca tive tempo de submeter os meus escriptos, antes de publicados, á paternal censura de v. ex.^a, o que farei de certo se alguma vez escrever com vagar e descanso coisa que valha a penna de critica tão autorizada; mas bastava que por lá se soubesse que eu tiro o meu chapéu com reverencia quando passo por v. ex.^a, para ser logo posto no pelourinho pelos *independentes*, que não reconhecem theocracias litterarias, nem mesmo quando vão com o seu bilhetinho implorar a protecção dos *Neivas* para passarem sem R no actosinho de bacharel.

Portanto será bom que v. ex.^a não divulgue estas minhas *subserviencias e lisonjas*, para que os hugosinhos de Sarnache, e os catõesinhos de Sinfães, me não dêem alguns d'aquelles *puchões de orelhas*, litterarios já se sabe, com que costumam castigar as *feias acções* de v. ex.^a

V. ex.^a anda muito entretido com o seu Mantuano, e não tem tido tempo para observar o que vai por esse mundo ha oito ou nove mezes. Nem de outro modo se explica a innocente ignorancia de v. ex.^a a respeito do grande impulso dado á civilisação pelas *academias do norte*, e por isso peço licença para o informar dos acontecimentos.

O Homero, Virgilio, Dante, Miguel Angelo, Tasso, Milton, Byron, Rubens, Corneille, Moliere, Racine, Murillo, Cervantes, Camões, Voltaire, Vieira, Garrett, e outros semsaborões quejandos nunca souberam o que fosse o *ideal* e o *bello*, nem comprehenderam o *bom senso* e o *bom gosto*; as suas obras são uns alfarrabios e umas serapilheiras, que já fizeram *adormecer* os avós dos meninos do côro litterario, que se entôa lá na serra.

De toda essa gente, que v. ex.^a e todos nós pensavamos que valiam um pouquinho, e que tinham inventado alguma coisinha, nenhum presta para nada, segundo a *nova escola*. Só podem escapar com classificação de *sufficientes* o Schakspeare, e o Victor Hugo por causa dos palavrões com que de vez em quando os azoína.

Isto, pelo que respeita aos mortos e aos estrangeiros; por que os de casa que ainda vivem, taes como v. ex.^a, os srs. Camillo Castello Branco, Herculano, Thomaz Ribeiro, Chagas, Rebello, Latino, Sampaio, M. Roussado, Teixeira de Vasconcellos, Corvo, Bulhão Pato, Thomaz de Carvalho, Mendes Leal, Magalhães Coutinho, Freitas Moniz, Palmeirim, João de Lemos, Vidal, A. Lima, Machado, e outros que se têm na conta de saber ler por cima,

tudo isso é uma miséria. Não passam d'uns *vadios*, que vão ao *Gremio e ao Marrare palavrear de ninharias*.

A litteratura aqui em Lisboa, creia-o v. ex.^a, não existe. As boas letras, as letras gordas, a sciencia, a plastica e a esthetica aninharam-se nas margens do Mondego, e nas do Douro; e as academias d'onde ha de sair a verdadeira luz chamam-se o Lopes, o Carollo, e a taverna *allemã* da Joanna Pedra. O grande Oriente esse é no Moré e na Aguia d'Oiro.

A moral e a philosophia tambem passaram por grandes transformações. Hoje ser philosopho é não lavar a cara, nem as mãos, senão no dia do anniversario de Schiller. Quanto mais horror á agua, mais philosophia.

Veja v. ex.^a que grandes philosophos nos não prepara o *colchoeiro* do Loreto, e o *collete encarnado* do Campo Grande! Os do congresso de Liége supponho que saíram todos d'aquellas academias; pelo menos aquelle joven que pretendia as honras do triumpho por ser atheu e communista, e que afinal terminou o seu discurso declarando que era nada, de certo tinha saído d'algun *Penim* d'Allemanha.

Mas não creia v. ex.^a que param aqui todas as refórmas. A independencia de caracter agora é uma coisa muito especial, e muito differente do que nós todos imaginavamos.

Por exemplo: um rapazinho *allemão*, allemão já se sabe, para ser *independente* é preciso principalmente ser allemão. — um rapazinho *allemão* faz para ahi uns versos em que mette quatro estrellas pela bôca dentro ao Nero e faz engulir á Cleoptra a bochecha direita do sol em vinho de Syracusa e mais umas trapalhadas com môlhos objectivos e subjectivos, que empanturram o EU lá d'elles; e vai um homem de boa indole, e amigo de todas as infancias, mesmo da infancia tola, e diz-lhe: — «O menino, olhe que os seus versos são muito bem feitos, mas não se metta assim por esse labyrintho do firmamento, que pôde partir o nariz na cauda de algum comêta, e essa phisionomia de nariz quebrado perde muito de typo *allemão*».

O rapazinho *independente*, que ouve isto, e que é lanzudo, o que faz? *Levanta a mão da consciencia* e os pés do chão, e faz voar pelos ares duas folhas de papel, que afinal lhe vão bater na cara manchadas de barro em que assenta o pedestal da sua *independencia*!

Mas, serio, serio, de todo esse borborinho que por ahi vai a respeito do *bom senso* e do *bom gosto*, diz toda a gente que o culpado é v. ex.^a, e eu tambem me inclino a que assim é.

Appareceram ha poucos mezes uns pardalitos a esvoaçar lá perto das nuvens, e v. ex.^a, ouvindo-lhes duas piadas, que lhe pareceram de rouxinol, pediu-lhes que dessem das alturas, d'onde mal se enxergavam, e que se aproximassem da gente. Os passarinhos vieram á alpiste; mas, (caso horrendo e digno de memoria!) a alpiste tinha feitiço, e operou metamorphose mais

extraordinária do que a do macaco Jacob, alumno do piemontez. — Os pardaes desceram; mas o pior, que de longe parecia canto de rouxinol, transformou-se no grunhir de bacorinho!

Tivemos fabula nova do leão e do fraldeiro. O leão sentado meio adormecido, nem sequer via o canito que lhe arremettia de longe, e que nos seus saltos descompostos, deligenciando chegar com os dentinhos á juba do rei das selvas, dava quédas desastrosas, e mordida raivoso a terra. No primeiro arremeço quebrou uma perna, no segundo caíram-lhe dois dentes, e no terceiro esmorrou o focinho. O leão não viu nem percebeu nada d'isto; mas houve muito espectador basbaque, dos que têm medo do leão como o demónio da cruz, que andam de cauda estendida diante d'elle, mas que lhe ferrariam o dente á traição se pudessem, que, não podendo bater as palmas ao fraldeiro, para que o leão os não apanhasse em flagrante, rosnavam uns com os outros: — «É bem feito; o canito é intelligente, e tem muita coragem; é preciso que nos vamos desenganando a ir ao pello a estes senhores leões».

Ora é exactamente d'estes dizeres dos basbaques, que eu, com o devido respeito, constituo réo a v. ex.^a

Pois v. ex.^a, quando outros *sebastianistas* menos lanzudos do que os da *escola do norte*, lhe disseram quatro babozeiras a respeito do valor do methodo portuguez de aprender a ler, não os estoitou d'uma vez, tosquiando-lhes previamente a lâ? Para que deixou agora ociosa no gavetão aquella thesoira monstro, que poz a carne á mostra ao camello letrado? Quando poderá ella servir com tanto proveito do bom siso publico?

Se v. ex.^a tivesse feito agora o que fez então, já os besoiros teriam cessado de zumbir, e, esmagados no chão, confundir-se-iam com o pó da terra.

Desengane-se v. ex.^a: o systema delicado, cortezissimo, de bom mestre e de bom amigo, de criticar elogiando, não é para todos. Ha muito tolo nesta boa terra, que, em um homem da autoridade de v. ex.^a lhe dizendo, para o animar: — «V. tem talento, mas estude mais; deixe-se de philosophias que não póde comprehender, e falle lingua que se entenda» — aproveita, todo lampeiro, a parte em que se lhe reconheceu o talento, e, quanto ao resto, nunca mais lhe arrefece o odio que desde logo consagra ao que lhe fallou assim.

Com aquelles lanzudos perde o tempo quem os quizer trazer ao bom caminho só pelo freio: é preciso acicate, e bem pontudo. Além de que, creio que pouco se ganha em dizer a um Manuel Côco que não presta hoje para coisa alguma, que poderá vir a prestar amanhã; por que a verdade é que o tempo nunca transforma os tolos senão em velhacos.

Um dos mais entusiastas admiradores de v. ex.^a e meu predilectissimo amigo, o nosso Julio Cesar Machado, tambem, por indole e systema, é benigno para com todos. Os seus folhetins são quasi sempre panegyricos. Não ha ahi poetastro que tenha

escripto um madrigal insosso, que o nosso Julio o não tenha apresentado ao publico como um *mancebo esperançoso*, cuja estreia revela *superior talento*, que em pouco lhe conquistará um nome em toda a Europa.

E o que tem sido o resultado d'esta mal entendida indulgencia do nosso amigo? Escreveu um livro contando-nos as impressões da sua viagem a Hespanha, e esqueceu-se de *elogiar* o sabor da *olla podrida*, e a belleza do espectáculo, que offerece uma praça de toiros, um cavallo com os intestinos de fóra. Este esquecimento foi logo *punido* por um *sebastianista* hespanhol, que entendeu dever honrar a patria do Cid, dizendo quatro injurias ao escriptor portuguez!

E quer v. ex.^a saber o que fizeram por essa occasião os *talentos* de cá, que o Machado nos tinha apresentado? Traduziram em portuguez a descompostura, que lhe dera o hespanhol, e nem mais palavra!

D'este exemplo, e de muitos outros, que eu poderia citar, deduzi a seguinte theoria: — Todas as vezes que a nossa obrigação de escriptores publicos nos forçar a dar opinião sobre qualquer livro tolo, é dever de consciencia e de conveniencia chamar tolo ao livro, e nada mais.

Ora se v. ex.^a se quizesse conformar com esta theoria, para a qual não peço *brevet d'invention*, se chamasse sempre *aparinhas de ponta de veados* a muitos versos e a muita prosa, que por ahi apparece, talvez se não tivesse levantado agora tanta poeirada por causa do *bom senso* e do *bom gosto*.

Pois póde-se chamar poeta a um maganão que nos pede abrigo para o

... filho engeitado
Pela sombra dos muros ...

Que o abrigue elle! Lá para o norte é que há rodas para esses *engeitados*! Cá em Lisboa, a policia municipal deixa-os petrificar sem escandalo publico, mas com grande magua do *philosopho allemão*, que os contempla.

Isto não se atura, nem se póde discutir a respeito de *bom gosto* com um lanzudo que escreve d'aquelles versos, porque é capaz de querer *provar* o que diz, e a boa hygiene prohibe-nos a que assistamos a taes espectaculos.

Não posso pois applicar a esta *bernarda litteraria* os bellos versos de Garrett:

Sobre se era mais formosa
A vermelha ou branca rosa,
Ardeu seculos a guerra
Em Inglaterra.

A contenda com os *allemães* não é de cores, nem de flores: é a dos *vadios* do Gremio que escrevem para toda a parte aonde

se falla portuguez, com os *allemaes* que escrevem para Rilha-folles.

Vou concluir, e não vou cedo, por que tenho abusado de mais da muita benevolencia de v. ex.^a

Renovando o pedido dos versos, e pedindo perdão por lhe ter furtado alguns minutos de proveitoso trabalho com a minha massadora epistola, tenho a honra de me assignar com o mais profundo respeito, e distinta consideração,

De v. ex.^a
amigo certo, admirador, e servo,

Lisboa — Rua da Quintinha, 120, 30 de Dezembro de 1865.

Jacinto Augusto de Freitas Oliveira.

*

*Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr., Jacinto Augusto de Freitas Oliveira,
meu bom amigo:*

Mil e mil agradecimentos pelo regalo da sua carta, e não menos louvores pela generosa hombridade que lh'a ditou.

Deus seja louvado que ainda ha quem tome fogo pelos direitos da razao! Nem tudo havia de ser libellistas e venderem caro por 100 reis a consciencia e a vergonha propria, os bons creditos e o futuro da sua gente.

Por entre a caterva de belfurinheiros litterarios, uns sem nome, outros com elle disfarçado, outros com o verdadeiro que ninguem conhece, apparecem ainda sujeitos honrados que ousam dizer ás turbas em voz alta: «Cuidado com os ciganos, que não vieram á feira por bons!»

Ao numero destes sisudos pertence v. ex.^a

E não lh'o digo para lhe pagar com um elogio a excessiva conta em que v. ex.^a me tem a mim. Digo-lh'o e repito-lh'o, porque o devo a quem se não acovarda de tomar voz e ensarilhar a clava contra os incendiarios nocturnos do templo do bom gosto, contra os fabricantes e passadores de moeda falsa, contra os violadores temerarios das boas artes, contra os blasphemadores do siso hereditario do genero humano, contra os ratoneiros de todas as famas, contra os vendilhões de todas as mentiras e venenos.

Por isto, e não pelo meu particular interesse, que pouco vale, e menos perigo ainda corre com taes adversarios, é que eu dou aqui a v. ex.^a de todo o coração os meus emboras.

Passando ao objecto principal da sua carta:

Valha-me Deus que não sei como possa desempenhar-me da

incumbencia que, de tão gloriosa que é, me está namorando o animo, e multiplicando a vontade em mil vontades!

Pensei nisto muito seriamente.

A viuva de José Estevão, que já sellou com versos meus o seu thesoiro, pede-m'os agora para um monumento da familia. V. ex.^a deseja-os, e insta-me por elles como digno parente daquelles finados.

Por uma parte isto, que não é de pouco pezo; mas, por outra, as difficuldades, que ainda porventura carregam mais.

Tenho eu para mim que a venerabilidade do sepulcro, a austero da historia, á qual pertencem como documentos os epitaphios, e o acatamento aos benemeritos que devem ficar lembrados para exemplo, desdenham e repulsam para longe de si os artificios da poesia.

A dor que deu vaga para contar syllabas e afinar consoantes, pôde chegar aos vindiros muito onerada de suspeitas. A mais viva eloquencia da inscripção lapidar é a simpleza; assim como os ciprestes desfloridos são o mais proprio jardim para um mausoleo, e a sua melhor musica a mudez meditativa.

Sei com quem fallo; por isso o digo. Em publico mal o ousaria, com medo dos *malsins do sublime*; que, se alguém fallar do sol ou de Deus sem uma carga de pompas inauditas, logo lhe tomarão o dito por perdido, e o acoimarão de engenho para pouco.

Não entendo a *Poesia do Direito*, mas sei que a dos cemiterios é esta. Quando as pedras fallarem aos homens, ha de ser com toda a gravidade.

Conhece v. ex.^a epitaphio de duzentas maiusculas que valha aquelle de uma romana antiga: — *Sepulcro não formoso de uma formosa mulher — Foi caseira, fiou lã?* ou aquelle'outro de uma criança christã: — *Deixae vir para mim os pequeninos?* Este segundo é um favo; saiu da boca de Jesus; o primeiro recende todas as virtudes e austeridade da republica romana primitiva.

O que Virgilio compoz em verso para si mesmo não quero que m'ó citeem como objecção. Em Virgilio fallava a propria poesia.

Por identica ou muito semelhante razão se me não ha de argumentar com os quatro versos que fiz para a urna de José Estevão. José Estevão era um poeta da eloquencia; a morte havia acabado de o idealisar. A saudade da sua viuva, como a da patria, tinha-o deificado; aquelle coração de fogo naquelle cofre gelado e negro reçumava poesia; os versos alli não desdiziam.

Porém uma capella fundada por esta senhora para carneiro promiscuo de seu esposo, de sua filha, e de seu sogro, e Deus sabe de quantos mais que lá hão de ir pelos tempos fóra descansar, um jazigo assim vago, e que é ao mesmo tempo casa de oração, parece-me que não admittiria de boa mente senão uma inscripção muito chã e desenfeitada, a memoria historica, e nada mais.

Isto pouco mais ou menos: *Capella mandada fazer aos tantos de tal mez e anno por Dona Rita Miranda de Magalhães para jazigo perpetuo de seu marido José Estevão Coelho de Magalhães, de sua filha Dona Joanna Ignez Coelho de Magalhães, e de seu sogro Luiz Cypriano Coelho de Magalhães, e bem assim para os futuros finados da mesma familia, e para si mesma. Orae por elles.*

Poder-se-hia ajuntar a cada um dos tres nomes a data do fallecimento. V.^{as} ex.^{as} lá verão isso.

Se estas linhas desambiciosas que eu offereço, cheio de veneração a nomes de tamanha saudade, parecerem somenos do assumpto, e, para o logar d'ellas, se desejar prosa mais remontada em que realcem a grandeza heroica de José Estevão, o caracter de portuguez antigo de Luiz Cypriano, as graças ingenuas da malograda filha do orador, e a piedade tão sympathica da viuva, dou homem por mim, e não vou longe procural-o: é o elegante e muitas vezes sublime biographo, a quem devemos o retrato moral do Cicero portuguez.

Tenho a honra de me assignar

De v. ex.^a

respeitoso amigo, e confrade obrigadissimo,

Lisboa, 30 de janeiro de 1866.

A. F. de Castilho.

Complete-se e corôe-se esta folha com um improviso de Bulhão Pato.

Ei-la ⁽¹⁾ junto de nós dormindo o somno eterno.
Na terra enfim descança ao pé do chão paterno.
Ao pae que tanto amor em vida lhe votou,
tambem na sepultura agora se abraçou.

Quando ao romper do sol alegre o ceo rebrilha,
como anjo tutelar desce do Empyreo a filha:
abre as azas gentis por entre o ciprestal,
e solta hymno inspirado ao somno paternal.

Quem constante lidou, desde a mais tenra idade,
em prol do amor da patria, em bem da humanidade,
quando é chegada a hora e deixa a terra enfim,
á entrada do outro mundo encontra um seraphim.

(¹) *Ei-la*, em lugar de *Ei-lo*, por lapso.



Capela-jazigo de José Estêvão

II

A | José | Estêvão | versos | de | Bulhão Pato | Lisboa | Typo-
graphia Universal | Rua dos Calafates, 110 | 1866 ⁽¹⁾

ADVERTENCIA

Escrevi estes versos para serem recitados em Aveiro, onde o grande orador abriu os olhos, e onde hoje repousa no mesmo chão em que descança o pae, aquelle honrado varão de Plutarcho, que se chamava Luiz Cypriano.

José Estevão está alli bem, ao pé dos que tanto amou, que ainda vivem, e ao lado de seu pae, que partilha, como elle, do profundo somno da morte.

A pomba que vem esvoaçar por entre cyprestes, que dão sombra á sepultura, é a filha do admiravel improvisador, aquella Joanninha, anjo que no berço se assentou com as tristezas da terra, e bateu as azas fugindo para o seio de Deus!

Publicando estes versos, tributo humilde, mas sincero e de muita saudade, á memoria do notavel genio, aproveito a occasião para agradecer ao primeiro poeta que hoje temos haver espontaneamente publicado, na sua sentidissima carta em resposta ao meu amigo Freitas d'Oliveira, os alexandrinos que apparecem n'esta breve composição, assim como as palavras de benevolencia que me dirigiu.

Lisboa, 16 de fevereiro de 1866

Bulhão Pato

⁽¹⁾ José Estêvão falecera a 4 de Novembro de 1862. A capela-jazigo foi concluida em 1864, ano em que, no dia 14 de Maio, foram trasladados para Aveiro os restos mortais de José Estêvão.

Em 21 de Outubro de 1866, foi inaugurado na biblioteca do Liceu, por iniciativa dos estudantes, o retrato de José Estêvão que actualmente figura na sala dos professores.

Nessa sessão de homenagem á memoria do illustre Aveirense, usaram da palavra, além do Reitor (Dr. Manuel Gonçalves de Figueiredo) e de Freitas Oliveira, varias outras pessoas, e recitaram poesias o poeta Fernando Caldeira, de 25 anos, formado em Direito e deputado, e o aluno do Liceu, aveirense, José Maria Barbosa de Magalhães, de 11 anos.

Supomos que Fernando Caldeira terá dito poesia sua e que foi Barbosa de Magalhães quem declamou os versos deste opúsculo, para essa sessão escritos por BULHÃO PATO.

A
José Estevão

Ei fu
Manzoni. *Il Cinque Maggio.*

I

Ei-lo junto de nós dormindo o somno eterno.
Na terra enfim descança ao pé do chão paterno.
Ao pae que tanto amor em vida lhe votou
Tambem na sepultura agora se abraçou.
Quando ao romper do sol alegre o céu rebrilha,
Como anjo tutelar desce do Empyreo a filha;
Bate as azas gentis por entre o cyprestal,
E solta hymno inspirado ao somno paternal.
Quem constante lidou, desde a mais tenra idade,
Em prol do amor da patria, em bem da humanidade,
Quando é chegada a hora e deixa a terra enfim,
À entrada do outro mundo encontra um seraphim.

II

E quem pois o amor da patria
Com vehemencia igual sentiu,
Qual o peito onde surgiu
Mais ardente hoje esse amor?
Quem, como elle, n'um só gesto,
Quando a turba se atropela,
Quebra as ondas da procella
Resistindo ao seu furor?

E se a mão da prepotencia
Procurava erguer-se altiva,
Quem mais prompta e quem mais viva
Tinha sempre a inspiração?
Era ouvil-o ouvir a patria,
Quando exclama na anciedade:
«Liberdade, oh! liberdade!»
Com a voz do coração.

Ah! no exilio, quantas vezes,
Afogada entre gemidos,
Murmurára a seus ouvidos
A voz do paiz natal!
E ouvindo-a sua alma, em impetos
Do mais sincero heroismo,
Sonhava em transpôr o abysmo
E libertar Portugal!

Então a graciosa aldêa,
O val coberto de olmeiros,
Os ingenuos companheiros
De seus jogos infantis,
Tudo aos olhos lhe sorria,
Matisado por mil côres,
Montes, valles, prados, flores,
Céo e luz do seu paiz!

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Rompe um dia aurora esplendida,
O tambor toca a rebate,
No mais fero do combate
Entra, luta, conquistou!
Conquista dos proprios lares!...
Mas do campo afasta a vista,
Por que enfim n'essa conquista
Sangue de irmãos se espalhou!

Era assim: tinha lutado
No olhar o fogo supremo,
Na voz o poder extremo
Que arrebatava a multidão;
Desafiando o inimigo,
Entre as nuvens da metralha,
Era um tigre na batalha,
Na victoria — era um irmão!

III

Termina a luta fervida,
Cae na bainha a espada,
Retorna aos lares placidos
Da terra sua amada,
D'esta que berço e tumulo
Do grande genio foi!
Se nos assaltos bellicos
Distincto era o soldado,
Acções inda mais validas
Lhe destinara o fado:
Desprende a voz, e a patria
Saúda um novo heroe!

Quando se abatem animos,
Medindo a luta immensa,
Quando n'alguns espiritos
Já desfallece a crença,
Surge imponente e mostra-lhes
Raia nova manhã!
É porque o genio esplendido,
Que a liberdade inspira,
É como a voz prophetica,
Que outr'ora dirigira
Do Egypto um povo misero
Á fertil Canaan!

Quando com olhos avidos,
Em torno a nós medimos
A industria, o bem, a gloria,
Em tudo, enfim, sentimos
Que dera impulso maximo
Seu sopro animador!
Não raro correm lagrimas
De uma saudade infinda!...
Quanto não fez!... quantissimo
Tivera feito ainda,
Se o não roubasse subito
A morte ao nosso amor!

IV

Dorme junto de nós, dorme teu somno eterno
Na terra a que votaste o santo amor fraterno.
Ao declinar da tarde, ao rebrilhar do sol,
Na hora em que descante occulto rouxinol,
Virá também do empyreo, alegre philomela,
A tua ingenua filha, a pomba alva e singela,
Esvoaçar gentil por entre o cyprestal,
Soltando hymno inspirado ao somno paternal;
Por que, emfim, quem lidou desde a mais tenra idade,
Em prol do amor da patria, em bem da humanidade,
Quando é chegada a hora, e deixa a terra emfim,
À entrada do outro mundo encontra um seraphim.

Fevereiro, 5 — 1866

Bulhão Pato

*

Para finalizar, fixamos aqui as datas de acontecimentos e factos que podem interessar os leitores:

Falecimento de José Estêvão — 4 de Novembro de 1862.

Trasladação dos seus restos mortais para Aveiro — 14 de Maio de 1864.

Dedicatória do «Poema da Mocidade» de MANUEL PINHEIRO CHAGAS a Castilho — 6 de Junho de 1865.

Carta de CASTILHO («Crítica Literária») ao editor dessa obra, apensa à mesma — 27 de Setembro de 1865.

«Bom senso e bom gosto», de ANTERO — 3 de Novembro de 1865.

Carta de Freitas Oliveira a Castilho — 30 de Dezembro de 1865.

Carta de Castilho a Freitas Oliveira — 30 de Janeiro de 1866.

Versos de Bulhão Pato à memória de José Estêvão — 5 de Fevereiro de 1866.

Prefácio da publicação do folheto — 16 de Fevereiro de 1866.

Inauguração do retrato de José Estêvão na biblioteca do Liceu de Aveiro — 21 de Outubro de 1866.

JOSÉ TAVARES

JAIME DE MAGALHÃES LIMA

PENSADOR DE RAIZ POÉTICA

(Continuado de pág. 116)

CRÍTICO NA CLAVE DA SIMPATIA

JAIME DE MAGALHÃES LIMA fez crítica, uma vez por outra. Mas, fazendo-a, optou pela mais difícil, a de salientar, na obra criticada, menos os defeitos e aleijões do que as belezas. O que é feio, num autor, até o menos arguto dos críticos é capaz de o salientar. Muito maior capacidade intelectual e muito maior ressonância afectiva se exigem do crítico voltado às belezas. Do crítico que só toma o pulso à fealdade da obra criticada, bem podemos afirmar que tem muito de inferior. Importa possuir alma superior para fazer realçar qualidades onde elas existem, ainda que misturadas com defeitos. A busca sistemática ao erro, às deformidades, aos descuidos, com omissão das virtudes e das belezas da criação alheia, depõe contra quem a pratica.

JAIME LIMA não pertenceu à confraria dos críticos-escarave-
lhos. Alma límpida, comprazia-se na busca do límpido.

Não é crítico quem quer, mas apenas quem possuir um rosário de qualidades, como as seguintes: erudição a bastante, cultura geral que lhe garanta ampla mundividência, probidade à prova de qualquer suborno, simpatia humana que permita ver no criticado alguém que precisa de sugestões construtivas em vez de simples pancadaria. Será a crítica feita de tal maneira que o criticado se sinta agradecido a quem dele ajuizou, não em atitude de lisonja, mas com imparcialidade doce e firme.

A boa crítica colabora com o autor da obra — não procura destruí-lo. Suscita ideias, propõe outras perspectivas (porventura mais arejadas), anima o autor a fazer melhor, salienta-lhe as qualidades, sem, todavia, lhe ocultar as deficiências; toma atitudes maternas. Tempera a justiça com o amor. Fecunda, em vez de esterilizar. A negativa pura não é o seu norte.



Os críticos pertencem, por via de regra, à classe dos espíritos que nada criam. Essa a sua dor. E a sua raiva. E, então, para se darem o jeito de que também são alguém vindos de algures, dizem, por vezes, as mais arrepiantes coisas sobre os artistas. Não lhes sendo possível notabilizar-se como criadores, marcam como destruidores. Incapazes de fazer, desfazem. É a vingança dos mediócrs.

Às vezes, parecem pulir. Engano. Estão simplesmente a morder.

GOETHE deve ter tido à perna críticos dessa força. Dizia que se o artista fosse a dar-lhes ouvidos, acabaria por não fazer nada. Era de parecer que o crítico, que se dá tantos ares de saber este mundo e a cabeça do outro, o melhor que tinha a fazer era ele próprio criar a obra de arte. É o crias! Debicar, e só debicar, é o que ele sabe fazer. Perdem o seu latim, se lhe pedirem que vá além da linha de terra. Nasceu para viver ao rés-do-chão — nunca poderá trepar ao primeiro piso.

E assim como certos filosofetes, que nem do positivo sabem falar, se metem a fazer *metafísica*, que eles próprios não entendem, também certos criticastros se metem a fazer *metacrítica*, empregando calão filosófico que nem o Diabo percebe — e o Diabo passa por esperto... Na atitude oracular que então tomam são o ridículo em pessoa.

O que vale é que o tempo é *galant'uomo*, encarregando-se de pôr as coisas nos seus lugares. Nunca a esmeralda perdeu o seu valor, lá porque um crítico a conspurcou. E nunca o cascalho se transmutou em esmeralda, lá porque o crítico o elogiou. Tranquilizem-se, pois, os criadores de esmeraldas. E não corram a deitar foguetes de quatro respostas os criadores de cascalho transmutado pelos críticos em diamantes de fino quilate.

Os juízos dos críticos de profissão nem sempre podem ser tomados a sério. Obras há que, tendo ouvido aos críticos palavras equivalentes a certificados de óbito, ainda aí estão vivas como na hora em que nasceram. O tempo — único crítico infalível — se encarregou de desmentir os juízos necrológicos desses tais críticos das Arábias. LESSING negou que GOETHE tivesse valor — mas a posteridade vingou, em toda a linha, o autor das *Afinidades electivas*. SAINTE-BEUVE augurou o esquecimento de BALZAC, e, no entanto, BALZAC aí está sempre actual. Também a STENDHAL profetizou que tinha seus dias contados, e, afinal... Em compensação, os referidos críticos deram a outros escritores credenciais imarcescíveis para o futuro, mas redondamente se enganaram, porquanto as referidas credenciais murcharam no caminho...

Escritor que nos estás lendo, não te amofines se a crítica te negar guias de marcha para a imortalidade. Se tiveres de ser imortal, não serão eles que te roubarão o teu lugar bem efectivo no futuro. Para as vozes deles, o céu não terá ressonância. Eles hão-de morrer, e tu hás-de ficar.

Mas, por outro lado, nós te aconselhamos a que não te supinhas imortal, lá porque certa crítica te pendura dos cornos da lua. Quem sabe se tu não estarás precisamente marcado para vires a ser atirado à vala comum do esquecimento!

HISTÓRIA, PEQUENINA CIÊNCIA CONJECTURAL

JAIME DE MAGALHÃES LIMA tinha a História como pequenina ciência conjectural. Não dava a verdade histórica como definitivamente investigada, antes a considerava sujeita a revisão permanente. Basear em verdades precárias — como as da História — os rumos do futuro, é levantar castelos de areia na própria areia. Com razão escrevia ele, relativamente a OLIVEIRA MARTINS:

«Foi grande devoto da História para ser grande architecto de silogismos. A História ri das previsões do entendimento humano; quem uma vez a amou e compreendeu, logo nesse affecto abdicou de teimosias e tenacidade de afirmação; os aspectos múltiplos da realidade desenganam, desmentindo estreitas e temerárias certezas» ⁽¹⁾.

A História pobremente aproveita ao presente, e muito menos ao futuro. É mestra sem discípulos. Ninguém a escuta. Meio mundo vai fazendo de conta que o presente não tem raízes no passado, construindo para o futuro como se os tempos pretéritos tivessem sido folha de papel em branco, na qual nada foi escrito. A doutrina do espírito *tabula rasa*, tal como JOHN LOCKE a considera no plano gnosiológico, os homens a transferem, à escala mundial, para o sector da História: antes deles é como se tudo fosse terra de ninguém. Procedem como se estivessem criando mundo *ab initio*... Atitude é essa que tanto pode revelar grande autoconfiança, como extraordinária dose de inconsciência. Não discutimos, agora, a atitude. Limitamo-nos a dar conta dela.

CONTRA «A ARTE PELA ARTE»

JAIME DE MAGALHÃES LIMA não aceitava a arte pela arte — que para ele correspondia ao «absurdo da expressão e da beleza

⁽¹⁾ J. P. Oliveira Martins. *In memoriam*, 30-IV-1895—24-VIII-1894, pág. 18.

no vácuo». E acrescentava: «Não há arte pela arte, como não há moral pela moral, ou economia pela economia, ou religião pela religião: há, sim, e inevitavelmente, arte pela religião, pela moral, pela economia e por toda a ordem de influência a que sejamos ou a que possamos ser sensíveis, como há moral pela economia e pela religião e pela arte, e economia pela arte e pela moral e pela religião e pela arte, e religião pela economia e pela arte e pela moral. As actividades do homem, tais quais as actividades cósmicas, são invariável e indissolúvelmente conjugadas; todas unânimemente se movem e são movidas e nesta subordinação e harmonia, consciente ou inconsciente, terão de se exercer, e desfalecem à medida que promovemos a vacuidade do ambiente de cada uma, e avigoram-se em proporção da plenitude de forças concomitantes que esse ambiente atinge» (1).

Respeitabilíssima opinião. Nós, porém, não a subscrevemos agora, embora noutros tempos lhe dêssemos o nosso beneplácito. Não queremos a arte enfeudada à moral, à religião, à política, à economia. Queremo-la independente. Queremo-la a valer por si própria, e não na situação ancilar do quer que seja. Segundo o aforismo de CASALS MONTEIRO, a arte é, não serve. Artista que se sujeita a consentir na limitação da sua liberdade criadora, para fazer arte de encomenda, para *servir* determinada moral, política, religião ou economia vigentes, automaticamente se diminui. Se houvermos de adjectivar a arte criada nesse clima, *servil* é o qualificativo que lhe convém. Afigura-se-nos que o artista, pela mera circunstância de criar a beleza *tout court*, beleza desadjectivada disto ou daquilo, logo cumpriu a sua missão. A arte tem finalidade em si própria, é autónoma. Precisamente a arte pela arte, eis a fórmula que presentemente nos agrada. Com a mera circunstância de ser arte, logo a arte tem ressonâncias educativas. Tudo vai de ser autêntica arte. Com efeito, faça-se arte na clave da pura gratuidade, sem outro endereço que o puramente lúdico, e tudo mais virá por si.

Aliás, JAIME DE MAGALHÃES LIMA, se acaso o interpretamos bem, contradiz-se um pouco, porque dando (segundo vimos) a impressão de querer pôr a arte na situação ancilar da moral e doutros preconceitos, noutras páginas suas, e precisamente a respeito de um pintor, deixa transparecer que a arte deve ser criada em clima de inteira liberdade. E assim é que, em relação ao pintor Cândido da Cunha (que viveu a sua vida de arte nos quarenta anos que vão do 1886 a 1926), afirma que este pintou «ao largo de escravidões sectárias que o tolhessem», «movendo-se serena

(1) *O amor das nossas coisas e alguns que bem o serviram*, págs. 132-133, Coimbra, 1933.

e desafogadamente na liberdade alada de ingenuidade, que é a condição mais nobre do artista e a mais fecunda» (1).

Bem sabemos que JAIME DE MAGALHÃES LIMA, ao escrever estas palavras, estava acentuando que Cândido da Cunha pintava «sem a tutela de qualquer compêndio de filosofia estética que o estorvasse, sem ter por detrás do cavalete uma biblioteca a advertir-lo e a oprimi-lo».

Mas se a biblioteca de filosofia estética o poderia oprimir, tirando-lhe a espontaneidade e liberdade criadoras, como não admitir que uma filosofia ética, religiosa, política ou económica, ainda lhe coarctariam mais a liberdade criadora?

* * *

Como artista, GOETHE não sabia viver e criar noutro clima que não fosse o da liberdade. A palavra liberdade soava tão bem a seus ouvidos, que dizia não poder prescindir dela, ainda que ela representasse um erro.

GOETHE tinha a arte e a política como coisas incompatíveis. Poeta que queira obrar em sentido político, tem que se filiar num partido, e tão depressa o faça logo fica perdido como poeta — diz ele. Metido no partido, logo terá de renunciar ao seu espírito livre, à sua imparcialidade. Fará a política do partido — em vez de fazer a política da poesia, que exige plena liberdade criadora, independência de cânones decretados pela visão unilateral e vesga do partido.

Como homem e cidadão — afirmava GOETHE — o poeta amará a sua pátria. Como poeta, porém, a sua pátria situa-se no mundo do bom, do belo, do nobre, trilogia à qual não se podem marcar coordenadas geográficas, nem políticas.

O poeta faz o melhor dos patriotismos, na medida em que cria a beleza. Outra não é a sua missão. Enfeudar-se a directrizes vindas dos poderes constituídos — só podendo cantar tais e tais temas, dando-lhes determinada coloração ética, religiosa ou política — seria cometer grave infracção contra a poesia, afinal contra a arte, que mirra e morre, tão depressa lhe cerceiam a liberdade.

O artista não deve marchar em fila como os soldados, escolherá livremente o seu caminho. Se marchasse em fila como os soldados, logo deixaria de ser artista no alto sentido desta palavra. Marchar em fila é limitar a própria liberdade, seria seguir caminho marcado por outrem, equivaleria a renunciar à situação de homem *sui generis* e *sui juris*, seria fazer obra de encomenda, submetida a imposições arbitrárias. O artista há-de escolher o seu caminho.

(1) *Cândido da Cunha, o pintor do mistério da paisagem*, pág. 27, Porto, 1926.

No caminho por ele próprio escolhido, podemos presumir que venha a realizar-se integralmente. Fora dele, milagre será que não experimente a mais cruciante das frustrações. Liberdade e arte são indissociáveis.

Repisemos: a independência de espírito e sua expressão em arte é rigorosamente incompatível com todo e qualquer método coercitivo. Arte e coacção negam-se automaticamente. Só o clima da liberdade convém à arte. Só ele propicia a criação artística. Dirigismo político—ou qualquer outro dirigismo—nem pintado! No mundo do dirigismo, só quem dirige é senhor. O dirigido, com o mero facto de o ser, logo sofre uma *capitis deminutio*. Deixa de ser senhor para ser escravo.

A arte não deve submeter-se a dogmas. Guerra ao dogma! Por a arte egípcia viver sob o dogma de certa tradição, é que ela ficou a marcar passo eternamente no mesmo lugar. E justamente porque a arte helénica se criou à margem de dogmas—e até contra eles—é que progrediu. Relembremos o que todos aprendemos na *História da Arte*:

Os Gregos dispuseram—ao contrário dos egípcios e dos assírios—de magnífico material escultórico. O mármore superabundante na Grécia continental e insular, substância menos dura que o granito e menos mole que o alabastro, era, na verdade, muito fácil de trabalhar. Isso lhes foi particularmente favorável, como artistas.

Mas a isso devemos sobrepor a circunstância de gozarem de um clima político, social e filosófico que não encontramos nos demais países seus contemporâneos. A liberdade a respiraram eles como quem respira o mais puro oxigénio. O dogma da tradição não os esmagava. Não foram misoneístas. Negaram a rotina. Abominaram o *ne varietur*. Foram eminentemente progressivos. Faziam timbre na Razão. Filosofaram, a bem dizer, sem peias. Não eram obrigados à chancela oficial do *nihil obstat*. Não esperavam por qualquer *imprimatur*.

Arte quer liberdade. Arte na situação subalterna de dogmas intangíveis, logo se diminui.

* * *

Para GOETHE, a arte não estava na situação ancilar da moral. Com efeito, algures, escreveu ele: «A música, ou qualquer outra arte, não podem influir na moralidade, e seria erro exigir delas função moralizante». A função ética cabe à filosofia, à religião, mas não à arte.

Esse o seu pensamento, e também a nós nos parece que «a arte é, não serve» (segundo o feliz aforismo já citado), não estando, portanto, na dependência da moral, da política, ou da

religião. Ela, por si, constitui um mundo independente com finalidade em si própria, à margem de qualquer subalternização. A arte, com a mera circunstância de o ser, já é educativa. Não se lhe peça que moralize, do mesmo modo que não pedimos às rosas outra coisa que não seja serem rosas. *A arte pela arte* é fórmula que alguns consideram vazia e imoral. Vazios e imorais (sob certo aspecto) são os que assim lhe chamam!

Se alguém se atreve a falar de arte imoral, é porque a não compreende nem sente. A imoralidade não está na arte, mas na feia alma que a contempla. Não se diga que a arte deve descer do seu pedestal para se tornar acessível às massas, para as moralizar. Nada que se pareça com isso. Não cabe à arte descer do seu nível aristocrático. O que importa é que as massas se aristocratizem espiritualmente, para poderem entender e sentir a arte.

Foi ANDRÉ GIDE quem escreveu que «c'est avec les beaux sentiments qu'on fait de la mauvaise littérature». O que não significa — como acrescentava o próprio GIDE — que só se fizesse boa literatura com maus sentimentos.

Quer isto dizer que, geralmente, estamos na iminência de fazer arte medíocre, sempre que a pretendemos fazer edificante. A arte não joga nem com bons, nem com maus sentimentos. Não cura dessas coisas mínimas. O que está provado é que, com propósitos edificantes, corre por aí muita arte péssima. Em compensação, sem qualquer intenção moralizante, não falta aí arte da melhor. A arte não é moral, nem imoral — é amoral.

Vale a pena insistir:

A esfera da arte e a esfera da ética são absolutamente distintas. Em nossa opinião, a arte é uma actividade autónoma, de finalidade em si própria. Consideramos a arte como amoral, e, portanto, nem moral nem imoral — desde que seja autêntica arte. E, a propósito, aqui nos ocorre certo passo de BAUDELAIRE:

«Tous les imbéciles de la bourgeoisie qui prononcent sans cesse les mots: *immoral, immoralité, moralité dans l'art* et d'autres bêtises me font penser à Louise Villedieu, putain à cinq francs, qui m'accompagnait une fois au Louvre, où elle n'était jamais allée, se mit à rougir, à se couvrir le visage, et, me tirant à chaque instant par la manche, me demandait devant les statues et les tableaux immortels comment on pouvait étaler publiquement de pareilles indécences.»

Isto o escreveu BAUDELAIRE em *Mon coeur mis à nu*. Se calhar, a dita Louise queria a folha de parra nas «partes» que reputava «indecentes»... O *Desterrado* de SOARES DOS REIS também faria corar a pudibunda Louise...

Fiquemos nisto: a arte não é moral nem imoral. Morais ou imorais são aqueles que tais epítetos se permitem. A arte não

tem que descer do pedestal onde se encontra. Os que a não sentem nem entendem é que precisam de subir até ela. A arte é senhora aristocrática. Os plebeus do espírito é que têm de se educar para se nivelarem com ela.

* * *

JAIME DE MAGALHÃES LIMA, homem de austera formação moral, era incapaz de corromper os seus leitores. Na sua literatura de ficção não aparece o escabroso. Toda ela é orientada por graves propósitos construtivos. Desconhece a nudez. Nem *biquini*, nem (isso muito menos) *monoquini*... Literatura decentemente vestida. No comércio literário, era incapaz de atentar contra o pudor dos seus leitores. Literatura romanesca no clima queiro-siano nunca ele seria capaz de a fazer. É ouvi-lo:

«Se àqueles que me pedem um excitante cordial do sentimento, se àqueles que procuram na minha tenda narrações de amor e de justiça que satisfaçam a necessidade de vibração da sua alma, eu ofereço um veneno que lhes desvia o espírito deste movimento salutar para o precipitar nas mais sórdidas lucubrações e para lhes despertar os mais imundos apetites, eu cometi um crime como o merceeiro que venden gêneros avariados e nocivos» (1).

Isto será mentalidade provinciana. O que quiserem. Mas a austeridade moral de MAGALHÃES LIMA não lhe consentia outra atitude. Literatura fora dos signos da ética rigorosa nunca ele a quis praticar.

A arte, que nos deixou, ele a construiu à imagem e semelhança do seu carácter. A sua arte o retrata. Citando LORDE LEIGHTON, dizia: «Toda a nobreza que em nosso coração arde e se ateia, essa há-de inflamar-se em nossas obras. Quanta pureza houvermos, há-de formá-las, e essa mesma pureza há-de exaltá-las. Serão como nós formos nessas obras».

A obra que nos deixou é espelho flagrante da alma que a concebeu, sentiu e escreveu. MONTAIGNE queria que fôssemos *tel sur le papier qu'à la bouche*. MAGALHÃES LIMA foi *tel sur le papier qu'au coeur*.

* * *

Reinsistimos no aforismo já citado — *a arte é, não serve*. Não está, pois, na situação subalterna da política, da religião, da moral. Distingamos: não está, se pedem ao artista que faça

(1) *Notas dum provinciano*, n.º 1, edição de 1899.

arte em favor de uma política que não seja a dele; de uma religião que ele não professe; de uma moral de que ele discorde. Mas se for o artista que, muito espontânea e sentidamente, faça arte bem emotiva com a política da sua simpatia, com a religião que mais cale na sua alma, com a moral que melhor lhe parece concorrer para a dignificação do homem, não vemos que deva abster-se de fazer arte na clave do político, do religioso, do ético. Pois não a fez ANTERO — e bem cálida — nas *Odes Modernas*, todas elas de clara ou subentendida intenção social? O que importa é que o artista seja sincero, que viva os seus ideais, que não dê a impressão de eles lhe ficarem curtos nas mangas. A arte não tem assuntos especializados. Procura o seu bem onde o encontra. O que importa é que o artista seja sincero. Trate de temas filosóficos em arte quem para aí se sentir vivamente inclinado. De temas bucólicos, ou de temas de amor, ou doutra espécie qualquer, quem para tais temas sinta irresistível paixão. Vá cada artista no surto da sua educação. Não se lhe diga vá por aqui, ou vá por ali. Não se lhe marquem balizas. Dê-se-lhe liberdade. Fora do clima da liberdade — o artista só criaria mostrengos. Arte dirigida — imposta de fora — é coisa intolerável.

«ARTE» NATURAL E ARTE HUMANA

JAIME DE MAGALHÃES LIMA escreve: «Esteticamente, a organização mais rude e elemental sobreleva sempre ao engenho e à combinação mais avisada e subtil. A beleza de um lençol, por mais finamente fiado e medido que ele seja, não vale a graça de uma pétala de rosa; nem um andaime vale um cipreste» ⁽¹⁾.

Não. A natureza não sobreleva a arte do homem. Em a natureza as criações estéticas são um produto da fatalidade, ao passo que, no homem, constituem criação consciencializada. Os museus guardam — para admiração estética — as criações artísticas do homem, não se comprazem, porém, em guardar tão sollicitamente — e para o mesmo efeito — as criações da natureza. A consciencialização humana leva de vencida tudo que seja simples dádiva generosa, em que o homem não tenha colaborado.

ARTE E PROFUNDEZA

JAIME DE MAGALHÃES LIMA não exigiu da arte congeminacões profundas. Não considerava inimiga da arte a superficialidade. Em Arte, era pela clareza meridiana, contra o «profundo»,

⁽¹⁾ *Cismas de rebeldes*, in *Seara Nova*, Lisboa, 28-v-1931, pág. 134.

que ele tomava à conta de «tenebroso». Em sua opinião, profundo e tenebroso confundiam-se. Dele as palavras seguintes:

«Nunca ninguém sonhou em luminosidade diamantina as profundezas do mar, as profundezas das florestas, as profundezas da alma, e até mesmo as profundezas do céu, embora seja no céu que o sol habita; e, também, note-se, o que na conjuntura é valioso, que ninguém se alegrou na obscuridade, e habitualmente todos sucumbimos se na treva nos abismamos. Deus nos livre de profundezas, particularmente na arte! São sepulturas donde toda a vida enigrou. Não poderá amá-las a arte cuja condição primária é a alegria na beleza das criações. Paladares enfastiados exigirão que em vez de frutos còrados, com a abundância de cor e perfume superficial que a luz do sol lhes prodigalizou, a arte nos dê os caroços secos desses mesmos frutos, insidiosamente empapelados em véus espessos de profundeza. Há disso realmente. Mas são enfermidades» (1).

As flores — e a arte, segundo o dito de SCHOPENHAUER, é «a única flor da vida» — falam à vista, são festa para os olhos e, em muitos casos, para a pituitária, não por serem «profundas», mas «superficiais», evidentes, claras, ostentatórias. A arte foi criada pelo homem, muito mais para comover sem nos exigir grandes esforços de interpretação, do que para de nós exigir largas teorias na sua exegese, na sua hermenêutica. Arte obscura, que exige grandes debruços sobre ela para a tornar transparente nas intenções, é arte marcada para efêmera duração. A arte há-de primar pela clareza solar, pelas linhas descontorcidas, pela fuga à linha torturada, labiríntica, barroca, salomónica, de propositada e inextricável confusão. E por válidas se devem tomar estas considerações para toda a espécie de arte: a literatura ou a arquitectura, a escultura ou a música, a oratória ou a dança, o teatro ou o cinema. Hermetismos em arte não se toleram. A transparência deve ser o seu clima.

VISÃO ANTROPOMÓRFICA DA NATUREZA

JAIME DE MAGALHÃES LIMA, com a sua aguda sensibilidade poética, não olhava a natureza na atitude do cão de loiça. O jeito peculiar da sua alma de poeta perante a natureza era povoar esta de génios, cada qual exercendo a sua função na economia do mundo telúrico. Não se envergonhava — diante de sábios e filó-

(1) *O amor das nossas coisas e alguns que bem o serviram*, pág. 126, Coimbra, 1933.

sofos — de professar essas ideias estranhas, segundo as quais o mundo telúrico tem a governá-lo uns quantos génios, que só os poetas conseguem ver e com os quais podem conversar. Seja ele a depor:

«... Não me sinto vexado quando, nos meus velhos erros habituais pelos montes, a cada passo me encontro a palrar intimamente com a multidão dessa gente antiquada, à qual, por necessidade de baptismo e à falta de melhor nome, chamarei os génios da montanha, seus senhores absolutos e administradores. Serão eles seres de forma humana perfeita e sublimada, acessíveis ao nosso comércio quotidiano, esforçados no amontoar daquelas pedras, cada qual em sua tarefa própria, — em sua profissão direi, um aqui encastelando a penedia, outro além enraizando a urze, outro cravando o roble entre o tumulto dos rochedos dispersos pelo declive, e depois outro encaminhando as águas pelos rasgões abruptos do chão e engolfando-se nas profundezas da corga, e todos empenhados no labor formidável que vai da graça dos orvalhos com que adornam os tojos até à austeridade da ordem em que distribuem o poder dos granitos e os seus reinos e os seus tronos.

À minha passagem, nunca se calam esses génios da montanha; sempre me falam e os ouço, ora em coro, bradando uníssonos a sua invencível grandeza, ora singularmente, um a um desafiando a sua epopeia, por vezes orgulhosos e serenos, e não menos amiudadamente torturados e humildes; e, entretanto, eis que, cantando solenemente os seus feitos e dramas, me comunicam por milagres de uma ignota identidade, as suas esperanças e as suas aspirações. E terei eu ali a sombra da minha sombra ou, antes, serei eu a sombra, tal é a simpatia que nos une, dando-nos na comunidade da forma a comunidade do coração e do entendimento e da vontade?» ⁽¹⁾.

Fantasia de poeta — mas importa aceitar poetas como quem são, isto é, *criadores* de algo que os outros são incapazes de entender e sentir.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA, bucólico temperamental, enamorado da paisagem, voluptuoso da contemplação das proximidades e das lonjuras telúricas, considerava diminuída em seus valores espirituais a paisagem por onde não passou pé de homem ou onde a mão humana não construiu algo, para assinalar a sua presença. Água, rocha, árvore, só por si, desarticuladas da presença humana — presença em carne e alma, ou atestada por alguma obra de criação do homem — pareciam-lhe somenos. «Onde o homem — dizia ele — não cravou no chão o rasto dos seus passos e onde não

(1) *Ilustração Moderna*, Porto, Agosto de 1929, pág. 415.

estampou na argila dócil a pressão da sua mão, eis que a paisagem esmorece e solta lamentos ingentes de viuvez e orfandade».

Paisagem *tout court*, é uma coisa. Paisagem que acusa obra humana — anta, ermida, alminhas, castelo, que sabemos nós! — é outra. São ainda de JAIME LIMA as palavras seguintes:

«Não, não é a mesma paisagem quando a enaltece um campanário ou quando a assinala uma anta; porque nesses actos de fé, o homem pensou e orou diferentemente, dotou de diferente voz a paisagem e à sua imagem a criou e a revelou ao nosso espírito.

...Os vilares tumultuosos, a mais simples choça, o curral onde pernoita o rebanho e o seu pastor, a courela de verdura que o arado rasgou entre os penhascos — tanto basta para soltar em todo o horizonte clamores inconfundíveis de uma estranha simpatia que nos absorve, enquanto transformam a paisagem, prestando-lhe a face, o olhar, o murmurar dos lábios que pateticamente nos confundem. Então, e só então, a paisagem nos falou e sorriu, e foi majestosa ou severa.

Inversamente, uma paisagem sem o homem, quedo ou agitando-se que ele aí se encontre, é uma alâmpada que se apaga, um altar sem sacerdote; o mais que nos poderá infundir é a impressão do abandono, desprendimento e exílio.

Onde a paisagem ignorou ou desterrou o homem, mutilou a sua própria vida, e sucumbiu e fez inerte» ⁽¹⁾.

O homem empresta espiritualidade à paisagem. Sem a sua presença, clara ou traduzida em obras da sua lavra, a paisagem embrutece, é só natura, carece de cultura, esmorece e não aquece. Não iremos ao ponto de afirmar que o mundo se fez para o homem — a noísa metafísica não vai tão longe. Mas, se o mundo não foi feito para o homem, o certo é que o mundo passou a ser mais perfeito com a presença inteligente do homem. O homem recebeu das mãos de Deus um diamante bruto, que é o mundo. Lapidar esse diamante, ao longo dos milénios, tem sido a tarefa — a espantosa tarefa — humana.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA não olhava a paisagem como qualquer. Os seus olhos de fino artista sabiam ver o que os olhos deseducados — e sobretudo minguados de sentimento estético — são incapazes de vislumbrar. Falámos, atrás, em árvores, e na viva simpatia que estas lhe mereciam. Pois não lhe escapou o ritmo da árvore na paisagem. Ele quem escreveu, a tal propósito:

«Cada árvore tem seu ritmo, e onde a árvore predomina, por saliência individual ou pela espessura do ajuntamento, essa árvore

(1) *Ilustração Moderna*, Porto, Agosto de 1929, pág. 444.

imprimiu à paisagem o seu ritmo e por ela no-lo comunica e nele nos enleva. Nos seus extremos mais cêrceamente marcados, esse ritmo será, ou vertical como no choupo, ou horizontal como sobressai na copa do pinheiro manso, ou ondulatório como alastra na coma enredada do sobreiro, ou ainda composto de vibrações simultâneas de mais de um ritmo elementar, como se desprendem do cipreste, perpendicular na atitude das hastes e ao mesmo tempo subtilmente ondulatório na ramagem cerrada que as reveste. E em qualquer condição o ritmo de cada árvore, como de todas as formas ingénuas, induz no enleio consolador da fascinação de um infinito em cada forma, na graça da qual nos enlevamos» (1).

Esteta de finíssima sensibilidade, lia na paisagem arborizada como em livro aberto. Via com os olhos da carne, mas via, outrossim, e principalmente, com os olhos do espírito — olhos de excelsa agudeza para captarem o inefável eflúvio saído das coisas.

* * *

A paisagem é um estado de alma. Com que olhos poderia HAMLET ver a terra e os homens, se, por dentro, o roía de morte um instancável tédio, uma imedícavel tristeza? É ouvir a sua confissão:

«Últimamente, nem sei porquê, perdi toda a minha alegria, renunciei a toda a espécie de exercício; e sinto na alma uma tal tristeza, que esta maravilhosa máquina, a terra, me parece estéril promontório, este esplêndido dossel, o céu, esse magnífico firmamento suspenso sobre nossas cabeças, essa abóbada sumptuosa, onde brilha o oiro de inúmeras estrelas, tudo me parece um infecto monturo de vapores pestilentos. Que obra prima os homens! que elevação na sua inteligência! quanto são infinitas as suas faculdades! como a sua forma é imponente e admirável, como os seus actos aproximam os homens dos anjos, e a sua razão os aproxima de Deus! são a maravilha do mundo, os reis da criação animada, e contudo o que vale a meus olhos essa quinta essência do pó?» (2)

Com optimismo na alma, o feio nos parece bonito, o chavascal se transforma em vergel, o urso é leve que nem gazela, o asno é inteligente, a própria careca do conselheiro Acácio e a testa do genial Pacheco são primores de anatomia humana.

Com pessimismo, a neve é negra, o céu azul desmaiou, o mais florido jardim não tem perfume, o mel é fel, um nascer do sol

(1) *Ilustração Moderna*, Porto, Novembro-Dezembro de 1931.

(2) *Hamlet*, acto II, cena II, trad. de D. LUÍS DE BRAGANÇA.

é espectáculo funerário, as certezas de ontem são agora terríveis dúvidas, o homem está «um milímetro acima do macaco e um centímetro abaixo do porco», as mulheres são umas piores que as outras.

HAMLET tinha o pessimismo na alma, e, sendo assim, como poderia ver céu e terra, homens e mulheres, senão pelo ângulo raso do seu tédio?

O ENAMORADO DA FLOR

JAIME DE MAGALHÃES LIMA foi um enamorado da pura beleza das flores. E desde tamanino se deixou conquistar para o culto das flores. Podia ele ter escrito, à imagem e semelhança de MAURÍCIO MAETERLINCK, um livro do teor da *Inteligência das flores*. Não ficaria atrás do autor belga. Estamos até em dizer que o excederia na finura de apreciação estética, na riqueza de informações botânicas, na ternura dos comentários. Sempre poeta — medularmente poeta — é com vivíssimo amor que nos fala «das flores que Deus criou». Esse amor pelas flores desde a infância o cativou: «começa na minha lembrança onde a memória me desponta; e, por minha boa sorte, em toda a condição me protegeu, na fortuna como na adversidade.

Direi mais: esse amor foi o meu baptismo na contemplação da Beleza. Por ele lhe comungou os primeiros amentos.

Criança ainda, encontrei junto à casa onde eu morava, uma singela e modestíssima flor, pequenina, escarlate, que mais tarde, a seu tempo, quando a escola me instruiu, vim a saber que andava designada nos livros com o nome de *Salvia Grahami*.

...Foi uma flor singela, um ser mínimo em seu corpo e infinito no seu poder de irradiação comovente de fluidos imponderáveis, foi esse ministro do mistério que pela vez primeira me levou à presença divina da Beleza, a qual havia de me consolar da aridez corrosiva do mundo» (1).

Era sua convicção de poeta que na flor se contém uma religião. Mas religião absolutamente desinteressada, visto que do culto prestado à flor nenhum outro proveito se pode tirar que não seja o do inefável prazer de a contemplar em sua excelsa beleza, dando festa ao olhar e, em muitos casos, festa também à pituitária e ao tacto.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA é de parecer que, com o culto prestado à Virgem Maria, se acrisolou o culto à flor. Canonicizou-se a flor no momento em que mais se afervorou a devoção

(1) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 117, págs. 4-5, Aveiro, 1964. *O culto da flor*.

à Virgem. Foi na alta Idade Média que essa devoção atingiu o auge, e foi também precisamente nessa quadra que a cultura da flor mais requintou, servindo nas mãos do crente como preito levado ao altar. Com a homenagem prestada à mulher na sua candura de mãe coincidiu o gosto pela cultura da flor. Mulher e flor passaram a associar-se numa mesma identidade. A delicadeza do crente sentiu que o mês das rosas devia ser consagrado à Virgem. A rosa, cheia de graça, era uma espécie de *Salve* erguido a outra Rosa — também cheia de Graça, a Virgem Maria.

Na alma do poeta que é JAIME LIMA, mulher e flor, flor e mulher, formam ciclo fechado, ao ponto de ele dizer que «maltratar por qualquer modo uma flor, por agravos positivos ou por indiferença, desconhecer-lhe o encanto ou cortá-la e abandoná-la, equivale, para a susceptibilidade da minha compleição, à grosseria e a rudeza do vilão ou do néscio que injuria a mulher» ⁽¹⁾.

Da alma tão limpidamente bela, como a do autor de *Vozes do meu lar*, não se poderia esperar outra assimilação que não fosse a da mulher à flor.

O culto à flor é prestado em templos próprios — os jardins, onde, a bem dizer, se deve entrar quase com o mesmo recolhimento com que se entra num lugar sagrado. Templos são esses que, pela grandeza das dimensões e pelo aparato, se podem comparar a catedrais metropolitas, ou que, pela sua discreta modéstia, se podem equiparar a pequeninas ermidas. Mas, ou se entre na sumptuosidade dos grandes e espantosos jardins, ou se pise o chão de pequeninos retalhos onde a flor se ostenta em toda a sua ingénua graça, o dever de todo aquele que sente em profunda ressonância a beleza da flor é sempre o do recolhimento religioso que à excelsa beleza se deve. Só almas grosseiras poderão olhar com indiferença para os aspectos mimosos da flor. JAIME LIMA, na sua afinadíssima sensibilidade de artista, considera os jardins, no seu mais alto e derradeiro significado, «como livros de oração à graça da flor».

Dizia BUFFON que o estilo é o homem. E não poderemos nós dizer que também o jardim o é? Mostra-me os jardins que criaste, as flores que neles cultivas, o esmero, o amor com que as tratas, e eu te direi quem és. Pelo dedo se conhece o gigante, e pelos jardins se entreadivinham as sociedades e as civilizações que os criaram. O jardim é de espanto, respira orgulho nos canteiros, tem monumentalidades de basílica? Podemos admitir que os homens que assim os traçaram e assim os conservam em jeitos de grande e vaidosa ostentação, vivem tão longe da humildade como nós o estamos da constelação do Boieiro. Esse tipo de jardins dir-se-ia que representa um produto do irritante e ofen-

(1) *Ibidem*, pág. 6.

sivo capitalismo. Mas, a par desse tipo de jardins, quantos outros não poderíamos aqui juntar!: o do jardim proletário, o plebeu, o fradesco, o castrense, o para inglês ver, o da doce intimidade, cada um deles deixando trair a alma — grande ou pequena, orgulhosa ou humilde, arrogante ou tímida, religiosa ou pagã, violenta ou pacífica — de quem os gizou, criou e mantém.

O jardim é livro de oração à graça da flor — disse o nosso poeta. Mas quantas maneiras de fazer a oração — desde a de estrondo, com *Te Deum* clamoroso, que ribomba nas arcadas do templo, até à tão discreta, tão discreta que só Deus no seu infinito ouvido a poderá entender e captar. De facto, há a oração de flor espectacular, palaciana, ostentada em grandes arquitecturas, e a flor timidamente aninhada à borda do poço. No dizer do poeta: «a mesma rosa que serviu a pobreza e lhe mitigou as dores, essa mesma em outro ambiente anuncia o orgulho que a destinou a apregoar-lhe a ufanía e as suas afrontosas pompas» (1).

Ex Oriente lux! Do oriente a luz! E também daí — desse ponto cardeal — a flor ou, melhor, o culto da flor. Ainda o mundo ocidental vivia mergulhado na bruteza, e já no Oriente a flor era cultivada para regalo dos olhos e da alma. WINGFIELD STRATFORD, citado por JAIME DE MAGALHÃES LIMA, escreveu, a tal respeito: «Em não pequena extensão o culto da natureza foi estimulado pela influência da civilização chinesa [no século XVIII], cuja fama os mercadores e os missionários espalharam e cujo encanto se revelava nas porcelanas e lacas que adornavam as salas de todo o fidalgo e das damas de bom gosto. Bem cedo, já em 1712, ADDISON, punha em contraste a arte subtil que no jardim chinês se encontrava e o mal alinhavado formalismo dos jardins do Ocidente» (2).

E teria sido o povo inglês, porventura, o mais tocado pelo culto do jardim e, portanto, da flor. Nos jardins que criou e mantém se revela a alma desse povo de qualidades singulares na panorâmica universal. O amor do inglês pela natureza é a tradução da sua alma de franciscano.

As civilizações vão perdendo, por esse mundo além, muito do que tinham de caracteristicamente inconfundível. A tendência é, hoje, para o estandardizado, uma cidade igual a outra, todas como que modeladas pelo mesmo e chato padrão. Todavia, algo de subtil e discreto e inrasoável persiste por debaixo do cilindro da estandardização da hora presente. No caso da Inglaterra — o mais rebelde dos povos à chateza da uniformização que vai galgando o planeta de lés a lés — o culto da natureza é único.

(1) *Ibidem*, pág. 8.

(2) *The History of British Civilization*, Londres, 1928, pág. 774.

Nesse particular do culto da natureza (aliás também noutros aspectos), o povo inglês «é como Deus o criou e não muda, embora mude o ar que respira». As relações do inglês com a natureza não têm igual no mundo. Franciscano de raiz, o povo inglês quer a natureza o mais possível à lei dessa mesma... natureza. As árvores, nos jardins ingleses, não crescem em sistema de regra e esquadro. «Note-se que Hampton-Court [em Londres], na intenção de quem o traçou e planeou» (diz JAIME DE MAGALHÃES LIMA), «era para se moldar no pensamento versalhês, era para ser à moda de França; mas o espírito ingénito da raça pode mais que a teoria concebida, e os castanheiros de Versalhes foram ajustados a poder de serra, e de corte à fachada do palácio, como se fossem também peças de architectura, e os castanheiros de Hampton-Court foram alinhados também, mas para depressa saírem do alinhamento e ostentarem a sua majestade em plena liberdade, crescendo a seu querer, ao abrigo da sujeição e do agravo dos homens, desenvolvendo toda a robustez e toda a graça da sua forma, sem que mãos sacrílegas ousassem tocar-lhes e amoldar a padrões convencionais geométricos a grandeza e a impoluta formosura da criação natural.

Muitos homens que visitaram a Inglaterra têm notado com elogio que em país algum europeu se encontram mais belas árvores. E assim é realmente⁽¹⁾.

País da liberdade para os homens, como deixaria de o ser para as árvores? País disciplinado, sim, mas com disciplina que não anula as justas liberdades.

(*Continua*)

CRUZ MALPIQUE

(¹) *Ibidem*, págs. 11-12.

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado do vol. XXX, pág. 316)

G

- 1 **Gabriel Dias da Costa Mineiro** — homem de negócio no Rio de Janeiro junto à Sé; *natural da freg. de S.^{to} Isidro de Romariç, Feira*; filho de *Manuel Ferreira* e de *Maria da Costa, naturais e moradores em Romariç*; neto paterno de *Pedro Alves, natural de Romariç*, e de *Antónia Ferreira, natural de S. Martinho, freg. de Sant'Iago de Lobão, Feira, moradores em Romariç*, e materno de *Pascoal da Costa* e de *Catarina de Oliveira, também naturais e moradores em Romariç*.

Carta de Familiar de 22 de Outubro de 1756.

Gabriel — m. 3, n.º 31

- 2 **Gabriel Dias da Cunha** — homem de negócio na cidade do Maranhão; *natural de Arruela da vila de Ovar*; filho de *Inofre Dias, barbeiro e sangrador, natural de Arruela*, e de *Catarina da Cunha, natural de Ovar, moradores em Arruela*; neto paterno de *Amaro Dias, natural da freg. de S.^{ta} Maria da Válega, Ovar*, e de *Maria Gomes, natural de Arruela*, e materno de *André Jorge* e de *Catarina da Cunha, oleiros, naturais e moradores em Ovar*; irmão de *José Dias da Cunha*.

Carta de Familiar de 26 de Março de 1737.

Gabriel — m. 3, n.º 27

- 3 **Gabriel Ferreira Cantanhede** — escrivão do público, judicial e notas, almotaçaria e sisas da vila de Alhos Vedros;

natural da vila de Cantanhede, freg. de S. Pedro, e morador em Lisboa, na Bica Pequena, freg. de S. Paulo; filho de Francisco Jorge, serralheiro, e de Isabel Lopes; neto paterno de André Jorge e de Francisca Vaz, todos de Cantanhede, e materno de António Lopes, sapateiro, e de Maria Vaz naturais de Outil, meia légua de Cantanhede; casado com *Madalena da Rosa Marinha, natural da vila de Aveiro*, onde casara com o habilitante, onde então tinha uma loja de bacalhau e pescado salgado, donde tinham vindo para Lisboa, filha de *Manuel Fernandes*, canastreiro, e de *Catarina André* sapateira, *naturais da Aveiro, freg. de N.ª Sr.ª da Apresentação*, neta paterna de *Estêvão Fernandes*, igualmente canastreiro, e de *Maria Fernandes, naturais da freg. de S.ª Maria da Arrifana, Feira*, e materna de *Pedro André*, curtidor de couros e sapateiro, natural de Besteiros, freg. de Coelhoso. Tondela, e de *Catarina André, natural de Aveiro e aí moradores*.

Carta de Familiar de 25 de Abril de 1656.

Gabriel — m. 1, n.º 4

- 4 **Gabriel de Figueiredo** — ourives da prata, *natural da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja*, e morador em Aveiro; filho de *Gabriel de Figueiredo*, alfaiate, e de *Maria Francisca, naturais e moradores em Salreu*; neto paterno de *Mateus de Figueiredo*, alfaiate, e de *Maria João*, e materno de *Pedro Anes*, padeiro, e de *Paula Francisca*, todos *naturais e moradores em Salreu*; primo pelo lado paterno de *Domingos Figueiredo*, igualmente padeiro, *morador em Aveiro*, e de *João de Figueiredo*, *morador na freg. de Sant'ago de Beduído, Estarreja*; ajustado para casar, em 1718, com *Ana de Almeida*, filha de *João de Almeida* e de *Maria Esteves, moradores em Aveiro, freg. da Vera Cruz*, neta paterna de *Pascoal Mendes* e de *Ana João, naturais e moradores em Função, freg. de S. Salvador de Roge, Vale de Cambra*, e paterna de *António Fernandes, natural de Paço do Mato, freg. de Roge*, e de *Maria Esteves, natural da freg. de S.ª André da Esgueira, Aveiro, e moradores em Aveiro, freg. da Vera Cruz*.

Carta de Familiar de 11 de Abril de 1715.

Gabriel — m. 3, n.º 20

- 5 **Gabriel Martins** — natural e morador em Fruta de Cima, freg. de S. Pedro de Espinho, Mangualde; filho de André

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Martins, natural de Fruta de Cima, e de *Domingas João*, segunda mulher, natural de *Fonte Manha*, freg. de *Santiago da Moita*, *Anadia*; neto paterno de *António Martins*, de Fruta de Cima, e de *Esperança Rodrigues*, de *Cerca*, freg. de *S. Pedro de Avelãs de Cima*, *Anadia*, e materno de *Francisco Luis*, de *Fonte Manha*, e de *Ana João*, de *Castanheira*, freg. de *S. Pedro de Espinho*; casado com *Brizida Gomes*, filha de *Domingos Gomes* e de *Maria Simões*, naturais de *Fonte Manha*, neta paterna de *Manuel António*, de *Vale de Carneira*, *S. Pedro de Espinho*, e de *Maria Gomes*, de *Fonte Manha*, e materna de *Simão Luís*, o «Novo», igualmente de *Fonte Manha*, e de *Brásia Simões*, da *Cerdeira*, freg. de *S. Tomé de Tra-soi*, *Mangualde*.

Carta de Familiar de 5 de Fevereiro de 1754.

Gabriel — m. 3, n.º 30

- 6 **Gabriel Nunes Martins** —advogado; natural da freg. de *Sandim*, *Feira* ⁽¹⁾, morador no Porto; filho de *Manuel Fernandes Martins* e de *Cecília Nunes*, naturais de *Sandim*; neto paterno de *Manuel Martins*, natural de *Sandim*, e de *Isabel Amador*, natural da freg. de *S. Pedro de Canedo*, *Feira*, e materno de *Domingos Fernandes*, natural da freg. da *Vila Maior*, *Feira*, e de *Cecília Nunes*, natural da freg. de *Crestuma*, *Feira* ⁽¹⁾. filha de *Sebastião Alvares*, o «Fidalgo», morador em *Crestuma*, e de sua primeira mulher *Catarina Nunes*, tendo casado segunda vez com *Marta Gomes*; irmão do *P.º António Nunes de Freitas*, natural da terra da *Feira*; casado com *Bernarda Maria*, filha de *Gonçalo de Sousa* e de *Maria Pais*, da rua do Souto, Porto, neta paterna de *Mateus Alvares* e de *Isabel Francisca*, naturais de *Sardoura*, *Castelo de Paiva*, e materna de *Sebastião de Passos*, naturais da freg. de *S.º André de Cristelos*, *Lousada*, e de *Luísa Pais*, natural da *Rua do Souto*.

O habilitante foi reprovado a 9 de Julho de 1694 por ser acusado de sua avó materna, *Cecília Nunes*, haver sido delata como cristã-nova sendo sambenitada pelo Santo Ofício.

Escusada a carta em concelho a 16 de Novembro de 1700.

Gabriel — m. 4, n.º 46

⁽¹⁾ Actualmente do conc. de Vila Nova de Gaia.

- 7 **P.^o Gabriel de Oliveira Pereira** — *abade de S. Paio de Fornos, Castelo de Paiva; natural da vila de Ovar; filho de João Pereira, vendedor de sal, e de Isabel de Oliveira, naturais e moradores em Ovar; neto paterno de André Francisco, natural de S. Vicente de Pereira, Ovar, e de Maria Rodrigues, natural de Ovar e aí moradores, e materno de Miguel de Oliveira, também natural de Ovar, e de Isabel João, natural de S. Vicente de Pereira e moradores em Ovar.*

Provisão do Comissário de 9 de Janeiro de 1690.

Gabriel — m. 1, n.º 8

- 8 **Gabriel Rodrigues da Costa** — *mercador em Aveiro e natural da freg. de S.^{ta} Maria de Vila Nova de Sande, termo de Guimarães; filho de Miguel Rodrigues, de Vila Nova de Sande, e de Catarina Luís, da freg. de S.^o André de Caldelas, termo de Guimarães, moradores em Bouça, Vila Nova de Sande; neto paterno de João Rodrigues e de Margarida Vaz, de Vila Nova de Sande e moradores em Bouça, e materno de Salvador Rebelo, de Reboreda, freg. de S.^{ta} Eufémia de Prazins, e Isabel Luís, do Fojo, freg. de S. João de Brito, moradores em Reboreda, freg. de S. Tomé de Caldelas; casado com Rosa Jacinta de Almeida, filha de João Ferreira Leitão e de Sebastiana de Almeida, de Aveiro, freg. da Vera Cruz, neta paterna de Domingos Ferreira, da freg. de S. Martinho de Leitões, e de Maria Lopes, da freg. de S. Paio de Figueiredo, ambos do termo de Guimarães e materno de Vicente de Matos e de Jacinta de Almeida, da freg. da Vera Cruz de Aveiro.*

Carta de Familiar de 16 de Fevereiro de 1734.

Gabriel — m. 3, n.º 26

- 9 **Gabriel Teixeira de Saavedra e Meneses** — *natural de Argadeira, freg. de S. Pedro de Tarouca; filho de Gabriel Teixeira de Saavedra, Familiar de S.^{to} Offício, natural de S. Martinho das Chans, e de D. Maria Inácia Teixeira de Meneses, natural de Penso, freg. de S. Sebastião de Penso; neto paterno de António Cabral de Saavedra, natural de S. Martinho das Chans, e de Mariana Teixeira, natural de S. Pedro de Tarouca, e materno de Cristóvão Teixeira de Almeida, natural de S. Sebastião do Penso, e de D. Francisca da Silva e Meneses, natural da vila de S. Cosmado, freg. de S. Cosme e Damião; ajustado para*

casar em 1757 com D. Mariana Eagrácia de Macedo Souto-Maior e Castro, natural da freg. de Carvalhais, bispado, de Miranda, filha de D. Alexandre de Macedo Souto-Maior e Castro, natural de Vila Real, e de D. Caetana de Castro e Sousa, natural de vila de Murça, neta paterna de D. Duarte de Macedo e Souto-Maior, natural de Vila Real, e de D. Mariana Pessoa de Vasconcelos, natural da freg. de S. Martinho da Várzea, e materna de Valério de Castro Delgado e de D. Mariana de Sousa, naturais da vila de Murça; ajustado de novo para casar em 1761 com D. Francisca Teresa Xavier de Azevedo e Vasconcelos, natural da Quinta de Figueiredo, freg. de S.^{ta} Maria de Sardoura, Castelo de Paiva, filho de Fernando de Araújo de Vasconcelos, natural da Boa Vista, freg. de S. Mamede de Vila Maior, Feira, e de Mariana Luísa de Azevedo, natural da freg. de S. Nicolau da vila da Feira, moradores na Quinta de Figueiredo, neta paterna de Cristóvão de Araújo Correia, natural de Midões, freg. de S. João da Raiva, Castelo de Paiva, e de Maria Ferreira, natural da Boa Vista, e aí moradores, e materna de Manuel de Azevedo da Costa, natural da freg. de Sant'Iago do Rio Meão, Feira, e de Madalena Soares, natural da freg. de S. Nicolau da vila da Feira.

Carta de Familiar de 1 de Dezembro de 1748.

Gabriel — m. 3, n.º 28

- 10 D. **Garcia Pessoa de Noronha** — moço fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}; natural e morador no Porto; filho de D. Bartolomeu Martins de Mesquita de Noronha, natural de Leiria e criado na Quinta das Crujeiras, freg. de Vila Nova dos Infantes, termo de Guimarães, e de D. Maria Pessoa de Vasconcelos, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, e aí moradores; neto paterno de D. Manuel de Noronha, natural da Quinta das Crujeiras, e de D. Helena de Eça, natural de Leiria, e materno de Simão Ribeiro Pessoa, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e de D. Antónia de Vasconcelos, natural da Quinta do Outeiro, freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra; irmão de D. Manuel Martins de Mesquita de Noronha, pai de D. Luísa de Melo de Noronha, viúva de João Valadares Carneiro, Familiar de S.^o Ofício; casado com D. Mariana Francisca de Barros, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, filha de André de Barros, natural da freg. de S.^o Estêvão de Vilela, Aguiar de Sousa, e de Leonor Vareira Caldeira, natural de Leça de Matosinhos, neta paterna de João de Barros e de Maria Miguel, moradores na

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

freg. de Vilela, e materna de Gaspar Martins Vareira e de Briolanja Caldeira, naturais de Leça.

Carta de Familiar de 27 de Abril de 1691.

Garcia — m. I, n.º 10

- 11 **Garcia Sousa de Meneses** — licenciado por exame privado, moço fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}; natural Pentieiros, termo de Ponte de Lima, e morador em *S. Martinho de Salreu, Estarreja*; filho de *Damião de Sousa de Meneses, natural de S. Martinho de Salreu*, e de D. Joana de Távora, natural de Carrazedo de Montenegro, termo de Chaves; neto paterno de *Sebastião de Sousa de Meneses, natural de Viana de Caminha*, e de *D. Joana de Noronha, natural de Aveiro*, e materno de Gonçalo Guedes de Sousa, natural de Carrazedo, e de D. Francisca de Sousa, natural de Viana de Caminha.

Provisão de Deputado da Inquisição de Évora de 12 de Fevereiro de 1675.

Garcia — m. I, n.º 4

- 12 **Gaspar de Almeida de Brito** — cereeiro; natural de Lisboa, freg. de S. Paulo, e morador a *S. Nicolau*; filho de *Manuel de Almeida, cereeiro, natural da freg. de N.ª Sr.ª das Neves de Angeja, Albergaria-a Velha*, e de Mariana de Brito, natural de Lisboa, moradores na rua da Pichelaria, freg. de S. Nicolau, havendo morado quarenta anos na freg. de S. Paulo; neto paterno de *Simão de Almeida, natural e morador em Angeja*, e mais tarde, por espaço de cinquenta anos *irmão da misericórdia da Vila de Aveiro*, e de *Francisca Gomes, filha de Diogo Gomes e de Andreza Mascarenhas, da freg. de S.º André de Esgueira, Aveiro*, e materno de Domingos Dias Cero-nheiro, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, na rua da Pichelaria, e de Maria Francisca, natural e moradora na mesma freguesia; casado com Francisca Pais de Oliveira, natural de Lisboa, freg. da Sé, filha de Gaspar Afonso, sapateiro, natural da freg. de S. Pedro de Rio Meão, de Ribeira de Serva, Guimarães, vivendo em Lisboa nas ruas da Padaria e da Pichelaria durante sessenta anos, e de Maria Pais de Oliveira, natural e moradora da freg. da Sé, neta paterna de Afonso Dinis e de Catarina Pires, naturais e moradores em Rio Meão, e materna de Gaspar Pais, mercador de vinhos, natural de Arcos de Valdevez, freg. de S. Jorge e morador muitos anos na freg. da Sé, e de *Maria de Oliveira, natural da freg. de S.º António*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

de *Avelãs do Caminho* ⁽¹⁾, *Anadia*, e sobrinha materna de Gaspar Pais, mercador de vinhos, Familiar do S.^{to} Offício.

Carta de Familiar de 7 de Agosto de 1674.

Gaspar — m. 3, n.º 108

- 13 **Gaspar Ferrelra** — mestre de obras; natural da rua dos Álamos, freg. de S.^{ta} Justa de Lisboa, e morador em Coimbra; filho de Manuel Ferreira, mestre entalhador, natural de Pisões, freg. de S. Cristóvão de Cabeçudos, termo de Barcelos, e de Ana Maria, natural de Lisboa, freg. de Sant'Ana, aí moradores; neto paterno de Rosendo Martins e de Maria Ferreira, naturais e moradores em Pisão de Baixo, freg. de S. Cristóvão, e materno de Manuel Francisco, natural de Alcoentre, e de Francisca Maria, natural da freg. de S. José de Lisboa; casado com Violante Teixeira, natural da freg. de Caramos, termo de Guimarães, filha ilegítima de Frei António da Cruz, religioso de S. Domingos, natural de Trescova, freg. de vila Cova da Lixa, e de Luísa da Costa, natural da Corveta, freg. de Sant'Iago de Sendim, neta paterna de António Teixeira, natural de Trescova, e de Maria Josefa, da freg. de Vila Cova da Lixa, e materna de Sebastião da Costa, natural da Ponte de Negrelos, freg. de S. Martinho do Campo, e de Maria Gonçalves, natural de Revela, freg. de S. Tomé de Friande, moradores em Corvela; enviuvando, ajustado para casar, agora architecto, em 1738, com Joaquina Luísa, natural de Lisboa, rua dos Vinagres, freg. de S.^{ta} Justa, e moradora no Beco da Estalagem da rua dos Álamos, filha de António Gomes Canteiro, natural da Batalha, e de Luísa Maria, natural de Lisboa, rua dos Vinagres, neta paterna de Miguel Henriques, lavrador, natural de Forneiros, e de Maria Henriques, natural de Rebolaria, ambos da freg. de S.^{ta} Cruz da vila da Batalha, e materna de António João, canteiro, natural de Cabeças, freg. de S. Pedro da cidade de Leiria, mais tarde freg. de S.^{ta} Catarina de Azóia, e de Margarida da Costa, natural da Portela do Bispo, freg. de S. Pedro de Dois Portos; quando o habilitante requereu para Familiar, em 1733, declarou que tinha um filho de *Luísa Maria de Gouveia*, natural da freg. de S. Miguel da vila de Aveiro, de nome Maurício, neto materno de *Sebastião Montiro*, alfaiate, natural da freg. da *Vera Cruz da mesma vila*,

(1) Antiga de S. Vicente de Sangalhos.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

e de *Madalena de Gouveia*, natural de *S. Julião de Vila-rinho*, termo de *Esgueira*, moradores na referida freg. de *S. Miguel*.

Carta de Familiar de 10 de Julho de 1733.

Gaspar — m. 8, n.º 184

- 14 **P.º Gaspar de Magalhães** — *Abade de Paços de Brandão, Feira*; filho de Gaspar de Magalhães e de Maria Fernandes, naturais da freg. de *S. Veríssimo de Neovegilde*, termo do Porto; neto paterno de Gaspar Jorge e de Filipa de Magalhães, moradores na freg. de *Aveleda*, Bispado de Braga, e materno de Fernão Gonçalves e de Águeda Fernandes, moradores em *Neovegilde*.

Provisão do Comissário de 11 de Maio de 1663.

Gaspar — m. 2, n.º 95

- 15 **Gaspar de Magalhães e Meneses** — *natural e morador na Quinta do Covo, freg. de Vila Chã, Oliveira de Azeméis*; filho de *António de Magalhães e Meneses* e de *D. Ângela Tinoca*, natural de Viana e moradores na citada quinta; neto paterno de Gaspar Ribeiro de Sampaio e de *D. Antónia de Meneses*, do cimo de *Felgueiras*, e materno de *Manuel Tinoco Barbosa* e de *Antónia do Rego Barbosa*, naturais e moradores em Viana.

Carta de Familiar de 28 de Março de 1695.

Gaspar — m. 6, n.º 149

- 16 **Gaspar Pais** — morador em Lisboa, à Porta do Mar; filho Gaspar Pais e de Maria de Oliveira, moradores à Porta do Mar; neto paterno de Diogo Pais e de Margarida Pires, natural da Aldeia da Presa, freg. de *S. Jorge*, termo de Arcos de Valdevez, e materno de *Gaspar Pires* e de *Ana João, de Avelãs do Caminho, freg. de S.º António, Anadia*; casado com Mariana da Costa, filha de Gaspar Fernandes e de Margarida Gonçalves, moradores à referida Porta do Mar, neta paterna de João Fernandes e de Catarina Gonçalves, naturais da freg. de *S. Miguel de Troços*, termo de Braga, e materna de Bastião Gonçalves, o «Carneiro», e de Inês Gonçalves, naturais de Loureiro, freg. de *S. Tomé de Vade*, termo de Ponte da Barca.

Carta de Familiar de 23 de Março de 1639.

Gaspar — m. 11, n.º 218

- 17 **Gaspar dos Reis** — cereeiro; natural e morador em Lisboa a S. Gião; filho de Bastião Francisco, bombardeiro, e de Joana Rodrigues, moradores em Lisboa na rua das Canas-tras, freg. da Sé; neto paterno de *Jordão Francisco* e de *Guimomar Afonso, moradores na freg. de S. Pedro de Canedo, Feira*, e materno de Gregório Galego, regatão da Corte, e de Catarina Rodrigues, moradores na freg. da Sé, de Lisboa; casado com Bárbara Pereira, filha de Gonçalo Fernandes e de Antónia Fernandes, moradores em Lisboa na Mouraria freg. de S. Sebastião, neta paterna de Diogo Pires e de Maria Gonçalves, moradores na freg. de S. Miguel dos Arcos, termo de Barcelos, e materna de António Fernandes e de Genebra Fernandes, moradores na freg. de S. Miguel de Ribeiradio, Oliveira de Frades.

1627.

Gaspar — m. 1, n.º 53

- 18 **Gaspar dos Reis Vidal** — natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Agueda, e morador em Aveiro; filho de *Tomé João* e de *Maria Vidal, naturais de Arrancada*; neto paterno de *João Gonçalves* e de *Maria Mateus, naturais de Sobreiro Chão, freg. de S. Pedro de Valongo*, e materno de *Marçal Vidal* e de *Maria Dias, da Arrancada*; casado com *Antónia Pereira*, filha de *António João* e de *Maria Manuel*, todos naturais de Aveiro, neta paterna de *João Gonçalves* e de *Senhorinha Fernandes, naturais de Figueiredo, freg. de Sant'Iago de Riba d'Ul, Oliveira de Aземéis*, materna de *Manuel André* e de *Domingas Gonçalves, naturais de S. Vicente de Louredo, Feira*.

Carta de Familiar de 13 de Junho de 1642.

Gaspar — m. 2, n.º 74

- 19 **Gaspar Soares** — bate-folha de S. Alteza; natural de Sacavém, termo de Lisboa, e morador na rua dos Douradores, havendo residido, quando da sua petição, em Azambuja; filho de *João Soares, natural da vila de Cambra, freg. de N.ª Sr.ª da Macieira*, e de *Maria da Silva, natural do Casal de S.ª Cruz da mesma freguesia*; neto paterno de *Manuel Soares, natural de Moreira, freg. de S. Salvador de Roze, Vale de Cambra*, e de *Maria Carvalha, natural de Pedrastos, freg. de N.ª Sr.ª da Natividade de Macieira de Cambra, Vale de Cambra*, e materno de *Pascoal João, natural do Casal de S.ª Cruz*, e de *Ana da Silva, natural de S. João da Talha*; casado com Mariana da Cruz,

filha natural de Brás Duarte Ribeiro, Familiar do S.^{to} Offício, e de Domingas Nogueira mulher solteira, natural de Labruja, freg. de S. Cristóvão, termo de Ponte de Lima, neta materna de Gaspar Nogueira e de Maria Rodrigues, naturais e moradores em Labruja.

Carta de Familiar de 4 de Abril de 1678.

Gaspar — m. 4, n.º 117

- 20 P.^o Gaspar Soares Coelho — Abade de S. João Baptista de Figueira, Bispado de Lamego; natural da freg. de S.^{ta} Cristina de Mesão Frio; filho de Gaspar Francisco de Oliveira e de Maria Soares Cardoso, de Mesão Frio; neto paterno de Gaspar Francisco, de Tresouras, Baião, e de Ana João, de S. João de Gestação, Baião, e materno de *António Mendes, da freg. de S. Pedro de Sanfins, Feira*, e de Maria Cardoso, de Mesão Frio.

Provisão de Commissário de 19 de Outubro de 1731.

Gaspar — m. 8, n.º 181

- 21 Gastão Vieira de Brito — natural da freg. de S.^{ta} Maria de Fagim, conc.^o de S.^{ta} Cruz de Riba Tâmega, e morador no Porto, no Porto, freg. de S. Nicolau; filho de Domingos Vieira de Castro, natural de Vila Boa de Quires, da casa chamada da Nogueira, conc.^o de Portocarreiro, e de Mariana Monteiro de Brito, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e nela moradores na rua da Fonte Taurina; neto paterno de André Vieira de Castro, natural de Vila Boa de Quires, filho de Pedro Nogueira e de Maria Vieira, da mesma freguesia, e de Maria de Sampaio, igualmente de Quires, da Casa de Nogueira, filha de Domingos Fernandes de Sampaio, e materno de *Domingos Monteiro, natural de Lama, freg. de S. Mamede de Guizande, Feira*, filho de *Simão André* e de *Maria Francisca, do mesmo lugar da Lama*, e de Francisca de Brito, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, onde o citado Domingos Monteiro morara algum tempo, filha de Diogo de Brito, natural da freg. de S. Pedro de Miragaia, e de Antónia Francisca, natural do Porto, freg. de S. Nicolau; ajustado para casar, em 1734, com Custódia Clara do Nascimento, natural e moradora na freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia, filha de João Carvalho dos Santos, Familiar do S.^{to} Offício, natural da freg. de S. João de Cavez, Cabeceiras de Basto, e de Clara Nogueira dos Santos, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Vila Nova de Gaia, neta paterna de João de Carvalho e de Maria Jorge, naturais e moradores em S. João de Cavez, e materna de Gonçalo Dinis, Familiar de S.^{to} Ofício, natural de S. Mamede de Canelas, e de Inácia Nogueira, natural da freg. da Sé do Porto, moradores na de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia.

Carta de Familiar de 23 de Outubro de 1731.

Gastão — m. 1, n.º 3

- 22 **Geraldo Blenz** — formado em sagrados cânones; natural de Massarelos, freg. de N.^a Sr.^a da Boa Viagem; filho de Geraldo Blenz, homem de negócio, natural de Hamburgo, donde viera menino para o Porto, educado na religião luterana e baptizado aos treze anos no Paço do Bispo do Porto, e de Úrsula Maria Teresa Blenz, natural de Massarelos, moradores na rua de S. Francisco freg. de S. Nicolau, Porto; neto paterno de Gerardo Van e de Catarina Blenz, naturais e moradores em Hamburgo, e materno de *Manuel Tavares de Oliveira, natural de Macieira de Cambra, Vale de Cambra*, e de Teresa do Rosário, natural de Massarelos, e aí moradores; primo materno do B.^e Manuel Pinto Ribeiro, Familiar do S.^{to} Ofício, filho de Teresa do Rosário, irmã de sua mãe, morador no Porto, e de *Manuel Vaz de Oliveira*, também Familiar, *filho de uma irmã do avô materno*; casado com D. Isabel Joana de S. Boaventura Blenz, natural da Calçada de Monchique freg. de S. Pedro de Miragaia, filha de João Ribeiro Lima, natural de S. Salvador de Resende, Coura, Familiar, e de Florência Inácia da Ponte, natural de Miragaia, moradores na referida Calçada, neta paterna de João Ribeiro e de Páscoa Vaz, e materna de Manuel Correia da Ponte e de Eufrazia Maria da Ponte.

Carta de Familiar de 8 de Fevereiro de 1754.

Geraldo — m. 1, n.º 15

- 23 **Geraldo da Fonseca** — negociante, embarcando de Portugal para os portos do Brasil, e então com casa de negócio em Nova Colónia de Sacramento; *natural da freg. de S. Miguel da Fermelã, Estarreja*, com residência em Lisboa, no beco da Junta na rua Direita do Corpo Santo, freg. de S. Paulo; filho de *João Dias Fonseca* e de *Domingas Antónia*; neto paterno de *Domingos Dias Fonseca* e de *Maria Dias*, e materno de *Manuel António* e de *Isabel, João*, todos *naturais e moradores em Fermelã*; casado com Ana Maria da Conceição, natural de Lisboa, freg.

de S. Paulo, filha de *Manuel Rodrigues Vareiro* e de *Maria da Conceição*, neta paterna de *Manuel Rodrigues Vermelha* e de *Giralda Gomes*, e materna de *Francisco Fernandes* e de *Joana Fernandes*, todos naturais da freg. de S. Cristóvão de Ovar, irmã do P.^a Mestre Frei António do Amor de Deus, religioso da Província de S.^{to} António de Portugal, Qualificador do S.^{to} Offício de Coimbra. Carta de Familiar de 3 de Julho de 1752.

Geraldo — m. I, n.º 14

- 24 **Dr. Geraldo Pereira Coutinho** — Lente de véspera em Leis na Universidade de Coimbra; natural da *Quinta e lugar da Tabueira, freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro*, e morador em Coimbra; filho de *Nuno Álvares Pereira, natural da Quinta da Tabueira* (1), e de *D. Inês Micaela Coutinho*, natural de Vila Nova de Anços, moradores na referida quinta; neto paterno de *Sebastião de Almeida de Carvalho*, natural de Moimenta da Beira, e de *D. Maria de Oliveira*, natural da referida quinta e aí moradores, e materno de *Álvaro da Cervera* de Azambuja e de *D. Filipa Coutinho*, naturais e moradores em Vila Nova de Anços; irmão de *D. Filipa Coutinho*, casado com *João da Costa de Vasconcelos*, Familiar do S.^{to} Offício, moradores em Soure.

Provisão de Deputado da Inquisição de Coimbra de 9 de Fevereiro de 1725.

Geraldo — m. I, n.º 7

- 25 **Gonçalo de Azevedo** — mercador de mercearia; natural de Alvite, termo do conc.º de Cerva, e morador em Lisboa ao Ver o Peso; filho de *Pedro Fernandes* e de *Maria Jorge*, naturais de Alvite; neto paterno de *Gonçalo Fernandes* e de *Maria Fernandes*, moradores em Azevedo, conc.º de Cerva, e materno de *Jorge Pires* e de *Isabel Domingues*, moradores em Alvite; casado com *Domingas da*

(1) Noutro processo referente ao mesmo habilitante, datado de 1698 (maço I, n.º 8) a sua naturalidade é indicada como se fosse de Ourentã, Cantanhede, e declara estar ajustado para casar, em 1704, com *D. Aldonça Maria Pereira de Lacerda*, natural de Valença, filha de *Manuel Pereira de Lacerda*, cavaleiro professo da ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, ex-Governador da Paraiba e Valença, mestre-de-campo, natural de Lisboa, e de *D. Margarida de Moraes*, natural de Coimbra, neta paterna de *Luís Pereira de Lacerda*, Fidalgo da Casa Real, natural de Lisboa, freg. de S. José, e de *Antónia de Moraes*, natural de Lisboa, freg. de S. Sebastião, e materna de *António Rodrigues de Moraes* e de *Maria Pinheira*, naturais de Coimbra.

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Silveira, natural de Carvalhais, termo da vila de Ferreiros, Anadia ⁽¹⁾, filha de *Mannel Rodrigues* e de *Maria Rodrigues, de Carvalhais*, neta paterna de *Rodrigo Simões* e de *Margarida Rodrigues, moradores em Póvoa de Pereiro, freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia*, e materna de *Simão Rodrigues* e de *Madalena Fernandes, moradores em Carvalhais*.

Carta de Familiar de 3 de Outubro de 1669.

Gonçalo — m. 2, n.º 52

- 26 **Gonçalo Cerqueira do Lago** — alferes; natural da freg. de N.ª Sr.ª do Rosário da Cachoeira, Baía; filho de *João Dias Salamão, natural de Fermelainha, freg. de S. Miguel da Fermelã, Estarreja*, e de *Leonor Cerqueira*, natural da vila de Serinhaem, freg. de S. Gonçalo de Una, Bispado de Pernambuco; irmão de *Ana Pereira do Lago*, casada com *Domingos Fernandes de Lima*, Familiar do S.º Ofício.

Carta de Família, de 30 de Julho de 1706.

Gonçalo — m. 6, n.º 105

- 27 **Gonçalo Ferreira** — natural da freg. de S. Salvador de Burgo, Arouca, e morador em Lisboa, em Alcântara; filho de *Francisco Ferreira* e de *Francisca Vaz, naturais e moradores em Burgo*; neto paterno de *Diogo Ferreira* e de *Isabel Fernandes, naturais e moradores em Pousada, freg. de S.ª Eulália de Arouca*, e materno de *Pedro Fernandes* e de *Francisca Vaz, naturais e moradores no referido lugar de Burgo*; casado com *Ana dos Santos*, natural de Alcântara, Lisboa, filha de *Domingos Fragoso* e de *Domingas Martins*, também de Alcântara, neta paterna de *Simão Fragoso* e de *Isabel Pedrosa, naturais do Murtal, freg. de S. Domingos de Rana, Cascais*, e materna de *Domingos Martins* e de *Ana Fernandes, naturais de Alcântara*, viuva de *João Ferreira, natural de Burgo*.

Habilitou-se para Familiar do S.º Ofício em 1704, falecendo porém enquanto corria o processo de habilitação. O mesmo está incluído no processo de *João da Costa* (*João — m. 41, n.º 861*).

- 28 **Gonçalo Gomes Moutinho** — natural do Salgueiro, freg. de S. Miguel de Soza, Vagos, e morador no Rio de Janeiro; filho de *António da Rocha* e de *Guiomar da Rosa, natu-*

(1) Actualmente pertencente à freg. da Moita, Anadia.

rais do Salgueiro e ai moradores; neto paterno de Manuel Vieira Lopes e de Maria da Rocha, também moradores em Salgueiro, e materno de Gonçalo Gomes Moutinho e de Domingas Dias, naturais da vila de Eixo, freg. de S.^{to} Isidoro, Aveiro.

Carta de Familiar de 20 de Julho de 1754.

Gonçalo — m. 9, n.º 149

- 29 **Gonçalo de Meireles Guedes** — Fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}; natural da Quinta da Aveleda, Arrifana do Sousa; filho de Manuel Guedes da Fonseca, natural de Gradiz, termo de vila de Aguiar da Beira, e de D. Mariana de Meireles Freire, natural da Quinta da Aveleda; neto paterno de Manuel Guedes da Fonseca, de Gradiz, e de D. Joana Coutinho, natural da vila da Feira, e materno de Miguel Moreira da Silva, da freg. de Parada de Todera, Aguiar de Sousa, e de D. Maria de Meireles, natural da referida quinta da Aveleda; casado com D. Francisca Joana Guedes, filha de Domingos da Costa Guimarães, Familiar de S.^{to} Offício, e de D. Maria de Meireles, moradores no Porto, na rua de S.^{ta} Catarina, freg. da Sé; pai de Caetano, filho de uma Maria, mulher solteira, filha de Domingos de Sousa e de Maria de Sousa, moleiros e caseiros na mesma quinta, moradores em Aveleda, neta paterna de Pantaleão de Sousa e de Isabel Gaspar, ele de S. Lourenço de Rios, e ela de Pereiro, freg. de S. Tomé de Bitorães, e materna de Manuel Francisco, o «Beire», e de Ana Gaspar, ele de Perrela, ela de Aveleda, todos da comarca de Penafiel.

Carta de Familiar de 19 de Novembro de 1738.

Gonçalo — m. 7, n.º 132

- 30 **Gonçalo Moreira** — natural e morador em Aveiro; filho de Manuel Francisco Moreira, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Assunção de Ancas, Anadia, e de Antónia Baptista, natural do Carvalhal, freg. de S. Cristóvão de Macinhata do Vouga, Agueda; neto paterno de Francisco Filipe, natural da Amoreira, freg. de S. Vicente de Sangalhos, Anadia, e de Luzia Simões natural de Ancas, e materno de Manuel Rodrigues Portugal, o «Velho», natural de Miranda do Corvo, e de Brites André, natural do Carvalhal; casado com Teresa Josefa da Costa, natural de Coimbra, filha do Lic.^o António da Costa Borges e de Tomásia de Jesus, naturais e moradores em Coimbra, freg. de Sant'Iago, neta paterna de Manuel da Costa e de Cata-

rina Borges, igualmente naturais e moradores na freg. de Sant'Iago de Coimbra, e materna de *Manuel de Oliveira*, natural da freg. de *S. Miguel de Aveiro*, e de Ângela Gomes, natural de Coimbra, freg. de Sant'Iago.

Carta de Familiar de 23 de Maio de 1713

Gonçalo — m. 6, n.º 110

- 31 **Gonçalo de Oliveira Dias** — homem de negócio; natural do Candal, freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia, e morador na viela do Anjo da Ponte Nova, freg. da Sé do Porto; filho de *Jacinto de Oliveira*, natural da aldeia de *Vila Chã*, freg. de *S. Miguel de Arcozelo*, Feira ⁽¹⁾ e de Âgueda de Almeida, natural do Candal, e aí moradores; neto paterno de *Francisco de Oliveira* e de *Ana Domingues*, naturais da freg. de *Arcozelo*, e materno de Brás Dias, natural de Regadas, freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia, e de Maria Fernandes Tomé, natural do Candal; sobrinho materno de Manuel Dias de Carvalho, Familiar do S.^{to} Officio, casado com Maria Margarida de Jesus, natural da rua da Banharia, junto à da Ponte Nova, Porto, e aí moradora, filha de Manuel Pires Ruba, homem de negócio, natural da Ariososa, freg. de S.^{ta} Maria da Vinha, Viana, e de sua segunda mulher Maria de Jesus, natural da rua da Ponte Nova, e aí moradores, neta paterna de Domingos Pires e de Isabel Afonso, naturais e meradores na Ariososa, e materna de Francisco Dias, natural da freg. de S. Romão de Mouriz, Penafiel, e de Domingas Ferreira, natural da citada rua da Ponte Nova.

Carta de Familiar de 7 de Novembro de 1766.

Gonçalo — m. 9, n.º 152

- 32 **Gonçalo Rodrigues** — sirgheiro — natural de Teobalde, freg. de *S. Miguel de Souto*, Feira, morador em Lisboa, freg. de S. Gião; filho de *António Rodrigues*, natural de Teobalde, e de *Catarina André*, natural do Paço do Mato, freg. de *S. Salvador de Roze*, Vale de Cambra; neto paterno de *Gonçalo Gil* e de *Joana Rodrigues*, moradores em Teobalde, e materno de *André Gonçalves* e de *Polónia Pires*, moradores em Paço do Mato; casado com Maria de Sepúlveda, filha de António Fernandes, alfaiate, Familiar do S.^{to} Officio, e de Maria de Sepúlveda, neta paterna

(1) Actualmente do conc.º de Vila Nova de Gaia.

de Giraldo Pires e de Maria Fernandes, naturais de S.^{ta} Leocádia de Besteiros, Arcebispo de Braga, e materna de João de Sepúlveda e de Andreza de Sepúlveda.

Carta de Familiar de 28 de Fevereiro de 1624.

Gonçalo — m. 1, n.º 19

- 33 **Gonçalo de Sousa de Meneses** — desde pequeno comendador de S.^{to} André de Canelas; natural da freg. do Salvador de Bertandos e *morador na freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja*; filho de Damião Pereira da Silva, Familiar do S.^{to} Offício, natural de Bertandos, e de *D. Margarida Maria de Noronha e Sousa, natural de Salreu*; neto paterno de Francisco Pereira da Silva, também natural de Bertandos, e de D. Joana de Noronha, natural da Quinta dos Pentieiros, freg. de S. Pedro de Arcos, e materno de *Gonçalo Sousa de Meneses*, natural da referida Quinta dos Pentieiros, e de *D. Inês Guiomar de Sousa e Castro*, que estivera muitos anos no Convento da Encarnação de Lisboa; irmão de Francisco Pereira da Silva, Familiar do S.^{to} Offício; casado com *D. Luísa Teodora de Castro*, natural de Santarém, freg. de S. Julião, filha de José Pinto Pacheco, natural de Lisboa, freg. de S. José, e de D. Maria Josefa Freire de Andrade, também natural dessa freguesia, neta paterna de Francisco Pinto Pacheco, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, e de D. Isabel Figueira de Padilha, natural de Vila Franca de Xira, e materna do capitão António de Araújo Falcão e de D. Maria da Encarnação Freire, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. da Conceição Velha e de S. Julião; pai de *António Pereira*, natural de Faro, *que viera com doze anos para Salreu*, filho de Joana Mimosa, natural de Faro, mulher solteira, já então casada com Manuel Rodrigues Nogueira, de Faro, filha de Manuel Rolão, natural de S. Brás de Alportel, que vivia das suas fazendas, e de Joana Mimosa, natural de Faro, e aí moradores.

Carta de Familiar de 23 de Fevereiro de 1731.

Gonçalo — m. 7, n.º 120

- 34 **Gonçalo Teixeira** — capitão; *natural de Castro, freg. de S. Pelágio de Fornos, Castelo de Paiva*, e *morador na cidade da Baía*; filho de *Manuel João* e de *Maria Vieira*, *naturais e moradores em Castro*; neto paterno de *Cristóvão Gonçalves* e de *Maria João*, também *naturais e moradores em Castro*, e materno de *Inácio Pinto de*

Carvalho e de Isabel Vieira, naturais e moradores em Jogueiros, freg. de S.^{ta} Eulália, ou de S. Salvador da Várzea, Arouca.

Carta de Familiar de 30 de Março de 1686.

Gonçalo — m. 3, n.º 70

- 35 **Gonçalo Vaz Pinto de Miranda** — Fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}; *natural e morador na sua Quinta da Boa Vista, freg. de Sobrado, Castelo de Paiva* ⁽¹⁾; filho de *Pantaleão Pinto de Miranda, natural de Sobrado*, e de *D. Maria de Sousa, natural da rua da Ferraria de Baixo, freg. da Vitória do Porto, moradores na referida quinta; neto paterno de Gaspar Pinto de Miranda, natural de Sobrado*, e de *D. Maria Ribeiro, natural de Viana do Castelo, moradores no Sobrado*, e materno de *Frederico Ribeiro Soares e de Jerónima da Silva, moradores* primeiramente na rua da Ferraria e mais tarde no *Sobrado*; primo de Manuel de Vasconcelos Pereira, Familiar do S.^{to} Ofício, filho de *D. Margarida de Miranda*, irmã de seu pai, *natural, como ele, do Sobrado*; casado com *D. Lourença Clara da Silva*, filha de *Baltasar da Silva Pereira, natural de Canelas, Vila Nova de Gaia*, e de *D. Antónia Teresa Baldaia, natural da freg. da Oliveira, S.^{ta} Cruz da Riba de Tâmega, moradores em Canelas, neta paterna de Tomé da Costa, natural de Canelas*, e de *D. Joana de Miranda, natural de Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia, e moradores em Canelas*, e materna de *André Baldaia Carneiro, natural da freg. de S. Miguel de Bairos, Castelo de Paiva*, e de *D. Joana dos Santos, natural da Oliveira*, primeiramente aí *moradores* e mais tarde também em *Sobrado*.

Já Familiar em 25 de Janeiro de 1696.

Gonçalo — m. 4, n.º 78

- 36 **Frei Gregório da Assunção** — religioso da Província de S.^{to} António de Portugal, *leitor de Teologia e pregador no seu convento de S.^{to} António de Serém, freg. de S. Cristóvão de Macinhata do Vouga, Águeda; natural de Bolfeta, freg. de S.^{ta} Marinha de Palmaz, Oliveira de Azeméis*; filho de *Manuel Domingues, natural de Bolfeta*, e de *Brites Fernandes, natural*

(1) Actualmente da freg. de S.^{ta} Maria de Sardoura, Castelo de Paiva.

de Silveiras, freg. de S.^{to} André de Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis, lavradores em Bolfeta; neto paterno de Gonçalo Domingues, natural de Bolfeta, e de Antónia Dias, natural de Coche, freg. de S. Vicente da Branca, Albergaria-a-Velha, e moradores em Bolfeta, e materno de Cristóvão Fernandes e de Bárbara Jorge, naturais e moradores em Silveiras.

Provisão de Qualificador de 27 de Setembro de 1690.

Gregório — m. 4, n.º 69

- 37 **Gregório de Azevedo** — ourives da prata; natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e morador no beco de S. João, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição da Rua Nova, Lisboa; filho de Manuel de Azevedo, torneiro, natural de Lisboa, freg. de S.^{to} Estêvão de Alfama, e de Agostinha Teresa, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e moradores na Cutelaria, no beco das Atafonas; neto paterno de Manuel Gonçalves, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Justa, e de Teresa de Azevedo, natural de Camarate, e materno de *António de Oliveira, natural da freg. de N.^a Sr.^a da da Assunção de Espinhel, Agueda, e de Teresa Maria de Jesus, natural de Lisboa, freg. de N.^a Sr.^a do Alecrim; casado com Clara Maria de Jesus, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Justa, filha de Manuel Carvalho, ourives da prata, Familiar do S.^{to} Offício, e de Joana Baptista, moradores na rua dos Ourives da Prata.*

Carta de Familiar de 21 de Janeiro de 1748.

Gregório — m. 4, n.º 57

- 38 **Gregório Bacelar** — escrivão proprietário da Conservatória da Universidade de Coimbra, e aí morador na rua do Coruche; filho de Pedro Gonçalves Bacelar, natural de Redondela, Galiza, morador na Figueira da Foz, Familiar do S.^{to} Offício, e de sua primeira mulher *Isabel de Basto, natural de Aveiro; neto paterno de António Gonçalves, natural de S. João de Coucieiro, conc.º de Regalados, e de Isabel Bacelar, natural de Valença do Minho, moradores em Redondela, e materno de António de Basto e de Maria Álvares, naturais e moradores em Aveiro; sobrinho materno do Lic.º Luís de Basto, Comissário do S.^{to} Offício; casado com Maria Bacelar, filha de Manuel João, natural do Couço, freg. de S.^{ta} Marinha de Oliveira, termo de Penacova, Familiar do S.^{to} Offício, e de Maria Rodrigues, natural de Coimbra, e aí moradores, neta paterna de João Martins, natural do Couço, e de Joana*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Francisca, também do Couço, e aí moradores, e materna de Simão Afonso e de Margarida Rodrigues, naturais e moradores em Coimbra.

Carta de Familiar de 26 de Junho de 1657.

Gregório — m. 1, n.º 20

- 39 **P.º Gregório Pegas de Gouveia** — abade de Podence, Bis-pado de Miranda; natural de Miranda; filho do Lic.º António Moreira Pegas e de Ana Gonçalves, naturais e moradores em Miranda; neto paterno de *Bento Moreira, natural da freg. de S.º André de Escariç, Arouca*, e de Isabel Pegas de Gouveia, natural de Miranda e aí moradores, e materno de João Martins, natural de Malhadas, termo de Miranda, e de Catarina Gonçalves, natural de Miranda e aí moradores.

Provisão de Comissário de 21 de Junho de 1675.

Gregório — m. 1, n.º 26

- 40 **Gregório Simões de Carvalho** — Fidalgo da Casa de S. Mag.^{de} e cavaleiro professo da Ordem de Cristo; natural e morador em Goa; filho de *João Simões de Carvalho, natural de Agueda*, e de Violante de Araújo, natural de Atouguia das Cabras, termo de Alenquer; neto paterno de *Simão André* e de *Catarina Simões, naturais de Agueda*, e materno de Gaspar do Rego e de Maria de Araújo, naturais de Atouguia das Cabras; sobrinho paterno do P.º António Simões de Carvalho, deão da Sé de Goa e deputado do S.º Ofício; casado com D. Jerónima Pereira, natural de Évora, filha do Des.^{or} Pedro Álvares Pereira, da Relação de Goa, natural de Évora, e de D. Apolónia de Aleter, natural de Salamanca.

Carta de Familiar de 2 de Março de 1650.

Gregório — m. 1, n.º 17

- 41 **Gualter da Silva Cardoso** — *natural da freg. de S.ª Mari-nha de Palmarç, Oliveira de Azeméis, e morador na freg. de S. Bartolomeu de Veios, Estarreja*; filho de *Domingos da Silva* e de *Antónia Pais, naturais e mo-radores em Acheiras, freg. de Palmarç*; neto paterno de *Manuel Lopes, natural de Corval, freg. de S. Paio de Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis*, e de *Maria Lopes da Barroca, natural da freg. de S. Vicente da Branca, Albergaria-a-Velha, e moradores em Amiei-ros, freg. de Palmarç*, e materno de *André de Bastos*

Cardoso, natural da freg. de S.^{to} André de Macinhata de Seixa, Oliveira de Aземéis, e de Isabel Pais, natural de Ferreiros, freg. de Palmaç, e aí moradores; casado com Maria de S.^{ta} Rosa, filha de António Fernandes e de Marinha Tomé, moradores em Ferreiros, neta paterna de Simão Fernandes e de Francisca Dias, naturais e moradores em Viso, freg. de Macinhata de Seixa, e materna de Francisco Tomé e de Francisca Fernandes, naturais e moradores em Palmaç; havendo enviuvado, ajustado para casar, em 1739, com Maria Marques da Silva, filha de Manuel Marques e de Maria da Silva, naturais e moradores em Veiros, neta paterna de Bartolomeu Marques, natural da freg. de S.^{ta} Maria da Murtosa, e de Domingas Marques, e materna de Francisco da Silva e de Isabel Antão da Silva, naturais e moradores em Veiros.

Carta de Familiar de 6 de Dezembro de 1734.

Gualter — m. I, n.º 3

bibRIA

ÍNDICES

a) ANTROPONÍMICO

(PELO ÚLTIMO APELIDO)

- Afonso (Guiomar)—Canedo, Feira —17
- Almeida (Ana de)—Aveiro—4
- Almeida (Jacinta de)—Aveiro—8
- Almeida (João de)—Aveiro—4
- Roge, Vale de Cambra—4
- Almeida, (Manuel de) Angeja, Albergaria-a-Velha—12
- Almeida (Rosa Jacinta de)—Aveiro—8
- Almeida (Sebastiana)—Aveiro—8
- Almeida (Simão)—Angeja, Albergaria-a-Velha—12; Aveiro—12
- Alvares (Maria)—Aveiro—38
- Alvares (Mateus)—Sardoura, Castelo de Paiva—6
- Alvares (Sebastião), o «Fidalgo» —Crestuma, Feira (actualmente de V. N. de Gaia)—6
- Alves (Pedro)—Romariz, Feira—1
- Amador (Isabel)—Canedo, Feira —6; Sandim, Feira (actualmente de V. N. de Gaia)—6
- André (Brites)—Machinhata do Vouga, Agueda—30
- André (Catarina)—Aveiro—3; Roge, Vale de Cambra—32; Souto, Feira—32
- André (Catarina), sapateira—Aveiro—3
- André (Manuel)—Aveiro—18; Louredo, Feira—18
- André (Pedro), curtidor de couros e sapateiro—Aveiro—3
- André (Simão)—Agueda—40; Guizande, Feira—21
- Aires (Pedro), padeiro—Salreu, Estarreja 4
- Antónia (Domingas)—Fermelã, Estarreja—23
- António (Manuel)—Fermelã, Estarreja—23; Moita, Anadia—5
- Assunção (Frei Gregório da)**, religioso da Província de S.^a António de Portugal, leitor de Teologia e pregador no Convento de S.^a António de Serem—Machinhata do Vouga, Agueda—36; Palmaz, Oliveira de Azeméis—36
- Azevedo (Gonçalo de)**, mercador de mercearia ao Ver-o-Peso, em Lisboa—25
- Azevedo (Gregório de)**, ourives da prata em Lisboa—37
- Azevedo (Mariana Luísa de)—Feira—9; Sardoura, Castelo de Paiva—9
- Bacelar (Gregório)**, escrivão proprietário da Conservatória da Universidade de Coimbra—38
- Baptista (Antónia)—Aveiro—30; Machinhata do Vouga, Agueda—30
- Barroca (Maria Lopes)—Branca, Albergaria-a-Velha—41; Palmaz, Oliveira de Azeméis—41
- Basto (António de)—Aveiro—38
- Basto (Isabel de)—Aveiro—38
- Basto (Lic. Luís de)—Aveiro—38
- Blenz (Geraldo)**, formado nos Sagrados Cânones, Massarelos—22
- Brito (Gaspar de Almeida de)**—cerejeiro em Lisboa—12
- Brito (Gastão Vieira de)**, morador no Porto—21

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Cantanhede (Gabriel Ferreira)** —
escrivão do público, judicial e
notas, almotaçaria e sisas da vila
de Alhos Vedros, e anteriormente
negociante — Aveiro — 3
- Cardoso (André de Bastos)** — Ma-
cinhata de Seixa, Oliveira de
Azeméis — 41; Palmaz, Oliveira
de Azeméis — 41
- Cardoso (Gualter da Silva)** — Pal-
maz, Oliveira de Azeméis — 41;
Veiros, Estarreja — 41
- Carneiro (André Baldaia)** — Bair-
ros, Castelo de Paiva — 35; So-
brado (actualmente S.^{ta} Maria de
Sardoura), Castelo de Paiva — 35
- Carvalha (Maria)** — Macieira de
Cambra, Vale de Cambra — 19
- Carvalho (Gregório Simões de)** —
Fidalgo da Casa de S. Mag.^{de} e ca-
valeiro professo da Ordem de
Cristo, morador em Goa — 40
- Carvalho (Inácio Pinto de)** — For-
nos, Castelo de Paiva — 34; S.^{ta}
Eulália, Arouca — 34; Várzea,
Arouca — 34
- Carvalho (João Simões de)** —
Agueda — 40
- Carvalho (Sebastião de Almeida
de)** — Esgueira, Aveiro — 24
- Castro (D. Inês Guiomar de Sousa
e)** — Salreu, Estarreja — 33
- Castro (D. Luísa Teodora de)** — Sal-
reu, Estarreja — 33
- Coelho (P.^o Gaspar Soares)**, abade
de S. João Baptista de Figueira,
Bispado de Lamego — 20
- Conceição (Maria da)** — Ovar — 23
- Correia (Cristóvão de Araújo)** —
Raiva, Castelo de Paiva — 9; Vila
Maior, Feira — 9
- Costa (Gabriel Rodrigues da)** —
mercador — Aveiro — 8
- Costa (Manuel de Azevedo da)** —
Feira — 9; Rio Meão, Feira — 9
- Costa (Maria da)** — Romariz, Feira
— 1
- Costa (Pascoal da)** — Romariz,
Feira — 1
- Costa (Teresa Josefa da)** — Aveiro
— 30
- Coutinho (Dr. Geraldo Pereira)**,
lente de Véspera em Leis na Uni-
versidade de Coimbra — Es-
gueira, Aveiro — 24
- Coutinho (D. Inês Micaela)** — Es-
gueira, Aveiro — 24
- Coutinho (D. Joana)** — Feira — 29
- Cunha (Catarina da)** — Ovar — 2
- Cunha (Gabriel Dias da)**, homem
de negócio no Maranhão — Ovar
— 2
- Cunha (José Dias da)** — Ovar — 2
- Dias (Amaro)** — Ovar — 2; Válega,
Ovar — 2
- Dias (Antónia)** — Branca, Alberga-
ria-a-Velha — 36; Palmaz, Oliveira
de Azeméis — 36
- Dias (Domingas)** — Eixo, Aveiro
— 28; Sosa, Vagos — 28
- Dias (Francisca)** — Macinhata de
Seixa, Oliveira de Azeméis — 41
- Dias (Gonçalo de Oliveira)**, homem
de negócio à Ponte Nova no
Porto — 31
- Dias (Inofre)**, barbeiro e sangra-
dor — Ovar — 2
- Dias (Maria)** — Fermelã, Estarreja
— 23; Valongo, Agueda — 18
- Domingues (Ana)** — Arcozelo, Feira
(actualmente de V. N. de Gaia)
— 31
- Domingues (Gonçalo)** — Palmaz,
Oliveira de Azeméis — 36
- Domingues (Manuel)**, lavrador —
Palmaz, Oliveira de Azeméis
— 36
- Esteves (Maria)** — Aveiro — 4, Es-
gueira, Aveiro — 4
- Fernandes (António)** — Aveiro — 4;
Palmaz, Oliveira de Azeméis — 41;
Roge, Vale de Cambra — 4
- Fernandes (Brites)** — Macinhata
de Seixa, Oliveira de Azeméis
— 36; Palmaz, Oliveira de Aze-
méis — 36
- Fernandes (Cristóvão)** — Maci-
nhata de Seixa, Oliveira de Aze-
méis — 36
- Fernandes (Domingos)** — Sandim,
Feira (actualmente de V. N. de
Gaia) — 6; Vila Maior, Feira — 6
- Fernandes (Estêvão)**, canastreiro
— Arrifana de S.^{ta} Maria, Feira
— 3; Aveiro — 3
- Fernandes (Francisco)** — Ovar — 23
- Fernandes (Isabel)** — Burgo, Arouca
— 27; S.^{ta} Eulália, Arouca — 27
- Fernandes (Joana)** — Ovar — 23
- Fernandes (Madalena)** — Moita,
Anadia — 25
- Fernandes (Manuel)**, canastreiro —
Aveiro — 3
- Fernandes (Maria)** — Arrifana de
S.^{ta} Maria, Feira — 3; Aveiro — 3
- Fernandes (Pedro)** — Burgo, Arouca
— 27

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Fernandes (Senhorinha) — Aveiro — 18; Santiago de Riba d'Ul, Oliveira de Azeméis — 18
- Fernandes (Simão) — Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis — 41
- Ferreira (Antónia) — Lobão, Feira — 1; Romariz, Feira — 1
- Ferreira (Diogo) — Burgo, Arouca — 27; S.^{ta} Eulália, Arouca — 27
- Ferreira (Francisco) — Burgo, Arouca — 27
- Ferreira (Gaspar)**, mestre de obras em Coimbra — 13
- Ferreira (Gonçalo)** — Burgo, Arouca — 27
- Ferreira (João) — Burgo, Arouca — 27
- Ferreira (Manuel) — Romariz, Feira — 1
- Ferreira (Maria) — Vila Maior, Feira — 9
- Figueiredo (Domingos de), padeiro — Aveiro — 4
- Figueiredo (Gabriel de), alfaiate, Salreu, Estarreja — 4
- Figueiredo (Gabriel de)**, ourives da prata — Aveiro — 4; Salreu, Estarreja — 4
- Figueiredo (João de) — Santiago de Beduído, Estarreja — 4
- Figueiredo (Mateus de), alfaiate — Salreu, Estarreja — 4
- Filipe (Francisco) — Ancas, Anadia — 30; Sangalhos, Anadia — 30
- Fonseca (Domingos Dias) — Fermelã, Estarreja — 23
- Fonseca (Geraldo da)**, negociante em Nova Colónia do Sacramento — Fermelã, Estarreja — 23
- Fonseca (João Dias) — Fermelã, Estarreja — 23
- Francisca (Isabel) — Sardoura, Castelo de Paiva — 5
- Francisca (Maria) — Guizande, Feira — 21; Salreu, Estarreja — 4
- Francisca (Paula) — Salreu, Estarreja — 4
- Francisco (André) — Ovar — 7; S. Vicente de Pereira, Ovar — 7
- Francisco (Jordão) — Canedo, Feira — 17
- Freitas (P.^o António Nunes de) — Feira — 6
- Gil (Gonçalo) — Souto, Feira — 32
- Gomes (Brízida) — Moita, Anadia — 5
- Gomes (Diogo) — Esgueira, Aveiro — 12
- Gomes (Domingos) — Moita, Anadia — 5
- Gomes (Francisca) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 12; Esgueira, Aveiro — 12
- Gomes (Giralda) — Ovar — 23
- Gomes (Maria) — Moita, Anadia — 5; Ovar — 2
- Gonçalves (André) — Roge, Vale de Cambra — 32
- Gonçalves (Cristóvão) — Fornos, Castelo de Paiva — 34
- Gonçalves (Domingas) — Aveiro, — 18; Louredo, Feira — 18
- Gonçalves (João) — Aveiro — 18; Santiago de Riba d'Ul, Oliveira de Azeméis — 18; Valongo, Águeda — 18
- Gouveia (P.^o Gregório Pegas de)**, abade de Podence, Miranda — 39
- Gouveia (Luísa Maria de) — Aveiro — 13
- Gouveia (Madalena de) — Aveiro — 13; Esgueira, Aveiro — 13
- Guedes (Gonçalo de Meireles)**, Fidalgo da Casa de S. Mag.^{do} — 29
- João (Ana) — Avelãs do Caminho, Anadia — 16; Moita, Anadia — 5; Roge, Vale de Cambra — 4
- João (António) — Aveiro — 18
- João (Domingas) — Moita, Anadia — 5
- João (Isabel) — Fermelã, Estarreja — 23; Ovar — 7; S. Vicente de Pereira, Ovar — 7
- João (Manuel) — Fornos, Castelo de Paiva — 34
- João (Maria) — Fornos, Castelo de Paiva — 34; Salreu, Estarreja — 4
- João (Pascoal) — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 19
- João (Tomé) — Valongo, Águeda — 18
- Jorge (André), oleiro — Ovar — 2
- Jorge (Bárbara) — Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis — 36
- Lago (Gonçalo Cerqueira do)**, alfes — 26
- Leitão (João Ferreira) — Aveiro — 8
- Lopes (Manuel) — Palmaz, Oliveira de Azeméis — 41; Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis — 41
- Lopes (Manuel Vieira) — Sosa, Vagos — 28
- Luís (Francisco) — Moita, Anadia — 5

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Luís (Simão), o «Novo» — Moita, Anadia — 5
- Magalhães (P.^o Gaspar de)**, abade de Paços de Brandão, Feira — 14
- Manuel (Maria) — Aveiro — 18
- Marinha (Madalena da Rosa) — Aveiro — 3
- Marques (Bartolomeu) — Murtosa — 41; Veiros, Estarreja — 41
- Marques (Domingas) — Veiros, Estarreja — 41
- Marques (Manuel) — Veiros, Estarreja — 41
- Martins (Gabriel)** — 5
- Martins (Gabriel Nunes)**, advogado no Porto — Sandim, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 6
- Martins (Manuel) — Sandim, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 6
- Martins (Manuel Fernandes) — Sandim, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 6
- Mascarenhas (Andreza) — Esgueira, Aveiro — 12
- Mateus (Maria) — Valongo, Agueda — 18
- Matos (Vicente de) — Aveiro — 8
- Mendes (António) — Santfins, Feira — 20
- Mendes (Pascoal) — Rôge, Vale de Cambra — 4
- Meneses (António de Magalhães e) — Vila Chã, Oliveira de Azeméis — 15
- Meneses (Damião de Sousa de) — Salreu, Estarreja — 11
- Meneses (Gabriel de Saavedra e)** — 1
- Meneses (Garcia de Sousa de)**, licenciado por exame privado, moço fidalgo da Casa de S. Mag.^{da} Salreu, Estarreja — 11
- Meneses (Gaspar de Magalhães e)** — Vila Chã, Oliveira de Azeméis — 15
- Meneses (Gonçalo de Sousa de)**, comendador de S.^{to} André de Canelas — Salreu, Estarreja — 33
- Meneses (Gonçalo de Sousa de) — Salreu, Estarreja — 33
- Meneses (Sebastião de Sousa de) — Salreu, Estarreja — 11
- Minheiro (Gabriel Dias da Costa)**, homem de negócio no Rio de Janeiro — Romariz, Feira — 1
- Miranda (Gaspar Pinto de) — Sobrado, (actualmente S.^{ta} Maria de Sardoura), Castelo de Paiva — 35
- Miranda (Gonçalo Vaz Pinto de)**, Fidalgo da Casa de S. Mag.^{da} — Sobrado, (actualmente S.^{ta} Maria de Sardoura), Castelo de Paiva — 35
- Miranda (D. Margarida de) — Sobrado (actualmente S.^{ta} Maria de Sardoura), Castelo de Paiva — 35
- Miranda Pantaleão Pinto de) — Sobrado (actualmente S.^{ta} Maria de Sardoura), Castelo de Paiva — 35
- Monteiro (Domingos) — Guizande, Feira — 21
- Monteiro (Sebastião) alfaiate — Aveiro — 13
- Moreira (Bento) — Escariz, Arouca — 39
- Moreira (Gonçalo)** — Aveiro — 30
- Moreira (Manuel Francisco) — Anas, Anadia — 30; Aveiro — 30
- Moutinho (Gonçalo Gomes)** — Sosa, Vagos — 28
- Moutinho (Gonçalo Gomes) — Eixo, Aveiro — 28; Sosa, Vagos — 28
- Noronha (D. Garcia Pessoa de)**, moço fidalgo da Casa de S. Mag.^{da} — 10
- Noronha (D. Joana de) — Aveiro — 11; Salreu, Estarreja — 11
- Nunes (Cecília) — Crestuma, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 6; Sandim, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 6
- Oliveira (António de) — Espinhel, Agueda — 37
- Oliveira (Catarina de) — Romariz, Feira — 1
- Oliveira (Francisco de) — Arcozelo, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 31
- Oliveira (Isabel) — Ovar — 7
- Oliveira (Jacinto de) — Arcozelo, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 31
- Oliveira (Manuel de) — Aveiro — 30
- Oliveira (Manuel Tavares de) — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 22
- Oliveira (Manuel Vaz de), Familiar do S.^{to} Officio — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 22
- Oliveira (Maria de) — Avelãs do Caminho, Anadia — 12
- Oliveira (D. Maria de) — Esgueira, Aveiro — 24
- Oliveira (Miguel de) — Ovar — 7

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Pais (Antónia) — Palmaz, Oliveira de Azeméis — 41
- Pais (Gaspar)**, morador em Lisboa, à Porta Nova — 16
- Pais (Isabel) — Palmaz, Oliveira de Azeméis — 41
- Pereira (Antónia) — Aveiro — 18
- Pereira (António) — Salreu, Estarreja — 33
- Pereira (P.^o Gabriel de Oliveira)**, abade de freg.^a de S. Paio de Fornos, Castelo de Paiva — 7; Ovar — 7
- Pereira (João), vendedor de sal — Ovar — 7
- Pereira (Nuno Alvares) — Esgueira, Aveiro — 24
- Pires (Gaspar) — Avelãs do Caminho, Anadia — 16
- Pires (Polónia) — Roge, Vale de Cambra — 32
- Portugal (Manuel Rodrigues), o «Velho» — Macinhata do Vouga, Agueda — 30
- Reis (Gaspar dos)**, cereeiro a S. Gião, em Lisboa — 17
- Ribeiro (D. Maria) — Sobrado (actualmente S.^{ta} Maria de Sardoura), Castelo de Paiva — 35
- Rocha (António da) — Sosa, Vagos — 23
- Rocha (Maria da) — Sosa, Vagos — 28
- Rodrigues (António) — Souto, Feira — 32
- Rodrigues (Esperança) — Avelãs de Cima, Anadia — 5
- Rodrigues (Gonçalo)**, sirgheiro em Lisboa — Souto, Feira — 32
- Rodrigues (Manuel) — Moita, Anadia — 25
- Rodrigues (Margarida) — Avelãs de Cima, Anadia — 25; Moita, Anadia — 25
- Rodrigues (Maria) — Moita, Anadia — 25; Ovar — 7
- Rodrigues (Simão) — Moita, Anadia — 25
- Rosa (Guiomar da) — Soza, Vagos — 28
- Salamão (João Dias) — Fermelã, Estarreja — 26
- S.^{ta} Rosa (Maria) — Palmaz, Oliveira de Azeméis — 41; Veiros, Estarreja — 41
- Santos (D. Joana dos) — Sobrado (actualmente S.^{ta} Maria de Sardoura), Castelo de Paiva — 35
- Silva (Ana da) — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 19
- Silva (Domingos da) — Palmaz, Oliveira de Azeméis — 41
- Silva (Francisco da) — Veiros, Estarreja — 41
- Silva (Isabel Antão da) — Veiros, Estarreja — 41
- Silva (Jerónima da) — Sobrado (actualmente S.^{ta} Maria de Sardoura), Castelo de Paiva — 35
- Silva (D. Lourença Clara da) — Sobrado (actualmente S.^{ta} Maria de Sardoura), Castelo de Paiva — 35
- Silva (Maria da) — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 19; Veiros, Estarreja — 41
- Silva (Maria Marques da) — Veiros, Estarreja — 41
- Silveira (Domingas da) — Moita, Anadia — 25
- Simões (Brásia) — Moita, Anadia — 5
- Simões (Catarina) — Águeda — 40
- Simões (Luzia) — Ancas, Anadia — 30
- Simões (Maria) — Moita, Anadia — 5
- Simões (Rodrigo) — Avelãs de Cima, Anadia — 25; Moita, Anadia — 25
- Soares (Frederico Ribeiro) — Sobrado (actualmente S.^{ta} Maria de Sardoura), Castelo de Paiva — 35
- Soares (Gaspar)**, bate-folha de S. Alteza — 19
- Soares (João) — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 19
- Soares (Madalena) — Feira — 9
- Soares (Manuel) — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 19; Roge, Vale de Cambra — 19
- Sousa (D. Margarida Maria de Noronha e) — Salreu, Estarreja — 33
- Sousa (D. Mariana de) — Sobrado (actualmente S.^{ta} Maria de Sardoura), Castelo de Paiva — 35
- Teixeira (Gonçalo)**, capitão, residente na Baía — Fornos, Castelo de Paiva — 34
- Tinoca (D. Angela) — Vila Chã, Oliveira de Azeméis — 15
- Tomé (Marinha) — Palmaz, Oliveira de Azeméis — 41
- Vareiro (Manuel Rodrigues) — Ovar — 23
- Vasconcelos (D. Antónia de) — Castêlões, Vale de Cambra — 10

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Vasconcelos (Fernando de Araújo de)—Sardoura, Castelo de Paiva —9; Vila Maior, Feira —9
 Vasconcelos (D. Francisca Teresa Xavier de Azevedo e) — Sardoura, Castelo de Paiva —9
 Vaz (Francisca) — Burgo, Arouca —27
 Vermelha (Manuel Rodrigues) — Ovar —23

Vidal (Gaspar dos Reis) — Aveiro —18; Valongo, Agueda —18
 Vidal (Marçal) — Valongo, Agueda —18
 Vidal (Maria) — Valongo, Agueda —18
 Vieira (Isabel) — Fornos, Castelo de Paiva —34; S.^{ta} Eulália, Arouca —34; Várzea — Arouca —34
 Vieira (Maria) — Fornos, Castelo de Paiva —34

b) TOPONÍMICO

AGUEDA

Agueda — André (Simão) —40; Carvalho (João Simões) —40; Simões (Catarina) —40.

Espinhel — Oliveira (António de) —37.

Macinhata do Vouga — André (Brites) —30; **Assunção (Frei Gregório da)**, religioso da Província de S.^{to} António de Portugal, leitor de Teologia e pregador no Convento de S.^{to} António de Serrem —36; Baptista (Antónia) —30; Portugal (Manuel Rodrigues), o «Velho» —30.

Valongo — Dias (Maria) —18; Gonçalves (João) —18; João (Tomé) —18; **Vidal (Gaspar dos Reis)** —18; Vidal (Marçal) —18; Vidal (Maria) —18

ALBERGARIA-A-VELHA

Angeja — Almeida (Manuel de) —12; Almeida (Simão de) —12; Gomes (Francisca) —12.

Branca — Barroca (Maria Lopes) —41; Dias (Antónia) —36.

ANADIA

Ancas — Filipe (Francisco) —30; Moreira (Manuel Francisco) —30; Simões (Luzia) —30.

Avelãs do Caminho — João (Ana) —16; Oliveira (Maria de) —12; Pires (Gaspar) —16.

Avelãs de Cima — Rodrigues (Esperança) —5; Rodrigues (Margarida) —25; Simões (Rodrigo) —25.

Moita — Fernandes (Madalena) —25; Gomes (Brizida) —5; Gomes (Domingos) —5; Gomes (Maria) —5; João (Ana) —5; João (Domingas) —5; Luís (Francisco)

—5; Luís (Simão), o «Novo» —5; Rodrigues (Manuel) —25; Rodrigues (Margarida) —25; Rodrigues (Maria) —25; Rodrigues (Simão) —25; Silveira (Domingas da) —25; Simões (Brizida) —3; Simões (Maria) —5; Simões (Rodrigo) —25.

Sangalhos — Filipe (Francisco) —30.

AROUCA

Burgo — Fernandes (Isabel) —27; Fernandes (Pedro) —27; Ferreira (Diogo) —27; Ferreira (Francisco) —27; **Ferreira (Gonçalo)** —27; Ferreira (João) —27; Vaz (Francisca) —27.

Escariz — Moreira (Bento) —39.

S.^{ta} Eulália — Carvalho (Inácio Pinto de) —34; Fernandes (Isabel) —27; Ferreira (Diogo) —27; Vieira (Isabel) —34.

Várzea — Carvalho (Inácio Pinto de) —34; Vieira (Isabel) —34.

AVEIRO

Aveiro — Almeida (Ana de) —4; Almeida (Jacinta de) —8; Almeida (João de) —4; Almeida (Rosa Jacinta de) —8; Almeida (Sebastiana de) —8; Almeida (Simão de) —12; Alvares (Maria) —38; André (Catarina) —3; André (Catarina), sapateira —3; André (Manuel) —18; André (Pedro), curtidor de couros e sapateiro —3; Baptista (Antónia) —30; Basto (António de) —38; Basto (Isabel de) —38; Basto (Lic.^o Luís de) —38; **Cantanhede (Gabriel Ferreira)**, escrivão do público, judicial e notas, almotaçaria e sisas da vila de Alhos Ve-

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

dros e anteriormente negociante em — 3; **Costa (Gabriel Rodrigues da)**, mercador em — 8; **Costa (Tereza Josefa da)** — 30; **Esteves (Maria)** — 4; **Fernandes (António)** — 4; **Fernandes (Estêvão)**, canastreiro — 3; **Fernandes (Manuel)**, canastreiro — 3; **Fernandes (Maria)** — 3; **Fernandes (Senhorinha)** — 18; **Figueiredo (Domingos de)**, padeiro em — 4; **Figueiredo (Gabriel de)**, ourives da prata em — 4; **Gonçalves (Domingas)** — 18; **Gonçalves (João)** — 18; **Gouveia (Luísa Maria de)** — 13; **Gouveia (Madalena de)** — 13; **João (António)** — 18; **Leitão (João Ferreira)** — 8; **Manuel (Maria)** — 18; **Marinha (Madalena da Rosa)** — 3; **Matos (Vicente de)** — 8; **Monteiro (Sebastião)**, alfaiate — 13; **Moreira (Gonçalo)** — 30; **Moreira (Manuel Francisco)** — 30; **Noronha (D. Joana de)** — 11; **Oliveira (Manuel de)** — 30; **Pereira (Antónia)** — 18; **Vidal (Gaspar dos Reis)** — 18.

Eixo — **Dias (Domingas)** — 28; **Moutinho (Gonçalo Gomes)** — 28.

Esgueira — **Carvalho (Sebastião de Almeida de)** — 24; **Coutinho (Dr. Geraldo Pereira)**, lente de véspera em leis na Universidade de Coimbra — 24; **Coutinho (D. Inês Micaela)** — 24; **Esteves (Maria)** — 4; **Gomes (Diogo)** — 12; **Gomes (Francisca)** — 12; **Gouveia (Madalena de)** — 13; **Mascarenhas (Andreza)** — 12; **Oliveira (D. Maria de)** — 24; **Pereira (Nuno Alvares)** — 24.

CASTELO DE PAIVA
Bairros — **Carneiro (André Baldaia)** — 35.

Fornos — **Carvalho (Inácio Pinto de)** — 34; **Gonçalves (Cristóvão)** — 34; **João (Manuel)** — 34; **João (Maria)** — 34; **Pereira (P. Gabriel de Oliveira)**, abade da freg.^a de S. Paio de — 7; **Teixeira (Gonçalo)**, capitão na Baía — 34; **Vieira (Isabel)** — 34; **Vieira (Maria)** — 34.

Raiva — **Correia (Cristóvão de Araújo)** — 9.

Sardoura — **Alvares (Mateus)** — 6; **Azevedo (Mariana Luísa de)** — 9; **Francisca (Isabel)** — 6; **Vascon-**

celos (Fernando de Araújo de) — 9; **Vasconcelos (D. Francisca Teresa Xavier de Azevedo e)** — 9.

Sobrado (actualmente S.^{ta} **Maria de Sardoura**) — **Carneiro (André Baldaia)** — 35; **Miranda (Gaspar Pinto de)** — 35; **Miranda (Gonçalo Vaz Pinto de)**, Fidalgo da Casa de S. Mag.^{de} — 35; **Miranda (D. Margarida de)** — 35; **Miranda (Pantaleão Pinto de)** — 35; **Ribeiro (D. Maria)** — 35; **Santos (D. Joana dos)** — 35; **Silva (Guimar da)** — 35; **Silva (D. Lourença Clara da)** — 35; **Soares (Frederico Ribeiro)** — 35; **Sousa (D. Mariana de)** — 35.

ESTARREJA

Fermelã — **Antónia (Domingas)** — 23; **António (Manuel)** — 23; **Dias (Maria)** — 23; **Fonseca (Domingos Dias)** — 23; **Fonseca (Geraldo da)**, negociante em Nova Colónia do Sacramento — 23; **Fonseca (João Dias)** — 23; **João (Isabel)** — 23; **Salamão (João Dias)** — 26.

Salreu — **Anes (Pedro)**, padeiro — 4; **Castro (D. Inês Guiomar de Sousa e)** — 33; **Castro (D. Luísa Teodora de)** — 33; **Figueiredo (Gabriel de)**, alfaiate — 4; **Figueiredo (Gabriel de)**, ourives da prata em Aveiro — 4; **Figueiredo (Mateus de)**, alfaiate — 4; **Francisca (Maria)** — 4; **Francisca (Paula)** — 4; **João (Maria)** — 4; **Meneses (Damião de Sousa de)** — 11; **Meneses (Garcia de Sousa de)**, licenciado por exame privado, moço fidalgo da Casa de S. Mag.^{de} — 11; **Meneses (Gonçalo de Sousa de)**, comendador de S.^{ta} **André de Canelas** — 33; **Meneses (Gonçalo de Sousa de)** — 33; **Meneses (Sebastião de Sousa de)** — 11; **Noronha (D. Joana de)** — 11; **Pereira (António)** — 33; **Sousa (D. Margarida Maria de Noronha e)** — 33.

Santiago de Beduido — **Figueiredo (João de)** — 4.

Veiros — **Cardoso (Gualter da Silva)** — 41; **Marques (Bartolomeu)** — 41; **Marques (Domingas)** — 41; **Marques (Manuel)** — 41; **S.^{ta} Rosa (Maria de)** — 41; **Silva (Francisco da)** — 41; **Silva (Isabel Antão da)** — 41; **Silva (Maria**

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

da) — 41; Silva (Maria Marques da) — 41.

FEIRA

Arcozelo (actualmente do conc.^o de V. N. de Gaia) — Domingues (Ana) — 31; Oliveira (Francisco de) — 31; Oliveira (Jacinto de) — 31.
Arriřana de S.^{ta} Maria — Fernandes Estêvão, canasteiro — 3; Fernandes (Maria) — 3.
Canedo — Afonso (Guiomar) — 17; Amador (Isabel) — 6; Francisco (Jordão) — 17.
Crestuma (actualmente do Conc.^o de V. N. de Gaia) — Alvares (Sebastião), o «Fidalgo» — 6; Nunes (Cecília) — 6.
Feira — Azevedo (Mariana Luísa de) — 9; Costa (Manuel de Azevedo da) — 9; Coutinho (D. Joana) — 29; Freitas (P.^o António Nunes de) — 6; Soares (Madalena) — 9.
Guizande — André (Simão) — 21; Francisca (Maria) — 21; Monteiro (Domingos) — 21.
Lobão — Ferreira (Antónia) — 1.
Louredo — André (Manuel) — 18; Gonçalves (Domingas) — 18.
Paços de Brandão — **Magalhães (P.^o Gaspar de)**, abade de — 14.
Rio Meão — Costa (Manuel de Azevedo da) — 9.
Romariz — Alves (Pedro) — 1; Costa (Maria da) — 1; Costa (Pascoal da) — 1; Ferreira (António) — 1; Ferreira (Manuel) — 1; **Mineiro (Gabriel Dias da Costa)**, homem de negócio no Rio de Janeiro — 1; Oliveira (Catarina de) — 1.
Sandim (actualmente do conc.^o de V. N. de Gaia) — Amador (Isabel) — 6; Fernandes (Domingos) — 6; **Martins (Gabriel Nunes)**, advogado no Porto — 6; Martins (Manuel Fernandes) — 6; Nunes (Cecília) — 6.
Sanfins — Mendes (António) — 20.
Souto — André (Catarina) — 32; Gil (Gonçalo) — 32; Rodrigues (António) — 32; **Rodrigues (Gonçalo)**, sirigueiro em Lisboa — 32; Rodrigues (Joana) — 32.
Vila Maior — Correia (Custódio de Araújo) — 9; Fernandes (Domingos) — 6; Ferreira (Maria) — 9; Vasconcelos (Fernando de Araújo de) — 9.

MURTOSA

Murtosa — Marques (Bartolomeu) — 41.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Macinhata de Seix — Cardoso (André de Bastos) — 41; Dias (Francisca) — 41; Fernandes (Brites) — 36; Fernandes (Cristóvão) — 36; Fernandes (Simão) — 41; Jorge (Bárbara) — 36.
Palmar — **Assunção (Frei Gregório da)**, religioso da Província de S.^{ta} António de Portugal, leitor de Teologia e pregador no Convento de S.^{ta} António de Serém — 36; Barroca (Maria Lopes) — 41; Cardoso (André de Bastos) — 41; **Cardoso (Gualter da Silva)** — 41; Dias (António) — 36; Domingues (Gonçalo) — 36; Domingues (Manuel), lavrador — 36; Fernandes (António) — 41; Fernandes (Brites) — 36; Lopes (Manuel) — 41; Pais (Antónia) — 41; Pais (Isabel) — 41; S.^{ta} Rosa (Maria) — 41; Silva (Domingos da) — 41; Tomé (Marinha) — 41.
Pinheiro da Bemposta — Lopes (Manuel) — 41.
Santiago de Riba d'Ul — Fernandes (Senhorinha) — 18; Gonçalves (João) — 18.
Vila Chã — Meneses (António de Magalhães e) — 15; **Meneses (Gaspar de Magalhães e)** — 15; Tinoca (D. Angela) — 15.

OVAR
Ovar — Conceição (Maria da) — 23; Cunha (Catarina da) — 2; **Cunha (Gabriel Dias da)**, homem de negócio no Maranhão — 2; Cunha (José Dias da) — 2; Dias (Amaro) — 2; Dias (Inofre), barbeiro e sangrador — 2; Fernandes (Francisco) — 23; Fernandes (Joana) — 23; Francisco (André) — 7; Gomes (Giralda) — 23; Gomes (Maria) — 2; João (Isabel) — 7; Jorge (André), oleiro — 2; Oliveira (Isabel de) — 7; Oliveira (Miguel de) — 7; **Pereira (P.^o Gabriel de Oliveira)**, abade da freg.^a de S. Paio de Fornos — 7; Pereira (João), vendedor de sal — 7; Pereira (Maria) — 7; Vareiro (Manuel Rodrigues) — 23; Vermelha (Manuel Rodrigues) — 23.

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

S. *Vicente de Pereira* — Francisco (André) — 7; João (Isabel) — 7.
Válega — Dias (Amaro) — 2.

VAGOS

Sosa — Dias (Domingas) — 28; Lopes (Manuel Vieira) — 28; **Moutinho (Gonçalo Gomes)** — 28; Moutinho (Gonçalo Gomes) — 28; Rocha (António da) — 28; Rocha (Maria da) — 28; Rosa (Guiomar da) — 28.

VALE DE CAMBRA

Castelões — Vasconcelos (D. Antónia de) — 10.

Macieira de Cambra — Carvalha (Maria) — 19; João (Pascoal) — 19; Oliveira (Manuel Tavares de) — 22; Oliveira (Manuel Vaz de), Familiar do S.^{ta} Ofício — 22; Silva (Ana da) — 19; Silva (Maria da) — 19; Soares (João) — 19; Soares (Manuel) — 19.

Roge — Almeida (João de) — 4; André (Catarina) — 32; Fernandes (António) — 4; Gonçalves (André) — 32; João (Ana) — 4; Mendes (Pascoal) — 4; Pires (Polónia) — 32; Soares (Manuel) — 19.

(*Continua*)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

r.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

bibRIA

AROUCA NA IDADE MÉDIA PRÉ-NACIONAL

(Continuado de pág. 68)

6. O couto ao mosteiro de Arouca por D. Afonso Henriques.

Convém, pois, verificar a extensão da área coutada, através das cartas de 1132 e 1143, a primeira das quais é dada «*tibi Monio Rodorigiz ad monasterium quod vocatur Sanctus Petrus de Arauca*», acrescentando-se, no final, que o couto se concede ao cenóbio em favor daquele prócer, de sua esposa e de sua mãe (dele), «*matri tue Toda Venegas*». Foi lavrada a escritura «*in Arauca*», o que temos por alusão à povoação deste nome, de acordo com o que anteriormente dissemos acerca da formação, desenvolvimento e denominação da actual vila.

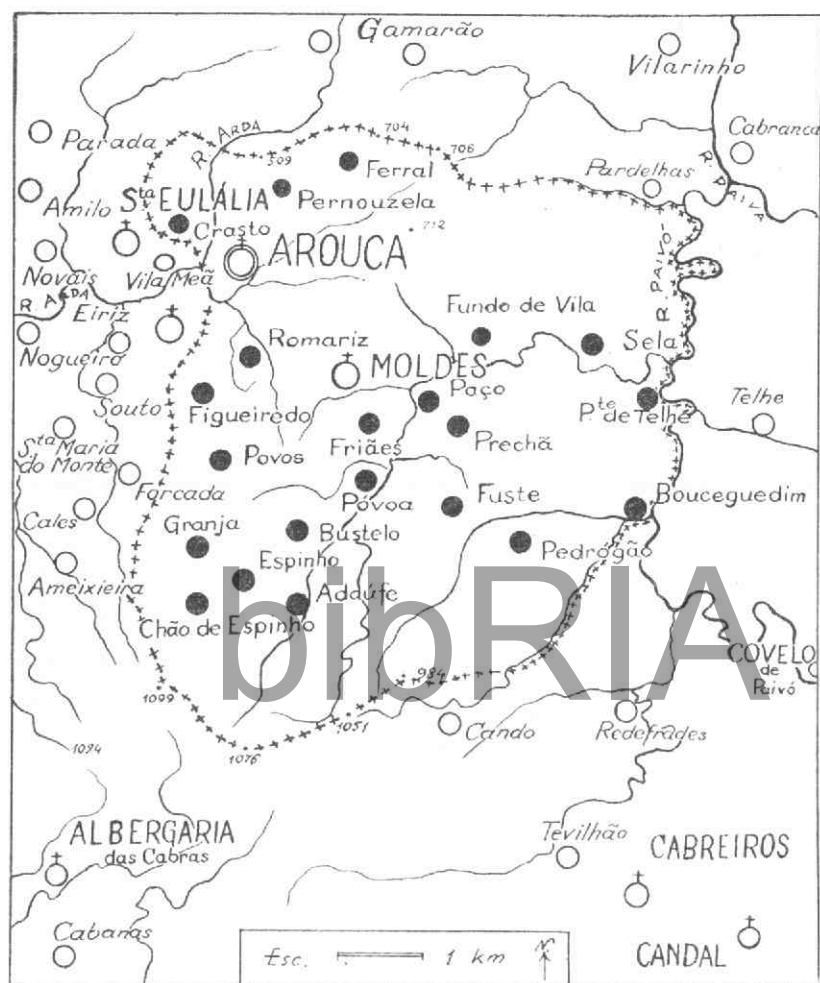
A carta de 1143 é feita apenas à «*domina*», D. Toda Viegas, talvez já falecido o filho e sendo ela membro do convento: «*tibi Tode Venegas sanctimoniali ad monasterium quod vocatur Sanctus Petrus de Arouca*», e desta vez com a expressa cessão dos direitos reais: «*omnem rem illam que ad regem pertinet scilicet calumniam caritel homicidium rausum fossadera regalengo*».

A área abrangida pode dizer-se a mesma numa e outra carta, apenas na segunda uma pequena alteração para mais, no extremo nordeste, confins das actuais freguesias de Moldes e Canelas. De resto, há apenas na de 1143 um maior circunstanciado nas referências, pelo que vamos expor e procurar identificar as de 1132, pondo entre parêntesis as daquela segunda data.

Assim: «*incipit in Menserin (Messerin) et inde ad Corugus (Curgius, local que já sabemos ter sido ao sul do Crasto, entre a povoação actual de Vila Nova e a igreja de Santa Eulália)*»⁽¹⁾

⁽¹⁾ «*per Villa Bona et per Villa Nova et per Curugios et inde per termino de Sancta Eolalia*», limites da «*villa Castro*»: PMH Dipl. et Ch. n. 649 (de 1085).

AROUCA NA IDADE MÉDIA PRÉ-NACIONAL



O primitivo coto do Mosteiro de Arouca, segundo as cartas de D. Afonso Henriques

1.^a carta, 1132 (Abril): «tibi Monio Rodorigiz ad monesterium quod vocatur Sanctus Petrus de Arauca» e «tibi Monio Rodorigiz et uxori tue necnon et matri tue Tode Venegas».

(DMP Doc. Rég. 1 n. 124)

2.^a carta, 1143 (Janeiro): «tibi Tode Venegas sanctimoniali ad monasterium quod vocatur Sanctus Petrus de Arauca».

(DMP Doc. Rég. 1 n. 197)

— Linha cruzada: limites do coto.

(Desenho do autor)

et inde per Capud de Mauro et inde ad Sanctum Iacobum et inde ad portellam de Barca (do que se vê que se trata das limitações que ainda hoje existem entre as freguesias de Arouca e Santa Eulália na zona do Crasto, devendo a Cabeça de Mouro ser o monte que está logo sobre o Crasto e a igreja de Santa Eulália, hoje o Picoto Raposal ou da ermida de S. João de Valinhas, e a portela da Barca ser o apertado vale junto ao sítio da Barca, que é em freguesia de Santa Eulália, o qual se alonga entre os montes de Santa Luzia e da Lousa, este fora do couto) ⁽¹⁾ *et inde ad fontem de Gamorone et inde per arrugium illum de Toeraz* (em 1143, em vez disto: «*et inde per illa Fraga et inde ad montem Paradisum et inde ad cima de valle de Gamaron et inde ad cima de Toeraz et inde sub foce de Toeraz*» — o que significa que os limites atravessavam o rio na portela da Barca, subiam pela Fraga, margem esquerda, ao cume de Santa Luzia, que deve ser o «monte Paraíso», como veremos, e, atingindo os altos de Gamarão, antes do monte da Cerca, chegavam a esta, e desciam para o Paivó pela lomba entre Pardelhas, dentro do couto, e Cabranca, já fora, do que se vê que, até à Cerca, os limites eram os das actuais freguesias de Arouca e Canelas e, sendo o ribeiro de Toeraz o de Pardelhas, vê-se que se incluía em 1143 uma pequena porção da actual freguesia de Canelas, então freguesia de Santa Cruz ou Alvarenga) *et inde per Paviolam et inde ad Bauza de Guidinum* (em 1143: «*et inde ad foce de Paviola et inde ad Baucia de Guidino*», isto é, pelo rio Paivó, desde a confluência dele no Paiva até Bouceguedim, povoação da actual freguesia de Moldes) *et inde ad rivulum de Sendino* («*et inde ad focem de rivulo Sendin*», ribeiro que conflui no Paivó precisamente em Bouceguedim, pelo que os limites seguiam este ribeiro para o alto do monte, na direcção do Cando, como hoje partem Moldes e Cabreiros e, então, as Terras de Arouca e Lafões) *et inde per Pinnam Amarelam et inde ad illam Freitam* (em 1143: «*et inde cima de Petra Amarela et inde ad Lausa et inde ad Fogio et inde ad Salgairolo et inde ad illa Freita*», uma série de alturas que correspondem certamente às divisões actuais das freguesias de Moldes e Santa Eulália com a de Albergaria das Cabras, que, mais tarde, veio a ser coutada, por esses pontos, por D. Sancho I, à albergaria do Monte de Fuste, como veremos) ⁽²⁾ *et inde per Pinnam Malam et inde unde primitus incoavimus* (em 1143: «*et inde ad Penna Mala et inde ad Laurosa et inde ad Mellareses et inde unde primitus incoavimus*», ou seja, descendo ao vale, pela

(1) «*dividit per termino de Sancta Eolalia et dividit per Barca*»: id., ib.

(2) O monte da Lousa não é o deste nome ao norte da vila de Arouca, pois que estamos na parte oposta, no monte Fuste, ao sul. As limitações do couto, aqui, seguem as da «villa» Rio de Moldes, como é fácil de verificar no estudo que dela fizemos. Sobre o couto de Albergaria, PMH Inquis. 914, veremos adiante.

Pena Má, que não sabemos onde será, mas talvez hoje Forcada, na freguesia do Burgo, «pedra forcada?»), passando a seguir a partição das «villas» de Lourosa de Campos com Figueiredo, esta portanto incluída no couto, e de Romariz com Malareses, esta excluída, e daí a partição de Romariz com Eiriz, por Messerim, que não identificamos, até aos Corujos) (1).

Este couto inicial (porque um século depois outro se deu ao mosteiro) compreendia, pois, a totalidade das actuais freguesias de Moldes e Arouca e parte da do Burgo, com uma pequena área da de Canelas.

Em 1255, foi ele ampliado a toda a Terra de Arouca (o que marca o fim desta circunscrição administrativa, que, de resto, pouco mais poderia durar, devido à reforma de D. Dinis, como veremos), por carta de D. Afonso III, que mais não é que uma mercê feita a sua tia D. Mafalda, assistente no mosteiro, onde faleceria no ano seguinte e ficaria tumulada. A infanta-rainha era já dona daquela «terra». Não podemos ater-nos apenas ao testamento de D. Sancho I, que fala do mosteiro, porque, ou há falha na escritura, ou ela lhe havia sido já doada (ou viria a sê-lo). O couto evidencia-se nas Inquirições de 1290 «per padrões e per divisões»: nele, na freguesia de Roças, por exemplo, tinha por isso entrada o «moordomo de Arouca e penhorava hi pola voz e pela coomha e filhava hi a portagem», mas «ora fezêrom ende onrra que nō leixã hi depós entrar o moordomo do moesteiro» (2).

Da doação de 1255 à Ordem de Cister, em atenção a D. Mafalda, é já consequência este trecho das Inquirições de 1258: «*invenimus (dizem os comissários) abatisse et conventui de Arauca cartam donationis et cauti*» por D. Afonso III, «*in qua continebatur quod dominus rex donabat abbatisse et monachis de Arauca quantum habebat in Arauca et in suo termino et cautabit sibi totum sicut resonat in rescripto privilegii regis quod est scriptum in roolo*» (3). Como nada mais se inquiriu, sinal é este de que toda a parte régia na «terra» ficara a pertencer ao mosteiro e toda a dita circunscrição se convertera em couto do mesmo.

O próprio couto da albergaria de Fuste passou a incluir-se no do mosteiro. De facto, o deste atingia o cimo da «villa» de Castanheira, na chamada Pedra do Couto—isto é, do couto da albergaria, um padrão do mesmo, que, agora, ficava a ser marco do couto monástico. Assim se explica também o domínio, com protecção, de D. Mafalda, na albergaria.

(1) DMP Doc. Rég. I nn. 124 e 197.

(2) Cit. por A. C. DO AMARAL, Mem. V, p. 137.

(3) PMH Inquis. p. 948.

7. Últimos «domínos»: Tuta Venegas e seu filho Mónio Rode-
ríguez.

Regressemos a tempos anteriores, principiando por retomar a questão da duplicidade inicial do mosteiro. Já vimos que um Autor moderno declarou, não há muito, que o cenóbio «primitivamente fora de homens» e que «passou para monjas de S. Bento na segunda metade do século XII» ⁽¹⁾, o que corresponde ainda a tempo de domínio de D. Toda Viegas. Já vimos o erro da ideia, erro esse patenteado noutra publicação moderna (onde parece o colheu o referido Autor): «Provam também os documentos, segundo parece, que as freiras só apareceram nos princípios do século XII, porquanto só a partir daí neles há referências às mesmas» ⁽²⁾. Já vimos que os documentos provam precisamente o contrário, durante os séculos anteriores (X e XI).

A mesma publicação diz — e nisto já acerta — que a «dupla comunidade persistiu até 1154». De facto, «neste ano abandonaram-no os frades, não, decerto, pela dissolução dos costumes, como se tem referido, mas por, nessa data, à abadessa Elvira Anes e às freiras o haver doado Toda Viegas, dona, viúva e padroeira do convento». Informa, ainda, que esta «domna» Toda «largas e diversas doações lhe tinha feito desde 1114, e em 1156, como *fâmula de Deus*, legou-lhe o resto dos seus bens».

A extinção da comunidade masculina no mosteiro foi uma das notáveis realizações de D. Toda Viegas, que nos merece mais algumas palavras. Supomo-la, como dissemos, filha da «domna» anterior, D. Gontina Eres, e de D. Egas Ermiges, e dela temos já algumas notícias em 1080, que nos parecem de data errada, atendendo a que ela era viva ainda cerca de 1160 e que se trata de duas compras por ela feitas, as primeiras, a ser assim, de uma série ininterrupta, durante largos anos, e de que veio a ser principal beneficiário o mosteiro: a venda que lhe fizeram, «*vobis domna Tuda Benegas*», de bens em Congusto, «*proprie castro Arauca*», os esposos Mendo Odóriz e Truiu Gunzalbiz, e a venda, também aí, a saber, «*in Arauca in villa quos vocitant Congusto*», por Gavino Vimarázi ⁽³⁾. No entanto, não era impossível, tanto mais que parece ainda solteira e por isso muito jovem.

Em 1096, são-lhe feitas duas vendas, uma nos princípios de Julho, a de Anserigo e sua esposa Sesilli, a outra nos de Agosto, por Alvito e sua mulher Argelo, ambas «*in villa quos vocitant Sancta Maria*» (que já provámos ser a área à roda da igreja de

⁽¹⁾ Mons. M. DE OLIVEIRA, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, in *Rev. Port. de Hist.* v, vol. II p. 348.

⁽²⁾ *Gr. Enc. Port. e Bras.* III p. 280.

⁽³⁾ *PMH Dipl. et Ch.* nn. 576 e 592.

Roças). Citamos estes documentos, não porque tenham especial interesse no assunto que nos prende, mas pela grande importância do segundo, por indicar ainda então a autoridade do conde D. Raimundo em Portugal (*Colimbria*), o que, em 1096 e, para mais, em Agosto, é um facto singular para os nossos historiadores, os quais, por isso, querendo mostrar o contrário, notavelmente se equivocam ⁽¹⁾.

Em 1129, D. Afonso Henriques, em duas cartas sucessivas e pelos serviços prestados e pela particular amizade, doou a «villa» Sala (Sá), com a «villa» Salela (hoje Sela-Urrô), aos «domnos» de Arouca D. Mónio Rodrigues e sua mãe D. Toda Viegas, numa das quais cartas se lê: «*tibi Monio Ruderici... pro amore tue dilectionis et pro idoneo obsequio tue servitutis de villas meas proprias Saa et Sacla que site sunt in Arauca inter monte de Fuste et Tamara discurrante ribulo Alarda territorio Lamicensis... ut habeas et possideas tu illas et semen tuum iure perhenni... et facias de illa quicquid volueris*» — o que no outro documento sobre o mesmo se diz feito «*vobis domno Monio et matri vestre Tola Venegas facio cartam de Sala et Sacla... in valle de Arauka*» ⁽²⁾.

Naquelas cartas, o Infante manifesta pelos dois, mãe e filho, uma estima muito particular expressa em termos que não são fórmulas tabelionares, e alude aos serviços prestados, o que já podia sê-lo, mas o não é, atendendo ao momento da dádiva, precisamente o tempo em que D. Afonso Henriques acabava de reunir o domínio português em seu poder. D. Mónio deve ter sido dos mais fervorosos partidários do Infante; mas, para explicar a amizade especial, não basta isso e é preciso talvez atender a que D. Afonso Henriques foi criado perto de Arouca, por Egas Moniz, que era primo co-irmão da mãe de D. Mónio, para mais ⁽³⁾. Nada mais natural que relações de amizade desde tenros anos; mas, fosse este ou não o motivo, essa amizade excepcional existia e pode explicar que D. Toda Viegas, herdando do filho, deixasse os seus

⁽¹⁾ «*in Colimbria Regimundo*», diz o documento de Agosto de 1096: *PMH Dipl. et Ch.* n. 834 (o outro, de Julho, n. 832). O Prof. Dr. DAMIÃO PERES diz que a data «está manifestamente errada», por vários motivos que apresenta, nenhum dos quais convence, sobretudo este: «porque a pessoa que figura como comprador aparece já a vender os mesmos bens em data anterior» (a do de Julho): *Como Nasceu Port.* p. 58 (3.^a ed.). Ora a pessoa que compra, tanto compra num como noutro (é a nossa «domna» de Arouca), e os bens são na mesma «villa», mas não são os mesmos. Ocupamo-nos deste interessante equívoco, de que tamanhas conclusões para o estudo dos inícios de Portugal se tiram e tão seguidas são («trata-se de um apógrafo com a data errada, como o prova o Prof. DAMIÃO PERES em *Como Nasceu Portugal*, pág. 58, nota 2, 3.^a edição» — diz o Prof. TORQUATO SOARES in *Hist. de Admin.* de G. BARROS, XI p. 447, nota XXIV), no nosso trabalho *Do Porto Veio Portugal*, pp. 181-183. O próprio juiz de Arouca que figura no diploma em questão está de acordo, como veremos, com a data.

⁽²⁾ *DMP Doc. Rég.* I nn. 97 e 98.

⁽³⁾ *Inquir. de D. Dinis* I, 4 fl. 23 v (Cresconhe, em Cinfães).

haveres à coroa, embora testados em grande parte ao seu mosteiro, que à coroa transitou.

É óbvio que, quando esta notável dona, esposa de conde (D. Rodrigo Moniz), começou a série das suas aquisições, ainda não podia ter em mente o mosteiro, cujo domínio estava em outras mãos, que ainda nem deviam ser as de D. Gontina Eres. Esta dona dominou ali durante o abaciado ou priorado (de ambos os nomes temos provas para os superiores do cenóbio) de D. Godino e de D. Eica, que figura já em 1109, o que mostra falecido aquele ⁽¹⁾. De superiores no tempo do domínio de D. Toda não temos notícias, porque, infelizmente, embora isso não interesse demasiado às limitadas intenções deste trabalho, os nossos documentos particulares apenas estão publicados até 1115. Por ambas as razões, encerramos nisto o capítulo sobre o domínio no mosteiro de S. Pedro de Arouca, que, com a morte de D. Toda, cerca de 1160, falecido já, como tudo indica, o filho, veio a ficar à coroa. Realmente, como melhor veremos no capítulo seguinte, ao tratarmos da ermida de S. João Baptista de Sela de Arda, só assim pode explicar-se que D. Sancho I o tivesse como seu próprio e assim o legasse a sua filha D. Mafalda: recebera-o ele de D. Afonso Henriques, porque certamente a ele ficara com a extinção da linhagem dominial.

Fica assim estudado, embora perfunctóriamente, o domínio em um dos seus aspectos: domínio *no mosteiro* (*Eigenklöster*). O outro, ou seja, não o aspecto senhorial ou pessoal — o regime «próprio» —, mas o complexo e cúmulo das suas possessões materiais, sobretudo em terras e populações, não nos interessa tanto, pois que está fora da nossa finalidade essencial (traçar um quadro dos factores que promoveram o aparecimento da actual vila de Arouca), fora ainda da época a que nos limitamos (até aos princípios da Nacionalidade) e fora, finalmente, das nossas próprias possibilidades, pois que os documentos do século XII, época da formação do melhor desse domínio *do mosteiro*, ainda não estão publicados, nem nós nos achamos em situação que nos permita conhecê-los, presentemente. De resto, fica já informado o suficiente desse domínio «material»: o couto e algumas doações de «villas», ou em «villas».

(¹) Em 1109 ainda era viva «*domna Gontina prolis Eru*», como se vê de um documento em que figura o prior de Arouca: «*Eikanus prior Arauach*» (Araucka): *DMP Doc. Part.* III n. 320. Prior é também título com que figura Godino Froilaz: assim em 1100, *PMH Dipl. et Ch.* nn. 931, 934, etc. As mais das vezes, abade; mas também presbítero: 1092, *Ib.* n. 773, o que leva a identificá-los com relativa segurança.

II

CULTOS CRISTÃOS MAIS REMOTOS
NO VALE DE AROUCA

Entre os mais antigos cultos cristãos no vale do Arda superior, devem contar-se os que vieram a ser oragos das primeiras paróquias nele constituídas, as quais foram naturalmente poucas, mas ainda hoje não são muitas, pela relativa pequenez do mesmo vale. Mas referiremos outros, igualmente antigos.

1. S. Salvador e Santa Maria:

O Divino Salvador possuiu, como temos visto, e uma vez mais observaremos quando tratarmos das paróquias, templos em Várzea, onde existia um mosteiro ainda nos inícios do século XII, e na freguesia chamada hoje Burgo, antigamente São Salvador de Arouca. O facto de em tão poucas paróquias iniciais (sete) lhe terem sido dedicadas duas, coloca o vale do Arda, quanto a este culto, em perfeita paridade com o que sucede em todo o norte do País, sobretudo o entre Douro e Minho, onde se trata do orago mais frequente depois da Virgem Maria. É bem sabido que o nosso mais antigo templo subsistente, o de S. Frutuoso, junto de Braga, era dedicado inicialmente ao Salvador: «*quod ab antico cognoscitur fore in Sancti Salvatoris fundatus honore*» (período suevo) (1). Não surpreenderia facto idêntico na paróquia suévica de *Arauoca*.

Veremos noutro capítulo que este templo de S. Salvador (Várzea) deve ter sido a igreja cemiterial do «grupo paroquial» de *Araduca* (ou *Arauoca* do Paroquial suevo).

Quanto à Virgem, templos não lhe devem ter faltado neste vale antes da Nacionalidade, como se demonstra pela igreja de Moldes, primeiramente dedicada a Ela e só desde os inícios do século XI a Santo Estêvão, como vimos e teremos de observar melhor; pelo hagiotopónimo Santa Maria do Monte, que já sabemos significar o templo de Santa Maria erecto numa parte da «villa» *Ademonidi*; e pela designação de uma «villa» numa área da actual freguesia de Roças, «villa» *Sancta Maria*. Acontece que se tornou aqui orago de paróquia, embora o caso paroquial único no vale; mas, em contrapartida, não faltam, nessa freguesia, ainda

(1) Doc. de 883, em L. FERREIRO, *Hist. de Sant.* II Ap. p. 29.

hoje, os testemunhos de um culto mariano muito vivo em remotas épocas, como sejam ermidas do povo que lhe são votadas. E não é possível deixar de relacionar o culto de Santa Maria com a existência, aqui perto, da «civitas» *Araduca*, cabeça que ainda teria sido da paróquia sueva, repetimo-lo.

Não pode surpreender-nos que, na referida «villa» *Ademondi*, nos surja um culto que não se tornou paroquial. Da visão dos nossos documentos medievais, uma circunstância nos parece indubitável, neste particular: e é que pode dizer-se que qualquer «villa», por vezes bem insignificante, possuía o seu templo, o que se compreende perfeitamente: por um lado, a arreigada devoção dessas épocas; por outro, o facto de termos o mesmo ainda hoje em qualquer lugarejo ou pequena povoação, com a sua capela ou ermida, dentro ou pouco distante, sem falar das dos altos. Nos nossos estudos, temos até ousado, tão forte esta convicção, usar uma fórmula imitada de *nulla ecclesia sine domino*, que define o carácter «próprio» da quase totalidade dos templos dessas eras, ou seja, *nulla villa sine ecclesia* (quando não *sine ecclesiis*). Essa convicção tem-se radicado ainda mais, à medida que nos vão surgindo provas de que, a despeito de, em determinada época, poder surgir quem se dê por seu fundador, esses templos remontam a épocas remotas, quantas vezes anteriores à Nacionalidade; e à medida, ainda, que nos vão surgindo as notícias de templos de que hoje não resta sequer a recordação nos locais a que respeitam. Assim, conforme agora, pelo menos na nossa região beiroa (a que pertence Arouca, e é o que nos interessa), qualquer povoação possui, zela e se honra de possuir e zelar a sua ermida ou capela pública (sem embargo de princípios «próprios», porque o mesmo se dá nas igrejas paroquiais), vinda de tempos mui remotos — o que pode autorizar-nos a recuar a esses tempos longínquos —, embora na arquitectura nada se revele da alta vetustez, que numerosos deles possuem documentada, também qualquer «villa», que, em geral, tem a sua correspondência numa dessas povoações, possuía a sua «ecclesia»: cremos que o facto actual corresponde, precisamente, ao antigo.

Nas actuais freguesias de Arouca (N. S. da Mó), Moldes (N. S. da Guia, Bustelo), Urrô (N. S. da Laje), Chave (N. S. do Rosário), como na de Roças (N. S. do Rosário e N. S. do Campo), não faltam provas e representações imemoriais do culto mariano de recuadas épocas. Sobretudo a ermida de N. S. da Mó, no alto do velho monte *Amula* (ou de *a Mula*), que tanto temos mencionado e documentado, deve ter um princípio que nos não admiraria assentasse num culto pagão do castro aí ou na vizinhança (Cerca) existente. O topónimo significa por certo uma edificação do tipo dolménico, mas, perdida ela, logo apareceu a interpretação e, com esta, a lenda: «Nossa Senhora da Mó em um monte, de onde se vê o mar, à qual, contam, se encomendou um cativo, preso de noite a uma mó, e de repente se achara solto às portas desta

capela com sua mó»⁽¹⁾. Ao menos, vê-se daqui que a ermida é anterior ao nome, ou pelo menos a lenda não pretende ser tão velha, o que, de resto, a actual arquitectura desmentiria ao vulgo, que julga por ela da vetustez da fundação *primitus* de um edificio.

Posto isto, daremos alguma atenção especial a dois templos de Santa Maria: o de Albergaria das Cabras e o de Moldes, desde os princípios do século XI titulado de Santo Estêvão.

Nas Inquirições de 1258, lê-se que D. Sancho I «*filiavit de termino de Caambria et de termino de Alafone et de Arauca et dedit albergarie de Monte de Fuste*», como couto desta instituição: «*totum istum terminum dedit dominus rex albergarie pro anima sua et erat totum regalengum et est cautum*». Os termos deste couto estão aí descritos: «*et isti sunt termini per Sellam Regis contra Alafone* (Serlei, melhor, Serrelei⁽²⁾), é ainda hoje o nome do ponto mais alto, ou próximo disso, sobre a povoação de Gestoso, freguesia de Manhouce, concelho de São Pedro do Sul, de modo que era aqui a partição do couto da albergaria com Lafões) *et deinde per la Freyta contra Araucam* (trata-se da cumeada desde o Detrelo da Malhada a S. Pedro Velho, do que se vê que já do século XII para o XIII se ia chamando Freita à parte ocidental do maciço de Fuste, como hoje, o que não sucedia ainda do XI para o XII, em que se chama Freita às cumeadas sobre Moldes, hoje a Arada) *et per montem Calvum contra Caambriam* (ou seja, as alturas para a banda de Macieira e Roge, concelho de Vale de Cambra actual) *et deinde ad Auteiro Alvo*»⁽³⁾ (que deve ser o cume da Costa da Castanheira, sobre as Terras de Cambra e Lafões). A esta albergaria se deve o topónimo Albergaria, tendo-se designado primitivamente, como se vê, «albergaria de Monte de Fuste»⁽⁴⁾. A freguesia, que corresponde a este couto, tem várias povoações, cujos nomes são todos remotos, sucedendo que precisamente o nome do local mais bondoso e que, por isso, devia ter uma povoação mais vetusta é o mais recente. Além disso, as povoações em questão são estranhas à divisão natural, que é o vale do Arda (Terra de

(1) D. J. DE AZEVEDO, *Hist. Eccl. de Lamego*, p. 128.

(2) É notável este topónimo, que também encontramos no actual concelho de Viana do Castelo: Serreleis, antigo *Sellarreis*, de *Sella Regis* («Sancto Petro de Sella Regis», *DMP Doc. Part.* III n. 269, de 1108). A sua forma em Arouca perdeu o -s final, talvez por dissimilação; mas, seja como for, o facto é que a forma revela um nome de aplicação remota, visto que contém um genitivo latino, vindo, portanto, do tempo em que ainda a língua era latina, declinando-se. O elemento «sella» tem sentido topográfico como se cuida? Nesse caso, não poderemos saber o que deva significar a ligação do elemento «rex» no possessivo.

(3) *PMH Inquis.* p. 914.

(4) O nome *Albergaria de Monte de Fuste*, não sabemos se já propriamente em função toponímica, aparece noutra notícia, ligada a D. Mafalda e versando violências de nobres sobre ela: doc. cit. por A. BRANDÃO, *Crón. de D. Sancho II* etc. p. 88 (ed. Civilização).

Arouca), porque pertencem ao vale do Caima incipiente (Terra de Cambra). Não vamos crer que o sítio estivesse despovoado antes da fundação da albergaria, embora a fundação dela se diga ser de D. Mafalda (o que não pode ser verdade, como se vê do couto por D. Sancho I, pai dela, a qual sòmente mais tarde a possuiu, pela doação da Terra de Arouca ao mosteiro, de que era dona); e, assim, qual o nome primitivo? Seja como for, templo, com certeza, teria de existir nesta «villa» (que o era, visto que como «villas» nos surgem, então, os locais mais vizinhos, na própria freguesia actual, como Castanheira); ou, pelo menos, não haja dúvida que não poderia funcionar a albergaria sem ele. Uma instituição estava sempre como que adstrita à outra, e, deste modo, é indubitável a existência do templo de Santa Maria de Albergaria de Monte de Fuste ao menos no século XII, — se não é anterior, como muito bem poderá ter sido.

Històricamente, não só pela mais remota notícia (925, para antes), mas também pelas vicissitudes que lhe estão ligadas e que são as da própria região arouquesa, o culto mariano mais relevante, afora o da *ecclesia mater*, de *Arauoca* (Roças), é o da «villa» Rio de Moldes, um templo que desde o primeiro ano do século XI começou a titular-se de Santo Estêvão, sendo primeiro de Santa Maria, como já de passagem vimos.

Em fins de 1092, uma notícia indica uma invocação dupla: «*in villa Ribulo Mollides iuxta illa ecclesia vocabulo Sancta Maria et Sancto Stephano*»⁽¹⁾. Trata-se de caso único, e a duplicidade assim manifestada é apenas aparente: deve-se ao facto de, poucos meses antes, se ter resolvido judiciariamente uma acesa questão⁽²⁾ sobre a posse dessa igreja, entre D. Gontina Eres e seus co-herdeiros (já sabemos quem é ela e quem são eles: D. Gavino Froilaz e os três irmãos Zaniz, a saber, Loveredo, o presbítero Osório e D. Comba) e o mosteiro de Arouca (representado pelos seus «domnos» de então, os já conhecidos irmãos Froilaz, a saber, «frater» Afonso e «presbíter» Godino): o mosteiro era senhor de metade da igreja desde 925, por doação, e aqueles «domnos» e «domnas», senhores da outra metade, exigiam a posse total. Acendeu-se a contenda, que acabou, depois de vários juízos, por ser levada perante o conde Sisnando. Repitamos as palavras do documento:

«Orta fuit intentio... propter illa ecclesia de Ribulo de Mollides vocabulo Sancto Stephano que invenerunt ipsos fratres medietate de illa ecclesia in suo testamento et ipse testamentum fecit eum Gun-

⁽¹⁾ PMH Dipl. et Ch. n. 779.

⁽²⁾ «A grande contenda» (chama-lhe VITERBO, *Elucid.* I s. v. Alva-zir) «que os monges de S. Pedro de Arouca tiveram com os herdeiros da igreja de Santo Estêvão de Moldes».

dulfus aba et descripsi in eo medietate de Sancta Maria de Ribulo Mollides era D CCCC LXIII (isto é, em 925 fora feita doação de metade ao mosteiro, por documento escrito pelo abade Gundulfo, e aí se chamava ao templo Santa Maria). *Et post multis annis venerunt sarraceni cecidit ipso territorio in herematione et fuit ipsa ecclesia destructa. At ubi venerunt christiani ad populatione restaurata est ipsa ecclesia et possuerunt ibi reliquias Sancta Maria et Sancto Stephano. Iterumque fuit herema in era M XIII.*^a Isto é, anos depois, uma irrupção sarracena destruiu-a e despovoou em parte a localidade. O facto significa que fugiu muita gente ante os invasores, mas a maioria deve ter ficado presa ao seu torrão, apesar de tudo o que aqui se alega, e vamos já dar disso uma prova em Moldes, se o estudo que anteriormente fizemos não chega para o provar. Regressando os fugitivos, reconstruíram o templo, interessados nisso os seus donos, visto que era igreja «própria», como se vê, o que não deve esquecer-se no estudo deste caso; e, no acto da restauração, foram nela depositadas as reliquias, representativas de Santa Maria, por certo as mesmas que a igreja possuía e os fugitivos salvaram consigo, e de Santo Estêvão, talvez também somente representativas, trazidas de Braga crivelmente. *Et cum venit tempus ista populatione que est in era M XXX VIII popularit omnis populus quisquis suam vel alienam hereditatem* (ou seja, tendo havido nova irrupção e fuga em 975, tempo das primeiras invasões do terrível Almançor, voltaram as gentes à povoação em 1001, povoando e apropriando-se do seu e do não seu). *De ista era in denante vocaverunt illa ecclesia Sancto Stephano* (isto é, somente desde 1001 é que a igreja começou a titular-se de Santo Estêvão). *De ipsa ecclesia habuerunt multas assertiones et contentiones ante Egas Ermigizi et postea ipsos fratres per pluras vices querelantes se de ipso testamento pervenerunt ante alvazir domno Sisnando qui dominus erat de ipsa terra in ipsis temporibus et habuerunt ante illum cum ipsos intentores supranominatos contentione.* Quer dizer, depois de muitas questões levadas perante o tenente da Terra de Arouca, D. Egas Ermiges, sem qualquer solução — nada de surpreender, porque ele era marido de D. Guntina Eres, o que não significa parcialidade de sua parte, — a questão foi conduzida à instância superior, a Coimbra e Montemor, perante o conde Sisnando, que governava do Douro para o sul. *Ipsos fratres dicebant quia ipsa ecclesia que nunc vocant Sancto Stephano ipsa vocarunt Sancta Maria que nos in testamentum tenemus. Domna Guntina et suos heredes dicebant quia ipsa ecclesia semper de initio facta non Sancta Maria sed Sancto Stephano vocata est* (1), ou seja: a «domna» alegava que o mosteiro não podia possuir parte na igreja porque esta era titulada e sempre o fora de Santo Estêvão e a de que fora doada

(1) PMH Dipl. et Ch. n. 746.

metade ao dito cenóbio não tinha tal título e sempre tivera o de Santa Maria, pelo que não podiam ser a mesma, — ao que o mosteiro opunha que se tratava de uma só, que fora dedicada a Santa Maria, mas viera a chamar-se de Santo Estêvão pelas razões ou vicissitudes apontadas. E o certo é que o mosteiro venceu (veremos as peripécias do julgamento no capítulo da administração), o que explica que, logo no ano seguinte, 1092, apareça um documento chamando à igreja aquilo de que não havia ali memória: Santa Maria e Santo Estêvão.

A antiguidade do culto mariano não surpreende também no território de uma velha «*parrochia*» da época suévica como foi o de Arouca: «Os cristãos principiaram muito cedo a estabelecer paralelismo simbólico entre a Virgem-Mãe e a Igreja-Mãe, ambas igualmente virgens e fecundas, porque, assim como Maria, sendo mãe de Cristo, é mãe dos cristãos, também a Igreja, esposa mística de Cristo, é mãe dos mesmos cristãos (1)». Por esta razão, a maior parte das catedrais e muitas igrejas paroquiais tomaram a Virgem Maria por titular, quando entrou em uso dar um patrono celeste a todos os templos» (2). Este uso partiu do século VI, precisamente quando se nos documenta aqui a paróquia de *Araduca*; e aquela invocação tornou-se vulgar, mesmo em templos não paroquiais. Ora a igreja de Santa Maria que denominava uma «villa» (actual Roças) era junto do assento dessa «civitas». Não se pode pôr isto de parte.

Ao estudarmos a área da «villa» que séculos antes da Nacionalidade nos surge com o nome de Rio Moldes, verificámos que, anteriormente, pelo menos três, bastante vastas, a deviam ter ocupado, sendo de presumir a «villa» *Gundemari* na zona da igreja de Santa Maria e do próprio ribeiro que denominou a «villa» única posterior. Talvez que este templo tenha origem no dessa mesma «villa» *Gundemari*, da época suévica.

2. Santo Estêvão:

O caso da igreja de Moldes lembra o culto de Santo Estêvão no território de Arouca, visto que nela, tendo regressado os fugitivos da invasão sarracena de antes de 975, foram colocadas reliquias suas, antes dessa data, e que, desde 1001, se passou a denominar de Santo Estêvão esse templo, com a nova repovoação local.

Muitas vezes temos dito que não é possível tomar à letra as afirmações dos documentos da época leonesa, referentes ao estado do nosso território (trata-se de diplomas, de cartas, de cróni-

(1) «PIERRE DAVID, *Ét. Hist.*, p. 227, e *Virgo Mater et Ecclesia Mater*, em «Segundo Congresso Mariano», p. 725-729»; P. Dr. AVELINO COSTA, *O Bispo D. Pedro* I p. 237 nota.

(2) P. Dr. AVELINO COSTA, *ob. cit.*, I, pp. 326-327. Já igualmente dizia P. DAVID, *Rev. Port. de Hist.*, II, p. 229.

cões, etc.), quando no-lo pintam deserto. Para o caso particular do Vale de Arouca e vizinhos, como o de Moldes, temos negado tal circunstância e mostrado, pelo estudo das «villas» aqui organizadas, que as populações existiram neles sempre. Por isso, fizemos sempre substancial desconto a afirmações dos documentos que aqui nos interessam, quando para Moldes, por exemplo, nos dizem «*venerunt sarraceni cecidit ipso territorio in herematione et fuit ipsa ecclesia destructa*», como o que acabámos de analisar parcialmente. O que isto unicamente pode significar é que uma parte da população, talvez não muito mais que a dos «domnos», fugiu perante os invasores, com eles os clérigos, de modo que houve certa «ermiação», conservando-se porém, ao menos, muitos adscritos; e a destruição da igreja pode ter um sentido mais metafórico que real ⁽¹⁾, embora nada nos autorize a não admitir algumas ruínas materiais. A «destruição» de que se trata, nesta igreja de Moldes, é da primeira metade do século x (mas bastante posterior a 925) e pode tomar-se mais no sentido de privada de culto, sobretudo paroquial, posto que este não fosse já o dela, ao tempo (e a população que ficou agarrada à gleba teria, sem dúvida, outros templos para neles orar, porque haviam sido várias as «villas» aqui), e também privação de domínio, pois era uma igreja «própria», cujos donos fugiram. Teria mesmo sido despojada das relíquias da titular, que os fugitivos levaram e que restituíram no regresso. Nós temos exemplos curiosos do que são a «destruição» de uma igreja e a «destruição» de um mosteiro: aquela, apenas a cessação do serviço paroquial, pela falta de clérigos; esta, precisamente a redução a igreja paroquial, pela extinção do convento ⁽²⁾. Como crer, pois, que em Santa Maria de Moldes fosse substancialmente diverso? Outrossim, quando o documento diz que, passados anos, «*venerunt christiani ad populatione restaurata est ipsa ecclesia*», isso pode muito bem significar alguma restauração material, mas sobretudo a reintegração do templo no domínio dos seus possesores regressados e sua restituição ao ofício religioso, tanto mais que logo se ajunta que nele foram repostas as relíquias de Santa Maria e,

(¹) Nas inquirições de 1258 define-se assim uma «destruição» de igreja (e por acaso paroquial): «*ecclesia est destructa quod non habentur ibi clerici nec dicunt missam nec pulsant signum*», isto é, simplesmente, por certas vexações de nobres, não se realizava nela o serviço paroquial. Outra destruição, agora de mosteiro, antes de 934: «*erat destructum ipsum monasterium usque ad nihilum et redactum in parrochia*», isto é, o convento desaparecera e a igreja passara ao serviço paroquial. Estes e outros casos no nosso estudo *Ainda Ponte de Lima Altomedieval*, pp. 214-220.

(²) Ver os exemplos na nota anterior. O caso do mosteiro de S. Pedro de Rates é perfeitamente análogo: em 1100, diz-se dele que «*a longis retro temporibus esset heremita et derelicta*» (ermida sinónimo de mosteiro), *DMP Doc. Rég.* t. n. 6, e a verdade é que isso significava a extinção do convento e redução a igreja paroquial: ver a nossa *ob. cit.*, pp. 216-220 (com a agravante de o conde D. Henrique e D. Teresa parecerem alegar que o fundaram desde os alicerces).

como novidade, as de Santo Estêvão: «*et posuerunt ibi reliquias Sancta Maria et Sancto Stephano*». Da nova «*ermação*» em 975, pelas mesmas causas, e da repovoação por presúria em 1001, pode dizer-se o mesmo, tanto mais que agora se não fala de destruição, antes se diz «*iterum fuit herema*» naquela primeira data, e erma o quê? A igreja, pois a palavra se lhe refere, precisamente; e, assim, a ermação dela deve reputar-se uma nova privação, não só do domínio, mas do serviço cultural, tanto mais que não é possível crer-se que houve ermamento no território desde 975 a 1001: não há dúvida, como temos provado, que, por exemplo, o mosteiro de Arouca não mostra, em tal período, perturbação aparente na sua vida obscura, regido desde 951 a pelo menos 984 pelo seu abade Ermenegildo, que, neste ínterim, fazia para ele aquisições de pequenas «*villas*», etc. ⁽¹⁾, e certo é também que os «*domnos*» que haviam sido do mosteiro e em Moldes viviam, Absalon Froilazi e «*domna*» Égilo, sua esposa, possuíam aqui a casa que fora da mãe dele (no «*casal de domna Eileuva*») e procuravam aumentar os seus bens aqui, adquirindo os do algo distante mosteiro de S. Miguel de Real «*in Sisonzini*» e no «*villar de Eigumediade*», cujos limites atingiam o monte do sul, «*illa Frecta*», e o «*Pelago Nigro*» — isto em 985 ⁽²⁾, dez anos depois que a vizinha igreja «*fuit herema*» e uns dezasseis antes que de novo aí «*populavit omnis populus*».

Assente este ponto, convém recordar que o culto de Santo Estêvão foi trazido para o vale e igreja de Santa Maria de Moldes pelos regressados bastantes anos de 975. Naturalmente, os fugitivos deviam ter procurado a região de Braga, onde o culto de Santo Estêvão teria certo fervor, dadas as ligações de um presbítero bracarense com a invenção do corpo do Proto-Mártir e até a tentativa que fez de enviar para Braga certas relíquias do santo ⁽³⁾. As que vieram para Moldes devem, — como, já se vê, as de Santa Maria —, ser representativas, embora não possamos afirmá-lo tanto como para as d'Ela.

«O culto do Proto-Mártir propagou-se extraordinariamente após a descoberta do seu corpo por Luciano, em 415, cujo relato grego foi vertido para latim pelo presbítero bracarense Avito» ⁽⁴⁾; no entanto, o caso de Moldes é muito mais recente, o que parece ter passado despercebido a um grande Autor que, para firmeza de uma sua dissertação, apela precisamente para ele. Cumpre, pois que tratamos de Arouca, verificar os factos.

«La diffusion du culte de saint Etienne (escreve o festejado medievista), le premier martyr, a été soudaine et universelle dès

(1) *PMH Dipl. et Ch.* n. 392.

(2) *Ib.* n. 157.

(3) Roubadas em Minorca: Dr. P. AVELINO COSTA, *ob. cit.*, p. 316.

(4) *Aut. e ob. cit.*, *ib.*

la célèbre invention de ses reliques à Capharmagala en 415; on sait que le prêtre Avitus de Braga, qui se trouvait a ce moment en Palestine, envoya à son évêque Balconius, avec une version latine du récit de l'*Invention*, un peu de la poussière du tombeau. Le protomartyr est très souvent titulaire de ces antiques oratoires élevés auprès des *ecclesiae*, cathédrales ou rurales, alors qu'elles n'avaient pas de titulaires. Si donc on rencontre une église sous son vocable en rapport avec une église du Sauver, de Notre Dame ou de saint Jean-Baptiste, on a des chances d'avoir ainsi repéré le site d'une ancienne église paroissiale». Quer dizer, aparecendo um templo de Santo Estêvão relacionado com outro ou o culto local do Salvador, da Virgem ou do Baptista, há probabilidades de ter existido no mesmo sítio uma velha igreja paroquial ⁽¹⁾ — o que, pelo exemplo que dá com Moldes, recebeu logo todo o crédito: «Era frequente (escreve outro Autor) escolherem-no para titular de oratórios erigidos perto das catedrais ou paroquiais; por isso, uma igreja desta invocação estreitamente relacionada com outra do Salvador, Santa Maria ou S. João Baptista pode indicar a localização de paróquia antiga» ⁽²⁾.

A igreja de Santo Estêvão de Moldes não estava perto e muito menos relacionada com uma igreja catedral; mas por este território estendia-se a *parrochia* e igreja suévica de *Arauoca*. Embora o Autor francês não lembre a circunstância (o que admira em quem faz a primeira crítica ao precioso Paroquial suevo), ela podia servir de reforço ao exemplo que dá à sua opinião: «Ce pourrait être le cas pour une église de Moldes revendiquée par le monastère de Saint Pierre d'Arouca (o mosteiro não reivindicava nada, porque quem o fazia contra ele eram os herdeiros de metade, cuja outra era dele e eles lhe reclamavam em juízo) et qui aurait porté au x^e siècle les deux vocables de Sainte-Marie et saint Etienne», o que não é exacto, porque o que o documento diz é que antes de 975 se puseram nela relíquias da Virgem e do Proto-Mártir e mui claramente que só desde 1001 «*in denante*» é que lhe chamaram de Santo Estêvão, não havendo aí a mínima sugestão de que entre as duas datas, ao menos, o título fosse duplo, pelo contrário — Santa Maria, primeiro, e, só depois da «restauração» de 1001, Santo Estêvão. O duplo título seria uma grande prova a favor do mosteiro e, no entanto, nem no mais aceso da contenda ele o alega, para mais dando-se o caso de os dois títulos terem tão nula relação que a parte contrária chega a pôr nisso o mais valioso argumento da sua reivindicação, ou seja: a igreja de Santa Maria, no século x, e a de Santo Estêvão, no xi, eram diversas, quanto

(1) PIERRE DAVID, in *Rev. Port. de Hist.* II p. 236.

(2) MONS. M. DE OLIVEIRA, *As Paróq. Rur. Port.* p. 165. As notícias dadas por este Autor são como declara, *ib.* p. 164, «recolhidas entre as observações de PIERRE DAVID».

aos contrariantes. Falta a mais leve relação nesta igreja entre as duas invocações (que nunca foram simultâneas, e o único exemplo de simultaneidade, de 1092, já o explicámos), de modo que não há em Moldes «chances» algumas da igreja paroquial remota, aí ou perto, a descobrir por esta via.

Apenas temos por um simples acaso que Arouca era paróquia no século VI; mas aquilo não pode reforçar este facto, que, de resto, não carece de tal reforço. Nem sequer, na melhor probabilidade, era aqui a *ecclesia mater*, o templo dessa vasta paróquia sueva ou inicial.

Mas a verdade, ao que tudo nos indica, e assim veremos, é que a primeira subdivisão sofrida por essa *parochia* única foi de facto nesta parte oriental, que se erigiu em paróquia durante a monarquia visigótica (século VII), também segundo todas as verosimilhanças. Bem nos serviria, pois, que aqui se observasse a circunstância que o ilustre historiógrafo aponta para as igrejas dedicadas a Santo Estêvão: indicarem a existência de uma igreja paroquial remota na vizinhança imediata. É que isso constituiria um reforço para a nossa tese dessa primeira subdivisão; mas, infelizmente, foi a própria paroquial que deixou de se chamar de Santa Maria para o ser do Proto-Mártir, inovação introduzida por gentes regressadas e vindas do norte.

3. Santa Marinha e Santa Eulália:

Santa Marinha é o culto patronal da igreja de Tropeço e talvez haja sido introduzido no vale do Arda por motivos análogos aos que supusemos para o de Santo Estêvão em Moldes: um regresso de fugitivos locais para a região de além do Douro, nomeadamente a de Braga, pois que esta devoção parece ter irradiado de Orense. «Virgem e mártir de Antioquia, tem culto na Península desde pelo menos o século IX⁽¹⁾, vindo a suplantar o de Santo Esperato e companheiros, mártires escilitanos, que se festejavam também a 18 de Julho. Os dois santos estão ainda associados, em 1018, como titulares secundários de uma extinta igreja, mas tomando-se erroneamente Santo Esperato por uma santa — «*Sanctarum Sperate et Marine*». O culto desta última tornou-se muito popular»⁽²⁾.

Conhecem-se, porém, duas Santas Marinhas, uma delas reputada natural de Orense e irmã de uma Santa Liberata (note-se a semelhança com «Santa Esperata»). Os autores que mais conspicuamente procedem têm-nas por uma só, a virgem-mártir de Antioquia, «naturalizada» em Orense (cidade a que se tem atribuído

(¹) «Um documento autêntico de 854 cita uma *ecclesia Sancte Marinae*» (A. FLORIANO, *Diplomática*, I, p. 261): P. DR. AVELINO COSTA, *O Bispo D. Pedro*, I, p. 329, nota.

(²) Aut. e ob. cit., ib.

por nome primitivo um muito parecido com Antioquia, talvez resultado de confusões, se realmente se trata de santas diferentes), pela grande devoção aí implantada; mas não falta quem pugne por uma santa local, o que não sabemos se será provável por outros casos hagiológicos ⁽¹⁾, nem aqui interessa.

De qualquer modo, uma só, a de Antioquia, ou também a de Orense, o caso representa sempre o mesmo para o problema da difusão do seu culto a partir dali (interessaria apenas ao local saber qual das duas, se o eram, a patrona), quer na primeira reconquista, século VIII, quer nos regressos, pouco demorados, de algumas fugas—bem que isto pese aos grandes autores na sua proposta de um repovoamento conduzido do sul para o norte (de *Portucale* para o Lima), a qual nada tem que possa baseá-la ⁽²⁾. Parece-nos admissível que o culto de Santa Marinha tenha vindo do norte para o vale do Arda superior.

O culto de Santa Eulália está provado no Vale de Arouca antes da Nacionalidade, pelo próprio hagiopónimo, devido à igreja que ainda hoje subsiste na sua mais que milenária mas modificada existência. Igualmente o temos remoto na actual freguesia de Chave, paróquia de instituição relativamente moderna, isto é, que não era das primitivas do território aroucense, mas em cuja área, abundando as «villas», não podiam faltar «*ecclesiae*». Uma daquelas era, aqui, a «villa» *Flavii*, e uma destas a sua, tanto mais que se trata de um templo que já nos inícios nacionais dava o nome a um *locus* dessa «villa», o chamado *Santa Ovaia*. Em 1211, D. Mafalda, padroeira e dona de Arouca pela doação e testamento paternos, e a abadessa do mosteiro doaram, entre mais, ao bispo do Porto, um prédio com essa designação ou, melhor, no local desse nome: «*casale de Sancte Ovaye in loco qui*

(1) «FLÓREZ prefere dizer que Santa Marinha de Orense seria uma santa local, a que, na falta de legenda própria, adaptariam a de Santa Marinha oriental»: Aut. e ob. cit., I, p. 330. Sobre a legenda de Santa Marinha, que é mais ou menos a de Santa Eugénia, ver PIERRE DAVID, *Rev. Port. de Hist.*, II, p. 232. Não faltam autênticos mártires das invasões e ataques sarracenos, durante a acometida ou no cativeiro: S. Nicolau, em Ledesma; Voto e Félix, em Saragoça; S. Domingos, em Simancas, mas levada a Córdoba; S. Paio, que se tornou queridíssimo; etc. (Ver P. CROISSET, *Ano Crist.*, IV, pp. 199-200; FLÓREZ, *Esp. Sagr.*, XIV Ap. n. 10; RISCO, *Esp. Sagr.*, XXX pp. 401-402. Ainda o nosso estudo *As Orig. nas Igr. da Dioc. Lamec.*, pp. 49-55, 55-57, 88-93). Orense foi em 716 destruída pelos muçulmanos «*usque ad solum*» (memorial anónimo in Mons. M. DE OLIVEIRA, *As Paróq. Rur.* p. 68 nota): poderia ter sido então mártir, aí, Santa Marinha, a tradição desfigurando as circunstâncias? Os casos bracarenses de S. Vítor e até de S. Silvestre, Santa Susana e S. Cucufate, mártires dos Suevos arianos, são do mesmo género; mas de tudo com assaz razão se pode duvidar. (Ver L. FERREIRO, *Hist. de Sant.* III Ap. p. 64, e ainda o nosso estudo citado, pp. 34-40, embora hoje não sejamos tão positivo na crença).

(2) Ver o nosso trabalho *Do Porto Velho Portugal*, pp. 24-27, 49-50, 56-57 e 68-76.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

dicitur Chavi» (1). Quando, pelo século XVI ou XVII, se erigiu a freguesia, o culto era tão querido, ainda, que ficou sendo patronal.

A questão de se tratar de Santa Eulália de Mérida ou da de Barcelona (se eram duas, o que há quem negue) (2) nada nos interessa para este caso: o que importa é que se trata de um dos cultos mais remotamente documentados entre nós (3), tirando toda a estranheza a uma vetusta devoção à mártir (que talvez a legenda da neve levou um documento do século XI — têm-lo de memória — a chamar «sempre virgem») no Vale de Arouca.

(Continua)

A. DE ALMEIDA FERNANDES



(1) Doc. no *Censual do Cabido do Porto*, p. 232. Como se sabe, *Ovaia* é um dos variados avatares fonológicos do nome Eulália, a forma erudita.

(2) A de Mérida «la seule authentique»: PIERRE DAVID, na *Rev. Port. de Hist.* II p. 233.

(3) «de Sancta Eolalia que ibidem ab antiquis fundata est»: *PMH Dipl. et Ch.* n. 12 (data errada). Já no século X se considerava, pois, fundação ab antiquis.



UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

LITERATURA REGIONAL

«MAR DA BISCAIA»

SÓ parou de vez, quando, de todo, cegou.

Meses antes, enquanto umas farripas de luz lhe restavam ainda, aproveitava os dias costurando umas amostas, na ideia de uma manta, uma manta de retalhos, que trazia na lembrança.

Não é que precisasse, o que se diz precisar. Na labuta de tantos anos, amalhara, e até mandara construir aquela mesma moradia forrada de azulejo vermelho, bem no centro da cidade. Embora afastada do negócio, com a loja fechada e erma, sabia-se, entretanto, no que era seu.

Naturalmente o espantoso bulício do comércio acabara de vez. O balcão, corrido, enorme, estava agora liso do monte de pano cru; nas estantes, vazias, pó; não mais chitas e chitas e flanelas, nem zefires para camisas, merinos, nem baetas. Das portadas já não pendiam, solicitando os passantes, os padrões das mais recentes novidades em cotins e riscados.

Em horas soalheiras, com o lenço em bico sobre a testa a defender-lhe os olhos cinzentos, ou protegida por um daqueles chapéus de palha de aba larga que vendera às dúzias, vinha sentar-se, no umbral, numa cadeirinha de pau, a cosipar, a cosipar...

O que fora de loquaz era agora de emudecimento. Porque conhecia a gente daquele trânsito e identificava as pessoas só pelas falas de saudação, uma vez ou outra entretinha uma conversa breve e propunha seu parecer. Pois se todo o pessoal, do sítio e arredores, havia passado pelo seu estabelecimento, a mercar, a fornecer-se ou a informar-se, e com ela regateou abatimentos, se é que não ficou na memória dos débitos e dos fiados, meio povilêu, da alta e da baixa, o povilêu todo.

Com efeito a casa estava à beirinha do mercado e o local não podia ser melhor para as transacções; mas também é certo que a freguesia sabia onde havia e quem no vendia.

E era um alvoroço sem parança. Ainda o dia vinha em casa

do Senhor, já ela e a rapariga andavam num corropio, a dispor, a pendurar, a escolher consoante as estações e as modas e as procuras. «Maneia-te, mulher, maneia-te».

Horas de comer? E vagar? Pela tarde adiante, quando calha, e sempre de afogadilho. Era uma correnteza de gentes a entrar e a sair: todas cheias de pressa e logo outras a desandar já servidas, e um falatório que até parecia que ralhavam. O metro de pau, com umas plaquitas metálicas nos extremos, traçado de centímetros, não tinha parança; e aqueles braços não sossegavam todo o santo dia.

Contas de cabeça, rápidas, seguras, sem erro de um real: soma daqui, parcela dacolá, três quartas, um côvado, meia dúzia de lenços, quatro metros e meio, um carrinho de linhas, é tanto. Este pano é mais encorpado, o riscado liso mais barato, o das pintas um quartinho, com esta flanela vai bem servida, aquele merino é obra asseada, para aventais não há como isto. Um pataco de troco.

A tesoura, pendurada por um atilho no cós da saia, apontava a orela no sítio exacto da medida apresada ou numa unhada certa abria o fio da costura e logo, brusco, de um só traço, rangia o corte, de alto a baixo, sem hesitações. Pronto, e que mais? Do cimo da estante descia logo a sarja branca, ou lá o que era, que a freguesa trazia na mente: adivinhava-lhe os gostos e as necessidades. «Venha cá, venha cá: custa cinco vinténs, mas para si doudho por um tostão menos cinco».

Já a noite viera e só então se lograva uma pausa. Ainda assim, com a ideia nas encomendas pedidas pelo correio, dos fardos a desfardar, das feiras a preparar, dos caixeiros que não tardam, dos débitos, dos apuros. Um tórvellino, semana após semana. Só aos domingos, de madrugada, uma fugida à missa primeira, lusco-fusco, e volta a correr sem perda de tempo que, nesses dias, pela manhã, a rua anda cheia dos das aldeias que trazem ao mercado suas hortas e aproveitam para umas mercas de necessidade.

E assim, branquinha e mirrada, envelheceu a tia Rosa dos Panos.

Na realidade não é que agora, cèguinha e trôpega, tivesse necessidade da coberta para seu conchego. Mas as amostras, tantas, estavam para ali a um canto da gaveta, e haviam de se deitar fora? Desperdiçar é pecado. Aquelas mãos magricelas, aqueles dedos afiados, descarnados, não sei que olhos compunham que sempre acertavam nos tamanhos, juntavam os cantos e não torciam os fios da teia. Quanto a padrões, às riscas ou aos quadradinhos, isso não fazia ao caso. As mantas, mesmo só de farrapos, têm sua beleza no desalinho das cores. O que importavam eram as larguras, e as bainhas, se as havia, e a escolha, pelo tacto, de retalhos mais ou menos encorpados. Cose que cose, a obra ia crescendo, às apalpadelas.

De seu ânimo sempre faladeira, dialogando em vários tons consoante a importância do negócio, deixava agora correr as horas mudas, muda ela própria, a sós com a sua sorte. Não era mais que as outras. Pois sua avó, velhinha e seca, de marfim, não estivera assim mesmo, na escuridão, anos a fio, sem que alguém lhe ouvisse uma palavra de revolta ou, Deus do Céu, sequer de desânimo! Que lhe havia de fazer? Não podia durar mais a electricidade que a espezitou e consumiu pela vida fora.

Desde sempre, desde sempre, pé leve, por esses caminhos das redondezas que levam às feiras. E quem mais hábil no prender dos feirantes e mais sacudida no insinuar; mais gabarola dos méritos da sua fazenda, ali estendida, no oleado, sobre o chão poeirento, ou suspensa de um fio, esticado de pau a pau; mais nervosa nos argumentos, mais rápida nos avios, mais certa nas contas! E logo, geniosa, atender duas freguesas ao mesmo tempo, puxar pela outra que desandou e dar um empurrão à lesma da criada, que esteve menos atenta. E regressar à noitinha, em andamento corrido, quilómetros, mas já empecilhada de lembranças para o dia seguinte.

Ninguém, vez alguma, a encontrou em falta de cinco réis, um só que a acusasse de trapallice nas medidas, alguém que da sua pessoa dissesse menos que isto! Pagadeira segura. Os homens do Porto, à porfia, lhe desejavam as encomendas e nunca caixeiro algum saiu da sua loja com uma factura por saldar. Por sua morte nem um sequer dos muitos fornecedores e grossos armazeneiros tinha em sua escrita uma verba em aberto. E as famílias, muitas famílias, nela confiavam sem hesitações. Chamavam-na a casa para tratar de enxovais ou outro bragal de vulto: pano largo para lençóis, tecidos, bretanha branca. Sem levar, nem trazer. Correcta. Lá deixar fazer moleirinhas na cabeça ou o ninho atrás da orelha, isso não.

*

Muitas, muitas das moças da sua nascença e condição, se atiravam, recém-recebidas no altar, para o corripir das feiras. Qual na fazenda de algodão, qual num baú de doce seco, qual mesmo numas roupinhas já talhadas. Tradições e sacrificios a que a necessidade constrange.

Em casa, um negóciozito morno, sem porta aberta para a rua, a qualquer hora: umas pecitas sobre a cadeira da salinha, mos-truário que baste às usanças pobres de um povinho morigerado, nos limites de um crédito pequenino.

Os rapazes casadoiros, corridos os banhos na igreja matriz, vinham, de fugida, ao enlace e, mal engolida a triste boda, alavam-se logo para as marujarias: ali perto, na Costa, nas compa-

nhas de arrasto; mais longe, na safra do sável e outras pescarias nas margens do Tejo; ou embarcados nas cabotagens, meses a oito; em tudo que cheirasse a maresia.

E elas, poupadas, fidelíssimas, andorinhas, agenciando dignamente para uma ajuda no sustento da casa e amparo dos filhos que iam crescendo. Cada casal sua modesta economia, sua independência e seu fadário. O pão de cada dia. A primeira merca de vulto, o primeiro luxo, uns brincos; e mais tarde, mais tarde, o cordão ao pescoço. Sobre esta dignidade e consumições, naquela póvoa barrada de breu e calafetada de angústias, a seara dos netos alourou e semeou-se aos ventos.

Foi assim há um ror de anos.

*

Mais arisca no negócio, esta Marcelina, por excepção, chegara a estabelecer sua tenda na cidade. Ao depois, com os tempos e uma economia de fuinha, alicerçou rés-do-chão e um andar com sacada e janelas.

Simplemente, aquele tom de fala e um feitio aparte, não enganavam ninguém: em Aveiro a vida, em Ílhavo as raízes. Traço de união entre dois povos parentes, mas dissemelhantes a mais não ser.

Lá nos começos, moça e mulher, esposa e mãe, ia e vinha todos os dias, a pé, que não tinha outro remédio. De madrugada pelas arribas fora; e noite feita, de volta, ligeirinha, da cidadezinha salineira para a vila maruja. Uma hora para lá, outra para cá, calcorreando sempre, que importa isso?

No Largo da Capela, alfobre da família e centro geográfico do mundo, à porta da habitação térrea, esperava-a o seu, o Ti Carlos.

(Lá estava à mão direita do altar, o berrante quadrinho da promessa, por certa antiga e muito grave atribulação. Num céu de nuvens, em sua dardejante auréola, Jesus. Na arcia, três palheirinhos da cor do piche; à borda do mar, o mulherio de braços abertos e homens, de manaias, a correr, gesticulando berros. O grande barco de meia lua, na água, em aprestos de largada. E uns enormes, exagerados braços a saírem das ondas, pela ré da embarcação, buscando, aflitos, agarrar-se à corda. Por sobre os bancos, no barco todo, em pé, a companhia inteira, em gritaria, manobrando os remos pesadões. E o arrais que caíra, varrido ao mar, e quase se afogava ali mesmo, rente à praia, ao transpor o rolo da rebentação...).

Não sei que lhe dera há tempos pela cabeça, que umas ton-turas, uns oiraços, não o deixavam todo o santo dia. Fugira-lhe a fortaleza. Não era o mesmo. E no braço esquerdo, de quando

em vez, uma prisão, um ardume até ao dedo miudinho. Ia andando...

Bem, os filhos estavam arrumados e avindos. Mas isto de ficar em casa, sem ter que fazer, só por doença. Conformava-se; não tinha outro remédio.

Restava-lhe aquela barba náutica, de mestre da costa.

Inverteram-se os tratos: quem fazia as enviadas era ela; quem cuidava dos amanhos do lar era ele. O pátio varrido e a ceia pronta ao cair do dia; e água quente numa chaleira, para lhe aliviar os pés, entoirçados das caminhadas, mal ela chegasse. A lamparina, sempre viva, no oratório. Janelas fechadas.

Mas se o dia, lá na loja, tinha corrido menos a preceito — fazenda que não chegara da estação, chuva que prejudicava o negócio, facturas trocadas — mal a Rosa transpunha a porta do aido, era logo um pé de vento, um badanal!

E o bom do seu homem, a paz em pessoa, saía a espairecer. Batia à porta da comadre Redonda, quase defronte: «Joana, já chegou... já chegou o mar da Biscaia, Joana».

Exacto. Perfeito, sem tirar nem pôr. Aquilo, frenética, era bem a imagem de um oceano desencontrado, de raras bonanças. Uma vida consumida.

Mas agora, corridos os dias, amainada, ali estava, no umbral, tranquila e queda, como que à revessa.

Sempre de preto vestida, que, em tal gente, a memória dos idos não consentia pausas...

FERNANDO MAGANO

PONTOS DA HISTÓRIA DO PROJECTADO ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO

PELO disposto no Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio do corrente ano, foi Aveiro incluída no número das sedes de Distrito agora dotadas com arquivo distrital; dez novas unidades com as quais se pretendeu completar a rede dos arquivos distritais, no dizer do preâmbulo do próprio Decreto. Já, de resto, em 1931 o Decreto n.º 19 952, de 27 de Junho, estipulava no seu art. 26.º que:

«A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos promoverá a criação de um arquivo distrital em cada sede de distrito do continente e ilhas adjacentes, com excepção das que já os possuem, destinado a recolher, instalar, inventariar e facultar à consulta dos estudiosos os núcleos documentais dispersos no respectivo distrito.

§ 1.º Em cada um desses arquivos serão encorporados:

- a) Os cartórios paroquiais;
- b) Os cartórios notariais;
- c) Os cartórios das Sés, colegiadas e cabidos;
- d) Os processos cíveis, crimes e orfanológicos findos;
- e) Os papéis dos extintos mosteiros, existentes nas inspecções e repartições de finanças;
- f) Os papéis das repartições extintas e serviços cessantes;
- g) Os documentos das congregações religiosas extintas em 1911, ainda em poder das comissões locais de administração dos bens das igrejas;
- h) Todos os outros documentos que, nos termos da lei geral do País, devem recolher aos arquivos do Estado.

PONTOS DA HISTÓRIA DO ARQUIVO DISTRITAL

§ 2.º As câmaras municipais, confrarias, Misericórdias, hospitais ou outras entidades poderão depositar, no todo ou em parte, os documentos dos seus cartórios no arquivo distrital da sede do distrito ou nos arquivos gerais do Estado.»

Quanto ao delicado problema da instalação dos arquivos a criar, determinava o art. 27.º e seus parágrafos que

«A menos que o Estado disponha de edifício próprio que destine para esse fim, a instalação dos arquivos distritais a criar nos termos deste decreto far-se-á em edifícios ou dependências convenientes para tal fim, cedidos ao Ministério da Instrução Pública pelas Juntas Gerais dos distritos ou pelas comissões executivas dos municípios locais, a cujo cargo ficarão a respectiva adaptação e as despesas a fazer com a aquisição e conservação do mobiliário e a acomodação das colecções incorporadas.

§ 1.º Os directores dos arquivos distritais serão nomeados pelo Governo, e os seus vencimentos, como os do restante pessoal, ficam a cargo das corporações administrativas sempre que a lei não determine o contrário.

§ 2.º As Juntas Gerais, ou, quando estas o não possam fazer, as comissões executivas dos municípios locais, inscreverão no seu orçamento, de acordo com a Inspecção das Bibliotecas e Arquivos, uma verba anual destinada a despesas de material e expediente do respectivo arquivo distrital, bem como a vencimentos do pessoal, quando estes estiverem a seu cargo.

§ 3.º À medida que forem criados novos arquivos distritais, o funcionamento dos seus serviços, extensão e natureza das colecções a incorporar, quadros do pessoal e seus vencimentos serão definidos em decreto especial.»

Desta vez, estabelece o Decreto-Lei n.º 46 350, nos seus artigos 3.º, 7.º e 10.º, quanto à composição dos arquivos agora criados, que

(art. 3.º) «Nos arquivos distritais serão obrigatoriamente incorporados, além dos documentos referidos no § 1.º do artigo 26.º do Decreto n.º 19 952, os das câmaras municipais, salvo quanto aos concelhos em que existirem arquivos municipais com instalação e organização que pela Direcção Geral forem consideradas satisfatórias.»

(art. 7.º) «São criados, de harmonia com o disposto nos artigos 27.º e seus §§ 1.º e 2.º e 28.º do Decreto n.º 19 952, no n.º 1.º do artigo 313.º do Código Administrativo (redacção do Decreto-Lei n.º 42 536) e no n.º 6.º do art. 24.º do Estatuto dos Distritos Autónomos, os Arquivos Distritais de

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Aveiro, Beja, Castelo Branco, Faro, Guarda, Horta, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo e Vila Real.»

(art. 10.º) «O quadro do pessoal de cada um dos Arquivos Distritais de Aveiro, Beja, Castelo Branco, Faro, Guarda, Horta, Santarém, Setúbal e Viana do Castelo e das Bibliotecas Públicas e Arquivos Distritais de Bragança, Leiria e Vila Real é o que consta do mapa anexo ao presente decreto-lei.»

O mapa anexo a que o art. 10.º se refere estabelece, por sua vez, que o pessoal dos novos arquivos é constituído unicamente por um Director com a categoria de 3.º Conservador, um Aspirante e um Servente; remuneração respectiva: 2 600\$00, 1 750\$00 e 1 150\$00.

Parecendo, pois, a um primeiro relance, que tudo foi previsto e que a entrada *em bom funcionamento* das novas unidades arquivísticas vai ser imediata, uma observação mais atenta em breve desiludirá a impressão optimista de princípio. O problema é mais complexo do que ao legislador pareceu; e a simples seriação das disposições legais acima relacionadas bastará, lealmente ponderadas, para patentear a inexecutabilidade do que se pretendeu deixar organizado, pois, na realidade, não é com um Director, um Aspirante e um Servente, que se instala, *de raiz*, um arquivo *distrital* (19 concelhos, para o caso de Aveiro), se organizam os seus múltiplos catálogos, inventários, índices e roteiros que a moderna técnica arquivística hoje não dispensa para se considerar sério o trabalho empreendido (1), nem se prepara o natural desenvolvimento das colecções, se organizam os indispensáveis serviços burocráticos, se providencia quanto à conservação das espécies, se atende o intenso movimento de certidões que imediatamente surge, e se servem e orientam os leitores. Alguma coisa terá de ficar para trás, com prejuízo manifesto da orgânica geral, que logo se desarticulará. Só quem nunca pessoalmente viveu tal conjunto de problemas, absolutamente embaraçoso quando se não dispõe de pessoal suficiente e capaz, poderá supor que o assunto dos arquivos distritais tenha ficado resolvido com a simplicidade com que o Decreto-Lei n.º 46350 o apresenta no Diário do Governo. O assunto prestava-se a largas considerações, que, de momento,

(1) No próprio preâmbulo do Dec. n.º 46350 se regista e reconhece que «os nossos estabelecimentos [bibliotecários e arquivísticos] continuam a ter os seus fundos incompleta e defeituosamente inventariados e catalogados, quando não estão convertidos em simples armazém de papéis e livros sobre que se não exerceu ainda o mais leve trabalho de reconhecimento».

E a terminar, resume o citado preâmbulo o labor «que deve constituir objectivo fundamental e preocupação dominante dos serviços — encorporar, conservar, reconhecer, inventariar e catalogar».

e por diversas razões, não faremos; restringindo-nos ao caso de Aveiro e deixando mesmo, para melhor oportunidade, o magno problema dos núcleos que deveriam praticamente constituir o seu arquivo distrital, problema esse de difícilíssima solução, mas em que é absolutamente preciso pensar desde já, afigura-se-nos oportuno registar alguns pontos que se não podem considerar indiferentes para a história e para o futuro do novo instituto cultural, que tão grande influência poderá vir a ter no desenvolvimento historiográfico de todo o Distrito.

Aveiro não possui, de há muito, um arquivo distrital, como tão imperioso se torna em Distrito de tão densa documentação histórica, porque ficaram sempre sem aceitação os sucessivos apelos dirigidos pelo antigo Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, Doutor Júlio Dantas, à Junta Geral do Distrito, anteriormente a 1937, no sentido de ser instalado na cidade um arquivo distrital, mantido, ou ao menos participado, pela Junta; igualmente não foram aceites pela Câmara Municipal de Aveiro, em 1938, as indispensáveis condições fixadas pela Inspeção Superior para a instalação de um arquivo distrital em edifício que o Presidente da Câmara Municipal de então, Dr. Lourenço Peixinho, punha à disposição para o fim em vista.

De toda a actuação, sempre favorável à ideia, por parte da Inspeção Superior, pessoalmente podemos nós testemunhar pois desde 1932 nos encontrávamos em permanente contacto com ela, através do Arquivo da Universidade de Coimbra, onde naquele ano ingressámos, vindo anos depois a ser, na prática, o delegado da Inspeção para a encorporação dos cartórios do Distrito naquele Arquivo; do que respeita à interferência da Câmara Municipal no assunto, existe o depoimento dirigido em 3 de Agosto de 1955 ao Director de *O Jornal de Estarreja* pelo Senhor Dr. FRANCISCO FERREIRA NEVES e publicado no n.º 2955 do mesmo jornal, que desde 25 de Julho vinha pugnando pela criação de um arquivo distrital em Aveiro ⁽¹⁾; desse claro depoimento muito importa aqui registar o que passamos a transcrever:

...«Julgo oportuno informar os leitores do jornal de V. Ex.^a que, durante os anos de 1937 e 1938, fiz grandes esforços para conseguir que em Aveiro fosse criado o Arquivo Distrital, o que, infelizmente, não foi possível. Direi em resumo as diligências que se fizeram.

Durante o ano de 1937 insisti junto da Câmara Municipal de Aveiro então presidida pelo Dr. Lourenço Simões Peixinho, para

⁽¹⁾ No seu n.º 695, de 30 de Julho de 1955, *O Jornal de Cambra* secundava a iniciativa de *O Jornal de Estarreja*, pugnando também pela criação do Arquivo Distrital de Aveiro.

que esta pedisse a criação do Arquivo Distrital à Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos.

A Câmara ocupou-se efectivamente deste assunto, e em 24 de Novembro de 1938 solicitou do sr. Dr. Júlio Dantas, Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, a criação do dito arquivo, e informou-o de que já possuía edifício para o instalar.

Num longo e amável officio datado de 6 de Dezembro de 1938, o sr. Dr. Júlio Dantas responde à Câmara Municipal de Aveiro, dizendo-lhe que proporia a criação do Arquivo Distrital de Aveiro à Secretaria de Estado da Educação Nacional, desde que a Câmara assumisse os encargos financeiros que a criação e manutenção do arquivo determinavam, e o edifício a este destinado tivesse os necessários requisitos de extensão, segurança e defesa contra incêndio (incombustibilidade e isolamento).

Como o edifício destinado ao Arquivo estava longe de satisfazer às condições exigidas, o Arquivo Distrital de Aveiro não ponde ser criado.

As circunstâncias não mudaram de então até hoje, mas eu continuo na crença de que um dia virá em que o dito Arquivo será instituído.».....

Foi sempre esta, aliás, a posição dos Directores da Revista em que as presentes considerações se publicam, e que, por se encontrar directamente ligada ao assunto desde 1935, os citados artigos de *O Jornal de Estarreja* se não esquecem de mencionar, em reforço da sua iniciativa de então.

No n.º 3200, de 10 de Novembro do corrente ano, mais uma vez *O Jornal de Estarreja* nobremente se ocupa do momentoso problema, louvando a publicação do Decreto-Lei n.º 46350, que considera como dando solução à antiga aspiração do Distrito.

Em consequência do antigo desinteresse das entidades officiais aveirenses pela solução do problema relativo à criação dum arquivo distrital, como a Inspeção Superior propunha, consultou esta, em Janeiro de 1937, o Arquivo da Universidade de Coimbra acerca da viabilidade de incorporação naquele arquivo de todos os códices, documentos avulsos e outras espécies provenientes dos cartórios monásticos extintos na área dos Distritos de Coimbra e de Aveiro, com excepção dos indispensáveis ainda para o serviço de cobranças, a fim de ser dado cumprimento integral ao disposto na alínea e) do § 1.º do art. 26.º do Decreto n.º 19952; novo officio desse mesmo mês acrescentava, à menção das espécies a recolher, acima indicadas, as que se encontrassem no Arquivo Distrital do Porto relativas ao Distrito de Aveiro, «visto não ter sido possível instituir um Arquivo distrital nesta cidade» (*sic*).

Alegava-se ainda, como justificação da incorporação dos cartórios de Aveiro no Arquivo de Coimbra, que, em virtude da nova divisão administrativa do País, a maior parte do distrito de Aveiro

ficara incorporada na Província da Beira Litoral, cuja capital era Coimbra.

Diligências várias, e demoradas, se seguiram, no sentido de se conciliar o interesse da Inspeção Superior, perfeitamente justificado (tanto mais que as condições de conservação do cartório da Direcção de Finanças de Aveiro eram deficientíssimas), com a falta de acomodações suficientes para o grande volume de espécies a incorporar (não só de Aveiro como de Coimbra) e ainda com o desejo de alguns estudiosos de Aveiro que estimariam ter na própria cidade elementos para as investigações a que porventura viessem a proceder, o que era igualmente legítimo.

Desse conjunto de circunstâncias, cuja pormenorização nos obrigaria a alongar-nos por largo espaço, resultou que só em 1941, após despacho do Sub-Secretário de Estado da Educação Nacional, de 15 de Março, se incorporaram no Arquivo da Universidade os documentos dos cartórios dos extintos mosteiros e comendas que à data se encontravam ainda depositados na Direcção de Finanças de Aveiro, e que constituíam, porventura, a parte mais importante do material subsidiário da história do Distrito. Os cartórios paroquiais, notariais e uma pequena parte dos judiciais, já entretanto haviam recolhido a Coimbra, com manifesto aprazimento dos seus depositários, que dessa forma se viam libertos dum verdadeiro peso morto, para eles perfeitamente inútil, pois lhes não rendia já certidões, nem a passagem delas compensaria a imobilização do espaço ocupado pelos velhos cartórios.

Teve essa valiosa — e vultuosa — incorporação lugar em 8 de Abril de 1941, consentindo a Inspeção no desmembramento das espécies relativas ao cancello da Feira, solicitadas pela Biblioteca Municipal da Vila, para onde efectivamente seguiram; mesmo assim, encheram os códices e documentos avulsos da Direcção de Finanças que para Coimbra se apartaram, duas grandes camionetas; de tudo possuímos relação, porquanto éramos, à data, Conservador único do Arquivo da Universidade e forçoso nos foi desempenhar-nos de tão ingrata missão, desfazendo atritos e contempORIZANDO no possível, acabando tudo por se ultimar satisfatoriamente.

Sob nossa responsabilidade pessoal deixámos em Aveiro o arquivo da Misericórdia e o das Obras da Barra.

O tempo foi passando, e de cinco em cinco anos, enquanto ao quadro do Arquivo da Universidade pertencemos, fomos percorrendo as comarcas do Distrito recolhendo as espécies sucessivamente abrangidas pelos prazos legais, mas sempre na expectativa duma prometida reforma dos serviços bibliotecários e arquivísticos que satisfizesse as legítimas aspirações de quantos a esses problemas reconhecem ainda fundamental importância; ultimamente porém, pela Junta Distrital de Aveiro, em sua reunião ordinária de 12 de Dezembro de 1963, uma inteligente proposta, de reco-

nhecida transcendência, pareceu vir dar novo e definitivo rumo ao velho problema do arquivo distrital de Aveiro.

Subscrevia a referida proposta, que visava nada menos do que a criação de um arquivo distrital, bem como de um museu, também distrital, e tudo a expensas da Junta Distrital, o Vice-Presidente da mesma, Dr. Belchior Cardoso da Costa. Logo unânimemente aprovada, o que sobremaneira honra o seu ilustre subscritor, bem como a Junta que assim em absoluto a patrocinava, aqui integralmente se deixam exarados os precisos termos desse, já agora, histórico documento:

«Considerando que entre as atribuições que a lei administrativa comete aos Distritos e, pois, ao seu corpo administrativo, se contam as atribuições de cultura, artigo trezentos e onze do Código Administrativo;

Considerando que no uso dessas atribuições de cultura e conforme ao que se dispõe no artigo trezentos e treze do citado Código pertence às Juntas Distritais deliberar, além do mais, «sobre a criação e manutenção de museus de etnografia, história e arte regional e de arquivos distritais»; e ainda e também «sobre a conservação e divulgação dos trajes e costumes regionais»;

Considerando que tem esta Junta mostrado sempre, através de deliberações de diversa ordem, particular consideração pelos assuntos da cultura em todos os planos e, muito especialmente no plano regional;

Considerando que é digna da maior atenção e apreço a riqueza etnográfica, histórica, artística e bibliográfica do Distrito;

Considerando que por isso muito importa defender e preservar, e valorizar devidamente, tal precioso património; mas, considerando que não dispõe o Distrito de um Museu e arquivo à escala distrital com as características indicadas no referido artigo trezentos e treze do Código;

Considerando por isso que assim se impõe a criação de um museu e arquivo distrital nos moldes referidos na mencionada disposição de lei com o que se intenta defender e enriquecer o património cultural do Distrito;

Considerando por outro lado que segundo a interpretação que tem sido dada, superiormente, ao artigo trezentos e catorze do Código, não é possível à Junta alargar a sua acção assistencial e por isso pode destinar ao fomento da cultura parte apreciável das suas receitas;

Considerando finalmente que a instituição de museus e bibliotecas é uma óptima forma não só de assegurar e defender mas também de promover e difundir a cultura; por tais razões e outras que por serem óbvias se omitem,

Tenho a honra de propor a criação e manutenção, pela Junta, de um museu de etnografia, história e arte regional e bem assim

de um arquivo distrital, cuja sede se deve situar na cidade de Aveiro, de preferência a construir nos terrenos da Junta, e cujo fundo inicial deverá ser constituído pelo painel «Nossa Senhora do Mar», da autoria do saudoso médico e artista, nosso conterrâneo, João Carlos Celestino Gomes, e pela colecção completa do «Arquivo do Distrito de Aveiro», um e outra já adquiridos por esta Junta.

Mais tenho a honra de propor que enquanto a Junta não dispuser de edificio ou salas próprias para o museu, sejam as espécies recolhidas no museu da cidade, obtendo-se, para tanto, a necessária autorização.»

Deu a imprensa local (*Correio do Vouga*, de 10-1-1964 e *Litoral*, de 11 do mesmo mês) o merecido relevo à feliz e bem intencionada iniciativa da Junta Distrital, já antes divulgada pelos jornais de grande circulação, aqui se registando o que, por exemplo, e a propósito, no «Diário de Notícias» de 3 de Janeiro se lia, epigrafado a grandes caracteres:

«REGOZIJO EM AVEIRO.
O ARQUIVO E O MUSEU DISTRITAL VÃO SER CRIADOS
POR INICIATIVA DA JUNTA DISTRITAL.

A Junta Distrital tomou uma iniciativa que merece os mais rasgados louvores e vem satisfazer uma aspiração e uma necessidade em vários ensejos postas em relevo. Por proposta do seu vice-presidente, sr. dr. Belchior Cardoso da Costa, aquele órgão administrativo, cónscio das suas responsabilidades e do papel que lhe está confiado, tomou a deliberação de criar o museu e o arquivo distrital, pelo qual há muito se anseia.

Na sua proposta, criteriosamente fundamentada, o sr. dr. Belchior Cardoso da Costa, depois de salientar que entre as atribuições conferidas pelo Código Administrativo às Juntas Distritais figura a criação e manutenção de museus de etnografia, história e arte regional e de arquivos distritais e a conservação e divulgação de trajes e costumes regionais, e que aquele corpo administrativo sempre tem demonstrado particular consideração pelos assuntos de cultura em todos os planos e muito especialmente no plano regional, põe em relevo a grande riqueza etnográfica, histórica, artística e bibliográfica do distrito, património que muito importa defender, preservar e valorizar.

O fundo inicial deverá ser constituído pelo painel «Nossa Senhora do Mar», da autoria do saudoso artista ilhavense João Carlos Celestino Gomes, e pela colecção completa da revista «Arquivo do Distrito de Aveiro», já adquiridos pela Junta. Enquanto esta, porém, não dispuser de instalações próprias para o museu e arquivo, as espécies adquiridas deverão ser recolhidas no museu da cidade, solicitando-se, para esse fim, a necessária autorização.»

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Comunicada também à Direcção do A. D. A., pela Junta Distrital, a grata notícia, foi tão amável e significativa deferência agradecida nestes precisos termos, em que todos os seus Directores colaboraram e que definiam inequivocamente toda uma orientação e integral propósito de colaboração:

«Ex.^{mo} Senhor
Presidente da Junta Distrital de Aveiro
Aveiro

Tenho a honra de acusar a recepção do officio de V. Ex.^a n.º 994 de 30 de Dezembro do ano findo, no qual, V. Ex.^a informava a Direcção da revista «Arquivo do Distrito de Aveiro» de que a Junta Distrital de Aveiro, em sua sessão ordinária de 12 do referido mês, sob proposta do sr. Vice-Presidente em exercício Dr. Belchior Cardoso da Costa, tinha deliberado por unanimidade criar na cidade de Aveiro um museu etnográfico e um arquivo distrital.

Muito agradeço a V. Ex.^a este officio bem como a cópia da parte da acta referente à criação destas duas instituições, que o acompanhava.

Esta deliberação merece os maiores louvores, e por isso, a Direcção do «Arquivo do Distrito de Aveiro» congratula-se com a inteligente e oportuna iniciativa da Junta Distrital, que dá plena satisfação a quanto sempre pelos seus Directores foi pensado e preconizado, e implicitamente numerosas vezes ficou assinalado nas páginas da revista com a localização de importantes núcleos documentais, do máximo alcance para a história do Distrito.

Poderão alguns desses núcleos recuperar-se ainda para o novo arquivo; e nos casos em que tal já não seja possível, deverão procurar-se obter cópias fidedignas, ou, ao menos, verbetes suficientemente elucidativos de todas as espécies de interesse distrital, de forma a poderem-se indicar ao estudioso as fontes informativas de cada concelho.

O «Arquivo do Distrito de Aveiro» colaborará da melhor vontade com a Junta Distrital para a organização do novo arquivo como para a do museu etnográfico; os seus Directores possuem os elementos de informação necessários a ambas as instituições, como da sua colaboração espalhada pelos vinte e nove volumes da revista se verifica; possuem igualmente quase toda a bibliografia do Distrito, e nenhuma da fundamental lhes falta. Tudo põem à disposição da Junta logo que os planos de organização e montagem sejam estabelecidos e dados a conhecer.

O arquivo e o museu etnográfico agora criados constituem a materialização do pensamento cultural que tem orientado o «Arquivo do Distrito de Aveiro» nos seus trinta anos de vida inteiramente ao serviço da região; os seus Directores nada de melhor poderiam, pois, desejar.

PONTOS DA HISTÓRIA DO ARQUIVO DISTRITAL

O que é necessário é começar imediatamente a trabalhar, reunindo os elementos dispersos, e não deixar esmorecer a ideia. Amanhã poderá ser irremediavelmente tarde.

Apresento a V. Ex.^a os meus respeitosos cumprimentos.

Aveiro, 15 de Janeiro de 1964

Pela Direcção do A. D. A.
Um Director

a) Francisco Ferreira Neves»

Procurando dar começo e efectivação às suas criteriosas deliberações, promoveu a Junta Distrital em Abril seguinte uma reunião «para troca de impressões relacionadas com a criação do Museu Etnográfico e Arquivo do Distrito de Aveiro», reunião essa que teve lugar na noite de 22 do referido mês, vindo a verificar-se nela completa discordância do Director do Museu de Aveiro em relação à planificação proposta pela Junta Distrital para satisfação das aspirações da cidade quanto aos pontos versados. Depois de largas considerações destinadas a justificar o ponto de vista que defendia no que respeitava ao projectado Museu Etnográfico, assunto que neste momento não abordamos, pois apenas do Arquivo Distrital nos estamos ocupando, disse, a respeito deste, o Senhor Director do Museu de Aveiro, segundo o extracto da acta que nos foi fornecido, que podia officiosamente informar, quanto ao Arquivo Distrital, que desde há anos, tinha o Ministério da Educação Nacional um projecto de lei que criava, com mais uma dezena de Arquivos Distritais, o de Aveiro, o que não lograra decretar-se ainda pela situação emergente da defesa da nossa soberania ultramarina. Demais, nesse particular, havia que submeter o assunto à competência da Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, do mesmo Ministério.

Foram os pontos de vista defendidos pelo Senhor Director do Museu de Aveiro contrabatidos pelo Senhor Dr. Francisco Ferreira Neves, que à citada reunião assistiu em representação da revista *Arquivo do Distrito de Aveiro*; e declarou serem bem conhecidas as razões que impunham a criação e manutenção em Aveiro de um museu etnográfico e arquivo distritais e por isso apoiava inteiramente a deliberação da Junta Distrital em causa, que vinha ao encontro dos desejos dos aveirenses. Acrescentou não haver tempo a perder nem leis a recear, e não se podiam perder iniciativas, boas-vontades e auxílios que levavam à realização de obras de alto valor cultural que bem convinham ao actual progresso do distrito de Aveiro.

Precisamente um mês depois, era publicado no Diário do Governo o Decreto-Lei n.º 46 350.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

E em 18 de Dezembro corrente, o Decreto-Lei n.º 46758 promulga o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia.

A fórmula adoptada para a instalação e manutenção dos novos arquivos não se nos afigura a mais feliz, dada a sua permanente dependência de dois organismos diferentes (as Juntas Distritais e a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, órgãos, por sua vez, de dois Ministérios diferentes); o que no papel parece estar correctamente estruturado, por vezes não encontra, na prática de todos os dias, idêntica facilidade de execução; e daí, duplicação de consultas e de informações, demoras enervantes no andamento dos assuntos, atritos que se vão acumulando, e tudo em prejuízo dos serviços.

Em dois períodos não muito distantes da nossa actividade profissional vivemos nós pessoalmente idêntica e triste experiência, com as antigas Juntas de Província da Beira Litoral e com a do Minho, em relação à secção distrital do Arquivo da Universidade de Coimbra e, mais tarde, em relação à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga; alguma coisa podíamos, portanto, apontar também, para exemplificação dos inconvenientes práticos do sistema adoptado; preferimos, contudo, aguardar o andamento que ao caso da criação do Arquivo Distrital de Aveiro vier a ser dado, fazendo votos pela rápida efectivação do que todos desejamos, nas melhores condições possíveis, de molde a obterem-se também os mais eficientes resultados práticos, como os superiores interesses da cultura distrital impõem.

Demasiado tempo se tem perdido já.

O que, todavia, no meio de todo o incidente é inegável, é que a proposta do Senhor Dr. Belchior Cardoso da Costa presente à Junta Distrital resgatava inteiramente a lamentável e injustificável atitude dos anteriores organismos seus congéneres, e isso é de justiça que não seja esquecido.

Com esse preciso fim se juntaram aqui as presentes notas para a história do futuro Arquivo do Distrito de Aveiro.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

MIGALHAS DE HISTÓRIA ADMINISTRATIVA (*)

O CONCELHO DE ANADIA

DE *Anadia*, como povoação, há já notícia no séc. XI, isto-é, antes de existir Portugal como estado independente. Chamava-se então *Nadia*, e da origem deste nome tratei na *Revista Lusitana*, vol. XVII, págs. 114-115.

Um *primitivo concelho de Anadia* — uma larva de concelho — existia já no séc. XIII. Desde quando e se teve foral velho, ignoro ainda; mas D. Manuel deu-lhe, em 25 de Agosto de 1514, foral novo, cujo original se conserva no arquivo da Câmara. Compreendeu, até o advento do regime constitucional, somente a *vila*, os casais de *Vale do Azor* e *Vendas da Pedreira*, e a maior parte do lugar de *Alfeloas* (o resto deste lugar era do concelho e couto de Mogofores) contando ao todo, em 1833, 74 fogos!...

*

O *moderno concelho de Anadia* é obra dos liberais. No território que ele hoje ocupa existiam, desde os tempos da dinastia afonsina até à vitória destes, os seguintes concelhos inteiros, que nomeio pela ordem da sua respectiva importância em população: *Sangalhos*, *Avelãs de Cima*, *Ferreiros*, *Vilarinho do Bairro*, *S. Lourenço do Bairro*, *Aguim*, *V. N. de Monçarros*, *Avelãs do Caminho*, *Anadia*, *Mogofores*, *Ois do Bairro*, *Paredes do Bairro* e... *Pereiro!*

Ao todo — treze! Mas no meio desses concelhos havia ainda povoações encravadas pertencentes a outros distantes. Assim, a chamada *ouvidoria de Boialvo* (que englobava os lugares de Boialvo, Candieira, Figueira, Póvoa do Gago, Canelas, Matas, Corgos, Pardieiro e parte de Ferreirinhos) era do concelho de Aveiro; parte do lugar de *Levira*, do concelho de Coimbra; *Saima* e *Ancas*, do de Recardães. Veja-se que trapalhada!

(*) Estes três artigos, agora levemente modificados, foram publicados em *A Ideia Livre* de Anadia (8-XII-1934, 27-II-1935 e 2-III-1936).

Um primeiro desbaste nesta farandolagem municipal resultou do dec. de 28-VI-1833 (publicado ainda durante o cerco do Porto), que dividia todo o país em *provincias, comarcas* e *concelhos*, dispondo que estes últimos seriam formados de *freguesias por inteiro*. Creio que nasceu daqui, após o triunfo dos liberais em 1834, o desaparecimento daqueles encraves dos concelhos de Aveiro, Coimbra e Recardães, por serem simples fracções de freguesias, — e o eclipsarem-se também por igual motivo aqueles municípios microscópicos de *Pereiro, Paredes* e *Anadia*, que ficaram absorvidos nos outros, a que pertenciam as redes das respectivas paróquias. Anadia, como povoação da freguesia de Arcos, ficou compreendida no concelho de Avelãs de Cima, embora por breve tempo e só no papel.

O que é certo é que, ao publicar-se o dec. de 18-VII-1835, que estabelecia *provisoriamente* a divisão administrativa do novo regime, dos concelhos citados só se nomeiam, como subsistentes então, os de *Aguim, Avelãs do Caminho, Avelãs de Cima, Ferreiros, Mogofores, Ois, Sangalhos, S. Lourenço, Vilarinho* e *V. N. de Monçarros*. Mas o dia 6-XI-1836 foi o *dies irae* de todos esses concelhos e de muitos outros do país. Um decreto dessa data (Passos Manuel) extinguiu-os, e com os seus destroços conglutinados formou dois novos concelhos, já com algumas condições de vida: o de *Anadia*, composto das freguesias de *Arcos, Moita, Mogofores, Avelãs do Caminho e Avelãs de Cima*; e o de *S. Lourenço do Bairro*, composto das de *S. Lourenço, Sangalhos, Ancas, Ois, Vilarinho* e *Troviscal*. Quanto à freguesia de *V. N. de Monçarros*, que, depois de extinto o seu concelho antigo, entrara na formação do da *Vacariça*, veio a passar ao de Anadia oito meses depois, por dec. de 4-VII-1837.

Finalmente, o dec. de 31-XII-1853 deu remate à obra: — anexou também ao concelho de *Anadia* a freguesia de *Tamengos*, desligando-a do da Mealhada, de que fazia parte desde a extinção do concelho de *Aguim* em 6-XI-1836; — e acabou com o concelho de *S. Lourenço*, incorporando no de Anadia as suas freguesias já citadas, menos a do *Troviscal*, que passou ao de *Oliveira do Bairro*.

Assim, a verdadeira data da formação do concelho de *Anadia*, tal como ele hoje existe, é esta de 31 de Dezembro de 1853 — não valendo a pena falar do fugaz acréscimo que lhe trouxe a extinção, em Novembro de 1895, do vizinho concelho de *Oliveira do Bairro*, porque foi logo anulado pela justa restauração deste em Janeiro de 1898. E a criação da freguesia da *Amoreira* em nada o alterou.

O CONCELHO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Mais laboriosa e demorada que a do concelho de Anadia foi a formação territorial do concelho de Oliveira do Bairro.

Uma *villa* de Oliveira (*villa*, no sentido medieval, envolvia ordinariamente a ideia de freguesia) existia já no séc. X, pelo

menos. Um documento do ano de 957, referente à *villa* ou freguesia vizinha de *Aqualada* (Aguada de Baixo), diz-nos que esta confinava com *Barriolo* (Barrô), com *Ulvária* (Oliveira do Bairro), com *Sangalios*, e com *Sancta Eolalia* (Aguada de Cima). Tal qual como ainda hoje. E da paróquia de S. Miguel de *Ulveira* fala também expressamente um rol de freguesias do bispado de Coimbra, de 1235 ou 1245.

Toda a área dessa freguesia, de natureza reguenga, constituía, por outro lado, e desde os tempos da dinastia afonsina, um dos minúsculos concelhos, que enxameavam então pelo centro e norte de Portugal, como já tivemos ocasião de notar tratando de *Anadia*. Não lhe conhecemos, porém, qualquer foral anterior ao concedido pela reforma geral de D. Manuel em 6-IV-1514 e cujo original está no respectivo arquivo municipal. Segundo esse foral e como consta do censo da população do país de 1527, os lugares de que se compunha então o concelho eram apenas, além da *vila*, as póvoas do *Cercal* e do *Montouro*, as aldeias de *Repelão*, *Amoreira*, *Peidela* (mais tarde, pelo malsoante do nome, chamada *Vila Verde*), *Montelongo*, *Porto Chão*, *Bairro do Mogo*, *Lavandeira* e o moinho da *Abrunheira*. Tinha então ao todo 75 fogos!

*

Nenhum outro centro municipal existia no resto do território, que é hoje do concelho, ou o foi durante o séc. XIX — território que, tanto no ponto de vista administrativo como judicial, arremedava, antes da grande reorganização liberal, uma verdadeira manta de farrapos.

Na verdade — veja-se! — desde os tempos da Idade Média até fins de 1836, a freg. do *Troviscal* era toda do conc. de Recardães, a de *Fermentelos* do conc. de Ois da Ribeira, a de *Oiã* do conc. de Aveiro (menos os lugares de *Malhapão* e *Águas Boas*, que pertenciam ao conc. de Esgueira), e a de *Nariz* e parte da da *Palhaça* (ao nascente da estrada, compreendendo *Vila Nova*) eram do mesmo conc. de Esgueira, ao passo que a outra parte (a poente da estrada, com *Albergue*) era de Aveiro.

A freg. da *Mamarrosa* batia o «record» da fragmentação, porque pertencia a quatro concelhos: o de *Soza* (lugar de *Malhapãozinho*, parte do de *Mamarrosa* onde ficava a igreja e parte dos de *Bustos*, *Caneira* e *Barreira*); o de *Aveiro* (*Azurveira* e parte do *Sobreiro*); o de *Cantanhede* (o resto do lugar de *Mamarrosa* e da *Caneira*); e o de *Sorães*, couro da Ordem de Malta, dependente da comenda de Ansemil, sito na freg. do Covão do Lobo (parte de *Bustos* e *Sobreiro* e quase todo o lugar da *Barreira*).

*

Depois do decreto de 6-XI-1836, tudo isso mudou. Na grande remodelação divisional do país, aí riscada com traço forte pelo

legislador, as freguesias inteiras de *Oiã* e *Oliveira* ficaram a formar o novo concelho de *Oliveira do Bairro* (a do *Troviscal* foi metida no de *S. Lourenço do Bairro*, a de *Mamarrosa* no de *Mira*, as de *Fermentelos* e *Nariz* no de *Eixo* e a da *Palhaça* no de *Soza*). Nesse estado continuaram as coisas até fins de 1853. Por dec. de 31 de Dezembro deste ano, que fez outro largo desbaste nos pequenos concelhos escapados à degola de 1836, foi o de *Oliveira do Bairro* não só mantido, mas até aumentado com aquelas freguesias de *Mamarrosa*, *Troviscal*, *Fermentelos*, *Nariz* e *Palhaça*. Atingiu assim o seu apogeu de grandeza, — apogeu que teve, porém, uma duração efémera (19 anos), pois um dec. de 4-XII-1872, iniciando o período das povoações, lhe arrebatou de novo as duas últimas freguesias—*Nariz* e *Palhaça*, em benefício de *Aveiro*.

Já em 10-XII-1867, pela reforma administrativa de Carvalho Mártens, estivera lavrada pior sentença — a extinção pura e simples. Não vingou tal medida porque o governo caiu perante a revolução popular da *Janeirinha*. Mas a ideia exterminadora não morrera e o dec. de 2-XI-1895 eliminou de um golpe o indefeso município, transferindo parte das suas freguesias para o de *Anadia* (*Oliveira*, *Troviscal* e *Mamarrosa*) e outra parte para o de *Águeda* (*Oiã* e *Fermentelos*). Mas o dec. de 13-I-1898 restaurou-o com toda a razão; sòmente, sem justa razão, amputou-lhe a freg. de *Fermentelos*, de que *Águeda* não quis desfazer-se, embora lhe fosse devolvida, como prémio de consolação, a freg. da *Palhaça*, que lhe haviam tirado para *Aveiro*, em 1872. Assim, na sua actual organização territorial, resultante daquella decreto de 1898, o concelho de *Oliveira do Bairro* é composto das freguesias de *Oliveira*, *Troviscal*, *Mamarrosa*, *Palhaça* e *Oiã* — devendo nomear-se agora a recente freg. de *Bustos* (Março de 1920) que em nada lhe modificou a área, porque foi criada à custa da de *Mamarrosa*.

Mas, para quem, como nós, está de fora, conhece a região e vê as coisas serenamente, parece evidente que tal organização não está completa, não será por isso definitiva — e que há aqui uma justíssima reparação a fazer, a qual será *integrar no concelho de Oliveira as suas antigas freguesias de Nariz e Fermentelos*.

O CONCELHO DA MEALHADA

Das três vilas actuais da Bairrada é a *Mealhada* a menos favorecida com pergaminhos do passado. Como sede municipal não é anterior a 1836; como povoação tem só em 1328 a mais antiga menção que lhe conheço. Uma sentença deste ano, no arquivo da Câmara de Coimbra, declara que «os moradores da Mealhada» tinham o encargo de receber dos de Avelãs do Caminho os presos e dinheiros que estes até ali conduzissem e de os custodiar, por sua vez, até Coimbra (Vid. AIRES DE CAMPOS, *Índice Cronológico*, págs. 4-5). Formado à beira da antiquíssima

estrada real, devia ser então um povoado muito humilde. Porque o Barão de Rosmithal, viajante alemão que aí passou em 1466, refere-se-lhe na sua relação de viagem sob o nome estropiado *Anneladum* (!), a 4 milhas de Águeda e 3 de Coimbra, chamando-lhe «pequena aldeia de quatro casebres, situada entre montes».

*

Desde a época afonsina até os fins do regime absoluto, o território do actual concelho da Mealhada estava administrativamente assim distribuído: as freguesias de *Vacariça* e *Luso* formavam o concelho (couto) da *Vacariça* — com exclusão do lugar de *Travaço*, que era juradia ⁽¹⁾ do concelho de Coimbra; a freguesia inteira de *Casal Comba* constituía outro concelho e couto deste nome; a freguesia da *Pampilhosa do Botão*, composta pelas juradias de Pampilhosa e Canedo, era do concelho de Coimbra e a de *Barcouço* fazia parte do de Ançã; quanto à freguesia de *Ventosa do Bairro*, os lugares de Arinhos e Barregão formavam uma vintena ⁽¹⁾ (vulgo *ouvidoria*) do concelho de Aveiro, e o resto, repartido pelas juradias de *Ventosa* e *Antes*, era do de Coimbra.

*

Pelo decreto de 23-vi-1833, era o país dividido em províncias e comarcas, e estas em concelhos de território conjunto, compostos de freguesias inteiras.

Na *província do Douro* (que esse decreto inventou) aparecem: — a *comarca de Aveiro*, tendo incluído um concelho de *Ventosa do Bairro* também então criado (ao menos, no papel) e que abrangia toda a paróquia do mesmo nome; e a *comarca de Coimbra*, em que entravam os concelhos preexistentes de *Vacariça* (com o dito lugar de *Travaço* já englobado), *Casal Comba*, *V. N. de Monçarros*, *Ançã*, *Coimbra*, etc. O de *Aguim* ficou esquecido...

Depois do triunfo liberal essa distribuição levou, porém, uma grande volta. O decreto de 18-vii-1835 e mapas anexos, estabelecendo a divisão administrativa provisória, criaram uma entidade nova — o distrito. No *distrito de Aveiro* (da *província da Beira Alta*!) ficaram enquadrados aqueles concelhos de *Vacariça*, *Casal Comba*, *V. N. de Monçarros* e *Aguim*; e no *distrito de Coimbra*

⁽¹⁾ Nas aldeias excêntricas dos antigos concelhos de Coimbra e Aveiro, havia uma espécie de juizes menores, delegados ou auxiliares juramentados dos juizes municipais, que tinham a seu cargo prender e segurar criminosos, resolver questões de valor até vinte vinténs, etc. Chamavam-se *jurados*, *juizes pedâneos* ou de *vintena* e popularmente *ouvidores*; e a área da sua jurisdição dizia-se *juradia*, *vintena* e até *ouvidoria* e *concelho* na linguagem do vulgo.

ficaram, além doutros, o concelho nado-morto de *Ventosa*, o de Ançã (a que pertencia *Barcouço*) e o de Coimbra com o que pertencia a *Pampilhosa*.

Tem-se a impressão de que estas distribuições territoriais eram feitas em gabinete e com grande desconhecimento das realidades topográficas.

*

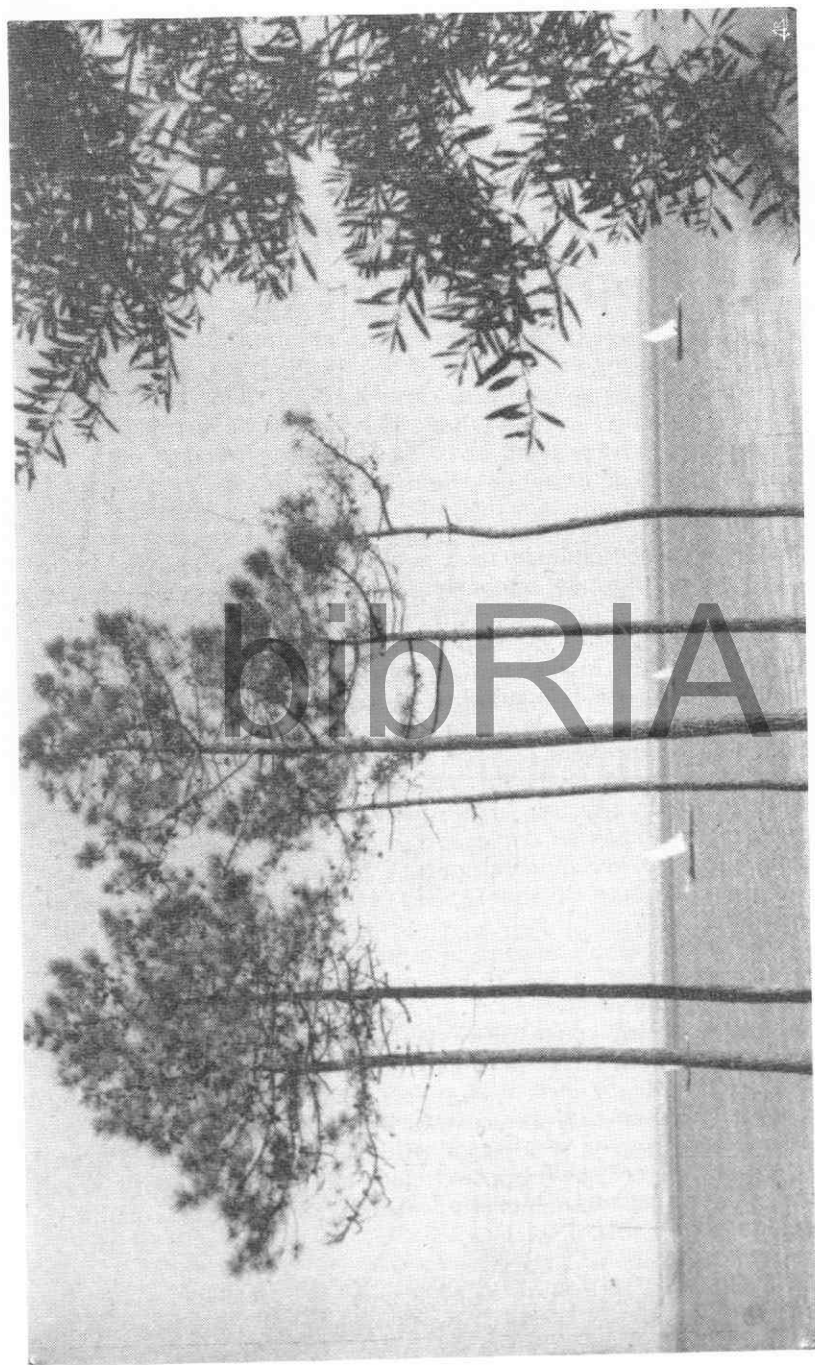
Foi o decreto de 6-xi-1836, que verdadeiramente começou a pôr as coisas em ordem, pois, fazendo tábua rasa dos concelhos do velho regime, organizou com os elementos deles, na área que nos interessa, dois novos municípios: a) o da *Vacariça*, ligado ao distrito de Aveiro, com a freg. desse nome (menos a povoação de *Mealhada*) e as freguesias inteiras de *Luso* e *V. N. de Monçarros*; b) o da *Mealhada* (com esta povoação e as freguesias inteiras de *Casal Comba*, *Ventosa* e *Tamengos*) ligado ao distrito de Coimbra.

Uma nova e importante alteração trouxe pouco depois o dec. de 4-vii-1837, que no seu art. 1.º, § 6.º, extinguiu aquele concelho da *Vacariça* (*sic!*) passando a sua freguesia de *V. N. de Monçarros* ao de Anadia e anexando as duas restantes ao da *Mealhada*, ficando este, portanto, à data, com cinco freguesias.

Finalmente, na grande remodelação administrativa feita pelo decreto de 31-xii-1835, dessas cinco foi-lhe tirada e passada ao concelho de Anadia a freguesia de *Tamengos* — e em compensação foram-lhe anexadas a freguesia de *Pampilhosa* (que era do concelho de Coimbra) e a de *Barcouço* (que era do de Ançã então extinto). Assim constituído foi incluído no distrito de Aveiro.

Assim ficou fixado até hoje o território deste organismo municipal da *Mealhada*, com as freguesias de *Vacariça*, *Luso*, *Pampilhosa*, *Barcouço*, *Casal Comba* e *Ventosa* — já que o derreto-Herodes de 10-xii-1867, que o degolava, não chegou a ter execução.

JOAQUIM DA SILVEIRA



Aveiro — Margens da Ria na praia de S. Jacinto

AROUCA NA IDADE MÉDIA PRÉ-NACIONAL

(Continuado de pág. 242)

4. S. Miguel:

O culto de S. Miguel, que é o paroquial de Urrô, apenas nos apresenta esta circunstância para o supor remoto no vale do Arda superior (visto que não temos notícia documental dele anterior à Nacionalidade, o que não significa inexistência); mas assume valor bastante quando ligada ao facto de que, «depuis le VII^e siècle, l'archange saint Michel fait son entrée dans le culte populaire et devient patron de bon nombre de sanctuaires, principalement placés sur les hauteurs», de modo que «le culte de saint Michel se répand en Occident vers le VIII^e siècle» (1). Este tempo é o da primeira restauração cristã do noroeste português, sob Afonso I, isto é, da primeira presúria, como temos visto. Alturas não faltavam aqui, para nelas se erguer o templo arcangélico: na actual freguesia de Urrô fica precisamente a povoação de Tâmarã, que deu ou tirou o nome do monte: «*in Arauca inter monte Fuste et Tamara*» (2).

O culto micaelano reveste-se aqui de tais circunstâncias que quase nos atrevemos a não tê-las por simples coincidências, pelo número e pelo que são.

Já na primeira parte deste trabalho vimos que a área da actual freguesia de Urrô ao norte do Arda se denominou *villa Frantia*, «villa» de França, e que este nome não deve significar senão a vinda de colonos franco-franceses para repovoamento, no início da Reconquista, tempo de Afonso I (o mesmo de Carlos Magno, que misteriosas notícias relacionam estreitamente com o noroeste peninsular, nomeadamente o português). Portanto, meados do século VIII.

(1) PIERRE DAVID, in *Rev. Port. de Hist.* II pp. 229 e 234.
(2) *DMP Doc. Rég.* I n. 97.

Ora, nos princípios do mesmo século (708), havia-se dado uma das mais importantes aparições do arcanjo S. Miguel — naquele ilhote rochoso da costa normanda chamado hoje por isso *le mont Saint Michel*, cujo santuário arcangélico e cujo mosteiro, de tal facto originados, se tornaram um dos maiores focos de devoção da antiga França e centro irradiador do culto micalano. Não pouco se lhe deve o facto de este se ter tornado sobretudo forte e espalhado naquele mesmo século, aqui o que mais nos interessa.

Ora uma «villa» França, de Francos povoadores, fundada ou ocupada no século VIII por eles, com uma igreja dedicada a S. Miguel no tempo em que a devoção arcangélica mais se radicava e se impunha aos crentes (pela aparição referida, poucos decénios antes), pode muito bem explicar o princípio e razão deste culto nela. Duvidar disto seria caso para se não dar crédito a uma circunstância perfeitamente análoga, mas com menos força, até porque o facto originário havia-se dado muitos séculos antes: a aparição de S. Miguel no monte Gárgano, na Apúlia da península itálica. E essa circunstância é que uma das velhas paróquias de entre Douro e Lima, S. Miguel de Paredes, chamou-se, desde o século XII, S. Miguel da Apúlia, em razão de ter-se passado a festejar nela o titular pela celebração da sua aparição no monte Gárgano ⁽¹⁾.

No caso de Urrô, há factores ainda mais fortes: os fundadores, ou reorganizadores, da «villa» eram, certamente, Francos; a impressão do Arcanjo era forte nos espíritos, por ser recente a sua aparição, e eles mesmos devem ter erguido o templo na sua «villa», tanto mais que o culto micalano só nesse tempo começou a impor-se. Nada disto se encontra no caso aliás indubitável da Apúlia: a igreja era já muito antiga, e a devoção ao seu titular-igualmente, portanto, — além de os habitantes não serem da Apúlia, como o não eram os remotos fundadores da localidade e sua igreja.

Apontamos as coincidências e nada mais nos cumpre.

5. S. João Baptista:

Em 1171, D. Afonso Henriques deu carta de couto ao abade D. Domingos para a sua heremita de S. João Baptista de riba de Arda: «*facio cautum de haeremita Sancti Johannis Baptistae de ripa fluminis Arda in territorio de Arauca tibi Dominico abbati et omnibus successoribus tuis ibidem comorantibus*» ⁽²⁾.

A palavra «ermida» significa, neste tempo, um pequeno mos-

⁽¹⁾ Sobre a mudança da designação Paredes para Apúlia, relacionada com a festa da aparição no monte Gárgano, ver Dr. P. AVELINO COSTA, *O Bispo D. Pedro*, II, p. 9.

⁽²⁾ DMP Doc. Rég. I n. 308.

teiro ⁽¹⁾, e aqui temos outra instituição monástica no vale do Arda, para juntar a S. Pedro de Arouca e S. Salvador de Várzea, pelo menos, como vimos e ainda teremos de ver.

Apesar de o couto ser de ano já tardio, é claro que não se pode alegar com isso que o templo não existisse muito antes da Nacionalidade, e com o próprio carácter monástico.

Portanto, o pequeno mosteiro achava-se numa «villa» que vinha de remota antiguidade, bastando, para a admitirmos, olhar à origem e significação do topónimo. Nada menos singular que ter sido a «ecclesia» pré-nacional dessa «villa».

Os limites do couto deverão considerar-se os de tal «villa» (que se lembra no topónimo Sela) e da «villa» Sá (de que Sela é o diminutivo). Não desconvém, pois, conhecê-los, principiando por se reparar que se estendiam por uma e outra banda do Arda, áreas nas actuais freguesias de Tropeço e Chave: «*divitur cum illa villa de Fontano Longo* (ao norte da Sela, há a povoação de Fontão, topónimo que se deve a um ribeiro que morre, a ocidente, no Arda, rio que agora segue para norte, pelo que deviam incluir-se no couto os actuais lugares de Penaceira e Vergadela) *sicut etiam determinatur cum villa de Curugeira sicut dividitur cum villa Falparda* (certamente «villulas» ou pequenas «villas in villa» Oliveira, que conheceremos ao tratarmos da paróquia de Santa Marinha de Tropeço) *sicut determinatur cum illa villa de Zendo* (povoação ainda ao norte do Arda, freguesia de Roças, pelo que os limites ao nordeste deviam ser os que ainda tem a freguesia de Tropeço com as de Roças e Várzea) *et cum illa villa ubi moratur Pellagius Trutesindi* (já ao sul do Arda, visto que Zendo fica na margem norte) *et sicut dividitur cum illa villa de Congusto* (lugar, que já conhecemos, na freguesia de Roças, entre o Arda e Saril) *et cum illa villa de Zari* (Saril, que também já conhecemos, mostrando-se que ao sudeste o couto tinha as divisões actuais das freguesias de Chave e Roças) *et cum illa villa de Chavi* (a sede paroquial de Chave, pelo que os limites ao sul incluiriam as povoações actuais de Regada e Soutelo, nesta freguesia) *et cum villa de Manzores* (ou seja, a divisão que ainda hoje têm até ao Arda as freguesias de Chave e Mançores) *discurrente rivulo Aarda*». Este, tendo deixado a direcção nascente-poente, com que corta o Vale de Arouca, encurva aqui para o norte, pelo que limitava o couto na parte ocidental.

O pequeno mosteiro veio a pertencer cedo, por doação, ao mosteiro de Paço de Sousa. Ainda hoje, o hagiotopónimo São João (Tropeço) lembra esta «ermida», no século XVIII representada por uma simples capela da mesma invocação ⁽²⁾. Da antiguidade da

⁽¹⁾ Ver o nosso estudo *Ainda Ponte de Lima Altomedieval*, pp. 216-220 e 250.

⁽²⁾ Tropeço «tem capelas de S. João, S. Vicente e Santa Bárbara»: D. JOAQUIM DE AZEVEDO: *Hist. Eccl. de Lam.* p. 140. A de S. Vicente

fundação do templo, já algo presumimos pelos nomes das «villas», mas concorda o caso de a devoção ao Precursor ser já espalhada antes do século VIII: «O seu culto é muito antigo, como o testemunham documentos anteriores à invasão árabe e o facto de ser frequentemente escolhido para padroeiro dos baptistérios pertencentes às catedrais e às antigas igrejas matrizes — *ad basilicam Sancti Johannis in qua baptisterium est*»⁽¹⁾. De facto, diz outro medievista que «les églises baptismales sont sous le titre de saint Jean Baptiste», ou que as igrejas que o têm por patrono «sont le plus souvent d'anciennes églises baptismales»⁽²⁾, embora nada nos autorize a afirmar uma aqui: interessa-nos apenas a vetustez de presumir.

6. Sant'Iago e S. Vicente:

O culto e o templo de Sant'Iago estão documentados antes da Nacionalidade na «villa» Castro, cujo nome inicial não sabemos: em 1085, é doada ao mosteiro de Arouca «*VIIIa de Sancto Iacobo de Arauca que mihi evenit (diz o doador) de meo patre Egika et bisavio meo Elderigo presbiter quia comparavit illa hereditate tota de Sancto Iacobo in territorio Arauca*»⁽³⁾. Trata-se de uma área da «villa», mas o hagiotopónimo é que nos interessa e nem por isso significa menos, pois que se deve ao templo. O presbítero Elderigo, bisavô do doador daquele ano, deve ser o presbítero desse nome (ou Ilderico) que em 951 testemunha a entrega que do mosteiro de Arouca fazem os «domnos» fundadores ao abade Ermenegildo e que em 984 ainda vive, pois que testemunha igual-

é anterior à Nacionalidade, como veremos. Quanto à posse do eremitório de S. João pela abadia de Paço de Sousa, não sabemos a que devida. Talvez origem em afiliação da sua pequena comunidade àquela, por um dos seus abades. Já se verificava no século XIII, pois que, antes de 1286, corriam «grandes demandas sobre a igreja ou ermida de S. João da Sela de Arda e seu couto e quatro casais de Ribeira e outro de Lagoa, em Terra de Arouca», entre aquele mosteiro e o de S. Cristóvão de Lafões, vindo, naquela data, a ser sentenciado que «a dita igreja ou ermida e os ditos casais pertenciam inteiramente ao mosteiro de Paço» (sentença essa dada no próprio mosteiro de Arouca). Em 1293, realizou-se uma avença entre o bispo de Lamego e o abade de Paço de Sousa, pela qual o reitor de Tropeço receberia «os dízimos, assim dos prédios como pessoais, de três casais em *Riparia*, sítos no lugar de Sela de Arda», e seria «obrigado a administrar os sacramentos aos fregueses habitantes em Sela e *Riparia*», etc., e o mosteiro de Paço possuiria perpétuamente Sela de Arda. (Docs. referidos por Frei A. MEIRELES, *Memór. do Most. de Paço de Sousa*, pp. 376 e 377).

(1) «*Vitae Patrum Emeritensium*, cap. VIII, em *Esp. Sagr.* XIII, p. 355, e PIERRE DAVID, *Ét. Hist.*, pp. 9 e 227»: P. Dr. AVELINO COSTA, *O Bispo D. Pedro*, I p. 322.

(2) PIERRE DAVID, *Les Saints Patrons d'Églises*, in *Rev. Port. de Hist.* II pp. 229 e 234.

(3) *PMH Dipl. et Ch.* n. 649.

mente a chamada de «domna» Guntina ao domínio do mosteiro pelo mesmo abade ⁽¹⁾. Nada impede crer-se que o templo é anterior ao século x.

Em 1088 ocorre uma referência directa: «*in villa Castro sub ecclesia Sancti Iacobi*» ⁽²⁾; e, de transformação em transformação, amostra do que ia sucedendo com os outros templos, em geral, ainda no século xviii se documenta cerca daquela povoação a ermida: «a de Sant'Iago, além do rio Arnaldo («*Uém*», já se vê, em relação à vila de Arouca, ficando entre esta e a ermida aquele rio, que é o Arda), perto do Crasto, de onde vão os sacramentos às casas vizinhas» ⁽³⁾.

Em 1100, é doada ao mosteiro de Arouca uma parte: *in Arauka in ecclesia Sancti Iacobi que fuit de aviorum et parentum meorum* (outra parte ao mosteiro de S. Salvador de Várzea) ⁽⁴⁾, e esta declaração de posse por pais e avós, como aquela outra, em gente do século xi, mostra, na realidade, que a fundação pode ir ao século ix, se não antes. Foi desde então — diz-se — que muito mais se difundiu o culto do Apóstolo, em razão da descoberta da *arca marmorica* em Iria Flavia (túmulo e relíquias), de que havia de resultar a fundação de Compostela, o principal centro irradiador desta devoção, desde logo. Seria; e, além disto, naquela época, como sabemos, já se faziam por aqui presúrias (desde Afonso i).

Em razão da existência da igreja de Sant'Iago, uma parte da «villa» Castro tinha esse nome, como se vê de um daqueles documentos e ainda desta notícia de 1115: a aquisição por D. Toda Viegas e D. Mónio, seu filho, os «domnos» do mosteiro, de haveres «*in Parada et in Sancti Iacobi et Ceide et Moldes... et quarta de Villa Bona*» ⁽⁵⁾. Hoje, salvo erro, parece que nem a capela se recorda, e não há sequer sítio do nome.

O culto de Sant'Iago também existiu desde tempos remotos na área da «villa» Flavi (Chave) ou proximidades.

S. Vicente teve *ecclesia* pré-nacional na actual freguesia de Tropeço, ao norte do Arda, para as bandas de Lamas; e ainda no século xviii se documenta aí a ermida que a representava ⁽⁶⁾. Em 1101, um diploma sobre a «villa» Lamas alude ao templo, o qual possuía determinados herdamentos, certamente de doações: «*de illa petra nativa de illo agro de Ferrarios* (há naquela freguesia a povoação de Ferreiros) *ad fogio lobal de Montezello et quomodo dividit de herede (hereditate?) de Sancti Vicentii usque ferit in Felgoso* (hoje Folgoso, naquela freguesia) *et inde ad ribulo Alarda*» ⁽⁷⁾.

(1) Ib. nn. 63 e 392.

(2) Ib. n. 701.

(3) AZEVEDO, *ob. cit.*, p. 140.

(4) PMH *Dipl. et Ch.* n. 934.

(5) DMP *Doc. Part.* III n. 515.

(6) AZEVEDO, *ob. cit.*, p. p. 140.

(7) DMP *Doc. Part.* III n. 14.

Como se vê, a aura ou fervor deste culto não pode atribuir-se à impressão causada pela solene trasladação das relíquias, do cabo de S. Vicente para Lisboa, por D. Afonso Henriques, em 1173. Vinha de muito antes, e não surpreende: «O culto deste célebre diácono de Saragoça, martirizado em Valência, propagou-se rapidamente por todo o Império e por toda a Igreja, no dizer de Santo Agostinho»⁽¹⁾. Também não é possível supor este culto promovido aqui por influências bracarenses, após a cessão de parte das relíquias, pelo rei, em 1176, à Sé de Braga: já dos séculos XI para o XII a sua antiguidade no Vale de Arouca podia ser imemorial.

7. S. Pedro, S. Félix, S. Paio, S. Domingos, e outros cultos remotos:

O culto de S. Pedro é, documentadamente, dos mais antigos do Vale do Arda, e a própria toponímia o atesta: a povoação de São Pedro, vinda da «*villa Sancti Petri*»; o alto cume de Fuste chamado de São Pedro Velho; etc. Era o titular da primitiva paróquia de Arouca, que correspondia, como veremos, à visigótica com templo em Santa Maria de Moldes, cuja função paroquial se transferiu para ali (século IX-X); e foi-o sempre do mosteiro e sua igreja. Em Várzea, ainda no século XVIII se falava da ermida de «S. Pedro dito dos Fins»⁽²⁾, expressão que demonstra a ignorância do significado do hagiotopónimo São Pedro Fins (hoje reduzido a São Fins, Sanfins, certamente porque se desconhece que se trata do nome pessoal Fins, a forma portuguesa genuína de Félix), o qual é fácil de obter, e assim o temos mostrado de há muito noutras obras. Mas como, apesar da independência da dedução, não nos é permitido supô-la nossa em origem, preferimos expor o esclarecimento por palavras recentes de um Autor responsável: «Com o rito romano, veio-nos também a festa de S. Pedro *ad vincula*, a 1 de Agosto. Por coincidir com a festa de S. Félix de Gerona, este foi... substituído por S. Pedro em algumas freguesias, desde meados do século XVI. Formou-se então um vocábulo híbrido — S. Pedro Fins, para indicar o novo orago»⁽³⁾.

O culto de S. Fins (S. Félix) está, pois, provado no Vale de Arouca pelo remoto hagiotopónimo Sanfins, freguesia de Várzea. Realmente, o nome é tão antigo como a povoação, e prova que não foi o culto de S. Pedro que atraiu aqui o de S. Fins, mas este àquele, porque as duas festas se realizavam no mesmo dia. Como temos visto, a hagiotoponímia genuína, isto é, a existência de nomes de lugar que são meros nomes de santos, e para mais santos már-

(1) Cit. por Dr. P. AVELINO COSTA, *ob. cit.*, I p. 343.

(2) AZEVEDO, *ob. cit.*, p. 134.

(3) P. Dr. AVELINO COSTA, *ob. cit.*, I, p. 336. Em 1958, bastante antes, sem concurso de terceiros, dávamos esta interpretação na *Gr. Encicl. Port. e Bras.* xxxv p. 447; etc.

tires, velhíssimas devoções, tem abundante representação neste vale e dela se tira uma conclusão assaz importante para o estudo do povoamento pré-nacional nele.

O culto de S. Mamede, o famoso mártir de Capadócia que mui querido foi dos crentes do noroeste hispânico, tão abundantes os seus templos, está representado no vale do Arda na freguesia de Santa Eulália, num lugar desse nome, São Mamede. A ermida que representava a *ecclesia* pré-nacional (para se julgar que o era, basta atender a que este mártir declinou no fervor cultural desde o século XII, pelo que os seus templos devem reputar-se anteriores) ainda é referida em pleno século XVIII ⁽¹⁾.

S. Paio, em Várzea, é culto que deve remontar ao século X ou XI, por motivos análogos aos expostos e porque se trata do veneradíssimo jovem mártir em Córdova. «Dado como refém para a libertação de seu tio Hermógio, bispo de Tui, Paio foi martirizado em Córdova, em 925, contando apenas quinze anos de idade. A fama dos tormentos que suportou para defender a fé e a virtude difundiu rapidamente o seu culto e fez dele o mais popular de todos os santos peninsulares, sobretudo depois da trasladação do seu corpo para Tui e Leão, em 967, e posteriormente para Oviedo» ⁽²⁾. Um notável medievista de tal modo encarou essa popularidade devocional, que, por meio de S. Paio, pretendeu mostrar o alto valor de uma ciência auxiliar da história, a hagiotoponímia ⁽³⁾. Esta tem-no, realmente; mas a exclusão do mártir de Constança do mesmo nome, pelas razões que aquele Autor apre-

⁽¹⁾ AZEVEDO, *ob. cit.*, p. 134.

⁽²⁾ P. Dr. AVELINO COSTA, *ob. cit.*, I p. 337.

⁽³⁾ Esta designação, «l'hagiotoponymie» aparece em PIERRE DAVID, (*Rev. Port. de Hist.* II p. 243), como «la science des patronages d'église ou de localités»; mas é defeituosa, porque hagiotoponímia não pode ser isso. O nome de patrono de uma igreja ou de uma localidade não é um topónimo, só pelo facto. Aquilo é antes *hagionímia patronal*, um aspecto da hagiologia, sem relação directa alguma, forçosa, com a toponímia, que é a ciência dos nomes de lugar. O *hagiónimo* (nome do titular da igreja ou patrono da localidade) é hagiotopónimo se for ao mesmo tempo topónimo (nome dessa localidade). Assim, em Arouca, *Santa Eulália, São Mamede, Sanfins*, etc., casos *lout court*, que já vimos: são nomes do patrono da freguesia ou titular do templo e, ao mesmo tempo, nomes da freguesia ou povoação. Também são de hagiotopónimos os casos em que, por qualquer motivo, o nome do santo anda ligado ao do lugar, formando com ele um topónimo (São João de Tarouca, São Pedro do Sul, São Martinho de Mouros, etc.), mas estes casos não os temos hoje em Arouca (a não ser São Salvador do Burgo, que, porém, até já se diz oficialmente apenas Burgo). Já fizemos este reparo na *Gr. Encicl. Port. e Bras.* XXXII pp. 80-81, em 1956. Três anos mais tarde, a obra de um discípulo daquele Autor manifesta este último nosso ponto de vista: Dr. P. AVELINO COSTA, *O Bispo D. Pedro*, I pp. 302 e 348-350, não seguindo o do seu Mestre (assim lhe chama, *Ib.*, p. 6); mas não acusa a nossa precedência, o que sucede noutros casos (ver o nosso estudo *Ainda Ponte de Lima Altomedieval* p. 139) e com outros autores (nosso opúsculo *Vinte Opiniões Ilustres* pp. 8-30), embora tal precedência fosse conhecida, ao que tudo indica.

senta, não convence. Por esses tais motivos, os mais antigos documentos laurbanenses que nos restam, porque neles se alude a S. Paio antes do martírio deste em Córdoba, foram dados como falsos, interpolados ou mal datados ⁽¹⁾. Isto, porém, não quer dizer que não se trate, no Vale de Arouca, do jovem mártir hispânico.

S. Lourenço, «o mártir romano que mais culto teve entre nós» ⁽²⁾, possuiu-o em Urrô. Não nos surge prova documental; mas, se não tivéssemos notícia de S. Vicente em Tropeço do século XI para o XII, quem se atreveria a pensar em tanta antiguidade?

Santo André pode merecer considerações semelhantes: «Talvez por ser irmão de S. Pedro, foi um dos apóstolos que teve (aliás «tiveram») mais antigo culto na Península» ⁽³⁾. Se a razão valer, justifica-se para o Vale do Arda, onde o culto de S. Pedro foi bastante intenso e é dos mais remotos. A sua *ecclesia* existia na actual freguesia do Burgo.

S. Domingos possuiu culto na freguesia de Arouca actual. Não sabemos se na sua ermida, subsistente, se venera o de Gusmão; temos, porém, a certeza de que, se este não é o legítimo titular (como pode não ser), o mártir daquele nome é que não se lembra já. No entanto, nada pode negar que, inicialmente, a *ecclesia* não fosse dedicada ao mártir em Córdoba de 982, apriornado dois anos antes, na tomada de Simancas pelos Mouros: «*martyris Sarraceni qui in baptismo Dominicus vocitatus ... in memoria ipsius supradicti martyris Domínici*» ⁽⁴⁾. Foi um culto favorito de altos castrejos, e pelo menos três castros com ele conhecemos nós: sobre Provezende (Sabrosa), Vila Boa de Quires (Marco de Canavezes) e Fontelo (Armamar), aqui ainda uma ermida românica, com restauração gótica, e alusões documentais à sua dedicação a S. Domingos em 1163 e 1182, muito antes de nascido o de Gusmão ⁽⁵⁾. Trata-se do mártir que os Espanhóis chamam San Domingo Sarracino; e o seu culto, embora sem repercussão documental (em invocações, etc.), deve ter-se espalhado desde os fins do século X, não só pelas circunstâncias da sua morte no catifeiro, quando já a caminho de Córdoba seguiam os resgataantes, mas ainda pelo sentimento de Vermudo II pelo facto. Um caso um pouco parecido com o do jovem S. Paio.

Sobre cultos como os de S. Sebastião e Santa Luzia, na actual

(1) PIERRE DAVID, in *Rev. Port. de Hist.* II p. 245 e pp. 247-248. Sem podermos dar aqui suficiente atenção ao caso, apenas uma pergunta faremos, perante o facto de esses documentos, seja qual for a sua origem ou procedência, serem antiqüíssimos: seria possível que um interpolador ou um falsário, tão vizinho do tempo da vida e morte de S. Paio, introduzisse o nome deste em documentos pretendidos para época anterior, para mais no mosteiro de que S. Paio era um dos titulares principais?

(2) P. Dr. AVELINO COSTA, *ob. cit.*, p. 324.

(3) *Aut. e ob. cit.*, p. 312.

(4) *Doc. in Esp. Sagr.* XIV Ap. 10.

(5) Ver o nosso estudo *As Orig. nas Igr. da Dioc. Lamec.* pp. 49-55.

freguesia de Arouca, nada podemos dizer. Sem se tratar do Vale de Arouca, esta virgem mártir de Siracusa, que não nos aparece entre as invocações documentais, apenas começa a ter notícias de titular de templos na passagem do século XII para o XIII ⁽¹⁾. O povo, em razão do nome ⁽²⁾, tomou-a como advogada da vista. No entanto, existindo a sua ermida num monte perto da vila de Arouca, ao norte, e que se chamou «monte Paraíso» desde muito antes da Nacionalidade ⁽³⁾, não nos repugna crer que o motivo religioso do nome se deva a um templo. O que já não asseveramos é que tivesse sido logo de Santa Luzia, mas não seria impossível. Quanto a S. Sebastião, ele é muito invocado nos documentos pré-nacionais, mas quase falta como titular de templos ⁽⁴⁾. No entanto, a igreja que precedeu a catedral de Lamego no sítio presente, era-lhe dedicada já nesses tempos ⁽⁵⁾, e não devemos esquecer que o Vale de Arouca entrava na diocese lamecense.

*

Verificámos a grande divisão da gleba do vale do Arda superior em «villas» agrárias e a em geral não menor divisão dessas «villas» noutras, por sua vez ainda muito subdivididas. Observámos a existência paralela e correspondente de notáveis possesores, tanto gente do povo como gente de algo («gentes» de vária plana social, nobre ou não, já para não contar a *gens* servil), primeira amostra da forte proliferação de «domnos» ou «*filii benenatorum*», neste tracto como raramente em outro (que não conhecemos talvez apenas pela falta de documentação). Finalmente, temos perante nós os casos bastantes da expressão dos seus sentimentos religiosos em cultos e templos que, muitas vezes, eram «próprios» desses «*filii benenatorum hominum de Arauca*» ⁽⁶⁾, mas de que todas as classes sociais indistintamente se serviam. Alguns deles vieram a ser muito cedo templos de paróquias, como passamos a ver.

⁽¹⁾ «De Sancta Lucia» (S. Paio de Guimarães), século XII: P. Dr. AVELINO COSTA, *O Bispo D. Pedro II* p. 243. «Sancta Luzia de Pina(n)zos» (Pinhanços, Seia): doc. in *Milen. de Aveiro* I p. 48.

⁽²⁾ Dr. AVELINO COSTA, *ob. cit.*, I p. 326.

⁽³⁾ DMP Doc. Rég. I n. 197.

⁽⁴⁾ «*villar Sanctum Sebastianum*» 955: doc. in *Hist. de Sant.* II p. 158.

⁽⁵⁾ Ver o nosso estudo *As Orig. nas Igr.* pp. 11-14.

⁽⁶⁾ PMH Dipl. et Ch. n. 765 (de 1091). A estes «*benenati homines*», também era uso chamar-se «*faces bonas*»: «*ante multas faces bonas*» se fez em 1030 um *consilium* judicial em Lafões (PMH Dipl. et Ch. n. 268).

III

AS PRIMEIRAS PARÓQUIAS DO VALE DE AROUCA

1. A «parochia» suévica de Ara[u]oca e seus limites:

O *Parochiale* suevo, redigido depois de 572 ⁽¹⁾, segundo ilustres historiógrafos, indica-nos que a diocese de Lameco, criada entre 561 e aquele ano, por desmembramento da de Viseu ⁽²⁾, que atingia o Douro, foi formada de início por seis extensas *parochiae*. Deviam estas certamente lindar entre si, pois de outro modo se não compreenderia um trabalho destinado a organização e reforço ou consolidação da fé (finalidade expressa da assembleia de Luco, que para o efeito se reuniu), já que o contrário seria desorganização, e seria perda. Sobretudo absurdo supormos que apenas essas seis *ecclesiae* (inclusa a elevada a catedral, Lameco) existiam no vasto território do novo bispado: havia muitas outras ⁽³⁾.

Lê-se, pois, no *Parochiale*, para o que nos interessa: «*Ad Lamecum ipsum Lamecum Tuentica Arauoca Cantabrianio Omina et Camianos*» ⁽⁴⁾.

A terceira nomeada, *Arauoca*, forma que se tem por preferível à leitura *Arauo a* ⁽⁵⁾, — e o é, fonologicamente, como vimos —, vem a ser a única (além de Lameco), identificável com segurança à simples vista: Arouca. Outras indicações da correspondência já as vimos.

De que localidades de hoje aproximar os restantes casos? O problema não é propriamente para aqui, mas supomos útil recordar que, nem por descobrirmos entre eles Arouca, o único que nos interessa, é possível deixar de ter em consideração o seguinte: nos casos em que as identificações estão feitas com segurança, nota-se uma nítida correspondência das divisões eclesiásticas, chamadas *arcediagados*, às divisões civis, denominadas *terras*, circunstância que deve ter levado um Autor referido a afirmar que «a organização civil seguiu de perto a eclesiástica» ⁽⁶⁾, mas tudo nos conduzindo a supor que foi esta que seguiu aquela,

(1) Dr. P. AVELINO COSTA, n' *O Distrito de Braga* I p. 219.

(2) P. DAVID, *Études Histor.*, p. 69.

(3) São as basílicas e oratórios, templos dedicados a um santo (mártir), o que se não dava com as catedrais e as paroquiais, até ao século VI; e tais santuários eram «certamente bem mais numerosos que as igrejas paroquiais»: P. DAVID, *ob. cit.* pp. 8 e 9. Muitos deles, e isso interessa para aqui, vieram, com o tempo, a ser também igrejas paroquiais: *Ibid.* p. 8.

(4) *L. Fidei*, nn. 10 e 551, etc.

(5) Dr. P. A. COSTA, n' *O Distr. de Braga* I p. 221.

(6) Aut. cit., *O Bispo D. Pedro*, I p. 4.

pelo menos nos casos mais frequentes, — o que, de qualquer modo, quer dizer muito aproximada correspondência; e mais, como que um ajustamento territorial desses arcediagados às paróquias suévicas arroladas no *Parochiale* ⁽¹⁾.

A diocese de Lamego não parece ter chegado a possuir propriamente uma divisão em arcediagados, mas em «distritos», que, organicamente, tinham por certo funções equivalentes. Mas eram eles muito poucos e, por consequência, muito vastos: o de entre Coa e Távora, ao oriente, o da Serra, ao centro, e o do Douro, ao occidente, neste se incluindo Arouca. Mas, estando isto fora da época que nos interessa, apenas nos serviria para minimizar a correspondência civil e eclesiástica acima referida. É que, por outro lado, as circunscrições civis primitivas iam-se muitas vezes subdividindo em novas «terras», conforme as conveniências da administração, o que paralelamente se dava nas paróquias iniciais (as suévicas), pelos mesmos motivos, sobretudo os progressos das populações, com as exigências crescentes de cristianização.

Desta maneira, não se conhecendo na diocese de Lamego inicial quais as «terras» (o quadro destas dos princípios da Nacionalidade será, sem dúvida alguma, muito diverso do primitivo), não é possível saber em todos os casos a que circunscrição civil dessas corresponderia uma das primeiras e vastas paróquias, do mesmo ou diferente nome. Uma vez ou outra, porém, poderá conhecer-se a «terra» primitiva, ou o «território» que a denuncia ou antecede, através da própria vastidão desusada. É, excepcionalmente, o caso de Arouca.

Assim, basta-nos um simples raciocínio para confirmar a citação documental: ocupando Arouca o extremo da diocese e sendo este de uma vastidão bastante (para occidente do Paiva), não restaria jamais a dúvida de constituir uma. O facto completa-se com o conhecimento, que a seu tempo daremos, de que a Terra de Arouca primitiva era toda essa extensão (tais circunscrições são muito anteriores a Fernando Magno, em quem ainda hoje se quer ver o instituidor, quando ele foi apenas o reformador, ou o criador de outras dentro das que impunham divisão), isto é, do Paiva ao Arda inferior e serra Grande, e do Douro ao monte de Fuste (a área correspondente às «terras» de Arouca e Paiva dos inícios nacionais). Tudo indica, pois, a correspondência da primitiva «terra», civil, à primitiva «parochia». Arcediagado, porém, nunca; somente houve o da Sé. Mas o facto histórico é o mesmo.

A menção de Arouca, como vasta freguesia lamecense, no *Parochiale* suévico (século vi), deve considerar-se ao mesmo tempo que os limites da diocese primitiva, expressos por quatro pontos

(1) «Impressionante o facto de o número das paróquias de Braga ser igual ao dos arcediagados e terras em que esta diocese se dividia nos sécs. xi-xii»: Aut. e ob. cit., p. 132.

extremos e naturalmente opostos ⁽¹⁾ no *Provinciale visigótico* ⁽²⁾: «*Lamecum teneat de Sorta usque Petram, de Tara usque Orlosam (Artosam)*» ⁽³⁾.

Só em aparência não interessa isto às finalidades deste estudo. Seja-nos por isso permitido um breve exame a tais limites, a fim de procurarmos saber qual deles corresponde à região de Arouca. Ocupava esta um dos extremos diocesanos, e um daqueles quatro há-de, forçosamente, respeitar-lhe. O método, como logo resulta de tais circunstâncias, tem de ser de exclusões sucessivas.

Um dos dois eixos segue, necessariamente, a direcção norte-sul, mais ou menos rigorosa; e esse não é o que nos interessa. Bastará marcar-lhe os pontos para já se avançar no conhecimento de qual corresponderá a Arouca, pois restarão dois — os do eixo nascente-poente. Ora *Sorta*, sendo, como é, um ponto comum às três dioceses de Lameco, Viseu e Caliábria ⁽⁴⁾, determina-se desde já o mais aproximadamente possível: trata-se da zona da serra da Lapa, onde ainda hoje, como sempre, as dioceses de Lamego e Viseu se separam e logo a seguir ao Távora se estendia a de Caliábria. Nome que lhe corresponda (por certo de um povoado) não o conhecemos; mas nem por isso aumentará a dúvida na localização. É ele o extremo sul de um dos eixos, pelo que *Petra*, o outro, tem de procurar-se no extremo norte, junto e sobre o Douro, não longe da cidade. Precisamente aí, existe ainda o topónimo Penajóia. Tudo indica que, em início, se dizia, simplesmente, Pena (equivalente, no latim medieval, a *Petra* > *Pera* > *Pena*), mais tarde chamada *Pena Judia* (ou *Pena Judea*), por um repovoamento pré-nacional de Judeus, como sucedeu noutras partes do País ⁽⁵⁾. Sabe-se mesmo que havia aí um castro e que foi povoado.

(1) «A cada nome de diocese está junta uma delimitação sumária por quatro pontos geográficos, marcando as extremidades opostas de dois eixos que se cruzam»: P. DAVID, *Ét. Hist.*, p. 2.

(2) Crê-se que nele entrou mão do célebre bispo Paio de Oviedo (século XI-XII), pelo menos com interpolações; mas isto em nada deve influir o caso diocesano que tratamos, pela justeza dos limites com aquilo que a respeito deles se colhe historicamente.

(3) *L. Fidei* n. 9.

(4) «*Lamecum teneat de Sorta...*» «*Viseu teneat... usque Sortam*». «*Caliabrica teneat de Sorta...*» Esta última fora simples *parochia* no século VI, da diocese de Viseu; mas «*apud Gotos postea sedes fuit*» diz o *Parochiale*, num acrescento. Era no monte Calabre, sobre o Douro entre Coa e Águeda, apesar dos ainda correntes enganos sobre o caso, aos quais já em nota nos referimos, nos princípios deste estudo. Acrescentemos que P. DAVID, numa das suas frequentes ingenuidades de opinião, dava este conselho acerca da indicação documental do século XII «*Calabriam quae iacet inter Coam et Agadam*» (*Esp. Sagr.* XIV Ap. 2 p. 376): «Il faut donc en chercher le site dans la region d'Almeida»: *Étud. Histor.* p. 45. Entre Coa e Águeda, porque é que havia de ser na região de Almeida? Era entre os dois rios, mas sobre o Douro, em Aimendra: ver os nossos artigos na *Gr. Encicl. Port. e Brasil.* XXXIII pp. 549-555 (1956), e XXXVIII pp. 157-159 (1958).

(5) Ainda *Pena Iudea* em 1130 (*DMP Doc. Rég.* I n. 106). As Inquirições de 1258, escrevendo sempre *Penajuya* (tónica no *i*), trazem uma vez

O facto de *Petra*, assim, em nosso ver, identificada, não estar senão aproximadamente ao norte de *Sorta* não pode admirar, como também o não pode o não ser perfeitamente exacta, senão apenas aproximada, a perpendicularidade do outro eixo, cujos extremos eram *Tara* e *Artosa* (*Ortosa*). Um deles, *Tara*, pode muito bem ser abreviatura ou má compreensão de *Tavara*, ainda nome de um lugar na margem esquerda do rio do mesmo nome (hoje Távora). Parece muito raro, se o não é de todo, o emprego de nomes de rios no *Provinciale*. Reparar-se-á que, limitando a diocese, ao norte, totalmente no Douro, este se não menciona, e que o mesmo se dá ao sul com o Paiva, indubitavelmente o seu oposto limite. Qualquer caso que pareça indicar um rio pode ser aparente, ou corresponder a uma povoação homónima. O rio *Távora* deve ter recebido desta localidade visigótica o nome. Este, de resto, não é único no País como topónimo.

Para a região ou extremo de Arouca, resta, assim, o nome *Artosa* (*Ortosa*); e não nos surpreenderia demasiado que *Artosa* fosse, afinal, uma profunda depravação de uma das formas antigas do nome *Arouca*. Não nos lembraremos de Arda, porque os rios não eram talvez mencionados, além de que a forma antiga foi *Alarda*. A forma *Araduca*, ainda na época suévica, como vimos, podia ter mudado, na visigótica, a *Araduca* (a que se seguiria *Arauca*, *Arauoca*) ou seria ainda *Araduca* (depois *Arauca*, tetrasílabo, *Arauoca*, *Arauca*, *Arouca*, século X), que pareceria *Artosa*, ou semelhante.

Não afirmamos: pomos unicamente a hipótese, ainda reforçável com circunstâncias que nos parecem assaz expressivas. Con-vém referi-las:

— *Artosa* não é localizável pela conjunção de limites de três dioceses, como *Sorta*; não o é por via linguística e fonológica e por via geográfica, como será *Petra*; não o é ainda por sobrevivência, toponímica como *Ta(va)ra* parece. Identificados estes pontos, localiza-se ela por exclusão deles, e cai, indubitavelmente, para ocidente do Paiva, no vale do Arda.

— Mas na velha circunscrição civil e religiosa araucense, até ao Paiva e o Douro, qual o ponto que pode corresponder-lhe?

Pena Julia: *PMH Inquis.* p. 1002. Não passa de eruditismo do notário, embora já o aceitássemos como real e daí tirássemos deduções. Também já pensámos identificar *Petra* a Pêra, sobre o Paiva, mas ficava muito perto de *Sorta*, cuja localização não oferece dúvida de ser nas suas imediações, fugindo-se à oposição axial dos quatro pontos. O caso de *Pena Judea* não pode ser aqui desenvolvido, mas convirá notar, uma vez mais, que o lat. *Julia* nunca poderia evoluir para *Juia* (que, de resto, não é o caso antigo, mas *Juia*) e, sobretudo, que o epíteto adjectival *Judia* (*Judea*), ou mesmo *Julia* que fosse, mostra bem claro o seu carácter posterior ao primeiro elemento toponímico. *Petra* (Pena) era, pois, nitidamente, o único inicial, povoação de tipo castejeiro sobre o rochedos (*PMH Dipl. et Ch.* nn. 81 a 420).

Nós já apontámos o Coto do Muro, entre Várzea e Roças, sobre o Arda, como sendo com certeza o mediévico e documentado «castro Arauca», e, junto, o assento da primitiva Arouca, a originária *Araduca* «civitas». Seria este o ponto denominado *Arlosa* no *Provinciale*; e, conquanto não ocupe um extremo da sobredita circunscrição, está arredado para ele o bastante.

Ao menos não se pode contrariar esta localização da «civitas» que originou a circunscrição araucense, pois que assim a autorizam documentos e várias circunstâncias harmónicas; muito menos com a alegação de que se não encontram aí vestígios. Não sabemos se os há ou não, nem isso nos preocupa grandemente, em vista de um tal concurso de documentos, topónimos e circunstâncias. Podem existir e não estar à vista. Quantas não eram as «civitates» no território hoje português, e quantas perduram, ou, pelo menos, quantas mostram vestígios? Tão raras, que teríamos de duvidar que fossem as que se documentam, e ainda as muitas mais que a razão histórica indica.

No caso que nos ocupa, podem os restos não ter chegado até nós. Onde estão os dos muitos outros centros paroquiais similares, suévico-visigóticos como Arouca, quantas vezes de origem romana ou romanizados? De resto, temos a designação *Arauca* como «castro» no sentido de velha «civitas» (talvez acastelado antes da Nacionalidade) ⁽¹⁾, e, simultaneamente e a par, Cidadelha, no actual Coto do Muro.

A *parrochia* de *Arauca* era, assim, a última da diocese de *Lameco* ao ocidente, onde começava a de *Conimbrica*. Com este bispado partia, portanto, a *parrochia*. Mas ultrapassaria o Arda para ocidente, ou ajustar-se-ia ao seu curso depois da curva, isto é, desde que ele passa a seguir a direcção sul-norte? O problema oferece aqui bastante interesse.

Nos princípios do século XII, a parte noroeste da diocese conimbricense passou para a portugalense, e os extremos estão estabelecidos nas bulas de 1115 e 1120. Na segunda, os limites portugalenses ao sul do Douro são descritos deste modo: «a fauce

(¹) Não podemos deixar de aproximar este caso de um exemplo como é o da «civitas» que parece ter originado a Terra de Santa Cruz (de Riba Tâmega), num monte que domina as freguesias de Recesinhos (S. Martinho e S. Mamede): aqui, diz-se em 1258, «*unus mons qui vocatur Civitas fuit muratus et fuit castrum ex veteri et laborant ipsum montem in fine*» (PMH Inquis. p. 602). Eis o nome Cidade, ou Cividade, aplicado a um «castro» de épocas já então consideradas velhas; e não temos nós precisamente estes nomes «castro» e Cidadelha ou Cividade, e, ainda mais, ligados à designação *Arauca*? Também aqui, como ali, o Coto do Muro e vizinhança, onde eram o «castro» e a «cividade», podiam ter sido devastados, na sua arqueologia, por mui remotas agriculturas. Note-se que são em Roças e que este nome significa precisamente isto: arroteias em terreno inculco ou abandonado, para cultivo.

Arde per monte de Meda ad montem Nabal ubi nascitur fluvium Antusiana»⁽¹⁾ (sic), isto é, desde a foz do Arda até à nascente do rio Antuã, passando pelos montes de Meda e Nabal. Que se principia na foz do Arda, não há dúvida: incluída, pois, a actual freguesia de Pedorido na diocese de Portucale, tendo sido da de Conimbrica, e excluída, pois, da lamecense e, assim, da *parrochia* de Arauca. Que o outro ponto extremo eram as nascentes do Antuã também se não pode duvidar, porque o documento, ao informar «*mons Nabal ubi nascitur fluvium Antuniana*», não era para ministrar uma lição de corografia, isto é, ficar a saber-se que aí nascia esse rio.

O trajecto dos limites entre a foz do Arda e a nascente do Antuã já não pode pois oferecer grandes dúvidas sobre a sua orientação dominante, nordeste-sudoeste, afastando-se, assim, da *parrochia* ou Vale de Arouca. Mas é possível determinar tal trajecto, embora os topónimos não sejam hoje sempre os mesmos. Assim: o monte de Meda, ponto a seguir à foz do Arda, é o do Sobreiro, limite sul da actual freguesia da Lomba e abaixo do qual, dentro desta, existe a povoação de Monte de Meda. Pela conservação do nome na povoação da encosta e pela desapareição dele no cume, demonstra-se que estes orónimos se encontram hoje substituídos; e conclui-se que os limites seguiam o curso do Arda final durante certa extensão e abandonavam-no a leste deste monte para subirem a ele. Igualmente, porque aí nasce o Antuã, é o monte Nabal aquele que hoje se chama monte Alto, sobre Romariz (Feira), arqueológica e historicamente importante por ter existido aí o notável castro *Portela*, que chegou a designar um território: «*territorio castro Portela*»⁽²⁾. Desde esse local, os limites seguiam o Antuã: «*per ipsum fluvium sicut descendit in mare oceanum*».

A bula de 1115 diz o mesmo, apesar de uma aparente diferença de referências: «*ad piscariam fratrum per montem Magnum ad Antuanum flumen et per ipsum fluvium sicut descendit ad mare oceanum*»⁽³⁾. A pesqueira dos frades (de Paço de Sousa e de Pendorada) era, por certo, na foz do Arda, — uma varga, como a chamada «*varga de Pedourido*», do rei (e daí distinguir-se a dos

(1) Doc. in *Censual do Cab. do Porto*, p. 4.

(2) «*iacentia in territorio castro Portela et civitas Sancta Maria... discurrente ribulo Ignea*»: PMH Dipl. et Ch. n. 870; «*villa Manzores que iacet inter Portella et Arauca*»: Ib. n. 689; «*discurrente rivulo Umia territoriet civitas Portele*»: DMP Doc. Part. III n. 410; «*villa que vocitant Manzores... subtus mons Portela discurrente ribulo Alarda*»: Ib. n. 470. Mançores não se situava na Terra de Arouca, nem no território.

(3) Doc. no citado *Censual*, p. 2. Não é possível identificar o «*mons Magnum*» ao cume chamado hoje Serra Grande, ao sul de Mançores e não muito afastado de Chave (Arouca). Igualmente, o monte Nabal nada tem com a povoação dos Nabais, abaixo dele, ao sul.

frades) ⁽¹⁾; e o monte Grande, certamente, o conjunto das alturas desde a foz do Arda ao monte Alto (Sobreiro, Pessegueiro, etc.).

Com o tempo, os limites foram-se alterando num ou noutro ponto, e daí resultou que a freguesia de Pedorido já fosse da diocese de Lamego no século XIII. Do que nos não parece ficar dúvida, depois do exposto, é que a *parrochia* de *Arauca*, ou aquela que ocupava o extremo ocidental da diocese de Lamego, confinava com a diocese de *Conimbrica*, ao ocidente, pelo curso do Arda (quando passou parte da conimbricense para a portugalense, os limites da zona perdida já não eram os da diocese com a de *Lamego*) ⁽²⁾ e, ao sul, pelo monte de Fuste — ou seja, muito aproximadamente as posteriores Terras de Paiva e Arouca.

Aqueles a quem possa desagradar que outros se ocupem de problemas ou penetrem em domínios que se entenda não pertencerem a trabalhadores obscuros e desinteressados, entenderão porventura que estas deduções não são objectivas. A nós, porém, parece-nos mais valioso o subjectivismo que o silêncio ou a inactividade; e será de considerar subjectivo um trabalho desta espécie, repousando sobre matéria tão deturpada e por isso aleatória? Pomos simplesmente a nossa opinião, sem pretensões a doutrina definitiva, que, de resto, a História não consente, e sobretudo sem deixar de conceder a máxima consideração a trabalhos desta natureza e muito menos pretender substituí-los por um supostamente melhor. Todo o contributo de quem pode e sabe dá-lo parece-nos precioso.

2. As duas primeiras «*parochiae*» do vale (época visigótica):

Seis *parrochiae* na diocese lamecense, na segunda metade do século VI, uma delas *Arauca*, não significam apenas seis templos. Seria absurdo supô-lo: como admitir uma diocese criada apenas com cinco templos, afora a catedral? Cinco paróquias, no sentido de vastas cristandades sujeitas a esta, compreende-se e eis o que são elas — e eis o que era a de *Arauca*, onde outrora templos não faltariam já nessa época. O que devemos entender por *ecclesiae parrochiales* no século VI é em cada caso a *ecclesia mater* (sem ser forçosamente a catedral), expressão de onde provém a designação ainda actual «igreja matriz», certamente cada uma com sua *ecclesia baptismal* ou seu baptistério, onde eram filiados os neófitos, e a cemiterial.

⁽¹⁾ *PMH Inquis.* p. 970.

⁽²⁾ Depois da passagem do território ao poente do «mons Magnum» e do Antuã para a diocese do Porto, a de Lamego continuou a limitar com a de Coimbra, excepto em Pedorido, onde a limitação se fazia com a do Porto, de acordo com o que expomos. Mais tarde, houve alterações.

Deveremos pôr em foco, desde já, uma circunstância expressiva, quanto ao chamado «grupo paroquial», em seu núcleo: a existência dessas três igrejas, juntas ou bastante vizinhas ⁽¹⁾.

Assim, se *Araduca* «civitas» foi sede de *parochia* inicial, a *Arauoca* do Paroquial suevo, e se ela se situava onde, por indícios claros, a marcámos, esses três templos deviam ter-se erigido aí (o Coto do Muro e antiga Cividadelha) ou imediatas vizinhanças, e seria natural permanecerem por aí ainda os indícios do facto. É o que precisamente verificamos: aquele local dominava uma «villa *Sancta Maria*» (plena freguesia actual de Roças, que ainda conserva este título patronal), assim chamada da sua *ecclesia*, que devia ter algum valor particular ou especial tradição para assim dar o nome a essa «villa», o que facilita a ideia de que se trata de representante ou prolongamento da primitiva *ecclesia mater* suévico-visigótica; muito perto, levantava-se uma ermida de S. João Baptista ⁽²⁾, que pode perpetuar a igreja baptismal ou baptistério da velha *parochia* (até porque os baptistérios tinham esse título); logo em face, de permeio o Arda, fica a igreja de S. Salvador (paroquial de Várzea), a qual pode ter tido a sua origem na cemiterial da mesma primitiva *parochia* ⁽³⁾.

Isto nos parece, sem grande ousadia, uma confirmação bastante expressiva de que era ali, de facto, *Araduca* «civitas», *Arauoca* «parochia» sueva.

É o que há de mais intuitivo o processo de formação de novas paróquias dentro das seis primitivas, e não tardaria que, pelo próprio resultado da fundação da diocese — o interesse do prelado pelo aumento imediato —, outras se constituíssem, sobretudo onde a conveniência o exigia e já a igreja se encontrava ⁽⁴⁾.

De facto, diz um ilustre historiógrafo, «outros santuários, certamente bem mais numerosos que as igrejas paroquiais», existiam, «e são designados normalmente nos documentos conciliares» por «basílicas e oratórios», os quais se construíam «sob a invocação de um santo, com relíquias», na maioria fundados pelos «proprietários das *villae*, dos *fundi*», os quais «os dotam» e os destinam à «sua própria devoção e para as necessidades religiosas dos seus camponeses e artífices» — facto geral já nos séculos IV e V. Ora succedeu que «a maior parte destes oratórios de aldeias se torna-

(1) Sobre o grupo paroquial e o grupo de edifícios no seu núcleo, ver P. DAVID, *Étud. Hist.* pp. 8-9, e ainda o mesmo na *Rev. Port. de Hist.* II p. 226.

(2) No séc. XVIII, ainda assinala J. DE AZEVEDO, *Hist. Eccles. de Lamego* p. 138, esta ermida, de fundação e existência imemoriais.

(3) Supomos que os cemitérios teriam, em geral, por titular S. Salvador. (Cf. o nosso estudo *As Paróquias Suévico-Visigóticas de Entre Minho e Lima*, a publicar brevemente).

(4) De várias, de épocas pré-nacionais e que nunca foram de paróquia, daremos adiante as provas.

ram muito mais tarde, igrejas paroquiais»; e «foi esta a origem de um grande número das nossas actuais paróquias» (1).

Neste ponto, não há hoje duas opiniões, pelo que as construções históricas não poderão afastar-se dele — sendo que, para o caso que nos ocupa, nele encontramos toda a naturalidade e conveniência aos factos.

«Como as paróquias (...) eram demasiado extensas e as igrejas baptismaes ficavam a grande distância da maioria dos fiéis, as igrejas privadas foram-se desligando das paróquias em cujo território estavam encravadas e transformaram-se em igrejas baptismaes. Como observou BIDAGOR, foi sobretudo no século VII que se deu esta transformação (...) durante o período visigótico, quer por novas fundações da Igreja, atenta às necessidades dos fiéis, quer pela transformação das basílicas em igrejas baptismaes. Este último caso já era frequente nos meados do século VII (...). A ocupação muçulmana, que se seguiu ao desastre de 711, não pôde apagar a influência que ela (a paróquia primitiva) exerceu na vida da população rural. Igrejas e basílicas, dispersas pelos campos, embora por algum tempo abandonadas e até caídas em ruína, lembravam sempre a antiga unidade religiosa. Ao redor delas se agruparam os elementos subsistentes e se formaram, após a Reconquista, os novos aglomerados populacionais (...). Estas novas freguesias podiam ser constituídas por uma só vila ou por várias, conforme o tamanho e importância destas» (2).

O número de paróquias visigóticas não poderá supor-se elevado, pois que eram poucas no período suévico, próximo da queda da respectiva monarquia (e, no entanto, bastavam três ou quatro para se criar uma diocese, de modo que nem esta precisava de muitas para manter-se nem mesmo era possível um século para uma proliferação qual a que se pretende insinuar), e a formação do maior número deve estar na Reconquista (3); mas eis naquelas palavras o que a todos parece ser a realidade dos factos e se documenta com nitidez no território araucense.

(1) P. DAVID, *Ét. Hist.*, pp. 8-10.

(2) Dr. P. AVELINO COSTA, *O Bispo D. Pedro*, I, pp. 98-99. Esta doutrina, que é, afinal, a de P. DAVID, pode sofrer justos reparos, mas parece-nos conter o suficiente de realidade para o caso que nos ocupa.

(3) São importantes os testemunhos das crónicas e documentos do ciclo de Afonso III das Astúrias: tendo dado «*nostram ordinationem*» para a presúria onde possível (doc. in L. FERREIRO, *Hist. de Sant.* II Ap. p. 46), pelo que logo «*prehendiderunt villas sub nomine regis comites vel forciores de stirpe*» (doc. Ib. II p. 137), o que se fez «*de Tudense urbe usque Eminio civitatem*» (doc. Ib. pp. 29-30), «*ejus tempore Ecclesia crescit urbes... Lamecensis* (com Arauca)... *a christianis populantur*» (Chron. Albeld. in *Esp. Sagr.* XIII pp. 454-455, Chron. de Samp. Ib. XIV p. 452); pelo que toda a diocese de Lamego, incluída, pois, Arauca, se mostrava florescente, em clero e templos, nos inícios do século X (HERCULANO, *Hist. de Port.* VI p. 42, 8.^a ed.), ou seja, as suas «*ecclesias, christianis clericis hornatas, refulgent*» (doc. in *Hist. de Sant.* II Ap. n. 37, ano de 925).

Durante a época visigótica, sobretudo depois da conversão do arianismo, o processo devia ter-se intensificado a pouco e pouco. No norte do País, aqui e além, vão aparecendo aos olhos do investigador restos de igrejas visigóticas, que testemunham este asserto, não sendo geralmente em local identificável à cabeça das velhas paróquias do século VI inscritas no *Parochiale*. Representam, pois, outros templos que existiam com os delas e se tornaram ou não paroquiais. A maior parte, porém, desapareceu sem vestígio.

Aqui, além das circunstâncias acabadas de expor, temos disso a confirmação em dois factos principais: a documentação das igrejas anteriores à Nacionalidade e a repercussão hagiotoponímica simples, também pré-nacional (e certamente pré-nacional de muitos séculos); e os claros indícios de uma divisão paroquial sobre várias dessas igrejas, na dita época.

Na vasta paróquia inicial de *Arauoca* (melhor diríamos ainda *Araduca*), a topografia, na sua vastidão para o Paiva e o Douro, era o primeiro elemento a provocar a subdivisão. A *ecclesia mater* ocupava nela uma posição demasiado extrema, a era quase impossível aos paroquianos cumprir as obrigações com ela: ou seja, assistir às festas principais e receber certos sacramentos na dita *ecclesia*, pois lhes não era permitido no seu oratório ou basilica privativa, e ainda sepultar-se, etc. (1).

A serra Seca separava e dificultava enormemente (2). Por certo por ela se fez a primeira divisão, separando-se paroquialmente todo o território para o norte. Nos vales de Arouca e Moldes continuava a *parochia* primitiva, *Arauoca*, agora reduzida, e não passaria demasiado tempo sem que nova divisão se operasse: a parte oriental (Vale de Moldes e imediações, inclusa a área da actual vila de Arouca) ficava a constituir uma paróquia por si, Santa Maria de *Molinos* (?), enquanto que Santa Maria de *Arauoca* se retraía mais para a parte ocidental do Arda, onde, cerca da actual Roças, existia a «civitas». Esta divisão deve ter-se operado na época visigótica (séc. VIII).

Além do processo natural que era a subdivisão segundo as necessidades e até conveniências de acesso ou de extensão, outros factores ocorrem de acordo com ele:

— Estas igrejas são as duas mais remotas de que há notícia

(1) P. DAVID, *ob. cit.*, p. 10.

(2) A posição excêntrica e a dificuldade de rios e montanhas não podiam deixar de oferecer-se no norte do País e em tão extensas paróquias. O factor topográfico dispensa, pois, demonstração. O factor excentricidade da sede paroquial ou da *ecclesia mater* evidencia-se nas paróquias suevas que se vão identificando. A de *Ovinia* (da diocese de Tui), por exemplo, estendia-se do Lima até ao Minho e Coura terminais, através de rios (Âncora, etc.) e altas montanhas (montes de Terruge, Arga, etc.), sendo plana apenas a estreita faixa litoral e ocupando a *ecclesia* matriz o extremo sudoeste, cerca do Lima (Areosa, hoje, subúrbios da actual cidade de Viana).

na tradição e nos documentos, nos vales de Arouca e Moldes: Santa Maria de Moldes (*Molinos?*), em fontes paleográficas, já do século IX para o X (depois, como já vimos, mudaria a Santo Estêvão); Santa Maria de *Araduca* ou *Arauoca*, por fontes toponímicas, pois que a «villa» de Santa Maria, uma das mais remotas e importantes, tinha nas imediações, quase junta, a «cidade» (Cidadelha e Castro de Arouca).

— Ambas as igrejas eram do título de Santa Maria, a de *Arauoca* porque a maior parte das *ecclesiae parochiales* o tinham (como as catedrais), depois que, no século VI avançado, deixaram de estar sem patrono ⁽¹⁾; e a de Moldes, porque como paroquial se erigira ou formalizara.

A igreja de Santa Maria de Moldes deixaria de ser paroquial no século X, inícios, em favor de S. Pedro (a da actual aldeia deste nome hagionímico, cerca da presente vila de Arouca). Não nos resta o documento do contrato feito pelos fundadores desta igreja, «domno» Leoderigo e «domna» Vândilo, com o bispo de Lamego ⁽²⁾; mas o que os antigos autores nos conservaram sobra para assim crermos. Foi o caso que, tendo o bispo regressado de além Minho, para residir na sua sé, e entrando com eles em conflito pela posse de certos haveres que reclamava, para a sua catedral, em Moldes (ainda hoje há aqui Vila Nova do Bispo) ⁽³⁾, os quais andavam em mãos daqueles senhores, e tendo estes provado serem seus próprios, resolveram os litigantes a questão deste modo: os proprietários cederiam as terras contestadas à igreja de S. Pedro, fundariam nela um mosteiro e aplicá-la-iam com todos os seus rendimentos à função paroquial ⁽⁴⁾.

Poderá figurar-se um tanto prematuro o serviço paroquial numa igreja monástica, mas não seria um facto único e, ainda menos, impossível. A singularidade, porém, que nisso houvesse podia constituir um dos motivos mais fortes da edificação, pouco

⁽¹⁾ P. DAVID, *Ét. Histor.*, p. 9.

⁽²⁾ O bispo Argemiro (fins do século IX e inícios do X) ou Hornato (primeira metade deste século). Ver a sua menção em D. JOAQUIM DE AZEVEDO, *Hist. Eccles. de Lam.*, pp. 27-28. Aí se duvida do segundo, mas ele consta de um documento de 982 respectivo ao tempo de Ramiro II (em LÓPEZ FERREIRO, *Hist. de Sant.*, II p. 182).

⁽³⁾ O determinativo *do Bispo* para esta Vila Nova (que podíamos ter mencionado quando aludimos a «villas» do mesmo tipo, «villas in villa», a outra Vila Nova, Vila Meã, Vila Chã, Vila Boa) não pode dever-se senão a este facto, pois que não se conhecem em Moldes possessões episcopais ou catedralícias, vindo a senhoriar cedo a localidade, dentro do seu couto, o mosteiro de Arouca. Era natural que o contrato entre o bispo e aqueles «domnos» houvesse dado a este o ensejo de aí ter possessões, que depois terão desaparecido, talvez por pouco ou nada fundamentadas. Mas bastou o facto para se chamar «do Bispo» a esta Vila Nova, distinguindo-se assim da outra, no Burgo actual. No entanto, não pugnamos pela certeza desta interpretação do determinativo «do Bispo».

⁽⁴⁾ Frei LEÃO DE S. TOMÁS, *Bened. Lusit.*, II pp. 139-140.

depois, do novo mosteiro a alguma distância para o poente (local da actual vila), por Ansur Gudesteiz, reservando-se o templo do primeiro apenas à função paroquial, que, mais adiante, perderia por longos séculos.

Com isto concorda o facto de Moldes não aparecer como paróquia nos inícios da Nacionalidade (já o não sendo, certamente, desde inícios do século X, até pelas «destruições» repetidas que sofreu e de que temos falado); e prolongou-se esta situação de tal modo que só mui perto dos nossos tempos se restaurou Moldes como freguesia, tendo andado sempre incluída na de Arouca.

3. Novas formações paroquiais (época da Reconquista, séculos VIII-XI):

Os nossos documentos pré-nacionais nunca se referem, pode dizer-se, a paróquias ou freguesias: a «villa» tem em absoluto a primazia ou, mais exactamente, o total domínio nas menções locais; e isso entende-se, porque, tratando-se, em geral, nesses documentos, de contratos civis ou sob a alçada da legislação civil, a freguesia, a paróquia, não tinha oportunidade de surgir mencionada. Assim, não é possível, sob pena de queda no maior absurdo, supor que a instituição religiosa não vigorava. Facto tão sem dúvidas não precisa, pois, de mais considerações. Por outro lado, a grande parte das freguesias hoje existentes aparecem instituídas logo nos inícios nacionais, sem a mínima nota de criação recente, o que, portanto, com a ajuda do exposto, leva a instituição a épocas remotas.

De acordo com o que expusemos acerca da primeira subdivisão paroquial nos vales de Arouca e Moldes, constituindo *parochia* até então única, os oratórios ou basílicas (preferentemente particulares ou «próprios») dedicados a Santa Eulália (da *villa Minianos*), a S. Salvador (*villa Eirizi*), perto desta, transformaram-se em igrejas paroquiais dentro da *parochia de Santa Maria de Moldes* (?) (mudada para a nova igreja de S. Pedro, nos fins do século IX ou inícios do seguinte); outros, ao ocidente, sofreram a mesma evolução, mas dentro da *parochia de Santa Maria de Ara(u)oca* ou Arouca: os de S. Miguel (da *villa Francia*), S. Salvador (*villa Varzena*) e Santa Marinha (*villa Olivaria*). Da paroquial matriz destas e de todas as outras, ou seja Santa Maria, actual Roças (*villa Sancta Maria*, da velha *Araducca*), diremos adiante mais em relação a S. Salvador de Várzea.

Eis porque nos inícios nacionais as paróquias do vale de Arouca e Moldes não eram mais que aquelas seis, cinco delas de mais próxima formação (séc. IX-X), não se considerando a velha sede (*Araduca*) pelo que veremos.

Surge agora a observação essencial: não há dúvida (e iremos dar os exemplos pertinentes e bastantes) de que as paróquias do

Vale de Arouca — de resto, o caso geral, — apresentam, ainda hoje, os seus limites na correspondência perfeita dos de «villas», como as que já estudámos; por outro lado, esses limites ou, melhor, essas «villas» decaem rapidamente, como entidades sobre si, nos inícios nacionais, tempo em que tais paróquias já existiam, sem a mínima notícia da sua coetânea erecção, antes tudo lhes emprestando uma opinião de antiguidade pré-nacional que nada desmente nem pode desmentir. Força era que a instituição se operasse quando as «villas» estavam em plena vigoração do seu significado (territorial agrário e demográfico), ajustando-se as paróquias ou freguesias aos limites de uma (caso que não devemos ter no Vale de Arouca) ou de várias. As lindes paroquiais passavam a ser os limites periféricos do conjunto dessas «villas» paroquialmente agregadas. Por isso, na anterior menção paroquial, fomos designando *villas* parenteticamente. Vamos tentar precisar.

Já vimos quanto importa para esta investigação a vetustez dos cultos que aqui estudámos. Servir-nos-emos agora, para tal precisão, apenas da formação por «villas», ou seja, dos seus limites.

Tenhamos em vista, por exemplo, a actual freguesia de Arouca, na parte dos limites de sempre, — a divisão com as do Burgo e Santa Eulália. Com esta, a remota delimitação pré-nacional fez-se pela da «villa» Castro com a «villa» Minianos (que continha a igreja de Santa Eulália, como Castro a de S. Sant'Iago, que, porém, não foi paroquial, em razão de o ser a de S. Pedro, na «villa» e aldeia deste nome): «*per termino de Sancta Eulalia et dividit per Barca*»⁽¹⁾. Aquele «termino» é a área ou *locus* da igreja paroquial, e a Barca o sítio que ainda hoje tem tal nome na freguesia de Santa Eulália⁽²⁾. Para a partição com a de São Salvador (hoje do Burgo), a qual se fazia pelos limites da «villa» Sancti Petri com os da «villa» Romarizi, podíamos verificar o mesmo; mas dá-se um facto que tem exemplo em muitas partes, e é que a pequena área da Pala, que pertencia à «villa» Romarizi, veio a incluir-se na paróquia de Arouca, porque estava muito perto da vila, quase a ela junta, o que em nada vai contra a limitação paroquial por lindes de «villas».

Também podemos comprovar o facto e, com ele, a remota instituição paroquial, através das limitações da freguesia de Arouca com a de Alvarenga (na zona que hoje corresponde a Canelas), a partir da «portella de Barca»: «*ad fontem de Gamorone et inde per arrugium illum de Toeraz et inde per Paviolam*», etc.⁽³⁾.

As limitações da paróquia de Santa Eulália com as de São Sal-

(¹) PMH Dipl. et Ch. n. 649.

(²) «Seria villa? Ignoramos o nome moderno» — lê-se em GAMA BARROS, *Hist. da Admin.* XI p. 274. O nome moderno é o mesmo: Barca, um sítio.

(³) DMP Doc. Rég. I nn. 124 e 197.

vador (Burgo) e Urrô, respectivamente a leste e ao poente, na zona atravessada pelo Arda, eram as que tinha a «villa» Minianos (Santa Eulália) respectivamente com as «villas» Eiriz e França (Urrô): com esta, «*per Sautello et inde... per villa Frantia...*»⁽¹⁾ *usque in aqua de Alarda*; e com aquela e, depois, Castro (Arouca): «*transit isto ribulo Alarda et vadit per via antiqua usque... dividit cum villa de Mucun*»⁽²⁾.

As confrontações da paróquia de Tropeço com as de Várzea e Roças de ambas as bandas do Arda faziam-se pelas da «villa» Saella: «*determinatur cum villa de Curugeira sicut dividitur cum villa Falparda sicut determinatur cum illa villa de Zendo... et sicut dividitur cum illa villa de Congusto*»⁽³⁾.

E outras provas podiam dar-se, nomeadamente com a «villa» Rio Moldes, cujos limites são ainda os mesmos na freguesia, pela razão de a paróquia de Arouca a ter compreendido totalmente.

Quer tudo isto significar que, apenas com alguma insignificante excepção (o caso de Pala, «casal» que era da «villa» Romariz, freguesia de S. Salvador ou Burgo, e que hoje pertence à de Arouca), nenhuma «villa» se distribuía por duas paróquias, ou seja, qualquer delas incluía-se totalmente numa freguesia. Podia uma «villa», na verdade, repartir-se por duas freguesias — e disso conhecemos casos⁽⁴⁾ —, mas a verdade é que isso, salvo engano, não o verificamos aqui, além de que não deve ser frequente⁽⁵⁾.

O rol das igrejas de 1320 mostra que no território de Arouca, além da freguesia do «mosteiro das donas» (a de Arouca, compreendendo Moldes, que não é referida), havia as seguintes: S. Miguel de Urrô, S. Salvador de Várzea, Santa Marinha de Tropeço, Santa Olaia de Arouca e S. Salvador de Arouca (estas duas, evidentemente, Santa Eulália e Burgo); mas também já existia a de Santa Maria de Roças, que se não arrolou por se tratar de igreja da Ordem do Hospital (tratava-se de lançar uma taxa de que as desta Ordem ficavam isentas e por isso se não mencionavam geralmente)⁽⁶⁾.

(1) PMH Dipl. et Ch. n. 639. De França diz G. BARROS: «Não lhe conhecemos nome moderno no concelho de Arouca» (*Hist. da Admin.* XI p. 279). Informações directas provam-nos que está esquecido.

(2) A «villa» Muçun correspondia a todo o extremo setentrional da actual freguesia de Santa Eulália, o que é nova prova do alegado.

(3) DMP Doc. Rég. I n. 308.

(4) É o caso de uma «villa» *Magustini* (Magustim), repartida entre as paróquias de S. Pedro de Tarouca e S. Silvestre de *Breteandi* (Britiande); e, perto, uma «villa» *Ferrarini* (Ferreirim), dividida pela freguesia de S. Pedro de Tarouca e pela de S. Miguel de *Berlães* (Belães, hoje extinta e unida a Britiande): T. T., *Inquir. de D. Din.*, L. 4 fl. 34 v e fl. 35 v.; etc.

(5) De momento, nem nos ocorre a memória de qualquer outro caso, além dos referidos em a nota anterior.

(6) Na *Hist. da Igr. em Port.* por FORTUNATO DE ALMEIDA, II pp. 657 e 658. Notar-se-á que as igrejas estão dispersas entre outras arbitrariamente, e Urrô até está deturpado em «o Rio» (má leitura do ant. *Orriô*).

Ainda cerca de 1530 não existiam mais que essas sete freguesias, como se vê do censual lamecense. Hoje, apenas há neste território mais duas: as de Moldes e Chave (que então era parte da de Várzea, apesar de desligada territorialmente) ⁽¹⁾.

São essas as primitivas paróquias da Terra de Arouca, aquelas em que veio a subdividir-se (e assim acontecia antes da Nacionalidade) as pelo menos visigóticas *parrochiales* de Arouca (Roças) e Santa Maria (Moldes), na época suévica uma só. Daqui se vê que, a par de uma organização administrativa bastante perfeita, como teremos ocasião de observar, e de um domínio senhorial muito arregado, manifestando-se no próprio preenchimento do quadro administrativo civil e na posse de mosteiros e igrejas, existia uma organização paroquial de base senhorial (as igrejas eram em geral «próprias», como os mosteiros) e agrária (constituição de paróquias pela reunião de «villas» que eram geralmente bastante pequenas pela subdivisão das primitivas, as «villas» *per se*, que esses tractos já não eram). Como no espaço de dois séculos (1320-1530) se não modificou o número de paróquias no Vale de Arouca, não é crível que antes se tivesse dado tal alteração, em vista da remota antiguidade de cada templo. Antes da Monarquia portuguesa, portanto, tanto mais que nenhuma dessas paróquias aparece sufragânea de outra, o que nos não permite crer que nela se incluísse primitivamente, as freguesias deviam ser já seis, ao menos, das sete referidas (não considerando apenas Roças).

Outra circunstância digna de especial reparo é que as igrejas existiam muito antes de formalizadas em paroquiais. Assim, se as paróquias são de instituição remota, muito mais antiga é a fundação do templo, o que, de resto, está de acordo com o facto de haver geralmente uma posse particular dele e com a circunstância de, muito antes que uma paróquia dele necessitasse, digamos assim, dele necessitava uma «villa» — por isso mesmo que quase sempre certo que *nulla villa sine ecclesia* (como já o era *nulla villa sine domino*). Reparemos na situação da igreja de S. Miguel de Urrô relativamente à extensão da freguesia, a de sempre: o desenvolvimento desta, de norte para sul, é de mais de seis quilómetros, em linha recta, sendo apenas um, mais ou menos, ao norte do Arda; ora é precisamente neste extremo que o templo paroquial se encontra. E sempre se encontrou, porque, a ter-se edificado, a certa altura, outro, ele não podia deixar de ser muito mais para o sul (pelas redondezas de Lourosa de Matos). Compreende-se: é que, por qualquer motivo, hoje inapreciável, quando se criou a paróquia, escolheu-se para templo a *ecclesia* da «villa» Frância (poder dos donos? pouquiza da população ao sul?).

⁽¹⁾ «capela de Chaves (*sic*) anexa a igreja de Vale de Arouca» (simples capelanía ainda); mas a igreja de Santa Eulália local era muito remota. «Santa Maria a igreja de Roças he da comenda de Sã Ioham do Sprital»: *Censual do Cab. de Lam.* fl. 18 v e 19.

O caso da freguesia de Santa Eulália é exactamente o mesmo: com um desenvolvimento territorial de norte a sul, de uns dez a onze quilómetros, a igreja situa-se bastante ao norte e, o que é mais sintomático, precisamente junto dos limites com a freguesia de Arouca. Entende-se: é que, deste lado, ficava a «villa» Castro, que foi toda incluída nesta freguesia de Arouca, tendo-se atribuído à outra a «villa» *Minianos*, cuja *ecclesia* se escolheu para paroquial, por qualquer motivo, hoje imponderável. E o mesmo poderíamos observar (mas já não hoje), outrora, com S. Salvador de Várzea, relativamente ao vasto conjunto da paróquia inicial (abrangendo Roças e Chave, pelo menos): talvez a transferência da igreja paroquial primitiva (na Cidadelha ou sobre o Muro), ao sul do Arda, para a margem norte, em frente. Adiante tocar-se-á neste assunto.

Posto isto, umas breves considerações sobre a origem de cada paróquia inicial do vale do Arda superior, sobretudo quanto à sua constituição territorial ou «villas» que as formaram.

4. Formação territorial (por «villas») das seis paróquias da Reconquista:

A paróquia de *Santa Eulália de Arouca*, que tem ainda hoje uma extraordinária extensão, desde a serra Seca, ao norte, até ao monte de Fuste, ao sul (usamos os nomes históricos), foi formada com as três grandes «villas» *Muçun*, ao norte, desde Monte de Moção a Sobreleites e a Parada (lugares que depois se tornaram «villas» não *per se*), com sua igreja de S. Mamede; ao centro, *Minianos*, de ambas as bandas do Arda, desde Amilo a Sá, com Novais, sendo a sua igreja a de Santa Eulália, que ficou a ser a da paróquia e tem a sua comprovação pré-nacional (*«per termino de Sancta Eolalia»*, diz-se em 1085) ⁽¹⁾, e a tão notável «villa» *Arauca* ⁽²⁾; e *Ademondi*, ao sul, desde Santa Maria do Monte até Ameixieira, etc. (Santa Maria do Monte a falsa interpretação de *Ademondi*, como vimos), sendo a sua igreja a de Santa Maria.

Sobre a «villa» *Minianos*, convém que digamos algo mais, além do que já expusemos sobre o nome (povoadores vindos de algures, margem do Minho) e época da sua imposição (o século VIII, presúria de Afonso I). Visto que se trata de designação do tempo da Reconquista, outra devia ter sido a dessa «villa», anteriormente. Ora, atendendo à circunstância toponímica genérica que aqui observamos (o carácter antroponímico possessivo), umas «villas» revelando-a até hoje e, noutras, tendo sido desfeita, em razão de desorga-

⁽¹⁾ *PMH Dipl. et Ch.* n. 649.

⁽²⁾ Apenas em parte (as «villas» de Pousada e Jagueiros, com Barreiros e Sá), desmembrada e desindividualizada a «villa» *Arauca* certamente antes da instituição da paróquia de Santa Eulália.

nização de muitas *villae* primitivas, desde a conquista muçulmana, pelas razões já apontadas, esse nome, germânico e antroponímico, pode muito bem ter sido o que o topónimo Ronde recorda ainda: «villa» *Rondi* (*Rundi*). O pequeno povo daquele nome está no valezinho que desce, ao norte, para o Arda, e não tem longe a igreja de Santa Eulália, possivelmente, em fundação *primitus*, um *oratorium*, dessa *villa*. E esta, que um castro dominava e em que teve, por certo, a sua origem, o que corresponde a dizê-la romana, devia ter possuído um outro nome primitivamente, devendo-se aquele, como seria natural, a um efeito de *depraedatio* suévica nos tempos de Hermerico, o «depredador assíduo» (século v) ⁽¹⁾. O facto ou, por outra, todas estas eventualidades estão longe de ser singulares, como temos visto ⁽²⁾.

A paróquia de *S. Salvador de Arouca*, que hoje tem a designação de Burgo, em razão da povoação que nela se tornou mais importante ⁽³⁾, constituiu-se com as «villas» *Eiriz*, onde era a igreja de *S. Salvador* (que ficou a ser a paroquial e tem remota documentação, como, em 1081, «*ecclesia Sancti Salvatoris*») ⁽⁴⁾, com área de ambas as partes do Arda, desde Vila Meã a *Eiriz* e Souto, que depois se fez «villa», não inicialmente *per se*; *Romariz*, igualmente com área das duas bandas do rio, desde Vila Nova a *Romariz*, com a sua igreja de *S. Domingos*, no extremo oriental (tratar-se-á, como já vimos, originariamente, do mártir em Córdoba); e *Escariz*, cedo substituída por várias que o não eram *per se*, como *Figueiredo*, *Lourosa* e até *Penso* (que passou para a freguesia de Arouca), subindo ao monte de Fuste, acima de Forcada e Povos, e, por

⁽¹⁾ Aponta-o como tal o seu contemporâneo Idácio, repetidamente, como seja a propósito da paz que o chefe suevo acabou por estabelecer com os hispano-romanos espoliados na Galécia: «*quos praedabatur assidue*» (passo já cit. pelo Dr. F. J. VELOSO, *A Lusitânia Suévico-Bisantina*, p. 51).

⁽²⁾ Ocorre-nos, a este propósito, fazer algumas considerações que, na devida altura, não produzimos, mas a que, agora, nos sentimos inclinado, com mais prolongada reflexão. Referimo-nos às «villas» *Cartamiri*, nome que atribuímos a um «domno» Cartamiro do tempo de Afonso III, e Castro, de que dissemos ignorar o primitivo nome, pois o não foi este. Na área daquela, o topónimo Ferral pode-nos desvendar o primitivo nome, pois supomo-lo anteriormente **Ferrar*, genitivo do n. pessoal *Ferrarius*, uma «villa» *Ferrarii* (cujo diminutivo em *-inus* vive em Ferreirim, ant. Ferrarim), de um hispano-romano. Na área de Castro, ocorre o topónimo Sernandes, que vimos algures ter sido primeiro Sernande, o que mostra naquela forma um *-s* paragógico, pondo-se, pois, de parte o patronímico aparente. Nesse caso, uma «villa» *Sisinandi*, o nome primitivo. Os topónimos Ronde, Ferral, Sernande(s), Escariz, ainda existentes, e *Gundesindí* e *Gundemari*, pelo menos, já desaparecidos, parecem, pois, revelar-nos os nomes pré-muçulmanos das *villae* referidas: *Minianos*, *Cartamiri*, Castro, Figueiredo-Penso, São Pedro, Moldes-Fundo de Vila, respectivamente.

⁽³⁾ Já tinha o nome Burgo no século XVII: «moravaõ (Ansur e Eileuva) aonde agora chamõ o Burgo, pouco mais abaixo da villa de Arouca»: Fr. LEÃO DE S. TOMÁS, *Benedit. Lusit.* II p. 140 (1651).

⁽⁴⁾ *PMH Dipl. et Ch.* n. 600.

certo, com sua igreja, cujo titular desconhecemos, talvez pela desorganização profunda sofrida por esta «villa».

A paróquia de S. Miguel de Orrôo (Urrô), com uma distribuição quase tão singular como a de Santa Eulália, foi organizada com a «villa» França, ao norte do Arda, com as suas igrejas de S. Miguel (que ficou paroquial) e S. Lourenço; e, subindo ao monte de Fuste, sucessivamente, as «villas» de Nogueiró, Lourosa e Souto Redondo, que talvez tivessem constituído, inicialmente, uma ou duas designadas antroponimicamente, quais as que temos encontrado.

A paróquia de S. Salvador de Várzea, com antigos cultos (S. Félix e S. Paio, entre mais), tem a sua igreja remotamente documentada, no século X, pelo menos: o presbítero Ilderico, que nos aparece em escrituras relativas ao mosteiro de Arouca em 951 e 984, como vimos ⁽¹⁾, testou uma parte da igreja de Sant'Iago da «villa» Castro àquela igreja, com prédios rústicos (*«Elderigo presbiter... qui comparavit illa hereditate tota de Sancto Iacobo et postea testavit inde medietate ad Sancti Salvatoris de Varzena»* ⁽²⁾). Tudo nos indica que já então era um mosteiro, que ainda funcionava nos inícios do século XII: em 1114, Nuno Gosendes vende à *domina* do mosteiro de Arouca (D. Toda Viegas) o que tem *«in villa quos vocitant Varzena... habui mater mea donna Aragunti Menendiz... inde vobis concedo exeptis illos pasales de illo monesterio que lexo pro remedio anime mee et sue»* ⁽³⁾. Ora, não se fizera ainda referência alguma a qualquer mosteiro, razão por que ele é a igreja de S. Salvador de Várzea, portanto uma igreja «própria», como o dito seu mosteiro. O facto de o titular ser o mesmo da freguesia do Burgo levou, outrora, a confusões de aplicação deste nome ⁽⁴⁾.

No século XVI, designava-se por S. Salvador do Vale de Arouca, e aparece Chave como «capela» na situação de «anexa à igreja do Vale de Arouca» ⁽⁵⁾, o que nos parece autorizar a supor que a paróquia inicial de S. Salvador de Várzea ocuparia todo o território das actuais freguesias de Várzea, Chave e Roças, num tempo em que já existiam as de Oliveira (Tropeço) e Urrô, desmembradas da velha Santa Maria de Araducca.

Significa isto o mesmo que dizer que essa extensa paróquia de S. Salvador correspondia a esta ainda nos princípios nacionais, tendo a função paroquial passado do templo de Santa Maria para o daquela invocação, além do Arda, mas muito próximo da «cidade» arruinada e erma. Esta circunstância está certamente con-

⁽¹⁾ Ib. nn. 63 e 392.

⁽²⁾ Ib. n. 649.

⁽³⁾ DMP Doc. Part. III n. 13.

⁽⁴⁾ AZEVEDO, Hist. Eccl. de Lam. p. 140.

⁽⁵⁾ Censual do séc. XVI fl. 18 v.

corde com o aniquilamento sofrido por *Arađucca* (*Arauco*), ao qual não podia escapar o templo; mas deste ficaria a representação, ou, ao menos, a continuação do culto da titular, na igreja que denominou a «villa» existente na vizinhança, Santa Maria, porém desprovida de categoria paroquial. Anàlogamente sucedera com Santa Maria de Moldes, transferida a S. Pedro. Além disto, mostrando que o território de Roças teria de se incluir na velha paróquia cujo templo passara a ser esse de S. Salvador, há o facto de o território da actual freguesia de Chave, que foi filial da igreja de Várzea, estar completamente separado desta pelo da de Roças.

Tal separação territorial entre a matriz (S. Salvador) e a sufragânea (Chave) seria devida à erecção de Roças em paróquia própria, talvez pela Ordem do Hospital, que alcançara senhoriar a respectiva área, ou «villas» que vieram a constituir-la, antes dos finais do século XIII. Mas não nos é dado afirmá-lo, pois pode bem ser já anterior ao século XII. De qualquer modo, Roças terá sido uma paróquia de instituição relativamente tardia.

Embora não pertencendo à época que nos ocupa, faremos referências à freguesia de Chave, pois nos serve para mostrar como por aqui não faltavam os templos não paroquiais, já antes da Nacionalidade, muitos, certamente, de antiguidade equiparável à das velhas paróquias suévicas e visigóticas. Tal se nos depara a igreja de Santa Eulália, que depois do século XVI se transformou na paroquial da nova freguesia e que já nada tinha de recente do século XII para o XIII: «*Sancta Ovaya... in loco qui dicitur Chavi*»⁽¹⁾. Com efeito, é muito anterior à Nacionalidade, pois que já denominava um *locus* na «villa» de Chave: um documento de 1113 refere-se a um «*loco predicto in villa Chavi inter Sancta Eulalia et Villa Mediana... discurrente aqua Bigas*»; e outro, do mesmo ano, à «*villa quos vocitant Clavis* (sic) *in predicto loco Villa Mediana et in Sancta Eolalia... discurrente aqua Bigas et Sonoso territorio Arauca*»⁽²⁾. Ainda hoje há em Chave os lugares de Santa Eulália e Vila Meã. Não faltando aqui «villas», templos também não podiam faltar: esse de Santa Eulália (o da «villa» *Flavii*) e os de Santa Maria, Sant'Iago e S. João, com ermidas que ainda os representam.

A área da freguesia de Santa Marinha de Tropeço, como já sucedia nas de Várzea e Urrô, não nos apresenta um topónimo antroponímico genitivo⁽³⁾ através do qual, ao menos, possa raspear-se uma «villa» que lhe correspondesse, como estamos crentes devia suceder. Surgem várias nos séculos XI-XII (Fontão Longo, Lamas, Tropeço, Sela, etc., este último topónimo o indício da

(1) Doc. no *Censual do Porto*, p. 232.

(2) *DMP Doc. Part.* III nn. 426 e 453,

(3) Sobre esta falta, ver o final da capítulo presente.

morada do *dominus* que devia ter denominado essa «villa» primitiva, perdendo-se o nome com as vicissitudes posteriores), mas todas do tipo que temos chamado «villas» de fragmentação, não *per se* inicialmente. Seja como for, é remota a formação da paróquia com elas.

A respeito deste templo, temos de nos demorar um pouco mais, em razão de uma denominação dupla.

Dois factos documentais dificultam a identificação de uma determinada igreja sita, como todas as que temos visto, «*in Arauca*»: a invocação Santa Maria e o chamamento de Oliveira. Não temos no território povoação alguma deste nome, e com razão um antiquário monástico, a propósito da doação feita em 1130 ao mosteiro de Paço de Sousa por Egas Moniz e sua esposa D. Dorotheia Pais, constante de «*in terra de Arauca tredecim kasales et media de ipsa ecclesia de Sancta Maria de Oliveira*»⁽¹⁾, declarava: «não sei que no termo actual daquela vila (Arouca) haja paroquial com semelhante invocação». De facto, e eis uma segunda circunstância a ponderar nas identificações, essa igreja foi paroquial desde sempre, e nunca houve aqui outras senão as seis ou sete referidas (a freguesia de Chave muito mais tarde). O mesmo antiquário, tratando, porém, da igreja de Santa Marinha de Tropeço, que foi do mosteiro de Paço de Sousa, pelo menos em parte e algum tempo, através de composições e de demandas, declara que a «doação do padroado desta igreja não existe no arquivo» do dito mosteiro, ou que «não acha a doação do padroado» nele⁽²⁾, a única falta do género com que ele aí se deparava. Estaria a razão no nome?

Parece-nos isto já o bastante para identificar tal igreja a Santa Marinha de Tropeço: Oliveira era em Arauca e título de igreja paroquial em Arauca; não aparecia no arquivo de Paço de Sousa uma doação da igreja de Tropeço, mas de Oliveira, ao passo que hoje não temos no Vale de Arauca uma igreja e paróquia de Oliveira, mas de Tropeço. Mas há mais. Já sabemos que uma das «villas» desta última paróquia era a de Lamas, ainda povoação dela: em 1094, efectuou-se uma doação ao mosteiro de Arauca de bens no vale aroucense, «*in villa Olivaria et in villa Lamas*», como sejam «plantadurias» que o doador fizera em terras da igreja, de que também dá uma parte: «*in valle Arauca... discurrante ribulo Alarda in villa que vocitant Olivaria in ecclesia Sancte Marine*»⁽³⁾. Não há dúvida de que se observa um facto muito vulgar, até em documentos latinos: a confusão de *Marina* com *Maria*, através da ortografia *María* do primeiro nome (*i* nasal). Esta confusão já a temos no primeiro documento que nos resta alusivo ao templo em

(¹) Doc. in *Memór. do Most. de Paço de Sousa* (por Fr. A. MEIRELES), Pr. n. 36.

(²) Aut. cit., *Memór. cits.*, pp. 90, 94 e 376.

(³) *PMH Dipl. et Ch.* n. 808.

questão: «*in valle Arauka... in villa quos vocitant Olivaria et ecclesia Sancta Maria... et in villa Lamas*» (doação ao mosteiro de Arouca) ⁽¹⁾.

Vimos que os próprios topónimos Oliveira e Tropeço parecem ter um significado que os aproxima, embora não se identifiquem um ao outro. Além disto, *Trepezo* é sempre a designação da «villa» ⁽²⁾; mas também é facto não designar a igreja. Daqui deduzimos que Oliveira era na «villa Trepezo» o *locus* da igreja paroquial, e a freguesia tinha o nome da referida «villa» (1320, 1530, etc.).

5. Resumo e finais considerações:

Finalmente, devíamos ter em vista — até por ser a que de um modo mais directo nos importa — a paróquia de S. Pedro de Arouca, tal como era desde a mudança paroquial, para aqui sofrida pela mui remota igreja de Santa Maria do Vale de Moldes nos fins do século IX ou primeiros decénios do seguinte; e como era, outrossim, desde os desmembramentos que depois teve em S. Salvador e Santa Eulália. Mas está dito o suficiente para se dispensar tal cuidado.

Em lugar disso e para obviar um tanto ao inconveniente da prolixidade, inevitável num estudo desta natureza, faremos um resumo da evolução paroquial no vale de entre a serra Seca e o monte de Fuste, tal como as circunstâncias no-lo parecem indicar:

- I. Época suévica (século VI). Todo o dito vale em uma única paróquia, *Araducca* (já certamente na época romana). Igreja na ou junto da *civitas* (Roças) e titulada Santa Maria desde aquele tempo.
- II. Época visigótica (século VII). Primeira desmembração no dito vale, da qual resultou ficarem sendo duas as paróquias (o que a tradição conservou, dizendo-se serem ainda só duas, nele, ao tempo da conquista muçulmana, 716):
 - Santa Maria de *Araduca* ou *Arauoca*, a velha *ecclesia mater*;
 - Santa Maria de *Molinos* ou *Molnes* ⁽³⁾, no vale de Moldes.
- III. Época neogótica (Reconquista) (séculos VIII-XI). Continuação dos desmembramentos paroquiais, de que resul-

⁽¹⁾ Ib. n. 792.

⁽²⁾ Ib. nn. 790, 811, 931. *DMP Doc. Part. III* n. 178.

⁽³⁾ Chamamos-lhe assim para fins de identificação ou localização, porque esse nome apenas está documentado na Reconquista e várias eram aí as «villas» de remota designação antroponímica germânica.

taram as seis freguesias existentes nos princípios da Nacionalidade:

- Dentro daquela primeira (já, certamente, com igreja em S. Salvador, actual Várzea, para a qual se transferira a paróquial, pela queda ou abandono da «civitas»):

*S. Miguel de Urrô: templo na «villa» Frantia;
Santa Maria de Oliveira (Tropeço).*

- Dentro da segunda (já também com igreja em São Pedro, e deste título, deixando de ser paróquial a de Moldes):

*S. Salvador de Arouca (templo na «villa» Eirizi);
Santa Eulália de Arouca (igreja na «villa» Minianos).*

A constituição das freguesias de Roças (séculos XII-XIII) e Chave (XV-XVI) já nos não interessa; mas a primeira poderia sem prejuízo colocar-se, quanto a instituição, entre as de Urrô e Tropeço, sobretudo se anterior ao século XII, como também pode ter sido.

Da freguesia de S. Pedro de Arouca, tal como, com a separação das novas, se constituía nos inícios nacionais e se manteve até cerca da actualidade (porque Moldes só recentemente voltou a ser freguesia, depois de mil anos de perda), apenas lembraremos que era constituída por variadas «villas» designadas antroponimicamente: *villa Athaulfi, villa Froilani, villa Gundemari, villa Gundesindi, villa Carlamiri*, além de outras, denominadas por apelativos comuns.

É, pois, para notar, a grande quantidade de denominações pessoais em «villas» na parte oriental do vale (freguesias actuais de Moldes, Arouca, Burgo e Santa Eulália) em confronto com a grande escassez ou até falta delas (Várzea, Urrô, Tropeço) na parte ocidental (excepção nas de Roças e Chave).

A este propósito, convém notar que o vasto inventário de 1059 dos haveres do mosteiro de Guimarães contém, na parte final, dois parágrafos, separados por menções em variadas e distantes zonas do norte do País e ambos referentes ao vale de Arouca, os quais parágrafos convém transcrever:

1. *«Et ex alia parte Durio villa vocitata Romarizi que est in ripa Alarda vallis discurrente Arauca ab integro per suis terminis antiquis et cunctis prestationibus suis. et de villa Gudini IIII^a integra. et de villa Traciani IIII^a integra. et de villa Trezi IIII^a integra. et de villa Olivaria III^a integra. has villas cum suas adiunctiones et cum suas piscarias et cumctis prestationibus suis per suos terminos antiquos et sicut in scripturas resonant. Item ecclesia Sancti Iacobi et hereditates laicales de magister Manilla ab integro sive de avios quomodo et de parentes suos et sicut eas*

concessit per cartula testamenti ad cenobio Vimaranes cum omnibus prestationibus suis».

2. «*Et in valle de Arauca villa Sauto de Melares que iacet inter villa Arauca et villa Laurosa, et in(ter) villa Eirizi et villa Ademondi ipsa villa de Sauto per suis terminis antiquis et cumctis prestationibus suis ab integro*» (1).

Este último parágrafo já o conhecemos, da longa discussão que sobre ele fizemos.

O primeiro parece pertencer todo, realmente, a Arouca; e dele se vê que ao mosteiro de Guimarães haviam sido doadas, por escrituras, sem dúvida no século X (segunda metade, e talvez não demasiado avançada), preferivelmente, pelo que sabemos, por herdeiros da estirpe da fundadora (seu filho Arriani, a quem na partição de 950 couberam, entre mais, «*Arauca Olivaria Palus*», etc.) (2), várias «villas», no todo ou em parte, sitas «*in ripa Alarda vallis discurrentes*», isto é, ao fundo do vale e, por isso, margens do rio, o que até explica a menção de «pesqueiras»; as quais «villas» são:

— *Romariz*, que, a uma primeira e desatenta leitura, pareceria considerar-se íntegra na doação a Guimarães, e já foi hipótese que nos agudiu, mas que uma maior atenção sobre um trecho bastante desordenadamente redigido sobre os originaes patentes, desfez; além de que já sabemos, provadamente, que *Romariz* pertencia a muitos possesores, e alguns bem notáveis, como a *gens* do bispo D. Crescónio, e não só ao mosteiro, — de tudo, pois, parecendo que o «íntegra» documental se refere, não a *Romariz*, mas a *Arouca*, que logo se menciona;

— *Arouca*, que à primeira leitura pareceria não ser considerada, por se integrar na expressão corográfica «*vallis discurrente*», mas que lhe não pertence, e há-de ser a já muito estudada «*villa Arauca*» referida no segundo parágrafo como limitante de Souto de Melareses, a própria «*Arauca*» citada na divisão de 950 da herança do conde de Portugal Ermenegildo Gonçalves (a qual coube a seu filho Arriani Mendes);

— as «villas» *Gudini*, *Traciani* e *Trezi*, que não conseguimos identificar, o que deve significar algo de interesse para este estudo;

— *Oliveira*, que, certamente, como temos mostrado, corresponde a Tropeço, pelo menos a área da sua igreja até ao rio (citada também na referida divisão e atribuída ao mesmo herdeiro);

— A igreja de *Sant'Iago*, que deve ser a da «*villa Castro*» já estudada, como também já estudado este culto no vale.

Não se considera íntegra tal igreja. Íntegras, apenas as «herdades laicais» de «mestre» Mânica; e, com efeito, nós já conhece-

(1) *PMH Dipl. et Ch.*, n. 420.

(2) *Ib.* n. 61.

mos, pelo menos, um possessor nesta *ecclesia*, precisamente do século x ou tempo desse referido *magister*: o presbítero, e talvez também *magister*, Ilderico ⁽¹⁾. Ora «mestre» Mânila deve corresponder (até porque no clero é que estavam os mestres de então) ao abade Mânila, «*Manilani abba*», de 951 ⁽²⁾, confirmante da doação dos «domnos» Ansur e Eileuva ao abade Ermenegildo e que não era abade do mosteiro de Arouca, por isso mesmo, mas podia tê-lo sido no inicial (dos «domnos» Loderigo e Vândilo) ⁽³⁾. E isto parece autorizar-nos a supor que o mosteiro, porque havia por aqui mestres, possuía uma escola — ou era esta a escola paroquial, em S. Pedro de Arouca, com funcionamento nesta igreja.

As «villas» *Gudini*, *Traciani* e *Trezi* não sabemos onde sejam; mas anotemos a falta, já em reparo, de topónimos genitivos antropónimos na metade ocidental do vale (excepto em Roças-Chave). Não é que os não tivesse havido, e seriam elas aqui, existindo ainda na segunda metade do século x (à qual se reporta o inventário, quase sempre e, certamente, neste caso) — de sorte que, se depois desapareceram, substituindo-se com novos povoamentos, temos de admitir um efeito das tribulações por que logo passou o vale (precisamente nessa segunda metade), com fugas e retornos, perdas de propriedade e presúrias, por vezes arbitrarias, tudo efeitos de seguidas gazivas muçulmanas, que, como vimos, lançaram aqui certa desolação: «*cecidit ipso territorio in herematione*», diziam as escrituras do tempo ⁽⁴⁾.

Não terá o agravamento nesta zona ocidental por causa existir nela o castelo de Arouca, de que há indicações, alicerçado, como na grande parte das fortalezas deste ciclo, sobre um castro outrora «civitas» e, neste caso, ainda com algum povoamento na velha *Araducca*? A resistência que ali se oferecesse aos corredores arábicos, que vinham de Lafões por Moldes, ao longo do Arda, caminho do norte (as «villas» de nomes antropónimos excepcionais naquela zona, em Roças e Chave, ficavam um tanto fora de caminho, nas subidas do sul), poderá constituir uma tal ou qual explicação.

(*Continua*)

A. DE ALMEIDA FERNANDES

⁽¹⁾ Ib. nn. 63 e 649 (a data está errada, como mostrámos).

⁽²⁾ Ib. n. 63.

⁽³⁾ Já conhecemos, em nosso parecer, outro abade deste primeiro mosteiro (em São Pedro), o abade Gondulfo, que, em 925, lhe doou metade da igreja de Santa Maria de Moldes: «*ipse testamento fecit eum Gundulfus abba et scripsit in eo*»: *PMH Dipl. et Ch.* n. 746.

⁽⁴⁾ *Ibid.* n. 871.

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado de pág. 223)

H

- 1 **Heitor Pinto de Almeida** — juiz ordinário da Póvoa do Varzim e aí morador; *natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Agueda*; filho de *João Cerveira de Moraes, natural da freg. de S.^{to} André da Esgueira, Aveiro, capitão da referida vila*, e de *Maria Pinto de Macedo, natural de Arrancada, e aí moradores*; neto paterno de *Cristóvão Ribeiro* e de *Maria Cerveira, moradores em Esgueira*, e materno de *Bernardo Gabriel de Almeida, sargento-mor da vila de Vouga*, e de *Maria de Macedo, moradores em Arrancada*; casado com *Mónica Cardia de Macedo, filha de António Cardia, capitão da vila da Póvoa do Varzim*, e de *Maria de Faria Granjeira, moradores na Póvoa*, neta paterna de *António Cardia* e de *Catarina Gonçalves Laranjo, moradores em Leça*, e materna de *António Manuel Granjeira* e de *Catarina de Faria, moradores na Póvoa do Varzim*.
Carta de Familiar de 4 de Abril de 1656.

Heitor — m. I, n.º 7

- 2 **Henrique Francisco de Andrade** — escrivão proprietário do Juízo do Crime do Bairro de Alfama e inquiridor da Correição do Cível da cidade; natural do Bombarral, termo de Óbidos, e morador em Lisboa, freg. de S. Tomé; filho

de João Francisco, oleiro em Bombarral, e de Teresa Maria, natural da Vermelha, termo do Cadaval; irmão de António Francisco, que havia sido bate-folha, Familiar do S.^o Ofício; casado com Rosa Maria de Viterbo, natural da freg. de S. Nicolau de Lisboa, filha de António Rodrigues Pimenta, mestre serralheiro, natural de Lisboa, freg. do Sacramento, e de Tomásia Maria, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Justa, moradores na rua das Esteiras, neta paterna de *Luís Pimenta*, serralheiro, natural de Oronhe, freg. de N.^a Sr.^a da Assunção de Espinhel, Agueda, e de Maria da Assunção, natural da freg. de S. Julião de Setúbal, moradores na rua dos Fornos em Lisboa, e materna de Domingos Francisco, atafoneiro, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e de Teresa Maria, também natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Justa, moradores na rua da Crasta, prima do P.^c Joaquim Pimenta, neto paterno da avó materna da referida Maria da Assunção, filho de Amaro Fernandes, calafate, e de Luísa Rodrigues, moradores em Setúbal, que havia sido aprovado pelo S.^o Ofício em 1737.

Carta de Familiar de Janeiro de 1743.

Henrique — m. 2, n.º 20

- 3 **Henrique Freire de Andrade** — recebedor do Almojarifado da Fruta; natural de Vila Viçosa e morador em Lisboa ao Vale das Chagas, freg. de S.^{ta} Catarina do Monte Sinai; filho do ajudante de cavalaria Manuel da Rosa Bernardes, natural de Elvas, freg. de S.^{ta} Maria da Alcáçova, e de Mécia Lopes Teles, natural de Vila Viçosa, freg. de S. Bartolomeu; neto paterno de José da Rosa e de Catarina Bernardes, naturais de Arronches e moradores em Elvas, e materno de Fernando Rodrigues de Moura, escrivão da Câmara e almotacé de Barrela, e irmão da Misericórdia de primeira condição em Vila Viçosa, natural de Olivença, freg. de S.^{ta} Maria do Castelo, e de Ana Teles, natural de Vila Viçosa, freg. de N.^a S.^a da Conceição, e aí moradores; ajustado para casar, em 1760, com D. Ana Joaquina de Sequeira, natural da freguesia de N.^a S.^a das Mercês de Lisboa, e moradora na de S.^{ta} Isabel, filha de António José de Sequeira, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e de D. Josefa Maria de Sant'Ana, natural de Camarate, freg. de Sant'Iago, neta paterna de Bernadino da Silva e Sequeira, natural de Pias, Prelazia de Tomar, e de D. Josefa Maria de Miranda, natural de Lisboa, freg. de S. Tomé, e materna de *João Ferreira de Carvalho*, natural de Sandiães, freg. de S. Salvador de Rôgo,

Vale de Cambra, e de Maria da Conceição, natural de Camarate.

Carta de Familiar de 16 de Maio de 1760.

Henrique — m. 3, n.º 39

- 4 **Henrique José Lopes** — escrivão da Chancelaria da Relação da Baía; natural da Baía e aí morador na Baixa do Sapateiro, freg. do Sacramento; filho de Tomé Lopes Álvares, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Passos, termo de Vila Real, e de Águeda Pereira de S. José, natural da Baía, freg. de Sant'Ana do Sacramento, moradores na freg. de S. Pedro Velho, na rua de João Pereira; neto paterno de António Vilela e de Isabel Lopes, naturais de S.^{ta} Maria de Passos, e materno de João Pedro Ferreira, natural de Serpins, freg. de N.^a Sr.^a do Socorro, Lousã, e de Teresa de Jesus, natural da Baía, freg. da Sé, e moradores na de Sant'Ana do Sacramento; casado com Lourença Vieira da Encarnação, natural da Baía, filha de *Manuel Marques Brandão, natural da freg. de S. Miguel de Oliveira de Aземéis*, e de Lourença Vieira da Encarnação, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Purificação e S.^{to} Amaro, Recôncavo da Baía, moradores na freg. do Sacramento, na rua do Paço, neta paterna de *Manuel Marques, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Ul. Oliveira de Aземéis*, e de *Isabel Brandoa, natural da freg. de S. Salvador da Carregosa, Oliveira de Aземéis*, e aí moradores, e materna de Manuel Vieira Ribeiro, natural da freg. de S. João de Vieira, Arcebispado de Braga, e de Maria da Encarnação, natural da freg. de S. Gonçalo da vila de S. Francisco de Sergipe do Conde, Recôncavo da Baía, moradores na freg. de N.^a Sr.^a da Purificação e S.^{to} Amaro, Recôncavo da Baía.

Carta de Familiar de 22 de Fevereiro de 1777.

Henrique — m. 4, n.º 53

- 5 **Henrique Martins** — homem de negócio; natural da freg. de N.^a Sr.^a da Purificação de Oeiras, termo de Lisboa, e morador no Recife de Pernambuco; filho de Manuel Martins, natural de S. Salvador de Baldreu, Braga, e de Páscoa Duarte, natural de Premialha, freg. de S.^{ta} Maria de Loures; neto paterno de António Martins, natural de Sela, freg. de Baldreu, e de Margarida Antónia, natural de Passos, freg. de S. Martinho de Beubore, Arcebispado de Braga, e materno de Brás Duarte, natural de Monfire, freg. de S.^{to} Estêvão das Galés, Patriarcado de Lisboa,

e de Domingas Lourenço, natural de Premialha; irmão de João Henriques Martins, Familiar do S.^o Ofício; casado com D. Ana Maria Clara, natural da freg. de S. Pedro Gonçalves da vila de S.^o António do Recife, filha do capitão João Machado Gaio, natural de Cascais, freg. da Ressurreição, e de D. Ana Gomes de Barros, natural da freg. de S. Pedro Gonçalves, neta paterna de Manuel Rodrigues Machado, natural de Abrantes, freg. de S. Vicente, e de Maria dos Santos, natural da freg. da Ressurreição de Cascais, e materna de *André Gomes de Barros, natural da vila de Arouca*, e de Teresa Garcia Soares, natural da já citada freg. de S. Pedro Gonçalves.

Carta de Familiar de 17 de Fevereiro de 1756.

Henrique — m. 2, n.º 36

- 6 **Henrique Martins Gaio** — Presbítero secular; natural e morador na freg. de S. Pedro Gonçalves da vila de S.^o António do Recife de Pernambuco; filho do anterior habilitante Henrique Martins, então capitão, e de D. Ana Maria Clara; bisneto pelo lado materno de *André Gomes de Barros, natural da vila de Arouca*.

Provisão de Comissário de 9 de Agosto de 1765.

Henrique — m. 3, n.º 43

- 7 **Henrique Nobre Rijo** — Ouvidor da vila de Azambuja; natural e morador na mesma vila; filho de João Rijo, natural de Aveiras de Cima, e de Ângela Nobre, natural de Azambuja; neto paterno do capitão Afonso Anes e de Luísa Rija, naturais e moradores em Aveiras de Cima, e materno de Bartolomeu Lopes de Gouveia e de Francisca Nobre, naturais e moradores na Azambuja; ajustado para casar, em 1702, com D. Joana de Mendonça Corte Real, natural de Lisboa e aí moradora na rua da Rosa, freg. das Mercês, viúva de Pantaleão Correia de Matos, filha de Lourenço de Carvalho e de D. Maria Corte Real, igualmente naturais e moradores em Lisboa, respectivamente nas fregs. das Mercês e do Loreto, neta paterna de *Lourenço de Moraes, natural de Aveiro* ⁽¹⁾, e de Maria Coelho, natural de Lisboa, e materna de Gonçalo

(1) Havendo-se feito em Aveiro diligência e perguntadas 13 testemunhas, nenhuma tinha notícia ou conhecimento do referido Francisco de Moraes ser de Aveiro.

de Loureiro, natural da freg. de Sant'Iago de Esporões, termo de Braga, e de Antónia de Macedo Corte Real, natural de Lisboa, freg. do Loreto.

Carta de Familiar de 29 de Janeiro de 1688.

Henrique — m. 1, n.º 9

- 8 P.º Frei **Henrique de Sant'Ana** — religioso agostinho descalço no seu Convento situado na freg. de Cedofeita, no Porto; natural da freg. de S.ª Engrácia de Lisboa; filho de *Simão de Abreu, natural da freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha*, e de Maria Josefa, natural da freg. de N.ª Sr.ª dos Anjos, de Lisboa, e moradores junto a S.ª Apolónia, freg. de S.ª Engrácia; neto paterno de *Mateus Fernandes* e de *Isabel de Abreu, naturais e moradores em S. João de Loure*, e materno de Vicente Rodrigues, natural da freg. de N.ª Sr.ª dos Anjos, e de Mariana dos Santos, natural da freg. dos Santos Reis do Campo Grande, e moradores em Lisboa.

Provisão de Qualificador de 26 de Abril de 1758.

Henrique — m. 1, n.º 24

- 9 **Henrique da Silva d'Eça** — natural de Cochim e morador em Baçaim; filho de Henrique da Silva, natural de Lisboa, freg. dos Olivais, e de D. Luísa da Costa, natural de Cochim; neto paterno de Duarte da Cunha de Azevedo d'Eça e de D. Luísa da Silva, naturais e moradores em Lisboa na citada freg. dos Olivais, e materno de *António de Pinho da Costa*, Familiar da Inquisição de Goa, *natural da Arrifana de S.ª Maria, Feira*, e de Maria Ribeiro, natural de Cochim; primo por parte de seus avós paternos de Francisco da Cunha d'Eça, Familiar do S.º Ofício.

1684.

Henrique — m. 1, n.º 11

- 10 **Henrique de Sousa Pereira e Abreu** — natural de Lisboa, freg. de S.ª Justa, e morador no Turcifal, termo de Torres Vedras; filho de Manuel da Costa Pereira, escrivão proprietário das Apelações Cíveis do Reino, e de Maria do Rosário, naturais da freg. de N.ª Sr.ª dos Anjos de Lisboa, moradores nesta cidade na freg. de S.ª Justa e mais tarde na da Sé; neto paterno de Manuel da Costa, natural da freg. de S. Lourenço de Calvos, termo de Guimarães, e de *Maria Rodrigues, natural*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

da freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia, e moradores em Lisboa nas fregs. dos Anjos e de S.^{ta} Justa, e materno de Miguel Gonçalves e de Antónia dos Santos, naturais e moradores na freg. dos Anjos de Lisboa; casado com Maria Antónia de Matos, filha de António Antunes e de Margarida Francisca, naturais de Freiria, freg. de S. Lucas, termo de Torres, neta paterna de Manuel Antunes e de Maria Antunes, e materna de António da Costa e de Apolónia Francisca, todos naturais e moradores em Freiria.

Carta de Familiar de 3 de Janeiro de 1737.

Henrique — m. 2, n.º 24

- 11 **Hipólito Francisco** — ourives; natural da Ribeira, freg. de S.^{to} Estêvão de Briteiros, termo de Guimarães, e morador no Porto na rua das Flores; filho natural de Jerónimo Francisco, natural e morador na freg. de S. Claude do Barco, termo de Guimarães, e de Rosária de Araújo, mulher solteira, natural e moradora na freg. de Briteiros; neto paterno de Domingos João, natural de Quintã, freg. de S. Tomé de Caldelas, e de Maria Francisca, natural de Barqueiro, freg. de S. Claude do Barco, e materno de João Cardoso, natural da freg. de S. Pedro do Mosteiro do Souto, e de Margarida de Araújo, natural da Ribeira; casado com Jacinta de Matos, natural da freg. de S. Pedro da vila de Arouca, filha de José de Matos, natural de Lervão, freg. de N.^a Sr.^a da Esperança, Penacova, e de Doroteia Lopes, natural da freg. de S. Pedro de Arouca e aí moradores, neta paterna de Francisco de Matos e de Maria Jorge, naturais e moradores em Lervão, e materna de Manuel Pinto, também natural da freg. de S. Pedro de Arouca, e de Maria Lopes, natural da vila de Almeida, freg. de N.^a Sr.^a das Candeias, moradores em S. Pedro de Arouca.

Carta de Familiar de 23 de Janeiro de 1760.

Hipólito — m. 1, n.º 1

- 12 **Hipólito Fernandes** — vivendo de sua fazenda; natural e morador em Venda Nova, freg. de S. Mamede de Bolho, Cantanhede; filho de Manuel Fernandes Criveiro e de Vitória da Cruz, naturais e moradores em Venda Nova; neto paterno de Manuel Fernandes Criveiro, natural da Azenha, freg. de S. Miguel de Vilarinho do Bairro, Anadia, e de Maria Jorge, natural da Venda Nova e aí

moradores, e materno de António Francisco Crespo, natural da citada Venda Nova, e de Teresa Francisca, natural da freg. de Ourentã, Cantanhede, e moradores em Venda Nova; ajustado para casar, em 1767, com Maria da Cruz, também natural e moradora em Venda Nova, filha de José Fernandes, natural da mesma localidade, e de *Maria da Cruz, natural da Póvoa do Garção, freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Ventosa do Bairro, Mealhada*, e moradores na Venda Nova, neta paterna de António Fernandes, carpinteiro, e de Maria Francisca, também naturais e moradores em Venda Nova, e materna de *Manuel da Cruz*, natural do Casal, freg. de S. Mamede do Bolho, e de *Maria Jorge, natural da Póvoa do Garção e aí moradores*.

Carta de Familiar de 5 de Outubro de 1764.

Hipólito — m. 1, n.º 2

bibRIA

- 1 **Inácio de Almeida e Maia** — cavaleiro da Ordem de Cristo e juiz do civil da cidade de Lisboa Ocidental e Oriental; natural de Lisboa, freg. de S. Mamede; filho de Manuel de Almeida Maia, médico, Familiar do S.^o Offício, e de Catarina da Ascensão, natural de Lisboa, freg. de S. João da Praça; neto paterno do P.^o Manuel de Almeida e Maia e de Ana Marques, naturais de Coimbra, e materno de Manuel Rodrigues, natural de Coimbra, e de *Marta Rodrigues, natural de Aveiro*.

Carta de Familiar de 6 de Fevereiro de 1725.

Inácio — m. 4, n.º 56

- 2 **Inácio Caetano Pereira** — partidador e inquiridor do Juízo dos Órfãos da repartição da Sé e Alfama; natural de Setúbal, freg. de S. Julião, e morador no Castelo Picão, freg. do Salvador de Lisboa; filho de Jerónimo da Trindade, natural da freg. de S. Julião de Setúbal, e de Vicência das Candeias, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Anunciada de Setúbal; neto paterno de *Manuel Fernandes, natural de Aguada de Cima, freg. de S.^{ta} Eulália, Águeda*, e de Vicência Gomes, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Setúbal, e materno de Vicente Ferreira, natural da citada freg. da Anunciada, e de Luísa de Almeida, natural, ou da freg. de S. Julião, ou da de S.^{ta} Maria, já indicadas acima; ajustado para casar,

em 1748, com Maria Rosa da Anunciada, natural e moradora em Setúbal, freg. de S.^{ta} Maria da Graça, filha de Simplicio Gomes, homem de negócio em Setúbal, natural de Lisboa, freg. de S. Pedro de Alfama, e de Josefa Teresa de Jesus, também natural da freg. de S.^{ta} Maria da Graça, e aí moradores, neta paterna de José Gomes, marceneiro, natural do Cartaxo, e de Joana Pinheira, natural da freg. de S.^{ta} Engrácia de Lisboa e aí moradores na de S. Pedro de Alfama, e materna de João Gonçalves, marítimo, e de Vicência Maria, naturais de Setúbal, respectivamente das fregs. de S. Sebastião e de S.^{ta} Maria da Graça, e aí moradores.

Carta de Familiar de 16 de Abril de 1738.

Inácio — m. 5, n.º 75

- 3 B.^o **Inácio de Carvalho e Freitas** — *Provedor da comarca de Aveiro* em 1773; natural da freg. de S.^{ta} Maria da vila de Tondela, e morador em Lisboa na rua da Oliveira, freg. do Sacramento, em 1752; filho de Inácio de Carvalho e Freitas, natural da freg. de S.^{ta} Maria da vila da Amoreira, e de Jacinta Maria, natural de Lisboa, freg. de S. Tomé; neto paterno de Gaspar de Freitas e de Maria Velosa, naturais e moradores na vila da Amoreira, e materno do P.^o Manuel Simões Ebra, natural de Tondela e abade da vila da Amoreira, e de Joana Mariz, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Ajuda da vila de Peniche, filha de António Gorjão e de Joana Gomes; casado com D. Josefa Teresa Joaquina, viúva do capitão-mor João Francisco Pedroso, natural da freg. de S. Pedro de Torres Vedras, filha de Manuel Francisco Juízo e de Maria Ramos, de Torres Vedras, irmã do P.^o Frei José do Bom Pastor, religioso de S. Francisco da Província de Portugal, Qualificador do S.^o Offício. Enviuvando, ajustado para casar, em 1764, com Joana Angélica Rita Joaquina, natural de S. Paio de Guimarães, filha de Domingos Gonçalves Leiras, Familiar do S.^o Offício, e de Paula Josefa Caetana, moradores na citada freg. de S. Paio; de novo ajustado para casar, em 1773, com D. Josefa Rosália da Silveira, da vila de Ílhavo, freg. do Salvador, filha de Euzébio Ribeiro da Silveira, natural da freg. de S. Miguel da Fermelã, Estarreja, e de D. Joana Proença de Sá, natural da Ermida, freg. do Salvador de Ílhavo, neta paterna de Euzébio Ribeiro da Silveira, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, natural de Aveiro, freg. de S. Miguel, tio de João de Sousa Ribeiro da Silveira, também cavaleiro professo e Familiar do S.^o Offício, e de D. Lúsa Maria Nogueira

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

de Pinho, natural da Fermelã, irmã de Mariana Nogueira de Pinho, casada com João Rebelo de Almeida, da freg. de S. Martinho de Salreu, Familiar do S.^o Ofício, neta materna de Remigio Ferreira Rosa, natural da freg. de S.^a Justa de Lisboa, pai de Gabriel Ferreira Cantanhede, Familiar do S.^o Ofício, e de D. Rosa Sebastiana de Sá, da Ermida, irmã de D. Narcisa Maria de Sá, mãe do Dr. Manuel Tavares de Siqueira, também da Ermida, Familiar do Santo Ofício.

Carta de Familiar de 9 de Março de 1753.

Inácio — m. 6, n.º 99

- 4 **Inácio Gomes da Silva** — natural e morador na cidade da Baía, freg. da Sé; filho de Luís Ambrósio da Fontoura Carneiro, natural da freg. de S. Miguel, termo de Montforte, e de Ana Maria Gomes da Silva, natural da Baía, freg. da Sé; neto paterno de Manuel Teixeira e de Antónia Fontoura, naturais da freg. de S. Miguel, e materno de *António Gomes da Silva, natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda, e de Quitéria Nunes da Encarnação, natural da freg. de S. Pedro Velho da cidade da Baía.*

Carta de Familiar de 7 de Janeiro de 1799.

Inácio — m. 10, n.º 167

- 5 **P.^o Inácio José Gomes** — clérigo, presbítero do hábito de S. Pedro, prior da igreja de S.^a Comba Dão; natural da freg. de Sant'Iago de Coimbra; filho de Domingos Gomes da Silva, mercador, natural da freg. de Sant'Iago de Atiães, termo da vila do Prado, e de Eugénia Maria da Conceição, natural de Coimbra, freg. de S. João de S.^a Cruz, e aí moradores; neto paterno de Domingos Gonçalves e de Ana Gonçalves, natural de Augueta, freg. de Moure, e moradores em Atiães, e materno de *Manuel de Bessa Negrão, natural da freg. de S. Miguel de Urró, Arouca, e de Inácia Gomes, natural de Famalicão, freg. de S. Paio de Arcos, Anadia, moradores em Coimbra, freg. de S.^a Cruz.*

Provisão de Comissário de 14 de Março de 1752.

Inácio — m. 6, n.º 97

- 6 **Inácio Nunes** — mercador em Aveiro; filho de *Pedro Nunes e de Antónia André, moradores na freg. de*

S. Vicente da Branca, Albergaria-a-Velha; neto paterno de João Pires e de Mécia Nunes, naturais e moradores na Branca, e materno de Afonso André e de Maria Fernandes, naturais e moradores em Antuã, freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja, casado com Maria João, filha de Pedro João e de Maria João, neta paterna de João Martins e de Joana Gonçalves, e materna de João Álvares e de Maria Gonçalves, todos naturais e moradores na freg. de S. Martinho de Salreu.

Carta de Familiar de 3 de Fevereiro de 1651.

Inácio — m. I, n.º 9

- 7 **Inácio Pereira de Sousa** — homem de negócio; natural de Lisboa, freg. de N.ª Sr.ª dos Mártires; filho de Manuel Pereira de Sousa, também homem de negócio e Familiar do S.º Ofício, e de Maria do Sacramento, moradores na rua da Ametade, freg. dos Mártires, onde o habilitante vivia; neto paterno de Domingos Gonçalves e de Margarida Pereira, naturais do Lavradio, freg. de S.ª Margarida, e materno do capitão Paulo de Almeida Caro, natural de Lisboa, freg. de Sant'Ana, e de Maria João, natural da Granja Nova, freg. de S. Sebastião, bispado de Lamego, e moradores na já referida freg. dos Mártires de Lisboa, irmão de Rosa Maria do Sacramento, casada com João Soares de Norta, Familiar do S.º Ofício, moradores em Lisboa na Rua Nova, freg. de S. Julião; ajustado para casar, em 1729, com D. Francisca Caetana, natural de Lisboa, freg. de Santos, filha do capitão Manuel Correia Frois e de D. Teresa Maria de Freitas, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S. Paulo e dos Mártires, moradores na Bica Grande, freg. de S.ª Catarina de Monte Sinai, neta paterna de Pedro Correia, natural da freg. de S.ª Maria de Almoester, e de Isabel Frois, natural da freg. dos Mártires de Lisboa, moradores ao Corpo Santo, freg. de S. Paulo, e materna de António Soeiro, natural da freg. de S. Salvador de Trofa, Agueda, e de Maria de Freitas, natural de Lisboa, freg. de S. Paulo, moradores aos Remolares; novamente ajustado para casar, em 1743, com D. Antónia Luísa Vergolino da Silveira, natural da freg. de S. Paulo de Lisboa, filha de Pedro António Vergolino, irmão de Pedro António Vergolino, Familiar do S.º Ofício, e de D. Josefa Antónia da Silveira, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S. Paulo e dos Mártires, neta paterna de Pedro António Vergolino, natural de Roma, e de Domingas da Assunção, natural de S. João

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

das Lampas, Sintra, moradores defronte dos Remolares, e materna de André Gonçalves Barbosa, natural da freg. de S.^{ta} Engrácia de Lisboa, e de Joana Micaela, natural da freg. dos Mártires, moradores na Cordoaria Velha.

Carta de Familiar de 9 de Março de 1728.

Inácio — m. 4, n.º 60

- 8 **Frei Inácio da Porclúncula** — religioso da Ordem de S. Francisco, lente de Prima de Teologia, morador no Convento de S. Francisco de Lisboa; natural do Porto, freg. da Sé; filho de *Feliciano Soares, natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau*, e de Suzana Vieira, natural do Porto, moradores na rua de Cima da Vila, freg. da Sé do Porto; neto paterno de *Miguel Soares e de Francisca André, naturais da vila da Feira*, e materno de Gervás Vieira, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Gontim, termo de Guimarães, e de Verónica Vieira, natural da rua de Cima da Vila, Porto.

Provisão de Qualificador de 20 de Dezembro de 1697.

Inácio — m. 7, n.º 129

- 9 **Inácio de Sousa Gonçalves** — cereeiro; natural da freg. de S.^{to} Ildefonso, do lugar de S. Lázaro, junto à capela do mesmo santo, extra-muros da cidade do Porto, e morador na rua dos Mercadores, freg. da Sé; filho de Cristóvão Gonçalves Teixeira, natural da freg. de S.^{ta} Maria da Campanhã, lugar do Lombo, junto ao padrão, morador à capela de S. Lázaro, e de Maria de Sousa, natural da freg. de S.^{to} Ildefonso, no mesmo lugar de S. Lázaro; neto paterno de João Gonçalves, da freg. da Campanhã, lugar do Lombo, e de Maria Teixeira, natural de Lixa, freg. de Vila Cova, aldeia do Arraído de Cima, Felgueiras, e materno de João André, natural da freg. de S.^{to} Ildefonso, junto a S. Lázaro, e de Catarina de Sousa, natural da mesma freguesia; casado com *Jacinta Soares, natural de Carregosa de Cima, freg. de S. Salvador da Carregosa, Oliveira de Azeméis*, filha de *Domingos de Bastos, natural de Arrifaninha, freg. da Carregosa*, e de *Ana Fernandes, natural da Carregosa de Cima*, neta paterna de *Domingos de Bastos, natural de Azagães, freg. da Carregosa*, e de *Madalena Soares, natural de Arrifaninha, moradores em Carregosa*, e materna de *Belchior Fernandes, natural de Carregosa de Cima*, e de *Domingas Fernandes, natural de Santiago*

de Riba Ul, Oliveira de Aземéis, moradores em Carregosa de Cima.

Carta de Familiar de 24 de Maio de 1754.

Inácio — m. 6, n.º 106

- 10 **Inácio Tavares** — capitão; *natural e morador na freg. de S.^{ta} Marinha de Avanca, Estarreja*; filho de *João Tavares* e de *Bernarda Valente, moradores em Avanca*; neto paterno de *Gaspar Tavares, natural de Amiães, freg. de S.^{to} Estêvão do Couto de Esteves, Sever do Vouga*, e de *Antónia João, natural de Presas, freg. de S. João de Silva Escuro, Sever do Vouga*, e aí moradores, e materno de *Diogo Valente* e de *Leonor Tavares, também naturais e moradores em Avanca*.

Não provido do lugar de Familiar do S.^{to} Offício, em virtude da informação do Procurador da comarca de Esgueira em que se dizia ser fama pública proceder de casta de mouros *João Tavares da Silva*, filho de *Simão Tavares*, irmão de *João Tavares*, pai do habilitante, pelo que se julgou inábil para esse cargo em 8 de Junho de 1660.

Inácio — m. 1, n.º 11

- 11 **Inácio Xavier de Faria** — cravador de diamantes; natural de Elvas e morador em Évora; filho do Dr. *João Antunes de Faria*, natural de Évora, freg. de S.^{to} Antão, e de D. *Maria Pereira das Neves*, natural de Elvas; neto paterno de *Manuel Gomes*, alfaiate, natural de Estremoz, e de *Margarida Rodrigues*, natural de Évora, e materno de *José Pereira*, natural de Redondo, e de *Maria das Neves*, natural de Estremoz; bisneto paterno de *Manuel Pinto* e de *Maria Alves*, de Estremoz, e de *Luís Lopes* e de *Marta Rodrigues*, de Évora, e materno de *Francisco Pereira* e de *Isabel Rodrigues*, de Redondo, e de *João Rodrigues Ferreira* e de *Catarina*, ou *Ana Rodrigues*, de Estremoz; ajustado para casar, em 1769, com *Francisca Teresa do Vale*, natural de S. João de Gondar, termo de Guimarães, filha de *Bento de Abreu*, natural de Gondar, e de *Antónia do Vale*, natural da freg. de S.^{ta} Crestila de Cerzedelo, termo de Barcelos, neta paterna, apesar de seu pai ser dado como filho de pais incógnitos, de *Jerónimo de Abreu do Paço*, natural de Cerzedelo, e de *Maria de Almeida*, natural de Gondar, e materna de *Miguel de Castro* e de *Catarina Martins*, naturais de Cerzedelo, irmã do P.^o *António do Vale*. Enviuvando, ajustado de novo para casar, em 1785, com *Maria da Apresentação*, recolhida no Convento do Paraíso de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Évora, natural de Beringel, filha de Lourenço Afonso Botelho e de Catarina de Sena, naturais e moradores em Beringel, neta paterna de Manuel Pires e de Maria das Neves, naturais de Castro Verde, e materna de Manuel Lourenço de Paiva e de Francisca Lopes, também naturais e moradores em Beringel; mais uma vez ajustado para casar, em 1788, com D. Maria José Egídia da Piedade, natural e moradora em Évora, filha do Dr. José Henriques Lopes da Silva, médico na mesma cidade, natural de Moura, e de D. Antónia Libânia da Fonseca Dória, natural de Vila Rica do Ouro Preto, neta paterna do Dr. Gaspar Álvares Lopes, médico, e de D. Teresa Maria Eugénia da Silva, naturais de Moura, e materna de *Manuel de Sousa Portugal, natural da freg. de S. Vicente de Louredo, Feira*, filho de *Manuel de Sousa* e de *Maria de Almeida*, também de *Louredo*, e de D. Maria da Fonseca Dória, natural do Rio de Janeiro.

Carta de Familiar de 9 de Abril de 1767.

Inácio — m. 8, n.º 127

- 12 **Inocência Lobo Pimentel** — fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}; natural da freg. de Orbacém, Caminha, e morador na freg. do Sopo, Vila Nova da Cerveira; filho do capitão Mateus Lobo de Mesquita, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, natural de Caminha, e de D. Ana Maria Caetana de Sousa, natural de Leça de Matozinhos, freg. de S. Miguel da Palmeira, moradores em Orbacém; neto paterno de Luís de Ceia Marinho e de D. Luísa de Mendonça, naturais de Caminha e aí moradores e igualmente em Orbacém, e materno de *Manuel Ferreira da Costa, natural da vila de Préstimo, freg. de Sant'Iago, Águeda*, e de Maria Jorge do Anjo, natural de Leça de Matozinhos e aí moradores, e depois em Sopo.

Carta de Familiar de 30 de Julho de 1752.

Inocência — m. 1, n.º 5

ÍNDICES

LETRA H

a) ANTROPONÍMICO

(PELO ÚLTIMO APELIDO)

- Abreu (Henrique de Sousa Pereira e)** — 10
Abreu (Isabel de) — S. João de Loure, Albergaria-a-Velha — 8
Abreu (Simão de) — S. João de Loure, Albergaria-a-Velha — 8
Almeida (Bernardo Gabriel de), sargento-mor da vila de Vouga, Lamas, Agueda — 1; Valongo, Agueda — 1
Almeida (Heltor Pinto de), juiz ordinário da Póvoa do Varzim — Valongo, Agueda — 1
Andrade (Henrique Francisco de), escrivão proprietário do Juízo do Crime do Bairro de Alfama e inquisidor da Correição do Cível da cidade — 2
Andrade (Henrique Freire de), recebedor do Almocharifado da Fruta — 3
Barros (André Gomes de) — Arouca — 5 e 6
Brandão (Manuel Marques) — Oliveira de Azeméis — 4
Brandoa (Isabel) — Carregosa, Oliveira de Azeméis — 4; Oliveira de Azeméis — 4
Carvalho (João Ferreira de) — Roge, Vale de Cambra — 3
Cerveira (Maria) — Esgueira, Aveiro — 1
Costa (António de Pinho da) — Arrifana de S.^{ta} Maria, Feira — 9
Criveiro (Manuel Fernandes) — Vilarinho do Bairro, Agueda — 12
Cruz (Manuel da) — Ventosa do Bairro, Mealhada — 12
Cruz (Maria da) — Ventosa do Bairro, Mealhada — 12
Eça (Henrique da Silva d'), morador em Baçaim, Índia — 9
Fernandes (Hipólito) — 12
Fernandes (Mateus) — S. João de Loure, Albergaria-a-Velha — 8
Francisco (Hipólito), ourives no Porto — 11
Galo (Henrique Martins), presbítero secular — 6
Jorge (Maria) — Ventosa do Bairro, Mealhada — 12
Lopes (Doroteia) — Arouca — 11
Lopes (Henrique José), escrivão da Chancelaria da Relação da Baía — 4
Lopes (Maria) — Arouca — 11
Macedo (Maria de) — Valongo, Agueda — 1
Macedo (Maria Pinto de) — Valongo, Agueda — 1
Marques (Manuel) — Carrejore, Oliveira de Azeméis — 4; Oliveira de Azeméis — 4; Ul, Oliveira de Azeméis — 4
Martins (Henrique), homem de negócio no Recife — 5
Matos (Jacinta de) — Arouca — 11
Matos (José de) — Arouca — 11
Morais (João Cerveira de), capitão da vila de Esgueira, Aveiro — 1; Valongo, Agueda — 1

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Morais (Lourenço de) — Aveiro — 7

Pimenta (Luís), serralheiro — Espinhel, Agueda — 2

Pinto (Manuel) — Arouca — 11

Ribeiro (Cristóvão) — Esgueira, Aveiro — 1

Rijo (Henrique Nobre), ouvidor da vila de Azambuja — 7

Rodrigues (Maria) — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 10

Sant'Ana (P.^{re} Frei Henrique de), religioso agostinho descalço no Convento de Cedofeita — 8

b) TOPONÍMICO

AGUEDA

Espinhel — Pimenta (Luís), serralheiro — 2

Lamas — Almeida (Bernardo Gabriel de), sargento-mor da vila de Vouga — 11

Valongo — Almeida (Bernardo Gabriel de), sargento-mor da vila de Vouga — 1; **Almeida (Heitor Pinto de)**, juiz ordinário da Póvoa do Varzim — 1; Macedo (Maria de) — 1; Macedo (Maria Pinto de) — 1; **Morais (João Cerveira de)**, capitão da vila de Esgueira — 1

ALBERGARIA-A-VELHA

S. João de Loure — Abreu (Isabel de) — 8; Abreu (Simão de) — 8; Fernandes (Mateus) — 8

ANADIA

S. Lourenço do Bairro — Rodrigues (Maria) — 10

Vilarinho do Bairro — Criveiro (Manuel Fernandes) — 12

AROUCA

Arouca — Barros (André Gomes de) — 5 e 6; Lopes (Doroteia) —

11; Lopes (Maria) — 11; Matos (Jacinta de) — 11; Matos (José de) — 11; Pinto (Manuel) — 11

AVEIRO

Aveiro — **Morais (Lourenço de)** — 7

Esgueira — Cerveira (Maria) — 1; **Morais (João Cerveira de)**, capitão da vila de — 1; Ribeiro (Cristóvão) — 1

FEIRA

Arrifana de S.^{ta} Maria — Costa (António de Pinho da) — 9

MEALHADA

Ventosa do Bairro — Cruz (Manuel da) — 12; Cruz (Maria da) — 12; Jorge (Maria) — 12

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Carregosa — Brandão (Isabel) — 4; Marques (Manuel) — 4

Oliveira de Azeméis — Brandão (Manuel Marques) — 4; Brandão (Isabel) — 4; Marques (Manuel) — 4

VALE DE CAMBRA

Roge — Carvalho (João Ferreira de) — 3

LETRA I

a) ANTROPONÍMICO

(PELO ÚLTIMO APELIDO)

- Almeida (João Rebelo de), Familiar do S.^{to} ofício—Salreu, Estarreja—3
- Almeida (Maria)—Louredo, Feira—11
- Alvares (João)—Salreu, Estarreja—6
- André (Afonso)—Salreu, Estarreja—6
- André (Antónia)—Branca, Albergaria-a-Velha—6; Salreu, Estarreja—6
- André (Francisca)—Feira—8
- Bastos (Domingos de)—Carregosa, Oliveira de Azeméis—9
- Costa (Manuel Ferreira da)—Préstimo, Águeda—12
- Faria (Inácio Xavier de)**, cravador de diamantes em Évora—11
- Fernandes (Ana)—Carregosa, Oliveira de Azeméis—9
- Fernandes (Belchior)—Carregosa, Oliveira de Azeméis—9
- Fernandes (Domingas)—Carregosa, Oliveira de Azeméis—9; Santiago de Riba d'Ul, Oliveira de Azeméis—9
- Fernandes (Manuel)—Aguada de Cima, Águeda—2
- Fernandes (Maria)—Salreu, Estarreja—6
- Freitas (B.^{te} Inácio de Carvalho e)**, Provedor da Comarca de Aveiro—3
- Gomes (Inácia)**—Arcos, Anadia—5
- Gomes (P.^o Inácio José)**, clérigo, presbítero do hábito de S. Pedro, prior da igreja de S.^{to} Comba Dão—5
- Gonçalves (Inácio de Sousa)**, cecreiro no Porto—9
- Gonçalves (Joana)—Salreu, Estarreja—6
- Gonçalves (Maria)—Salreu, Estarreja—6
- João (Antónia)—Silva Escura, Sever do Vouga—10
- João (Maria)—Aveiro—6; Salreu, Estarreja—6
- João (Pedro)—Salreu, Estarreja—6
- Maia (Inácio de Almeida e)**, cavaleiro da Ordem de Cristo e juiz do civil da cidade de Lisboa Ocidental e Oriental—1
- Martins (João)—Salreu, Estarreja—6
- Negrão (Manuel de Bessa)—Urró, Arouca—5
- Nunes (Inácio)**, mercador em Aveiro—6; Branca, Albergaria-a-Velha—6
- Nunes (Mécia)—Branca, Albergaria-a-Velha—6
- Nunes (Pedro)—Branca, Albergaria-a-Velha—6
- Pereira (Inácio Caetano)**, partidador e inquiridor do Juízo dos Órfãos da repartição da Sé e Alfama—2
- Pimentel (Inocêncio Lobo)**, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}—12
- Pinho (D. Luísa Maria Nogueira de)—Fermelã, Estarreja—3
- Pinho (Mariana Nogueira de)—Fermelã, Estarreja—3

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Pires (João) — Branca, Albergaria-a-Velha — 6

Porciúncula (Frei **Inácio da**), religioso da Ordem de S. Francisco, lente do Prima de Teologia, morador no Convento de S. Francisco de Lisboa — 8

Portugal (Manuel de Sousa) — Louredo, Feira — 11

Rodrigues (Marta) — Aveiro — 1
Rosa (Remígio Ferreira) — Ilhavo — 3

Sá (D. Joana Proença de) — Ilhavo — 3

Sá (D. Rosa Sebastiana de) — Ilhavo — 3

Sequeira (Dr. Manuel Tavares de), Familiar do S.^{to} ofício — Ilhavo — 3

Silva (António Gomes da) — Valongo, Águeda — 4

Silva (Inácio Gomes da), morador na Baía — 4

Silva (João Tavares da) — Silva Escura, Sever do Vouga — 10

Silveira (Euzébio Ribeiro da) — Fermelã, Estarreja — 3; Ilhavo — 3

Silveira (Euzébio Ribeiro da), cavaleiro professo da Ordem de Cristo — Aveiro — 3; Fermelã, Estarreja — 3

Silveira (João de Sousa Ribeiro da), cavaleiro professo da Ordem de Cristo — Aveiro — 3

Silveira (D. Josefa Rosália da) — Ilhavo — 3

Soares (Feliciano) — Feira — 8

Soares (Jacinta) — Carregosa, Oliveira de Azeméis — 9

Soares (Madalena) — Carregosa, Oliveira de Azeméis — 9

Soares (Miguel) — Feira — 8

Soeiro (António) — Trofa, Águeda — 7

Sousa (Inácio Pereira de), homem de negócio — 7

Sousa (Manuel de) — Louredo, Feira — 11

Tavares (Gaspar) — Couto de Esteves, Sever do Vouga — 10; Silva Escura, Sever do Vouga — 10

Tavares (Inácio), capitão — Avanca, Estarreja — 10

Tavares (João) — Avanca, Estarreja — 10; Silva Escura, Sever do Vouga — 10

Tavares (Leonor) — Avanca, Estarreja — 10

Tavares (Simão) — Silva Escura, Sever do Vouga — 10

Valente (Bernarda) — Avanca, Estarreja — 10

Valente (Diogo) — Avanca, Estarreja — 10

b) TOPONÍMICO

AGUEDA

Aguada de Cima — Fernandes (Manuel) — 2

Préstimo — Costa (Manuel Ferreira da) — 12

Trofa — Soeiro (António) — 7

Valongo — Silva (António Gomes da) — 4

ALBERGARIA-A-VELHA

Branca — André (Antónia) — 6; **Nunes (Inácio)**, mercador em Aveiro — 6; Nunes (Mécia) — 6; Nunes (Pedro) — 6; Pires (João) — 6

ANADIA

Arcos — Gomes (Inácia) — 5

AROUCA

Urrô — Negrão (Manuel de Bessa) — 5

AVEIRO

Aveiro — **Freitas (B.^o Inácio de Carvalho e)**, Provedor da comarca de — 3; João (Maria) — 6; **Nunes (Inácio)**, mercador em — 6; Rodrigues (Marta) — 1; Silveira (Euzébio Ribeiro da), cavaleiro professo da Ordem de Cristo — 3; Silveira (João de Sousa Ribeiro da), cavaleiro professo da Ordem de Cristo — 3

ESTARREJA

Avanca — **Tavares (Inácio)**, capitão — 10; Tavares (João) — 10; Tavares (Leonor) — 10; Valente (Bernarda) — 10; Valente (Diogo) — 10

Fermelã — Pinho (D. Luísa Maria Nogueira de) — 3; Pinho (Mariana Nogueira de) — 3; Silveira

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

(Euzébio Ribeiro da)—3; Silveira (Euzébio Ribeiro da), cavaleiro professo da Ordem de Cristo—3

Salreu—Almeida (João Rebelo de), Familiar de S.^{to} officio—3; Alvares (João)—6; André (Afonso)—6; André (António)—6; Fernandes (Maria)—6; Gonçalves (Joana)—6; Gonçalves (Maria)—6; João (Maria)—6; João (Pedro)—6; Martins (João)—6; Pinho (Mariana Nogueira de)—3

FEIRA

Feira—André (Francisca)—8; Soares (Feliciano)—8; Soares (Miguel)—8

Louredo—Almeida (Maria de)—11; Portugal (Manuel de Sousa)—11; Sousa (Manuel de)—11

ILHAVO

Ilhavo—Rosa (Remígio Ferreira)—3; Sá (D. Joana Proença de)—

3; Sá (D. Rosa Sebastiana de)—3; Sequeira (Dr. Manuel Tavares de), Familiar do S.^{to} Officio—3; Silveira (Euzébio Ribeiro da)—3; Silveira (D. Josefa Rosália da)—3

OLIVEIRA DE AZEMEIS

Carregosa—Bastos (Domingos de)—9; Fernandes (Ana)—9; Fernandes (Belchior)—9; Fernandes (Domingas)—9; Soares (Jacinto)—9; Soares (Madalena)—9

Santiago de Riba d'Ul—Fernandes (Domingas)—9

SEVER DO VOUGA

Couto de Esteves—Tavares (Gaspar)—10

Silva Escura—João (Antónia)—10; Silva (João Tavares da)—10; Tavares (Gaspar)—10; Tavares (João)—10; Tavares (Simão)—10

(*Continua*)

bibRIA

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

-
- Anais*, Academia Portuguesa da História, II série, vol. 14.º Lisboa, 1964.
- Arquivo do Alto Minho*, 2.ª série, vol. III, 1964; vol. IV, tomo I, 1965. Viana do Castelo.
- Autores*, Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses. Ano VII, n.ºs 27 a 30. Lisboa, 1965.
- Biblos*, Revista da Faculdade de Letras de Coimbra, vol. XXXV. Coimbra, 1959.
- Boletim da Academia Portuguesa da História*, vol. 27.º de 1964 e vol. 28.º de 1965. Lisboa.
- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 12. Matosinhos, 1965.
- Boletim Cultural*, Junta Distrital de Lisboa, n.ºs 61/62. Lisboa, 1964.
- Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. V, n.º 3. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1964.
- Das Artes e da História da Madeira*, revista de cultura da Sociedade de Concertos da Madeira, vol. VI, n.ºs 4 e 5. Funchal, 1965.
- Estudos Históricos*, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n.º 2. Marília, S. P., Brasil. 1963.
- Insulana*, órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XIX. Ponta Delgada, Açores, 1963.
- Mensário das Casas do Povo*, n.ºs 223 a 234. Lisboa, 1965.
- Ora & Labora*, revista litúrgica beneditina, ano XII, n.ºs 1 a 6. Mosteiro de Singeverga, Negrelos, 1965.
- Revista de Etnografia*, Junta Distrital do Porto, vol. III, tomo 2, 1964; vol. IV, tomos 1 e 2, 1964, e vol. V, tomo I, de 1965. Porto.
- Revista da Faculdade de Ciências*, Universidade de Lisboa, 2.ª série, C — Ciências Naturais, vol. XII, fasc. 2.º, 1964; vol. XIII, fasc. 1.º, 1965. Lisboa.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Revista de Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, vol. LXXIV, n.ºs 3-4. Guimarães, 1964.

Revista de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo e Sociedade de Estudos Históricos, vol. XXVIII, n.ºs 58 e 60. São Paulo, Brasil, 1964.

UASD, Universidade Autónoma de Santo Domingo, vol. I, n.ºs 3 e 4. Santo Domingo, República Dominicana, 1964.

Vida e Cultura, n.ºs 27 a 29. João Pessoa — Paraíba — Brasil, 1964.

*

Anuario de la Biblioteca Central y de las populares y especiales (1957-1960). Diputación provincial de Barcelona. Barcelona, 1964.

Catálogo de la producción editorial barcelonesa (1962-1963). Barcelona, 1964.

Câmara Municipal de Aveiro — *Relatório da gerência de 1963*.

» » » *Relatório da gerência de 1964*.

Junta Autónoma do porto de Aveiro — *Relatório da gerência de 1964*.

Banco de Portugal — *Relatório do Conselho de Administração. Parecer do Conselho Fiscal. Gerência de 1964*. 1.º e 2.º volumes. Lisboa, 1965.

Relatório e Contas da Companhia de Seguros Tranquilidade em 31 de Dezembro de 1964. Lisboa, 1965.

Lucerna — *Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos* (anexo à Universidade do Porto). *Actas do III Colóquio Português de Arqueologia*, vol. IV. Porto, 1965.

Almofariz e Outras Laudas — por Fernando Magano. Editorial «Praça Nova». Porto, 1965.

Apesar das suas afanosas e constantes preocupações de catedrático e de médico, o Doutor FERNANDO MAGANO, cedendo às solicitações da veia de escritor nato, escreve, escreve sempre, consoante a inspiração de leituras ou acontecimentos, e essas produções aparecem em revistas ou jornais. É o caso do volume «*Almofariz e Outras Laudas*», agora aparecido, que insere ligeiras mas penetrantes impressões publicadas em *Praça Nova* («Jornal de Culturas»), constituindo o *Almofariz*; dois artigos saídos no *Litoral*, de Aveiro; o artigo inserto no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, quando da homenagem prestada pela revista à memória do artista ilhavense João Carlos Celestino Gomes, e ainda outro artigo publicado em *Praça Nova* —, estoutros designados por «*Outras laudas*».

Em todas essas produções, de estilo inconfundível, se afirma o Doutor FERNANDO MAGANO o escritor perspicaz e originalíssimo, que há muito admiramos.

In Memoriam — *Saudade Infinda!* — por Manuel Mentarfa. Vol. de 24 páginas. Porto, 1965.

Deste notável prosador e poeta recebemos o opúsculo acima citado, que se compõe de catorze sonetos — os dez primeiros dedicados à memória de sua segunda esposa, D. Joaquina Soares Pereira, com quem viveu qua-

BIBLIOGRAFIA

renta e dois anos, e os quatro restantes à memória da primeira, D. Rosa Gomes de Pinho, que, tendo morrido com pouco mais de vinte anos, apenas lhe deu quatro anos de felicidade.

São catorze sonetos admiráveis, sentidíssimos, que atestam a presença de um verdadeiro poeta.

Crônicas do Meu Tempo—por Ercília Pinto. Opúsculo de 59 páginas. Coimbra, 1965.

Este opúsculo da nossa prezada colaboradora D. ERCÍLIA PINTO é o fascículo VII da sua colecção, no qual, embora seja posto em lugar de relevo o capítulo intitulado — «O Progressismo Católico» e os «Teddy-Boys» —, que figura em primeiro lugar, se tratam de outros assuntos, em doze artigos que foram publicados, entre 1961 a 1964, na «Gazeta de Coimbra» e na «Gazeta do Centro».

Continua assim ERCÍLIA PINTO, com o seu conhecido desassombro, na sua «crítica social», castigando inexoravelmente tudo aquilo com que não concorda ou se afasta da ética normal.

Feira da Ladra—Pelo P.^e Áureo de Figueiredo. 1958. Vol. de 190 páginas.

Neste volume, reuniu o autor, antigo professor do Seminário de Aveiro, várias produções suas: *Discurso*, pronunciado no Seminário de Coimbra em 1938, sobre a «Restauração Cristã de Portugal»; *alocução* no 1.^o de Dezembro de 1938, no Seminário dos Olivais; *discurso*, proferido na abertura das aulas do Seminário de Aveiro, em 1941; *palestra* contra o comunismo, realizada no pavilhão da Feira de Março, em Aveiro, em 1942; *discurso* na inauguração da electricidade em Fermentelos, sua terra natal, em 1949; estudos sobre problemas e individualidades de Fermentelos; artigo sobre *A burla dos bailes*. Por fim, uma *Carta justificativa* «que a palestra anticomunista de Aveiro provocou» e *Apreciações alheias*, aos seus escritos.

Embora se possa discordar do autor numa ou noutra afirmação, numa ou noutra atitude, a verdade é que muito são de apreciar todos quantos, como o P.^e ÁUREO DE FIGUEIREDO, expõem desassombradamente as suas opiniões.

Assim o entendeu também o Ex.^{mo} Bispo de Quelimane, D. Francisco Teixeira, prefaciando o volume.

Migrações e Interpenetração cultural—por Ireneu da Silva Cunha. Conferência integrada nas comemorações da Semana do Ultramar de 1965. Porto, 1965.

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

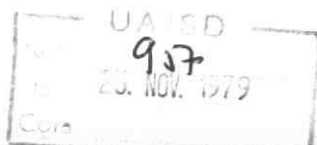
	Págs.
ALMEIDA FERNANDES (A. de)	
— <i>Arouca na Idade Média pré-Nacional</i>	41, 224 e 266
CACHIM (Amadeu Eurípedes)	
— <i>Escola (A) Industrial e Comercial de Aveiro</i>	69
CERQUEIRA (Eduardo)	
— <i>Participação de Aveiro no Festival de João de Deus, em 8 de Março de 1895</i>	154
CRUZ MALPIQUE (Mannuel da)	
— <i>Jaime de Magalhães Lima</i>	5, 97 e 178
DIRECÇÃO	
— <i>Ano XXXI</i>	3
FERREIRA NEVES (Francisco)	
— <i>Subsídios para a História do Farol da Barra de Aveiro</i>	37
GONÇALVES (A. M.)	
— <i>Reunião, em Aveiro, dos Conservadores dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais</i>	81
MADAHIL (António G. da Rocha)	
— <i>Mapa Turístico do Distrito de Aveiro</i>	26
— <i>Pontos da história do projectado Arquivo Distrital de Aveiro</i>	248
MAGANO (Fernando)	
— <i>Literatura regional — «Mar da Biscaia»</i>	243
MOREIRA (Artur Alves)	
— <i>Porto (O) de Aveiro. — Seu movimento e progresso</i>	32
PIRES DE LIMA (Jorge Hugo)	
— <i>Distrito (O) de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício</i>	195 e 300
SILVEIRA (Joaquim da)	
— <i>Migalhas de História Administrativa</i>	259
TAVARES (José)	
— <i>Castilho e Bulhão Pato perante a memória de José Estêvão</i>	163
— <i>Infante (O) D. Pedro na Literatura</i>	117

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS

— <i>Índice, por autores, da colaboração dos vols. XXVI a XXX</i>	73
— <i>Bibliografia</i>	319

FIM DO VOLUME XXXI

322



Visitai a linda cidade de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima do mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livreria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS

SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA
FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

ZÜNDAPP

BICICLETAS MOTORIZADAS

FAMOSAS PELAS SUAS QUALIDADES

FALCONETTE DE 4 VELOCIDADES
COM 4,2 C.V.

COMBINETTE DE 2 VELOCIDADES
COM 4,2 C.V.

Representante para Portugal

J. CASAL

AVEIRO

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 136

TELEFONE 23552

LISBOA

Avenida da República, 99-B

TELEFONES { 764215
767152

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

Fábrica de moagem

*de cereais
e descasque de arroz*

Preparação de farinhas

para alimentação de gado,

*marca **Beimar***

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos

Telefone — 23826

Telegramas — **Testa**

Apartado 30



RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2
AVEIRO

bibRIA

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU, ARRASTO E SARDINHA

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefones 23021 / 23022

End Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

AVEIRO

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Lugre Motor — «D. DINIZ»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA»

Pesca de sardinha:

Traineira — «JOÃO PASCOAL»

Officinas Mecânicas e Secadouro de Bacalhau
na Gafanha — Telef. 23243

PHILIPS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO • TELEF. 23055

biblioteca

PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA DOS MARNOTOS, 15

AVEIRO • TELEF. 23055

Motorizadas SACHS-S. I. S.

Fabricadas em Portugal, com qualidade
reconhecida e elogiada pelas grandes
- revistas mundiais da especialidade -

As motorizadas SACHS—S. I. S. circulam
nas estradas de Portugal continental
e ultramarino, da América do Norte,
- - da Alemanha e da Grécia - -

Modelos: BAMBINA
V5 SPORT
V5 TURISMO
1x2
LEBRE
MINOR
APRILIA

*Novidade SACHS—S. I. S.: O triciclo
de carga, sem carta, único do País
com diferencial*

S. I. S.—Veículos Motorizados, L.^{da}
Porto—Anadia—Lisboa

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

.....

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua 5 de Outubro, 18

Telefs. PPC { 22031
22032

AVEIRO

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional
do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra
e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro —
Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano
azul trançado extra e carborandum — Pano azul trançado e electro-
korundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para
polissagem de carrosserias de autos para pintura a Duco.

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS
FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade
«Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs.
para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria.
Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações
especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Forne-
cemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefs. { 22046
22047

Café Trianon

DE

FERREIRA, GONÇALVES & FERREIRA, L.^{DA}

ESMERADO SERVIÇO DE CAFÉ E CHÁ

CERVEJA A COPO E DELICIOSOS APERITIVOS



TELEFONE 22405

25 - Avenida Dr. Lourenço Peixinho - 27

AVEIRO

bibRIA

Casa BAMBI

TUDO PARA OS VOSSOS FILHOS



Especializada em vestuários
e brinquedos

para crianças



AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 87-B

TELEFONE 24817

AVEIRO

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livraria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100
LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»
LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

57 |

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 122

Abril, Maio e Junho

AVEIRO

1965

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

ANTIGO DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PRINXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

A. M. G., *Reunião em Aveiro dos Conservadores dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais.*

CRUZ MALPIQUE, *Jaime de Magalhães Lima*
— *Pensador de raiz poética.*

JOSÉ TAVARES, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra e Senhor de Aveiro, na Literatura.*

EDUARDO CERQUEIRA, *A participação de Aveiro no Festival de João de Deus em 8 de Março de 1895.*

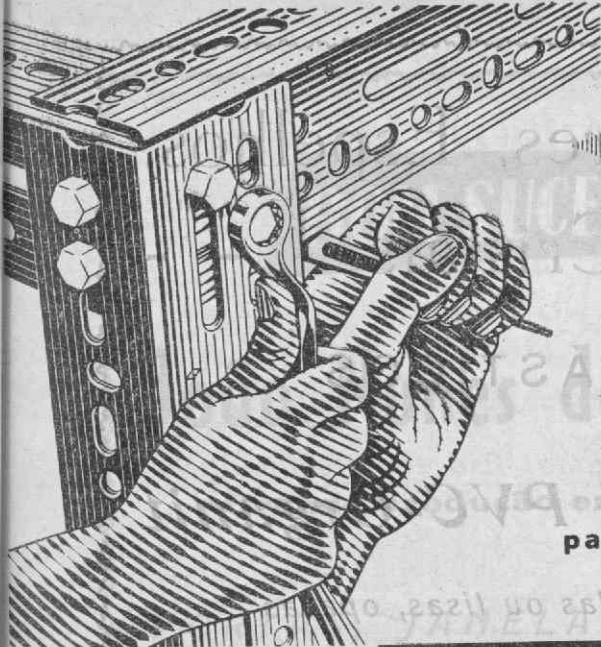
PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 60\$00

NÚMERO AVULSO . . . 20\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

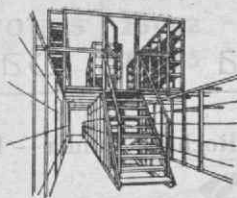
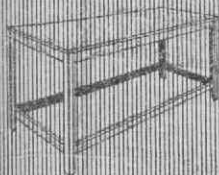


a solução
mais prática
eficiente
e económica

para a sua construção

DEXION

CONSTRÓI QUASE TUDO



PARA QUALQUER ESCALA-
RECIMENTO SOBRE AS
EXTRAORDINÁRIAS VANTA-
GENS NA APLICAÇÃO DO
"DEXION" CONSULTE

F. RAMADA

AÇOS E INDÚSTRIAS, S. A. R. L.

OVAR

LISBOA

•

PORTO

•

ÁGUEDA

•

LUANDA

Mármore, Espelhos,

- - - Cristais - - -

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

onduladas ou lisas, opacas

ou translúcidas; leves,

inquebráveis e incombustíveis;

cores variadas e inalteráveis.

- - Duração infinda - -

oooooooooooo
oooooooooooo

ESTRUTURAS E COBERTURAS

oooooooooooo
oooooooooooo

Ernesto Correia dos Santos

106 — Rua Comandante Rocha e Cunha — 108

TELEFONE 23317

AVEIRO

BOM-SUCESSO

João Nunes da Rocha

Grande produção em série de

PORTAS, JANELAS,

MÓVEIS DE COZINHA

e PARQUETE-MOSAICO

bibRIA

Sede

AVEIRO — Apartado 21

TELEFONES { 23041
23042
23135

Filial em Lisboa

Rua D. João V, 26-A

TELEFONE 650761

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.

DISTRIBUIDORES EM TODO O PAÍS

BANCO REGIONAL DE AVEIRO

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 10.000.000\$00

Capital emitido: Esc. 10.000.000\$00

Transferências e cobranças.

Saques sobre o país.

Cobrança e pagamentos.

C/ corrente em moeda portuguesa.

Depósitos à ordem e a prazo.



Telegramas: REGIONAL

Telefones { 22731
23131

Rua de Coimbra

AVEIRO

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA



Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 23965

— AVEIRO —

Empresa de Pesca de Aveiro, L.^{da}

ESTRADA DA BARRA, 9

AVEIRO — Telef. 23111/2/3

End. telegráfico: SALGUEIROS

PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DO ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

**Instalações de Secagem e Conservação
de Bacalhau na Gafanha, Aveiro.**

Produtores de Óleos de Fígado de Bacalhau,

Tipo Medicinal

**Fabrico de conservas de peixe, com marcas
registadas AVEIRO e NOEL**

FROTA:

6 ARRASTÕES DA PESCA DO BACALHAU

2 " " " " " " (em construção)

2 ATUNEIROS

4 ARRASTÕES DA PESCA COSTEIRA

Filial em Agadir — Marrocos

**SOCIÉTÉ CHERIFIENNE DES ENTREPRISES
DE PÊCHE AVEIRO — MAROC**

Conservas de peixe

Farinha de peixe

ALBA

FÁBRICAS METALÚRGICAS

DE

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE EM:
ALBERGARIA-A-VELHA
Telef. P.P.C. 52206/7
Telegramas «ALBA»

DELEGAÇÃO EM LISBOA:
R. DOS CORREIROS, 40-2.º E.
Telef. 321363/4
Telegramas «ALBA»

FUNDIÇÕES DE FERRO E LIGAS NÃO FERROSAS

CONSTRUÇÃO MECÂNICA

MINCHIN

A MAIOR FÁBRICA DE LOUÇA
EM AÇO INOXIDÁVEL,
ESMALTE, ALUMÍNIO,
BANHEIRAS ESMALTADAS,
PLACAS, PANEIAS
DE PRESSÃO, ETC.

J. MINCHIN & MÁRIO NAVEGA, L.^{DA}

PORTO

Rua do Freixo, 1460
Telef. P.P.C. 53032/3

LISBOA

Rua dos Bacalhoeiros, 121-1.º
Telef. 871069

Oticina de Serralharia

- - - Mecânica - - -



MÁQUINAS DE POLIR TACOS,

VIBRADORES, BETONEIRAS,

MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES

MOAGENS

bibRIA

Reparações de máquinas e motores

oooooooooooo
oooooooooooo

Agente dos motores PETTER, LOMBARDYNE
e tractores DAVID BROWN

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

AVEIRO

TELEFONE 22683 P.P.C.

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA
FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

ZÜNDAPP

BICICLETAS MOTORIZADAS

FAMOSAS PELAS SUAS QUALIDADES

FALCONETTE DE 4 VELOCIDADES
COM 4,2 C.V.

COMBINETTE DE 2 VELOCIDADES
COM 4,2 C.V.

Representante para Portugal

J. CASAL

AVEIRO

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 136

TELEFONE 23552

LISBOA

Avenida da República, 99-B

TELEFONES { 764215
767152

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

*Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca **Beimar***

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

Testa & Amadores, L.^{da}

**ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO**

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone — 23826

Telegramas — **Testa**

Apartado 30



**RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2
AVEIRO**

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU, ARRASTO E SARDINHA

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefones 23021 / 23022

End Teleg. — **MARIALVA**

Apartado 39

AVEIRO

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «**ANTÓNIO PASCOAL**»

Lugre Motor — «**D. DINIZ**»

Navio Motor — «**RAINHA SANTA**»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «**DULCINHA**»

Pesca de sardinha:

Traineira — «**JOÃO PASCOAL**»

Officinas Mecânicas e Secadouro de Bacalhau
na Gafanha — Telef. 23243

PHILIPS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO • TELEF. 23055

bibRIA

PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA DOS MARNOTOS, 15

AVEIRO • TELEF. 23055

Motorizadas SACHS-S. I. S.

Fabricadas em Portugal, com qualidade reconhecida e elogiada pelas grandes - revistas mundiais da especialidade -

As motorizadas SACHS — S. I. S. circulam nas estradas de Portugal continental e ultramarino, da América do Norte, - - da Alemanha e da Grécia - -

Modelos: BAMBINA
V5 SPORT
V5 TURISMO
1x2
LEBRE
MINOR
APRILIA

Novidade SACHS — S. I. S.: O triciclo de carga, sem carta, único do País com diferencial

S. I. S. — Veículos Motorizados, L.^{da}
Porto — Anadia — Lisboa

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

.....

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua 5 de Outubro, 18

Telefs. PPC { 22031
22032

AVEIRO

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional
do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra
e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro —
Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano
azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electro-
korundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para
polissagem de carrosseries de autos para pintura a Duco.

**FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS
FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS**

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade
«Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.^a qualidade em latas de 500 e 250 grs.
para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria.
Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações
especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Forne-
cemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefs. { 22046
22047

Café Trianon

DE

FERREIRA, GONÇALVES & FERREIRA, L.^{DA}

ESMERADO SERVIÇO DE CAFÉ E CHÁ

CERVEJA A COPO E DELICIOSOS APERITIVOS

TELEFONE 22405

25-Avenida Dr. Lourenço Peixinho-27

AVEIRO

bibRIA

Casa BAMBI

TUDO PARA OS VOSSOS FILHOS

Especializada em vestuários

e brinquedos

para crianças

AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 87-B

TELEFONE 24817

AVEIRO

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livraria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Visitai a linda cidade de Aveiro

R i a

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM
— ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

57/

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO bibRIA

N.º 123

Julho, Agosto e Setembro

AVEIRO

1965

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

ANTIGO DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ANTIGO PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

JOSÉ TAVARES, *Castilho e Buião Pato perante a memória de José Estêvão.*

CRUZ MALPIQUE, *Jaime de Magalhães Lima — Pensador de raiz poética.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

A. DE ALMEIDA FERNANDES, *Arouca na Idade Média pré-nacional.*

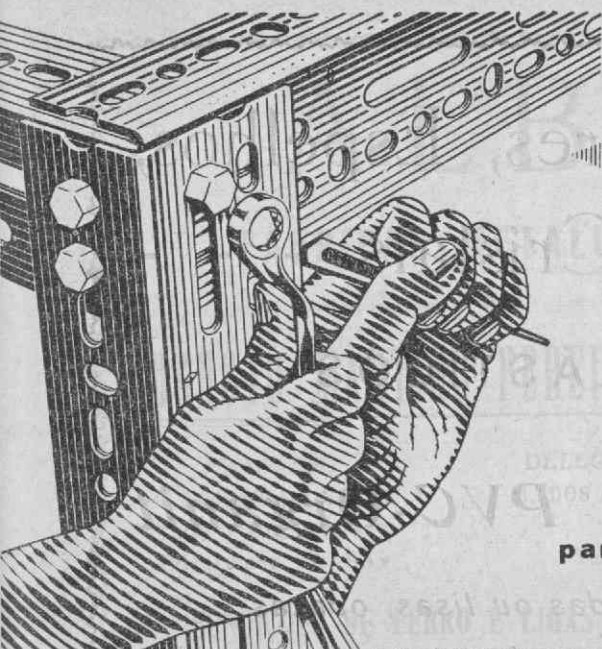
PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 60\$00

NÚMERO AVULSO 20\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.



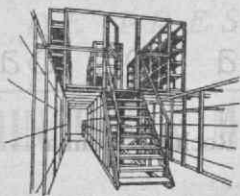
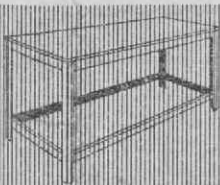
a solução
mais prática
eficiente
e económica

para a sua construção

DEXION

CONSTRÓI QUASE TUDO

PARA QUALQUER ESCAL-
RECIMENTO SOBRE AS
EXTRAORDINÁRIAS VANTA-
GENS NA APLICAÇÃO DO
"DEXION" CONSULTE



F. RAMADA

AÇOS E INDÚSTRIAS, S. A. R. L.

OVAR

LISBOA • PORTO • ÁGUEDA • LUANDA

Mármore, Espelhos,

- - - Cristais - - -

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

*onduladas ou lisas, opacas
ou translúcidas; leves,
inquebráveis e incombustíveis;
cores variadas e inalteráveis.
- - Duração infinda - -*

oooooooooooo
oooooooooooo

ESTRUTURAS E COBERTURAS

oooooooooooo
oooooooooooo

Ernesto Correia dos Santos

106 — Rua Comandante Rocha e Cunha — 108

TELEFONE 23317

A VEIRO

ALBA

FÁBRICAS METALÚRGICAS

DE

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE EM:
ALBERGARIA-A-VELHA
Telef. P.P.C. 52206/7
Telegramas «ALBA»

DELEGAÇÃO EM LISBOA:
R. DOS CORREIROS, 40-2.º E.
Telef. 321363/4
Telegramas «ALBA»

FUNDIÇÕES DE FERRO E LIGAS NÃO FERROSAS

CONSTRUÇÃO MECÂNICA

MINCHIN

A MAIOR FÁBRICA DE LOUÇA
EM AÇO INOXIDÁVEL,
ESMALTE, ALUMÍNIO,
BANHEIRAS ESMALTADAS,
PLACAS, PANEIAS
DE PRESSÃO, ETC.

J. MINCHIN & MÁRIO NAVEGA, L.^{DA}

PORTO

Rua do Freixo, 1460
Telef. P.P.C. 53032/3

LISBOA

Rua dos Bacalhoeiros, 121-1.º
Telef. 871069

Oticina de Serralharia

- - - Mecânica - - -



MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,
MONTA-CARGAS
MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES

MOAGENS
bibRIA

Reparações de máquinas e motores

oooooooooooooooo
oooooooooooooooo

Agente dos motores PETTER, LOMBARDYNE
e tractores DAVID BROWN

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

A V E I R O

TELEFONE 22683 P.P.C.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA



Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 23965

AVEIRO

Empresa de Pesca de Aveiro, L.^{da}

ESTRADA DA BARRA, 9

A VEIRO — Telef. 23111/2/3

End. telegráfico: SALGUEIROS

PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DO ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

Instalações de Secagem e Conservação
de Bacalhau na Gafanha, Aveiro.

Produtores de Óleos de Fígado de Bacalhau,
Tipo Medicinal

Fabrico de conservas de peixe, com marcas
registadas AVEIRO e NOEL

FROTA:

6 ARRASTÕES DA PESCA DO BACALHAU

2 " " " " " " (em construção)

2 ATUNEIROS

4 ARRASTÕES DA PESCA COSTEIRA

Filial em Agadir — Marrocos

SOCIÉTÉ CHERIFIENNE DES ENTREPRISES
DE PÊCHE AVEIRO — MAROC

— *Conservas de peixe* —

Farinha de peixe

BOM-SUCESSO

João Nunes da Rocha

Grande produção em série de

PORTAS, JANELAS,

MÓVEIS DE COZINHA

e PARQUETE-MOSAICO

bibRIA



Sede

Filial em Lisboa

AVEIRO — Apartado 21

Rua D. João V, 26-A

TELEFONES

23041

23042

23135

TELEFONE 650761



DISTRIBUIDORES EM TODO O PAÍS

BANCO REGIONAL DE AVEIRO

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 10.000.000\$00

Capital emitido: Esc. 10.000.000\$00

Transferências e cobranças.

Saques sobre o país.

Cobrança e pagamentos.

C/ corrente em moeda portuguesa.

Depósitos à ordem e a prazo.



Filial em Lisboa

Sede

Telegramas: **REGIONAL**

Telefones { 22731
23131



Rua de Coimbra

AVEIRO

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

.....

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua 5 de Outubro, 18

Telefs. PPC { 22031
22032

AVEIRO

bibRIA

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional
do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra
e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro —
Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano
azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electro-
korundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para
polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.

**FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS
FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS**

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade
«Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs.
para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria.
Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações
especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Forne-
cemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefs. { 22046
22047

Café Trianon

DE

FERREIRA, GONÇALVES & FERREIRA, L.^{DA}

ESMERADO SERVIÇO DE CAFÉ E CHÁ

CERVEJA A COPO E DELICIOSOS APERITIVOS

TELEFONE 22405

25-Avenida Dr. Lourenço Peixinho-27

AVEIRO

bibRIA

Casa BAMBI

TUDO PARA OS VOSSOS FILHOS

Especializada em vestuários
e brinquedos

para crianças

AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 87-B

TELEFONE 24817

AVEIRO

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA
FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

ZÜNDAPP

BICICLETAS MOTORIZADAS

FAMOSAS PELAS SUAS QUALIDADES

FALCONETTE DE 4 VELOCIDADES
COM 4,2 C.V.

COMBINETTE DE 2 VELOCIDADES
COM 4,2 C.V.

Representante para Portugal

J. CASAL

AVEIRO

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 136

TELEFONE 23552

LISBOA

Avenida da República, 99-B

TELEFONES { 764215
767152

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

**Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar***

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

Testa & Amadores, L.^{da}

**ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO**

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone — 23826

Telegramas — **Testa**

Apartado 30

**RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2
A VEIRO**

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU, ARRASTO E SARDINHA

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefones 23021 / 23022

End Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

A VEIRO

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Lugre Motor — «D. DINIZ»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA»

Pesca de sardinha:

Traineira — «JOÃO PASCOAL»

Officinas Mecânicas e Secadouro de Bacalhau
na Gafanha — Telef. 23243

PHILIPS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO • TELEF. 23055

bib**RIA**



PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA DOS MARNOTOS, 15

AVEIRO • TELEF. 23055

Motorizadas SACHS-S.I.S.

Fabricadas em Portugal, com qualidade reconhecida e elogiada pelas grandes - revistas mundiais da especialidade -

As motorizadas SACHS—S. I. S. circulam nas estradas de Portugal continental e ultramarino, da América do Norte, - - da Alemanha e da Grécia - -

Modelos: BAMBINA
V5 SPORT
V5 TURISMO
1x2
LEBRE
MINOR
APRILIA

Novidade SACHS—S. I. S.: O triciclo de carga, sem carta, único do País com diferencial

S. I. S.—Veículos Motorizados, L.^{da}
Porto—Anadia—Lisboa

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livraria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100
LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Visitai a linda cidade de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM
ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA

(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

955 |

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO bibRIA

N.º 124

Outubro, Novembro e Dezembro

AVEIRO

1965

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

ANTIGO DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ANTIGO PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PREIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

FERNANDO MAGANO, *Literatura regional—Mar da Biscaia.*

A. G. DA ROCHA MADAHIL, *Pontos da história do projectado Arquivo Distrital de Aveiro.*

JOAQUIM DA SILVEIRA, *Migalhas de história administrativa.*

A. DE ALMEIDA FERNANDES, *Arouca na Idade Média pré-nacional.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício. Bibliografia.*

Índice alfabético dos autores do vol. XXXI.

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 60\$00

NÚMERO AVULSO . . . 20\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas.
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

PHILIPS

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

A VEIRO • TELEF. 23055

bibRIA

PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA DOS MARNOTOS, 15

A VEIRO • TELEF. 23055

Motorizadas SACHS-S.I.S.

Fabricadas em Portugal, com qualidade reconhecida e elogiada pelas grandes

- revistas mundiais da especialidade -

As motorizadas SACHS-S.I.S. circulam nas estradas de Portugal continental e ultramarino, da América do Norte, - - da Alemanha e da Grécia - -

Modelos: BAMBINA
V5 SPORT
V5 TURISMO
1x2
LEBRE
MINOR
APRILIA

Novidade SACHS-S.I.S.: O triciclo de carga, sem carta, único do País com diferencial

S. I. S.—Veículos Motorizados, L.^{da}
Porto—Anadia—Lisboa

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço,

peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

.....

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua 5 de Outubro, 18

Telefs. PPC { 22031
22032

AVEIRO

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional
do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra
e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro —
Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano
azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electro-
korundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para
polissagem de carrosserías de autos para pintura a, Duco.

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS
FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade
«Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs.
para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria.
Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações
especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Forne-
cemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefs. { 22046
22047

Café Trianon

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

FERREIRA, GONÇALVES & FERREIRA, L.^{DA}

ESMERADO SERVIÇO DE CAFÉ E CHÁ

CERVEJA A COPO E DELICIOSOS APERITIVOS

TELEFONE 22405

25-Avenida Dr. Lourenço Peixinho-27

AVEIRO

bibRIA

Casa BAMBI

TUDO PARA OS VOSSOS FILHOS

Especializada em vestuários

e brinquedos

para crianças

AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 87-B

TELEFONE 24817

AVEIRO

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA



Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 23965

AVEIRO

Empresa de Pesca de Aveiro, L.^{da}

ESTRADA DA BARRA, 9

AVEIRO — Telef. 23111/2/3

End. telegráfico: SALGUEIROS

PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DO ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

**Instalações de Secagem e Conservação
de Bacalhau na Gafanha, Aveiro.**

**Produtores de Óleos de Fígado de Bacalhau,
Tipo Medicinal**

**Fabrico de conservas de peixe, com marcas
registadas AVEIRO e NOEL**

FROTA:

6 ARRASTÕES DA PESCA DO BACALHAU

2 " " " " " " (em construção)

2 ATUNEIROS

4 ARRASTÕES DA PESCA COSTEIRA

Filial em Agadir — Marrocos

**SOCIÉTÉ CHERIFIENNE DES ENTREPRISES
DE PÊCHE AVEIRO — MAROC**

Conservas de peixe

Farinha de peixe

BOM-SUCESSO

João Nunes da Rocha

Capital emitida: Esc. 10.000.000.200

Grande produção em série de

PORTAS, JANELAS,

MÓVEIS DE COZINHA

e PARQUETE-MOSAICO



Sede

AVEIRO — Apartado 21

TELEFONES

23041

23042

23135

Filial em Lisboa

Rua D. João V, 26-A

TELEFONE 650761



DISTRIBUIDORES EM TODO O PAÍS

BANCO REGIONAL DE AVEIRO

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 10.000.000\$00

Capital emitido: Esc. 10.000.000\$00

Transferências e cobranças.

Saques sobre o país.

Cobrança e pagamentos.

C/ corrente em moeda portuguesa.

Depósitos à ordem e a prazo.

FROTA:

Filial em Lisboa

Telegramas: REGIONAL

Telefones

22731

23131

Rua de Coimbra

AVEIRO

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

**Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar***

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos

Telefone — 23826

Telegramas — **Testa**

Apartado 30

RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2
AVEIRO

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU, ARRASTO E SARDINHA

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefones 23021 / 23022

End Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

AVEIRO

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Lugre Motor — «D. DINIZ»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA»

Pesca de sardinha:

Traineira — «JOÃO PASCOAL»

Officinas Mecânicas e Secadouro de Bacalhau
na Gafanha — Telef. 23243

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA
FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

ZÜNDAPP

BICICLETAS MOTORIZADAS

FAMOSAS PELAS SUAS QUALIDADES

Telefone - 23526

Telegramas - Zunda

FALCONETTE DE 4 VELOCIDADES
COM 4,2 C.V.

COMBINETTE DE 2 VELOCIDADES
COM 4,2 C.V.

Representante para Portugal

J. CASAL

AVEIRO

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 136

TELEFONE 23552

LISBOA

Avenida da República, 99-B

TELEFONES { 764215
767152

Mármore, Espelhos,
- - - Cristais - - -

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

*onduladas ou lisas, opacas
ou translúcidas; leves,
inquebráveis e incombustíveis;
cores variadas e inalteráveis.*

- - Duração infinda - -

oooooooooooo
oooooooooooo

ESTRUTURAS E COBERTURAS

oooooooooooo
oooooooooooo

Ernesto Correia dos Santos

106 — Rua Comandante Rocha e Cunha — 108

TELEFONE 23317

A V E I R O

Mármore, Espelhos,

- - - Cristais - - -

BICICLETAS MOTORIZADAS

PLÁSTICOS

FABRICA DE LAMINADOS

Chapas PVC-Organit

onduladas ou lisas, opacas

COMBINE DE 3 VELOCIDADES

ou translúcidas, leves,

indivisíveis e incombustíveis;
cores variadas e impermeáveis.

- - - Duracão infinita - - -

J. CASAL

ESTRUTURAS E COBERTURAS

361 - Rua da Praia, 361 - Santos

Ernesto Correia dos Santos

106 - Rua Comandante Rocha e Cunha - 108

TELEFONE 23317

AV. FIRO

ALBA

FÁBRICAS METALÚRGICAS

DE

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE EM:

ALBERGARIA-A-VELHA

Telef. P.P.C. 52206/7

Telegramas «ALBA»

DELEGAÇÃO EM LISBOA:

R. DOS CORREIROS, 40-2.º E.

Telef. 321363/4

Telegramas «ALBA»

FUNDIÇÕES DE FERRO E LIGAS NÃO FERROSAS

— CONSTRUÇÃO MECÂNICA —

MINCHIN

A MAIOR FÁBRICA DE LOUÇA
EM AÇO INOXIDÁVEL,
ESMALTE, ALUMÍNIO,
BANHEIRAS ESMALTADAS,
PLACAS, PANEIAS
DE PRESSÃO, ETC.

J. MINCHIN & MÁRIO NAVEGA, L.^{DA}

PORTO

Rua do Freixo, 1460

Telef. P.P.C. 53032/3

LISBOA

Rua dos Bacalhoeiros, 121-1.º

Telef. 871069